

Perspetivas económicas em África 2016

TEMA ESPECIAL:

Cidades sustentáveis e transformação estrutural

África do Sul

Angola

Argélia

Benim

Botswana

Burkina Faso

Burundi

Cabo Verde

Camarões

Chade

Comores

Congo

Côte d'Ivoire

Djibouti

Egito

Eritreia

Etiópia

Gabão

Gâmbia

Gana

Guiné

Guiné-Bissau

Guiné Equatorial

Lesoto

Libéria

Líbia

Madagáscar

Malawi

Mali

Marrocos

Maurícias

Mauritânia

Moçambique

Namíbia

Níger

Nigéria

Quênia

República Centro-Africana

República Democrática do Congo

Ruanda

São Tomé e Príncipe

Senegal

Serra Leoa

Seychelles

Somália

Suazilândia

Sudão

Sudão do Sul

Tanzânia

Togo

Tunísia

Uganda

Zâmbia

Zimbabwe



15ª
EDIÇÃO
PERSPETIVAS
ECONÓMICAS
EM ÁFRICA



AFRICAN DEVELOPMENT
BANK GROUP



OECD dev
DEVELOPMENT CENTRE



Empowered lives.
Resilient nations.

**Perspetivas económicas
em África
2016
(Versão Condensada)**

CIDADES SUSTENTÁVEIS E TRANSFORMAÇÃO
ESTRUTURAL

As opiniões expressas e os argumentos utilizados nesta publicação não refletem necessariamente a posição do grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, seu conselho de administração, ou os países que representam, dos países membros da OCDE, o Centro de Desenvolvimento ou os países que representam, o Programa de Desenvolvimento de Nações Unidas.

Este documento e qualquer mapa aqui incluído foi elaborado sem prejuízo do status ou soberania de qualquer território, da delimitação de limites e fronteiras internacionais e do nome do território, cidade ou área.

ISBN 978-92-64-26103-7 (impresso)

ISBN 978-92-64-24864-9 (PDF)

<http://dx.doi.org/10.1787/9789264248649-pt>

Os dados estatísticos para Israel são fornecidos por e sob a responsabilidade das autoridades israelenses. O uso desses dados pela OCDE é feito sem prejuízo das colinas de Golã, Jerusalém Oriental e assentamentos israelenses na Cisjordânia, nos termos do direito internacional.

Fotografias: Capa © Design da capa por Centro de Desenvolvimento da OCDE baseada na imagem © Brumarina, Nucleartist, ideyweb, Crystal Home, A7880S, tovovan, quka/Shutterstock.com.

A capa simboliza as dinâmicas das cidades africanas do futuro de forma abstrata.

As erratas das publicações da OCDE podem ser acessadas on line no: www.oecd.org/about/publishing/corrigenda.htm.

© African Development Bank, Organisation for Economic Co-operation and Development, United Nations Development Programme (2016)

O conteúdo da OCDE pode ser copiado, baixado ou imprimido para uso pessoal. Partes do conteúdo das publicações da OCDE, bases de dados e produtos multimídia também podem ser utilizadas em documentos, apresentações, blogs, sites e materiais pedagógicos, após reconhecimento da OCDE como fonte e proprietária do copyright. As solicitações de permissão para uso público e comercial e os direitos de tradução devem ser enviadas a rights@oecd.org. A permissão para a reprodução parcial para uso público e comercial desta publicação pode ser obtida diretamente através do Copyright Clearance Center (CCC), info@copyright.com, ou do Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) contact@cfcopies.com.

Prefácio

As *Perspetivas económicas em África* (PEA) celebram a sua 15ª edição este ano. O Banco Africano de Desenvolvimento, o Centro de Desenvolvimento da OCDE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento produziram em parceria o presente relatório, que é publicado anualmente. Uma equipa de mais de 100 investigadores, economistas, estatísticos e outros especialistas de África e de outras regiões do mundo colaboraram com as PEA.

As PEA analisam o desempenho atual de África, fornecem previsões a dois anos e abordam um tema específico, apoiados em bases de dados detalhadas. Os cinco capítulos da Parte I analisam os aspetos económicos e sociais do continente africano e abordam o tema escolhido para este ano: cidades sustentáveis e transformação estrutural. Os três capítulos da Parte II concentram-se unicamente sobre o tema escolhido, com base na análise das *Perspetivas económicas em África 2015: Desenvolvimento Regional e Inclusão Espacial*. Notas sobre cada um dos 54 países de África constituem a Parte III; a sua versão resumida é apresentada nesta publicação. Pela primeira vez, o anexo estatístico inclui uma tabela sobre a igualdade de género, comparando indicadores das três organizações parceiras.

As *Perspetivas económicas em África* estão disponíveis em diferentes edições e formatos. Para o 15º aniversário das PEA, os parceiros redesenharam o site: www.africaneconomicoutlook.org, que é agora de mais fácil de navegação, facilitando o acesso às edições precedentes e, ainda, aos elementos seguintes:

- o relatório integral em Inglês e Francês e uma versão resumida em Português
- a versão integral das notas-país na sua língua de origem acompanhadas de tabelas e indicadores
- a síntese dos capítulos do relatório com indicadores-chave por região em Inglês e Francês.

Editorial

Apesar de uma conjuntura desfavorável e dos choques regionais, o desempenho económico de África manteve-se sólido em 2015. O crescimento real do PIB está estimado em 3.6%, superior a 3.1% para a economia global e a 1.5% para a zona euro. África registou o segundo crescimento mais rápido da economia a nível mundial, depois da Ásia oriental. Em 2015, a África subsariana (excluindo a África do Sul) cresceu mais rapidamente do que a média continental, de 4.2%, com a África Oriental a liderar com uma taxa de 6.3%. O crescimento da África Central, do Norte de África e da África Ocidental situou-se acima de 3%, enquanto a África Setentrional cresceu a um ritmo médio de 2.2%. No futuro, o crescimento médio de África deverá manter-se moderado, já que a previsão é de um crescimento de 3.7% em 2016. Contudo, prevê-se uma aceleração para 4.5% em 2017. Esta previsão depende do vigor da economia mundial bem como da recuperação gradual dos preços das matérias-primas.

Em 2015, África beneficiou de fluxos financeiros externos totais estimados em 208 mil milhões de USD, sendo que as remessas dos emigrantes representaram o principal fluxo. Confirmando a perspetiva positiva da comunidade internacional, os governos africanos têm sido capazes de apelar aos mercados internacionais de capitais através de emissões de obrigações soberanas. No entanto, devido a tendências globais adversas e a alguns riscos específicos de cada país, as taxas de juro registaram um ligeiro aumento. O ambiente económico global está a afetar os países africanos de forma diferente. As receitas estão a cair em países ricos em recursos, enquanto os importadores de petróleo estão a beneficiar de uma inflação mais baixa, bem como de uma menor pressão sobre as contas correntes. No âmbito de condições financeiras globais mais restritivas, alguns países confrontam-se com grandes défices orçamentais.

A resiliência do crescimento de África é em parte devida a fatores internos incluindo o consumo privado, o investimento privado e o desenvolvimento de infraestruturas públicas. A médio prazo, a melhoria contínua do ambiente de negócios e a rápida expansão dos mercados regionais podem tornar-se cada vez mais novas fontes de crescimento para o continente. O aumento do comércio intrarregional, em particular, ilustra as oportunidades de crescimento que podem ser aproveitadas pelos produtores africanos para diversificar suas atividades. África também possui um potencial significativo para um crescimento demográfico impulsionado pela população jovem do continente. No entanto, para beneficiar deste potencial, os governos devem implementar e concretizar as políticas corretas.

Para que esta resiliência contribua para melhorar significativamente a vida dos africanos, os governos devem trabalhar com determinação para promover um crescimento mais rápido e mais inclusivo. Três em cada quatro africanos ainda vivem em condições de pobreza humana, em comparação com um em cada cinco à escala global. Para alcançar os objetivos de desenvolvimento fixados pelas instituições africanas e pela comunidade internacional, os países africanos devem aprofundar as reformas estruturais e regulamentares, fomentar a estabilidade macroeconómica e combater os estrangulamentos de fornecimento de energia, a fim de ultrapassar os obstáculos à transformação da economia. Juntamente com o investimento em setores sociais, estas medidas permitirão criar mais oportunidades para os jovens e para as mulheres.

A transição urbana multiforme em África e a densificação que produz oferece novas oportunidades para a melhoria do desenvolvimento económico e social, protegendo o meio ambiente. Estes podem ser melhor aproveitados para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – em particular o ODS 11 relativo a cidades e

comunidades sustentáveis – bem como os objetivos definidos pela União Africana na sua Agenda 2063. Os benefícios poderiam ser revertidos a favor dos cidadãos urbanos e rurais, desde que os governos adotem um sistema de abordagem integrada. Por exemplo, uma melhor conexão dos mercados urbanos e das economias rurais poderia aumentar a produtividade da agricultura e aumentar os rendimentos não-agrícolas. Acelerar o investimento em infraestruturas urbanas é fundamental para transformar as cidades e vilas africanas em motores de transformação estrutural a nível local, nacional e regional. A fim de aproveitar este “dividendo da urbanização”, são necessárias uma série de reformas políticas ousadas. Por exemplo, estratégias urbanas nacionais devem ser adaptadas a contextos específicos, tirar partido de instrumentos de financiamento inovadores e reforçar os esforços em curso para promover sistemas eficientes de governação multinível.

Em 2016, a posição comum africana sobre o desenvolvimento urbano e a nova agenda urbana da comunidade internacional oferecem uma oportunidade para discutir diferentes opções e começar a moldar estratégias ambiciosas para as políticas de urbanização para a transformação estrutural de África.

Esta edição marca o 15º aniversário das *Perspetivas económicas em África*, sendo nossa esperança que este relatório possa continuar a fundamentar decisões e a enriquecer o diálogo sobre o caminho a seguir para o desenvolvimento de África.

Akinwumi Ayodeji Adesina
Presidente,
Grupo Banco Africano
de Desenvolvimento
Abidjã

Angel Gurría
Secretário-geral,
Organização para a Cooperação
e o Desenvolvimento Económico
Paris

Helen Clark
Administradora,
Programa das Nações Unidas
para o Desenvolvimento
Nova Iorque

Agradecimentos

As *Perspetivas económicas em África* (PEA) foram elaboradas por um consórcio de três equipas do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), do Centro de Desenvolvimento da OCDE e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O trabalho beneficiou da orientação geral de Abebe Shimeles (Diretor interino, Departamento de investigação sobre desenvolvimento, BAD), Mario Pezzini (Director, Centro de Desenvolvimento da OCDE) e Ayodele Odusola (Economista-Chefe e responsável pela Unidade de Assessoria Estratégica, Escritório Regional para a África, PNUD). Willi Leibfritz foi o Coordenador do projeto.

A equipa do BAD foi liderada por Anthony Simpasa. Os membros principais da equipa foram Zorobabel T. Bicaba e Adeleke Oluwole Salami. A equipa do Centro de Desenvolvimento da OCDE foi dirigida por Henri-Bernard Solignac-Lecomte, enquanto a equipa do PNUD foi liderada por Angela Lusigi.

A Parte I, dedicada ao desempenho e perspetivas em África, foi redigida por Willi Leibfritz, com base nas previsões fornecidas pelo Departamento de Estatística do BAD (Capítulo 1), por Helmut Reisen, Robert Kappel e Birte Pfeiffer (Capítulo 2), que são igualmente autores da Caixa 1.1, por Mouhamadou Sy, Zorobabel T. Bicaba e Anthony Simpasa (Capítulo 3), por Angela Lusigi (Capítulo 4) e por Bakary Traoré, Sébastien Markley, Anissa Bensaïd e Héloïse Daste (Capítulo 5). Os Capítulos 2 e 3 beneficiaram da análise de dados realizada por Bakary Traoré e Sébastien Markley.

A Parte II, consagrada às cidades sustentáveis e transformação estrutural, foi elaborada por Arthur Minsat com a contribuição valiosa de Thang Nguyen, Héloïse Daste, Paula Misler, Mmachukwu Oyeka, Lennart Ploen, Anissa Bensaïd, Luisa Freitas e Paula Retzl, bem como as contribuições de Edgar Pieterse, Susan Parnell e Anton Cartwright (Centro Africano para as Cidades).

Em colaboração com as instituições parceiras e sob a supervisão geral dos diretores regionais do BAD e dos economistas principais, todos os economistas em países com escritório do BAD contribuíram para as notas-país. Na maioria dos casos, colaboraram com os economistas do PNUD ou do Centro de Desenvolvimento da OCDE. O trabalho relativo às notas-país beneficiou da valiosa contribuição de consultores locais. As notas-país foram elaboradas pelos especialistas abaixo indicados:

País	Autores
África do Sul	Wolassa Lawisso Kumo, Osten Chulu e Arthur Minsat
Angola	Joel Muzima e Glenda Gallardo
Argélia	Tarik Benbahmed, Hervé Lohoues e Mickaëlle Chauvin
Benim	Daniel Ndoye, El Hadji Fall e Janvier P. Alofa
Botswana	George J. Honde
Burkina Faso	Tankien Dayo, Facinet Sylla, Amata Sangho Diabate e Hervé Marie Patrice Kouraogo
Burundi	Joel Tokindang e Daniel Gbetnkom
Cabo Verde	Adalbert Nshimyumuremyi e Anthony Simpasa
Camarões	Richard Antonin Doffonsou e Corneille Agossou
Chade	Claude N’Kodia e Ali Madaï Boukar
Comores	Alassane Diabate e Attoumane Boina Issa
Congo	Nouridine Kane Dia e Ginette Mondongou Camara
Côte d’Ivoire	Pascal Yembiline, Idrissa Diagne, El Allassane Baguia e Bakary Traoré
Djibouti	Guy Blaise Nkamleu
Egipto	Prajesh Bhakta, Assitan Diarra-Thioune e Angus Downie
Eritreia	Nyende Magidu e Luka Jovia Okumu
Etiópia	Admit Wondifraw Zerihun, James Wakiaga e Haile Kibret

País	Autores
Gabão	Dominique Puthod e Celestin Tsassa
Gambia	Adalbert Nshimyumuremyi e Yemesrach Assefa Workie
Gana	Eline Okudzeto, Radhika Lal e Kordzo Sedegah
Guiné	Olivier Manlan e Mamadou Bobo Sow
Guiné-Bissau	Yannis Arvanitis, Francis Jony Andrianarison e Inacio Ie
Guiné Equatorial	Dominique Puthod e Domingos Mazivila
Lesoto	Edirisa Nseera e Asha P. Kannan
Libéria	Patrick Hettinger e Janice Olivia James
Líbia	Kaouther Abderrahim-Ben Salah
Madagáscar	Simplice Zouhonbi, Tankien Dayo e Adamson Rasolofo
Malawi	Peter Mwanakatwe e Alka Bhatia
Mali	Becaye Diarra, Abdoulaye Konate e Hamaciré Dicko
Mauritânia	Marcellin Ndong Ntah, Isiyaka Sabo e Selma Cheikh Malainine
Maurícias	Ndoli Kalumiya e Emmanuel Bor
Marrocos	Vincent Castel
Moçambique	André Almeida Santos, Luca Monge Roffarello e Manuel Filipe
Namíbia	Martha Phiri e Fabian Mubiana
Níger	Facinet Sylla e Bakary Dosso
Nigéria	Barbara Barungi, Ojijo Odhiambo, Robert Asogwa e Alemu Zerihun
Quênia	Walter Odero, Wilmot Reeves e Julius Chokerah
República Centro-Africana	Kalidou Diallo
Republica Democrática do Congo	Jean Marie Vianney Dabire e Ernest Bamou
Ruanda	Edward Batte Sennoga
São Tomé e Príncipe	Flávio Soares da Gama e Idrissa Sanoussi
Senegal	Toussaint Houeninvo, Khadidiatou Gassama e Souleman Boukar
Seychelles	Tilahun Temesgen, Kim Harnack e Jacob Oduor
Serra Leoa	Jamal Zayid, Moses Sichei e Milton Korseh-Hindowa
Somália	Richard Walker e Salome Kimani
Sudão do Sul	Guy Blaise Nkamleu e Frederick Mugisha
Sudão	Suwareh Darbo e Yousif Eltahir
Suazilândia	Peninah Kariuki e Fatou Leigh
Tanzânia	Chidozie Emenuga, Rogers Dhiwayo e Prosper Charle
Togo	Carpophore Ntagungira, Nicolas Kazadi e Jeanne Bougonou
Tunísia	Philippe Trape e Kaouther Abderrahim
Uganda	Alexis Rwabizambuga, Vera Kintu Oling, Tony Muhumuza e Simon Peter Nsereko
Zâmbia	Peter Engbo Rasmussen, Colleen Zamba e Elda Chirwa
Zimbabwe	Mary Manneko Monyau e Amarakoon Bandara

O comité para o exame pelos pares das notas-país foi constituído por Adamon Ndungu, Adeleke Salami, Amadou Boly, Anthony Simpasa, Audrey Chouchane, Bumi Camara, Charlotte Karagueuzian, Cherif Diagne, Dawit Birhanu, El-Haji Mamadou Bah, Emelly Mutambatsere, Eugene Bempong, Gilbert Galibaka, Jacob Oduor, Jacqueline Odula, Jennifer Moyo, John Anyanwu, Kevin Lumbila, Linguere M. Mbaye, Mawuko Kokou Kponnou, Mouhamadou Sy, Philip K. Quarcoo, Qingwei Meng, Sandrine Alissoutin, Thierry Kangoye, Zeke Ger e Zorobabel Bicaba (BAD); Betty Camara, Elizabeth Asiedu, Sylvain Dessy, Eugénie Maiga, Una Osili, Jean-Michel Salmon, Peter Walkenhorst e Lucia Wegner.

O quadro macroeconómico e a base de dados usados na elaboração das previsões e o anexo estatístico foram produzidos por Koua Louis Kouakou e Chaouch Anouar do BAD. As valiosas informações estatísticas para atualizar a base de dados e executar o modelo das PEA foram disponibilizadas por Chaouch Anouar, Koffi Dian Adou, Mbiya Kadisha, Soumaila Karambiri, Doffou Marc Elisée Monsoh, Slaheddine Saidi, Stephane Regis Hauhouot, Amel Kchouk, Slim Jerbi e Mustapha Bouzaine do Departamento de

Estatística do BAD, sob a orientação de Charles Leyeka Lufumpa, Maurice Mubila, Koua Louis Kouakou e Nirina Letsara. Bakary Traoré e Sébastien Markley compilaram a série definitiva de dados que serviu de base para o trabalho de publicação efetuado pelo Centro de Desenvolvimento da OCDE. O projeto beneficiou ainda da assistência prestada por Rhoda Bangurah, Amira Jlassi, Abiana Nelson e Elisabeth Turner.

O relatório beneficiou de contribuições e comentários extremamente valiosos da parte de um grande número de representantes de governo africanos, operadores do setor privado, membros da sociedade civil, especialistas dos departamentos de operações e dos escritórios locais do BAD, dos especialistas do Escritório Regional para a África do PNUD, do Clube do Sahel e da África Ocidental e do Centro de Desenvolvimento da OCDE, Centro de Política Fiscal e Administração, Direção de Desenvolvimento e Cooperação, Direção dos Assuntos Financeiros e das Empresas, Direção de Governança Pública e Direção de Desenvolvimento Territorial, bem como da Direção de Comércio e da Agricultura.

A Parte II, consagrada às cidades sustentáveis e à transformação estrutural beneficiou dos contributos de especialistas internacionais convidados para a reunião preparatória das PEA 2016 realizada em Paris em 8-9 de Outubro de 2015: Yunzhong Liu (Centro de Desenvolvimento de Pesquisa do Conselho de Estado [República Popular da China]); Deborah Potts (King's College London); Nathalie Delapalme e Yannick Vuylsteke (Mo Ibrahim Foundation); François Paul Yatta (UCLGA); Javier Sanchez-Reaza e Luc Christiaensen (Banco Mundial); Remi Jedwab (Universidade George Washington); Susan Parnell (Departamento de Ciências Ambientais e Geográficas da Universidade de Cape Town); Serge Allou (Cities Alliance); Jeanette Marie Manjengwa (Universidade do Zimbábue); Felicity Proctor (Proctor Consulting Ltd.); Nick Godfrey e Russell Bishop (New Climate Economy); Nicolas Ronderos (Consultor); Mariam Yunusa (UN Habitat); Ronald Wall (IHS-Universidade Erasmus de Rotterdam / Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo); Jean-Fabien Steck (Universidade Paris-Oeste Nanterre); Beacon Mbiba (Universidade Oxford Brookes); Christel Alvergne (UNCDF); Kookie Habtegabber (WWF); Jytte Agergaard (Universidade de Copenhaga); Anthony Bigio (Universidade George Washington); Pierrick Hamon (Global Local Forum); Embaixador Dionisio Pérez-Jácome Friscione (Representante Permanente do México junto da OCDE); Irène Salenson (AFD); Nora Selmet (Agência Internacional de Energia); William Tompson (OCDE); Vikramdityasing Bissoonauthsing (IRCC) e Wondimu Abeje (Consultor).

O anexo 7.A1 foi compilado por Ronald Wall (IHS-Universidade Erasmus, Rotterdam / Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo), com a assistência de Dorcas Nthoki, Marina Salimgareeva, Monserrat Budding-Polo Ballinas e Taslim Alade (IHS Universidade Erasmus, Rotterdam). As conclusões deste trabalho serão a base do próximo “Relatório do Estado das Cidades Africanas 2017”, do UN-Habitat, preparado por Alioune Badiane, Jos Maseland, Katharina Rochell (UN-Habitat) e Ronald Wall, com o apoio do BAD e do Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID).

Diversos documentos de investigação são o fruto do trabalho de Rana Roy (Consultor), François Yatta (UCLGA), Ronald Wall (IHS-Universidade Erasmus, Rotterdam / Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo) e Kookie Habtegabber (WWF). O documento do WWF, Kookie Habtegabber beneficiou dos contributos de: Laurent Some, Nigel Dudley (Equilibrium Research), Aurélie Shapiro, Pablo Izquierdo, Lars Erik Mangset (WWF/Mapographics AS), Stefano Esposito, Kiran Rajashekariah, Nyambe Nyambe, Denis Landenbergue, Rod Taylor, Stuart Oor, Alexis Morgan, Valerie Burgener e Tabaré A. Currás (WWF), Julia Pierini (BirdLife Zimbabwe), David Satterthwaite (Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento), Shlomo (Solly) Angel (Marron Institute of Urban Management, NYU), Stern Nathan Karres (The Nature Conservancy) e Mark Swilling (Universidade de Stellenbosch).

Contribuições essenciais para os capítulos temáticos foram feitas por José Tonato e Clotilde Bai (BAD); Marco Kamyia, Oyebanji Oyeyinka, Eduardo López Moreno, Regina Orvananos, Mariam Yunusa e Gulelat Kebede (UN-Habitat); Edlam Abera Yemeru, Semia Guermas Tapia e Sandra Zawedde (UNECA); William Cobbett, Rene Peter Hohmann, Laura Lima e Julian Baskin (Cities Alliance); Christel Alvergne (UNCDF); Nathalie Le Denmat e Charlotte Lafitte (UGLG); Stefanos Fotiou, José Pineda e Nicola da Schio (PNUMA); Thierry Giordano (FAO); Irène Salenson e Marie Bjornson-Langen (Agência Francesa de Desenvolvimento); John E. Fernandez e Phebe Dudek (MIT); David Albrecht (consultor); David Ménascé (HEC); David Simon (Mistra urbanas Futures); Shlomo (Solly) Angel, Paul Romer, Patrick Lamson-Hall, Brandon Fuller e Alex Blei (NYU Stern Urbanization Project); Remi Jedwab (Universidade George Washington); Mark Swilling (Universidade de Stellenbosch); Vanessa Watson (Centro Africano para as Cidades, Universidade de Cape Town); Skye Dobson (Shack / Slum Dwellers International [SDI]); Sogen Moodley (Municipal Institute of Learning, Ethekwini Municipality); Yitbarek Mengiste (Ministério de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Construção da Etiópia); Fantu Cheru (Stockholm International Peace Research Institute); Charlie Martial Ngounou (Afroleadership); Graeme Harrison (Oxford Economics); Nora Selmet (IEA); e Philipp Heinrigs, Thomas Allen, Rachel Scott, Hugh Macleman, William Tompson, Rudiger Ahrend, Tadashi Matsumoto, Kwame Frimpong, Antonella Noya, Alexander Pick, Alessandra Heinemann, Caroline Tassot, Keiko Nowacka, Gaëlle Ferrant e Annelise Thim (OCDE). Os comentários de Amadou Boly e Nadège Désirée Yaméogo (BAD) foram uma grande ajuda, bem como as pistas de reflexão fornecidas por Carl Dahlman e Nicola Harrington-Buhay (OCDE).

O forte envolvimento da equipa de revisão, tradução e leitura foi essencial para a produção do relatório dentro dos prazos previstos. Jill Gaston dirigiu o processo editorial com Vanda Legrandgérard, enquanto Delphine Grandrieux supervisionou a produção do relatório na sua forma eletrónica e na sua versão impressa, com Louise Schets. Aida Buendía e Pykha levaram a cabo a paginação e a conceção gráfica. Anne-Lise Prigent prestou apoio editorial.

Os autores estão gratos à Alemanha (GIZ), Irlanda (Delegação da Irlanda junto da OCDE), Itália (Delegação da Itália junto da OCDE), Portugal (Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP) e Suíça (SDC) pelo seu apoio adicional à edição de 2016.

Índice

Sumário executivo	19
PARTE I: O desempenho e as perspectivas de África	23
Capítulo 1. Perspetivas macroeconómicas em África	25
Resumo	26
O crescimento africano abrandou, mas espera-se novamente um reforço	26
A procura interna e a melhoria das condições do lado da oferta impulsionam o crescimento, apesar das condições adversas no plano global	32
A África Oriental continua a ser a região com maior crescimento	36
Os preços mundiais das matérias-primas registaram nova queda	39
As diversas orientações da política monetária correspondem a pressões monetárias e inflacionistas diferentes	42
A situação orçamental e a balança corrente deterioraram-se em muitos países	43
África conseguirá aproveitar a sua população jovem para colher um dividendo do crescimento demográfico?	47
Anexo 1.A1. O dividendo demográfico potencial em África	50
Notas	54
Bibliografia	55
Capítulo 2. Fluxos financeiros externos e receitas fiscais em África	57
Resumo	58
África depende fortemente do capital público e privado estrangeiro	58
África enfrenta a volatilidade dos fluxos de IDE	61
Os investimentos de carteira estão em baixa, mas os novos títulos demonstram resiliência	65
Há um abrandamento dos fluxos de crédito bancário e um crescimento dos reembolsos dos empréstimos	68
As remessas são um recurso importante e estável para o desenvolvimento africano	71
A ajuda pública ao desenvolvimento estabilizou, mas fica aquém dos compromissos públicos	74
As receitas internas diminuem com a queda das receitas provenientes dos recursos naturais	78
É necessário que os fluxos financeiros e as receitas públicas gerem benefícios sustentáveis	81
Nota	84
Bibliografia	85
Capítulo 3. Políticas comerciais e integração regional em África	87
Resumo	88
África quer converter o forte crescimento numa transformação económica	88
A integração regional contribui para a convergência dos rendimentos	91
A integração dos mercados financeiros abre caminho a uma convergência mais rápida dos rendimentos	96
O investimento intra-africano cresce, impulsionado pelo reforço da integração regional	100
O aumento do financiamento do comércio pode contribuir para a integração e a criação de emprego	101
Bibliografia	102

Capítulo 4. Desenvolvimento humano em África	103
Resumo.....	104
O desenvolvimento humano em África registou grandes melhorias, mas continua a ser desigual	104
As cidades sustentáveis e a transformação estrutural são prioridades para o desenvolvimento humano em África	115
A urbanização sustentável deve responder à desigualdade e à exclusão	118
Notas.....	127
Bibliografia.....	128
Capítulo 5. Governação política e económica em África	131
Resumo.....	132
Os principais desafios de governação em África são a procura crescente dos serviços públicos, as ameaças do terrorismo e dos conflitos internos	132
Vários países africanos estão a inovar para corresponderem à procura crescente de serviços públicos	139
As melhorias no ambiente de negócios exigem tempo e devem ser complementares a reformas estruturais, para terem resultados	146
A luta contra o terrorismo exige melhor coordenação regional e partilha de informação	149
Vários países africanos têm processos eleitorais mais justos.....	151
Nota	156
Bibliografia.....	157
PARTE II: Cidades sustentáveis e transformação estrutural	161
Capítulo 6. As implicações da urbanização em África para a transformação estrutural	163
Resumo	164
As ligações entre urbanização e transformação estrutural em África são complexas e variadas	164
A urbanização constitui um desafio para o desenvolvimento e o ambiente	181
As políticas devem concentrar-se em empregos produtivos e bens públicos para a crescente população urbana	191
Chegou a altura de preparar a transição urbana de África.....	198
Anexo 6.A1. Metodologia para a análise agrupada relativamente à urbanização e à transformação estrutural nos países africanos	202
Notas.....	204
Bibliografia.....	205
Capítulo 7. De que forma as cidades sustentáveis podem contribuir para o desenvolvimento africano	211
Resumo	212
A urbanização melhora as condições para o desenvolvimento económico africano.....	212
A urbanização pode ajudar a acelerar o desenvolvimento social.....	230
A urbanização africana pode contribuir para o desenvolvimento ambiental.....	240
Anexo 7.A1. Metodologia para o mapeamento de fluxos financeiros para cidades africanas.....	251
Notas.....	253
Bibliografia.....	254

Capítulo 8. Estratégias urbanas nacionais para cidades sustentáveis em África	259
Resumo	260
Novas estratégias podem promover cidades sustentáveis para a transformação estrutural de África	260
As prioridades incluem a reforma agrária, as infraestruturas e as redes urbanas	266
A governação em vários níveis pode promover estratégias de desenvolvimento urbano	275
Os governos africanos podem usar diversas fontes para financiar estratégias urbanas nacionais	281
Nota	293
Bibliografia	294
PARTE III: Notas países	297

Figuras

1.1. Crescimento económico em África, 2003-17	27
1.2. Situação económica atual em África e projeção para seis meses	28
1.3. Contributo para o crescimento global, 1991-2015, por áreas (%)	31
1.4. Impacto da transição da China para um crescimento menor e mais equilibrado no crescimento da África subsariana (ASS)	31
1.5. Preços do petróleo e termos de troca nos principais exportadores de petróleo em África, 2001-17	33
1.6. Número de quartos de hotel disponíveis em África, 2011-15	35
1.7. Preços das matérias-primas, janeiro de 1999-janeiro de 2016	41
1.8. Preços de exportação de produtos agrícolas, janeiro de 1999-janeiro de 2016	41
1.9. Preços de importação de alimentos básicos, janeiro de 1999-janeiro de 2016	41
1.10. Inflação dos preços no consumidor em África, 2003-17	43
1.11. Balança corrente nos países exportadores e importadores de petróleo em África, 2003-17	45
1.12. Variações na balança corrente e no saldo orçamental nos países africanos, entre 2014 e 2015, em percentagem do PIB	46
1.13. O dividendo demográfico potencial em África	47
1.A1.1. Dividendo demográfico potencial em África, por região	52
1.A1.2. Evolução e perspectivas da fertilidade total em África (número de crianças por mulher)	52
1.A1.3. Taxa de fertilidade total (TFT) por mulher e taxa de mortalidade infantil abaixo dos 5 anos por 1000 nascimentos, em países africanos, 2014	53
2.1. Fluxos financeiros externos em África, média 2004-08, 2009-16	58
2.2. IDE em África por regiões, 2004-16	62
2.3. Investimento direto externo em África: Países ricos em recursos naturais versus países pobres em recursos naturais, 2000-16	63
2.4. Fluxos de IDE das economias emergentes em África, 2003-15 (mil milhões de USD)	64
2.5. Entrada e saída de investimentos de carteira em África, 2004-16 (mil milhões de USD)	66
2.6. Variação do custo de serviço da dívida, África subsariana 2015	68
2.7. Empréstimos líquidos da banca comercial em África, 2004-17	69

2.8. Empréstimos líquidos da banca pública (bilaterais e multilaterais) 2004-17 (mil milhões de USD)	70
2.9. Dívida de curto-prazo em África, em % da dívida externa total, 2004-14	71
2.10. Remessas em África, por sub-região, 2004-15	73
2.11. Desembolsos líquidos de ajuda pública ao desenvolvimento para África, 1997-2016	74
2.12. Desembolsos líquidos de ajuda pública ao desenvolvimento para África, por grupo de rendimento, 2004-16	75
2.13. Desembolsos líquidos de ajuda pública ao desenvolvimento para África, por região, 2004-16	76
2.14. Ajuda externa da China	77
2.15. Estrutura fiscal em África: países ricos em recursos versus países pobres em recursos	79
3.1. Fluxos comerciais de África, comércio com parceiros selecionados e comércio intra-africano, 2000-14	89
3.2. Distribuição do comércio de África: parceiros tradicionais versus parceiros emergentes, 2000-14	89
3.3. Comércio intra-africano, por comunidades económicas regionais	90
3.4. Produto Interno Bruto per capita de países selecionados, em relação à principal economia na região (USD), 2011	93
3.5. Diversificação económica em comunidades económicas regionais selecionadas	95
3.6. Integração financeira nas comunidades económicas regionais em África, 1970-2011	97
3.7. Abertura financeira nas comunidades económicas regionais de África, 1970-2013	98
4.1. Variação anual média do desenvolvimento humano, 1990-2014	104
4.2. Dimensões do desenvolvimento humano	105
4.3. Evolução do desenvolvimento humano em África, por categoria, 1990-2014	106
4.4. Proporção da população em África por nível de desenvolvimento humano, 2015 e 2030	107
4.5. Componentes e Índice de Desenvolvimento Humano em África, por região	109
4.6. Perdas no desenvolvimento humano originadas pela desigualdade, por região	111
4.7. Desigualdades nas dimensões do desenvolvimento humano em África, por categorias	111
4.8. Componentes e Índice de Desigualdade de Género em África, por categorias	113
4.9. Disparidade de género nas instituições sociais em África, por categoria de desenvolvimento humano	114
5.1. Principais prioridades para os cidadãos africanos	133
5.2. Índice de protestos públicos em África, 1996-2015	135
5.3. Principais motivos dos protestos públicos em África, 2013-15	136
5.4. Endurecimento político e violência civil, 1996-2015	138
5.5. Violência por atores não-estatais em África, por tipo, 2013-15	139
5.6. Despesa governamental per capita vs. Despesa governamental em % do PIB, 2014	140
5.7. Gestão do setor público vs. Rácio impostos/PIB	141
5.8. Contratação com base no mérito e nas qualificações vs. Eficiência na utilização das receitas públicas	141
5.9. Despesas correntes dos agregados em cuidados de saúde e despesa total de saúde no Ruanda, 1995-2013	144
5.10. Pontuação no <i>Doing Business</i> e PIB per capita, 2015	147
5.11. Variação na pontuação <i>Doing Business</i> e PIB per capita, entre 2010 e 2014	148
5.12. Classificação das perceções sobre políticas ligadas ao fornecimento fiável de energia elétrica, por país, 2014-15	149

6.1. Tendências de crescimento na população africana urbana, rural e total, 1950-2050	164
6.2. Crescimento mundial da população urbana, anos 100 a 2050	165
6.3. Definições de urbano em 54 países africanos	166
6.4. Níveis de urbanização global e PIB per capita em certos países, 2014	168
6.5. Crescimento da produtividade laboral e urbanização anualizados em África, Ásia e América Latina, 1960-2010	170
6.6. Padrões de transformação tradicionais e novos entre setores e tipo de emprego	171
6.7. Alteração no emprego nos serviços comerciais e agrícolas em 13 países africanos, 2000-10	171
6.8. Alteração na produtividade laboral e proporção de emprego em serviços comerciais em 11 países africanos, 2000-10	172
6.9. Taxas de crescimento urbano para certos países africanos e Ásia, 1960-2010	173
6.10. Razões de dependentes em zonas urbanas em certas regiões em desenvolvimento	174
6.11. Níveis de urbanização e taxa de fecundidade total por tipologia de países africanos	176
6.12. Aumento demográfico no Norte de África e na África subsariana, e na América Latina e Caraíbas, 1950-2050	177
6.13. Contribuição para o crescimento demográfico segundo a dimensão da cidade e a interface rural-urbano por tipo de país africano, 2000-10	178
6.14. Agricultura urbana nas grandes cidades e vilas entre os países africanos, 2009-14	180
6.15. As tendências de urbanização são sustentáveis no seu país? Respostas dos africanos	182
6.16. Níveis de urbanização e proporção de trabalho informal no emprego total em seis países africanos e 26 países não africanos, 2010	183
6.17. Tipo de trabalho por dimensão da cidade africana e tipologia do país (%), 2009-14	184
6.18. Índice de Pobreza Multidimensional urbano por região do mundo e grupo tipológico do PEA 2016	185
6.19. Autoavaliação das atuais condições económicas pessoais por inquiridos urbanos africanos	186
6.20. Os africanos dizem “A criminalidade é um problema muito grande no nosso país”, 2015	187
6.21. Receitas operacionais e despesas de capital per capita em certas capitais africanas e cidades intermediárias	192
6.22. Expansão das áreas construídas e crescimento demográfico nas cidades africanas, 1990-2000	194
6.23. Projeções de ocupação do solo urbano para África, 2000-50	195
6.24. A urbanização é encarada como um risco ou uma oportunidade no seu país?	200
7.1. Mudança nos níveis de urbanização e proporção urbana das despesas alimentares totais para os principais grupos alimentícios em seis países da África Ocidental, 1990-2009	213
7.2. Composição do cabaz alimentício da África Ocidental por grupos alimentares e área, 2010	214
7.3. Proporção urbana de postos de trabalho em cada segmento alimentar pós-agrícola em seis países africanos	215
7.4. Produtividade laboral em diversos segmentos do sistema agroalimentar em seis países africanos	217
7.5. Tempo de viagem e produção de culturas na África subsariana, 2000	218
7.6. Dimensão demográfica das grandes cidades e nível de complexidade económica, 2013	220

7.7. Mudança no emprego e produção de serviços empresariais enquanto proporção da economia total de certos países africanos, 2000-10.....	224
7.8. Comércio de serviços em África, 2000-12.....	225
7.9. Proporção da classe média por rendimento em África (%), 2008.....	226
7.10. Principais oportunidades associadas à classe média para os países africanos.....	227
7.11. Nível de instrução da população com idade igual ou superior a 15 anos em África, 2009-10.....	228
7.12. Concentração média anual de partículas com diâmetro inferior a dez microns (PM10) em certas cidades africanas.....	232
7.13. Tempo médio de viagem até as áreas urbanas mais próximas e enviesamento da distribuição em África, 2010.....	235
7.14. Procura estimada de eletricidade por parte da população da África subsariana tendo acesso a eletricidade, 2020-40.....	243
7.15. As populações africanas dependem de biomassa sólida para cozinhar, 2012.....	245
7.16. Acesso à água de melhor qualidade em áreas urbanas e crescimento da população urbana em África, 1990-2015.....	247
8.1. Prevalência de estratégias relativas ao uso de energias sustentáveis em África, 2015....	272
8.2. Receitas e despesas das autoridades locais enquanto proporção dos orçamentos nacionais africanos, 2013.....	283
8.3. Classificações dos especialistas acerca das fontes de receita dos governos locais, por potencialidades e estabilidade das receitas em cidades primárias e secundárias.....	284
8.4. Receitas de transferências e recursos gerados localmente, certas cidades em África, Colômbia e Filipinas.....	286
8.5. Exemplos do Índice de Prosperidade da Cidade para seis cidades africanas.....	293

Tabelas

1.1. Peso dos parceiros externos (seleccionados) nas exportações e importações africanas, 2000 e 2014 (%).....	32
1.2. Alterações setoriais nas economias africanas com maior crescimento, 2009-14.....	36
1.3. Crescimento em África por região, 2014-17.....	37
1.4. Análise da sustentabilidade da dívida nos países africanos: avaliação do risco de sobre-endividamento.....	44
1.5. Desenvolvimentos macroeconómicos em África, 2007-17.....	49
1.A1.1. Estimativas e projecções da população em África e da população em idade ativa.....	51
1.A1.2. Estimativas e projecções sobre o dividendo demográfico potencial em África.....	51
2.1. Fluxos financeiros e receitas fiscais em África, 2004-16.....	60
2.2. Compromissos de financiamento por origem, mil milhões de USD.....	70
2.3. Os quinze principais países recetores de remessas em África, 2015.....	72
2.4. Ajuda Programável por País em África, estimativas e projecções mil milhões de USD.....	76
3.1. Comparação do país mais rico numa comunidade económica regional (CER) com os dados regionais.....	94
3.2. Comércio intrarregional nas comunidades económicas regionais em África, em percentagem do comércio total.....	94
4.1. Países africanos por nível de desenvolvimento humano.....	106
4.2. Urbanização por nível de desenvolvimento humano em África.....	118
4.3. Desigualdade e urbanização por nível de desenvolvimento humano em África.....	119

5.1. Os 10 principais países no mundo de acordo com a classificação <i>Doing Business</i> , por ano	146
5.2. Resumo da eleições nacionais em 2016 e 2017 em África	155
6.1. Setores do emprego dos chefes de família por sexo no Gana, 2000-10	172
6.2. Ritmo das tendências de urbanização em certos países africanos, 1980-2012	181
6.3. Mortes prematuras resultantes de certos fatores de risco significativos em África, 1990-2010 (intervalos de cinco anos) e 2013	188
6.4. Custos económicos de mortes prematuras derivadas de certos fatores de risco significativos em África (milhões de dólares americanos), 2013	189
6.5. Eventos pan-africanos e internacionais relativos à urbanização sustentável e à transformação estrutural, 2014-18	200
6.A1.1. Países africanos agrupados de acordo com os seus níveis de transformação estrutural	203
7.1. Exemplos de instrumentos para as políticas de clusters em países em desenvolvimento	222
7.2. Sistemas de transportes coletivos em certas cidades africanas	233
7.3. Principais corredores em África	235
7.4. Atividades urbanas que podem reduzir o impacto ambiental das cidades	241
7.5. Classificação das cidades africanas baseada na transição sociometabólica	242
7.6. Projetos energéticos sustentáveis na Cidade do Cabo, África do Sul	244
7.7. Tipologia dos serviços ecossistémicos a partir de zonas húmidas	248
7.8. Projetos de gestão sustentável de resíduos em África	249
8.1. Estratégias de urbanização em 16 países africanos	262
8.2. Novas tecnologias para a governação urbana e a recolha de dados	265
8.3. Diferentes funções urbanas das cidades intermediárias	274
8.4. Instituições financeiras especializadas em países africanos	285
8.5. Iniciativas de financiamento fundiário em África	287
8.6. Cenário da ReCalc para a substituição dos subsídios aos combustíveis fósseis por investimentos em energias renováveis em 24 cidades africanas	291

Mapas

5.1. Intensidade dos protestos em África, por localização, 2015
6.1. Assentamentos populacionais e áreas de influência urbana na África Ocidental, 2000
6.2. Cidades costeiras africanas afetadas pelas alterações climáticas
6.3. Áreas urbanas atuais e futuras, cobertura florestal e desmatamento em África
6.4. Expansão urbana de Acra (Gana), 1991-2014
6.5. Expansão urbana de Argel (Argélia), 1987-2014
6.6. Expansão urbana de Arusha (Tanzânia), 1988-2013
6.7. Expansão urbana de Nakuru (Quênia), 1989-2014
7.1. Rede dos 50 principais investimentos diretos estrangeiros nas cidades industriais africanas, 2003-14
7.2. Rede de serviços dos 50 principais investimentos das 10 principais cidades de origem para as 10 principais cidades de destino africanas, 2003-14
7.3. Regiões citadinas africanas que atraem investimento direto estrangeiro de alta tecnologia a quatro níveis, 2003-14
7.4. Áreas urbanas atuais e futuras em relação às bacias hidrográficas em África
8.1. Fluxos de recursos do Egito: Água
8.2. Fluxos de recursos do Cairo: Água
8.3. Expansão urbana recente e projetada de Hawassa (Etiópia), 1989-2010, 1989-2040

Follow OECD Publications on:



http://twitter.com/OECD_Pubs



<http://www.facebook.com/OECDPublications>



<http://www.linkedin.com/groups/OECD-Publications-4645871>



<http://www.youtube.com/oecdilibrary>



<http://www.oecd.org/oeccdirect/>

This book has...

StatLinks 

A service that delivers Excel® files from the printed page!

Look for the **StatLinks**  at the bottom of the tables or graphs in this book. To download the matching Excel® spreadsheet, just type the link into your Internet browser, starting with the <http://dx.doi.org> prefix, or click on the link from the e-book edition.

Sumário executivo

O relatório *Perspetivas económicas em África* assinala o bom desempenho do continente relativamente a questões económicas, sociais e de governação, com perspetivas animadoras para o futuro. Tendo como tema especial as cidades sustentáveis e a transformação estrutural, esta edição analisa ao pormenor os percursos distintos de África a caminho da urbanização e de que forma esta mudança contribuiu para uma afetação de recursos económicos para atividades mais produtivas.

Em 2015, o crescimento económico em África continuou a demonstrar resiliência, apesar da fragilidade da economia global, da descida dos preços das matérias-primas e de condições climáticas adversas, em algumas zonas do continente. O PIB real cresceu em média 3.6% em 2015, acima do crescimento médio mundial de 3.1% e mais do dobro do que na zona Euro. Com este ritmo, África continuou a ser a segunda economia com maior crescimento no mundo (a seguir à da Ásia emergente) e vários países africanos estão entre os países com o mais rápido crescimento económico a nível global. Prevê-se que o crescimento económico africano acelere em 2016/17, com base numa recuperação da economia mundial e num aumento gradual dos preços das matérias-primas. No entanto, esta previsão é incerta, dada a vulnerabilidade da economia global e a grande volatilidade dos preços das matérias-primas.

Os fatores internos têm estado na base da resiliência africana, permitindo aos países enfrentarem melhor a turbulência à escala mundial. Do lado da oferta, a agricultura impulsionou o crescimento em países onde as condições climáticas foram favoráveis, mas as secas e as cheias prejudicaram o crescimento em países da África Oriental e Austral. Nos países ricos em recursos naturais, verificou-se um abrandamento do crescimento, com a queda dos preços das matérias-primas a pressionarem os orçamentos públicos e a afetarem o investimento. A atividade da indústria transformadora melhorou em alguns países, embora limitada pelas persistentes faltas de energia. Do lado da procura, o consumo privado e o investimento no setor da construção continuaram a ser os principais impulsionadores do crescimento, contribuindo para uma certa proteção contra os choques externos. Contudo, a fraca procura mundial prejudicou o crescimento das exportações africanas, especialmente de recursos minerais e petróleo, e o turismo foi negativamente afetado por ataques terroristas e por problemas gerais de segurança em alguns países.

A manutenção da dívida em níveis sustentáveis é cada vez mais importante, dadas as crescentes pressões orçamentais na maioria dos países africanos. Em geral, os governos continuaram a adotar políticas orçamentais prudentes, a limitar a despesa e a melhorar a coleta de impostos. A rápida depreciação das taxas de câmbio e a degradação das contas correntes contribuíram para o aumento da inflação. Isto levou os países afetados a uma política monetária mais restrita para aliviarem as pressões inflacionistas. Alguns países beneficiaram de uma queda da inflação devido à descida dos preços da energia. Este facto criou espaço para uma flexibilização da política monetária, através de uma redução das taxas de juro, o que contribuiu para estimular o crescimento.

Em 2015, estima-se que os fluxos financeiros líquidos para África tenham atingido 208 mil milhões de USD, menos 1.8% do que em 2014. A ajuda pública ao desenvolvimento aumentou, mas as remessas de emigrantes continuam estáveis e são o principal fluxo financeiro em termos líquidos. Verificou-se um aumento na emissão de obrigações soberanas, apesar da subida das taxas de juro, o que reflete a escassez geral de recursos nesses países. No entanto, registou-se uma descida do investimento direto estrangeiro no setor petrolífero e metalúrgico, uma vez que o setor extrativo foi prejudicado pela

queda nos preços das matérias-primas. Houve uma queda nos fluxos de crédito da banca comercial e no investimento líquido em títulos de capital, refletindo condições globais de liquidez mais limitadas e uma postura de mercado hesitante. O crédito comercial bilateral também sofreu com o abrandamento do crescimento nas grandes economias emergentes. As políticas públicas deverão agora tentar estabilizar as atuais fontes de financiamento e explorar novas fontes, para apoiar as infraestruturas, a formação e o emprego.

O desempenho do crescimento africano nos últimos 15 anos criou novas oportunidades para o comércio. A União Europeia continuará a ser, previsivelmente, o principal parceiro comercial de África; contudo, o Acordo Tripartido de Comércio Livre proposto por três dos maiores blocos comerciais pode aumentar o tamanho do mercado, traduzindo-se em benefícios económicos. Este acordo pode reduzir as disparidades de rendimento nos países africanos e ajudar à integração financeira das regiões, desde que os governos reforcem as reformas estruturais e regulamentares e promovam a estabilidade macroeconómica. Será também necessário que os governos confirmem aos bancos pan-africanos um maior papel no financiamento do comércio, no aumento da liquidez do mercado de capitais e na atração de novas fontes de financiamento para o comércio intrarregional.

Os países africanos têm vindo a progredir, de forma consistente, embora a um ritmo insuficiente, no aumento de opções e acessibilidade nas áreas da educação e saúde, bem como na melhoria das condições de vida. Os avanços são dificultados pela desigualdade entre países, dentro dos países e entre mulheres e homens. São também prejudicados pela falta de oportunidades dos jovens e pela fraca transformação estrutural, especialmente em setores onde os grupos marginalizados são predominantes (nomeadamente a agricultura e os setores informais); bem como por investimentos insuficientes em programas de empoderamento das mulheres e de igualdade de género que possam ir além da esfera política. Um dos grandes desafios continua a ser assegurar o progresso humano para populações em rápido crescimento e com crescente mobilidade, tal como referido nas Agendas 2030 e 2063.

A urbanização em África contribui para ganhos em termos de desenvolvimento humano, mas não para toda a população. Assim, a resposta ao crescimento da pobreza urbana deve ser parte integrante das novas estratégias de urbanização. As tensões latentes entre grupos sociais, resultantes da exclusão económica, política e social, são ultrapassáveis se foram garantidos aos cidadãos meios de subsistência seguros e o acesso a serviços de qualidade. Tal depende também da ação dos governos para melhorar a segurança, promover os direitos humanos e proteger os grupos mais vulneráveis da sociedade. Isto tornar-se-á fundamental, à medida que os cidadãos africanos reforcem reivindicações sua capacidade reivindicativa por melhores oportunidades económicas e por instituições mais responsáveis e credíveis. Estas exigências requerem uma resposta adequada, através de políticas reguladoras sólidas e de uma prestação eficaz dos serviços públicos. Vários países têm dado bons exemplos na criação dos pressupostos necessários para se atingirem metas de desenvolvimento, nomeadamente o êxito da transição política no Burkina Faso, em 2015; o Prémio Nobel da Paz para o quarteto de diálogo nacional na Tunísia, ou as reformas implementadas nos sistemas de saúde em vários outros países.

A célere urbanização africana representa uma grande oportunidade, não apenas para os residentes urbanos de África, mas também para o desenvolvimento rural. Uma vez que dois terços dos investimentos em infraestruturas urbanas para 2050 ainda não foram efetuados, existe uma grande margem para novas políticas urbanas mais abrangentes que transformem as cidades e as vilas africanas em motores de transformação estrutural

sustentável. Para atingir este objetivo, é vital criar postos de trabalho mais produtivos para a população urbana em rápido crescimento. Estas novas políticas urbanas, nos níveis nacional e local, têm um papel essencial a desempenhar i) no desenvolvimento económico, através duma maior produtividade agrícola, industrialização e serviços; ii) no desenvolvimento social, através de habitações urbanas mais seguras e inclusivas e sólidas redes de segurança social; e iii) numa boa gestão ambiental, abordando os efeitos das alterações climáticas, a escassez de água e outros recursos naturais, controlando a poluição atmosférica, desenvolvendo sistemas de transportes públicos não poluentes, uma melhor recolha de resíduos e maior acesso à energia. Tais políticas incluem o reforço dos investimentos em infraestruturas urbanas; a melhoria da conectividade com as áreas rurais; uma melhor correspondência dos mercados imobiliários formais com a procura de habitação; a gestão da expansão dos terrenos urbanos; e o desenvolvimento de sistemas de transportes públicos no interior das cidades e entre elas. As novas políticas terão de ser adaptadas às especificidades das realidades urbanas de África; explorar formas inovadoras de financiamento do desenvolvimento de cidades sustentáveis e ser implementadas através de sistemas eficazes de governação a vários níveis. Em 2016, a posição comum africana relativamente ao desenvolvimento urbano e à emergente Nova Agenda Urbana internacional constitui uma oportunidade para discutir opções e começar a articular as novas políticas de urbanização em torno de estratégias para a transformação estrutural em África.

PARTE I

O desempenho e as perspectivas de África



Capítulo 1

Perspetivas macroeconómicas em África

Este capítulo analisa as condições macroeconómicas em diversas regiões e países em África, bem como no continente africano no seu todo. A análise salienta a forma como a queda dos preços do petróleo e das matérias-primas, a volatilidade do contexto global e a incerteza das condições políticas no plano interno estão a afetar muitas economias africanas, abordando a forma como os governos têm respondido a estes desafios. O capítulo analisa o crescimento económico recente no continente africano, as perspetivas para 2016 e 2017 e os fatores impulsionadores do lado da oferta e da procura, bem como os efeitos de uma evolução adversa dos termos de troca, a qual afeta também a situação orçamental e as contas correntes.

Resumo

África atingiu níveis impressionantes de crescimento económico nos últimos 15 anos, tendo o crescimento médio do produto interno bruto (PIB) passado de pouco mais de 2%, nas décadas de 1980 e 1990, para mais de 5%, no período entre 2001 e 2014. Nos últimos dois anos, o crescimento tem sido mais moderado; esta tendência deverá continuar em 2016, mas espera-se um aumento do crescimento em 2017. O crescimento em África é afetado negativamente pelas insuficiências da economia global e pela queda dos preços de importantes matérias-primas, mas é impulsionado pela procura interna, pela melhoria das condições do lado da oferta, por uma gestão macroeconómica cautelosa e por fluxos financeiros externos favoráveis. As previsões do relatório PEA pressupõem uma recuperação gradual da economia global e um aumento lento dos preços das matérias-primas. No entanto, esta previsão é incerta, dada a vulnerabilidade da economia global e a grande volatilidade dos preços das matérias-primas.

O crescimento continua a registar valores mais elevados na África Oriental, que é seguida pela África Ocidental e Central, registrando os menores valores na África Austral e no Norte de África. A verificar-se uma melhoria gradual dos contextos internacional e interno, o crescimento deverá acelerar em 2016/17 em todas as regiões. Na África Ocidental, a epidemia do Ébola foi minorada e verifica-se uma recuperação gradual da Guiné, Libéria e Serra Leoa.

As medidas de política monetária são diversas, uma vez que os países enfrentam diferentes pressões inflacionistas e cambiais. A política monetária foi mais restritiva em países onde as contas correntes e as taxas de câmbio sofreram pressões e a inflação aumentou, mas alguns países reduziram as taxas de juro à medida que a inflação descia devido à queda dos preços da energia e dos alimentos. Com a intensificação das pressões orçamentais, a maioria dos países aplicou políticas orçamentais prudentes, com medidas para conter a despesa e alargar a base das receitas.

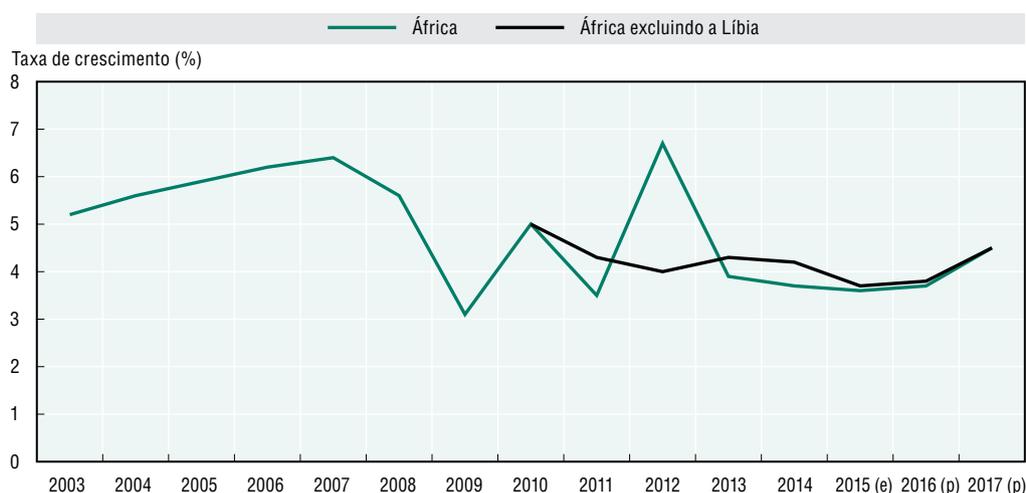
O crescimento africano abrandou, mas espera-se novamente um reforço

África atingiu níveis impressionantes de crescimento económico nos últimos 15 anos. O crescimento médio do produto interno bruto (PIB) mais do que duplicou, passando de uma percentagem pouco acima dos 2% nas décadas de 1980 e 1990, para mais de 5% no período entre 2001 e 2014. Nos últimos dois anos, o crescimento foi mais moderado, tendo as economias africanas sido influenciadas pelas condições adversas da economia global. O crescimento médio das economias africanas recuou ligeiramente, de 3.7% em 2014 para 3.6% em 2015, cerca de um ponto percentual abaixo do previsto no relatório PEA 2015. Excluindo a Líbia, onde a produção petrolífera regista grande volatilidade, o crescimento total de África atingiu 3.7% em 2015, comparativamente a 4.2% em 2014. As perspetivas macroeconómicas para a economia africana realçadas neste relatório pressupõem um reforço gradual da economia global e uma recuperação lenta dos preços das matérias-primas. Neste contexto internacional, espera-se a manutenção de um crescimento moderado em África em 2016 (3.7%), mas um novo reforço em 2017 (4.5%) (Figura 1.1). No entanto, esta previsão é incerta, dada a vulnerabilidade da economia global e a grande volatilidade dos preços das matérias-primas.

As principais causas do abrandamento do crescimento verificado em 2015 são a queda na procura global e a queda dos preços internacionais das matérias-primas, que afetaram negativamente os países africanos ricos em recursos naturais. O crescimento do PIB real em termos mundiais e do volume global de comércio situou-se mais do que um ponto percentual abaixo do previsto no relatório PEA 2015. A previsão do relatório de 2015 assumia, igualmente, que os preços internacionais do petróleo estariam, em média, 40% abaixo dos níveis de 2014, mas registaram-se preços quase 50% mais baixos. Os preços dos metais, nomeadamente do cobre, e os preços de exportação de alguns produtos agrícolas, como o algodão, estiveram também abaixo do previsto.

O crescimento em África continuou a ser superior ao crescimento mundial, apesar das condições adversas da economia global. Este crescimento foi também muito mais elevado do que na América Latina e Caraíbas, onde se registou um ligeiro decréscimo do PIB devido, principalmente, às profundas recessões no Brasil e na Venezuela. Apesar do abrandamento, África continuou a ser a segunda região do mundo com maior crescimento. Vários países africanos (Côte d'Ivoire, Djibouti, Etiópia, Moçambique, Ruanda e Tanzânia) estão entre os países com mais rápido crescimento a nível global, atingindo taxas de crescimento entre 6% e 10%.

Figura 1.1. Crescimento económico em África, 2003-17



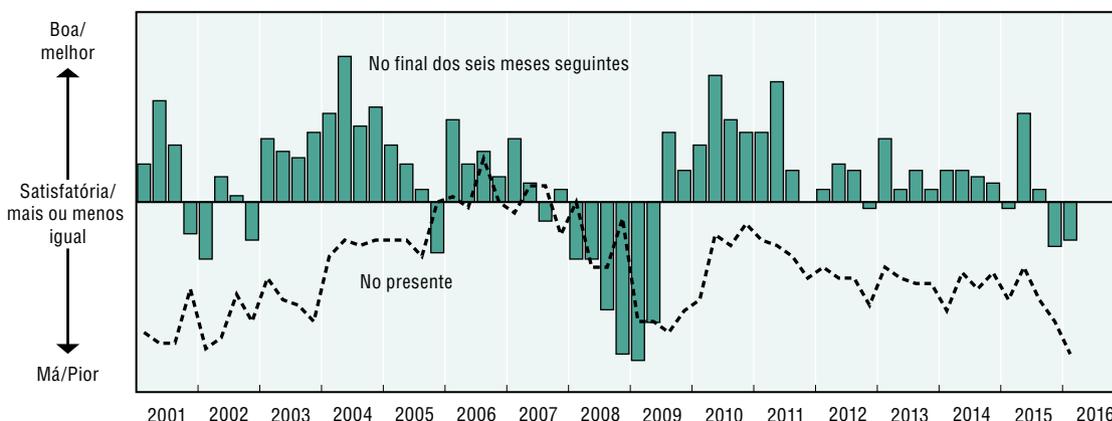
Nota: (e) estimativas; (p) projeções.

Fonte: Departamento de Estatística, Banco Africano de Desenvolvimento.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391073>

A Ásia emergente e em desenvolvimento, que é a região com maior crescimento no mundo, apresentou um decréscimo do crescimento entre 2014 e 2015. No início deste período registou-se um crescimento económico de 6.8%, enquanto ao final de 6.5%. Na República Popular da China, a maior economia da região, o crescimento tem diminuído, de 7.7% em 2013, para 7.3% em 2014 e menos de 7% em 2015. Este crescimento mais fraco da China e a sua transição de uma economia baseada no investimento e na exportação de bens industriais para um maior enfoque no consumo e nos serviços são fatores importantes na queda recente dos preços das matérias-primas, sugerindo o fim do “super-ciclo das matérias-primas” que marcou a última década. Enquanto a queda dos preços das matérias-primas tem afetado negativamente os exportadores destes recursos em África, o *reajustamento* da economia chinesa para um maior consumo pode refletir-se positivamente nas economias africanas, nos próximos anos. Os países africanos mais bem posicionados para exportar bens de consumo para a China, incluindo produtos agrícolas, são aqueles que mais beneficiarão da transição chinesa para um crescimento mais baseado no consumo. O aumento dos salários na China pode, também, prejudicar a sua competitividade nos produtos de fabrico barato e aumentar ainda mais os fluxos de IDE para África (ver Caixa 1.1).

Figura 1.2. Situação económica atual em África e projeção para seis meses 2000 Q1 – 2016 Q1



Nota: Análises qualitativas dos participantes no inquérito trimestral sobre a situação económica atual e as expectativas para os seis meses seguintes.

Fonte: Ifo institute World Economic Survey (I/2016).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933391083>

O enfraquecimento do crescimento africano reflete-se, igualmente, nas respostas dos inquiridos africanos ao inquérito de opinião *World Economic Survey* do Ifo Institute.¹ No segundo semestre de 2015, houve uma deterioração quer na avaliação da situação económica atual, quer nas expectativas para os seis meses seguintes, o que refletia um abrandamento do crescimento, tal como se tornou agora óbvio nas estatísticas oficiais. No início de 2016, estes indicadores não melhoraram, o que se deu muito provavelmente devido aos efeitos adversos de uma economia mundial ainda frágil e de uma nova queda nos preços das matérias-primas (Figura 1.2).

Caixa 1.1. Consequências de um crescimento chinês mais baixo e equilibrado em África

O abrandamento do crescimento do produto nas grandes economias emergentes tem sido associado com a queda dos preços das matérias-primas. Para além dos fatores da oferta, o declínio acentuado do investimento e o reajustamento do crescimento na China têm contribuído para a queda dos preços das matérias-primas, em particular dos metais e da energia. O bom desempenho económico de África desde a viragem do século tem sido sustentado por três fatores principais: preços elevados das matérias-primas, fluxos financeiros externos consideráveis, e melhoria das políticas e das instituições. Os países africanos exportadores líquidos de matérias-primas enfrentam obstáculos macroeconómicos, o que pode refletir-se negativamente nos fluxos financeiros externos, o segundo pilar do bom desempenho nos últimos anos.

Se os baixos preços das matérias-primas têm gerado efeitos adversos nos exportadores africanos destes produtos, o reajustamento da China pode originar efeitos favoráveis, embora de forma gradual. A deslocalização do fabrico de produtos baratos da China pode reforçar os efeitos positivos da queda dos preços das matérias-primas sobre as receitas dos países importadores de petróleo. Estes efeitos favoráveis podem estimular a entrada de fluxos de IDE em África. A queda dos preços das matérias-primas gera benefícios decorrentes do alívio da pressão orçamental nos países com grande peso das importações de combustível (Egito, Etiópia, Quênia, Moçambique e Tanzânia), que contrastam com grandes desafios para os exportadores de energia (Angola, Chade, Congo, Gabão e Nigéria) e para os países exportadores de outras matérias-primas (África do Sul, Gana e Zâmbia).

Caixa 1.1. Consequências de um crescimento chinês mais baixo e equilibrado em África (cont.)

Os baixos preços das matérias-primas podem deslocar o centro de gravidade da economia africana de oeste para leste, ou seja, transitando para economias menos dependentes destes produtos (Schaffnit-Chatterjee e Burgess, 2015). O financiamento dos investimentos poderá seguir esta tendência, reforçado pelo efeito periférico da iniciativa chinesa *One Belt One Road* (OBOR), a qual inclui o financiamento de infraestruturas na África Oriental. O novo Fundo da Rota da Seda, criado pela China, é direcionado para as economias ao longo da costa oriental africana. Isto aponta para uma mudança do enfoque tradicional, centrado em assegurar recursos naturais, para uma abordagem mais exploratória de oportunidades para criação de um polo de produção na região africana.

O abrandamento da economia chinesa pode afetar o financiamento ao desenvolvimento de África por várias vias:

- **Crescimento:** o abrandamento reflete-se numa redução do crescimento mundial e do crescimento dos países de baixo rendimento, particularmente os exportadores de matérias-primas.
- **Comércio:** a desaceleração traduz-se em menos receitas de exportação em África, em menos poupanças das empresas e menos créditos comerciais.
- **Preços:** os termos de troca menos favoráveis têm efeitos negativos nas receitas dos países exportadores de matérias-primas, o que, associado à queda dos preços dos metais e minérios, contribui para a redução das poupanças ao nível das famílias, das empresas e do Estado.
- **Oferta de liquidez:** a redução das reservas de divisas em moeda estrangeira e dos ativos de fundos soberanos podem traduzir-se numa diminuição do crédito para África.

O elevado crescimento da China tem impulsionado o crescimento económico global nos últimos anos (Figura 1.3). Entre 2011 e 2015, o contributo relativo da China para o crescimento mundial esteve a par das economias mais avançadas, tendo-se mantido a um nível elevado durante uma década. O contributo da Índia para o crescimento global também aumentou desde o início do século. No entanto, o contributo chinês para o crescimento mundial nos últimos anos foi de quase 30%, ou seja, 20 pontos percentuais acima do contributo indiano. A Índia é um país mais fechado e consideravelmente mais pobre do que a China, não conseguindo ainda compensar o impacto da desaceleração da economia chinesa no crescimento e no comércio global.

Um estudo recente do Banco Mundial (2015) utiliza um modelo de equilíbrio geral para quantificar o impacto que um crescimento mais baixo e mais equilibrado da China terá no crescimento futuro de África (Figura 1.4). O modelo simula seja os efeitos de um abrandamento, como de um reajustamento, bem como o efeito combinado de ambos.

O efeito combinado do abrandamento e reajustamento da economia chinesa na África subsariana é positivo, uma vez que o efeito positivo de um crescimento mais equilibrado compensa o efeito negativo da desaceleração do crescimento. Em 2030, segundo esta simulação, a transição da China contribuirá para aumentar o nível do PIB na África subsariana em 4.7%, relativamente ao valor base de referência. Os países mais bem posicionados para exportar bens de consumo para a China, incluindo produtos agrícolas, colherão maiores benefícios de um crescimento chinês mais baixo e equilibrado. De acordo com esta análise, a Zâmbia – um dos principais exportadores de cobre – é o único país que não beneficiará da transição chinesa para um modelo de crescimento mais assente no consumo. No entanto, esta simulação não tem em conta os possíveis efeitos que um aumento do investimento direto chinês poderá ter no crescimento africano. O aumento de salários na China leva a maiores custos unitários do trabalho, prejudicando a competitividade externa da China no fabrico de produtos manufaturados de baixo custo. A China poderá, portanto, expandir a sua presença nas zonas económicas especiais em África ou promover a criação de novas zonas. Os efeitos positivos do investimento direto estrangeiro (IDE) no crescimento serão maiores à medida em que os problemas da insuficiência em termos de infraestruturas e fornecimento de energia em África que forem resolvidas

Caixa 1.1. Consequências de um crescimento chinês mais baixo e equilibrado em África (cont.)

As ligações comerciais têm impacto nos fluxos financeiros por via dos créditos comerciais e, indiretamente, através dos lucros empresariais. As relações de comércio entre a China e o continente africano aumentaram significativamente desde 2000. A China ultrapassou outros parceiros comerciais em termos relativos e a Índia triplicou o seu peso nas exportações de África (Tabela 1.1). Em termos absolutos, a dinâmica comercial dos parceiros emergentes foi fundamental para quadruplicar as exportações africanas, as quais aumentaram de 142.4 mil milhões de USD em 2000, para 566.6 mil milhões de USD em 2014. O bloco dos países emergentes compra atualmente mais exportações africanas do que o bloco de países avançados. Há apenas 15 anos, aqueles países só representavam um quinto das exportações africanas. Em termos de proporção e dinâmicas de comércio, a China e a Índia representam atualmente uma porção significativa das receitas de exportação de África.

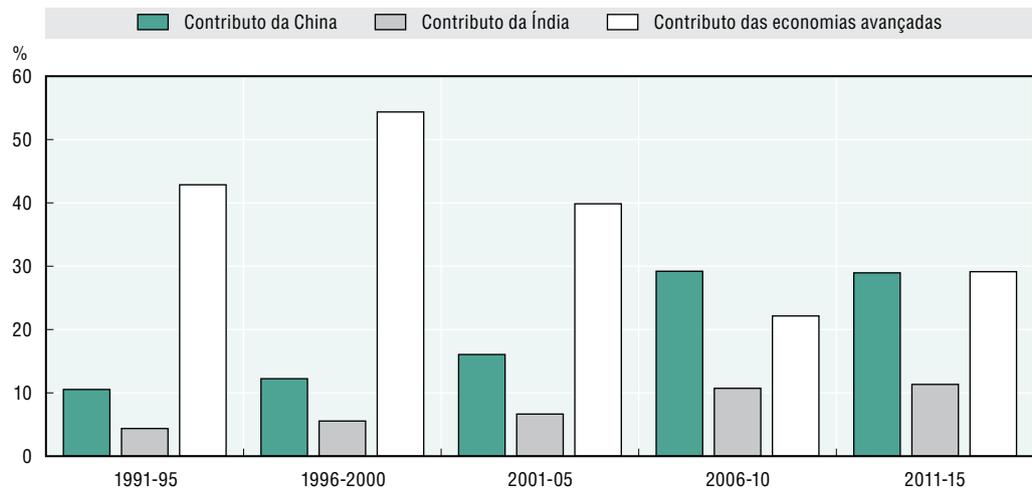
O financiamento do comércio é, potencialmente, um forte canal de transmissão entre o setor financeiro e a economia real. Os créditos à exportação e os empréstimos para projetos de desenvolvimento provenientes de grandes economias de mercado emergentes (EME) – nomeadamente o Brasil, a China e a Índia – têm desempenhado um papel relativamente importante como canais de financiamento do comércio com o continente africano (BAD et al., 2011). Tendo em conta a redução dos excedentes nas contas correntes e a diminuição das reservas, existe o risco de a China e outras EME cortarem nestes financiamentos a África, nomeadamente no volume de créditos à exportação, das linhas de crédito garantidas por recursos naturais e dos mecanismos híbridos de financiamento.

A queda dos preços das matérias-primas pode prejudicar a mobilização de recursos em África. O canal dos preços reforça os efeitos do canal do comércio, no que respeita ao impacto do abrandamento das EME no financiamento do continente africano. Do ponto de vista financeiro, é improvável que o impacto das alterações nos preços das matérias-primas seja simétrico ou um jogo de soma zero. A reciclagem dos grandes excedentes das contas correntes verificados nos exportadores de petróleo (nomeadamente africanos) teve efeitos positivos no financiamento do continente africano, porém não terá comparação com o nível de excedentes nos países importadores de petróleo.

As receitas fiscais podem, igualmente, ser afetadas de várias formas. Em muitos países africanos, os impostos comerciais (tarifas aduaneiras) sustentam as receitas públicas, pelo que a queda nas exportações de matérias-primas contribuirá para agravar a situação orçamental. Os rendimentos provenientes dos recursos naturais representaram mais de 80% da coleta total de impostos em 2013 em países ricos em petróleo como Angola, Argélia, Congo, Guiné Equatorial e Líbia (BAD/OCDE/PNUD, 2015). Pelo contrário, os países pobres em recursos naturais alargaram a sua base fiscal e arrecadaram receitas através de impostos diretos e indiretos. Uma crise generalizada que afete o consumo reduzirá as receitas fiscais também nestes países.

A redução das reservas dos EME pode afetar os fluxos financeiros para África. O canal de oferta de liquidez alterou-se consideravelmente desde meados de 2014. As reservas de divisas aumentaram de 1.8 biliões de USD em 2000, para um nível máximo de 12 biliões de USD em meados de 2014. A acumulação de desequilíbrios económicos na década de 2000 originou uma alteração significativa da riqueza a favor dos excedentes orçamentais nos EME (OCDE, 2010). Só a China aumentou os seus stocks de reserva de 170 mil milhões de USD em 2000, para 4 biliões de USD em Agosto de 2014, com o objetivo de limitar as pressões de valorização da moeda. Desde meados de 2014, verifica-se uma diminuição quer das reservas de divisas quer dos ativos de fundos soberanos nas economias emergentes, devido à queda dos preços das matérias-primas e à descida das entradas brutas de capital. As vendas líquidas de reservas da China, Federação Russa e Arábia Saudita são responsáveis pela maioria da redução das reservas. Estes três países reduziram as suas reservas de divisas em cerca de 1.5 biliões de USD, relativamente ao seu nível máximo. Saliente-se que estes países foram investidores emergentes proeminentes no continente africano (BAD et al., 2011).

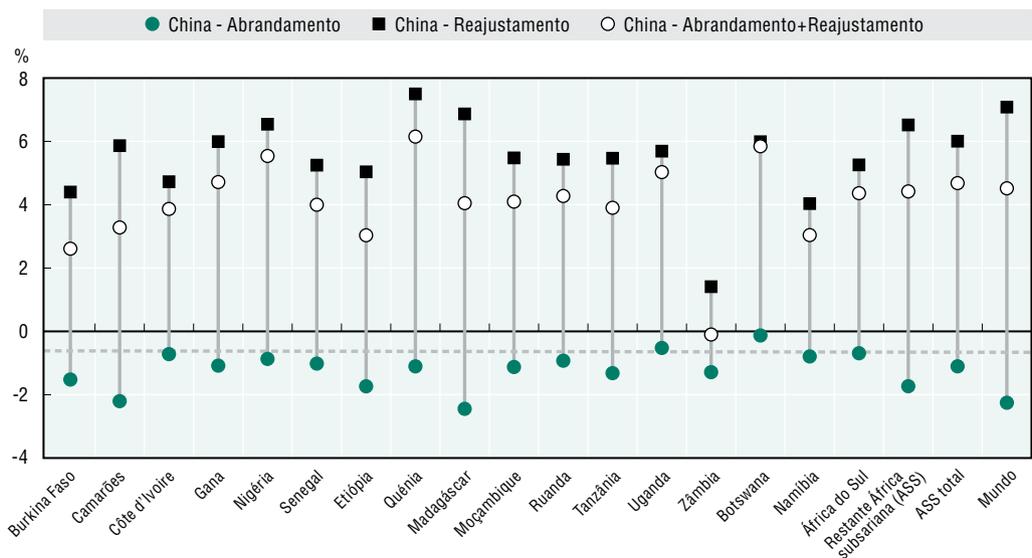
Figura 1.3. Contributo para o crescimento global, 1991-2015, por áreas (%)



Fonte: Cálculos do autor, com base em dados do FMI (2015).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391099>

Figura 1.4. Impacto da transição da China para um crescimento menor e mais equilibrado no crescimento da África subsariana (ASS)



Nota: Estima-se que o crescimento da China abrandará para uma média anual de 6% no período 2016-30, atingindo 4,6% em 2030. Prevê-se que o reajustamento da China reduza gradualmente o peso do investimento no PIB, de 46,7% em 2015 para 35,5% em 2030, com um aumento correspondente no consumo privado. O peso do setor dos serviços deverá aumentar gradualmente, de 50% do PIB em 2015 para 61% em 2030. Em alternativa, a análise assumiu a inexistência de um reequilíbrio e um crescimento real constante da China de 7% anuais no período 2016-30.

Fonte: Banco Mundial (2015), dados disponibilizados pela equipa Africa Pulse.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391104>

Tabela 1.1. Peso dos parceiros externos (selecionados) nas exportações e importações africanas, 2000 e 2014 (%)

	2000		2014	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações
Parceiros tradicionais	78.3	75.4	46.7	54.3
UE25	51.3	56.4	34.0	37.4
Estados Unidos	20.4	10.1	5.5	6.4
Parceiros emergentes	21.7	24.6	53.3	45.7
Brasil	2.0	1.3	1.7	3.0
China	4.6	4.9	18.4	15.3
Índia	2.4	2.1	6.1	7.4
Federação Russa	0.3	1.0	1.0	0.6
Turquia	1.9	1.3	2.4	1.0
Tailândia	0.6	1.2	1.5	0.8
Valor total (mil milhões de USD)	142.4	104.0	566.6	531.5

Fontes: Dados de 2000: BAD et al. (2011); Dados de 2014: UN Comtrade (2015).

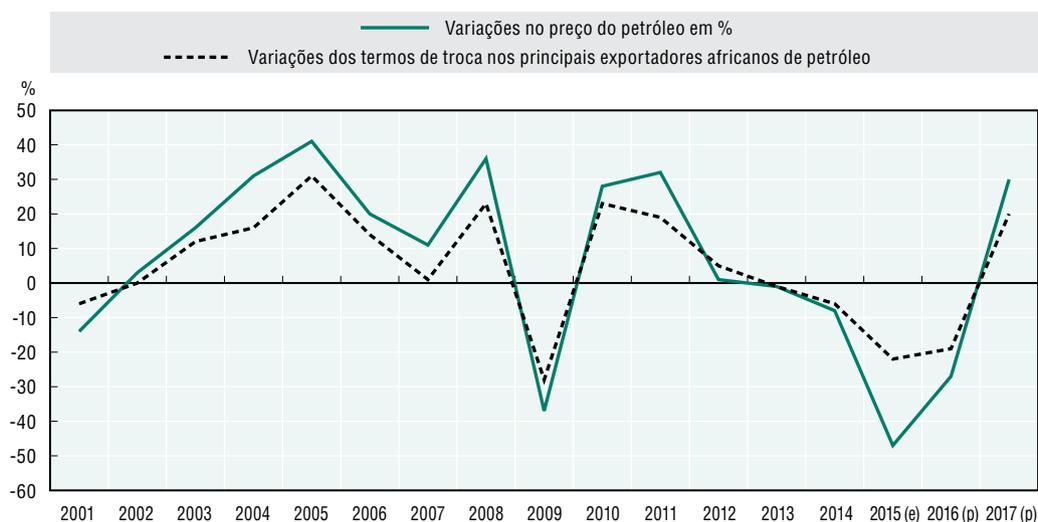
A procura interna e a melhoria das condições do lado da oferta impulsionam o crescimento, apesar das condições adversas no plano global

Do lado da procura, o consumo privado continuou a ser um dos motores do crescimento em 2015, apoiado pela redução dos preços do petróleo e dos alimentos, bem como pelo crescimento das remessas (para uma análise detalhada dos fluxos financeiros externos, ver Capítulo 2). O investimento na construção, tanto público como privado, também continuou a ser um importante fator de crescimento. Pelo contrário, as exportações continuaram estagnadas, registando em muitos casos uma diminuição devida à fraca procura mundial. Assim, o crescimento africano foi, mais uma vez, baseado em fatores domésticos, que ajudaram a amenizar as condições adversas da economia global. A promoção do comércio e da integração ao nível regional assumiu uma importância acrescida dada a vulnerabilidade de África aos choques externos (ver Capítulo 3).

A recente queda dos preços de exportação relativamente aos preços de importação levou a perdas nos termos de troca, o que reduz o poder de compra do produto nacional e prejudica os lucros e o investimento. Considerando um preço médio do petróleo na ordem dos 37 USD por barril em 2016, e de 48 USD por barril em 2017, os termos de troca dos principais países africanos exportadores de petróleo serão outra vez mais baixos em 2016, comparativamente a 2015, e só registarão uma melhoria em 2017 (Figura 1.5). No entanto, a volatilidade recente dos preços do petróleo e de outras matérias-primas dá origem a grandes incertezas sobre a sua evolução futura e, conseqüentemente, sobre as perspetivas dos termos de troca para os países exportadores de petróleo, com os riscos a penderem mais para o lado negativo.

O declínio recente das matérias-primas salienta, mais uma vez, a vulnerabilidade das economias dependentes de algumas matérias-primas, suscitando um esforço de muitos governos dos países ricos em recursos naturais no sentido de diversificarem a economia. A descida das taxas de câmbio também deverá contribuir para uma maior competitividade internacional de outros setores.

Figura 1.5. Preços do petróleo e termos de troca nos principais exportadores de petróleo em África, 2001-17



Nota: (e) estimativas; (p) projeções.

Fonte: Cálculos do autor.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391118>

Caixa 1.2. Termos de troca em África

Os termos de troca em África (ou seja, a relação entre os preços de exportação e de importação) têm melhorado consideravelmente ao longo da última década. Este aumento radica, principalmente, no desenvolvimento dos países ricos em recursos naturais, os quais beneficiaram do *boom* nos preços internacionais das matérias-primas, impulsionado pela recuperação económica global e pelo crescimento rápido e intensivo em recursos naturais da China. A média dos termos de troca em África (ponderada em função do PIB) atingiu um máximo em 2008, ano em que se situou 65% acima no nível registado em 2000. Esta tendência positiva foi interrompida pela forte recessão global em 2009, altura em que os preços das matérias-primas registaram uma queda abrupta. Após a recuperação desses preços, os termos de troca em África atingiram um novo máximo em 2012, sendo 80% mais altos do que em 2000. Em 2014 e 2015, os preços do petróleo e de outras matérias-primas voltaram a cair. Verificou-se uma perda parcial dos ganhos anteriores, resultantes de bons termos de troca, embora o nível médio desse em África continue a estar 50% acima do registado no ano 2000 (segundo estimativas do PEA). As alterações dos termos de troca diferem substancialmente entre os países. Os países africanos ricos em recursos naturais são particularmente afetados pela subida ou queda dos preços internacionais das matérias-primas dada a sua grande dependência destes produtos, que são tanto petrolíferos, quanto não petrolíferos. Simultaneamente, os países importadores de petróleo foram afetados pela anterior subida dos preços do petróleo e agora beneficiam dos preços mais baixos. No entanto, os países ricos em recursos naturais enfrentam termos de troca altamente voláteis. Isto é particularmente evidente nos termos de troca dos principais países exportadores de petróleo em África, os quais estão fortemente interligados com a evolução dos preços dessa matéria prima (Figura 1.5). A análise da volatilidade dos termos de troca revela uma grande volatilidade em países exportadores de petróleo como Angola, Argélia, Gabão, Líbia, Nigéria, República Democrática do Congo e Sudão, bem como na Zâmbia, fortemente dependente das exportações de cobre. O desvio-padrão (isto é, a variação em relação à média) das alterações anuais dos termos de troca nestes países foi cerca de 15 ou mais, no período entre 2001 e 2014. Pelo contrário, a volatilidade foi muito mais baixa (desvio-padrão entre 2 e 5) em países menos dependentes das matérias-primas e/ou mais diversificados, como a África do Sul, Etiópia, Quênia, Senegal, Tanzânia, Tunísia e Uganda.

Caixa 1.2. Termos de troca em África (cont.)

A melhoria dos termos de troca contribuiu para a prosperidade económica, mas a queda recente dos preços de exportação relativamente aos preços de importação veio reverter parcialmente os ganhos anteriores, resultantes desses termos de troca mais favoráveis. O poder de compra do produto interno (ou seja, o valor dos bens e serviços que podem ser comprados com a produção nacional, denominado de “*command GDP*”) decresceu em relação ao PIB real, mas o crescimento do PIB real também registou um abrandamento, uma vez que a queda dos preços das matérias-primas tende a reduzir o investimento e o crescimento do setor dos recursos naturais. Os outros setores são também afetados, por via da sua ligação direta ao setor dos recursos, ou indiretamente devido ao corte orçamental na despesa como resposta à descida das receitas. No entanto, este efeito negativo no crescimento pode ser mitigado, quando a existência de taxas de câmbio mais baixas permitem a outras empresas exportar mais e/ou lidarem melhor com a competição das importações.

É importante ter em conta, também, a magnitude e rapidez das alterações nos termos de troca, tendo ambas aumentado drasticamente. Embora o crescimento económico beneficie, geralmente, de termos de troca favoráveis, a existência de alterações muito voláteis nos termos de troca pode gerar instabilidade macroeconómica e refletir-se negativamente no crescimento a médio prazo (Awel, 2012). Contudo, os impactos adversos da subida e descida dos termos de troca na economia podem ser mitigados se as políticas monetária e orçamental conseguirem conter a inflação e acumular poupanças durante o período mais favorável. Isto permite prevenir o sobreaquecimento da economia, restringir a apreciação real da taxa de câmbio e criar margem orçamental, o que é indispensável para combater a recessão económica num contexto de colapso dos termos de troca. No entanto, se as políticas forem pró-cíclicas e incapazes de conter a inflação durante o *boom*, a ocorrência de grandes alterações nos termos de troca será mais prejudicial e as políticas menos eficazes para colmatar os efeitos adversos na economia, quando houver uma deterioração dos termos de troca. (Para uma análise detalhada sobre as políticas recentes de cada país, ver as respetivas Notas de Países.)

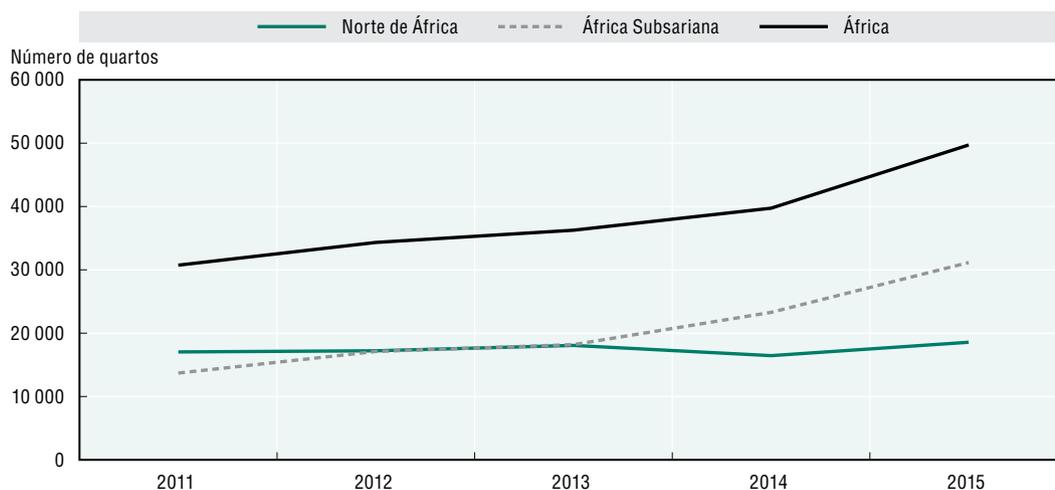
Do lado da oferta, muitos países africanos aperfeiçoaram as suas condições para fazer negócios. Em 2015, dos 51 países africanos avaliados pelo relatório *Doing Business* (Banco Mundial, 2016a), 23 melhoraram a sua pontuação. As condições para a realização de negócios melhoraram, em particular, no Quênia, no Uganda, nas Seychelles e na Maurítânia (segundo a melhoria nos rankings). Nos outros 20 países, a condições continuaram iguais ou melhoraram (de acordo com as pontuações) mas a sua classificação no ranking foi pior, porque as pontuações noutros países cresceram ainda mais. No Gabão e na Zâmbia, tanto a pontuação como a classificação diminuíram, o que também se verificou no Ruanda, país que está entre os que realizaram mais reformas nos últimos anos. O Ruanda continua, porém, a figurar como segundo classificado, a seguir às Maurícias, no conjunto de países africanos avaliados segundo a facilidade de fazer negócios (ver Capítulo 5).

Em 2015, a agricultura contribuiu para o crescimento dos países em que as condições climatéricas foram favoráveis e em que o investimento aumentou a produtividade. No entanto, a ocorrência de secas ou cheias prejudicou o crescimento em vários países, como foi o caso da África do Sul, Etiópia, Malawi, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe. Este setor continua a ser muito vulnerável às condições meteorológicas e à volatilidade dos preços dos produtos agrícolas. Nos países ricos em recursos naturais, a queda dos preços das matérias-primas restringiu os orçamentos nacionais e o investimento, refletindo-se numa diminuição do crescimento. Em alguns países, a produção das indústrias extrativas manteve-se inalterada ou aumentou ligeiramente, apesar da queda dos preços das matérias-primas (Nigéria e Zâmbia), enquanto noutros países registou um decréscimo (África do Sul, Botswana, Gabão, Guiné, Guiné Equatorial e Serra Leoa).

A atividade da indústria transformadora registou melhorias em alguns países (África do Sul, Etiópia, Quênia e Ruanda), mas foi condicionada, na maioria dos casos, pela fraca procura de exportações e/ou por falhas de energia. Esperam-se novos investimentos para impulsionar a indústria transformadora em vários países (por exemplo no Botswana e nas Maurícias). O setor da construção continuou a ser um motor do crescimento em muitos países, sendo frequentemente impulsionado pelos programas de infraestruturas públicas, mas também pelo investimento privado, incluindo na habitação. O setor dos serviços também continua a ser um importante fator de crescimento em África. Tanto os serviços tradicionais de transportes, comércio, setor imobiliário, serviços públicos e financeiros, como as novas tecnologias de informação e de telecomunicações continuam a ser motores importantes da produtividade e do crescimento.

Para além destes, o turismo é um setor de serviços importante e em crescimento. O número de quartos de alojamento hoteleiro continuou a crescer (Figura 1.6). No entanto, as chegadas de turistas internacionais a África registaram uma queda de 3%, em 2015, sendo de 53 milhões, de acordo com a Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas (OMT, 2016). O número de chegadas caiu 8% no Norte de África e 1% na África subsariana, embora esta última tenha registado uma evolução positiva no segundo semestre do ano. Em alguns países, o turismo foi prejudicado pelo terrorismo e por problemas de segurança na região (Burkina Faso, Camarões, Egito, Quênia e Tunísia). Noutros países, o turismo foi um fator impulsionador do crescimento em 2015 (Etiópia, Madagáscar, Maurícias, Ruanda, Seychelles e Zimbabwe).

Figura 1.6. Número de quartos de hotel disponíveis em África, 2011-15



Fonte: BAD/NYU Africa House/ATA (2015).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933391129>

A análise dos países africanos com maior crescimento económico nos últimos cinco anos revela padrões muito diversos em termos setoriais (Tabela 1.2). Na Nigéria, as mudanças estruturais parecem estar em consonância com a teoria tradicional dos três setores da economia, uma vez que a diminuição do peso do setor primário correspondeu a um aumento do peso dos setores restantes.² O peso da agricultura decresceu igualmente em muitos outros países, mas aumentou no Quênia e na Tanzânia. Em alguns países, o peso da indústria extrativa diminuiu, mas aumentou noutros, onde o início de nova produção veio incentivar o crescimento (petróleo no Gana e extração de minério de ferro na Serra Leoa). O peso da indústria transformadora cresceu apenas em alguns países (Níger, Nigéria e Uganda), mas em muitos outros permaneceu constante, ou até decresceu. Já os setores da construção e dos serviços foram motores importantes do crescimento em muitos países.

Em suma, os países africanos têm um desempenho de crescimento com padrões setoriais muito diferentes. No entanto, a teoria dos três setores, sendo simplista, pode induzir em erro, já que a produtividade não é apenas gerada pela realocação entre setores, mas também através da modernização e realocação dentro de cada setor, bem como por melhores ligações entre setores. Especificamente, o aumento da produtividade na agricultura pode impulsionar a indústria de transformação alimentar e a indústria de curtumes, para benefício de ambos os setores (McMillan e Harttgen, 2015).

Tabela 1.2. Alterações setoriais nas economias africanas com maior crescimento, 2009-14

(variação do peso no PIB, em pontos percentuais)

	Agricultura, florestas, pesca e caça	Indústrias extrativas, incluindo a extração de petróleo e gás	Indústria transformadora	Construção	Eletricidade, gás e água	Serviços
Burkina Faso	-0.7	5.4	-3.6	4.2	0.3	-5
Congo	0.1	-3.6	0.1	1.8	0.1	1.5
República Democrática do Congo	-1.9	0.4	-1.5	0.5	0	2.5
Etiópia	-10.2	0.6	0.3	4.1	-0.4	5.6
Gana	-12.2	7.4	-1	3.7	-0.1	2.2
Quênia	3.3	0.2	-1.7	0.6	-0.3	-2.1
Malawi	-5.3	0.2	-2.1	1.9	-0.1	5.4
Moçambique	-2.2	2	-1.8	0.5	-0.1	1.6
Niger	-1.6	3.3	1	0	-0.1	-2.6
Nigéria	-16.1	-17.1	6.5	1.9	0.4	24.4
Ruanda	-1.2	1.1	-0.5	1.5	0.1	-1
Serra Leoa	-8.2	17.2	-0.6	-0.5	0.1	-8
Tanzânia	1.5	1.6	0	2.1	-0.5	-4.7
Uganda	-2.5	-0.5	1.5	2.1	-0.4	-0.2
Zâmbia	-2.9	-2.3	-1.2	3.4	0.1	2.9

Nota: Países selecionados com um crescimento real do PIB (média anual) acima de 5%, durante este período.

Fonte: Cálculos do autor, com base em dados do Departamento de Estatística do Banco Africano de Desenvolvimento.

A África Oriental continua a ser a região com maior crescimento

O crescimento económico no continente africano é diverso em razão de fatores como as diferenças nos níveis de rendimento, o grau de dependência face às exportações de matérias-primas, a estabilidade política e social e as políticas estruturais e macroeconómicas. As taxas de crescimento mais altas continuam a verificar-se na África Oriental, seguida da África Ocidental e Central, enquanto a África Austral e o Norte de África registam o pior desempenho. Prevê-se um aceleração do crescimento em todas as regiões, em 2016/17, com base no pressuposto de uma melhoria gradual das condições internas e internacionais (Tabela 1.3).

Tabela 1.3. Crescimento em África por região, 2014-17
(crescimento real do PIB, em percentagem)

	2014	2015 (e)	2016 (p)	2017 (p)
África	3.7	3.6	3.7	4.5
África Central	6.1	3.7	3.9	5.0
África Oriental	6.5	6.3	6.4	6.7
Norte de África	1.4	3.5	3.3	3.8
África Austral	2.8	2.2	1.9	2.8
África Ocidental	6.0	3.3	4.3	5.5
<i>Rubricas por memória:</i>				
África excluindo a Líbia	4.2	3.7	3.8	4.5
África subsariana (ASS)	5.0	3.6	4.0	4.9
ASS excluindo a África do Sul	5.9	4.2	4.7	5.6

Nota: (e) estimativas; (p) projeções.

Fonte: Departamento de Estatística, Banco Africano de Desenvolvimento.

Em 2015, a **África Oriental** foi novamente a região com maior taxa de crescimento, prevendo-se que continue neste caminho em 2016/17. A região beneficia de grandes entradas de IDE, embora se verifique alguma incerteza sobre a evolução destes fluxos em 2015 (ver Capítulo 2). O forte desempenho económico estende-se a quase toda a região, tendo vários países ultrapassado 5% de taxa de crescimento (Djibouti, Etiópia, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda) e prevendo-se a manutenção desta trajetória em 2016/17. O Sudão também registou um bom desempenho após o choque da secessão em 2011. Nestes países, o crescimento é frequentemente impulsionado pelos serviços e pela construção, incluindo os programas de investimento público, mas também parcialmente pela indústria e pela agricultura (nos casos em que as condições climáticas têm sido favoráveis, como no Sudão e na Tanzânia). No Sudão do Sul, pelo contrário, a queda dos preços e da produção petrolífera, por um lado, e o conflito político, por outro, tiveram um forte impacto negativo no PIB real, o qual registou uma contração em 2015. As perspetivas futuras neste país dependem, em particular, de uma implementação atempada do último Acordo de Paz. Na Eritreia, verificou-se uma estagnação da economia, devido à fraca procura de exportações e a dificuldades no ambiente de negócios e investimento. Nas Comores, a crise energética continuou a prejudicar o crescimento.

Na **África Ocidental**, o crescimento abrandou em 2015, devido à queda acentuada dos preços das matérias-primas e à crise do Ébola. Na maior economia de África, a Nigéria, a produção de petróleo manteve-se baixa e o crescimento no setor não-petrolífero enfraqueceu, em consequência dos cortes orçamentais devido à queda das receitas petrolíferas. A atividade do setor privado foi igualmente afetada por políticas monetárias e cambiais mais restritivas, implementadas para colmatar a desvalorização da moeda. Espera-se que haja uma retoma gradual do crescimento, com a ajuda de um orçamento nacional mais expansionista. A crise do Ébola tem tido um impacto significativo nas economias da Guiné, da Libéria e particularmente da Serra Leoa, à qual se junta a queda dos preços das matérias-primas (ver Caixa 1.3). No entanto, outros países da região atingiram taxas de crescimento relativamente altas, em 2015 (Benim, Côte d'Ivoire, Mali, Senegal e Togo), com perspetivas favoráveis também para 2016/17.

Na **África Central**, verificou-se também um abrandamento do crescimento em 2015. O crescimento na República do Congo (Congo) foi menor do que no ano anterior, com o governo a cortar no investimento em infraestruturas, em resposta à queda das receitas petrolíferas. Na Guiné Equatorial, o PIB caiu em resultado da diminuição da produção de petróleo, tendência que se deverá manter em 2016/17. Na República Centro-Africana,

houve uma recuperação do PIB, apesar da tensão política e dos riscos de segurança. A melhoria da segurança e a normalização da cooperação internacional deverão ajudar à continuação da retoma da economia. Os Camarões prosseguem o caminho de um crescimento sólido e de base alargada, impulsionado pela agricultura e florestas, pela construção, pela indústria e produção de petróleo, embora se verifiquem problemas de segurança na região fronteiriça a norte. No Gabão, o governo deu continuidade ao programa de investimento e incentivou o crescimento, apesar da queda das receitas petrolíferas. Em 2015, o crescimento na República Democrática do Congo foi mais moderado mas sólido, assente na agricultura, comércio e indústrias, com um aumento da produção na maioria das indústrias extrativas.

Na **África Austral**, o crescimento abrandou em 2015 e prevê-se uma recuperação apenas em 2017. O crescimento na região foi atenuado quer pelas fracas condições internacionais, quer por outros fatores como a seca e a escassez de energia. A trajetória lenta da África do Sul deverá enfraquecer ainda mais em 2016, para depois iniciar a recuperação em 2017. A produção e a confiança de empresários e consumidores está a contrair-se devido a diversos fatores, incluindo os baixos preços das matérias-primas, a fraca procura das exportações, as falhas no abastecimento de energia, as greves ou a seca na agricultura. A África do Sul é um importante destino das exportações dos países vizinhos, pelo que a sua situação afeta toda a região. Em 2015, o crescimento diminuiu também noutros países da região fortemente dependentes das exportações de matérias-primas, nomeadamente em Angola (petróleo), Botswana (diamantes) e Zâmbia (cobre). Em Moçambique, a taxa de crescimento foi moderada mas sólida, sendo impulsionada pelo aumento da produção agrícola e pelos setores da energia e indústrias extrativas. O IDE continua a ser um motor fundamental do crescimento neste país, não obstante uma redução significativa em 2015.

No **Norte de África**, continuam a verificar-se grandes disparidades na situação macroeconómica. Na Líbia, a rutura da produção petrolífera, a incerteza e os atuais conflitos políticos originaram uma nova queda do PIB real. O fim dos combates entre milícias rivais e a criação de um governo nacional é crucial para a retoma económica. A Tunísia registou um crescimento modesto em 2015, motivado pelas boas colheitas, mas com fraca produção noutros setores. Os setores mineiro e industrial foram negativamente afetados pelo fraco volume de exportações e do turismo, o qual tinha já começado a recuperar gradualmente mas voltou a cair após os ataques terroristas. Na Argélia, o crescimento manteve-se estável, graças a uma recuperação da produção de petróleo. Marrocos registou o maior crescimento de base alargada na região, apoiado quer do lado da procura – pelo consumo privado e pelo investimento – quer do lado da oferta – pelo setor da construção e pela agricultura, que beneficiou de boas condições climáticas e de investimentos anteriores na irrigação. O turismo foi afetado pelos problemas de segurança na região, mas a uma escala muito menor do que na Tunísia. No Egito, verificou-se um reforço do crescimento, com a estabilização do cenário político e a melhoria da confiança empresarial. O aumento dos salários e dos gastos sociais contribuiu para o consumo, tendo havido também um crescimento do investimento. Do lado da produção, o setor dos serviços foi o motor do crescimento, embora o turismo tenha sido novamente afetado por preocupações de segurança. Os planos de reformas económicas e de megaprojetos atualmente existentes contribuirão, se totalmente executados, para fortalecer mais a economia.

Caixa 1.3. A crise do Ébola

A propagação da Doença por Vírus Ébola (DVE) nos três países mais afetados foi contida, graças ao apoio internacional e às políticas nacionais. A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a África Ocidental como “livre de Ébola” embora existam ainda riscos de novos focos. Os três países mais atingidos pela DVE – a Guiné, a Libéria e a Serra Leoa – estão no caminho da recuperação. A epidemia causou um enorme sofrimento humano e teve altos custos económicos e sociais nestes países, incluindo uma possível reversão dos avanços atingidos em várias áreas. Segundo dados da OMS, de meados de março de 2016, estes três países registaram 28 603 casos reportados do vírus (0.13% da população total destes países) e 11 301 mortes confirmadas (4 809 na Libéria, 3 956 na Serra Leoa e 2 536 na Guiné). Um grande número de profissionais de saúde também morreu devido ao contágio. Os sistemas de saúde devem agora retomar o normal funcionamento e serem melhorados. Os governos estão a tomar medidas, não apenas para recuperar o que foi perdido devido à crise da EVD, mas também para melhorarem a sua resposta aos riscos de epidemias e outras ameaças de saúde, assim como para promoverem o acesso a serviços de saúde de qualidade.

No auge da epidemia, a atividade económica paralisou nas regiões mais afetadas, o desemprego aumentou e as crianças não puderam ir à escola. Estes países também dependem das exportações de matérias-primas (minério de ferro na Serra Leoa e Libéria, alumínio, petróleo, ouro e diamantes na Guiné), pelo que as suas economias sofreram um “duplo choque”, devido à queda drástica dos preços das matérias-primas. Em resultado destes choques, o PIB real da Serra Leoa registou uma contração de aproximadamente 20%, em 2015. Na Guiné e na Libéria, o impacto foi menor, tendo o PIB atingido níveis semelhantes aos de 2014. No triénio anterior ao surto de Ébola (2011-13) e antes da queda dos preços das matérias-primas, o crescimento médio era de quase 14% na Serra Leoa, mais de 8% na Libéria e acima dos 3% na Guiné.

Os custos económicos destes choques incluem altos custos orçamentais. Apesar do apoio orçamental massivo dos doadores e dos desembolsos diretos dos parceiros internacionais para combate à epidemia, as situações orçamentais destes países degradaram-se em 2014/15. Há também que ter em consideração os custos de vigilância e prevenção atualmente em curso. Com uma margem orçamental reduzida, os governos enfrentam o desafio de evitarem dívidas excessivas e garantirem a sustentabilidade orçamental a médio prazo, preservando simultaneamente as despesas públicas que impulsionam o crescimento, como é o caso do investimento em infraestruturas. A previsão económica para estes países é cautelosamente otimista. Na Guiné e na Libéria, estima-se que o crescimento do PIB real aumente respetivamente para 3% e 4%, acelerando ainda mais em 2017. Na Serra Leoa, prevê-se uma recuperação só em 2017, mas o PIB estará ainda muito abaixo do registado em 2014.

Os preços mundiais das matérias-primas registaram nova queda

Os preços das matérias-primas começaram a decrescer em 2013 e caíram abruptamente no segundo semestre de 2014. A descida dos preços continuou ao longo de 2015 e no início de 2016 (Figuras 1.7, 1.8 e 1.9). Entre meados de 2014 e janeiro de 2016, o preço do petróleo desceu mais de 70%, encontrando-se atualmente no nível mais baixo dos últimos 13 anos e quase 30% abaixo do nível mínimo atingido na recessão mundial de 2008/09. A principal causa da queda dos preços é o excesso de oferta a nível global. Com a entrada de novos fornecedores no mercado, a procura não acompanha a oferta,

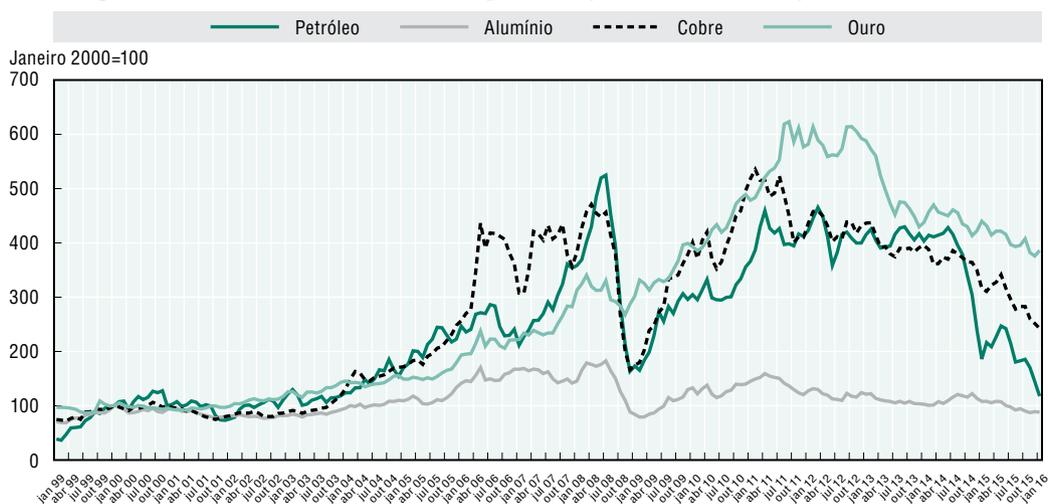
sendo que essa é restringida pela desaceleração económica nos países industrializados e emergentes, incluindo a China. O abrandamento da procura por parte da China e de outros países também contribuiu para reduzir os preços do cobre, os quais atingiram o nível mais baixo dos últimos sete anos. Em 2015, registou-se também uma descida dos preços de outras matérias-primas, como o minério de ferro e o ouro, bem como dos preços de exportação de alguns produtos agrícolas, nomeadamente do algodão; só o preço do ouro registou recentemente uma recuperação. A queda do preço do café foi mais moderada e o preço do cacau manteve-se elevado.

A previsão económica do relatório PEA 2016 baseia-se no pressuposto de que os preços do petróleo e de outras matérias-primas irão estabilizar e recuperar lentamente. No entanto, dado os baixos níveis atuais, os preços médios em 2016 serão ainda inferiores a 2015, prevendo-se um aumento apenas em 2017. Considerando um preço médio do petróleo na ordem dos 37 USD por barril em 2016, e de 48 USD por barril em 2017, tal significa que os preços registarão uma descida de 27%, em 2016, e um aumento de aproximadamente 30% no ano seguinte. No entanto, dadas as incertezas da economia global, em geral, e dos mercados do petróleo e matérias-primas, em particular, estes pressupostos envolvem riscos consideráveis, com maior probabilidade de riscos de perda do que de ganho.

Em África, os principais exportadores de matérias-primas são fortemente afetados por estas descidas dos preços. Em alguns países, a produção das indústrias extrativas continuou a aumentar, impulsionando o PIB, enquanto noutros se verificou um corte na produção. O baixo nível dos preços também se reflete nos lucros e pode ter efeitos negativos no investimento e na exploração, limitando assim o potencial de crescimento. Em vários países africanos, as receitas provenientes das exportações de matérias-primas, petrolíferas e não-petrolíferas, são a principal fonte de financiamento quer para a procura de importações quer para a despesa pública (através das receitas fiscais). Estes países enfrentam agora taxas de câmbio e contas correntes menos favoráveis, com maior pressão orçamental. No entanto, a queda dos preços do petróleo tem também efeitos positivos, na medida em que reduz os custos para aquecimento, transportes e produção dos setores intensivos em energia. Em 2015, os preços de importação dos alimentos básicos também continuaram a descer. Em conjunto com a queda dos preços da energia, estes fatores contribuem para combater pressões inflacionistas e aumentar o poder de compra dos agregados familiares, podendo impulsionar a procura interna e reduzir a pobreza.

Os preços das matérias-primas podem afetar o crescimento económico africano de várias formas. O efeito global depende da dimensão das exportações de matérias-primas, petrolíferas e não-petrolíferas, e das importações de petróleo e alimentos. Um estudo do Banco Africano de Desenvolvimento demonstra que, a curto prazo, o impacto das exportações no crescimento (por alteração percentual no preço) é maior no caso dos preços de exportação de petróleo, seguido dos preços dos metais e dos preços de produtos agrícolas. A longo prazo, contudo, estes últimos produtos têm o maior impacto no crescimento dos países exportadores. Segundo esta análise, o aumento dos preços das matérias-primas verificado entre 2010 e 2014 é responsável por cerca de 30% do crescimento económico dos países africanos exportadores de matérias-primas (BAD, no prelo). No entanto, a manutenção dos baixos preços das matérias-primas significa que as perspetivas de crescimento destes países exportadores continuarão a ficar aquém das previsões do PEA, as quais pressupõem uma recuperação gradual dos preços das matérias-primas em 2016/17.

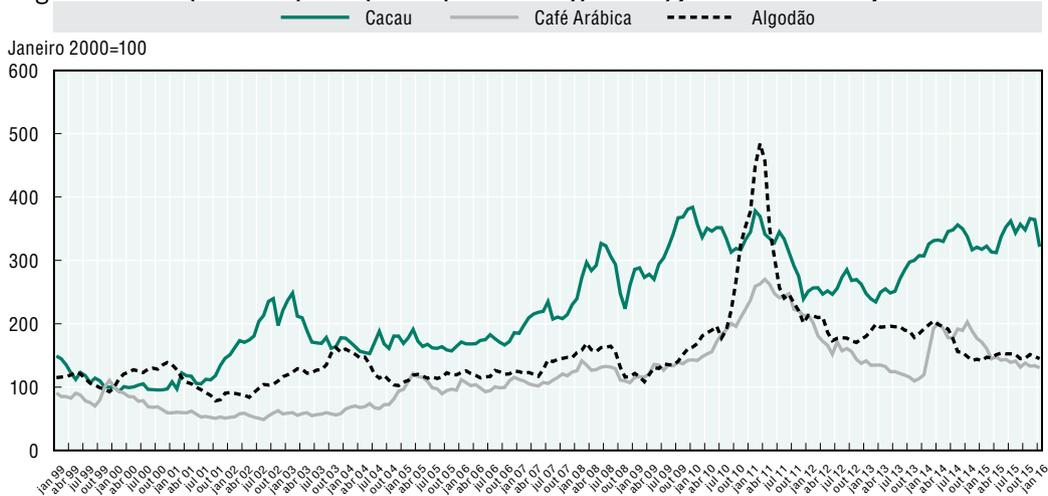
Figura 1.7. Preços das matérias-primas, janeiro de 1999-janeiro de 2016



Fonte: Banco Mundial (2016b).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391136>

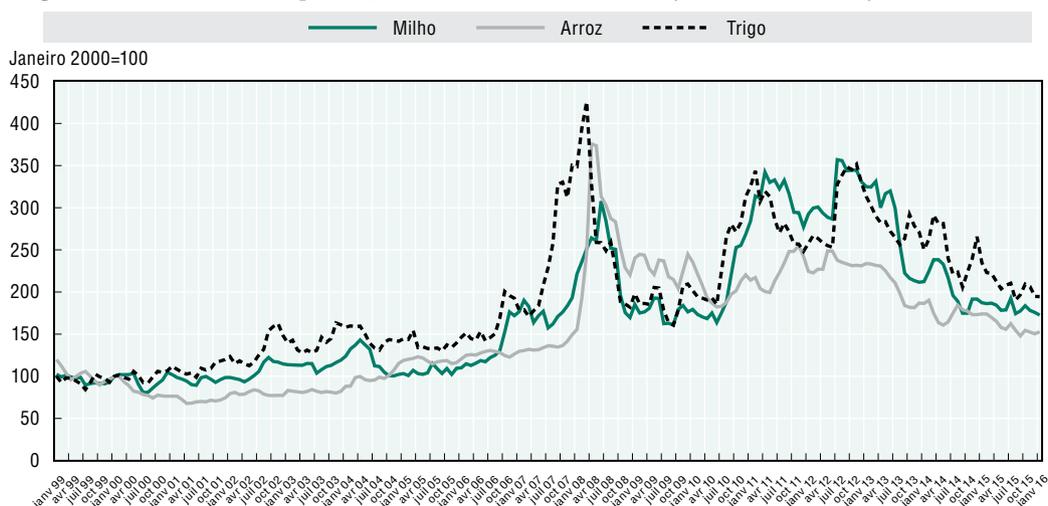
Figura 1.8. Preços de exportação de produtos agrícolas, janeiro de 1999-janeiro de 2016



Fonte: Banco Mundial (2016b).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391143>

Figura 1.9. Preços de importação de alimentos básicos, janeiro de 1999-janeiro de 2016



Fonte: Banco Mundial (2016b).

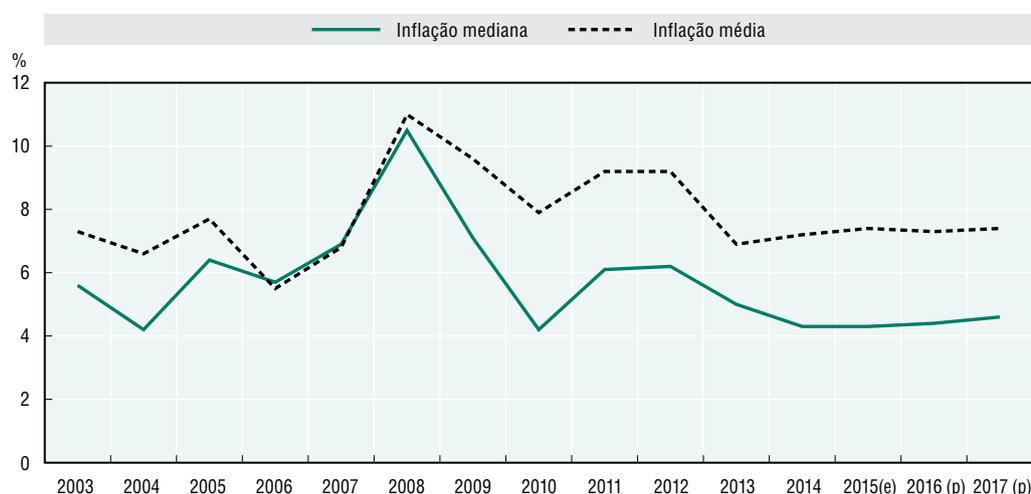
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391159>

As diversas orientações da política monetária correspondem a pressões monetárias e inflacionistas diferentes

Em 2015, a inflação manteve-se num nível moderado em muitos países africanos. No entanto, a inflação média em África (7.4%) continua acima da inflação mediana (4.3%), devido a taxas de inflação particularmente elevadas em vários países: Sudão do Sul (41.1%), Malawi (21.2%), Sudão (16.9%), Eritreia (12.5%), Egito (11.2%), Angola (10.2%) e Zâmbia (10.1%) (Figura 1.10). As pressões inflacionistas aumentaram nos países onde houve uma desvalorização da moeda na sequência da queda dos preços das matérias-primas, prejudicando a posição orçamental e externa, bem como a perceção global do risco. Em 2015, os bancos centrais mantiveram ou atingiram a estabilidade de preços, em consonância com os seus mandatos. Para tal, utilizaram várias políticas monetárias, como as metas de inflação (África do Sul e Gana) ou outros modelos, tendo frequentemente os agregados monetários como metas operacionais e intermédias (Berg et al., 2015). Os modelos de taxa de câmbio também diferem entre países. Em muitos países, os bancos centrais têm trabalhado para melhorar a eficácia das suas políticas no âmbito da gestão macroeconómica. Isto é particularmente difícil em países com mercados financeiros pouco desenvolvidos, bem como nos casos em que os países são atingidos por choques externos e os bancos centrais se veem confrontados com metas contraditórias. Tal aconteceu em 2015, quando os países ricos em recursos naturais enfrentaram uma deterioração das contas externas e pressões sobre as taxas de câmbio, após a queda dos preços do petróleo e de outras matérias-primas. Na Nigéria, optou-se primeiro por uma flexibilização da política monetária com vista a estimular a economia, utilizando as reservas em moeda estrangeira para defender a moeda local. No final de 2015, porém, foram implementadas restrições cambiais, para estabilizar a taxa de câmbio e evitar a delapidação das reservas em moeda estrangeira. Espera-se que as autoridades nigerianas eliminem gradualmente as restrições e adotem uma política cambial mais flexível. Desde o final de 2015, tem-se recorrido ao acordo de facilidade de crédito com o Fundo Monetário Internacional (FMI) – *Standby Credit Facility* – juntamente com restrições monetárias e orçamentais para estabilizar a taxa de câmbio e reforçar as reservas.

Outros países enfrentaram também uma deterioração da sua posição externa, quedas drásticas das taxas de câmbio e pressões inflacionistas. A resposta foi geralmente a implementação de políticas mais restritivas (p.ex. África do Sul, Angola, Argélia, Gana, Lesoto, Malawi, Quênia, Uganda e Zâmbia). Contudo, vários outros países (como o Botswana, Marrocos e as Maurícias) mantiveram políticas monetárias acomodáticas ou tiveram margem para uma maior flexibilização com vista a estimular a economia, uma vez que a inflação manteve-se baixa ou diminuiu devido à queda de preços do petróleo e dos produtos alimentares. A União Económica e Monetária da África Central (CEMAC)³ respondeu a um crescimento mais baixo e a uma inflação moderada com uma redução da taxa de juro de referência para 2.45%. Pelo contrário, a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)⁴ manteve uma taxa de juro de referência constante, de 3.5%. Em 2015, a inflação média nos países membros da UEMOA esteve abaixo de 1.5%, enquanto nos países da CEMAC foi de aproximadamente 3%.

Figura 1.10. Inflação dos preços no consumidor em África, 2003-17



Nota: (e) estimativas; (p) projeções.

Fonte: Departamento de Estatística, Banco Africano de Desenvolvimento.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391163>

A situação orçamental e a balança corrente deterioraram-se em muitos países

A queda dos preços das matérias-primas teve impactos significativos nos orçamentos de Estado dos países ricos em recursos naturais, em 2014, e as pressões orçamentais aumentaram em 2015. Muitos países tinham acumulado reservas durante o período anterior mais favorável, pelo que tiveram capacidade para responder a este contexto adverso. Contudo, alguns países tinham registado grandes défices orçamentais já em 2014, que foram agravados em 2015 (Argélia, Congo, Líbia, Sudão do Sul e Zâmbia). Alguns países menos dependentes do petróleo ou de outras matérias-primas enfrentam, igualmente, pressões orçamentais consideráveis, tendo alguns países registado, em 2015, défices de quase 10% do PIB, ou superior (Congo, Egito, Eritreia e Gâmbia).

No entanto, em 2015, verificaram-se excedentes orçamentais em alguns países (Botswana, Lesoto e Seychelles), e muitos registaram défices orçamentais relativamente baixos, de 3% do PIB ou inferior (Burkina Faso, Comores, Etiópia, Gabão, Guiné-Bissau, Mauritânia, Nigéria, República Democrática do Congo, Sudão, Suazilândia e Zimbábwe). Muitos governos estão a tomar medidas para conter os défices orçamentais.

A manutenção da dívida num nível sustentável assume uma importância acrescida, tendo em conta o aumento das pressões orçamentais. De acordo com a análise de sustentabilidade da dívida efetuada pelo Banco Mundial e pelo FMI, quase metade dos países avaliados nos últimos anos encontram-se num risco moderado de sobre-endividamento e quase um quarto apresenta um risco baixo. Ademais, mais de um quarto situa-se num risco elevado. A análise do risco de sobre-endividamento piorou em seis países (em comparação com o PEA 2015), os quais transitaram de um “risco moderado” para um “risco elevado” (Camarões, Gana e Mauritânia) e de um “risco baixo” para um “risco moderado” (Congo, Etiópia e Madagáscar). As Comores evoluíram em sentido contrário, transitando da classificação de “risco elevado” para um “risco moderado” (Tabela 1.4).

Tabela 1.4. Análise da sustentabilidade da dívida nos países africanos: avaliação do risco de sobre-endividamento

Risco baixo	Risco moderado	Risco elevado
Benim (janeiro de 2013)	Burkina Faso (maio de 2015)	Burundi (abril de 2015)
Quênia (setembro de 2015)	Cabo Verde (setembro de 2014)	Camarões (dezembro de 2015)
Libéria (fevereiro de 2015)	Comores (fevereiro de 2015)	República Centro-Africana (outubro de 2015)
Nigéria (março de 2015)	Congo (setembro de 2015)	Chade (maio de 2015)
Ruanda (junho de 2015)	República Democrática do Congo (outubro de 2015)	Djibouti (dezembro de 2015)
Senegal (setembro de 2015)	Côte d'Ivoire (dezembro de 2014)	Gana (setembro de 2015)
Tanzânia (julho de 2015)	Etiópia (outubro de 2015)	Mauritânia (fevereiro de 2015)
Uganda (novembro de 2015)	Gâmbia (abril de 2015)	São Tomé e Príncipe (julho de 2015)
	Guiné (fevereiro de 2015)	Sudão (dezembro de 2014)
	Lesoto (julho de 2014)	Zimbabwe (julho de 2014)
	Madagáscar (dezembro de 2015)	
	Malawi (março de 2015)	
	Mali (dezembro de 2014)	
	Moçambique (agosto de 2015)	
	Níger (março de 2015)	
	Serra Leoa (novembro de 2015)	
	Sudão do Sul (dezembro de 2014)	
	Togo (novembro de 2014)	
	Zâmbia (junho de 2015)	

Nota: Data da análise mais recente em parêntesis.

Fonte: Análise conjunta da Sustentabilidade da Dívida em Países de Rendimento Baixo, Banco Mundial e FMI (LIC DSA).

As medidas para limitar o endividamento diferem entre os países, incluindo cortes na despesa, aumento de impostos, alargamento da base fiscal e melhoria da cobrança de impostos. Do lado da despesa, a contração da margem orçamental reforça a importância de gerir eficazmente a despesa, para melhorar a prestação de serviços básicos a toda a população e promover o crescimento económico. A descida dos preços da energia torna politicamente mais fácil acabar com os subsídios à energia e vários países implementaram já essas medidas.

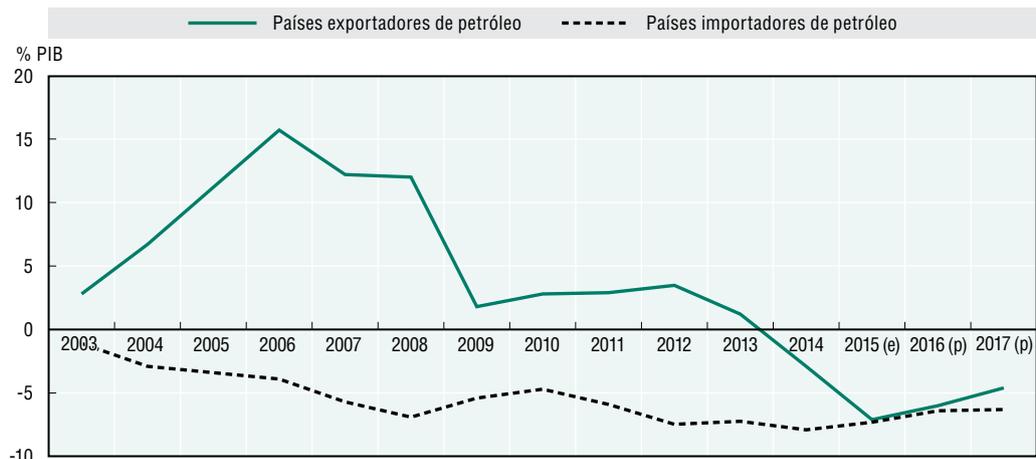
Do lado da receita, deve atingir-se um equilíbrio entre diversos objetivos, gerando mais receitas e evitando os efeitos adversos no crescimento económico. O alargamento da base tributária, através da redução das preferências ou isenções fiscais e da melhoria da administração fiscal, é geralmente preferível ao aumento das taxas de imposto. Uma administração tributária eficaz requer funcionários altamente qualificados e preparados, que possam desenvolver o seu trabalho sem interferências políticas. A tarefa de cobrança de impostos é facilitada se a carga fiscal for relativamente baixa, se o número de impostos for pequeno e se a lei fiscal for clara e relativamente simples, conferindo às entidades encarregues da cobrança de impostos um poder discricionário mínimo para determinarem as obrigações fiscais. A redução da corrupção e a melhoria da qualidade da despesa pública – de forma a que as pessoas encarem os impostos como um contributo essencial para financiar os bens e serviços públicos –, também facilitam a coleta de impostos (Leibfritz, 2015).

Em África, há um grande potencial para melhoria da cobrança de impostos. Segundo o relatório *Paying Taxes 2016*, do Banco Mundial, África continua a ser uma região onde é difícil pagar impostos, mas muitos países estão a tomar medidas para reduzir os custos de conformidade para os contribuintes (Banco Mundial/PwC, 2015). Vários países criaram ou melhoraram recentemente os seus sistemas eletrónicos para preenchimento

e pagamento de impostos, como é o caso de Cabo Verde, Marrocos, Moçambique, Ruanda, Seychelles, Tanzânia e Zâmbia. Em termos da facilidade de cumprimento das obrigações fiscais, destacam-se cinco países africanos, que integram a lista dos 50 países com melhores práticas, no relatório do Banco Mundial: Maurícias (em 13º lugar), África do Sul (20º), Seychelles (43º), Zâmbia (46º) e Ruanda (48º). No entanto, muitos países africanos registam classificações bastante fracas neste ranking internacional, principalmente devido ao grande fardo administrativo para os contribuintes e à complexidade dos sistemas tributários.

A queda acentuada dos preços do petróleo não aumentou apenas a pressão sobre os orçamentos de Estado, mas gerou também uma forte deterioração das contas correntes nos países exportadores de petróleo (Figura 1.11). Durante o período de escalada dos preços do petróleo, muitos países africanos exportadores de petróleo registaram grandes excedentes da balança corrente, mas todos registam défices desde o ano passado. Estes foram particularmente elevados na República do Congo e na Líbia, onde a produção de petróleo foi interrompida pelo atual conflito político. Os países importadores de petróleo têm beneficiado da queda dos preços e alguns melhoraram as suas balanças correntes. No entanto, em média, o défice das contas correntes nestes países registou melhorias muito ligeiras, mesmo com o alívio derivado da queda dos preços do petróleo e dos alimentos. A descida dos preços de exportação e do volume das exportações anularam o efeito da queda dos preços das importações na balança corrente. Em alguns países, os preços das importações subiram devido a uma desvalorização da moeda.

Figura 1.11. Balança corrente nos países exportadores e importadores de petróleo em África, 2003-17



Nota: (e) estimativas; (p) projeções.

Fonte: Departamento de Estatística, Banco Africano de Desenvolvimento.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391179>

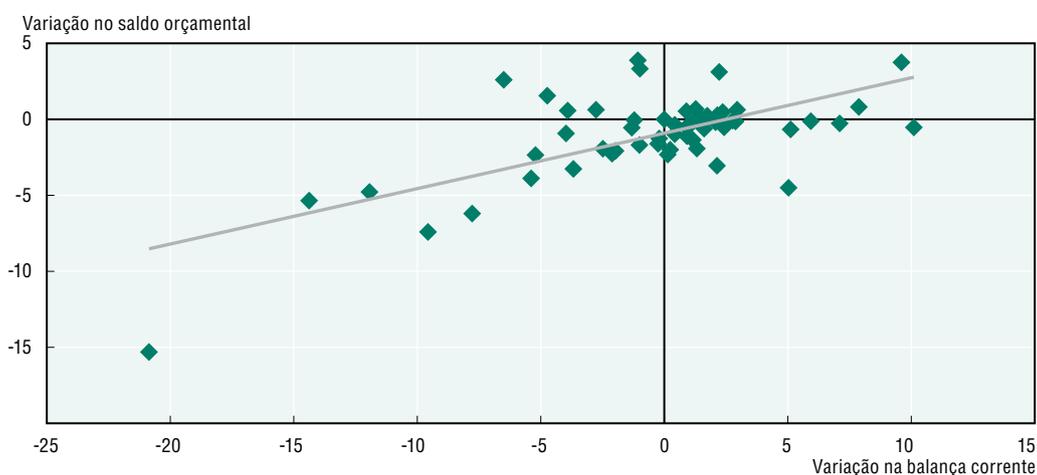
A maioria dos países africanos regista agora um défice duplo, ou seja, uma situação de défice tanto no orçamento de Estado como na balança corrente. Isto pode colocar sérios riscos à estabilidade macroeconómica, nos casos em que há uma diminuição das reservas em moeda estrangeira e uma pressão inflacionista. Os défices orçamental e da balança corrente estão, por vezes, interligados, mas a causalidade pode verificar-se nos dois sentidos. Por exemplo, o défice duplo pode ser causado por uma queda das receitas de exportação, o que gera menos receitas públicas num contexto em que as importações e as despesas públicas continuam inalteradas, levando assim a uma deterioração tanto da situação orçamental como da posição externa. Um défice duplo pode também derivar

do orçamento de Estado, se o aumento da despesa pública não for acompanhado por um aumento das receitas públicas ou das poupanças líquidas no setor privado, originando situações mais desfavoráveis no plano externo e no plano orçamental. A combinação de menores receitas de exportação com maior despesa pública pode, igualmente, gerar um défice duplo.

Em 2015, o agravamento das contas correntes foi, frequentemente, acompanhado por uma deterioração da posição orçamental (Figura 1.12). Em países ricos em recursos naturais, como a Argélia, o Chade, o Congo, o Gabão, a Líbia, a Nigéria, o Sudão do Sul e a Zâmbia, a deterioração do saldo das contas externas (devido à queda das receitas de exportação) levou a uma deterioração do saldo orçamental (devido à diminuição das receitas fiscais provenientes das indústrias extrativas). Em vários países, a desvalorização da moeda contribuiu, também, para um desequilíbrio da balança comercial, ao agravar os preços das importações. No entanto, a desvalorização da moeda resultará numa melhoria dos saldos comerciais, uma vez que as empresas nacionais terão maior capacidade para competir com empresas estrangeiras, tanto nos mercados internos como de exportação (“efeito da curva J”).⁵

A prevenção de défices duplos insustentáveis exige não apenas políticas orçamentais cautelosas, mas também taxas de câmbio reais competitivas e uma melhoria das condições para as empresas nacionais e para o investimento direto estrangeiro. Verificar-se-á então uma diminuição tanto do défice orçamental como do défice externo. A sustentabilidade dos restantes défices da balança corrente está assegurada se uma boa parte deste défice for financiado pelo IDE, uma vez que este tipo de financiamento não aumenta a dívida externa.

Figura 1.12. Variações na balança corrente e no saldo orçamental nos países africanos, entre 2014 e 2015, em percentagem do PIB



Nota: A reta de tendência positiva e o Coeficiente de Correlação Linear (R) de 0.44 na correlação entre a variação da balança corrente e do saldo orçamental sugere que ambos os saldos estão relacionados, embora existam outros fatores.

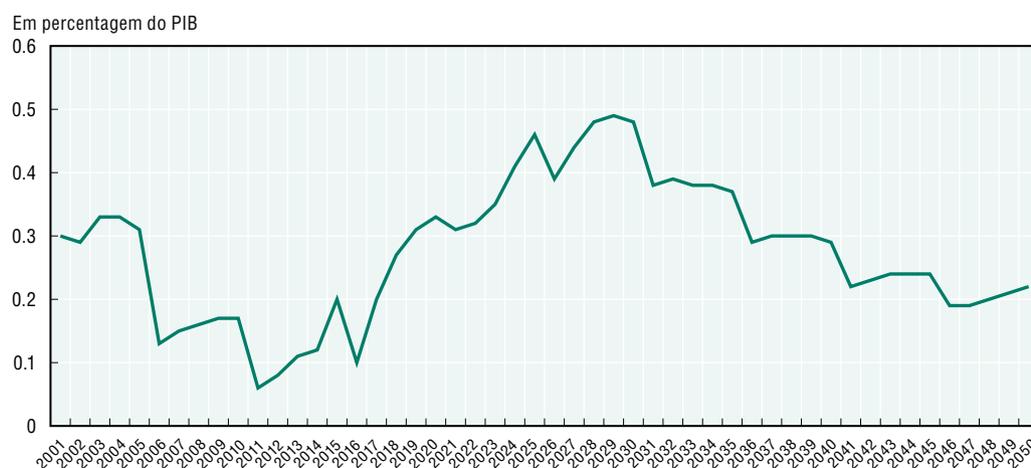
StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933391185>

África conseguirá aproveitar a sua população jovem para colher um dividendo do crescimento demográfico?

África é o continente com maior crescimento populacional do mundo. Entre 2000 e 2015, a população aumentou mais de 370 milhões, passando de 814 milhões para quase 1.2 mil milhões de pessoas. Segundo projeções das Nações Unidas (cenário médio), a população atingirá quase 1.7 mil milhões em 2030, e quase 2.5 mil milhões em 2050.⁶ Prevê-se que o peso do continente africano na população global, atualmente de 16%, chegue aos 20% em 2030 e ultrapasse 25% em 2050. A existência de uma população jovem e em crescimento é geralmente encarada como fonte de um “dividendo demográfico” para o crescimento do PIB e do PIB per capita, já que essa aumenta a oferta de mão-de-obra. A causa subjacente está no crescimento da força laboral e da proporção da população em idade ativa.

Nas próximas décadas, África terá a demografia mais favorável do mundo, no que respeita à evolução da população em idade ativa.⁷ A sua população nesta faixa etária (15-64 anos) regista um aumento significativo e mais rápido do que a população total. Este aumento potencial da oferta de mão-de-obra, verificado quer em termos absolutos quer relativos, pode impulsionar o crescimento anual do PIB per capita africano em meio ponto percentual ao longo dos próximos 15 anos (Figura 1.13). No entanto, a medição dos efeitos positivos automáticos da demografia na oferta de mão-de-obra e no crescimento (ver Anexo 1.A1) é apenas um ponto de partida para a análise dos efeitos. É igualmente importante ter em consideração o mercado laboral e a produtividade. O impacto positivo da oferta de mão-de-obra no crescimento só se concretizará se forem criados empregos suficientes. Caso contrário, as pessoas enfrentarão obstáculos para entrarem no mercado de trabalho, o que faria cair o nível de participação nesse, ou entrariam no mercado de trabalho mas não conseguiriam encontrar emprego, o que levaria a um crescimento do desemprego. Isto requer uma alteração fundamental das políticas, uma vez que no passado África foi incapaz de criar empregos suficientes apesar das altas taxas de crescimento económico (Page e Shimeles, 2014; Gallup, 2015).

Figura 1.13. O dividendo demográfico potencial em África



Nota: Impacto potencial no crescimento do PIB per capita (em pontos percentuais), calculado pela variação percentual na proporção da população ativa.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391191>

O efeito demográfico no aumento da produtividade está ligado a impactos na poupança, no investimento, na eficiência laboral e na inovação. Em teoria, o aumento da produtividade em populações jovens deveria refletir-se numa melhoria em cada uma destas áreas. A queda das taxas de natalidade fará com que as famílias e os governos disponham de mais recursos financeiros para proporcionarem educação e cuidados de saúde a cada criança, o que se refletirá num aumento da produtividade ao longo do tempo. O crescimento relativo da população em idade ativa pode incrementar a taxa de poupança e também a produtividade através do aumento do investimento. A migração dos trabalhadores para áreas com maiores níveis de rendimento e produtividade, como as cidades, pode também contribuir para melhorar a produtividade em África. Em meados da década de 2030, prevê-se que cerca de metade da população africana resida em cidades (ver Capítulos 6, 7 e 8).

No entanto, existem vários riscos que podem afetar o crescimento da produtividade. Especificamente, a crescente força laboral pode não ter as competências necessárias (capital humano) e as empresas e infraestruturas públicas podem não disponibilizar o capital físico adequado. As dinâmicas demográficas em África suscitam também várias questões: O baixo nível de produtividade no setor agrícola e os efeitos das alterações climáticas comprometerão a capacidade do continente africano de garantir a segurança alimentar de uma população em expansão? De que forma poderá o continente africano assegurar a sustentabilidade ambiental num contexto de crescimento populacional e de aumento da atividade económica?

Assim, as dinâmicas demográficas do continente africano criam tanto oportunidades como desafios para o futuro. O “renascimento económico” de África nas últimas duas décadas dá-nos razões para acreditar que o continente conseguirá aproveitar o dividendo demográfico naqueles por vir. Muito depende, porém, das respostas dos decisores políticos a estes desafios, pelo que é difícil prever qual a perspetiva que prevalecerá no futuro (BAD/OCDE/PNUD, 2015: 139; Basu e Basu, 2015; Canning, Raja e Yazbeck, 2015; Leridon, 2015; Sachs, 2015).

Esta análise conclui que as regiões da África Oriental, Ocidental e Central poderão potencialmente colher um dividendo demográfico mais significativo do que as regiões da África Austral e Norte de África (ver Anexo 1.A1). Para explorarem estas potencialidades, os países devem encarar a gestão da transição demográfica como uma prioridade política fundamental.

Neste contexto, é da maior importância:

- reduzir os obstáculos que ainda limitam a procura de mão-de-obra, através da promoção do empreendedorismo e da atividade do setor privado em geral, apoiando simultaneamente os jovens a obterem as competências necessárias para um emprego digno (ver o tema especial sobre a Promoção do Emprego Jovem, em BAD et al., 2012)
- assegurar a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental
- acelerar a transição demográfica para uma redução das taxas de natalidade, através da melhoria dos cuidados de saúde, da educação e do planeamento familiar.

Tabela 1.5. Desenvolvimentos macroeconómicos em África, 2007-17

(Tabela resumo)

	2007-11	2012	2013	2014	2015(e)	2016(p)	2017(p)
Crescimento do PIB real (%)							
África Central	5.9	6.3	3.3	6.1	3.7	3.9	5.0
África Oriental	6.4	4.5	7.2	6.5	6.3	6.4	6.7
Norte de África	3.6	9.6	1.7	1.4	3.5	3.3	3.8
África Austral	3.8	3.4	3.7	2.8	2.2	1.9	2.8
África Ocidental	6.3	5.2	5.7	6.0	3.3	4.3	5.5
África	4.7	6.4	3.9	3.7	3.6	3.7	4.5
África (excluindo a Líbia)	5.0	3.9	4.3	4.2	3.7	3.8	4.5
<i>Rubricas por memória</i>							
<i>Norte de África (incluindo o Sudão)</i>	<i>3.6</i>	<i>9.0</i>	<i>1.9</i>	<i>1.6</i>	<i>3.6</i>	<i>3.5</i>	<i>4.0</i>
<i>África subsariana</i>	<i>5.4</i>	<i>4.5</i>	<i>5.2</i>	<i>5.0</i>	<i>3.6</i>	<i>4.0</i>	<i>4.9</i>
<i>África subsariana excluindo a África do Sul</i>	<i>6.2</i>	<i>5.1</i>	<i>5.9</i>	<i>5.9</i>	<i>4.2</i>	<i>4.7</i>	<i>5.6</i>
<i>Países exportadores de petróleo</i>	<i>4.8</i>	<i>7.9</i>	<i>3.5</i>	<i>3.7</i>	<i>3.5</i>	<i>3.9</i>	<i>4.6</i>
<i>Países importadores de petróleo</i>	<i>4.5</i>	<i>4.2</i>	<i>4.5</i>	<i>3.8</i>	<i>3.6</i>	<i>3.4</i>	<i>4.4</i>
Preços no consumidor (inflação em %)							
África Central	7.0	3.5	1.8	2.4	2.1	2.3	2.4
África Oriental	12.7	19.3	12.8	12.5	9.3	7.9	8.0
Norte de África	7.9	7.6	5.1	6.4	7.6	6.3	6.7
África Austral	8.1	6.5	6.4	6.3	5.8	7.9	8.0
África Ocidental	9.8	10.5	7.7	7.2	8.3	8.7	8.0
África	8.9	9.2	6.8	7.2	7.3	7.2	7.2
<i>Rubricas por memória</i>							
<i>Norte de África (incluindo o Sudão)</i>	<i>8.2</i>	<i>9.4</i>	<i>7.1</i>	<i>8.4</i>	<i>8.2</i>	<i>6.8</i>	<i>7.0</i>
<i>África subsariana</i>	<i>10.0</i>	<i>10.2</i>	<i>7.8</i>	<i>7.6</i>	<i>7.2</i>	<i>7.8</i>	<i>7.6</i>
<i>Países exportadores de petróleo</i>	<i>9.7</i>	<i>10.4</i>	<i>7.5</i>	<i>8.2</i>	<i>8.8</i>	<i>8.3</i>	<i>8.4</i>
<i>Países importadores de petróleo</i>	<i>7.6</i>	<i>7.4</i>	<i>5.7</i>	<i>5.6</i>	<i>5.2</i>	<i>5.6</i>	<i>5.6</i>
Saldo orçamental global, com donativos (% do PIB)							
África Central	4.0	-0.4	-1.3	-2.2	-4.2	-4.0	-2.9
África Oriental	-2.5	-3.8	-4.0	-3.6	-4.6	-4.4	-3.7
Norte de África	-1.3	-3.1	-6.7	-11.1	-13.3	-12.1	-11.3
África Austral	-1.7	-2.3	-2.9	-4.0	-3.9	-3.9	-3.8
África Ocidental	-2.4	-2.2	-0.3	-0.2	-2.9	-3.6	-3.3
África	-1.5	-2.6	-3.3	-4.8	-6.6	-6.5	-5.9
<i>Rubricas por memória</i>							
<i>Norte de África (incluindo o Sudão)</i>	<i>-1.3</i>	<i>-3.1</i>	<i>-6.3</i>	<i>-10.1</i>	<i>-11.8</i>	<i>-10.7</i>	<i>-10.0</i>
<i>África subsariana</i>	<i>-1.6</i>	<i>-2.3</i>	<i>-1.9</i>	<i>-2.2</i>	<i>-3.7</i>	<i>-3.9</i>	<i>-3.5</i>
<i>Países exportadores de petróleo</i>	<i>-0.8</i>	<i>-1.5</i>	<i>-2.7</i>	<i>-5.3</i>	<i>-8.1</i>	<i>-8.1</i>	<i>-7.3</i>
<i>Países importadores de petróleo</i>	<i>-2.4</i>	<i>-4.1</i>	<i>-4.2</i>	<i>-4.0</i>	<i>-4.4</i>	<i>-4.0</i>	<i>-3.6</i>
Balança de transações correntes, com donativos (% do PIB)							
África Central	-2.3	-3.0	-6.5	-7.6	-10.2	-10.4	-10.6
África Oriental	-5.8	-7.2	-10.0	-9.3	-8.9	-7.1	-7.2
Norte de África	5.5	1.6	-1.4	-5.1	-9.3	-7.5	-6.6
África Austral	-2.1	-2.6	-3.6	-5.3	-6.1	-5.8	-5.6
África Ocidental	4.4	0.8	0.7	-1.8	-4.6	-4.4	-3.2
África	1.5	-1.0	-2.6	-4.8	-7.3	-6.4	-5.8
<i>Rubricas por memória</i>							
<i>Norte de África (incluindo o Sudão)</i>	<i>4.4</i>	<i>0.6</i>	<i>-2.1</i>	<i>-5.5</i>	<i>-9.0</i>	<i>-7.3</i>	<i>-6.5</i>
<i>África subsariana</i>	<i>-0.4</i>	<i>-2.2</i>	<i>-3.2</i>	<i>-4.8</i>	<i>-6.5</i>	<i>-6.0</i>	<i>-5.4</i>
<i>Países exportadores de petróleo</i>	<i>6.6</i>	<i>3.5</i>	<i>0.9</i>	<i>-2.9</i>	<i>-7.3</i>	<i>-6.4</i>	<i>-5.4</i>
<i>Países importadores de petróleo</i>	<i>-5.2</i>	<i>-7.4</i>	<i>-7.9</i>	<i>-7.9</i>	<i>-7.3</i>	<i>-6.4</i>	<i>-6.3</i>

Nota: (e): estimativas; (p): projeções.

Fonte: Departamento de Estatística, Banco Africano de Desenvolvimento.

Anexo 1.A1. O dividendo demográfico potencial em África

O aumento do peso da população em idade ativa está a impulsionar o crescimento do PIB per capita (ver Caixa 1.A1.1). Nos últimos 15 anos, o impacto potencial da demografia no PIB médio em África foi de 0.2% por ano e prevê-se que duplique para 0.4% nos próximos 15 anos; deverá depois descer ligeiramente para 0.3% no período entre 2030 e 2050. O dividendo demográfico potencial é particularmente elevado na África Oriental, Ocidental e Central (Tabelas 1.A1.1 e 1.A1.2 e Figura 1.A1.1), uma vez que a transição demográfica para menores taxas de natalidade estava atrasada nestas regiões, mas regista agora uma aceleração. Isto aumenta a proporção da população em idade ativa e reduz o rácio de dependência. No Norte de África e na África Austral, pelo contrário, a queda da taxa de natalidade está mais avançada e há um abrandamento da transição demográfica (Figura 1.A1.2).

O futuro das dinâmicas demográficas em África pode ser mapeado através do Modelo de Transição Demográfica (MTD), que descreve a evolução populacional ao longo do tempo.⁷ A África Oriental, Ocidental e Central correspondem, no geral, à fase 3 do modelo; a transição demográfica no Norte de África e na África Austral está mais avançada (pelo menos nos países mais desenvolvidos destas regiões) e pode ser classificada como fase 4. Nos países onde as taxas de natalidade são ainda elevadas, a implementação de políticas pode acelerar o seu decréscimo. Isto reduziria mais o crescimento populacional e aumentaria o dividendo demográfico potencial, uma vez que a proporção da população em idade ativa aumentaria mais rapidamente e o rácio de dependência diminuiria. Segundo a teoria da transição demográfica, existe uma relação positiva entre natalidade e mortalidade infantil. A natalidade tende a ser elevada quando a mortalidade infantil também o é, para atingir um número desejável de crianças que sobrevivam, decrescendo em seguida, quando há uma melhoria da sobrevivência das crianças. Embora outros fatores afetem também a natalidade, o impacto da mortalidade infantil parece óbvio nos países africanos (Figura 1.A1.3). Isto significa que a melhoria dos cuidados de saúde e da educação, juntamente com um planeamento familiar adequado, são importantes para acelerar a transição demográfica e promover o crescimento económico e o bem-estar.

Contrariamente a África, a proporção da população em idade ativa está em declínio nos países mais desenvolvidos, bem como em alguns países emergentes. Nos próximos anos, a China enfrentará uma redução acentuada do peso da população em idade ativa na população total, em parte devido à anterior política de filho único. O dividendo demográfico das últimas décadas na China pode atuar como um “imposto” que pesa sobre o crescimento potencial do produto (West, 2015). Com efeito, nos últimos 15 anos a transição demográfica na China contribuiu para um crescimento do PIB per capital potencial na ordem dos 0.5% (Tabela 1.A1.2). No entanto, a manter-se a tendência atual, nos próximos 15 anos tal mudança demográfica reduzirá o crescimento na mesma proporção (ou seja, uma reversão de 1%).

Tabela 1.A1.1. Estimativas e projeções da população em África e da população em idade ativa

	Milhões (número arredondado)			Crescimento médio anual em %			
	2000	2015	2030	2050	2002-15	2016-30	2031-50
África							
População	814	1 186	1 679	2 478	2.5	2.3	2.0
População em idade ativa	439	658	985	1 534	2.7	2.7	2.2
África Oriental							
População	259	394	579	878	2.8	2.6	2.1
População em idade ativa	133	211	336	547	3.1	3.1	2.5
África Central							
População	96	152	232	369	3.1	2.9	2.4
População em idade ativa	49	79	128	224	3.2	3.3	2.8
Norte de África							
População	172	224	282	354	1.8	1.6	1.1
População em idade ativa	102	140	181	226	2.2	1.7	1.1
África Austral							
População	51	63	70	78	1.3	0.8	0.5
População em idade ativa	31	41	47	53	1.8	0.9	0.6
África Ocidental							
População	235	353	516	798	2.7	2.6	2.2
População em idade ativa	125	188	292	484	2.8	3.0	2.6

Nota: A população em idade ativa é a faixa etária dos 15 aos 64 anos.

Fonte: Cálculos do autor, com base em dados da UN DESA (2015).

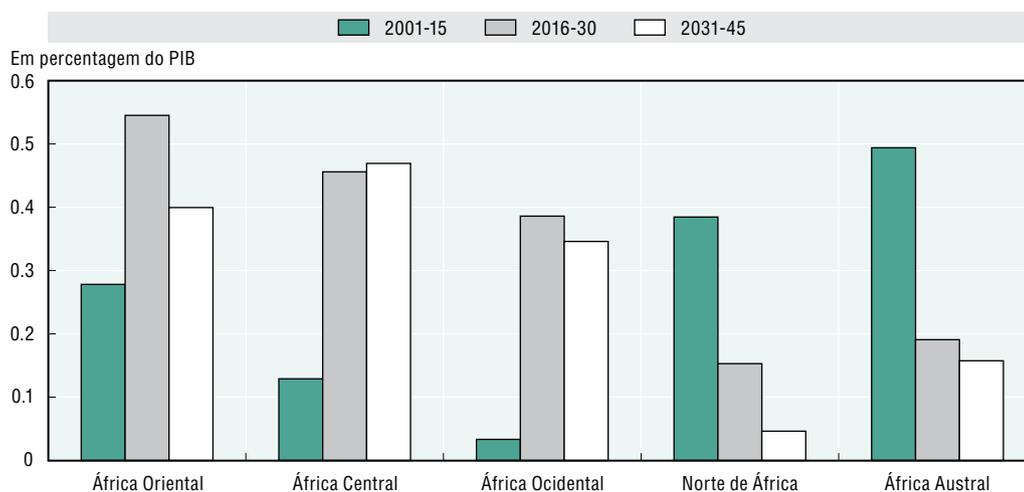
Tabela 1.A1.2. Estimativas e projeções sobre o dividendo demográfico potencial em África

	Proporção da população em idade ativa (%) (grupo etário 15-64)				Alteração percentual na proporção da população em idade ativa (média anual)		
	2000	2015	2030	2050	2001-15	2016-30	2031-50
África	53.96	55.53	58.56	61.90	0.2	0.4	0.3
África Oriental	51.26	53.44	57.98	62.33	0.3	0.6	0.4
África Central	50.67	51.66	55.30	60.56	0.1	0.5	0.5
Norte de África	59.12	62.61	64.06	63.77	0.4	0.2	0.0
África Austral	60.47	65.11	66.99	68.23	0.5	0.2	0.1
África Ocidental	53.09	53.36	56.54	60.61	0.0	0.4	0.4
<i>Rubricas por memória:</i>							
Mundo	63.00	65.70	64.70	62.70	0.3	-0.1	-0.2
Regiões mais desenvolvidas	67.50	66.00	61.10	57.80	-0.1	-0.5	-0.3
Regiões menos desenvolvidas excluindo a China	59.60	63.30	64.60	64.30	0.4	0.1	0.0
China	68.30	73.20	68.00	58.90	0.5	-0.5	-0.7

Nota: A alteração da percentagem refere-se ao impacto demográfico potencial no crescimento do PIB per capita. Refere-se à alteração da percentagem da proporção da população em idade ativa, calculada como $100 \cdot (t/t-1 - 1)$. Por exemplo, o potencial de dividendo demográfico anual em África, para o período 2015-2030, é calculado da seguinte forma: $100 \cdot (58.56/55.3 - 1)/15 = 0.4$.

Fonte: Cálculos do autor, com base em dados da UN DESA (2015).

Figura 1.A1.1. Dividendo demográfico potencial em África, por região

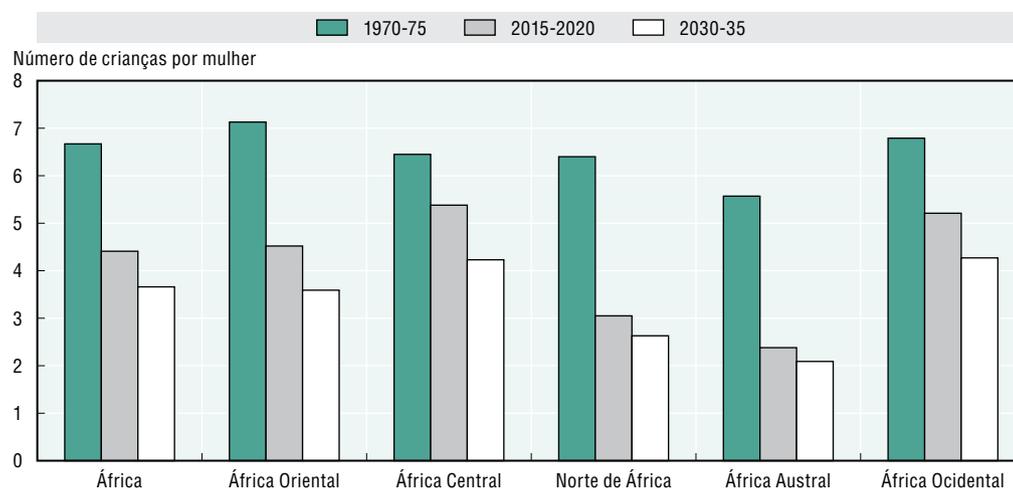


Nota: O impacto potencial no crescimento do PIB per capita (em pontos percentuais) é calculado pela alteração percentual na proporção da população ativa (2001-50).

Fonte: Cálculos do autor, com base em dados UN DESA (2015).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933391203>

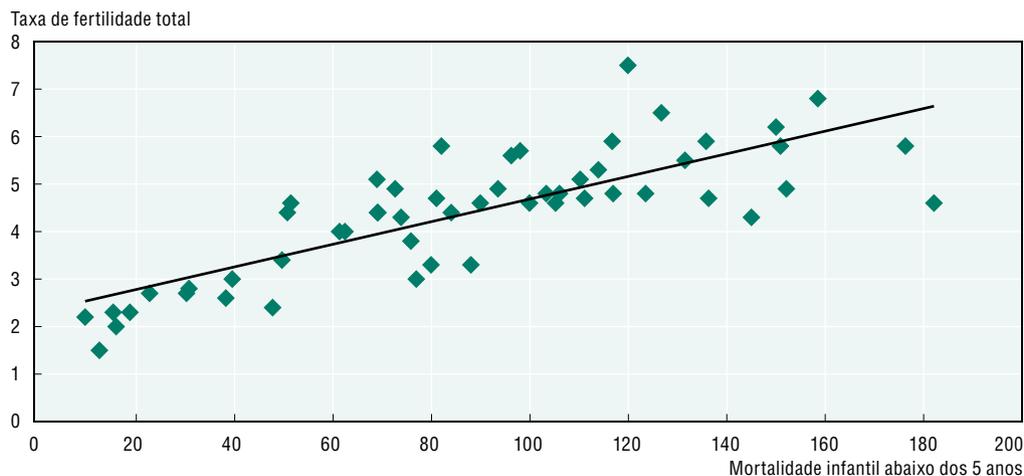
Figura 1.A1.2. Evolução e perspectivas da fertilidade total em África (número de crianças por mulher)



Fonte: UN DESA (2015).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933391212>

Figura 1.A1.3. Taxa de fertilidade total (TFT) por mulher e taxa de mortalidade infantil abaixo dos 5 anos por 1000 nascimentos, em países africanos, 2014



Caixa 1.A1.1. Cálculo do dividendo potencial de crescimento demográfico

O impacto automático da demografia no produto interno bruto (PIB), através da oferta de mão-de-obra, pode ser calculado de várias formas:

$$(1) GDP = (GDP/E) * E = PROD * E$$

Em que E corresponde ao número de trabalhadores empregados e PIB/E = PROD é a produtividade por trabalhador. Assim, o crescimento económico é:

$$(1a) \text{crescimento do PIB} = \text{crescimento de E} + \text{crescimento de PROD}$$

Com o crescimento de PROD, mantendo-se constantes a proporção dos trabalhadores empregados na força laboral (taxa de emprego) e a proporção da força laboral na população em idade ativa (taxa de participação), a variação do crescimento do PIB é igual à soma da variação do crescimento da força de trabalho (FT) e da variação do crescimento da população em idade ativa (POPIA)

$$(1b) \text{Variação no crescimento do PIB} = \text{variação no crescimento do emprego (E)} = \text{variação no crescimento da força de trabalho (FT)} = \text{variação no crescimento da população em idade ativa (POPIA)}$$

A população POP consiste na população empregada (E) e na população não empregada (NE), em que NE corresponde à soma das crianças, pensionistas pessoas em idade ativa que não estão empregadas.

$$(2) POP = E + NE$$

Dividindo a equação (1) pela equação (2) temos o PIB per capita:

$$(3) GDP/POP = \alpha * PROD$$

Tomando os logaritmos da equação 3 e fazendo a diferenciação:

$$(3a) \text{Crescimento do PIB/POP} = \text{crescimento de } \alpha + \text{crescimento de PROD}$$

Em que α é a taxa de emprego (i.e. a proporção de pessoas empregadas na população total), incorporando assim tanto a participação como o emprego ($\alpha = E/POP$). Se a proporção da força laboral na população em idade ativa (taxa de participação) e a proporção das pessoas empregadas na força laboral (taxa de emprego) se mantiverem constantes, o crescimento do PIB per capita é igual à soma do aumento da produtividade com o aumento da proporção da população em idade ativa (POPIA/POP).

$$(3b) \text{Crescimento do PIB/POP} = \text{crescimento de PROD} + \text{crescimento de POPIA/POP}$$

Assim, com todas as outras variáveis constantes, um aumento no crescimento da proporção da população em idade ativa origina um aumento do crescimento do PIB per capita.

Notas

1. O Ifo *World Economic Survey* (WES) pretende fornecer um panorama atualizado da situação económica atual e das perspetivas de curto prazo, em cerca de 120 países industrializados, emergentes e em desenvolvimento. Ao contrário das estatísticas oficiais, que são principalmente elaboradas com base em informação quantitativa, o WES consiste em informações qualitativas, incluindo avaliações e expectativas dos analistas económicos. Os 1 100 participantes neste inquérito trabalham em institutos de investigação, universidades, *think tanks*, câmaras de indústria ou instituições financeiras. Em África, esta pesquisa engloba 30 países e recebe uma média de 150 respostas por trimestre.
2. Segundo a teoria tradicional dos três setores, o peso do setor primário (agricultura e indústria extrativa) na atividade total é elevado durante as primeiras fases do desenvolvimento, mas tende a decrescer à medida que as economias se desenvolvem. O peso do setor secundário (indústria transformadora) aumenta nas fases baixa e média do desenvolvimento e diminui no nível de rendimento mais elevado, uma vez que os custos de mão-de-obra afetam a competitividade da indústria transformadora. Por sua vez, o peso do setor terciário (serviços) regista um aumento contínuo e torna-se o setor mais importante nos níveis de rendimento mais altos.
3. Os membros da CEMAC são os Camarões, o Chade, o Congo, o Gabão, a Guiné Equatorial e a República Centro-Africana.
4. Os membros da UEMOA são o Benim, o Burkina Faso, a Côte d'Ivoire, a Guiné-Bissau, o Mali, o Níger, o Senegal e o Togo.
5. O efeito da curva-J demonstra que a desvalorização da moeda origina, inicialmente, um agravamento da balança comercial, uma vez que o custo das importações aumenta e o valor das exportações diminui. Contudo, o saldo comercial melhora ao longo do tempo, devido ao baixo preço das exportações, porque há um aumento do volume de exportações e uma diminuição do volume de importações, com os consumidores locais a comprarem mais produtos nacionais e menos produtos importados (mais caros).
6. O cenário médio assume que a fertilidade total média em África (número de crianças por mulher) diminui de 4.71 no período 2010-15, para 3.11 no período 2045-50.
7. O Modelo de Transição Demográfica (MTD) distingue cinco fases: i) população numa fase estacionária, com elevadas taxas de natalidade e de mortalidade; ii) início do crescimento populacional, com a melhoria dos cuidados de saúde a determinarem uma queda da taxa de mortalidade, especialmente infantil, enquanto a taxa de natalidade se mantém elevada; iii) fase final do crescimento populacional, com continuação da queda das taxas de mortalidade e declínio das taxas de natalidade, devido a melhores condições económicas, melhorias na educação e no estatuto da mulher e acesso à contraceção; iv) estabilização da população, com baixas taxas de natalidade e de mortalidade (a maioria das economias mais avançadas encontra-se nesta fase); e v) população em declínio, com as taxas de natalidade abaixo do nível de substituição (cerca de duas crianças) e aumento da proporção da população idosa (envelhecimento populacional).

Bibliografia

- Awel, A.M. (2012), “Terms of trade volatility and economic growth in sub-Saharan Africa”, MPRA papers no. 48166, Biblioteca da Universidade de Munique, Alemanha.
- BAD (no prelo), “Africa’s performance and prospects in a period of global economic turbulence”, in *African Development Report 2015*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjã.
- BAD et al. (2012), *Perspetivas económicas em África 2012: Promoção do emprego jovem*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2012-en>.
- BAD et al. (2011), *Perspetivas económicas em África 2011: África e os seus Parceiros Emergentes*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2011-en>.
- BAD/NYU Africa House/ATA (2015), *Africa Tourism Monitor: Unlocking Africa’s Tourism Potential*, Vol. 3/1, Banco Africano de Desenvolvimento, New York University Africa House e Africa Travel Association, Abidjan e Nova Iorque.
- BAD/OCDE/PNUD (2015), *Perspetivas económicas em África 2015: Desenvolvimento territorial e inclusão espacial*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2015-en>.
- Banco Mundial (2016a), *Doing Business 2016: Measuring Regulatory Quality and Efficiency*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Banco Mundial (2016b), *Global Economic Monitor (GEM) Commodities (base de dados)*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://data.worldbank.org/data-catalog/commodity-price-data>.
- Banco Mundial (2015), *Africa Pulse: An Analysis of Issues Shaping Africa’s Economic Future*, Vol. 12, Grupo do Banco Mundial, Washington, DC, www.worldbank.org/en/region/afr/publication/africas-pulse-an-analysis-issues-shaping-africas-economic-future-october-2015 (consultado a 20 de janeiro de 2016).
- Banco Mundial/PwC (2015), *Paying Taxes 2016: The Global Picture*, Banco Mundial e Pricewaterhouse Coopers, Washington, DC.
- Basu, A.M. e K. Basu (2015), “The prospects for an imminent demographic dividend in Africa: The case for cautious optimism”, in C. Monga e J.Y. Lin (eds.), *The Oxford Handbook of Africa and Economics, Vol. II: Policies and Practices*, Oxford University Press, Oxford.
- Berg, A. et al. (2015), “Monetary policy issues in sub-Saharan Africa”, in C. Monga e J.Y. Lin (eds.), *The Oxford Handbook of Africa and Economics, Vol. II: Policies and Practices*, Oxford University Press, Oxford.
- Canning, D., S. Raja e A.S. Yazbeck (2015), *Africa’s Demographic Transition: Dividend or Disaster?*, Agence française de développement, Paris e Banco Mundial, Washington, DC.
- FMI (2015), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa 2015*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/reo/2015/afr/eng/pdf/sreo0415.pdf.
- Gallup (2015), *Gallup Global Report: Where the Great Jobs Are*, October 2015, Gallup Inc., www.gallup.com/services/186197/gallup-global-report-great-jobs-pdf.aspx.
- Ifo Institute (2016), *World Economic Survey (I/2016)*, CESifo Group Munich – Ifo Institute, Munique.
- Leibfritz, W. (2015), “Fiscal policy in Africa”, in C. Monga e J.Y. Lin (eds.), *The Oxford Handbook of Africa and Economics, Vol. II: Policies and Practices*, Oxford University Press, Oxford.
- Leridon, H. (2015), “Afrique subsaharienne : une transition démographique explosive”, *Futuribles*, No. 407 (julho-agosto), pp. 5-21.
- McMillan, M. e K. Harttgen (2015), “Africa’s quiet revolution”, in C. Monga e J.Y. Lin (eds.), *The Oxford Handbook of Africa and Economics, Vol. II: Policies and Practices*, Oxford University Press, Oxford.
- OCDE (2010), *Perspectives on Global Development 2010: Shifting Wealth*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264084728-en>.
- OMT (2016), *World Tourism Barometer*, Vol. 14, Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas, Madrid, www.e-unwto.org.
- Page, J. e A. Shimeles (2014), “Aid, employment, and poverty reduction in Africa”, *WIDER Working Paper*, 2014/043, Universidade das Nações Unidas–WIDER, Helsínquia.
- Sachs, J.D. (2015), “Africa’s demographic transition and economic prospects”, in C. Monga e J.Y. Lin (eds.), *The Oxford Handbook of Africa and Economics, Vol. II: Policies and Practices*, Oxford University Press, Oxford.
- Schaffnit-Chatterjee, C. e R. Burgess (2015), “African revival shifts east”, *Deutsche Bank Research Papers*, Deutsche Bank, Frankfurt, <http://tinyurl.com/jo7ow56>.
- UN Comtrade (2015), *United Nations Commodity Trade Statistics*, Base de Dados <http://comtrade.un.org/db/> (consultado a 15 de dezembro de 2015).
- UN DESA (2015), *World Population Prospects: The 2015 Revision* (dados adquiridos através do website), Nações Unidas, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais, Divisão de População, Nova Iorque.
- West, J. (2015), “Great Asian Slowdown”, *Asian Century Institute*, 21 de novembro, asiancenturyinstitute.com/economy.

Capítulo 2

Fluxos financeiros externos e receitas fiscais em África

No geral, os fluxos financeiros externos em África continuaram estáveis, apesar da queda do preço das matérias-primas. Este capítulo analisa as tendências relativas a estes fluxos, quer a redução do investimento direto estrangeiro e do investimento de carteira, quer a subida das remessas dos emigrantes e da ajuda pública ao desenvolvimento. O capítulo analisa, igualmente, a receita fiscal em África, que registou uma diminuição devido à queda nas receitas provenientes de recursos naturais. Esse também aborda as oportunidades e desafios das políticas para atração de fluxos financeiros, incluindo a necessidade de estabilizar os fluxos externos e de implementar políticas estruturais de médio e longo prazo, que estejam incluídas no âmbito da Agenda 2063 da União Africana e que busquem o desenvolvimento do continente.

Resumo

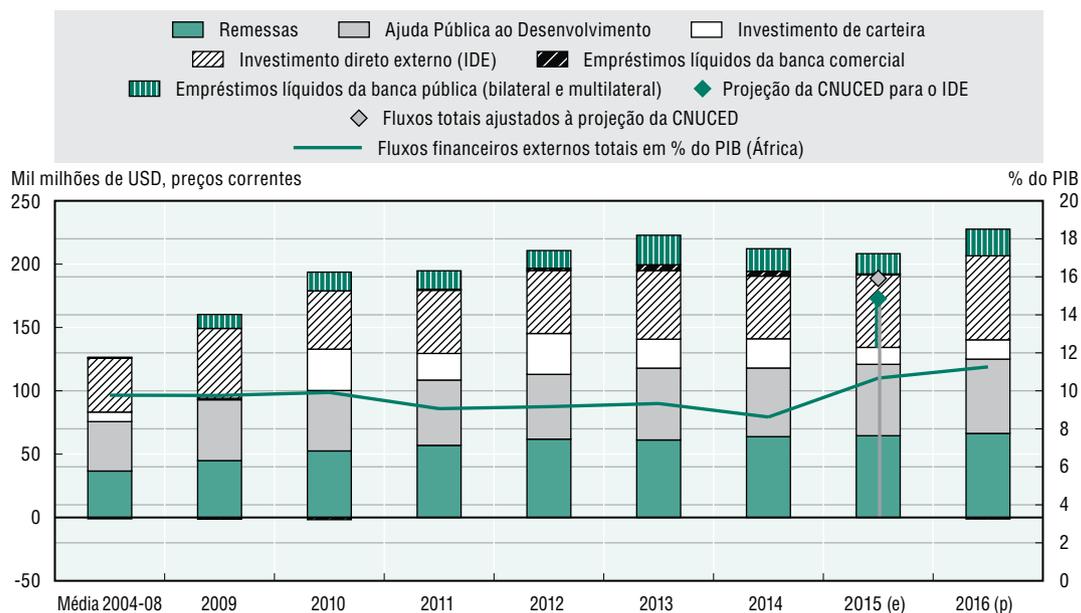
Em 2015, África atraiu um valor estimado de 208.3 mil milhões de USD de financiamento externo – investimento estrangeiro, comércio, ajuda ao desenvolvimento, remessas e outras fontes -, o que representa uma descida de 1.8% face ao ano anterior. Prevê-se que este total volte a subir em 2016, atingindo 226.5 mil milhões de USD. A queda do preço das matérias-primas, especialmente do petróleo e metais, foi uma das principais causas do decréscimo registado em 2015. Os investimentos de carteira e os fluxos de crédito da banca comercial foram bastante afetados, em reflexo de uma liquidez global mais limitada e de um mercado receoso em relação aos riscos. O aumento das remessas e da ajuda pública ao desenvolvimento contribuíram para manter os valores a um bom nível. Os governos africanos devem estabilizar a entrada de fluxos financeiros a curto prazo e utilizá-los para promover uma diversificação económica sustentável, a longo prazo. A descida das receitas provenientes de recursos naturais significa, igualmente, que os governos terão de encontrar formas para alargar a base fiscal para além do petróleo e das matérias-primas.

África depende fortemente do capital público e privado estrangeiro

Os fluxos financeiros para África – investimento direto estrangeiro, investimentos de carteira e obrigações, banca comercial, crédito bancário bilateral e multilateral, ajuda pública ao desenvolvimento e receitas públicas internas – continuaram estáveis, no geral, apesar das fracas condições verificadas noutras partes do mundo.

Em 2015, os fluxos externos totais com destino ao continente africano foram estimados em 208.3 mil milhões de USD, em comparação com 212.1 mil milhões de USD no ano anterior. Espera-se, contudo, que este valor aumente novamente em 2016, atingindo 226.5 mil milhões de USD.

Figura 2.1. Fluxos financeiros externos em África, média 2004-08, 2009-16
(mil milhões de USD a preços correntes e % do PIB)



Nota: As estimativas (e) e projeções (p) da APD são baseadas no aumento real da Ajuda Programável por País (APP) da OCDE (2016). A previsão de remessas baseia-se na taxa mundial de crescimento prevista pelo Banco Mundial.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do FMI (2014b, 2015c); OCDE (2016); *Perspetivas económicas em África*; Banco Mundial (2015a).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391231>

A análise dos dados revela dois números completamente diferentes sobre o investimento direto estrangeiro (IDE). De acordo com as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) (2015a), de outubro de 2015, o investimento estrangeiro em África aumentou 16% ao longo do ano. Em contrapartida, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) (2016) apresenta um decréscimo de 31.4% no IDE em 2015. Uma tal evolução significa que os fluxos financeiros totais teriam sido reduzidos a 188.8 mil milhões de USD, representando uma queda de 11% face a 2014. Os fluxos de carteira diminuíram 42%. O crédito da banca comercial também apresentou uma queda significativa, em 2015, embora o efeito no montante global seja pouco relevante, uma vez que essa é uma fonte pequena de financiamento externo em África.

As remessas dos emigrantes e a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) desempenharam um papel importante nos valores totais. As remessas aumentaram 1.2% e a APD 4.0%. A entrada de fluxos de crédito público, bilateral e multilateral, registou um aumento, embora a contribuição desta fonte para os fluxos financeiros totais tenha decrescido 10%, devido ao pesado calendário de amortizações dos empréstimos em 2015.

A queda do investimento de carteira reflete-se na diminuição dos fluxos privados em África

Os fluxos financeiros privados com destino ao continente africano aumentaram de um valor médio de 87 mil milhões de USD, no período entre 2004 e 2008, para 129 mil milhões de USD em 2011, apesar da desaceleração após a crise financeira global de 2008-09. No entanto, os fluxos privados diminuíram de 146 mil milhões de USD, em 2012, para 136 mil milhões, em 2015. As previsões apontam para um aumento de 8%, em 2016 (Tabela 2.1).

O investimento direto estrangeiro em África aumentou progressivamente entre 2007 e 2013. Em 2014, contudo, o IDE apresentou uma queda, atingindo o valor de 49.4 mil milhões de USD, tendo, contudo, apresentado uma recuperação em 2015, ano em que chegou ao valor de 57.5 mil milhões de USD, segundo as estimativas do FMI (2015a). O continente africano atraiu investimentos de países industrializados como os Estados Unidos, a França, o Reino Unido, bem como de economias emergentes, como a África do Sul, os Emirados Árabes Unidos, a China e a Índia. O investimento continua a ser maioritariamente direcionado para os países ricos em recursos naturais, mas os países pobres em tais recursos estão a tornar-se mais atrativos. O setor extrativo, as infraestruturas e as indústrias orientadas para o consumo são os principais setores mais atrativos para o IDE.

As estimativas da CNUCED para o investimento em África em 2015 são mais negativas, refletindo uma forte queda na África do Sul (-74%), em Moçambique (-21%) e na Nigéria (-27%). Se fossem utilizados os dados da CNUCED, e não os dos FMI, o financiamento privado teria diminuído 19.5%, em 2015, atingindo um valor de 116 mil milhões de USD. Os fluxos financeiros totais teriam decrescido 12.8%, chegando apenas aos 188.8 mil milhões de USD.

Os fluxos de carteira registaram queda, partindo de um valor de 23 mil milhões de USD em 2014, para atingir o valor de 13 mil milhões em 2015. No segundo semestre de 2015, registou-se uma saída líquida de investimento de carteira. Os fluxos de obrigações mantiveram-se relativamente estáveis. O crédito líquido da banca comercial atingiu um valor exíguo, se comparado com outras fontes de financiamento externo. Este fluxo financeiro registou um valor de 3.8 mil milhões de USD em 2014, e caiu para 500 milhões

de USD, em 2015, prevendo-se que continue a decrescer em 2016. As remessas continuam a ser a principal fonte de financiamento externo, atingindo 64 mil milhões de USD em 2015. Se comparadas com a volatilidade do investimento estrangeiro e do investimento de carteira, as remessas são consideradas um fluxo mais estável e podem até ter um comportamento contra-cíclico perante choques económicos externos (PNUD, 2011). Os países desenvolvidos continuam a ser a origem predominante das remessas para África, nomeadamente os Estados Unidos, a França e o Reino Unido, mas os fluxos de remessas provenientes dos países árabes e de países africanos como a África do Sul, os Camarões e a Côte d'Ivoire também são importantes. O Banco Mundial prevê um ligeiro aumento das remessas em 2016, que deve atingir um valor na ordem dos 65.6 mil milhões de USD. No entanto, o fraco crescimento económico europeu e a queda dos preços do petróleo nos países do Golfo podem afetar as remessas em África (Tabela 2.1).

Tabela 2.1. Fluxos financeiros e receitas fiscais em África, 2004-16
(mil milhões de USD, preços correntes)

		2004-08	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015e	2016p
Externos Privados	Investimento direto estrangeiro (IDE)	42.8	55.1	46.0	49.8	49.7	54.2	49.4	57.5	66.3
	Investimento de carteira	7.5	1.2	32.7	21.0	32.3	22.8	23.1	13.4	15.2
	Remessas	36.7	44.9	52.5	57.0	61.9	61.2	63.8	64.6	66.4
	Crédito da banca comercial (líquido)	0.5	-1.3	-1.7	0.8	1.8	4.5	3.8	0.5	-1.2
	Crédito da banca pública, líquido (bilateral e multilateral)	-1.0	11.0	14.8	14.5	14.0	23.3	17.8	16.0	21.0
	Ajuda pública ao desenvolvimento (Total líquido, total dos doadores)	39.0	48.0	47.7	51.5	51.1	56.7	54.2	56.4	58.7
	Total de fluxos externos	125.5	158.9	192.0	194.8	210.7	222.8	212.2	208.3	226.5
Internos	Receita tributária	281.0	302.9	367.8	453.2	458.8	468.5	461.2		

Nota: As estimativas (e) e projeções (p) da APD são baseadas no aumento real da Ajuda programável por País (APP) na OCDE (2016). A previsão para as remessas é baseada na taxa prevista de crescimento mundial, do Banco Mundial.

Fonte: Cálculos dos autores, baseados em dados do FMI (2014b, 2015c), OCDE (2016), *Perspetivas económicas em África*, Banco Mundial (2015b).

Os fluxos financeiros públicos continuam estáveis

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento – em donativos e empréstimos concessionais – registou um aumento em 2015, após uma ligeira queda em 2014. A APD continua a ser a principal fonte pública de financiamento em África, tendo atingido 56 mil milhões de USD em 2015, e prevendo-se um crescimento de 4.1% para 2016. O crédito público da banca, dos atores bilaterais e multilaterais, caiu de 17.8 mil milhões de USD, registados em 2014, para 16 mil milhões em 2015, embora se estime uma subida para 21 mil milhões de USD, em 2016.

Entre os principais financiadores do investimento em infraestruturas no continente africano estão o People's Bank of China, o Banco de Desenvolvimento da China e o Banco Chinês de Importações-Exportações. Para além dos financiadores habituais como o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e o Banco Europeu de Investimento, espera-se que o Novo Banco de Desenvolvimento BRICS, fundado em 2014, contribua significativamente para a campanha africana de concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, complementando as instituições financeiras públicas e privadas já existentes (UN DESA, 2015b; UN DESA, 2016).

No geral, as receitas públicas internas dos países africanos estão em baixa, principalmente devido à queda dos impostos sobre as receitas dos recursos naturais. Enquanto os países com matérias-primas se viram confrontados com uma redução do rácio impostos-PIB em todas as categorias, os países pobres em recursos naturais aumentaram as suas receitas fiscais e o rácio dos impostos em relação ao PIB.

África enfrenta a volatilidade dos fluxos de IDE

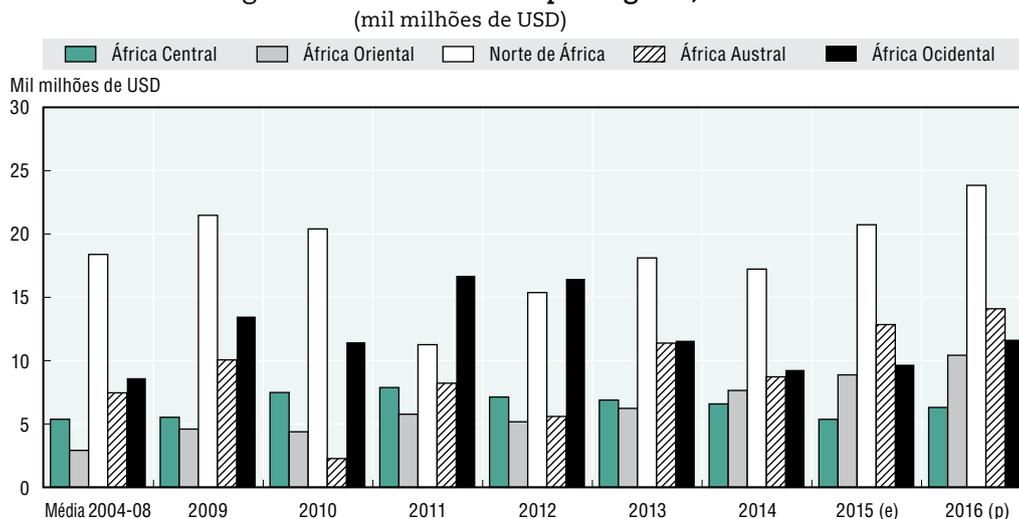
De acordo com dados do FMI, o investimento estrangeiro em África aumentou 16%, atingindo 57.5 mil milhões de USD em 2015. Os fluxos de investimento para o Norte de África reverteram a trajetória negativa, com um aumento de 20% entre 2014 e 2015, passando de 17.2 milhões para 20.7 milhões de USD. A África Oriental tem registado um aumento do IDE desde 2010. Entre 2014 e 2015, este fluxo passou de 7.7 mil milhões para 8.9 mil milhões de USD, o que corresponde a um aumento de 16%. Na África Central, o IDE registou uma queda de um valor de 6.6 mil milhões para 5.4 mil milhões de USD, no mesmo período. Em 2015, o IDE na África Austral foi de 12.9 mil milhões de USD, comparativamente a 8.7 mil milhões em 2014 e 11.4 mil milhões em 2013.

Em 2015, os principais destinos do investimento em África foram: o Egito (10.2 mil milhões de US\$), Moçambique (4.7 mil milhões), Marrocos (4.2 mil milhões), a África do Sul (3.6 mil milhões), o Gana (2.5 mil milhões), a República Democrática do Congo (2.5 mil milhões), a Zâmbia (2.4 mil milhões), a Tanzânia (2.3 mil milhões), a Etiópia (2.1 mil milhões), a Guiné e o Quênia (ambos com 1.9 mil milhões). África atraiu investimento estrangeiro de muitos países, nomeadamente dos Estados Unidos, da França e do Reino Unido, bem como de economias emergentes como a África do Sul, a China, os Emirados Árabes Unidos e a Índia (Figura 2.2).

A atividade terrorista e a deterioração da segurança em alguns países do Sahel, assim como a instabilidade política, são uma ameaça ao investimento. Vários fatores internos e externos influenciam o retorno do investimento, incluindo as dificuldades económicas encontradas pelos países emergentes e a fraca recuperação na União Europeia. A queda dos preços do petróleo e dos metais tem levado os investidores externos a reduzir as suas operações nos países ricos em recursos naturais. No entanto, há também um lado positivo. Os serviços e a indústria transformadora em África poderão beneficiar de um aumento dos fluxos, decorrente de moedas mais fortes na China e nos Estados Unidos (dólar norte-americano e yuan renminbi chinês). O investimento proveniente das economias emergentes e direcionado para as competências e para o desenvolvimento de infraestruturas em África pode ajudar a ultrapassar a dependência do IDE baseado nos recursos naturais.

O investimento no Norte de África teria decrescido, se não fosse considerado o Egito. Neste país, o IDE aumentou de 5.5 mil milhões de USD em 2014, para 10.2 mil milhões de USD em 2015. Os investidores dos Emirados Árabes Unidos desempenharam um papel importante na recuperação do Egito. Os fluxos de IDE para Marrocos registaram uma diminuição entre 2014 e 2015, de 4.7 mil milhões para 4.2 mil milhões de USD. No entanto, em 2015, Marrocos tornou-se o terceiro principal recetor de investimento estrangeiro em África. As empresas europeias são as principais investidoras em Marrocos, que beneficia dos laços históricos e de proximidade com a Europa Ocidental, bem como de uma política pró-ativa de atração do IDE e de trabalhadores qualificados com salários inferiores aos da Europa. O investimento na Tunísia tem sido seriamente afetado pela turbulência política e económica verificada desde 2009. O IDE neste país caiu mais de 40% desde 2012, atingindo um valor de 1.1 mil milhões de USD em 2015. A incerteza da situação política e de segurança no Sahel representa um risco para a África Ocidental e para a África Central.

Figura 2.2. IDE em África por regiões, 2004-16



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do FMI (2014b, 2015c).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391247>

O investimento em matérias-primas tem sido fortemente afetado. A Nigéria registou uma queda acentuada nos últimos cinco anos, tendo passado de 8.1 mil milhões de USD em 2011, para 1.4 mil milhões em 2015. O Gana atraiu a maior parcela do IDE na África Ocidental (2.5 mil milhões de USD), seguido da Guiné (1.9 mil milhões), da Côte d'Ivoire (mil milhões de USD) e da Mauritânia (800 milhões). Países como a Libéria, o Senegal, a Serra Leoa e o Togo receberam menos de 500 milhões de USD cada, em 2015.

Na África Oriental, a Tanzânia e o Uganda registaram investimentos estáveis em 2015, atingindo respetivamente 2.3 mil milhões de USD e 1.3 mil milhões de USD. No Uganda, prevê-se que o setor petrolífero seja o principal setor de atração do investimento no futuro. Entre 2013 e 2015, o investimento no Quênia aumentou de 500 milhões para 1.9 mil milhões de USD. Na Etiópia, cresceu de 1.2 mil milhões para 2.1 mil milhões de USD, no mesmo período, sendo a maior parte de IDE em setores de mão-de-obra intensiva. Não obstante, os 32 projetos lançados no país em 2015 representarem apenas 4.4% do investimento total em África, estes correspondem a 18.5% dos empregos criados pelo IDE no continente africano. A Etiópia tem apresentado uma lenta abertura ao investimento estrangeiro nos setores de retalho e da indústria transformadora (fDi Markets, 2016).

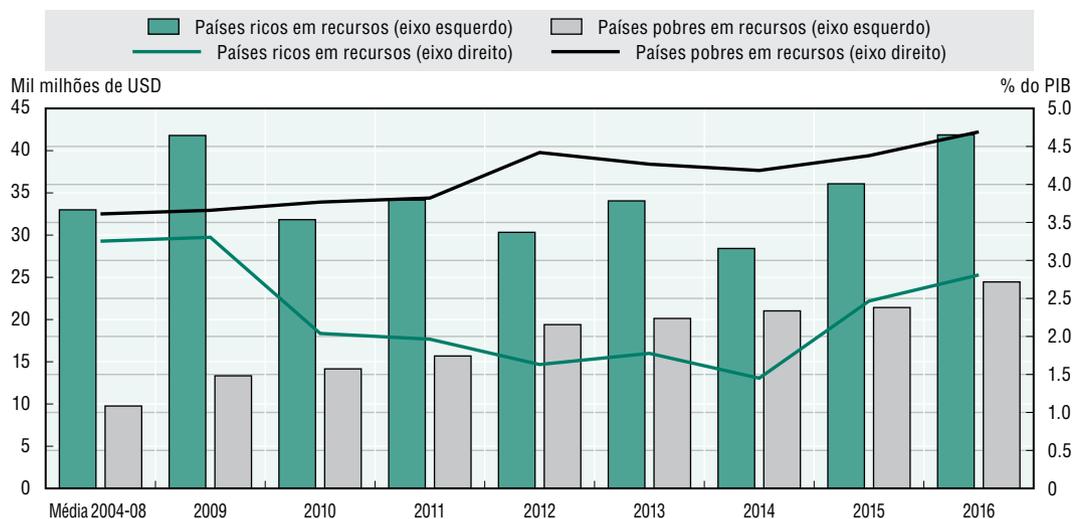
Em 2015, os fluxos de IDE para a República Democrática do Congo e para a República do Congo atingiram, respetivamente, 2.5 mil milhões de USD e 1.5 mil milhões de USD, em ambos os casos cerca de metade do registado em 2014. A África do Sul continua a ser um dos principais destinos do investimento externo na África Austral, embora se tenha verificado uma queda a partir de 2013 (ano em que atingiu 8.2 mil milhões de USD), isto é, em 2014 (4 mil milhões) e em 2015 (3.6 mil milhões). Moçambique tornou-se, em 2015, o principal recetor de investimento estrangeiro na África Austral, atraindo 4.7 mil milhões de USD.

Os setores orientados para o consumo atraem um investimento direto estrangeiro crescente

Os países ricos em matérias-primas continuam a atrair a maioria do investimento externo, mas há um aumento da parcela do IDE destinada a países sem grandes recursos naturais. Os países africanos pobres em recursos naturais receberam 37% do IDE em 2015, em comparação com uma percentagem de 30% registada em 2010 (Figura 2.3). Entre 2010 e 2015, o rácio do IDE em relação ao PIB, nos países sem grandes recursos naturais

subiu de 3.8% para 4.4%. Já nos países ricos em recursos naturais, este rácio aumentou de 2.0% para 2.5%, no mesmo período. Diversos países sem recursos significativos têm atraído investidores, nomeadamente o Quênia, a Tanzânia e o Uganda, o que reflete uma mudança para bens de consumo. O Quênia está a tornar-se o polo de negócios da África Oriental nos setores da indústria transformadora, transportes, serviços e tecnologias de informação e comunicação (TIC) (McKinsey, 2015a e 2015b).

Figura 2.3. Investimento direto externo em África: Países ricos em recursos naturais versus países pobres em recursos naturais, 2000-16



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do FMI (2014b, 2015c).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391254>

O índice Herfindahl-Hirschman, que é um rácio de concentração, revela uma transição para as TIC, para os serviços e para a indústria transformadora no continente africano. O índice foi de 0.43 em 2003, 0.18 em 2014 e 0.14 em 2015. Esta tendência é confirmada, igualmente, pelos dados dos projetos de raiz anunciados em 2015, os quais revelam que os serviços e a indústria transformadora representam cerca de 54% do valor total dos projetos em África (fDi Markets, 2016). O investimento começa a diversificar-se para indústrias orientadas para o mercado de consumo, nomeadamente as TIC, o retalho, a alimentação e os serviços financeiros.

As cidades africanas são polos futuros de investimento

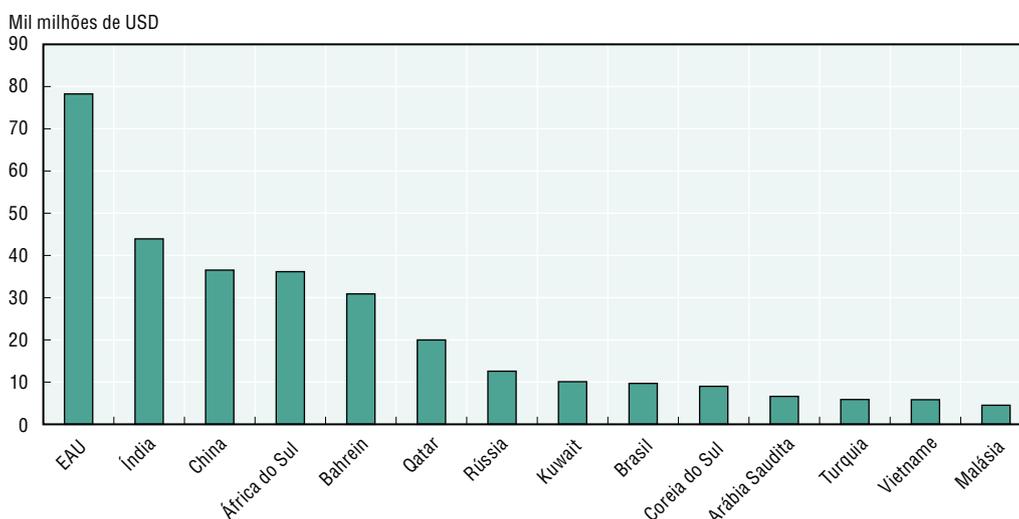
Com a urbanização, as cidades africanas veem crescer mercados de consumo cada vez mais apetecíveis para os investidores estrangeiros. Haverá um aumento do rendimento disponível e do poder de compra nas maiores cidades africanas (Oxford Economics, 2015). As estimativas demonstram que o PIB das grandes cidades está em crescimento. As cidades mais importantes serão o Cairo, a Cidade do Cabo, Joanesburgo, Lagos e Luanda. Esta classificação reflete a qualidade do ambiente de negócios, das infraestruturas e logística, bem como a disponibilidade de mão-de-obra qualificada.

A recente onda de investimentos em infraestruturas indica que os países estão a investir em corredores de transporte para interligar os aglomerados urbanos e transformá-los em *clusters* urbanos. Entre os exemplos estão o grande corredor urbano Ibadan-Lagos-Acra, o Corredor de Desenvolvimento de Maputo e o Corredor Norte entre a África Oriental e Central. Estes investimentos aumentarão com um aprofundamento da integração dos mercados, por meio da redução dos custos de transporte e de comércio. Os investimentos promovem também a concorrência e a produtividade, o que tornará os polos africanos mais atrativos para os investidores estrangeiros.

A China, a Índia e outras economias emergentes são fontes importantes de IDE

Apesar dos Estados Unidos e dos países da União Europeia continuarem a ser os principais investidores em África, as economias emergentes são também uma fonte fundamental. A parcela da Índia nos projetos de investimento de raiz previstos para África aumentou de 3.3% no período de 2003-08, para 6.1% no período de 2009-2015. Já a importância da China diminuiu de 4.9% para 3.3%. Em 2015, os Estados Unidos representaram 9.7% e a União Europeia 37.4% do total de investimento de raiz (fDi Markets, 2016). Os investidores emergentes mais significativos são a África do Sul, o Bahrein, a China, a Índia, o Qatar, e os Emirados Árabes Unidos (Figura 2.4). Os investidores do Médio Oriente lideram esta lista, tendo injetado mais de 100 mil milhões de USD na última década.

Figura 2.4. Fluxos de IDE das economias emergentes em África, 2003-15
(mil milhões de USD)



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados fDi Markets (2016).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391261>

O investimento de raiz em África promove os serviços e a indústria transformadora

Embora o investimento de raiz tenha diminuído em 2015, verifica-se uma tendência de concentração progressiva de tais investimentos nos serviços, na indústria transformadora e em zonas económicas especiais; uma tal evolução pode impulsionar a transformação estrutural em África. Em 2015, os principais investidores no que respeita a projetos de raiz anunciados foram a Itália (7.4 mil milhões de USD), os Estados Unidos (6.9 mil milhões), a França (5.8 mil milhões), o Reino Unido (4.9 mil milhões) e os Emirados Árabes Unidos (4.3 mil milhões). Em 2015, os Estados Unidos tinham 96 projetos de raiz, o Reino Unido 77 projetos, os Emirados Árabes Unidos 50 projetos e a Índia 45 projetos (fDi Markets 2016).

Os serviços e a indústria transformadora continuam a ser áreas-chave do investimento. Em 2015, 39.7% dos projetos de IDE de raiz anunciados para África e 24.6% dos custos de capital relacionados foram no setor da indústria transformadora. O setor dos serviços representou 51% dos projetos e 28.4% das despesas de capital. Verificaram-se grandes investimentos na indústria transformadora, principalmente em equipamentos eletrónicos, veículos motorizados e alimentação. O stock de IDE ligado aos serviços em África aumentou de forma significativa (fDi Markets, 2016).

A deslocalização da indústria transformadora e dos serviços, dos países avançados e emergentes para o continente africano, baseia-se no nível de salários e em zonas económicas especiais, podendo ganhar fôlego se os programas de apoio forem geridos de forma eficaz. Os países da África Oriental são um exemplo de como o continente pode explorar vantagens comparativas:

- Os países da África Ocidental têm uma economia mais diversificada do que os países ricos em recursos naturais e estão relativamente bem integrados enquanto região. O Burundi, Quênia, o Ruanda, a Tanzânia e o Uganda formam a Comunidade da África Oriental (EAC/CAO), que estabeleceu um mercado comum.
- O conjunto dos países da EAC/CAO e dos restantes países da África Oriental – incluindo a Etiópia, Madagáscar, as Maurícias e as Seychelles – tem uma população de 300 milhões, com um PIB total de 530 mil milhões de USD

Os investimentos de carteira estão em baixa, mas os novos títulos demonstram resiliência

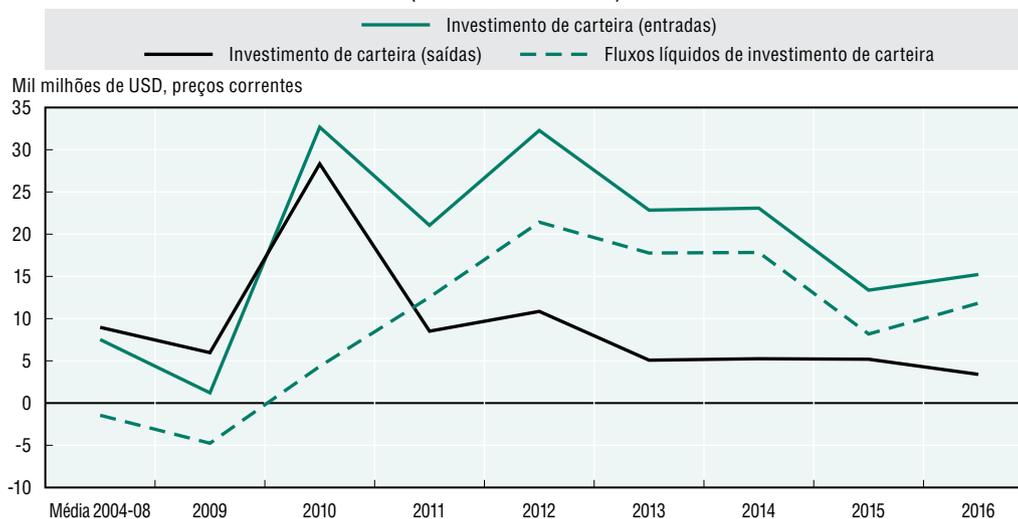
Em 2015, o montante de entradas de investimento de carteira em África foi metade do registado no período entre 2012 e 2014. As emissões de obrigações continuaram a resistir, mas houve uma reversão dos fluxos de investimento de carteira no segundo semestre de 2015. Durante a última década, o peso das entradas de investimento de carteira no investimento total aumentou, registando picos nos anos de 2006 e 2012. Uma evolução importante nos anos 2000 foi o aumento da dependência dos governos africanos face aos mercados no que se refere ao financiamento da dívida interna e externa.

Se comparados com as economias emergentes, os fluxos de carteira para os principais mercados africanos têm demonstrado alguma resiliência. Segundo dados do Banco Mundial (2016a), os investidores mundiais retiraram aproximadamente 52 mil milhões de USD dos mercados emergentes, em fundos de ações e obrigações, no terceiro trimestre de 2015.

As entradas de investimento de carteira diminuíram drasticamente durante a crise financeira global de 2008-09. Pelo contrário, desde 2010, a entrada bruta de investimentos de carteira em África manteve-se a um nível positivo. Estes atingiram valores máximos em 2010 e 2012, acrescentando mais de 32 mil milhões de USD em cada ano. No entanto, o fim da flexibilização quantitativa (*quantitative easing*) nos Estados Unidos, a incerteza nos mercados petrolíferos e os riscos políticos têm pesado na perceção recente dos investidores em relação a África. Em 2015, as entradas brutas de investimento de carteira em África caíram 10 mil milhões de USD face a 2013 e 2014, situando-se nos 13.4 mil milhões de USD. Prevê-se que continuem estagnadas em 2016.

Em África, as saídas brutas de investimento de carteira mantiveram-se em torno dos 5 mil milhões de USD por ano, entre 2013 e 2015. Consequentemente, os fluxos líquidos de carteira no continente africano (entradas menos saídas) têm sido positivos desde 2010. Em África, estes fluxos contribuíram para uma poupança externa líquida na ordem dos 82 mil milhões de USD, no período entre 2010 e 2015, e para uma média anual de 13.7 mil milhões de USD.

Figura 2.5. Entrada e saída de investimentos de carteira em África, 2004-16
(mil milhões de USD)



Fonte: Ilustração dos autores, com base em dados do FMI (2015c).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391274>

Os fluxos de investimento de carteira revelam grande volatilidade ao longo das duas últimas décadas. Entre 2009 e 2010, nomeadamente, passaram de uma saída líquida de capital para uma entrada líquida de mais de 20 mil milhões de USD. Desde então, os fluxos líquidos estabilizaram, atingindo apenas 1.2 mil milhões em 2015. Embora possam ser um instrumento importante de participação nos financiamentos, os fluxos de carteira não são uma fonte fiável de financiamento externo. As ofertas públicas internacionais (OPI), pelo contrário, são mais importantes para o financiamento das empresas. Entre 2010 e 2014, África mobilizou capitais sociais através de IPO e de outras ofertas que aproveitaram a expansão dos mercados bolsistas no continente. A Caixa 2.1. analisa este assunto de forma mais detalhada.

A volatilidade dos fluxos de investimento de carteira refletiu-se na maior parte dos mercados bolsistas em África, os quais revelaram uma rentabilidade negativa no segundo semestre de 2015. Muitos analistas consideram que a implementação de uma política mais restritiva por parte da Reserva Federal norte-americana é responsável pela recente contenção. Vários fatores internos contribuíram, igualmente, para uma menor procura dos investidores por ativos das economias emergentes. As preocupações dos investidores foram reforçadas pelo abrandamento do crescimento mundial, tendo com pano de fundo a queda dos preços das matérias-primas.

Caixa 2.1. Mobilização de capital através de ofertas públicas iniciais

A facilidade com que as empresas são cotadas nos mercados bolsistas por meio de ofertas públicas internacionais (OPI) é primordial para o financiamento empresarial em África. O relatório *IPO Watch Africa 2014* revela que entre 2010 e 2014 foram mobilizados 37.4 mil milhões de USD por meio de OPI e de ofertas adicionais nos mercados de capitais em África. As OPI corresponderam a 6.3 mil milhões de USD. Em 2014, estavam cotadas 24 empresas africanas nos mercados bolsistas, angariando 1.7 mil milhões de USD através de 24 OPI e de algumas cotações adicionais. As empresas cotadas na Bolsa de Valores de Joanesburgo representaram 32% do capital total de OPI em África, em 2013, e 44% em 2014.

Na sequência da melhoria do sentimento dos investidores relativamente ao continente africano, entre 2010 e 2014, as tendências recentes das IPO revelam uma maior proporção de capital mobilizado nos mercados fora da África do Sul. Contrariamente às IPO, o capital mobilizado na África do Sul continua a dominar as ofertas adicionais, tendo este representado 87% dessas receitas em 2014.

Em 2013 e 2014, algumas das principais OPI tiveram uma componente internacional significativa, seja pelas empresas estrangeiras mobilizarem capital diretamente nas bolsas africanas, seja pelas empresas africanas comercializarem ações para investidores estrangeiros, através de cotações duplas (*dual listings*) ou de vendas a compradores institucionais estrangeiros. Entre 2010 e 2014, foram mobilizados 31.1 mil milhões de USD por meio de ofertas adicionais nas bolsas africanas e 1.2 mil milhões de capital adicional angariado pelas empresas africanas nas bolsas internacionais.

Joanesburgo (África do Sul) tem o maior número de empresas cotadas e a maior capitalização bolsista do continente africano, seguida do Cairo (Egito), Lagos (Nigéria) e Casablanca (Marrocos).

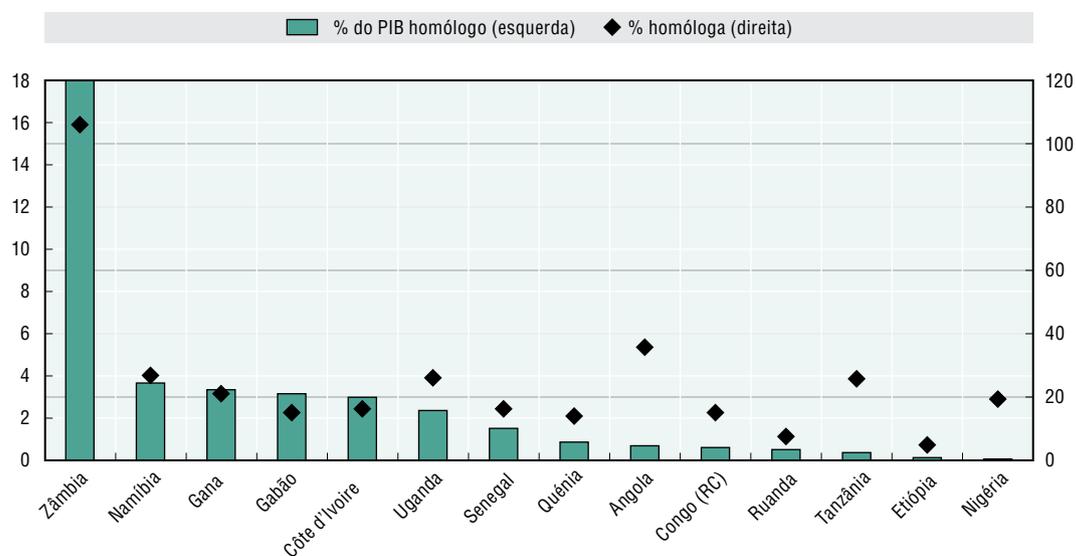
Fonte: PWC (2014).

A emissão de títulos soberanos nos países da África subsariana aumentou consideravelmente, entre 2011 e 2014. Em 2011, a emissão de obrigações atingiu mil milhões de USD e, no final de 2014, chegou a um valor de 6.2 mil milhões (Vellos, 2015). Alguns países beneficiaram de programas de alívio da dívida, como a Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados ou a Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida. Até meados de 2014, as condições estáveis do mercado global e a perspectiva de maior retorno para os investidores abriram caminho a um maior acesso aos mercados internacionais, onde o retorno médio destas emissões de obrigações é de aproximadamente 6.6%, com uma maturidade média de 10 anos. Em 2015, alguns países enfrentaram a diminuição dos fluxos de crédito bancário e a saída líquida de investimento de carteira, pelo que continuaram a explorar o mercado mundial de obrigações para financiarem os seus programas de investimento. A Angola, os Camarões, a Côte d'Ivoire, o Gabão, o Gana e a Zâmbia lançaram obrigações soberanas em 2015. Angola e Camarões emitiram títulos a dez anos (Banco Mundial, 2016c). No final de 2015, a emissão de obrigações destes seis países correspondia a 6 mil milhões de USD. A emissão de *Eurobonds* por países da África subsariana com economias fortes (excluindo a África do Sul) comportaram-se razoavelmente em 2015 (Masetti, 2015). As emissões de obrigações em 2015 compararam-se ao volume anual recorde registado em 2013 e 2014, quando 12 países – muitos dos quais pela primeira vez – emitiram títulos num valor de 12 mil milhões de USD nos mercados internacionais de capital.

Os *spreads* dos empréstimos obrigacionistas refletiram a resistência da economia, as alterações no sentimento dos investidores e na notação de risco, particularmente no segundo semestre de 2015. Quando foram realizadas novas emissões, os países emissores tiveram de oferecer uma rentabilidade mais elevada, e os rendimentos nos mercados secundários atingiram máximos plurianuais. Na Côte d'Ivoire e na Zâmbia, a rentabilidade no mercado primário aumentou, respetivamente, 70 e 100 pontos base. No Gana, aumentou 260 pontos base em relação às últimas emissões de 2014, atingindo 10.8%. Angola, que emitiu pela primeira vez obrigações da dívida, teve de oferecer uma rentabilidade de 9.5%.

Em África, todos os títulos soberanos *Eurobonds* são denominados em dólares (USD), pelo que qualquer depreciação afeta o valor dos pagamentos do serviço da dívida em moeda local. Isto é potencialmente mais pernicioso para os encargos com juros do que para o aumento dos *spreads*. A queda das moedas face ao dólar, desde meados de 2014, tem afetado especialmente o kuanza de Angola, o dólar da Namíbia, o shilling da Tanzânia, o shilling do Uganda e o kwacha da Zâmbia, que perderam entre 20% a 51% face ao dólar norte-americano, em períodos homólogos. A Zâmbia foi particularmente afetada: em 2015, os custos do serviço da dívida aumentaram 18% em relação ao PIB (eixo esquerdo na Figura 2.6) e 106% em moeda local (eixo direito).

Figura 2.6. Variação do custo de serviço da dívida, África subsariana, 2015



Fonte: Masetti (2015).

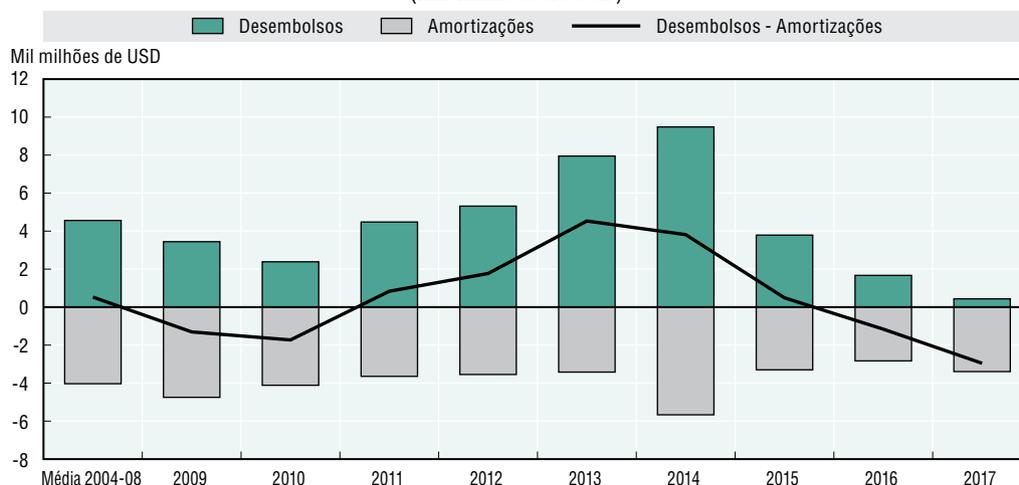
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391281>

Há um abrandamento dos fluxos de crédito bancário e um crescimento dos reembolsos dos empréstimos

Os fluxos públicos de crédito bancário em África, proveniente de fontes multilaterais, voltaram a subir em 2015, enquanto o crédito bancário bilateral foi drasticamente reduzido. Relativamente à banca comercial, o crédito líquido no continente africano foi negativo, uma vez que a redução dos desembolsos verificou-se em simultâneo com um aumento dos pagamentos de amortização. Alguns países são cada vez mais vulneráveis a perfis de financiamento da dívida pouco favoráveis e mais sensíveis a choques orçamentais.

Em 2015, os fluxos líquidos de crédito bancário para África estiveram fortemente concentrados no crédito bancário público. A Figura 2.7 demonstra que, pelo contrário, a banca comercial privada diminuiu drasticamente os novos empréstimos. Os empréstimos dos bancos comerciais foram cortados particularmente para clientes do Norte de África. Os fluxos brutos de crédito da banca comercial em África caíram de 9.5 mil milhões de USD, em 2014, para 3.8 mil milhões de USD, em 2015. Tendo em conta as amortizações, o crédito líquido da banca comercial diminuiu de 3.8 mil milhões para apenas 500 mil milhões de USD, no mesmo período. A previsão aponta para nova diminuição dos empréstimos da banca comercial em 2016 e 2017. Embora as amortizações programadas sejam de aproximadamente 3 mil milhões de USD, tanto em 2016 como em 2017, os fluxos líquidos de crédito da banca comercial irão provavelmente subtrair, ao invés de acrescentar, às poupanças internas em África. O crédito líquido da banca privada deverá atingir valores negativos de 1.16 mil milhões de USD em 2016 e de 2.96 mil milhões de USD em 2017.

Figura 2.7. Empréstimos líquidos da banca comercial em África, 2004-17
(mil milhões de USD)



Fonte: Banco Mundial (2016c).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391292>

É difícil encontrar dados sobre as fontes de crédito bancário para África. O People's Bank of China, o Banco de Desenvolvimento da China e o Banco Chinês de Importações-Exportações apoiaram investimentos de larga escala nas infraestruturas africanas, mas não publicam informação atualizada (Pigato e Tang, 2015). Relativamente a outros credores bilaterais e multilaterais, a Economist Corporate Network (ECN) (2015) coloca entre os principais financiadores o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco de Desenvolvimento da África Austral, o Banco de Importações-Exportações dos Estados Unidos, o Banco Africano de Importações-Exportações, o Banco Europeu de Investimento, a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), o Banco do Japão de Cooperação Internacional (JBIC), o Banco Islâmico de Desenvolvimento e o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW).

Apesar do crescimento constante das fontes de financiamento privadas, o financiamento público para o desenvolvimento garante 80% dos financiamentos para infraestruturas. A China lidera a lista de investidores, de acordo com um relatório publicado em 2015 pela ECN. Os atores públicos são uma fonte importante de financiamento externo em África, nomeadamente por meio das agências de crédito à exportação (Caixa 2.2). Segundo o *Relatório do Consórcio de Infraestruturas para África 2013*, 30% do financiamento é efetuado em donativos e 67% em empréstimos bancários e créditos à exportação.

Caixa 2.2. Quem financia as infraestruturas em África?

O Consórcio de Infraestruturas para África (ICA, na sigla inglesa) atua como uma plataforma para aumentar o financiamento das infraestruturas, apoiar a eliminação de obstáculos ao nível técnico e das políticas, facilitar a cooperação, e aumentar o conhecimento por meio da monitorização, reporte e partilha de boas práticas. Os seus relatórios anuais disponibilizam alguma informação sobre os compromissos de financiamento das infraestruturas africanas em quatro setores: energia, transportes, água e tecnologias da informação e comunicação. A Tabela 2.2 apresenta os dados para os maiores financiadores, com compromissos anuais reportados acima de mil milhões de USD.

Caixa 2.2. Quem financia as infraestruturas em África? (cont.)

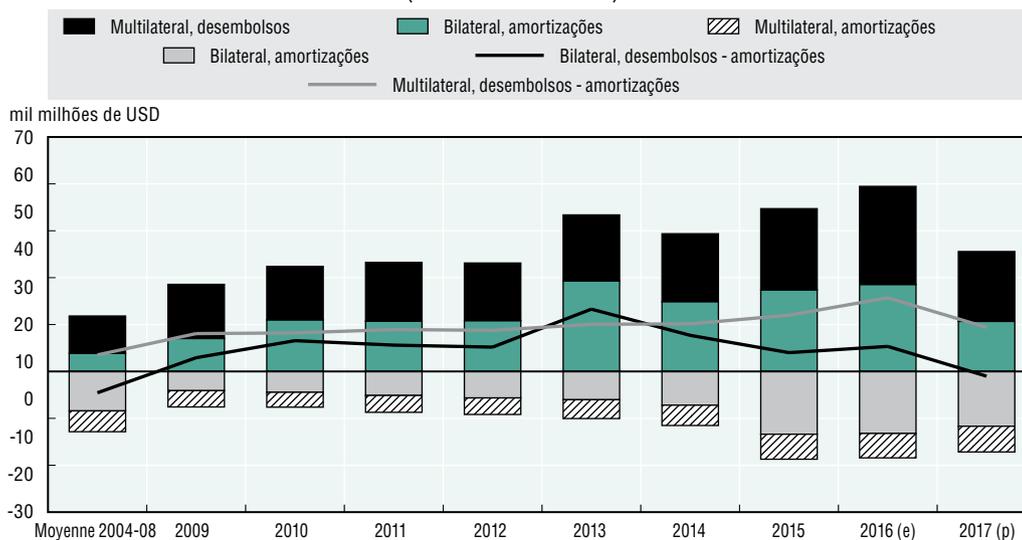
Tabela 2.2. Compromissos de financiamento por origem
(mil milhões de USD)

Origem	2013	2014
China	13.4	3.1
Europa	7.4	6.4
Estados Unidos	7.0	n.a.
Banco Mundial	4.5	6.5
BAD	3.6	3.6
Grupo de Coordenação Árabe	3.3	3.5
Japão	1.5	2.1
África do Sul	1.2	1.0
Total	99.6	74.5

Fonte: ICA (2014, 2015).

Desde 2008, os desembolsos de crédito bancário público para África provenientes de fontes bilaterais e multilaterais quase duplicaram (Figura 2.8). Nesse ano, estes empréstimos corresponderam a 18.6 mil milhões de USD. Já em 2015, atingiram 34.7 mil milhões de USD e prevê-se uma nova alta em 2016, em que este valor deve atingir 39.5 mil milhões de USD. Tendo em conta a amortização dos empréstimos em cada ano correspondente, a Figura 2.8 também fornece dados sobre os fluxos líquidos do crédito público.

Em 2015, os fluxos líquidos de crédito público (desembolsos menos amortizações) registaram um decréscimo, principalmente devido ao calendário das amortizações dos empréstimos bilaterais. Os pagamentos aos credores públicos bilaterais saltaram para 13 mil milhões de USD, em 2015, prevendo-se um valor similar em 2016. Comparativamente, os pagamentos aos credores bilaterais registados entre 2009 e 2014 foram muito mais baixos, com uma média de 5.4 mil milhões de USD por ano. Os fluxos públicos de crédito bancário registaram uma queda no Norte de África, uma vez que o crédito bilateral à região se tornou negativo em 2014, na sua maioria devido a um calendário pesado do Egito em termos de amortizações. Os países que contraíram mais empréstimos bilaterais na África subsariana são a Côte d'Ivoire e a República do Congo, principalmente devido a acordos com a China. Em África, os empréstimos públicos bilaterais representaram, em 2013, 53.7% do total, mas em 2014 ficaram abaixo dos empréstimos multilaterais.

Figura 2.8. Empréstimos líquidos da banca pública (bilaterais e multilaterais), 2004-17
(mil milhões de USD)

Nota: (e) estimativas; (p) projeções.

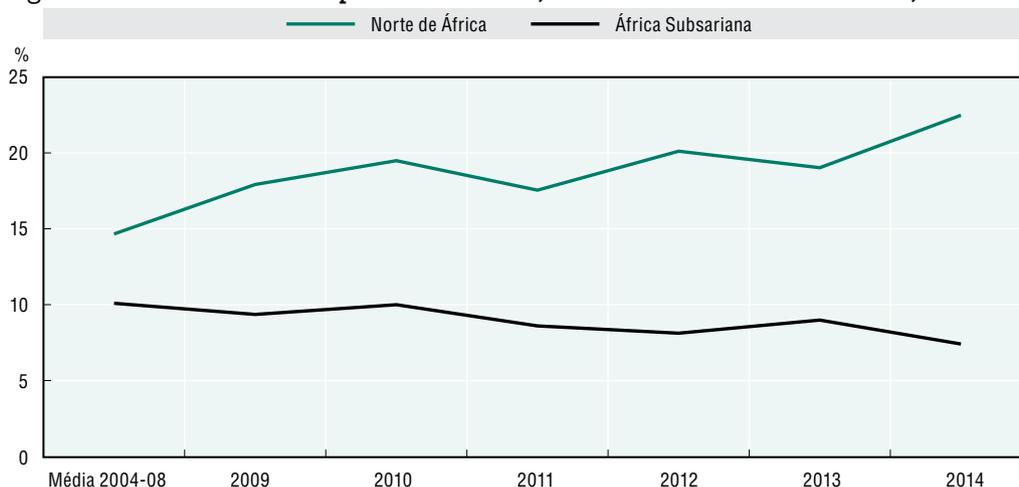
Fonte: Banco Mundial (2016c).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391306>

Os bancos multilaterais de desenvolvimento fornecem, atualmente, o volume mais significativo de crédito bancário ao continente africano (Figura 2.8). Os fluxos líquidos de crédito bilateral têm diminuído desde 2014, mas os desembolsos líquidos dos bancos multilaterais em África não param de aumentar. Os valores brutos de novos desembolsos multilaterais para África atingiram níveis máximos em 2015, situando-se nos 17.3 mil milhões de USD. Prevê-se que os desembolsos continuem a aumentar em 2016, atingindo mais de 21 mil milhões de USD, mas as previsões do Banco Mundial apontam para a possibilidade de uma queda acentuada no ano seguinte.

No que respeita ao peso da dívida de curto prazo (com maturidade inferior a um ano) na dívida externa total, verifica-se uma grande diferença entre a África subsariana e o Norte de África (Figura 2.9). Na África subsariana, a predominância dos fluxos públicos sobre os privados e a importância do crédito dos bancos multilaterais de desenvolvimento ajudaram a conter o peso da dívida de curto prazo na dívida total, mantendo-o abaixo de 10% nos últimos anos. Consequentemente, a dívida externa tem um carácter menos volátil e reversível. No Norte de África, pelo contrário, o peso da dívida de curto prazo na dívida externa total tem vindo a crescer, atingindo 22.5% em 2014.

Figura 2.9. Dívida de curto-prazo em África, em % da dívida externa total, 2004-14



Fonte: Banco Mundial (2016c).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933391312>

A queda do preço do petróleo e dos metais de base, registada desde 2014, tornará os países exportadores de matérias-primas mais vulneráveis à dívida. A última lista de análise da sustentabilidade da dívida nos países de rendimento baixo (para o Trust Fund de Crescimento e Redução da Pobreza) revela que, em 2015, as perspetivas sobre a sustentabilidade da dívida pioraram nos Camarões, Etiópia, Gana, República Centro-Africana, República do Congo e Zâmbia. A vulnerabilidade da dívida era já elevada no Burundi e no Chade, enquanto o Sudão e o Zimbábue figuravam em situação de sobre-endividamento. Entre os países elegíveis para o *trust fund*, as perspetivas sobre sustentabilidade da dívida melhoraram apenas no Senegal, devido à incorporação do alto valor de remessas dos emigrantes na análise da dívida do país.

As remessas são um recurso importante e estável para o desenvolvimento africano

As remessas dos emigrantes representam uma fonte fundamental de capital para os países africanos. Essas podem ser aproveitadas para incentivar o investimento e o crescimento, mas os esforços para maximizar o seu impacto no desenvolvimento enfrentam grandes obstáculos. Para além disso, a recente evolução nos países ricos em

recursos naturais do Médio Oriente e na Rússia, bem como a relativa estagnação do crescimento da União Europeia, apontam para uma possível diminuição das remessas.

Estima-se que existam 23.2 milhões de migrantes provenientes de países da África subsariana, dos quais 26% residem em países da OCDE e 65.6% no continente africano (Banco Mundial, 2016b). Os principais países de origem dos migrantes são o Burkina Faso, a Côte d'Ivoire, a República Democrática do Congo, a Nigéria, a Somália e o Sudão. Por sua vez, os países africanos receberam 18 milhões de migrantes, a maioria dos quais na África do Sul, Côte d'Ivoire, Etiópia, Nigéria e Quênia.

Os países desenvolvidos são as principais fontes de remessas para África, mas países como os Camarões (2.4 mil milhões de USD, em 2015), a Côte d'Ivoire (1.3 mil milhões de USD) e a África do Sul (1.1 mil milhões de USD) transferiram grandes fluxos de remessas para outros países africanos. Quase metade das remessas enviadas para África provém de quatro países: Estados Unidos (8.4 mil milhões de USD), Arábia Saudita (8.3 mil milhões de USD), França (6.9 mil milhões de USD) e Reino Unido (5.2 mil milhões de USD) (Banco Mundial, 2015a). Em 2015, as remessas bilaterais para África atingiram 63.8 mil milhões de USD. O maior montante de remessas em percentagem do PIB destinou-se a alguns países de rendimento baixo, como a Libéria, a Gâmbia, as Comores e o Lesoto (Tabela 2.3).

Tabela 2.3. Os quinze principais países recetores de remessas em África, 2015
(em percentagem do PIB)

	% PIB	USD per capita	Mil milhões de USD, preços correntes
Libéria	28.18	132.17	0.57
Gâmbia	23.74	91.24	0.18
Comores	22.76	167.74	0.13
Lesoto	19.87	211.17	0.40
Cabo Verde	11.81	369.47	0.19
Senegal	11.54	107.84	1.61
São Tomé e Príncipe	8.93	143.33	0.03
Togo	8.30	48.00	0.34
Mali	8.17	54.90	0.89
Marrocos	6.48	199.37	6.68
Tunísia	5.17	206.17	2.29
Madagáscar	4.49	17.64	0.43
Guiné-Bissau	4.41	25.68	0.05
Nigéria	4.23	116.75	20.86
Uganda	4.22	26.39	1.05
Benim	2.70	19.13	0.21

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do Banco Mundial (2015b).

Continuará a existir uma disparidade na distribuição regional das remessas

As remessas oficiais para África estão distribuídas de forma desigual, tendo o Norte de África (49.5%) e a África Ocidental (40.8%) recebido a maior parte desses fluxos em 2014 (Figura 2.10). As estimativas de 2015 apontam para uma estabilidade das remessas para o Norte de África, com um valor na ordem dos 31.7 mil milhões de USD, prevendo-se um aumento para 32.1 mil milhões de USD, em 2016 (Banco Mundial, 2015b). O Egito tem registado um aumento constante das remessas (7.1 mil milhões de USD, em 2009, e 20.4 mil milhões de USD, em 2015) e é atualmente o principal recetor de remessas no Norte de África. Outros países receberam igualmente grandes fluxos de remessas, como Marrocos (6.9 mil milhões de USD, em 2014, e 6.7 mil milhões de USD, em 2015) e a Tunísia (2.3 mil milhões de USD, em 2014 e 2015).

Prevê-se que as remessas para a África subsariana cresçam 1.6% em 2015, atingindo 32.3 mil milhões de USD, e que continuem a aumentar em 2016, para um valor de 33.6 mil milhões de USD. A Nigéria, por si só, representa aproximadamente dois terços das remessas totais para a África subsariana, mas os valores para este país mantiveram-se estagnados em 2014 e 2015, em torno dos 21 mil milhões de USD. Verificaram-se aumentos consideráveis no Quênia (10.7%), na África do Sul (7.1%) e no Uganda (6.8%).

A dependência das remessas é variável. Nas Comores, Gâmbia, no Lesoto e na Libéria e, as remessas dos emigrantes equivaleram a cerca de 20% do PIB, em 2015.

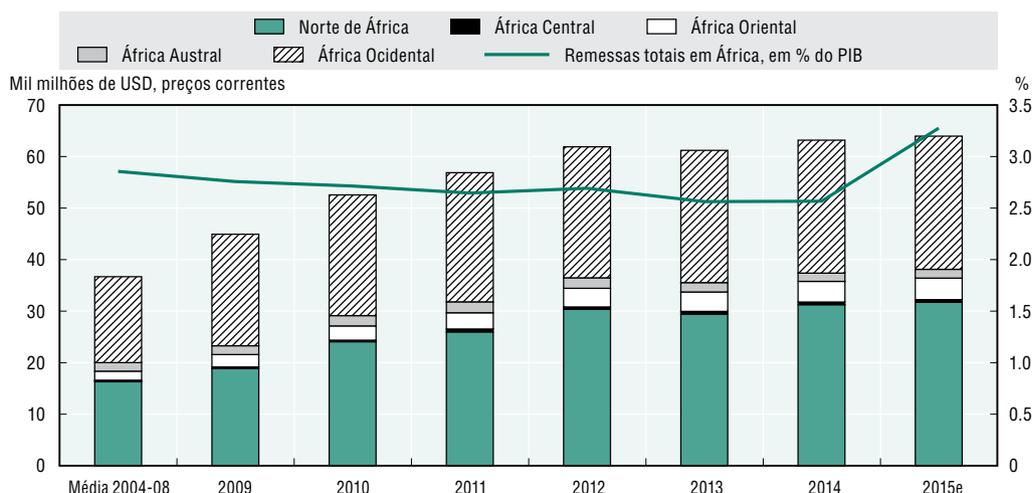
As previsões apontam para um abrandamento do crescimento das remessas para África, devido ao fraco crescimento económico na Europa, ao impacto da queda dos preços do petróleo no Médio Oriente, à depreciação do Euro e ao reforço dos controlos de imigração em muitos países de origem das remessas.

Ademais, os países com uma grande população de migrantes poderiam aproveitar o potencial das remessas para desenvolverem o seu setor financeiro e incentivarem o investimento e o crescimento económico. No entanto, é necessário um aumento da transparência.

Vários países africanos estão a explorar o mercado dos fundos de remessas por meio da “emissão de títulos da diáspora”, que têm como objetivo o investimento nos países de origem dos migrantes. Os recursos angariados através de títulos da diáspora podem ser usados para financiar projetos que beneficiam os emigrantes, tais como habitação, escolas, hospitais e infraestruturas. De acordo com dados do Banco Africano de Desenvolvimento, África poderia angariar 17 mil milhões de USD por ano através da utilização das remessas futuras como garantia. Existem uma série de obstáculos que impedem os países africanos de aproveitarem todas as vantagens das remessas.

Os baixos preços do petróleo podem reduzir as remessas provenientes de países do Golfo, a médio e longo prazo. A curto prazo, porém, a existência de grandes reservas de divisas e de situações orçamentais sólidas pode suportar as despesas correntes, adiando o impacto da queda nas receitas petrolíferas no emprego dos migrantes. Prevê-se que as remessas para a totalidade do continente africano aumentem em 2016, atingindo 65.7 mil milhões de USD (Banco Mundial, 2016b). No entanto, o conflito no Médio Oriente tem causado o deslocamento forçado de populações e continua a ser um importante fator de risco para as remessas.

Figura 2.10. Remessas em África, por sub-região, 2004-15
(mil milhões de USD a preços correntes)



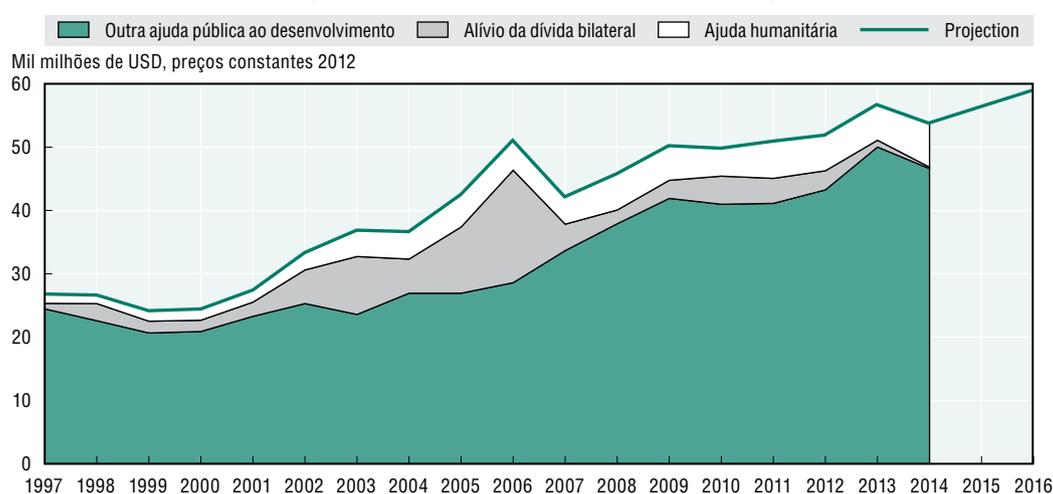
Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do Banco Mundial (2015b).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391328>

A ajuda pública ao desenvolvimento estabilizou, mas fica aquém dos compromissos públicos

Entre 2012 e 2013, verificou-se um grande aumento da ajuda pública ao desenvolvimento líquida em África, de um valor baixo, na ordem dos 21 mil milhões de USD (a preços constantes de 2012) para um pico de 50 mil milhões de USD (Figura 2.11). Em 2014, de acordo com dados da OCDE, a APD total líquida voltou a descer cerca de 3 mil milhões de USD. Devido ao forte crescimento do PIB, o peso da ajuda ao desenvolvimento nos países recetores em África decresceu de 2.63% do PIB em 2009 para menos de 2%, em 2014. A Ajuda Programável por País (APP) – ou seja, o volume de ajuda que os doadores programam atribuir a um determinado país – é considerada um bom indicador da APD e deverá aumentar a partir de 2015.

Figura 2.11. Desembolsos líquidos de ajuda pública ao desenvolvimento para África, 1997-2016

(mil milhões de USD a preços constantes 2012)



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados da OCDE (2016).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391338>

Na Agenda de Ação de Adis Abeba (UNDESA, 2015a), adotada na Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento e endossada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, os fornecedores de APD reafirmaram os compromissos anteriores. Muitos países desenvolvidos prometeram atingir a meta de afetarem 0.7% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) à APD e entre 0.15% e 0.20% do RNB aos países menos avançados (PMA). Os membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE comprometeram-se ainda a reverter o declínio da APD para África, reafirmando a meta geral de 0.7% do RNB. A Agenda de Ação de Adis Abeba apela especificamente aos doadores que mantenham um nível mínimo de APD não inferior ao de 2013.

A ajuda multilateral e a APD dos doadores do CAD continuam estáveis

A ajuda multilateral para África continuou estável em 2014, atingindo 20.6 mil milhões de USD, um valor similar ao registado em 2013. Em 2014, os principais contributos provêm das instituições da União Europeia (6.7 mil milhões de USD), da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) (6.4 mil milhões de USD), do Fundo Global (2 mil milhões de USD) e do Fundo Africano de Desenvolvimento (1.9 mil milhões de USD). Entre 2013 e 2014, as instituições da UE aumentaram a APD para África em 13.6%, enquanto o Fundo Global diminuiu os desembolsos em 22%.

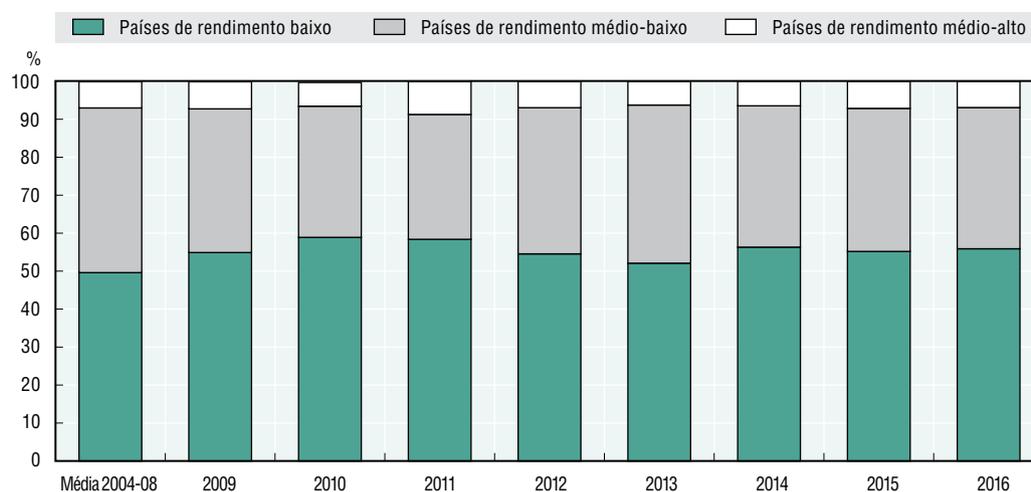
A ajuda multilateral para África poderá ser substituída por empréstimos multilaterais não-concessionais, originando uma queda desta ajuda nos próximos dez anos. Quando o rendimento per capita dos países cresce acima do limiar de elegibilidade para a AID, estes perdem o direito a ajuda multilateral, independentemente de poderem ter um grande número de pessoas a viver em pobreza extrema. Segundo as previsões de Reisen e Garroway (2014), em 2025, os Camarões, a Guiné, o Quênia, a Mauritânia e o Senegal ultrapassarão o limiar de elegibilidade para a AID (RNB per capita menor do que 1 215 USD, em 2016). Estes autores preveem também que a Côte d'Ivoire, o Gana, o Lesoto e a Nigéria ultrapassem o anterior limite de elegibilidade para a IDA mais elevado, de 1 965 USD.

A ajuda bilateral dos doadores membros do CAD também se manteve praticamente estável em 2014, atingindo cerca de 29 mil milhões de USD. Os principais doadores foram os Estados Unidos (9.3 mil milhões de USD), o Reino Unido (4.3 mil milhões de USD), a Alemanha (3 mil milhões de USD) e a França (2.9 mil milhões de USD). Em 2014, a APD proveniente de países não-membros do CAD listados nas estatísticas da OCDE registou uma queda, principalmente devido aos cortes na ajuda dos Emirados Árabes Unidos, Turquia e Kuwait. A ajuda dos países não-membros do CAD diminuiu cerca de 25% – atingindo 4.4 mil milhões de USD – em grande parte resultante de um decréscimo da ajuda ao Egito por parte da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos.

Só pouco mais de metade da APD para África é destinada aos países de rendimento baixo

Os países de rendimento baixo (PRB, ou LIC, na sigla inglesa) são o destino de pouco mais de metade da APD para África. (Figura 2.12). O peso dos PRB na ajuda ao desenvolvimento afetada a África registou um máximo de 58.9%, em 2010, e decresceu para 52.1% em 2013, recuperando ligeiramente em 2014. Em valores absolutos, a APD para os PRB em África não registou variações, entre 2011 e 2014, situando-se em cerca de 27 mil milhões de USD por ano. Em 2015, estima-se que tenha aumentado para 27.5 mil milhões de USD. De acordo com as projeções da APP, a distribuição da APD para os países africanos de rendimento baixo, médio-baixo e médio-alto deverá manter-se praticamente estável em 2016.

Figura 2.12. Desembolsos líquidos de ajuda pública ao desenvolvimento para África, por grupo de rendimento, 2004-16



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados da OCDE (2016).

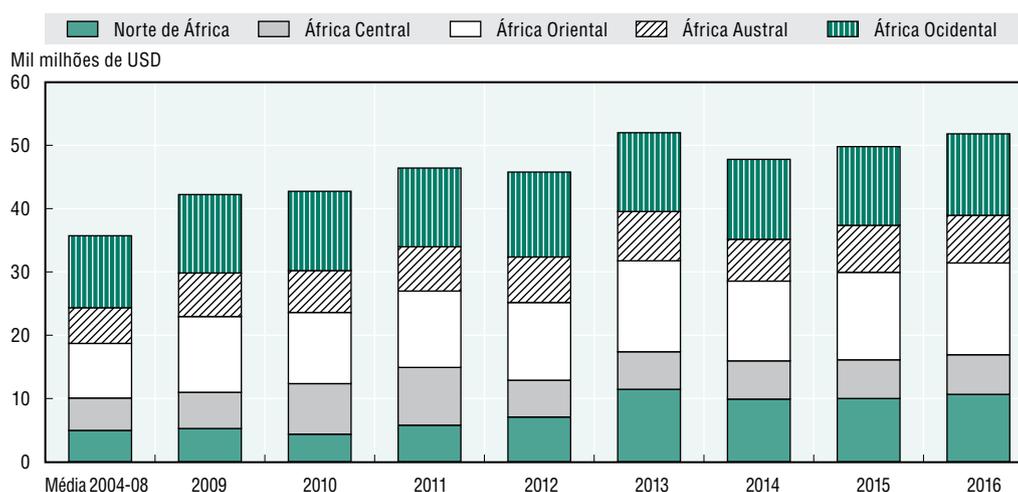
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391341>

A África Oriental e a África Ocidental são as principais regiões recetoras de APD

A África Oriental e a África Ocidental são as regiões que recebem mais ajuda pública ao desenvolvimento do conjunto dos doadores registados (Figura 2.13). A Etiópia (com 3.6 mil milhões de USD), o Quênia (2.7 mil milhões de USD) e a Tanzânia (2.6 mil milhões de USD) são os principais recetores na África Oriental, enquanto a Nigéria (com 2.5 mil milhões de USD) encabeça a lista na África Ocidental. Entre os principais recetores de ajuda no continente africano estão também o Egito (3.5 mil milhões de USD), Marrocos (2.2 mil milhões de USD) e Moçambique (2.1 mil milhões de USD). Estes sete países representam, no seu conjunto, 36% da ajuda ao desenvolvimento total em África.

Entre 2013 e 2014, vários países da África Austral, como a África do Sul, a Angola, o Lesoto e a Suazilândia registaram uma redução da ajuda ao desenvolvimento recebida. Os países do Norte de África receberam menos 13.5% de ajuda, principalmente devido à diminuição da APD para o Egito e para o Sudão.

Figura 2.13. Desembolsos líquidos de ajuda pública ao desenvolvimento para África, por região, 2004-16



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados da OCDE (2016).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391352>

As estimativas apontam para um aumento da Ajuda Programável por País em África

A *Global Outlook on Aid 2015* (OCDE, 2015) indica que a ajuda específica por país, destinada aos países mais pobres, deverá, após vários anos de declínio, apresentar uma recuperação, como indica os compromissos firmados pelos doadores

Este relatório disponibiliza uma visão geral da afetação global da ajuda ao desenvolvimento até 2018, com base no Inquérito do CAD às Despesas Futuras dos Doadores 2015, mapeando os fluxos da Ajuda Programável por País (APP). O relatório salienta a existência de um aumento programado da ajuda a partir de 2015 (Tabela 2.4).

Tabela 2.4. Ajuda Programável por País em África, estimativas e projeções (mil milhões de USD)

	2014	2015	2016	2017	2018
África subsariana	35.1	37.1	38.6	38.9	39.4
Norte de África	8.8	8.7	9.0	9.3	9.4
África, Total	45.5	47.4	49.3	49.9	50.6

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados da OCDE (2016).

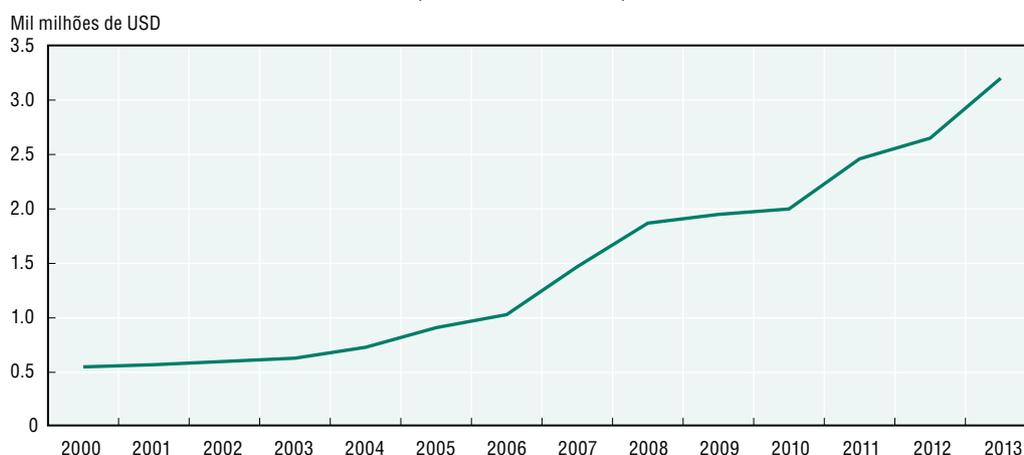
De acordo com o inquérito de 2015 às despesas futuras dos doadores, previa-se que a APP aumentasse 2.7 mil milhões de USD em 2015. As agências multilaterais estão a intensificar os seus esforços, realizando desembolsos maiores após receberem injeções de capital. Os países menos desenvolvidos e de rendimento baixo beneficiarão deste aumento, estimando-se um crescimento real da ajuda na ordem dos 5.7%, em 2015. No mesmo ano, a APP geral para os países de rendimento baixo-médio (LMIC, na sigla inglesa) deverá manter-se estável, assinalando que o financiamento dos doadores para este grupo de países se encontra salvaguardado. No que respeita aos países de rendimento médio-alto, a APP deverá descer 4.4%, principalmente no caso dos países de rendimento mais elevado.

Em termos geográficos, as projeções indicam que a APP para a África subsariana deverá crescer mais do que noutras regiões, prevendo-se um aumento de 5.7%, devido aos empréstimos concessionais. A APP geral deverá manter-se estável até 2018, incluindo um aumento da ajuda para os países menos avançados, após a decisão dos membros do CAD (dezembro de 2014) de alocarem mais Ajuda Pública ao Desenvolvimento aos países com maiores necessidades. Dois terços dos países menos avançados registarão um aumento da APP, salientando-se uma atenção particular aos países afetados pelo Ébola, como a Guiné.

Verifica-se um aumento da ajuda ao desenvolvimento da China para África

Estima-se que haja um aumento da ajuda da China para África, embora as estimativas do volume total sejam muito diversas. A ajuda chinesa para África não é reportada pela OCDE e não está incluída, portanto, nos dados acima referidos. O governo chinês também não disponibiliza informação detalhada sobre a sua ajuda externa total. A *China Africa Research Initiative* fornece informação baseada no Anuário Estatístico da China e em outras fontes chinesas. A Figura 2.14 mostra uma clara tendência ascendente da ajuda chinesa para África, aumentando de aproximadamente 600 milhões de USD em 2000, para 3.2 mil milhões de USD, em 2013.

Figura 2.14. Ajuda externa da China
(mil milhões de USD)



Fonte: China Africa Research Initiative (2016).
StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933391369>

As receitas internas diminuem com a queda das receitas provenientes dos recursos naturais

De acordo com os dados recolhidos pelo Banco Africano de Desenvolvimento através das missões de país realizadas para o *Perspetivas económicas em África*, após uma década de crescimento da mobilização interna de recursos financeiros, a queda do preço dos recursos naturais refletiu-se nas receitas públicas internas do continente. No entanto, os países sem recursos naturais aumentaram as suas receitas fiscais e o rácio dos impostos e relação ao PIB.

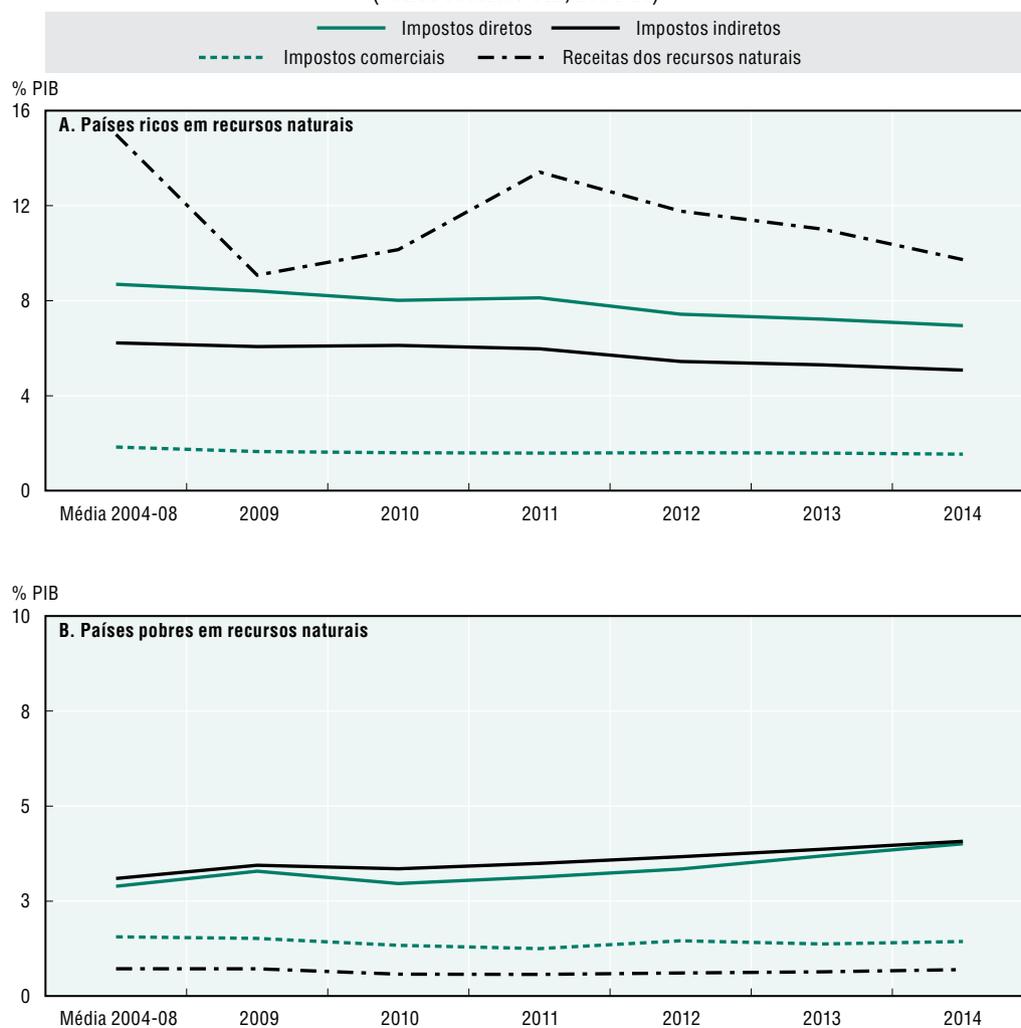
A Agenda de Ação de Adis Abeba de 2015 (UN, 2015a), definiu as receitas públicas internas como uma área prioritária de atuação. A mobilização de receitas públicas é crucial para concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas sobre o aumento dos níveis de produtividade e sobre um crescimento mais inclusivo. A mobilização de recursos internos reforça a apropriação dos países relativamente às políticas públicas e permite a transição para uma maior autonomia financeira. Os países africanos ainda enfrentam enormes desafios para coligir mais e melhores impostos, principalmente devido à sua estrutura económica e à prevalência do setor informal.

A queda acentuada das receitas provenientes de recursos naturais causou um decréscimo das receitas totais desde 2013

Até 2013, o continente africano registou um aumento das suas receitas públicas internas, conseguindo arrecadar, nesse ano, um total de 468 mil milhões de USD. Desde então, porém, este volume tem diminuído devido à queda das receitas provenientes dos recursos naturais. Em 2014, as autoridades tributárias em África arrecadaram 461 mil milhões de USD, o que corresponde a um decréscimo anual de 1.5%. A queda acentuada das receitas públicas nos grandes países ricos em recursos naturais em 2015 determinou uma redução nas receitas públicas totais em África. Segundo dados de 2014, as receitas públicas nos países africanos ricos em recursos naturais (373 mil milhões de USD) ficaram muito acima das receitas dos países pobres em nesses recursos (88 mil milhões de USD).¹

As receitas provenientes dos recursos naturais – que abrangem desde a extração de petróleo ou recursos minerais, até algumas culturas agrícolas como a exportação de cacau – são o fluxo que mais contribui para as receitas em África. No entanto, após atingirem um valor máximo de 171 mil milhões de USD em 2012, estas receitas têm vindo a decrescer. Entre 2013 e 2014, caíram 8.3%, situando-se nos 155 mil milhões de USD. Em 2015, estas receitas registaram uma queda acentuada na África do Sul, Angola, Argélia, Gana, Líbia e Nigéria, principalmente devido à queda dos preços do petróleo e recursos minerais. Alguns países registaram, desde 2013, uma redução de 20% nas receitas dos recursos naturais. No entanto, na Côte d'Ivoire, no Sudão e na Zâmbia esta tendência não se verificou, não obstante a descida dos preços do petróleo e do cobre. Nos países africanos ricos em recursos naturais, o peso destas receitas no PIB atingiu 26.3% no ano mais favorável – 2012 – e desceu para 23.3% em 2014.

Figura 2.15. Estrutura fiscal em África: países ricos em recursos versus países pobres em recursos
(rácios receitas-PIB, 2004-14)



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados das *Perspetivas económicas em África*.

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933391378>

Os países pobres em recursos naturais registam um aumento nas receitas e dos rácios fiscais

Os países pobres em recursos naturais têm vindo a aumentar as receitas públicas, diversificando para além dos impostos comerciais e apostando na tributação direta sobre o rendimento e sobre os lucros, bem como em impostos indiretos sobre o consumo. Entre 2010 e 2014, as receitas públicas nestes países aumentaram de 62 mil milhões para 88 mil milhões de USD. Sendo assim, tais receitas cresceram mais do que o PIB, dado que o rácio fiscal médio nos países pobres em recursos naturais aumentou de 8.2% para 10.2%, no mesmo período.

Os rácios fiscais são ainda muito baixos, se comparados com os padrões internacionais. Nos países da OCDE, as receitas fiscais representam, em média, 34.4% do PIB. O ajustamento do rácio impostos-PIB às diferenças estruturais (principalmente o PIB per capita, a composição setorial da produção, o grau de urbanização e a abertura comercial) resulta na medida do esforço fiscal, ou seja, a relação entre a coleta efetiva de impostos de um país e as suas receitas fiscais potenciais. África apresenta uma grande diversidade em termos de esforço fiscal. Daude et al. (2012) constaram que, em 2008, muitos países africanos superaram o índice de esforço fiscal internacional.

Caixa 2.3. Nova base de dados com estatísticas comparáveis das receitas em África

Com o objetivo de aumentar a comparabilidade, qualidade e acessibilidade dos dados sobre receitas públicas em África, a Comissão da União Africana, o Fórum Africano de Administração Fiscal e a OCDE lançaram em Março de 2016 a primeira edição das *Estatísticas sobre Receitas em África*, com o apoio do BAD, da Organização Mundial das Alfândegas e do *Centre de rencontres et d'études des dirigeants des administrations fiscales* (CREDAF) (ver a Caixa 2.4 em BAD et al., 2015).

Os funcionários da administração tributária da África do Sul, Camarões, Côte d'Ivoire, Marrocos, Maurícias, Ruanda, Senegal e Tunísia trabalharam com as instituições parceiras no sentido de organizarem os dados sobre receitas entre 1997 e 2014, seguindo as diretrizes do sistema de classificação fiscal já utilizado noutros 57 países no mundo. Isto tornou, pela primeira vez, as suas estatísticas efetivamente comparáveis entre si e com outros países.

Esta nova base de dados facilitará a análise de políticas, a medição e previsão sobre o impacto das reformas, a definição de políticas comuns no âmbito das comunidades económicas regionais, a identificação de boas práticas, o envolvimento no diálogo internacional e a aprendizagem entre pares, bem como o reporte aos cidadãos e aos representantes eleitos.

O trabalho desenvolvido é um contributo para o lançamento da Estratégia para a Harmonização Estatística em África, definida pelo capítulo financeiro da Carta Africana sobre Estatística. Essa contribui igualmente para o plano de implementação a dez anos (2014-2023) da Agenda 2063 da União Africana, que pretende “desenvolver e implementar enquadramentos políticos para as estatísticas das receitas e inclusão fiscal em África”. No plano global, este trabalho contribui para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especificamente para a meta 17.1 – “melhorar a capacidade nacional para coleta de impostos e outras fontes de receita” e para a meta 17.19 – “apoiar o reforço da capacidade estatística nos países em desenvolvimento”.

Fonte: OCDE/ATAF/CUA (2016).

Nos países ricos em recursos naturais, o rácio das receitas em relação ao PIB caiu em todas as categorias

A análise dos rácios de receitas em relação ao PIB aponta para dois grupos distintos de países. Nos países ricos em recursos naturais, estes rácios caíram em todas as categorias de impostos, após a queda acentuada dos preços internacionais se ter refletido negativamente nas suas receitas. Entre 2011 e 2014, o peso das receitas provenientes dos recursos naturais no PIB diminuiu de 13.4% para 9.7%, o que corresponde a 3.7 pontos percentuais. Em 2013, as receitas dos recursos naturais representavam ainda mais de 80% do total de receitas e 20% do PIB em países ricos em petróleo, como Angola, Argélia, Congo, Guiné Equatorial e Líbia (BAD/OCDE/PNUD, 2015).

Os países ricos em recursos naturais sofreram, igualmente, uma queda pró-cíclica do rácio dos impostos em relação ao PIB, tanto nos impostos diretos sobre o rendimento e o lucro, como nos impostos indiretos, tal como demonstrado pela Figura 2.15. O rendimento baseado nos recursos naturais domina as economias destes países, pelo que é um desafio enorme tentar diversificar e direcionar mais as receitas para o rendimento, os lucros e o consumo. As bases fiscais são também afetadas pela queda dos preços das matérias-primas em países ricos em recursos, a menos que toda a economia se afaste dos setores de recursos naturais. A implementação de impostos progressivos sobre o rendimento poderia atenuar as características pró-cíclicas da tributação dos rendimentos.

Os impostos diretos e indiretos sobem gradualmente nos países africanos pobres em recursos

Os países pobres em recursos naturais conseguiram alargar a sua base fiscal e arrecadar receitas através de mais impostos diretos e indiretos. A Figura 2.15 demonstra o aumento contínuo do peso dos impostos diretos e indiretos em relação ao PIB. Isto ajudou os países pobres em recursos a aumentarem o seu rácio fiscal total (não ponderado) de 8.5% em 2011, para 10.2% em 2014. O bom desempenho do crescimento económico e o aumento da coleta de impostos permitiram a mobilização de recursos internos, embora os rácios fiscais nos países africanos pobres em recursos continuem a ser baixos, se comparados com outros países.

Vários países da África Oriental destacaram-se em 2015, por aumentarem as receitas provenientes de impostos indiretos (principalmente sobre o consumo) e de impostos diretos sobre os rendimentos e sobre os lucros das empresas. Entre 2012 e 2015, a Etiópia duplicou as receitas dos impostos diretos e indiretos, enquanto o Quênia e o Ruanda revelaram uma tendência ascendente e dinâmica das receitas fiscais. No geral, os países pobres em recursos naturais da África Ocidental têm uma estrutura equilibrada de impostos diretos, indiretos e comerciais, a qual deverá contribuir para manter um fluxo estável e previsível de recursos para financiar a ação pública.

É necessário que os fluxos financeiros e as receitas públicas gerem benefícios sustentáveis

A mobilização de recursos internos e externos, num contexto de descida dos preços das matérias-primas e de ajustamento da economia chinesa, gera novos desafios políticos, mas também novas oportunidades. Surgem questões sobre de que forma os governos dos países exportadores de matérias-primas podem absorver a perda de receitas no curto prazo. A longo prazo, é também importante que os governos africanos apostem na diversificação das suas economias, para garantirem que os fluxos financeiros e as receitas públicas se traduzem em benefícios sustentáveis.

Existe um vasto conjunto de políticas possíveis, para uma grande diversidade de países. A principal distinção estrutural é entre países exportadores e países importadores líquidos de combustíveis fósseis e metais industriais. No plano financeiro, a principal diferença está no nível de poupanças internas, na sustentabilidade da dívida externa e no nível de reservas de divisas. Outra distinção diz respeito ao grau de flexibilidade da taxa de câmbio. Por fim, a qualidade da governação e das instituições nacionais desempenha um papel fundamental na forma como os recursos financeiros são usados para tornar o crescimento mais inclusivo e sustentável.

Um dos grandes desafios de curto prazo é a estabilização do financiamento para o desenvolvimento. A redução dos fluxos financeiros externos requer um aumento das receitas fiscais internas, maiores incentivos à entrada de fluxos externos e uma melhor utilização das reservas externas, para se evitarem medidas de austeridade:

- **Necessidade de poupança.** África é a região do mundo com a menor taxa de poupança. Isto retrai o investimento e a produção futura. A taxa de poupança interna no continente africano tem diminuído desde 2009 e continuará a cair em 2015, atingindo apenas 15.4% do PIB, segundo a previsão do FMI (2015a). Comparativamente, estima-se que a taxa média no conjunto dos países emergentes e em desenvolvimento em 2015 seja de 31.9%. Um estudo recente do FMI (2015c) afirma que um país médio da África subsariana pode aumentar as suas receitas fiscais entre 3 a 6.5 pontos percentuais. Num contexto de baixos preços do petróleo, os países poderão equacionar a eliminação dos subsídios petrolíferos e o aumento

de receitas fiscais não-petrolíferas, nomeadamente através do aumento do imposto sobre valor acrescentado (IVA). No entanto, a diversificação económica é importante para sustentar estas receitas fiscais não-petrolíferas.

- **Reformas tributárias.** Com o recuo das receitas provenientes dos recursos naturais, os países devem alargar a sua base fiscal para além do setor extrativo, compreendendo, assim, os impostos baseados no consumo. As receitas baseadas nos recursos naturais podem responder de forma inesperada aos desafios, como demonstra o exemplo da República Democrática do Congo. O governo congolês, apesar da queda dos preços das matérias-primas, arrecadou um valor recorde de 2 mil milhões de USD em 2014. A Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas (EITI, 2016) salientou os esforços da RDC para melhorar a transparência financeira. Os países ricos em recursos naturais tendem a ser intensivos em energia e carbono. Os impostos sobre o carbono, previstos na África do Sul, podem reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e diversificar a base fiscal.
- **Aumento do rácio impostos-PIB.** Os países sem riquezas naturais devem aumentar o seu rácio de impostos relativamente ao PIB para um valor de referência mínimo de 20%, tal como proposto pela *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN, 2013). Os países devem investir no reforço de sistemas de avaliação e coleta de impostos, bem como garantir o seu cumprimento, melhorar a eficiência da despesa e restringir os fluxos financeiros ilícitos.
- **Obrigações de risco.** Os incentivos à entrada de fluxos externos devem ser acompanhados de disciplina financeira. A emissão de títulos de curto prazo em moeda estrangeira para colmatar lacunas de financiamento é uma opção arriscada. Alguns fluxos financeiros podem criar distorções, como a expansão do crédito e a apreciação da taxa de câmbio, devido à garantia de crédito implícita e à falta de regulação dos setores financeiros. As retiradas bruscas podem causar uma crise; os custos de resgate e essa crise traduzem-se, por sua vez, numa diminuição das poupanças. Os fluxos financeiros geradores de dívida são inferiores ao investimento direto estrangeiro, o qual está associado a um maior crescimento do PIB (Reisen e Soto, 2001).
- **Reforço das reservas.** A utilização das reservas públicas de divisas (ou dos stocks de reserva, como no Chile), pode ajudar alguns países a prepararem-se para períodos conturbados. No entanto, a redução das reservas abaixo de certos níveis (como o nível de dívida externa e interna de curto-prazo) pode desencadear ataques contra a moeda, como verificado na Zâmbia em 2015. A diferença entre o aumento do custo dos *Eurobonds* em moeda local – 20% em média, em África – e a diminuição das taxas de crescimento para percentagens de um dígito criam dinâmicas de dívida pouco sustentáveis, que não podem ser compensadas por um excedente nas contas orçamentais ou correntes.

Para além de lidarem com os efeitos de curto prazo dos choques externos, os governos africanos devem implementar com determinação políticas estruturais de médio a longo prazo. A Agenda 2063 da União Africana (UA, 2015) define sete objetivos, incluindo a transformação económica e social. A população africana é a mais jovem do mundo – com quase 200 milhões de pessoas entre os 15 e os 24 anos de idade – e está em rápido crescimento. Metade do aumento da mão-de-obra mundial nos próximos 25 anos será proveniente de África.

África tem de criar empregos produtivos para uma nova mão-de-obra que pode atingir os 500 milhões de pessoas. O setor das matérias-primas é demasiado intensivo em capital para poder proporcionar essa oportunidade à população jovem. Enquanto os países exportadores de matérias-primas foram fortemente atingidos pelo abrandamento

da economia chinesa – nomeadamente, a Angola, a Nigéria e a Zâmbia –, outros países demonstram grande resiliência, como a Etiópia, o Moçambique, o Quênia e o Uganda. Estes países foram forçados a diversificar as suas economias, em **parte devido à escassez** de matérias-primas. A forma como as economias africanas conseguirão ultrapassar os desafios gerados pela queda do preço das matérias-primas dependerá das suas vantagens comparativas, da qualidade da política económica e da implementação rápida de medidas. Tal como salientado no PEA 2015 (BAD/OCDE/PNUD, 2015), a solução não se encontra num único setor. A mão-de-obra tem de ser absorvida por vários setores, como a indústria transformadora de trabalho intensivo, o processamento das matérias-primas, ou o aumento da produtividade agrícola e do emprego no setor rural. A integração regional é fundamental para que África concretize todo o seu potencial de crescimento, para participar na economia mundial e para partilhar os benefícios de um mercado global cada vez mais interligado. O comércio regional continua a ser dificultado pelas insuficiências nas infraestruturas em África. A construção de infraestruturas, a eliminação de obstáculos ao investimento empresarial e a promoção da educação merecem uma atenção especial no âmbito da Agenda 2063, contribuindo para os objetivos da transformação estrutural em África.

- **Redução da volatilidade.** O investimento direto estrangeiro, os créditos bancários e os investimentos de carteira refletem o contexto económico global, mas os fatores internos também contribuíram para a turbulência. São necessárias reformas normativas e uma maior estabilidade, incluindo o reforço da ação contra ameaças de grupos militantes, que tiveram efeitos negativos no crescimento dos países afetados.
- **Aumento da ajuda ao desenvolvimento.** As perspetivas da ajuda em África devem observar a Agenda de Ação de Adis Abeba, onde se apela a que os doadores mantenham um nível mínimo de APD não inferior ao de 2013. A APD deve ser direcionada de forma prioritária para os países de rendimento baixo e médio-baixo em África.
- **Remessas.** Os recursos financeiros dos trabalhadores emigrantes representam uma fonte fundamental de financiamento em África. Estes fundos podem impulsionar o crescimento e serem usados como catalisadores para o desenvolvimento do setor financeiro.
- **Integração.** Alguns países beneficiam de uma maior cooperação interregional, da proximidade da Europa Ocidental e de uma cooperação mais forte com os mercados emergentes. Estes países poderão apoiar o crescimento de outros. O reforço do apoio internacional ao investimento intrarregional em corredores rodoviários, na eletricidade, em redes de internet e nos caminhos-de-ferro contribuirá para estimular o crescimento e as trocas ao nível regional.
- **Lacunas de infraestruturas.** Apesar de, nos últimos anos, se verificar um investimento significativo em infraestruturas (em grande parte, da China), os países africanos ainda ficam aquém de outros países em desenvolvimento em quase todas as medidas sobre a cobertura de infraestruturas. Os acessos a água, a transporte rodoviário e à eletricidade são particularmente reduzidos. A redução destas insuficiências nas infraestruturas estimularia o crescimento. Um estudo de 2014, realizado pela Ernst & Young e pelo Consórcio de Infraestruturas para África, demonstrou que estas lacunas estão a ser colmatadas, já que constata-se a existência de fundos disponíveis e projetos iniciados. Contudo, constatou-se que os trabalhos ainda não tinham começado em dois terços dos projetos identificados. África não precisa de identificar novas fontes de financiamento, mas sim de assegurar que os projetos planeados são concretizados dentro de um prazo razoável. Isto garante que os investidores tenham retorno dos projetos e contribui para a atração de

novos investimentos. Além disso, os países africanos devem remover os obstáculos à conclusão dos projetos, através de uma redução dos custos de fazer negócios.

- **Custos empresariais.** Os benefícios dos investimentos em infraestruturas são muito restritos se não forem acompanhados de melhorias ao nível das instituições e da regulação. De acordo com os indicadores Doing Business, do Banco Mundial (2015c), um país africano classifica-se, em média, no 151º lugar (em 189 países), em comparação com um 48º lugar médio para os países emergentes. A redução dos custos de fazer negócios atrai o investimento local e estrangeiro. África foi a região que implementou mais reformas normativas para facilitar a realização de negócios, sendo responsável por um terço das reformas no mundo, em 2015 (ver Capítulo 5).
- **Capital humano.** Não obstante os progressos realizados na última década, África ainda fica aquém de outras regiões do mundo no que respeita à saúde, educação e formação, ou seja, ao capital humano. É necessário um maior investimento nestas áreas, para apoiar o desenvolvimento industrial. A existência de muitas vagas de trabalho, num contexto de desemprego em larga escala, confirma o desfasamento das competências em África.

Nota

1. De acordo com o FMI (2015b), são considerados países ricos em recursos naturais: África do Sul, Angola, Argélia, Botswana, Camarões, Chade, Côte d'Ivoire, Egito, Gabão, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Libéria, Líbia, Mauritânia, Namíbia, Nigéria, República do Congo, República Democrática do Congo, Serra Leoa, Sudão, Sudão do Sul e Zâmbia.

Bibliografia

- BAD/OCDE/PNUD (2015), *Perspetivas económicas em África 2015: Desenvolvimento territorial e inclusão espacial*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2015-en>.
- Banco Mundial (2016a), *Global Economic Prospects*, janeiro, Banco Mundial, Washington, DC, www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects, (consultado a fevereiro de 2016).
- Banco Mundial (2016b), *Migration and Remittances Factbook 2016*, Global Knowledge Partnership on Migration and Development (KNOMAD), Banco Mundial, Washington, DC, www.worldbank.org/en/news/press-release/2015/12/18/international-migrants-and-remittances-continue-to-grow-as-people-search-for-better-opportunities-new-report-finds (consultado a 1 de fevereiro de 2016).
- Banco Mundial (2016c), *International Debt Statistics*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=International%20Debt%20Statistics> (consultado a 12 de janeiro de 2016).
- Banco Mundial (2015a), *Migration and Remittances Data*, September, Banco Mundial, Washington, DC, www.worldbank.org/en/topic/migrationremittancesdiasporaissues/brief/migration-remittances-data (consultado em janeiro de 2016).
- Banco Mundial (2015b), “Migration and remittances: Recent developments and outlook – Special Topic: Financing for Development”, *Migration and Development Brief 24*, Banco Mundial, Washington, DC, <https://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1288990760745/MigrationandDevelopmentBrief24.pdf> (consultado a fevereiro de 2016).
- Banco Mundial (2015c), *Doing Business Report 2016*, Banco Mundial, www.doingbusiness.org, (consultado a fevereiro de 2016).
- China Africa Research Initiative (2016), SAIS China Africa Research Initiative, Johns Hopkins University School of Advanced International Studies, Washington, DC, www.sais-cari.org/data (consultado a 15 de janeiro de 2016).
- CNUCED (2016), “FDI recovery is unexpectedly strong, but lacks productive impact”, *Global Investment Trends Monitor*, No. 22, Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, Genebra, http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/webdiaeia2016d1_en.pdf (consultado a 25 de janeiro de 2016).
- Daude, C., H. Gutiérrez e A. Melguizo (2012), “What drives tax morale?”, *Working Paper No. 315*, Centro de Desenvolvimento da OCDE, Paris, DOI: 10.1787/18151949.
- ECN (2015), “Spanning Africa’s infrastructure gap: How development capital is transforming Africa’s project build-out”, *The Economist Corporate Network*, novembro, Londres, http://ftp01.economist.com/hk/ECN_papers/Infrastructure-Africa (consultado a 20 de janeiro de 2016).
- EITI (2016), *DRC’s Effort to Increase Transparency Begins to Pay Dividends*, Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas, Oslo, 19 de janeiro, <https://eiti.org/news/drc-effort-increase-transparency-begins-pay-dividends> (consultado a 25 de janeiro de 2016).
- Ernst & Young (2014), *EY’s Attractiveness Survey: Africa 2014: Executing Growth*, Ernst & Young, Londres, [www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-attractiveness-africa-2014/\\$FILE/EY-attractiveness-africa-2014.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-attractiveness-africa-2014/$FILE/EY-attractiveness-africa-2014.pdf) (consultado a 20 de outubro de 2015).
- fDi Markets (2016), *fDi Markets* (base de dados), www.fdimarkets.com (consultado a 6 de fevereiro de 2016). [trends-in-africa-2013-report-28641](http://www.fdimarkets.com/trends-in-africa-2013-report-28641).
- FMI (2015a), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa 2015*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/reo/2015/afr/eng/pdf/sreo0415.pdf (consultado a 1 de fevereiro de 2016).
- FMI (2015b), *Regional Economic Outlook Update: Middle East and Central Asia*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/reo/2015/mcd/eng/mreo0515.htm (consultado a 1 de fevereiro de 2016).
- FMI (2015c), *World Economic Outlook: Adjusting to Lower Commodity Prices*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/02 (consultado a 18 de fevereiro de 2016).
- FMI (2014a), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa 2014*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/reo/2014/afr/eng/sreo0414.pdf (consultado a 17 de março de 2015).
- FMI (2014b), *World Economic Outlook: Legacies, Clouds, Uncertainties*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02 (consultado a 18 de fevereiro de 2016).
- ICA (2015), *Infrastructure Financing Trends in Africa – 2014*. Consórcio de Infraestruturas para África, Abidjan, www.icafrica.org/en/news-events/ica-news/article/infrastructure-financing-trends-in-africa-2014-274982 (consultado a 24 de janeiro de 2016).

- ICA (2015), *Infrastructure Financing Trends in Africa – 2014*, Consórcio de Infraestruturas para África, Abidjan, www.icafrica.org/en/news-events/ica-news/article/infrastructure-financing-trends-in-africa-2014-274982 (consultado a 24 de janeiro de 2016).
- ICA (2014), *Infrastructure Financing. Trends in Africa – 2013*, Consórcio de Infraestruturas para África, Abidjan, www.icafrica.org/en/news-events/ica-news/article/infrastructure-financing-trends-in-africa-2013-274982 (consultado a 24 de janeiro de 2016).
- Masetti, O. (2015), *African Eurobonds: Will the Boom Continue?* Deutsche Bank Research, Research Briefing, Deutsche Bank AG, Frankfurt am Main, Alemanha, <http://tinyurl.com/guxnr2j> (consultado a 15 de fevereiro de 2016).
- McKinsey (2015a), *East Africa: The next hub for apparel sourcing?*, McKinsey and Company, www.mckinsey.com/insights/consumer_and_retail/east_africa_the_next_hub_for_apparel_sourcing (consultado a 19 de fevereiro de 2016).
- McKinsey (2015b), *The growth opportunity in Africa*, McKinsey and Company, www.mckinsey.com/global-themes/employment-and-growth/the-growth-opportunity-in-africa (consultado a 19 de fevereiro de 2016).
- OCDE (2016), *CRS Aid Statistics* (base de dados), <http://stats.oecd.org> (consultado a 28 de janeiro de 2016).
- OCDE (2015), *2015 Global Outlook on Aid*, Publicações OCDE, Paris, www.oecd.org/dac/aid-architecture/2015%20FSS%20Survey%20flyer.pdf (consultado a 20 de janeiro de 2016).
- OCDE /ATAF/CUA (2016), *Revenue Statistics in Africa*, OCDE, Fórum Africano de Administração Fiscal (ATAF) e Comissão da União Africana (CUA), Publicações OCDE, Paris.
- Oxford Economics (2015), *Future Trends and Market Opportunities in the World's Largest 750 Cities. How the Global Urban Landscape Will Look in 2030*, Oxford, Inglaterra. www.oxfordeconomics.com/Media/Default/landing-pages/cities/OE-cities-summary.pdf (consultado a 18 de dezembro de 2015).
- Pigato, M. e W. Tang (2015), *China and Africa: Expanding Economic Ties in an Evolving Global Context*, Grupo do Banco Mundial, Washington DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/2015/03/24177102/china-africa-expanding-economic-ties-evolving-global-context> (consultado a 15 de janeiro de 2016).
- PNUD (2011), *Towards Human Resilience: Sustaining MDG Progress in an Age of Economic Uncertainty*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, www.undp.org/content/dam/undp/library/Poverty%20Reduction/Towards_SustainingMDG_Web1005.pdf (consultado a 20 de novembro de 2015).
- PWC (2014), *IPO Watch Africa 2014*, Price Waterhouse Cooper, <http://www.pwc.co.za/en/assets/pdf/ipo-watch-africa-2014.pdf> (consultado a 15 de dezembro de 2015).
- Reisen, H. e C. Garroway (2014), *The Future of Multilateral Concessional Finance*, BMZ/GIZ, Berlin, www.ifad.org/events/ifi_trends/giz_mcf.pdf (consultado a 15 de dezembro de 2015).
- Reisen, H. e M. Soto (2001), "Which types of capital inflows foster developing-country growth?", *International Finance*, Vol. 4(1), pp. 1-14, Primavera.
- SDSN (2013), *Uma Agenda de Ação para o Desenvolvimento Sustentável*, Relatório ao Secretário Geral das NU, Sustainable Development Solutions Network, Paris e Nova Iorque.
- UA (2015), *Agenda 2063: África que queremos*, Comissão da União Africana, Adis Abeba, Setembro, <http://agenda2063.au.int> (consultado a 19 de fevereiro de 2016).
- UN DESA (2016), *World Economic Situation and Prospects 2016*, Departamento das Nações Unidas para os Assuntos Económicos e Sociais, Nova Iorque, www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/ (consultado a 1 de fevereiro de 2016).
- UN DESA (2015a), *DESA Briefing Note on The Addis Ababa Action Agenda*, Departamento das Nações Unidas para os Assuntos Económicos e Sociais, Nova Iorque, www.un.org/esa/ffd/ffd3/wp-content/uploads/sites/2/2015/07/DESA-Briefing-Note-Addis-Action-Agenda.pdf (consultado a 15 de janeiro de 2016).
- UN DESA (2015b), *World Economic Situation and Prospects 2015*, Departamento das Nações Unidas para os Assuntos Económicos e Sociais, Nova Iorque, www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/ (consultado a 1 de fevereiro de 2016).
- Vellos, R. (2015), *Sub-Saharan Africa's bond issuance boom*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://blogs.worldbank.org/opendata/sub-saharan-africa-s-sovereign-bond-issuance-boom> (consultado a fevereiro de 2016).

Capítulo 3

Políticas comerciais e integração regional em África

Em África, o crescimento acelerado desde o ano 2000 veio aumentar as oportunidades de promoção do comércio, enquanto o continente procura reforçar a integração entre as suas regiões, com o objetivo de impulsionar mais o crescimento e a criação de emprego. Este capítulo analisa a evolução do comércio, dos fluxos de investimento, da integração e da convergência de rendimentos entre regiões e países. São propostas formas por meio das quais os tomadores de decisões políticos possam promover o crescimento e aproveitar as oportunidades comerciais, afim de que a disparidade de rendimentos diminua mais rapidamente. São igualmente analisados o setor financeiro, as infraestruturas e as novas e maiores zonas de comércio, examinando em que medida podem contribuir para este esforço.

Resumo

África deve adotar reformas estruturais e normativas, bem como melhorar a integração financeira, para acelerar os esforços que têm conduzido a um aumento das trocas com os países emergentes e entre os seus próprios países e regiões. O comércio intra-africano continua abaixo dos níveis verificados noutras partes do mundo, mas existem formas de mudar este cenário. A Europa deverá continuar a ser o principal parceiro comercial de África no futuro próximo; a implementação de um acordo entre três blocos regionais – a Zona Tripartida de Comércio Livre – pode alterar o panorama comercial em África, através do aumento da dimensão do mercado e da criação de economias de escala. Os benefícios podem, igualmente, ajudar a diminuir as disparidades de rendimento entre os países africanos e a melhorar a integração financeira regional. É necessário que os países africanos promovam a estabilidade macroeconómica e o ambiente de investimento, reforçando o papel dos bancos pan-africanos para facilitarem o financiamento do comércio e impulsionarem os mercados de capitais. Os bons resultados na promoção do comércio e do crescimento dependem da política e clima de investimento, da profundidade da integração financeira e do compromisso com as reformas.

África quer converter o forte crescimento numa transformação económica

África tem fatores fundamentais para o sucesso

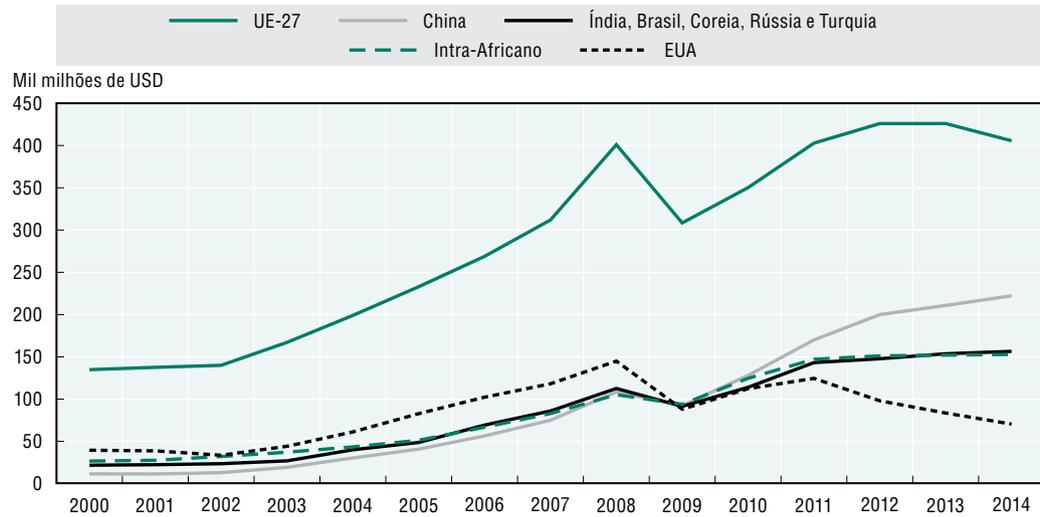
O crescimento em África acelerou desde o ano 2000, a uma taxa anual média de 5%. Vários fatores explicam este desempenho:

1. **Maior estabilidade política.** O número de conflitos violentos tem diminuído desde a viragem do século, contribuindo para a estabilidade política.
2. **Melhores condições macroeconómicas.** As políticas orçamentais e monetárias prudentes, bem como o alívio à dívida, têm ajudado a controlar os défices orçamentais e a diminuir a inflação. As reformas implementadas pelos governos também melhoraram o ambiente de negócios.
3. **Mais investimento público em infraestruturas.** Isto ajudou alguns países sem recursos naturais, como a Etiópia e o Ruanda, a atingirem um crescimento de 8% ou mais.
4. **Preços elevados das matérias-primas.** Durante a primeira década do século, os países africanos ricos em recursos naturais beneficiaram de uma maior procura de matérias-primas, especialmente da China e de outras economias emergentes. A recente queda dos preços tem, porém, prejudicado o crescimento.
5. **O vigor dos investimentos diretos externos e outros fluxos financeiros, em conjunto com a procura interna.** Estes fatores têm respondido fortemente a um bom ambiente político e, juntos, têm desempenhado um papel fundamental no crescimento africano. No entanto, muitas das potencialidades do comércio intra-africano estão ainda por explorar.

O comércio cresce, apesar da queda nas trocas comerciais com os Estados Unidos

O comércio entre África e o resto do mundo manteve-se em alta, exceto com os Estados Unidos. Entre 2000 e 2008, o comércio africano cresceu a uma média anual de 16%, mas devido à crise financeira global de 2008-9, diminuiu drasticamente 24%, entre 2008 e 2009. As exportações africanas têm recuperado desde 2010, crescendo a uma média anual de 8.5%. No entanto, o comércio com os Estados Unidos tem decrescido de forma persistente. Em 2015, o comércio com os Estados Unidos caiu para 70.6 mil milhões de USD, longe do pico atingido em 2011, com 124.6 mil milhões de USD, e correspondendo a uma queda de 11% (Figura 3.1). Historicamente, as importações dos Estados Unidos provenientes da África subsariana têm sido principalmente de petróleo, gás e produtos petrolíferos. Em 2007, estas representavam 93% das importações norte-americanas. Em 2013, esta percentagem tinha sido reduzida para 67%, devido à intensificação da campanha norte-americana para a autossuficiência energética e para o aumento da produção interna de petróleo, com o objetivo de evitar a sua importação.

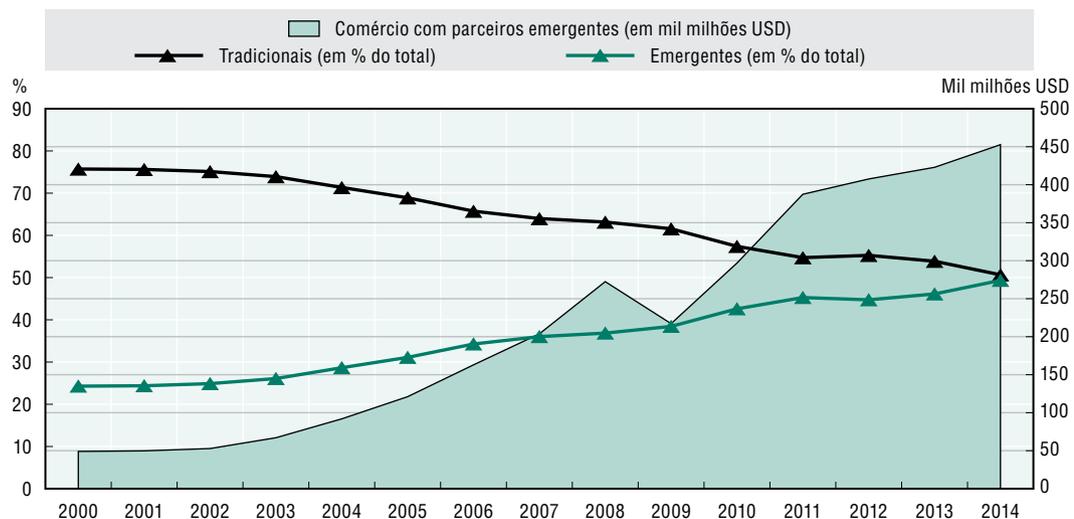
Figura 3.1. Fluxos comerciais de África, comércio com parceiros selecionados e comércio intra-africano, 2000-14
(mil milhões de USD)



Fonte: Cálculos dos autores a partir da base de dados COMTRADE das Nações Unidas, <http://wits.worldbank.org/wits/>. StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391384>

A União Europeia continua a ser o principal mercado para exportação dos produtos africanos. Desde a crise financeira, porém, a procura na zona Euro (que representa 72.5% do Produto Interno Bruto [PIB] da União Europeia) tem sido fraca, prejudicando a procura pelos produtos africanos. Consequentemente, desde a crise financeira de 2008-09, as exportações de África para a Europa têm registado um aumento modesto de apenas 0.2% por ano. Além disso, África tem beneficiado da diversificação do seu comércio. A queda nas exportações para os Estados Unidos e o fraco crescimento na Europa conferiram importância acrescida ao Brasil, China, Índia e Rússia, (os países BRIC) e a outras economias emergentes (Figura 3.2). Em 2009, apenas 24% das exportações africanas se destinou aos países emergentes, mas em 2014, os BRIC, a Coreia, a Turquia e outros países, representaram quase metade das exportações africanas para o mundo.

Figura 3.2. Distribuição do comércio de África: parceiros tradicionais versus parceiros emergentes, 2000-14

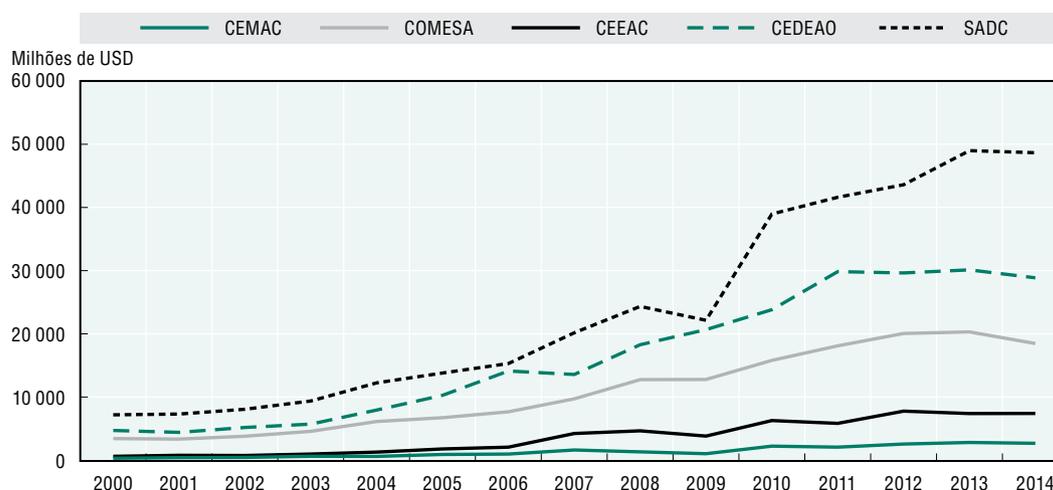


Fonte: Cálculos dos autores a partir da base de dados COMTRADE das Nações Unidas, <http://wits.worldbank.org/wits/>. StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391394>

As exportações africanas para as economias emergentes são dominadas pela China e são maioritariamente compostas por petróleo, metais e outros produtos primários. Isto significa que o continente está exposto à mudança do modelo económico chinês, de um modelo baseado no investimento e na exportação para uma economia assente no consumo interno e nos serviços. Esta evolução pode abrandar a procura dos produtos africanos e afetar o crescimento a longo prazo. A China representa atualmente 27% das exportações totais de África, sendo que as matérias-primas constituem cerca de 87% das exportações para a China (Pigato e Tang, 2015).

O comércio entre as regiões africanas está igualmente a crescer, embora continue a ser baixo, se comparado com outras partes do mundo. Em 2000, o comércio intrarregional representou 10% do comércio africano total, tendo essa percentagem atingido 16% em 2014. Este comércio é composto maioritariamente por bens manufaturados, que são menos suscetíveis a choques de preços. Os produtos manufaturados constituem 60% do comércio regional total (BAD, 2015). Para além disso, o comércio com outras regiões cresceu em todas as comunidades económicas regionais de África, exceto na Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), composta por seis países (Figura 3.3).

Figura 3.3. Comércio intra-africano, por comunidades económicas regionais (milhões de USD)



Fonte: Organização Mundial de Comércio (2015).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391407>

Os megablocos comerciais ganham importância

Nos últimos anos, os avanços para a criação de mega-acordos regionais de comércio, tal como a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, na sigla inglesa) entre os Estados Unidos e a União Europeia, ganharam nova dinâmica. O objetivo é remover as barreiras comerciais tarifárias e não-tarifárias, bem como as restrições ao investimento, num vasto leque de setores. Quando concluído, o acordo EUA-UE combinará os dois maiores blocos económicos do mundo. O TTIP poderá também impulsionar os debates sobre a Agenda de Desenvolvimento de Doha e renovar o interesse na liberalização do comércio.

Em África, a Zona Tripartida de Comércio Livre (ZTCL) e a proposta Zona Continental de Comércio Livre (ZCCL) estão projetadas para incentivar o investimento e o comércio intrarregionais. A ZTCL agrega os 19 países do Mercado Comum para a África Oriental

e Austral (COMESA), os 5 países da Comunidade da África Oriental (EAC/CAO) e os 15 países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Esta última, tornou-se a maior zona de comércio livre na história de África, representando mais de 58% da produção do continente, 48% dos seus países e 57% da população africana. A ZTCL corresponde igualmente a 25% do comércio intrarregional, enquanto outros blocos representam uma média de 15%.

Para promover o comércio regional, a ZTCL centra-se em: i) harmonizar os acordos regionais de comércio existentes; ii) facilitar o fluxo de bens entre países e ao longo dos corredores de transporte; iii) melhorar as ligações entre os membros, através do desenvolvimento de infraestruturas transfronteiriças; e iv) permitir a livre circulação de empresários.

A ZCCL reflete a visão da União Africana para reforçar a cooperação regional, já que o seu objetivo é tornar a totalidade do continente numa Comunidade Económica de África, cujo mercado livre deve corresponder a mais de mil milhões de pessoas, aproveitando uma classe média crescente e o dividendo demográfico que lhe está associado. Esta iniciativa remonta ao Tratado de Abuja de 1991, que estabelecia um roteiro para a integração regional em África. As negociações para a criação da ZCCL foram oficialmente lançadas em junho de 2015 na Cimeira da União Africana realizada em Joanesburgo, na África do Sul. O objetivo é criar a ZCCL até 2017. Tendo em conta a fragmentação e a pequena dimensão dos mercados africanos, a criação de um mercado comum ao nível continental é uma oportunidade única para investir em infraestruturas transfronteiriças, para promover a integração regional e para estimular o crescimento e a criação de emprego. Uma vez criada, a zona de comércio livre do continente – proposta no âmbito da Comunidade Económica de África – irá também reduzir as sobreposições entre as comunidades regionais africanas.

É difícil avaliar o impacto real da ZCCL. No entanto, as experiências anteriores apontam para que traga benefícios aos seus membros, devido ao enfoque na “criação de comércio” e não no “desvio do comércio” (Freund e Ornelas, 2010).

A integração regional contribui para a convergência dos rendimentos

A integração regional pretende promover a cooperação económica e política. A maioria dos africanos vive em países cujos mercados internos são demasiado pequenos e fragmentados para gerarem as economias de escala necessárias para competirem internacionalmente. O reforço da integração é, portanto, fundamental para o continente. O crescimento é um dos principais objetivos para cada país, bem como a aspiração de reduzir as divergências de rendimento, desemprego e outros resultados no plano social. Apesar de existirem provas contundentes de que a integração regional origina uma convergência de rendimentos (Camarero, Flores, Jr. e Tamarit, 2006; Jones, 2002), alguns estudos consideram não existir uma relação sistemática entre a integração comercial e a convergência (Milanovic, 2006; Sohn e Lee, 2006).

Os indicadores de convergência em África revelam padrões diversos

A integração regional contribui para a convergência entre as economias pobres e ricas, através de três fatores. Em primeiro lugar, a integração favorece a mobilidade de capital e da mão-de-obra, o que pode aumentar a produção e a produtividade. Para além disso, estes acordos, sejam eles correspondentes a zonas de comércio livre ou a uniões aduaneiras, têm potencialmente benefícios para todos os países envolvidos, devido ao aumento do volume de comércio. Por fim, a integração regional promove a expansão da tecnologia, através da troca de bens, de ideias e de conhecimento.

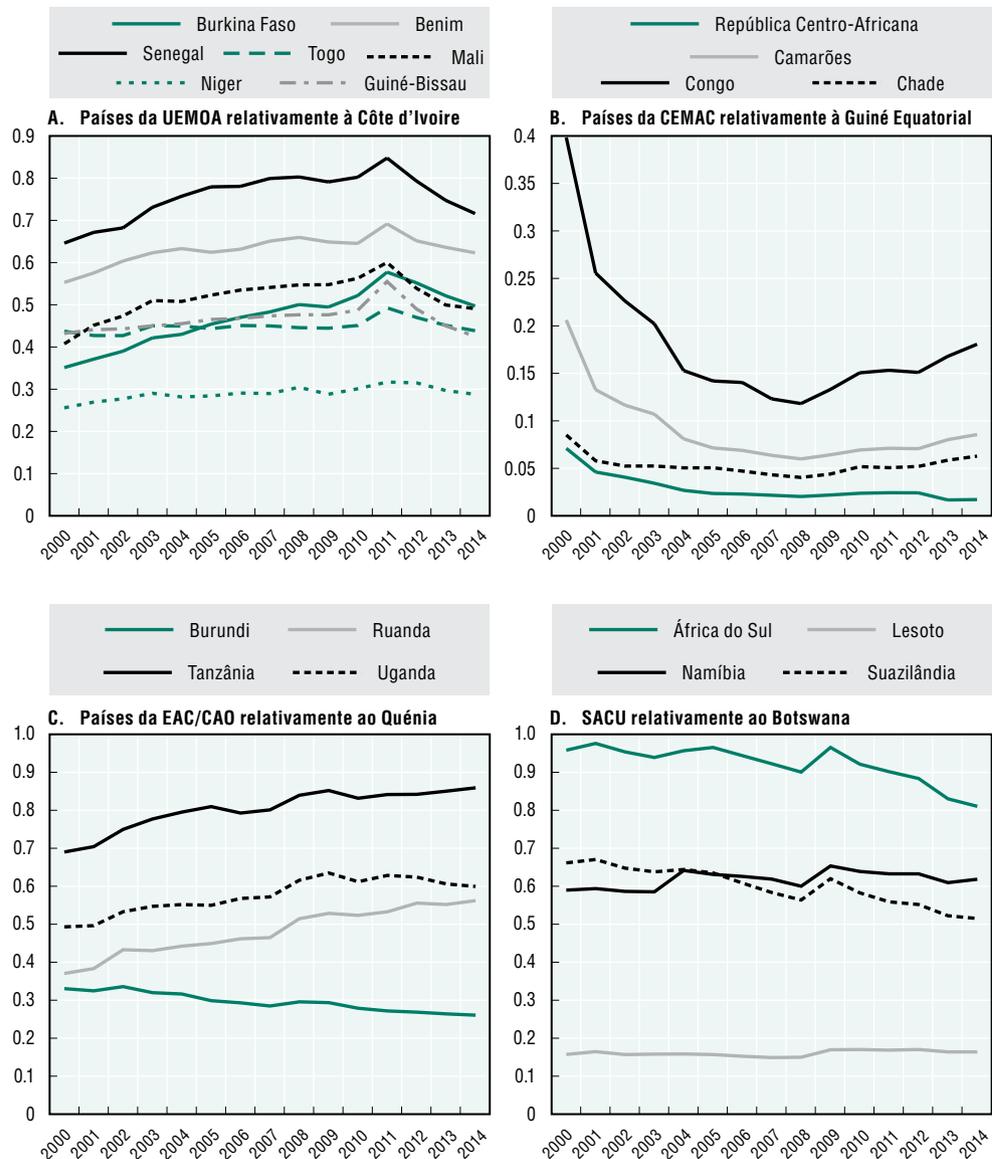
A formação de comunidades económicas regionais tem tido um impacto diverso na convergência dos rendimentos em África. Os oito países da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) apresentam a maior taxa de convergência de rendimentos. No período de 15 anos, a disparidade de rendimentos entre os países mais ricos e mais pobres da UEMOA diminuiu a uma taxa média de 19.6%. O PIB per capita aumentou quase todos os países da UEMOA, em termos comparativos com a Côte d'Ivoire, a principal economia da região, tal como ilustrado na Figura 3.4A. O Benim e o Senegal alcançaram a Côte d'Ivoire, enquanto o Níger e o Togo registam ainda algum atraso. Isto pode significar que os países mais pobres cresceram mais rapidamente do que os mais ricos, reduzindo a disparidade. A convergência pode também explicar-se pelo abrandamento da economia da Côte d'Ivoire durante a crise política que o país atravessou no início da década de 2000.

Na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), com 15 membros, a disparidade de rendimentos também foi reduzida, embora a taxa de convergência seja menor, na ordem dos 11.4%. Países como o Gana ou a Nigéria têm-se aproximado lentamente de Cabo Verde, o país mais rico da região. Nos últimos 15 anos, o PIB per capita da Nigéria e do Gana, aumentou respetivamente 21.6% e 5%, em termos comparativos com Cabo Verde. No entanto, a Côte d'Ivoire atrasou-se relativamente aos principais países da região. Desde o início da crise no ano 2000, o seu PIB per capita decresceu 37% relativamente ao de Cabo Verde. Na CEMAC, estima-se que a convergência de rendimentos tenha sido de apenas 5.5%. Nos últimos cinco anos, o Congo têm-se aproximado lentamente da Guiné Equatorial, enquanto o Chade se tem atrasado (Figura 3.4B).

A EAC/CAO apresenta uma taxa de convergência de 8.5%, o que reflete um crescimento rápido e sustentado, embora com variações significativas entre países. Entre 2000 e 2014, o PIB per capita do Ruanda e da Tanzânia cresceram, respetivamente, 50% e 24% relativamente ao do Quênia, o país mais rico nesta região. No entanto, o PIB per capita do Burundi, o país mais pobre, diminuiu 26% em comparação com o do Quênia.

Na União Aduaneira da África Austral (SACU), composta por cinco países, registou-se uma taxa de convergência dos rendimentos de 13.3%. No geral, os países estão atrasados relativamente ao Botswana, a economia mais rica do grupo, enquanto a Namíbia reduz lentamente o hiato que a separa da África do Sul, a segunda economia da região. Também na África Austral, os países da SADC apresentam uma taxa de convergência ligeiramente mais baixa, estimada em 11.2%. Na COMESA, que inclui países da África Oriental e Austral, estima-se uma taxa de convergência de 14.8%.

Figura 3.4. Produto Interno Bruto per capita de países selecionados, em relação à principal economia na região (USD), 2011



Fonte: Estatísticas do BAD.

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933391410>

A convergência de rendimentos em África continua a ser baixa

Os países africanos efetuaram progressos na eliminação de alguns fatores internos que impediam a redução das disparidades de rendimento. No entanto, a convergência de rendimentos será sempre uma tarefa a longo prazo, realizada em velocidades distintas. A Tabela 3.1 ilustra as disparidades no seio de cada comunidade económica regional; verifica-se que, com algumas exceções, a economia mais rica tem frequentemente uma menor dimensão e um fraco desempenho no crescimento.

Tabela 3.1. Comparação do país mais rico numa comunidade económica regional (CER) com os dados regionais

	Crescimento real do PIB per capita (2005-14)	PIB, em PPP 2011 Mil milhões de USD (2014)	PIB total da CER, em PPP 2011 Mil milhões de USD (2014)	População, milhões (2014)	População total da CER, milhões (2014)
Guiné Equatorial (CEMAC)	0.81	27.2	181	0.82	48.20
Côte d'Ivoire (UEMOA)	1.44	68.9	204	22.00	110.00
Cabo Verde (CEDEAO)	3.63	3.2	1340	00.51	340.00
Quênia (EAC/CAO)	2.54	126.0	342	45.00	157.00
Botswana (SACU)	3.32	34.1	744	20.20	62.00
Seychelles (SADC)	4.48	2.3	1050	0.09	297.00

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do Banco Mundial (2015).

É necessário que os decisores políticos respondam rapidamente a três questões fundamentais para impulsionar a convergência de rendimentos nas comunidades regionais em África. Em primeiro lugar, existem diferenças enormes, quer dentro quer entre as regiões africanas. O comércio intra-africano continua a ser o menos expressivo de todos os continentes. Em 2014, o comércio entre regiões representou aproximadamente 16% do comércio total em África (Tabela 3.2). No mesmo ano, o peso do comércio intrarregional no comércio total foi de 61% na Ásia, 69% na Europa e 56% nas Américas.

Verificam-se, igualmente, diferenças entre as regiões africanas. Em 2014, a CEMAC apresentou a proporção mais baixa de comércio intrarregional, apenas 2.1%, sendo este um indicador comumente usado para medir a integração regional. Este facto deve-se, principalmente, à fraca integração do comércio nesta zona económica. A EAC/CAO e a SADC são as comunidades regionais com maior integração. Em 2014, o peso do comércio intrarregional no comércio total da SADC foi de 19.3% – a percentagem mais alta –, seguida da EAC/CAO, com 18.4%. Na UEMOA e na SACU, o peso do comércio intrarregional foi de 15.3% e 15.7%, respetivamente.

Tabela 3.2. Comércio intrarregional nas comunidades económicas regionais em África, em percentagem do comércio total

	2000	2010	2014
CEMAC (Comunidade Económica e Monetária da África Central)	1.19	2.74	2.08
COMESA (Mercado Comum da África Oriental e Austral)	4.82	7.36	11.00
EAC/CAO (Comunidade da África Oriental)	17.73	18.65	18.37
CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental)	8.91	8.27	8.92
SACU (União Aduaneira da África Austral)	2.56	14.47	15.67
SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)	11.73	18.18	19.34
UEMOA (União Económica e Monetária da África Ocidental)	15.24	12.70	15.30
Norte de África	2.52	3.69	5.32
África	9.18	13.80	15.71

Nota: A UEMOA engloba o Benim, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo; a CEMAC inclui os Camarões, Chade, Guiné Equatorial, Gabão, República Centro-Africana e República do Congo; a COMESA engloba o Burundi, Comores, Djibouti, Egito, Eritreia, Etiópia, Líbia, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Quênia, República Democrática do Congo, Ruanda, Seychelles, Suazilândia, Sudão, Uganda, Zâmbia e Zimbábue; a SADC inclui a África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seychelles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue; e a CEDEAO engloba o Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Côte d'Ivoire, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados da OMC (2015).

Em segundo lugar, a fraca diversificação económica tem limitado o comércio entre os países e regiões africanas. Para a maioria dos países, a produção e as exportações estão concentradas no petróleo, gás e matérias-primas minerais e agrícolas.

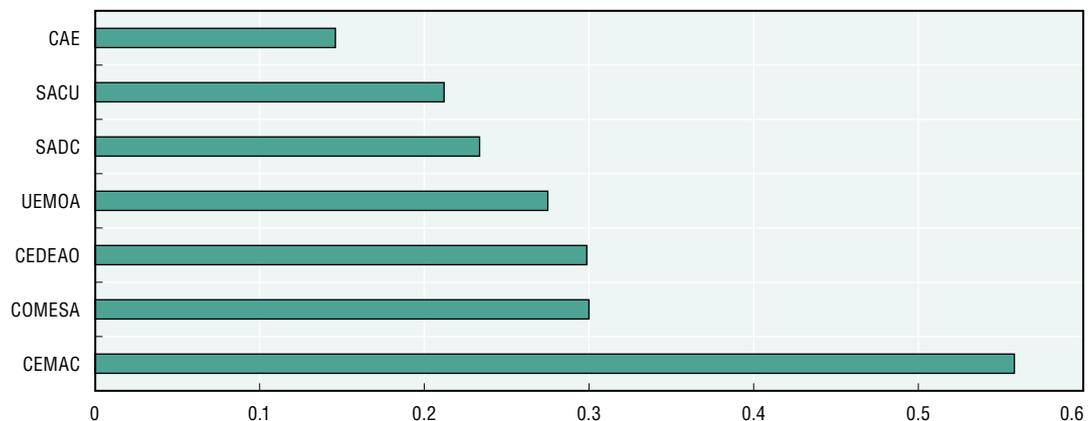
Consequentemente, não há condições para capitalizar a vantagem comparativa associada a estes produtos. As economias mais diversificadas encontram-se na África Oriental e Austral, enquanto as menos diversificadas se situam na África Ocidental e Central. Os países da CEMAC são os que têm economias menos diversificadas; a SACU é a segunda comunidade económica mais diversificada.

Existem, igualmente, diferenças no que concerne às estratégias de diversificação das exportações. Alguns países têm tentado uma diversificação horizontal, através da produção de novos bens. A Etiópia, o Quênia, e o Uganda, por exemplo, apostaram nas flores cortadas. Estes novos produtos complementam ou substituem parcialmente as exportações tradicionais como o café e o chá (Yokoyama e Alemu, 2009), podendo contribuir para colmatar a volatilidade dos preços mundiais das matérias-primas. Outros países optam por uma diversificação vertical, avançando na cadeia de valor dos produtos manufaturados. Madagáscar, por exemplo, está a conseguir cadeias de valor verticais na indústria do vestuário. Esta estratégia requer uma transformação e marketing mais sofisticados.

As comunidades regionais africanas podem lançar as bases para a diversificação, criando mercados comuns, agregando recursos e disponibilizando um enquadramento para a gestão regional de infraestruturas, como os corredores de transporte. Podem também reforçar a capacidade dos recursos humanos, a saúde, a segurança, o ambiente e os serviços nas respetivas regiões. Para além disso, quer a harmonização das normas e regulamentação tecnológica, quer a reforma das alfândegas e controlo de fronteiras melhorariam o ambiente de negócios em África.

A melhoria do clima de investimento em África tem criado oportunidades para aumentar o investimento proveniente do continente e de fora deste. O Benim, a Mauritânia, o Quênia, o Senegal e o Uganda estão entre as 10 economias que registaram maiores progressos nas áreas monitorizadas pela pesquisa Doing Business, do Banco Mundial, em 2014-15. No total, estes países implementaram 39 reformas normativas, facilitando a realização de negócios. África representou 30% das reformas normativas para a facilitação dos negócios em 2014-2015, seguida da Europa e da Ásia Central.

Figura 3.5. Diversificação económica em comunidades económicas regionais selecionadas



Nota: Valores mais baixos significam maior diversificação.

Fonte: Yameogo et al. (2014).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933391429>

A transformação económica pode contribuir para um crescimento sustentado e para outros benefícios. No entanto, a obtenção de resultados duradouros implica uma mudança estrutural. É necessário que os países utilizem a sua vantagem demográfica relativa e que façam transitar a mão-de-obra para atividades de alta produtividade.

Em terceiro lugar, a existência de infraestruturas suficientes e eficientes é crucial para a promoção de um crescimento inclusivo e sustentável e para a convergência de rendimentos nas comunidades regionais. As economias africanas podem definir um rumo para aprofundarem a integração, desde que as redes de infraestruturas sejam concebidas para ligar os centros de produção com as plataformas de distribuição no continente. Estas infraestruturas permitiriam à África competir de forma eficaz, aproveitar mercados regionais, beneficiar da globalização através do comércio e investimento e, assim, alcançar uma maior convergência de rendimentos (BAD et al., 2013). O Programa para o Desenvolvimento de Infraestruturas em África prevê que o continente terá de gastar até 68 mil milhões de USD/ano até 2020 em manutenção e investimentos de capital nesta área.

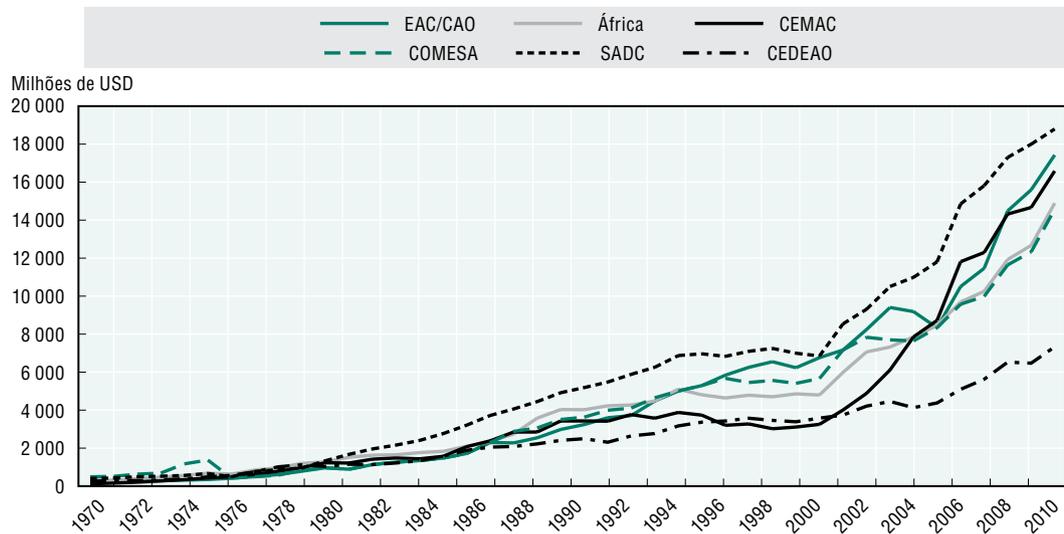
Os países têm realizado progressos notáveis a nível regional no que diz respeito ao desenvolvimento de infraestruturas transfronteiriças. As Interconexões das Redes Elétricas Etiópia-Quênia e Zâmbia-Tanzânia irão ligar o Complexo de Energia da África Austral ao Complexo de Energia da África Oriental, criando um grande mercado regional da eletricidade. Quando terminada, a Central Hidroelétrica de Grand Inga, nas margens do Rio Congo na República Democrática do Congo, pode atingir uma capacidade de geração de energia superior a 44 000 megawatts – metade da capacidade elétrica instalada de África, no presente.

Entre outros projetos importantes estão o Projeto de desenvolvimento rodoviário e facilitação de transporte Mali-Côte d'Ivoire, no Corredor Bamako-Zantiebougou-Boundiali-São Pedro. Este projeto contribuirá para criar zonas de produção nos dois países, promovendo a competitividade, a diversificação económica e a redução da pobreza. A rede irá transformar o Porto de São Pedro, na Côte d'Ivoire, numa zona de trânsito fundamental para os países sem acesso ao mar, como o Mali e o Burkina Faso.

A integração dos mercados financeiros abre caminho a uma convergência mais rápida dos rendimentos

O aprofundamento da integração financeira deverá acelerar a convergência de rendimentos. África testemunhou já 15 anos de crescimento económico elevado. A melhoria da integração dos mercados financeiros pode gerar mais crescimento económico e acelerar a convergência de rendimentos, o que pode ser feito por meio da criação de condições favoráveis para uma melhor partilha de riscos e para a eliminação de obstáculos, como, por exemplo, a fraca concorrência e os altos custos de transação. A integração financeira regional pode expandir a dimensão do mercado interno, alargar e aprofundar os sistemas financeiros, atingir economias de escala, bem como tornar os recursos mais acessíveis, que poderiam, assim, ser alocados de forma mais eficiente. Os países e regiões com taxas de crescimento mais baixas têm maiores possibilidades de gerar um crescimento adicional e de atingir padrões de vida mais elevados.

Figura 3.6. Integração financeira nas comunidades económicas regionais em África, 1970-2011



Notas: Média da soma dos ativos e passivos, em USD.

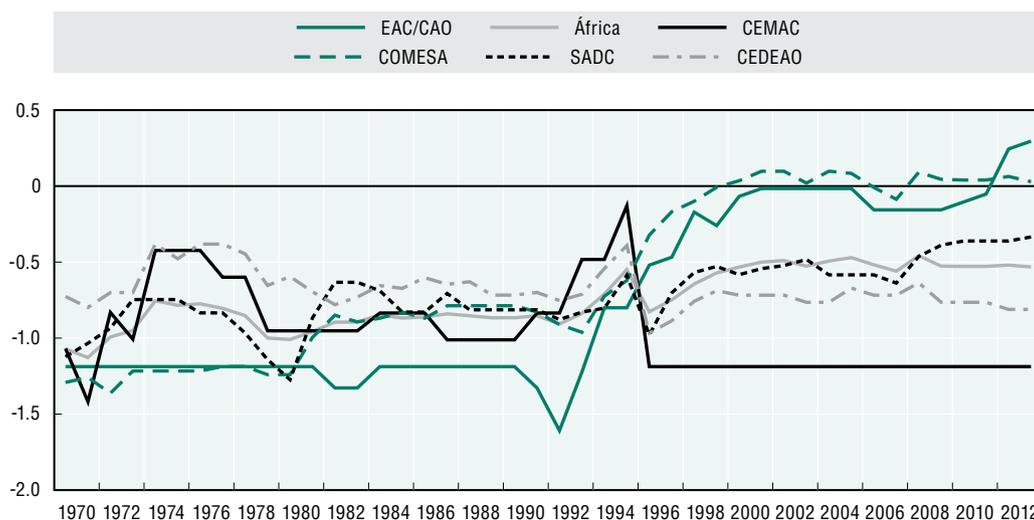
Fonte: Lane e Milesi-Ferretti (2006) e cálculos dos autores.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391431>

A integração financeira de África tem avançado rapidamente nos últimos 15 anos. O saldo de ativos e passivos – um bom indicador da integração financeira – tem aumentado de forma uniforme nas comunidades sub-regionais (Figura 3.6). Uma das causas poderá ser o aumento do comércio internacional de África. Desde meados da década de 1990 até à crise financeira de 2008-09, o comércio de mercadorias (soma de exportações e importações), indicador de abertura comercial, aumentou de forma consistente e, desde 2009, cresceu a uma taxa média anual de 2.6%.

Para além disso, desde o início dos anos 2000, os países africanos têm implementado políticas macroeconómicas, financeiras e estruturais para eliminarem os obstáculos às atividades financeiras externas. Desde meados dos anos 1990, a contabilidade financeira tornou-se mais aberta a transações transfronteiriças, exceto na zona CEMAC.

Figura 3.7. Abertura financeira nas comunidades económicas regionais de África, 1970-2013



Nota: Valores mais elevados significam maior integração financeira.

Fontes: Chinn e Ito (2006) e cálculos dos autores.

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933391445>

Os sistemas bancários têm registado grande crescimento em África, como demonstrado pela expansão de bancos pan-africanos. Muitos países africanos dependem tradicionalmente do financiamento bancário (Sy, 2015) e, na última década, alguns dos grandes grupos bancários africanos alargaram a sua presença regional, o que reflete uma evolução na integração económica e financeira em África. O Ecobank, um dos principais bancos pan-africanos com sede em Lomé, no Togo, aumentou as filiais de 11 para 36 países; o Banco de África, com sede na Nigéria expandiu-se de 1 para 19 países; e o Banco Attijariwafa, de Marrocos, de 1 para 2 (Beck et al., 2014). No entanto, a expansão destes bancos levanta questões de regulação e supervisão, uma vez que a atividade bancária transfronteiras pode aumentar a possibilidade de contágio financeiro. A harmonização dos quadros de regulação e supervisão é, assim, fundamental. Por outro lado, a maioria dos africanos utiliza ainda a regulamentação bancária Basel I, pelo que as regras normativas e de supervisão têm de ser alinhadas com as orientações Basel III.

Os serviços bancários móveis (*mobile banking*) e outras inovações financeiras desafiam atualmente as tradicionais máquinas ATM e os pagamentos bancários eletrónicos. O alargamento das redes de comunicação móvel e do acesso a telemóveis em África levou os bancos a trabalharem com empresas de telecomunicação em sistemas pioneiros nesta área, que aproximam os serviços financeiros dos clientes. Por exemplo, o serviço de pagamentos e transferências WARI expandiu-se do mercado interno senegalês para 24 países africanos.

Assim, para além dos tradicionais indicadores do PIB ligados ao desenvolvimento financeiro, como o crédito interno ao setor privado ou os depósitos bancários, os pagamentos eletrónicos assumem uma importância crescente e devem ser tidos em consideração para demonstrar o aumento da dimensão e sofisticação dos sistemas financeiros em África.

A emissão nacional e internacional de títulos soberanos tem vindo a crescer. Embora os bancos continuem a ser os principais atores do setor financeiro em África, os mercados de obrigações têm-se desenvolvido ao longo da última década. Nos últimos anos, muitos países emitiram títulos nos mercados internacionais, refletindo um desejo

de diversificarem as fontes de financiamento. Em 2006, os países africanos angariaram 200 milhões de USD nos mercados mundiais de capital, através de obrigações. Em 2015, este valor chegou aos 6.25 mil milhões de USD. No entanto, a decisão dos Estados Unidos de pôr fim à sua política monetária de flexibilização quantitativa (*quantitative easing*) – que tem contribuído para o aumento das taxas de juro e para a valorização do dólar norte-americano – poderá aumentar os custos do crédito e a dívida externa em moeda nacional.

Os mercados locais de obrigações podem constituir uma alternativa, mas devem ser acompanhados pela estabilidade macroeconómica e pela racionalização do recurso ao crédito por parte dos governos, para reduzir as taxas de juro. Isto iria refletir-se, por sua vez, nas emissões de títulos do setor privado, que são essenciais para o aprofundamento dos mercados internos de capital e, conseqüentemente, para alargar as fontes de financiamento. O mercado de obrigações das empresas está pouco desenvolvido em África. Só alguns países atingem um rácio obrigações-PIB acima dos 5%. Em África, em 2014, o saldo de títulos de dívida em moeda local atingiu 486 mil milhões de USD.

O Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento lançou em 2008 a Iniciativa dos Mercados Financeiros em África (IMFA), cujo objetivo é apoiar o desenvolvimento dos mercados obrigacionistas locais. A IMFA pretende promover o desenvolvimento dos mercados de obrigações em África a médio e longo prazo, para que os governos possam melhorar as condições de obtenção de crédito nos mercados financeiros internos, reduzindo, assim, a dependência da dívida expressa em moeda estrangeira.

Os mercados locais de obrigações também aumentam as opções de financiamento das empresas, já que esses são um catalisador do desenvolvimento e da estabilidade dos mercados financeiros. Esses impulsionam também a integração regional dos mercados financeiros e promovem a disponibilidade e transparência dos dados de rendimento fixo em África.

A dimensão de uma economia e o desenvolvimento dos mercados de capitais estão fortemente ligados. Contudo, a falta de integração dos mercados de capitais está a prejudicar a integração financeira em África. África possui mais de 25 bolsas de valores, mas muitas são fragmentadas, com pouca liquidez e pouco ativas. A Bolsa de Valores de Joanesburgo é uma exceção, representando 65% da capitalização bolsista total em África. Têm-se verificado iniciativas de fusão de alguns mercados bolsistas, para beneficiar de economias de escala. O grupo CEMAC é uma união monetária com dois mercados bolsistas, mas apenas com quatro empresas cotadas; a capitalização bolsista representa menos de 0.5% do PIB total da CEMAC.

No entanto, algumas zonas económicas estão a promover ativamente a cotação dos títulos em bolsa, como é o caso da CEDEAO. As regras sobre bolsas de valores individuais e transfronteiriças – nomeadamente a Bolsa Regional de Valores Mobiliários (BRVM), que abrange oito países da África Ocidental, a Bolsa de Valores da Nigéria e a Bolsa de Valores do Gana – permitem que as empresas estrangeiras tenham cotações múltiplas e transfronteiras.

Os mercados bolsistas podem aprender com o modelo da nova geração de bancos pan-africanos, no apoio à integração financeira e ao investimento entre regiões no continente. O número de mercados bolsistas terá de ser racionalizado, de forma a existir um quadro de regulação e supervisão adequado para os mercados pan-africanos de capitais.

O investimento intra-africano cresce, impulsionado pelo reforço da integração regional

O investimento entre as regiões africanas pode ser um motor fundamental da integração financeira, mas é ainda fraco. O investimento direto externo em África aumentou de aproximadamente 10 mil milhões de USD em 2000, para cerca de 55 mil milhões de USD em 2015. O investimento proveniente do continente africano desempenhou um papel nesta evolução.

Em termos de financiamento de projetos, o investimento intra-africano corresponde a 19% do investimento total em África (EY, 2015).

O investimento intra-africano está menos direcionado para o setor extrativo, o que ajuda os países recetores a diversificarem as suas economias para além das voláteis indústrias de recursos naturais.

O investimento proveniente de África tem sido liderado pela África do Sul, Quênia e Nigéria, orientando-se principalmente para a banca, o retalho e as telecomunicações. Marrocos tornou-se um grande investidor, através de empresas da banca e seguros como o banco Attijariwafa e a seguradora Saham, mas maioritariamente orientado para países de expressão francófona. A África do Sul é o maior investidor na sua região. Cerca de 80% do investimento externo no Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia vem da África do Sul (Banco Mundial, 2016). Em alguns países pequenos como o Benim ou a Guiné-Bissau, o financiamento proveniente de outros países africanos representa mais de 30% dos fluxos externos totais.

O fluxo de investimento africano tem crescido, mas não é ainda a torrente que muitos países desejariam. As potencialidades são muito maiores, uma vez que outras regiões do mundo geram níveis bastante mais elevados de investimento: o investimento intra-africano representa apenas 12% do investimento externo total em África, quando na Ásia o investimento intrarregional corresponde a 33% do total do continente.

O facto de África não investir em si própria pode ter várias explicações. Apesar da recente liberalização comercial, África tem ainda grandes barreiras tarifárias e não tarifárias, que retraem o investimento externo. Existem entraves normativos e estruturais; os mercados financeiros e de mercadorias são fragmentados. Estes fatores impedem o aproveitamento das oportunidades transfronteiriças de investimento. A integração financeira do continente requer cooperação entre os reguladores financeiros dos vários países, para que assim as regras possam ser harmonizadas.

Contudo, existem sinais de mudança. Nos últimos anos, o crescimento dos bancos pan-africanos veio revolucionar o setor financeiro em África. Estes representam atualmente uma parte importante do investimento entre regiões africanas. A resiliência do desempenho africano em termos de crescimento, apoiada por uma forte procura interna, pode ser uma plataforma de lançamento para o investimento intra-africano em áreas centradas no consumidor, como os serviços financeiros e as telecomunicações. As atuais iniciativas para racionalizar e agregar as comunidades regionais africanas pode eliminar restrições ao aumento dos mercados. A criação da ZTCL, em particular, pode impulsionar o comércio e investimento intra-africanos.

O aumento do financiamento do comércio pode contribuir para a integração e a criação de emprego

O comércio interno em África tem aumentado nos últimos anos, mas continua muito restrito. Ademais, os financiamentos destinados ao comércio intra-africano são limitados. Os bancos a operar em África representam cerca de um terço do valor total de financiamento do comércio no continente, que é estimado em 320 mil milhões de USD (BAD, 2014). No entanto, apenas 19% do financiamento bancário ao comércio é direcionado para o comércio intra-africano, para além de não ser uniformemente distribuído no continente. O Norte de África regista a proporção mais baixa de financiamento ao comércio intra-africano intermediado pelos bancos, com apenas 6%. Na África Oriental e Austral, cerca de 27% do financiamento bancário ao comércio é destinado ao comércio intrarregional, o que constitui a percentagem mais alta de África.

A expansão do financiamento do comércio em África poderá reforçar a integração regional e promover a criação de emprego. As exportações totais de África dividem-se em 80% de matérias-primas não-transformadas e 20% de produtos manufacturados. O comércio intra-africano, pelo contrário, é composto por 60% de produtos manufacturados e 40% de matérias-primas. Finalmente, a indústria transformadora é um bom impulsionador do emprego produtivo e contribuiria para que África subisse mais na cadeia global de valor.

Bibliografia

- BAD (2015), *Fostering Development through Trade Finance*, Banco de Desenvolvimento Africano, Abidjan.
- BAD (2014), *Trade Finance in Africa*, Banco de Desenvolvimento Africano, Abidjan.
- BAD et al. (2013), *The Africa Competitiveness Report 2013*, www3.weforum.org/docs/WEF_Africa_Competitiveness_Report_2013.pdf.
- Banco Mundial (2016), *Global Economic Prospects: Sub-Saharan Africa*, Banco Mundial, Washington, DC, www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/GEP/GEP2016a/Global-Economic-Prospects-January-2016-Sub-Saharan-Africa-analysis.pdf.
- Banco Mundial (2015), *World Development Indicators database*, Banco Mundial, Washington, DC, www.worldbank.org.
- Beck, T. et al. (2014), “Making cross-border banking work in Africa”, Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, Bona, Alemanha.
- Camarero, M., R. Flores, Jr. e C. Tamarit (2006), “Monetary union and productivity differences in Mersocur countries”, *Journal of Policy Modelling* 28, pp.53-66.
- Chinn, M. e H. Ito (2006), “What matters for financial development? Capital controls, institutions, and interactions”, *Journal of Development Economics*, Vol. 81, Issue 1, outubro, pp. 163-192.
- CNUCED (2014), *World Investment Report 2014: Investing in the SDGs: An Action Plan*, Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, Genebra, <http://unctad.org/en/pages/PublicationWebflyer.aspx?publicationid=937>.
- EY (2015), *Africa Attractiveness Survey: Making Choices*, [www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-africa-attractiveness-survey-2015-making-choices/\\$FILE/EY-africa-attractiveness-survey-2015-making-choices.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-africa-attractiveness-survey-2015-making-choices/$FILE/EY-africa-attractiveness-survey-2015-making-choices.pdf).
- Freund, C. e E. Ornelas (2010), “Regional trade agreements”, *CEP Discussion Paper No. 961 in Annual Review of Economics* 2, setembro, pp. 139-167.
- Jones, B. (2002), “Economic integration and convergence of per capita income in West Africa”, *African Development Review*, 14(1), pp. 18-47.
- Lane, P. e G.M. Milesi-Ferretti (2006), “The external wealth of nations mark II: Revised and extended estimates of foreign assets and liabilities, 1970-2004”, *Fundo Monetário Internacional, IMF Working Paper WP/06/69*, www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2006/wp0669.pdf.
- Milanovic, B. (2006), “Economic integration and income convergence: Not such a strong link?”, *The Review of Economics and Statistics* 88(4), pp. 659-670.
- Organização Mundial de Comércio (2015), *Estatísticas*, <http://stat.wto.org>.
- Pigato, M. e W. Tang (2015), “China and Africa: Expanding economic ties in an evolving global context”, Banco Mundial, *Working Paper N° 95161*.
- Sohn, C.H. e H. Lee (2006), “How FTAs affect income levels of member countries”, *The World Economy* 29(12), pp. 1737-1757.
- Sy, A. (2015), “2015: A crucial year for financing development in Africa”, *Foresight Africa: Top Priorities for the Continent in 2015*, Washington, DC, Brookings Institution, pp.22-26, www.brookings.edu/~media/Research/Files/Reports/2015/01/foresight%20africa/financing%20african%20development%20sy.pdf.
- Yaméogo, N. D. et al. (2014), “Diversification and sophistication as drivers of structural transformation for Africa: The economic complexity index of African countries”, *Journal of African Development*, Vol. 16(2), pp. 1-31.
- Yokoyama, K. e A.M. Alemu (2009) “The impacts of vertical and horizontal export diversification on growth: An empirical study on factors explaining the gap between sub-Sahara Africa and East Asia’s performances”, *Ritsumeikan International Affairs*, Institute of International Relations and Area Studies, Ritsumeikan University, Oita-ken, Japão.

Capítulo 4

Desenvolvimento humano em África

Este capítulo analisa os progressos verificados em África na ótica do desenvolvimento humano e formula previsões com base nas tendências atuais. É utilizada uma abordagem sub-regional para analisar o progresso das capacidades humanas relativamente às condições de vida, vidas saudáveis e aumento do conhecimento. O capítulo explora, igualmente, o impacto negativo da desigualdade – nomeadamente da desigualdade de género – em todos os níveis do desenvolvimento humano. O progresso humano na expansão das cidades e dos assentamentos humanos é abordado no contexto da Agenda global 2030 e da Agenda 2063 para África. O capítulo termina com um conjunto de boas práticas, com base em experiências de vários países na promoção do progresso humano, através de assentamentos humanos mais equitativos e sustentáveis.

Resumo

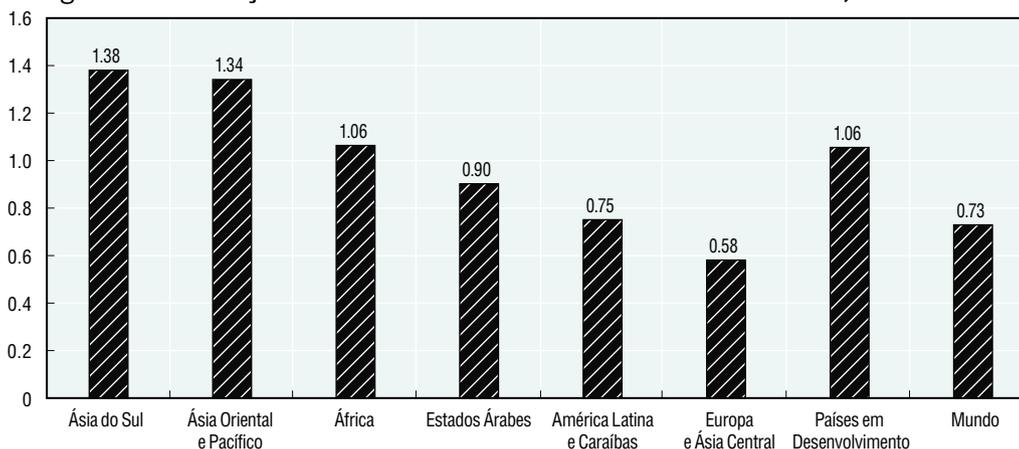
Os países africanos realizaram avanços sólidos na educação, saúde e condições de vida. No entanto, o ritmo do progresso em termos de desenvolvimento humano varia consoante os países e as sub-regiões, sendo insuficiente para atingir as metas da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. O progresso nesta área é dificultado por diversos fatores: a desigualdade enfraquece o impacto do crescimento na redução da pobreza; a transformação estrutural insuficiente restringe as oportunidades de trabalho e os fracos avanços na igualdade de género prejudicam o desenvolvimento empresarial e de competências. Assegurar o progresso humano para populações jovens, em rápido crescimento e com mobilidade crescente, continua a ser um desafio considerável para todos os países africanos. O trabalho é uma peça fundamental para garantir que os padrões atuais de urbanização em África gerem benefícios para toda a população. As políticas de resposta ao aumento da exclusão, à pobreza urbana e à desigualdade são essenciais para realizar os objetivos da Agenda 2030 e da Agenda 2063, com vista a um desenvolvimento humano inclusivo em assentamentos e cidades sustentáveis. Estas políticas devem dar resposta às tensões existentes entre grupos sociais, resultantes da exclusão económica, política e social, por meio do fornecimento de meios de subsistência seguros, de serviços sociais de qualidade, de uma melhoria da segurança, do investimento do setor privado, da promoção dos direitos humanos e de um sistema de proteção social a preços acessíveis.

O desenvolvimento humano em África registou grandes melhorias, mas continua a ser desigual

O desenvolvimento humano em África deve ser apoiado e acelerado

Em África, as dimensões essenciais do desenvolvimento humano estão a progredir a um ritmo similar ao do conjunto dos países em desenvolvimento. Em termos da variação anual do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em percentagem, o continente africano situa-se em terceiro lugar, abaixo da Ásia Oriental e da Ásia do Sul (Figura 4.1). O Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD é um indicador agregado de três dimensões-chave do desenvolvimento humano: saúde, educação e rendimento. Concretamente, o IDH mede a capacidade de viver uma vida longa e saudável, de adquirir conhecimento e de ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno.

Figura 4.1. Variação anual média do desenvolvimento humano, 1990-2014

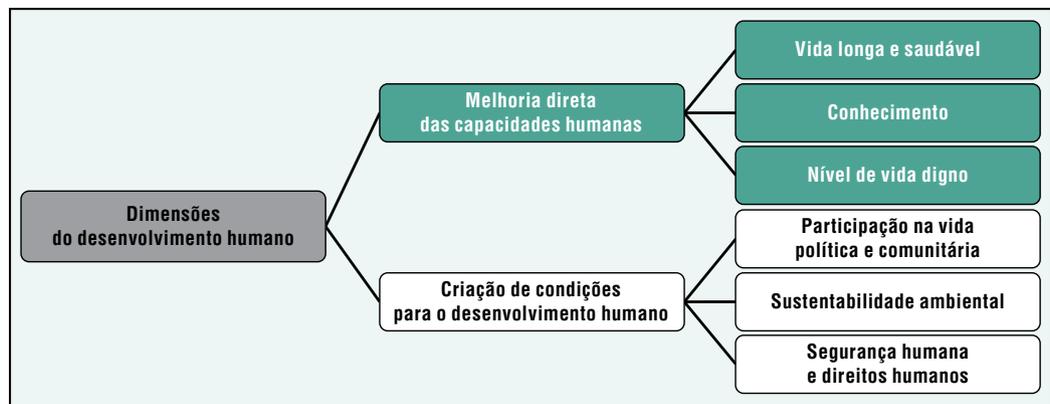


Fonte: PNUD (2015a).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391451>

O desenvolvimento humano vai para além da acumulação de riqueza. Incorpora um processo de alargamento das escolhas das pessoas, para viverem as suas vidas de uma forma equitativa, participativa, produtiva e sustentável. Estas escolhas são criadas através da expansão e funcionamento das capacidades humanas (PNUD, 1999). O desenvolvimento humano engloba, assim, um conjunto de elementos adicionais que incluem o respeito a si próprio, os direitos humanos, o sentido de comunidade, as oportunidades para a criatividade e a produtividade, bem como a liberdade política, social, económica e cultural. O desenvolvimento humano requer que os governos e os cidadãos construam um ambiente favorável para a participação na vida política e comunitária, a sustentabilidade ambiental, a segurança humana e os direitos humanos, bem como oportunidades e resultados mais igualitários para mulheres e homens (Figura 4.2)

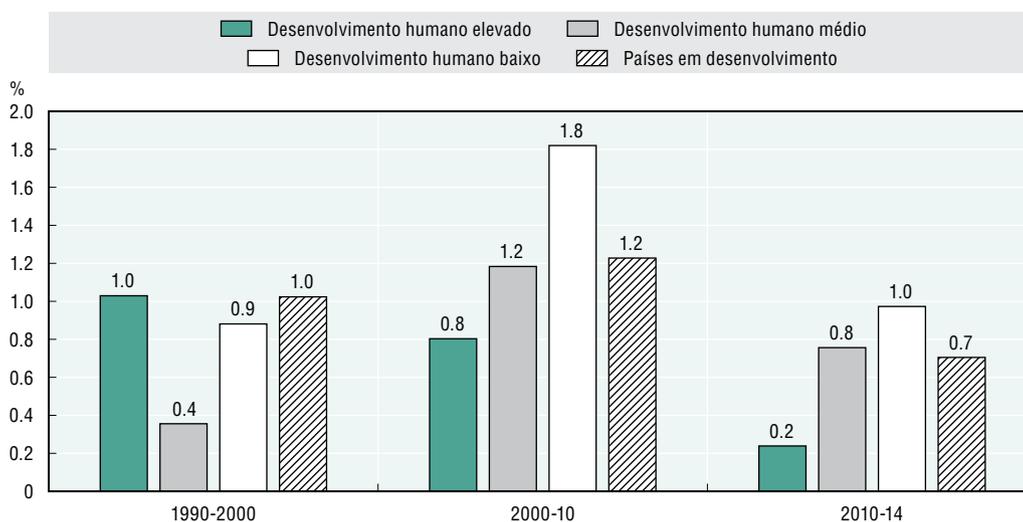
Figura 4.2. Dimensões do desenvolvimento humano



Fonte: PNUD (2015b).

Com o tempo, a disparidade entre os níveis de desenvolvimento humano dos países africanos está a diminuir. Com efeito, o progresso dos países africanos com piores condições em termos de rendimento, saúde e educação¹ tem sido mais rápido do que a média do conjunto de todos os países em desenvolvimento (Figura 4.3). No entanto, a taxa de progresso em termos de desenvolvimento humano para o conjunto dos países africanos tem abrandado nos últimos anos, contrastando com as altas taxas de crescimento entre 2000 e 2010. Esta queda é sinal da desaceleração do crescimento dos rendimentos per capita, comparativamente com as melhorias verificadas na educação e saúde. Este abrandamento é motivo de preocupação, uma vez que a maioria dos países africanos ainda se situa na categoria de desenvolvimento humano baixo.

Figura 4.3. Evolução do desenvolvimento humano em África, por categoria, 1990-2014



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do PNUD (2015a).
 StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391471>

No que diz respeito à variação regional, o Norte de África tem a maior proporção de países com desenvolvimento humano médio e elevado (Tabela 4.1). Na África Austral e na África Central verifica-se uma mistura de países de desenvolvimento humano médio e baixo. No entanto, na África Oriental e na África Ocidental, a maioria dos países situam-se na categoria de desenvolvimento humano baixo, com poucas exceções. Assim, o enfoque principal deve continuar a ser o aceleração e sustentação do progresso, particularmente nos países de desenvolvimento humano baixo.

Tabela 4.1. Países africanos por nível de desenvolvimento humano

Região	Desenvolvimento Humano baixo (inferior a 0.550)	Desenvolvimento humano médio (0.550-0.699)	Desenvolvimento Humano elevado (0.700-0.799)
Central	Camarões República Centro-Africana Chade	República Democrática do Congo Madagáscar	Congo Guiné Equatorial Gabão
Oriental	Burundi Comores Djibouti Eritreia Etiópia	Quênia Ruanda Sudão do Sul Sudão Tanzânia	Seychelles
Norte	Mauritânia	Egito Marrocos	Argélia Líbia Tunísia
Austral	Angola Lesoto Malawi	Moçambique Suazilândia Zimbábue	Botswana Namíbia São Tomé e Príncipe África do Sul Zâmbia
Ocidental	Benim Burkina Faso Côte d'Ivoire Gâmbia Guiné Guiné-Bissau Libéria	Mali Níger Nigéria Senegal Serra Leoa Togo	Cabo Verde Gana
			Maurícias

Fonte: PNUD (2015a).

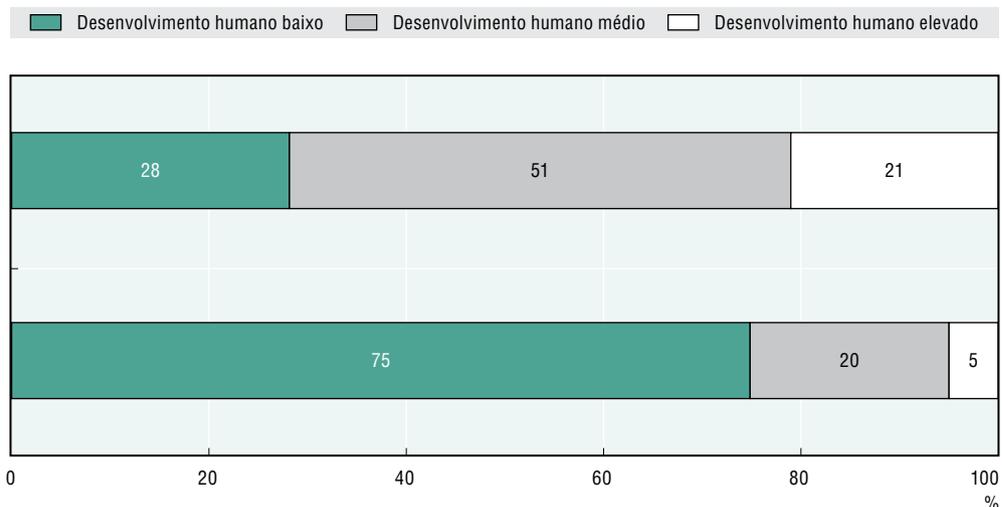
A população jovem africana é afetada pelo risco de um desenvolvimento humano lento

África confronta-se, ainda, com um défice significativo no que respeita às capacidades e escolhas das pessoas, com implicações para a sua população jovem. Três em cada quatro africanos residem num país com fracas bases de desenvolvimento humano, enquanto, em termos mundiais, um em cada cinco indivíduos vive num país de desenvolvimento humano baixo (PNUD, 2015a). África é um continente de população jovem, com 50% da população abaixo dos 18.5 anos e 19% da população entre 15 e 24 anos de idade (UN DESA, 2015). Este défice tem, portanto, enormes implicações para o desenvolvimento e o crescimento inclusivo a curto e a longo prazo.

É provável que o número de africanos a viver com baixas condições de desenvolvimento humano diminua ao longo do tempo. Em 2015, 36 países africanos integravam a classificação de desenvolvimento humano baixo e 17 situavam-se em patamares de desenvolvimento médio a elevado. A manter-se a atual trajetória dos países africanos, o número de países de desenvolvimento humano baixo deverá cair para 22, em 2030, e para cinco países, em 2063 (PNUD, no prelo).

No entanto, se houver uma continuação do atual ritmo de progresso humano, as metas globais e continentais de redução da pobreza não serão atingidas em todos os países. Em 2015, cerca de 879 milhões de africanos viviam em países de desenvolvimento humano baixo e 295 milhões em países de desenvolvimento humano médio ou elevado (Figura 4.4). As recentes previsões populacionais para os países africanos apontam para uma diminuição do número de pessoas em países de desenvolvimento baixo para 456 milhões, em 2030 (PNUD, no prelo). Estes números indicam, porém, que os objetivos ambiciosos definidos pela Agenda 2030 e pela Agenda 2063 para a erradicação da pobreza – até 2030 e até 2063, respetivamente – não serão atingidos.

Figura 4.4. Proporção da população em África por nível de desenvolvimento humano, 2015 e 2030



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do PNUD (2015a) e UN DESA (2015).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391481>

O alargamento das capacidades e das escolhas das pessoas que vivem em países de desenvolvimento baixo teria um impacto positivo na população jovem em África. Atualmente, a maioria dos jovens africanos vive em situação de pobreza e começa a trabalhar muito cedo, em vez que prosseguir os estudos. Em África, proporção de jovens entre os 15 e os 17 anos que trabalha e não estão sendo escolarizados pode chegar aos 17%, comparativamente com 15% na região Ásia-Pacífico e com apenas 2.2% na Europa

de Leste e na Ásia Central (OIT, 2015). Os jovens entre 15 e 24 anos que estão a trabalhar, incluindo os das áreas urbanas, têm maiores probabilidades de viver na pobreza. Mundialmente, dois terços dos jovens podem ser classificados como “trabalhadores pobres”, enquanto na África subsariana nove em cada dez jovens trabalhadores estão em situação de pobreza ou próximo da pobreza (OIT, 2015). A maior percentagem de trabalhadores jovens pobres situa-se na Ásia do Sul (94%), seguida da África subsariana (93%) e do Sudeste Asiático e Pacífico (67%). O Norte de África apresenta a proporção mais baixa, com 59% dos jovens definidos como pobres ou quase pobres, enquanto no Médio Oriente essa percentagem é de 40% e na Ásia Oriental de 35%.

A região da América Latina e Caraíbas, por um lado, e a Europa Central e Sudeste, por outro, apresentam as taxas de pobreza jovem mais baixas, com respetivamente 22% e 21%. Estas taxas refletem provavelmente uma maior percentagem, nestas regiões, de jovens que são estudantes e não estão no mercado de trabalho. Espera-se que os esforços atuais dos governos e das instituições regionais africanas para promover uma integração regional e uma industrialização mais rápidas, que se valham de investimentos nas infraestruturas, nas competências e na segurança alimentar, possam melhorar a trajetória de África.

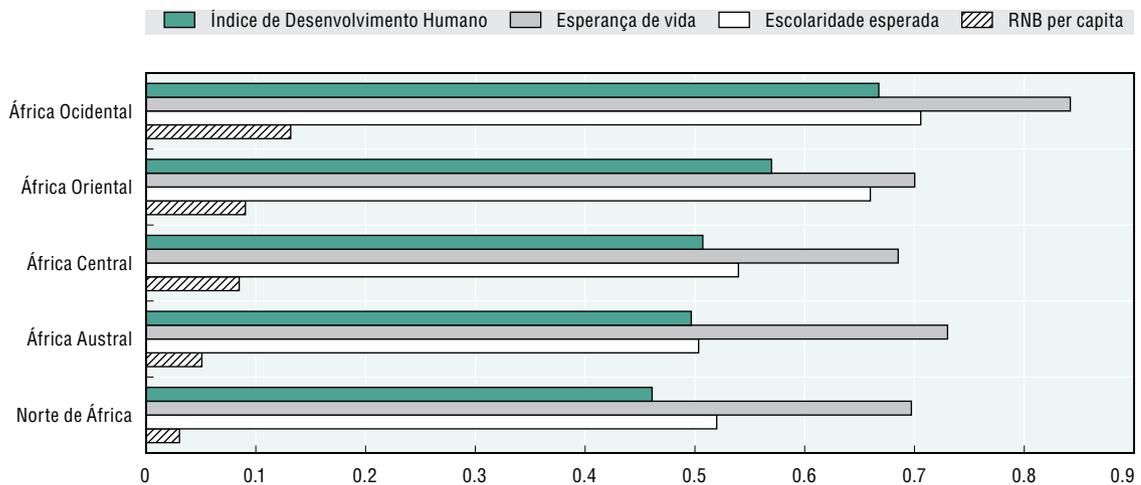
Condições pouco propícias ao desenvolvimento humano originam variações regionais

A melhoria das condições de vida é fundamental para acelerar o desenvolvimento humano em África. Foram dados passos significativos para aumentar a esperança de vida, através de esforços concertados para reduzir a mortalidade materna e infantil; para melhorar a segurança alimentar e a nutrição; para impedir as mortes por HIV-SIDA e disponibilizar medicamento antirretrovirais; e para reduzir os conflitos. Verificaram-se também avanços consideráveis no ensino, como se demonstra pelo aumento dos anos esperados de escolaridade. No entanto, continua a ser um grande desafio proporcionar uma educação de qualidade a todos aqueles que irão fornecer as competências exigidas pelo mercado de trabalho, o qual está em rápida mutação.

Registam-se variações regionais consideráveis na evolução do desenvolvimento humano, com o Norte de África e a África Austral a apresentarem os níveis mais elevados. Isto resulta de mais anos de escolaridade e de rendimentos mais elevados, bem como de programas sociais que apoiam os esforços de desenvolvimento humano nos países de desenvolvimento médio e alto, nestas regiões. A duração prevista da escolaridade no Norte de África e na África Austral, por exemplo, é de 12 anos. Este número ultrapassa a média africana, de 10 anos, mas fica aquém do máximo de 18 anos, que é o equivalente a um mestrado. Por outro lado, o Norte de África atingiu uma esperança média de vida de 72 anos, o que é similar à esperança média de vida dos países em desenvolvimento no mundo. A esperança média de vida na África Oriental é de apenas 62 anos, enquanto na África Austral e Ocidental varia entre 58 e 60 anos.

No entanto, o nível de vida em todas as regiões, medido pelo Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita, continua a ser insuficiente. Em média, um cidadão do mundo recebe anualmente 14 301 USD, a preços em paridade do poder de compra de 2011, enquanto um habitante do Norte de África recebe apenas 9 900 USD, da África Austral 6 800 USD e da África Central 6 400 USD. Os cidadãos da África Oriental e da África Ocidental ficam mais aquém, com um RNB per capita médio de apenas 3 800 USD e 2 300 USD, respetivamente (UNDP, 2015a). O IDH e os outros subcomponentes (esperança de vida e anos esperados de escolaridade) também diferem entre as regiões (Figura 4.5).

Figura 4.5. Componentes e Índice de Desenvolvimento Humano em África, por região



Nota: Valores da esperança média de vida, anos de escolaridade e RNB per capita, em comparação com valores de referência (85 anos de esperança de vida, 18 anos de escolaridade e RNB per capita de 75000 USD).

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do PNUD (2015a).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391492>

A persistência de um desenvolvimento humano baixo está fortemente ligada a uma taxa de crescimento populacional relativamente alta nos países que integram essa classificação. Um grande crescimento populacional atenua o impacto positivo do crescimento económico e do progresso social no desenvolvimento humano. Os países de desenvolvimento humano baixo têm as taxas de fertilidade mais altas, assim como o dobro do crescimento populacional médio do registado nos países de desenvolvimento médio e elevado. A taxa anual média de crescimento populacional nos países de desenvolvimento humano baixo é de 2,6%, enquanto nos países de desenvolvimento médio chega aos 1,9% e nos países de desenvolvimento elevado não passa de 1% (PNUD, 2015a). Nove dos dez países com as maiores taxas totais de fertilidade situam-se em África (UN DESA, 2015).

O crescimento populacional elevado gera grande dependência e adia o dividendo demográfico. Uma fertilidade elevada significa que o fardo suportado pela população em idade ativa, para apoio aos idosos e jovens, não deverá diminuir rapidamente. Em África, as crianças até 15 anos constituem 41% da população (UN DESA, 2015). A elevada dependência reduz o potencial dividendo demográfico para o número crescente de jovens que entram no mercado de trabalho; dividendo este normalmente caracterizado por níveis crescentes de produtividade nacional e de diversificação das economias. Isto acontece porque a dependência desvia tempo, recursos e investimentos das atividades produtivas para atividades ligadas aos cuidados e consumo das famílias, o que abranda o ritmo da diversificação económica e do desenvolvimento humano. São necessárias respostas políticas e ações determinadas para responder ao crescimento populacional e para criar oportunidades de emprego produtivo, de forma a aproveitar o aumento da população jovem e utilizar este dividendo demográfico em prol do desenvolvimento de África.

O continente africano enfrenta grandes obstáculos à criação de condições favoráveis ao desenvolvimento humano, quer no que respeita a uma efetiva participação pública na governação, quer a uma não-concretização dos direitos. O Índice Ibrahim da Governação em África (IIGA, 2015a) demonstra que a participação continua a ser uma das áreas com pior pontuação, na maioria dos países africanos. Isto é particularmente evidente no

indicador sobre “direitos políticos”, que mede o grau em que os cidadãos são livres de “participarem no processo político, nomeadamente o direito de votarem livremente e de forma diversa em eleições legítimas, de concorrerem a cargos públicos, de participarem em organizações e partidos políticos e de elegerem representantes responsáveis” (IIGA, 2015b).

Outro fator que propicia o desenvolvimento humano é a sustentabilidade ambiental. No entanto, continuam a existir ameaças ambientais significativas na região, que se refletem no desenvolvimento humano, nomeadamente a utilização pouco sustentável dos grandes recursos naturais do continente, que são uma pedra basilar do crescimento económico em África. Os peritos africanos elegeram a utilização sustentável das terras, a biodiversidade e tratamento de resíduos, bem como uma resposta efetiva aos desastres naturais e às alterações climáticas como áreas essenciais do desenvolvimento sustentável em África. (PNUA, 2015).

Outra das ameaças é a persistente disparidade de género, presente nas oportunidades económicas, no desenvolvimento humano, nas leis e nas instituições. O enfraquecimento da legislação sobre a violência contra as mulheres ensombra o impacto positivo dos progressos verificados na educação, no mercado de trabalho, no poder político e judicial. Estes efeitos são demonstrados pelo Índice da Igualdade de Género em África (BAD, 2015) e pelo Subíndice de Género do Índice Mo Ibrahim da Governação em África (IIGA, 2015b). Os progressos e disparidades no âmbito da igualdade de género são apresentados na Tabela 26 do Anexo Estatístico deste relatório, com dados do Banco Africano de Desenvolvimento, da OCDE e do PNUD.

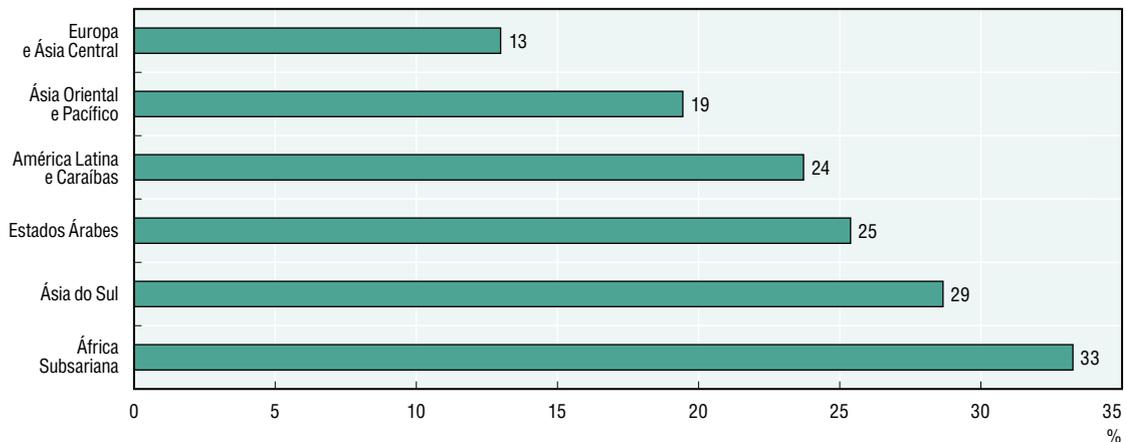
A desigualdade ameaça o desenvolvimento a longo prazo

O progresso de África em termos de desenvolvimento humano é dificultado pela desigualdade na distribuição das oportunidades e dos resultados no seio dos países. Este fator reduz o impacto das intervenções que pretendem promover o desenvolvimento humano. Todas as regiões do mundo apresentam uma queda dos valores de desenvolvimento humano, quando é tomada em consideração a desigualdade na distribuição de rendimento, na saúde e na educação pela população de cada país. Esta disparidade – entre um valor de desenvolvimento humano e um valor ajustado de desenvolvimento humano – pode ser denominada de perda global no desenvolvimento humano originada pela desigualdade.

Os países africanos registam a maior disparidade de desenvolvimento humano devido à desigualdade, seguidos da Ásia do Sul, dos Estados Árabes e da América Latina (Figura 4.6). As menores disparidades são verificadas na Ásia Oriental e Pacífico, na Europa de Leste e na Ásia Central. Estas regiões apresentam baixos níveis de desigualdade no âmbito dos indicadores de educação e de saúde. Assim, a redução das desigualdades é um elemento crucial para os países africanos na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente dos dois objetivos dedicados à desigualdade: ODS 5 (igualdade de género) e ODS 10 (reduzir as desigualdades dentro e entre países).

Os países africanos de desenvolvimento humano mais elevado têm um menor fosso de desigualdade. Por exemplo, Cabo Verde e as Maurícias – países de desenvolvimento humano médio e elevado, respetivamente – registam os níveis mais baixos de desigualdade no desenvolvimento humano. A República Centro-Africana, o Chade, as Comores, a Guiné-Bissau e a Serra Leoa – todos países de desenvolvimento humano baixo – apresentam níveis elevados de desigualdade relativamente ao desenvolvimento humano.

Figura 4.6. Perdas no desenvolvimento humano originadas pela desigualdade, por região

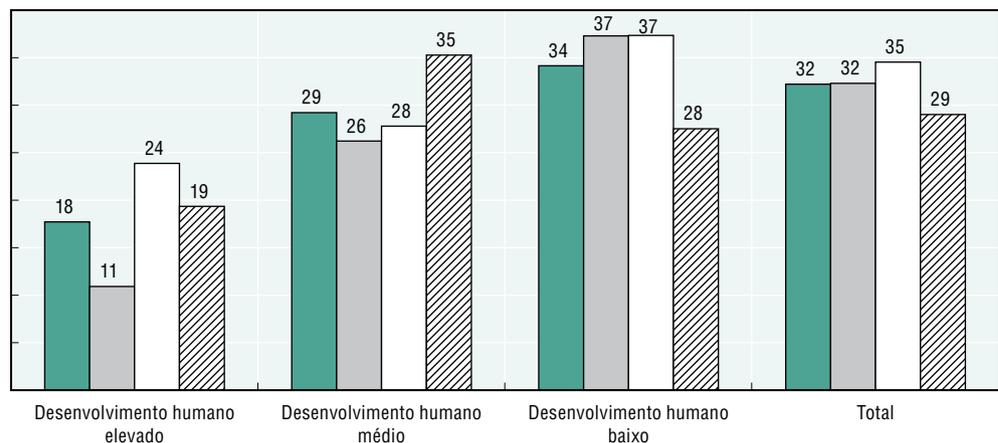


Fonte: PNUD (2015a).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391500>

No entanto, a importância relativa da desigualdade em cada dimensão do desenvolvimento humano é variável entre os países de desenvolvimento baixo, médio ou elevado (Figura 4.7). Nos países de desenvolvimento humano baixo, a desigualdade é maior na educação e na saúde do que nos rendimentos. Nos países de desenvolvimento médio, as maiores disparidades estão no rendimento, comparativamente à saúde e à educação. Já nos países de desenvolvimento humano elevado, as desigualdades são maiores na educação do que no rendimento, e menores na saúde.

Figura 4.7. Desigualdades nas dimensões do desenvolvimento humano em África, por categorias



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do PNUD (2015a).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391518>

A desigualdade de rendimentos tem implicações imediatas e de longo prazo no desenvolvimento humano. Essa, tem um impacto decisivo no crescimento económico, nas oportunidades e capacidades humanas, bem como na transferência da pobreza e do fraco desenvolvimento humano ao longo de gerações. Melamed e Samman (2013) fazem uma análise abrangente da relação entre desigualdade de rendimentos e crescimento. Salientam, em particular, o consenso sobre o impacto negativo que a desigualdade de rendimentos tem na redução da pobreza, em todos os níveis de crescimento. Entre 1981

e 2015, por exemplo, o crescimento económico permitiu retirar da pobreza milhões de pessoas. No entanto, o aumento da desigualdade de rendimentos reteve aproximadamente 600 milhões de pessoas numa situação de pobreza (Hillebrand, 2009: 7).

Na ausência de mecanismos efetivos de distribuição, a desigualdade de rendimentos contribui também para resultados desiguais na educação e na saúde. Existem evidências de que uma maior desigualdade de rendimento contribui para um crescimento menor, uma vez que os agregados familiares com menores rendimentos têm menores possibilidades de ter vidas saudáveis ou de aceder à educação (Dabla-Norris et al., 2015). Esta variação nos indicadores da saúde e da educação pode derivar de uma disparidade no acesso individual aos recursos económicos, bem como de uma desigualdade na afetação de recursos conforme a localização geográfica, o sexo ou o grupo social.

As desigualdades na educação e na saúde tornam-se num obstáculo de longo prazo ao progresso humano. O impacto negativo dessas estende-se à desigualdade de acesso ao emprego, a salários dignos, ao empreendedorismo e a oportunidades de participarem nos processos de decisão político. Tudo isto contribui para uma transferência do baixo desenvolvimento humano entre gerações, que dilui o impacto da transformação e crescimento económicos na redução da pobreza, promovendo um ciclo contínuo de pobreza e exclusão social.

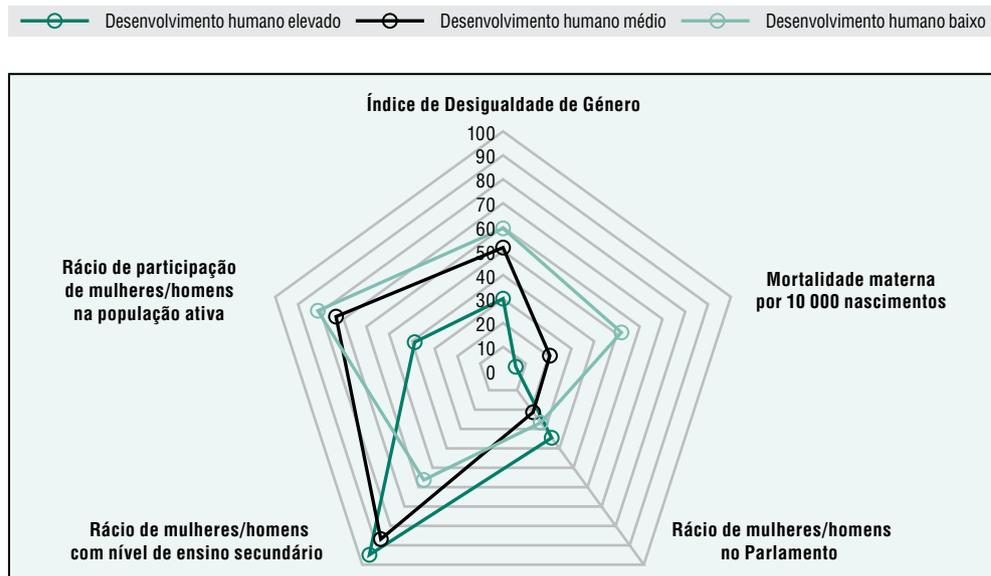
A desigualdade de género abranda o desenvolvimento humano e impede a transformação estrutural

Na maioria dos países africanos, a desigualdade de género continua a ser uma barreira ao desenvolvimento. De acordo com o Índice de Desigualdade de Género, que analisa a desigualdade de género nas áreas da saúde, educação, representação política e mercado de trabalho, os países de desenvolvimento humano baixo registam os maiores níveis globais de desigualdade de género² (Figura 4.8). Uma análise desta pontuação agregada revela que a maioria dos países africanos, em todos os níveis de desenvolvimento humano, apresenta ainda baixos níveis de representação política das mulheres e que existem variações consideráveis na participação no mercado de trabalho, na saúde e na educação.

Muitos países africanos registam níveis baixos de participação feminina nas lideranças, embora com grandes diferenças entre países. A representação das mulheres na câmara baixa do parlamento do Ruanda chega a 60% do total (39% na câmara alta), mas é de apenas 3% nas Comores. No geral, a representação feminina nos parlamentos está acima dos 30% em apenas 14 países africanos (UIP, 2015). A redução desta disparidade de género pode, potencialmente, tornar as sociedades africanas mais dinâmicas e as suas instituições mais resilientes e com maior capacidade de resposta. Os países com maior representação das mulheres no parlamento, em particular, demonstram mais atenção com reformas em áreas como as leis das terras de família ou os direitos fundiários, bem como uma aceitação pública maior relativamente a mulheres que assumem a liderança política (BAD, 2015).

A desigualdade de género no mercado de trabalho origina uma perda de benefícios para as pessoas, para as famílias e para a sociedade. Nos países de desenvolvimento humano elevado e outros do Norte de África, a participação das mulheres no mercado de trabalho é baixa – apenas 15% a 44% das mulheres em idade ativa têm trabalho – se compararmos com os 65.4% registados na África subsariana. Isto tem grandes implicações económicas, estimando-se que as perdas económicas anuais devido à disparidade de género no mercado de trabalho atinjam 60 mil milhões de USD, em África (Bandara, 2015).

Figura 4.8. Componentes e Índice de Desigualdade de Género em África, por categorias



Nota: O Índice de Instituições Sociais e Género (IISG) da OCDE mede as disparidades de género nas instituições sociais relacionadas com a discriminação no seio da família, as restrições à integridade física, a discriminação das filhas em relação aos filhos, as limitações de recursos e bens e a limitação de liberdades civis. Valores mais elevados de IISG indicam maior desigualdade.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do Índice de Instituições Sociais e Género (OCDE, 2014).
 StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391529>

Para as mulheres economicamente ativas, baixos níveis de educação, condições de trabalho insuficientes e baixos salários são dificuldades adicionais a um retorno justo do trabalho. As recentes estatísticas para o período entre 2007 e 2011 demonstram que o rácio de alfabetização entre mulheres e homens é de apenas 76 na África subsariana, comparativamente a uma média mundial de 90 (UNSD, 2016). As previsões indicam que 74% da mão-de obra feminina em África tem emprego no setor informal e no setor agrícola de baixa produtividade, em comparação com 61% da mão-de-obra masculina (OIT, 2013). As mulheres com trabalhos precários ou na economia informal tendem a ter más condições de trabalho, um acesso restrito à segurança social e ao direito de representação, para além de auferirem salários mais baixos do que outros trabalhadores (Vanek et al., 2014).

As desigualdades existentes no trabalho e nos cuidados domésticos impedem muitas mulheres de investirem tempo com a educação e com o trabalho remunerado. Os inquéritos existentes sobre o uso do tempo demonstram que as mulheres são normalmente responsáveis pela maior parte do trabalho não remunerado, como realizar as tarefas domésticas e cuidar das crianças ou dos familiares idosos. Com efeito, as mulheres afirmam realizar quatro vezes mais trabalhos domésticos não-remunerados do que os homens em países como a Etiópia, Madagáscar e Maurícias, e três vezes mais em países como o Benim, o Gana, o Ruanda, a África do Sul e a Tanzânia (UN Women, 2015).

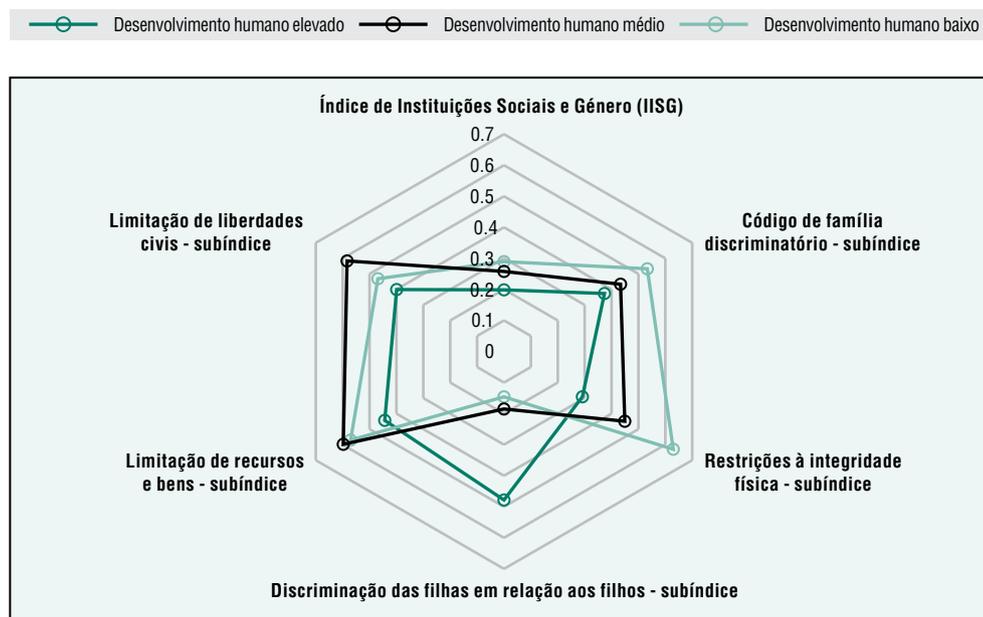
As insuficiências na saúde materna resultantes dos casamentos precoces, as altas taxas de maternidade na adolescência e o fraco acesso à saúde reprodutiva retiram às mulheres a possibilidade de ter vidas longas, saudáveis e produtivas. Em 42 dos 53 países africanos para os quais existem dados disponíveis, morrem mais mulheres no parto do que o número médio na totalidade dos países em desenvolvimento. Verificam-se entre 240 a 1 100 mortes de mulheres africanas por cada 100 000 nascimentos, enquanto a média total dos países em desenvolvimento é de 225 mortes (UNSD, 2016). Dos 10 países com maior taxa de casamento precoce das meninas, 7 são em África (UNICEF, 2014). Para além disso, África regista o dobro do número de partos de mães adolescentes do que os países em desenvolvimento no seu conjunto (UN DESA, 2015).

As despesas no setor da saúde são insuficientes e restringem o acesso a serviços de saúde reprodutiva. Os países africanos de desenvolvimento humano baixo gastam apenas 134 USD per capita no setor da saúde, enquanto os países de desenvolvimento médio despendem 561 USD e os países de desenvolvimento humano elevado desembolsam 827 USD (Banco Mundial, 2016). Assim, estima-se que as necessidades não atendidas de planeamento familiar sejam de 23.2% nos países africanos – contrastando com uma média global de 12.8% para o total dos países em desenvolvimento –, o que resulta de constrangimentos do lado da oferta e da procura (Alkema et al., 2013).

A persistência da desigualdade de género deriva de instituições sociais, estruturas de poder, tradições e normas socioculturais discriminatórias. As instituições sociais discriminatórias englobam as leis formais e informais, as normas e as práticas sociais que restringem ou excluem as mulheres e que, conseqüentemente, limitam o acesso aos direitos, à justiça, à propriedade da terra, bem como o acesso a recursos e a oportunidades de empoderamento. Estas instituições discriminatórias contribuem para a reprodução das desigualdades e para que os indicadores de desenvolvimento entre homens e mulheres continuem díspares (OCDE, 2014).

As pesquisas confirmam os benefícios de promover os direitos das mulheres e de expandir as suas capacidades, por meio do seu empoderamento e da igualdade de acesso a bens produtivos, aos mercados e à justiça. Estes benefícios têm impacto em todas as pessoas, nas comunidades e na sociedade, incluindo uma melhoria da segurança alimentar (PNUD, 2012). Os países com maior incidência de instituições sociais discriminatórias também apresentam um mau desempenho no Índice de Desenvolvimento Humano (OCDE, 2014). Os esforços para mapear as disparidades de género nas instituições sociais, de acordo com a categoria de desenvolvimento humano, demonstram que os países de desenvolvimento humano baixo têm um fraco desempenho em todas as áreas de discriminação das instituições sociais (Figura 4.9).

Figura 4.9. Disparidade de género nas instituições sociais em África, por categoria de desenvolvimento humano



Nota: O Índice de Instituições Sociais e Género (IISG) da OCDE mede as disparidades de género nas instituições sociais relacionadas com a discriminação no seio da família, as restrições à integridade física, a discriminação das filhas em relação aos filhos, as limitações de recursos e bens e a limitação de liberdades civis. Valores mais elevados de IISG indicam maior desigualdade.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do Índice de Instituições Sociais e Género (OCDE, 2014).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391532>

Em países de desenvolvimento humano baixo, médio ou elevado, as mulheres continuam a enfrentar práticas sociais e institucionais discriminatórias que as impedem de gozar de seus direitos fundamentais e de progressos relativos ao desenvolvimento humano. Nos países de desenvolvimento humano baixo e médio, as mulheres são normalmente alvo de discriminação no que respeita ao acesso limitado a recursos e bens, o que afeta a sua capacidade de tomar decisões sobre os recursos naturais e económicos. As mulheres dos países de desenvolvimento baixo são as que sofrem mais discriminação no âmbito dos códigos de família e da integridade física. Estas práticas discriminatórias estão ligadas aos casamentos precoces, à autoridade parental e aos direitos sucessórios, que limitam o poder de decisão e o estatuto das mulheres na família, restringem o controlo das meninas e mulheres sobre o seu próprio corpo e promovem a violência contra as mulheres.

Nos países de desenvolvimento humano médio, as mulheres enfrentam níveis maiores de discriminação em termos de liberdades civis. As leis e práticas discriminatórias restringem o acesso das mulheres a espaços públicos, a sua voz na esfera política e a sua participação em todos os aspetos da vida pública. Nos países de desenvolvimento elevado, as mulheres enfrentam uma discriminação das filhas em relação aos filhos. A preferência das famílias por rapazes traduz-se em diferenças nos recursos afetados, nos cuidados e na educação de filhos e filhas.

As cidades sustentáveis e a transformação estrutural são prioridades para o desenvolvimento humano em África

A Agenda 2030 e a Agenda 2063 para África pretendem acelerar o desenvolvimento humano através de assentamentos humanos sustentáveis

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) destacaram as potencialidades da crescente urbanização para melhorar os níveis de vida. Reconheceram, também, os riscos para os grupos excluídos desta prosperidade crescente, particularmente os habitantes de bairros de lata. Os ODM pretendiam atingir “até 2020, uma melhoria significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de residentes em bairros de lata”. Muitos países africanos realizaram avanços significativos na melhoria do acesso aos serviços sociais, nomeadamente a água e saneamento nas cidades. No entanto, o desenvolvimento humano dos moradores em bairros de lata continua a encontrar dificuldades significativas, quer pela falta de serviços básicos como água potável de qualidade, saneamento adequado ou o fornecimento de energia, quer pela indefinição na posse das terras, habitações de fraca construção e sobrelotação. De acordo com a UN-Habitat, 61.7% dos africanos nas zonas urbanas da África subsariana vive em bairros de lata (UN-Habitat, 2013b). Esta percentagem é bastante superior aos 45% registados na Ásia do Sul, a segunda maior proporção de bairros de lata no mundo (UNECA et al., 2015).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 destacam a importância da igualdade e dos direitos nos aglomerados populacionais. A Agenda 2030 afirma que a existência de cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis é fundamental para progredir no desenvolvimento humano e na transformação estrutural. O Objetivo 11 afirma a necessidade de garantir os direitos humanos para as pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos. Identifica, igualmente, um conjunto de capacidades humanas essenciais para o progresso, como a educação, a saúde, a sustentabilidade ambiental, a participação na vida política e comunitária e a igualdade de género.

Estes compromissos globais para promover a resiliência das cidades e dos assentamentos urbanos pretendem salvaguardar os benefícios sociais resultantes do investimento de capital em infraestruturas urbanas. Para a sua implementação

em África, é crucial garantir um investimento equilibrado nos assentamentos rurais e urbanos, promover interligações e eliminar o favorecimento das zonas urbanas ou rurais.

A Agenda 2063 para África pretende acelerar a transformação económica e social, transitando de economias baseadas nos recursos naturais, onde a maioria da população trabalha no setor agrícola, para economias mais diversificadas. A mão-de-obra transitará de setores com baixa produtividade, como a agricultura e o setor informal, para setores mais produtivos, como a indústria e os serviços. Esta transformação económica será acompanhada de uma transformação social, com uma esperada queda das taxas de natalidade e de dependência, em resultado da migração das zonas rurais para as zonas urbanas (Timmer et al., 2012).

As cidades e outros assentamentos humanos desempenham um papel central nos objetivos da Agenda 2063. Esta engloba objetivos ligados ao desenvolvimento inclusivo e sustentável, à integração, unidade e renascimento do continente. A visão da Agenda 2063 consiste em desenvolver cidades e outros aglomerados populacionais como polos de alargamento do acesso aos serviços sociais e de melhores condições de vida, criando simultaneamente uma rede de cidades interligadas. Assim, a Agenda 2063 dá prioridade a investimentos fundamentais nas infraestruturas económicas e sociais necessárias para acelerar a transformação estrutural.

Os principais intervenientes na implementação dos objetivos da Agenda 2063 para os assentamentos humanos devem, portanto, ter em consideração alguns elementos-chave da Agenda 2030 sobre a distribuição dos benefícios pelas populações e sobre a sua participação no planeamento e governação das cidades.

Os assentamentos sustentáveis darão prioridade ao trabalho digno para os jovens e para as mulheres

As cidades em expansão assumem-se como centros do emprego presente e futuro, embora a natureza do trabalho seja cada vez mais de tecnologia intensiva. O trabalho é fonte de rendimento e de meios de subsistência, pelo que constitui uma parte integrante do desenvolvimento humano. O trabalho pode promover o desenvolvimento humano através do seu contributo para reduzir as desigualdades, garantir meios de subsistência e empoderar as pessoas. No entanto, a globalização e o progresso tecnológico estão a mudar o mundo do trabalho. A revolução digital influenciou a produtividade e as oportunidades de trabalho em África, as quais requerem, cada vez mais, o acesso a telemóveis e a serviços de internet (PNUD, 2015). Isto verifica-se tanto nas indústrias de alta tecnologia e no setor dos serviços, como em atividades informais que são facilitadas pelos telefones e serviços móveis.

O acesso mais equitativo a oportunidades económicas, resultante das alterações no mundo do trabalho, pode gerar maiores oportunidades para a população africana, jovem e em crescimento. O acesso desigual aos serviços digitais, especialmente no caso das mulheres, dos jovens e dos bairros informais, está a criar entraves no mundo do trabalho, que têm um impacto no desenvolvimento humano atual e futuro. Estima-se que apenas 19.3% da população da África subsariana utilize a Internet, registando-se diferenças entre mulheres e homens, bem como entre zonas rurais e urbanas. Se África tivesse um acesso à Internet equivalente ao dos países desenvolvidos, poderiam ser criados 44 milhões de novos postos de trabalho, o que constituiria um incentivo para os jovens e para os desempregados (Deloitte, 2014). Os países africanos continuam a dar prioridade ao desenvolvimento de infraestruturas, pelo que as questões distributivas devem ser abordadas desde início, para evitar que as desigualdades de acesso não perpetuem as desigualdades já existentes.

Os entraves ao emprego são agravados pelas fracas qualificações, particularmente entre os jovens, o que é um desafio à criação de oportunidades de trabalho na região, atualmente e no futuro. A existência de uma mão-de-obra saudável e qualificada é essencial para a produtividade e para o crescimento económico. No entanto, a população jovem da África subsariana apresenta as taxas de alfabetização mais baixas de todas as regiões: apenas 62.7% nas mulheres e 74.7% nos homens (UNSD, 2016). Com a população a deslocar-se para as cidades e o trabalho a tornar-se mais técnico, é provável que este défice de competências impeça o acesso a novos empregos bem remunerados e empurre muitos para o trabalho informal e mal pago. Esta situação sublinha a interligação entre as disparidades nas competências de muitos africanos, por um lado, e a incapacidade de beneficiarem das oportunidades de trabalho que surgem nas cidades, por outro. As ações prioritárias devem focar-se não apenas na prestação de serviços e na melhoria das infraestruturas, mas também no empoderamento e na eliminação de entraves aos trabalhadores desfavorecidos, incluindo os jovens.

Cidades eficientes e equitativas precisam do envolvimento de todos os cidadãos

Os imperativos que se colocam às políticas para melhorar o acesso ao trabalho digno e a meios de subsistência nas cidades englobam: uma prestação de serviços eficaz e inclusiva, processos responsáveis de governação e uma expansão das infraestruturas com base numa abordagem de direitos humanos. A implementação de políticas em prol dos pobres e de políticas sensíveis à questão de género, com o objetivo de reduzir disparidades e promover o desenvolvimento humano, exige um compromisso reforçado com os princípios da boa governação. Entre os elementos importantes da governação inclusiva nas cidades estão a defesa do Estado de direito, a promoção dos direitos humanos e a existência de processos decisórios transparentes, participativos e responsáveis (Leete, 2008). Para além disso, a governação inclusiva requer um envolvimento ativo por parte dos pobres, mulheres, homens e jovens, para garantir a implementação de políticas a favor dos pobres e de políticas sensíveis à questão género, que possam reduzir as disparidades entre ricos e pobres.

O aumento do envolvimento dos cidadãos, particularmente das mulheres, contribui para cidades sustentáveis. Este envolvimento é fundamental para determinar uma afetação mais equitativa de recursos com vista à prestação de serviços acessíveis e de qualidade, de energia, água, saneamento e alojamento. Os programas e instrumentos de governação concebidos para promover a participação e empoderamento das mulheres têm como alvo diversos grupos de mulheres. Estes têm levado a um maior empoderamento dos cidadãos, maior responsabilização e a igualdade de género, bem como ao desenvolvimento de ambientes de vida dinâmicos e sustentáveis, com benefícios económicos e sociais equitativos em vilas e cidades sustentáveis (WomenWatch, 2012). No Peru, a descentralização e as novas leis sobre a proteção e participação dos cidadãos geraram um maior envolvimento das mulheres nos comités de monitorização e nos conselhos de coordenação locais (CCL), resultando numa afetação mais equitativa dos recursos (UN-Habitat, 2013a).

O rápido crescimento das zonas urbanas em África, num contexto de baixos níveis de desenvolvimento, tem limitado a capacidade da maioria dos governos para realizarem os investimentos em termos de infraestrutura física e do capital humano necessário para o aumento da produtividade, bem como de gerirem os impactos negativos e involuntários do crescimento urbano. Torna-se, assim, fundamental um enfoque na mobilização eficaz de recursos e na gestão dos recursos financeiros, humanos e técnicos. Para que o desenvolvimento humano nas cidades seja sustentável, os governos e os cidadãos devem melhorar a conceção e planeamento urbanístico, de forma a promoverem a eficiência dos recursos, aumentarem o acesso a energia e transportes sustentáveis, e melhorarem

o acesso à água, ao saneamento e a gestão dos resíduos (Mutizwa-Mangisa, 2012). A implementação destas reformas, fomentando simultaneamente a participação e inclusão, reduziria o número de residentes em bairros de lata e a pegada ecológica das cidades.

África pode também aprender com outras regiões, sobre o desenvolvimento humano em cidades sustentáveis. A Ásia e a América Latina (Mahbub ul Haq, 2014) demonstram que um maior nível de urbanização não produz necessariamente melhores resultados de desenvolvimento humano. Sendo assim, as cidades sustentáveis podem promover o desenvolvimento humano através da expansão das atividades económicas, da melhoria das oportunidades de emprego e do acesso a serviços básicos (ver Capítulo 7). No entanto, a inexistência de uma gestão adequada pode resultar em maiores privações, em exclusão e em desigualdades crescentes, prejudicando o desenvolvimento humano.

A urbanização sustentável deve responder à desigualdade e à exclusão

As tendências atuais da urbanização diminuem o ritmo do desenvolvimento humano

As atuais tendências da urbanização em África e a crescente mobilidade interna originam benefícios para o desenvolvimento humano, mas não para toda a população. A geração de benefícios alargados de desenvolvimento humano, em resultado da urbanização, depende das oportunidades de emprego e de meios de subsistência para os novos residentes, bem como de uma distribuição equitativa das infraestruturas e serviços básicos. Se a urbanização ocorre sem um aumento correspondente dos serviços e oportunidades económicas, as cidades daí resultantes serão caracterizadas por concentrações de pessoas relativamente mais ricas que adquirem serviços de baixo nível fornecidos por aqueles que migram às cidades; simultaneamente um aumento dos bairros de lata e de concentrações de serviços de infraestruturas básicos se verificará (Freire, Lall e Leipziger, 2014). Existe o risco de que o atual crescimento das cidades africanas possa resultar numa transferência da pobreza, das zonas rurais para as zonas urbanas, criando disparidades ainda maiores.

O impacto da urbanização no desenvolvimento é uma faca de dois gumes. A concentração da população contribui para o progresso humano, mas pode potencialmente gerar um aumento da desigualdade, exacerbando tensões latentes entre grupos sociais. No plano nacional, observa-se uma correlação forte entre as taxas de urbanização e os níveis de desenvolvimento humano. Nomeadamente, a percentagem da população urbana na população total nacional é de quase 60% nos países africanos de desenvolvimento humano elevado (Tabela 4.2), caindo para menos de 40% nos países com IDH baixo (UNSD, 2016). Esta constatação é similar aos dados mundiais de comparação entre países com IDH baixo e países com rendimentos e IDH elevados. As taxas de urbanização são muito mais altas em países de desenvolvimento humano elevado (62%), mas estão também em crescimento nos países de desenvolvimento humano baixo (35%).

Tabela 4.2. Urbanização por nível de desenvolvimento humano em África

Países africanos por nível de desenvolvimento humano	Proporção da população residente em zonas urbanas (%)		Crescimento urbano (%)
	2015	2030	
Desenvolvimento humano baixo	36.1	43.1	3.8
Desenvolvimento humano médio	57.5	63.7	2.6
Desenvolvimento humano elevado	58.4	62.6	9.7

Fonte: UNSD (2016).

Embora não se possa afirmar uma causalidade direta, existem canais económicos e sociais entre a urbanização crescente e o desenvolvimento humano. Estes canais incluem mais oportunidades económicas e de meios de subsistência, melhor prestação de serviços urbanos e infraestruturas para mais cidadãos, gerando uma melhoria dos indicadores de saúde, educação e rendimentos, se comparados com as zonas rurais. Historicamente, a urbanização está associada com a transformação económica e social, com maior mobilidade geográfica, fertilidade mais baixa, maior esperança de vida e envelhecimento da população. As cidades tornam-se motores de desenvolvimento e de redução da pobreza, tanto em zonas urbanas como rurais, quando contribuem para o aumento da atividade económica, da produtividade e do comércio, quando reforçam as interligações entre zonas rurais e urbanas e quando proporcionam mais oportunidades para a participação política.

A transição urbana contribui, frequentemente, para o agravamento das disparidades entre grupos sociais dentro das cidades, gerando conflitos e insegurança, principalmente derivados da exclusão social e política. Existem poucos dados disponíveis para determinar em que medida os diferenciais de rendimento entre ricos e pobres resultam num aumento da pobreza relativa nas cidades. No entanto, há evidências de que alguns dos países mais urbanizados – como a África do Sul, o Botswana, a República Centro-Africana e as Seychelles – registam também uma desigualdade de rendimentos elevada (Tabela 4.3). Em muitos casos, tem sido dada pouca atenção ao problema da pobreza urbana, existindo poucas intervenções centradas na redução da pobreza relativa, da exclusão e da desigualdade nas cidades. A UN-habitat refere-se a este enfoque desproporcionado na pobreza rural, em detrimento da pobreza urbana, como a “penalização urbana”. Há uma presunção de que “todos” os residentes em centros urbanos são mais ricos, mais formados e mais prósperos do que a população rural (UN-Habitat, 2007).

Tabela 4.3. Desigualdade e urbanização por nível de desenvolvimento humano em África

Países africanos por nível de desenvolvimento humano	Residentes urbanos em bairros de lata		Países com grandes populações urbanas (mais de 50%)	Países com mais de 60% da população urbana em bairros de lata	Desigualdade de rendimentos elevada
	%	Milhares			<i>Rácio de Palma e Coeficiente de Gini</i>
Desenvolvimento humano baixo	63%	173 555	Camarões, Côte d'Ivoire, Gâmbia, Guiné-Bissau, Libéria, Mauritânia	Burkina Faso, Chade, Comores, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Libéria, Madagáscar, Mauritânia, Moçambique, Níger, Serra Leoa, Somália, Sudão do Sul	República Centro-Africana, Comores, Lesoto
Desenvolvimento humano médio	41%	25 527	África do Sul, Botswana, Cabo Verde, Congo, Gabão, Gana, Marrocos, São Tomé e Príncipe	Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe	África do Sul, Botswana, Namíbia, Zâmbia
Desenvolvimento humano elevado	8%	593	Argélia, Líbia, Seychelles, Tunísia,		Seychelles

Notas: O rácio de Palma é a razão entre a proporção de rendimento auferida pelos 10% mais ricos da população, relativamente ao Rendimento Nacional Bruto (RNB), dividida pela parcela dos 40% mais pobres, com base no trabalho de Palma (2011). O coeficiente de Gini mede o desvio da distribuição de rendimentos entre indivíduos e agregados familiares num determinado país, relativamente a uma distribuição igualitária dos rendimentos. O valor 0 representa uma igualdade absoluta de rendimentos e o valor 100 uma desigualdade absoluta.

Fonte: UNSD (2016).

Muitos moradores em bairros de lata urbanos têm que enfrentar problemas de saúde, falta de educação, habitações de fraca qualidade, indefinição na posse das terras, e

acesso restrito e mais dispendioso a serviços públicos como água canalizada, instalações sanitárias ou recolha de lixo. Nos países de desenvolvimento humano baixo, três em cada cinco residentes nos centros urbanos vivem num bairro da lata; a proporção desce para dois em cada cinco nos países de desenvolvimento humano médio, e para menos de um em cada dez nos países de desenvolvimento humano elevado (UNSD, 2016). Vários estudos demonstram que a pneumonia, a diarreia, a malária, o sarampo e o HIV-SIDA – as cinco doenças que causam mais de metade das mortes infantis – são predominantes nos bairros de lata urbanos e são devidas às más condições de vida (UN-Habitat, 2007). Ademais, a insuficiente disponibilidade de serviços e a insegurança penalizam duplamente as mulheres e raparigas, que carregam o fardo dos cuidados domésticos. Quando o fornecimento da rede pública não é suficiente, as meninas e mulheres são normalmente responsáveis por ir buscar água, uma tarefa que pode lhes tomar horas de seus dias, reduzindo o tempo disponível para a educação, emprego, cuidado das crianças e descanso (WomenWatch, 2012).

A maior parte dos moradores em bairros de lata encontra-se em países de desenvolvimento humano baixo, os quais enfrentam grandes desafios para responder às necessidades dos novos habitantes, na medida em que esses países têm a maior proporção de residentes em bairros de lata sem acesso adequado a serviços económicos e sociais (Tabela 4.3). Simultaneamente, verificam-se grandes disparidades de rendimento nos países africanos em todos os níveis de desenvolvimento humano. Nos países de desenvolvimento humano médio e elevado (África do Sul, Botswana, Namíbia e Seychelles), o decil mais rico da população dispõe de cinco vezes mais rendimento do que os 40% mais pobres. Encontram-se igualmente grandes disparidades nos países de desenvolvimento humano baixo (Comores, Lesoto e República Centro-Africana).

Os jovens – homens e mulheres – que residem em zonas urbanas enfrentam riscos específicos de exclusão social e pobreza. A população jovem em África apresenta níveis muito diversos de educação e competências, tendo os jovens urbanos acesso a oportunidades que podem não estar acessíveis aos jovens rurais. No entanto, alguns estudos indicam que a maioria dos jovens urbanos em África são desfavorecidos e vivem em bairros informais (UN-Habitat, 2008). Os jovens residentes em bairros urbanos informais na África subsariana têm maiores probabilidades de ter filhos, serem casados ou gerirem um agregado familiar do que os jovens que não vivem em bairros de lata (Gupte, Lintelo e Barnett, 2014).

Estudos recentes revelam que as novas cidades em África estão, cada vez mais, direcionadas para servir aos grupos de rendimento mais alto, criando periferias com bairros de baixo rendimento. A UN-Habitat salienta que isto se deve, principalmente, a estratégias inadequadas de desenvolvimento urbano e à falta de capacidades de governação nas cidades secundárias, que estão a absorver o grosso da população urbana. Isto conduz a um favorecimento das elites urbanas na prestação de serviços (UN-Habitat, 2014).

São necessárias estratégias eficazes para combater a exclusão e a desigualdade

A análise de alguns países selecionados destaca as melhores práticas para construir um desenvolvimento humano inclusivo e equitativo num contexto de crescente mobilidade. Estas práticas foram encontradas em países com altas taxas de mobilidade, alguns com bons indicadores de desenvolvimento humano e outros com um desenvolvimento humano baixo. Os fatores que contribuem para um desenvolvimento humano baixo ou elevado em contexto de rápida urbanização são mapeados em função das oportunidades existentes para promover o desenvolvimento humano nesse processo de urbanização. Apesar de se verificarem avanços em ambas as áreas, continua a ser imperativo dar respostas à desigualdade social e de rendimentos nas cidades em crescimento, tanto em países de desenvolvimento baixo como elevado.

A Argélia, as Seychelles e a Tunísia são países fortemente urbanizados com bons resultados de desenvolvimento humano (Caixa 4.1). Na Argélia, 71% da população reside em áreas urbanas com boa cobertura de serviços sociais e uma mão-de-obra bem qualificada. No entanto, a desigualdade de género é relativamente elevada, com um número baixo de mulheres em idade ativa no mercado de trabalho e com uma taxa de mortalidade materna acima da média dos países africanos de desenvolvimento humano elevado. Apesar de quase um terço dos membros do parlamento serem mulheres, o acesso ao ensino secundário é particularmente baixo para as raparigas.

As Seychelles e a Tunísia estão em extremidades opostas no que respeita à desigualdade. A Tunísia regista um nível baixo de desigualdade de rendimentos, enquanto as Seychelles apresentam um nível bastante mais elevado. Na Tunísia, 67% da população total reside em zonas urbanas e só 7% da população vive com menos de 1 USD por dia. Além disso, nesse país, apenas 8% dos habitantes de centros urbanos vive em bairros de lata (UN DESA, 2014).

A Tunísia apresenta uma desigualdade de rendimento moderada, sendo o rendimento dos 10% mais ricos 1.5 vezes superior ao rendimento dos 40% mais pobres. No geral, a desigualdade de género é baixa, com uma taxa de mortalidade materna reduzida e uma proporção elevada de mulheres no parlamento. No entanto, a participação das mulheres no mercado de trabalho é extremamente baixa e as raparigas têm menos acesso ao ensino secundário do que os rapazes.

Nas Seychelles, 54% da população total reside em zonas urbanas. A desigualdade de rendimento é relativamente elevada, uma vez que o rendimento do decil mais rico da população é seis vezes maior do que o rendimento dos 40% mais pobres. Foi atingida a paridade de género no ensino secundário e dois em cada cinco membros do parlamento são mulheres, ultrapassando a média dos países de desenvolvimento humano elevado, que é de um para cinco.

Verificam-se semelhanças gerais entre estes países de desenvolvimento elevado, relativamente aos caminhos definidos para gerar um desenvolvimento humano inclusivo nos assentamentos. A Argélia, as Seychelles e a Tunísia apresentam semelhanças na melhoria do acesso ao trabalho, cobertura alargada e eficácia dos sistemas de proteção social, bons sistemas de educação e saúde, segurança e Estado de direito.

Contudo, estes países devem dar resposta à crescente exclusão social, para poderem aproveitar as oportunidades derivadas da urbanização. É necessário colmatar as lacunas existentes ao nível da proteção social, do emprego jovem e da desigualdade de género, particularmente no setor do trabalho. Estes países devem, igualmente, criar um ambiente adequado para os investimentos internos e externos, de forma a criarem mais emprego e gerarem rendimentos públicos e privados nas cidades. Em situações de fragilidade, é também crucial ter maior atenção à redução das vulnerabilidades e à promoção da sustentabilidade ambiental.

Caixa 4.1. Países fortemente urbanizados com bons resultados de desenvolvimento humano: Argélia, Seychelles e Tunísia

Argélia

A prestação de serviços sociais de qualidade resultou em bons indicadores de saúde no âmbito da nutrição infantil, mortalidade materna e mortalidade infantil. Verifica-se, igualmente, um acesso alargado à água e saneamento, e bom nível de segurança nacional e pessoal.

Na educação, a disponibilidade de trabalhadores qualificados no setor, resultante de um investimento em rácios alunos-professor elevados, gerou altas taxas de alfabetização e a conclusão do ensino secundário, tanto por rapazes como por raparigas.

No entanto, é necessário dar resposta ao elevado desemprego jovem na região e à fraca participação dos jovens no mercado de trabalho, especialmente das mulheres, de forma a impulsionar o

Caixa 4.1. Países fortemente urbanizados com bons resultados de desenvolvimento humano: Argélia, Seychelles e Tunísia (cont.)

crescimento económico, melhorar as condições de vida e reduzir a exclusão social derivada da pobreza e da desigualdade.

A melhoria do ambiente de negócios, atualmente frágil, pode também promover oportunidades de emprego e oportunidades de desenvolver uma economia sustentável. Entre as áreas a privilegiar, estão os fluxos de investimento de capital, a solidez do sistema bancário e a eficiência dos procedimentos aduaneiros. Tem-se verificado, igualmente, uma deterioração da qualidade do fornecimento de eletricidade e do transporte rodoviário e aéreo.

A concretização dos direitos e uma participação efetiva contribuem para melhorar as oportunidades sociais e económicas para todos. Para além da ratificação das convenções de direitos humanos e das melhorias recentes na representação das mulheres na política, são necessários mais avanços em termos de direitos políticos e da eliminação dos obstáculos a uma governação mais eficaz por parte dos representantes políticos. O país deve ter como objetivos o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, a melhoria da igualdade de género no trabalho e o reforço da legislação sobre violência contra as mulheres.

Seychelles

A implementação de um sistema abrangente de proteção social e de políticas de apoio às famílias de baixos rendimentos e aos desempregados contribuiu para reduzir a vulnerabilidade e a pobreza. Os investimentos num bom ambiente de negócios e nas condições de vida estão ligados a um nível elevado de segurança, incluindo a segurança pessoal e nacional. A atividade económica é impulsionada por infraestruturas bem desenvolvidas, nomeadamente ferroviárias, aéreas, de eletricidade, de água e saneamento, de tecnologias de informação e forte conectividade digital.

A taxa de desemprego é baixa (3%), mas o desemprego jovem é consideravelmente superior (20%). A criação de mais oportunidades de emprego para a população jovem exige uma atenção especial ao desajustamento de competências entre o sistema de ensino e as necessidades do setor privado, bem como às diferenças entre as expectativas dos jovens e o trabalho disponível. Além disso, a deterioração da igualdade de género nos ambientes profissionais, particularmente no setor privado, está a ofuscar as melhorias dos níveis de igualdade de género na educação e na participação de mulheres em altos níveis da política. O aumento do investimento criaria mais oportunidades económicas para eliminar a disparidade de rendimentos. Por outro lado, deve ser conferida maior atenção ao ambiente de regulação dos negócios, à eficiência dos procedimentos aduaneiros, à eliminação de barreiras aos fluxos de investimento e à solidez do sistema bancário. O maior desafio apontado pelo setor privado é o acesso ao financiamento. A dependência do carbono e a vulnerabilidade aos efeitos das alterações climáticas são obstáculos significativos para uma urbanização sustentável. A aposta em mais inovação e coordenação institucional pode melhorar as respostas às vulnerabilidades ligadas ao aumento do nível do mar, à degradação marinha (descoloração dos corais), à crescente urbanização e aos fenómenos meteorológicos extremos, como cheias e secas.

Tunísia

O governo apoia programas ativos do mercado de trabalho (PAMT), que incluem subvenções salariais para jovens altamente qualificados e oferecem ajudas de custo, formação e contribuições para a segurança social. Em média, 6.4% do PIB é gasto em programas laborais ou de proteção social, tais como pensões, subsídios de maternidade e deficiência, e empréstimos familiares de emergência. A prestação de serviços de saúde e educação e a despesa pública nos setores sociais representam 19% do PIB.

Uma grande percentagem da população jovem está desempregada; o desemprego é mais provável nos jovens com maiores níveis de educação e nas mulheres. Em Túnis, grande parte dos desempregados são pouco qualificados. O alargamento dos programas de emprego e a promoção da equidade e paridade de género no trabalho podem, assim, contribuir para o desenvolvimento humano e combater o aumento da exclusão social e económica nos agregados familiares de rendimento médio e baixo.

Caixa 4.1. Países fortemente urbanizados com bons resultados de desenvolvimento humano: Argélia, Seychelles e Tunísia (cont.)

Até 45% dos trabalhadores do setor privado estão empregados no setor informal, com fraco acesso a benefícios sociais. A formulação de respostas para reduzir os obstáculos ao investimento – como a deterioração do clima de negócios, os impostos elevados e os custos laborais crescentes – poderá impulsionar o emprego e o crescimento.

As insuficiências da proteção social exprimem-se em ineficiências, fragmentação e desigualdades, bem como em baixas contribuições para a segurança social por parte do setor privado. O sistema pode ser melhorado de várias formas: reduzindo o recurso a subsídios universais não equitativos, melhorando os sistemas de identificação e segmentação, e criando mecanismos de graduação.

Fontes: IIGA (2015a), OIT (2015), PNUD (2015a), Banco Mundial (2015) e UNSD (2016).

O segundo grupo de países está em processo de urbanização, mas com níveis baixos de desenvolvimento humano, como é o caso do Benim, Gâmbia e Nigéria (Caixa 4.2). No Benim, 44% da população reside em zonas urbanas, enquanto a média dos países de desenvolvimento humano baixo é de 36%. A desigualdade de rendimento é moderadamente elevada, uma vez que o decil mais rico detém o dobro do rendimento do que os 40% mais pobres. Cerca de 40% da população residente em zonas rurais vive abaixo da linha de pobreza nacional, mas apenas 31% dos moradores em zonas urbanas são considerados pobres. A desigualdade de género é relativamente elevada, verificando-se uma representação fraca das mulheres no parlamento e um acesso limitado das raparigas ao ensino secundário.

Na Nigéria, 48% da população total reside em zonas urbanas. A desigualdade de rendimento é moderada, uma vez que os 10% mais ricos detêm o dobro da riqueza dos 40% mais pobres. Cerca de 50% dos residentes em zonas urbanas vive em bairros de lata. Mais de metade da população rural (53%) vive abaixo da linha da pobreza, mas apenas 34% dos residentes em centros urbanos são considerados pobres. A desigualdade de género é relativamente elevada, com uma alta taxa de mortalidade materna, uma representação muito exígua das mulheres no parlamento e uma baixa taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho.

Na Gâmbia, seis em cada dez habitantes vive em zonas urbanas. A desigualdade de rendimento é moderada: o decil mais rico da população conta com quase o triplo do rendimento do que os 40% mais pobres. Um em cada três residentes (34%) nos centros urbanos vive em bairros de lata. Nas zonas rurais, 74% dos habitantes vive abaixo da linha nacional de pobreza, enquanto só 33% dos residentes em zonas urbanas são classificados como pobres. Verifica-se uma elevada desigualdade de género: a representação das mulheres no parlamento é fraca, a taxa de mortalidade materna é elevada e o acesso das raparigas ao ensino secundário é reduzido.

Estes países apresentam semelhanças e diferenças relativamente aos fatores que propiciam um desenvolvimento humano inclusivo nas cidades. Em todos estes países, os progressos derivam das oportunidades económicas que existem nas cidades, bem como da presença de uma mão-de-obra qualificada e saudável. No entanto, salientam-se variações no nível de participação em termos de governação, segurança e direitos, o que atua como obstáculo a uma inclusão mais alargada.

As áreas do desenvolvimento que exigem maior atenção são semelhantes nestes países. A melhoria do desenvolvimento humano nas cidades e noutros locais exige que estes países melhorem a disponibilidade e acesso a infraestruturas físicas e digitais. Para além disso, devem reduzir a exclusão social e a desigualdade de género no trabalho, desenvolver esforços para envolver a população jovem e reforçar a resiliência em face de catástrofes naturais.

Caixa 4.2. Países em processo de urbanização com baixos níveis de desenvolvimento humano: Benim, Gâmbia e Nigéria

Benim

Verifica-se uma forte participação nas eleições e na esfera política, e os representantes políticos podem exercer a governação de forma efetiva. A existência de um ambiente competitivo de regulamentação dos negócios e de um bom clima de investimento é ofuscada por dificuldades relacionadas à burocracia, aos procedimentos aduaneiros e à solidez do sistema bancário. Os bons níveis de segurança, quer a segurança pessoal quer nacional, criam um ambiente propício ao progresso económico e social. Para além disso, os processos judiciais são eficazes e independentes, o que contribui para a concretização dos direitos, nomeadamente os direitos humanos, políticos e de propriedade.

A melhoria das infraestruturas poderia estimular o investimento e as oportunidades económicas nas zonas urbanas. A rede rodoviária e ferroviária, o fornecimento de energia, as infraestruturas informáticas (TI) e a conectividade digital são áreas que precisam de uma atenção particular. A promoção das infraestruturas digitais poderia ter um impacto positivo na responsabilização e prestação de contas se forem melhorados os baixos níveis de acesso à informação e a serviços digitais.

Os indicadores de educação são relativamente fracos, com baixos níveis de alfabetização, desigualdades de género e uma queda da qualidade do sistema de educação, particularmente no que respeita à capacidade desse sistema de corresponder às necessidades de uma economia competitiva. O acesso à água e ao saneamento é insuficiente, com impactos negativos nos indicadores de saúde. A prossecução de esforços para aumentar a responsabilização dos funcionários públicos e reduzir o desvio de fundos públicos poderia contribuir para uma maior eficácia dos investimentos públicos.

O desemprego jovem é particularmente elevado na população jovem formada: 39.3% dos jovens que concluíram um nível superior de ensino não têm trabalho, comparativamente a 22.7% no caso do ensino secundário e 4.7% no que respeita ao nível de ensino primário. Existe uma percentagem significativa da população excluída da sociedade devido à pobreza e às desigualdades. São necessários esforços para melhorar as redes de proteção social e, assim, responder às situações de pobreza, envelhecimento, doença, desemprego e deficiência.

Gâmbia

O país regista bons indicadores de saúde e educação, especialmente nas cidades, onde as taxas de alfabetização e de escolaridade são mais altas, criando um maior volume de mão-de-obra qualificada. A população jovem dos centros urbanos é altamente qualificada: a taxa de literacia dos jovens em Banjul, Brikama e Kanifing situa-se entre 69% e 75%. A existência de maiores oportunidades económicas nas cidades contribui para a redução da pobreza. Apenas 7.6% da população de Banjul está abaixo da linha de pobreza, comparativamente a 38% em Kanifing, 57% em Brikama e 56% ao nível nacional. No entanto, 63% trabalha no setor informal, com maior incidência nas mulheres (74%) do que nos homens (55%). A implementação de mecanismos para promover um acesso igualitário de mulheres e homens às oportunidades resultou num elevado nível de igualdade entre sexos no setor da educação e numa grande participação das mulheres no mercado de trabalho. Verificam-se porém, disparidades relativamente à igualdade de género no trabalho, fraca representação das mulheres na política e uma deterioração da situação legislativa sobre violência contra as mulheres.

A deterioração da rede rodoviária e as insuficiências da rede ferroviária, do fornecimento de eletricidade, das infraestruturas informáticas (TI) e da conectividade digital dificultam o alargamento das oportunidades económicas nas cidades. Para além das infraestruturas, é urgente disponibilizar habitação para a população pobre. Atualmente, o mau estado dos transportes públicos e os custos elevados dos táxis forçam muitas pessoas a deslocarem-se a pé

Caixa 4.2. Países em processo de urbanização com baixos níveis de desenvolvimento humano: Benim, Gâmbia e Nigéria (cont.)

para o trabalho. A melhoria da eficiência dos transportes públicos, através da implementação de sistemas modernos e de baixo custo, poderia contribuir para aumentar a competitividade e as oportunidades económicas. A população jovem representa 37% da população total, a maioria da qual reside em centros urbanos. Banjul, Brikama e Kanifing são cidades com uma população jovem acima da média nacional. Muitos jovens trabalham na agricultura, em serviços de baixo valor ou no setor informal. A percentagem da população jovem desempregada na Gâmbia é elevada (38%), com maior incidência nas mulheres jovens (45%) do que nos homens jovens (30%). É essencial criar mais oportunidades para um maior envolvimento económico.

A principal cidade, Banjul, é uma ilha de baixa altitude, ameaçada pela erosão costeira. O aumento de um metro no nível das águas do mar poderia submergir a cidade. Ademais, respostas aos problemas que afetam os sistemas de drenagem e esgotos devem ser dadas.

Embora a Gâmbia tenha ratificado várias convenções internacionais de direitos humanos, o país enfrenta alguns desafios relativamente à participação e direitos políticos, eleições e liberdade de expressão.

Nigéria

Os grandes investimentos realizados em infraestruturas, que são da ordem dos 95 mil milhões de USD, começam a dar resultados, particularmente nos setores da logística e da energia. Por exemplo, o metropolitano de Lagos (Lagos Rail Mass Transit) é um sistema moderno de transporte público em carris, com base num modelo de parceria público-privada, que gera a sua própria eletricidade. A existência de políticas fortes no plano laboral e de redução da pobreza, bem como de enquadramentos para a despesa e partilha dos rendimentos, podem ser capitalizados em prol de um crescimento equitativo e inclusivo nas cidades. Os bons indicadores de saúde derivam de melhorias nas áreas da imunização, mortalidade materna e infantil, e nutrição infantil. No entanto, o acesso a água e saneamento é insuficiente, refletindo-se nos indicadores de saúde.

A resolução de alguns obstáculos ao ambiente de negócios poderia desbloquear o investimento nacional e estrangeiro. Os principais constrangimentos dizem respeito à criação de empresas, execução dos contratos, registos, pagamento de impostos, transações comerciais transfronteiriças e fornecimento de eletricidade. Há possibilidades para desenvolver mais as infraestruturas e, assim, alargar as oportunidades económicas. Neste âmbito, deverá ser dada especial atenção às infraestruturas rodoviárias, aéreas, ferroviárias, de água, eletricidade e de informática (TI).

Verifica-se uma fraca qualidade e oferta no setor da educação, pelo que a prossecução de esforços nesta área poderia reverter as baixas taxas de alfabetização e os fracos indicadores registados no ensino secundário e superior, sendo crucial para construir uma economia competitiva.

Uma percentagem significativa da população está em situação de exclusão devido à pobreza e às desigualdades, incluindo a desigualdade de género. É necessário promover a igualdade de género no trabalho, aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho e na política, bem como melhorar a legislação sobre a violência contra as mulheres.

São necessárias melhorias em termos de segurança das pessoas, do Estado de direito, da segurança nacional, da violência política e do tráfico humano. Foram realizados avanços relativamente aos serviços online, à responsabilização e prestação de contas, à transparência e à corrupção no setor público, mas verifica-se um aumento do desvio de fundos públicos.

Fontes: Ernst & Young (2013), IIGA (2015a), OIT (2015), PNUD (2015a), Banco Mundial (2015) e UNSD (2016).

As políticas são fundamentais para um desenvolvimento humano inclusivo em cidades sustentáveis

Os exemplos referidos mostram modelos específicos de assentamentos humanos equitativos e sustentáveis em África; apontam também as reformas de políticas e ações de desenvolvimento essenciais para construir cidades equitativas e sustentáveis. A análise apresentada na secção anterior salienta três áreas a ter em atenção: i) políticas de resposta à exclusão social, através do trabalho e da proteção social eficaz; ii) políticas para criação de um ambiente propício ao investimento privado; e iii) políticas de sustentabilidade ambiental e de redução das vulnerabilidades aos choques ambientais e às alterações climáticas. Estes domínios de intervenção espelham o enquadramento baseado nos direitos, proposto pela UN-Habitat, o qual abrange cidades com uma visão inclusiva, planos e mecanismos de implementação flexíveis, e instituições responsáveis e eficientes (UN-Habitat, 2010). Especificamente, os decisores políticos deverão dar mais atenção às seguintes áreas (ver também o Capítulo 8):

- **Melhoria das capacidades públicas para um planeamento urbano inovador e estratégias de gestão** que se centrem nos problemas urbanos e disponibilizem infraestruturas e serviços sociais eficazes aos moradores nas cidades. Isto implica, por um lado, o reforço da responsabilização e prestação de contas por parte das autoridades e, por outro lado, uma capacidade dos fornecedores públicos e privados prestarem serviços públicos de qualidade em zonas com maior densidade populacional (incluindo a segurança), promovendo o crescimento do emprego e do investimento privado. As cidades sustentáveis têm de lidar com a complexidade adicional que deriva de novas dinâmicas na governação urbana, preconizando um papel ativo para as autoridades locais na prestação de serviços.
- **Adequação das competências, dos conteúdos educacionais e do emprego.** A promoção de um desenvolvimento humano mais equitativo nas cidades do futuro exige uma maior difusão das competências, sistemas educativos e tecnologias adequadas. Estes devem ser adaptados para formar uma força de trabalho competitiva, através de parcerias mais eficazes entre empregadores e educadores.
- **Políticas e programas de proteção social.** É essencial uma aplicação eficaz da regulamentação que protege os direitos dos trabalhadores e dos residentes, juntamente com programas que disponibilizem uma proteção social abrangente e acessível aos mais vulneráveis.
- **Participação efetiva e afetação equitativa dos recursos.** As cidades prósperas promovem a equidade e sustentabilidade das finanças públicas, da tributação e dos processos de planeamento. As políticas fiscais têm um impacto considerável no aumento da equidade e na redução das disparidades existentes (Freire, Lall e Leipziger, 2014). Para além disso, a participação cívica plena de homens e mulheres deve assegurar que as instituições urbanas respondem de forma adequada às necessidades locais (Leete, 2008).
- **Reforço da resiliência e da sustentabilidade ambiental através da tecnologia.** Em contextos com poucos recursos naturais, os esforços para promover um desenvolvimento humano mais equitativo nas cidades devem integrar tecnologias resilientes em termos ambientais, no fornecimento de serviços e infraestruturas. A redução do risco de catástrofes e o reforço da resiliência devem ser parte integrante das estratégias de longo prazo para um desenvolvimento humano equitativo e sustentável.

Notas

1. A saúde é avaliada pela esperança de vida à nascença (Departamento de Estatística das Nações Unidas) e a educação é medida pelos anos de escolaridade dos adultos acima dos 25 anos e pelos anos esperados de escolaridade nas crianças em idade de começarem a escola (UNESCO). O nível de vida é medido pelo rendimento nacional bruto per capita (Banco Mundial). O IDH capta apenas uma parte do desenvolvimento humano e não reflete aspetos ligados às desigualdades, pobreza, segurança humana, empoderamento, governação ou sustentabilidade ambiental.
2. Outras dimensões importantes da igualdade de género, não abrangidas pelo IDG, como o empoderamento económico, o desenvolvimento humano ou as leis e instituições, estão incluídas no Índice da Igualdade de Género em África (BAD, 2015) e no Índice de Instituições Sociais e Género (OCDE, 2014).

Bibliografia

- Alkema, L. et al. (2013), “National, regional, and global rates and trends in contraceptive prevalence and unmet need for family planning between 1990 and 2015: A systematic and comprehensive analysis”, *Lancet*, Vol. 381/9,878, pp. 1642–52.
- BAD (2015), *Africa Gender Equality Index 2015. Empowering African Women: An Agenda for Action*, Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, Côte d’Ivoire, www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/African_Gender_Equality_Index_2015-EN.pdf.
- Banco Mundial (2016), *World Development Indicators* (base de dados), <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>.
- Banco Mundial (2015), “Consolidating social protection and labor policy in Tunisia: Building systems, connecting to jobs”, *Policy Note December 2015*, Banco Mundial, Washington, DC, www.wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2016/02/12/090224b08417442b/1_0/Rendered/PDF/Consolidating00o0jobs000policy0note.pdf.
- Bandara, A. (2015), “The economic costs of gender gaps in effective labour: Africa’s missing growth reserve”, *Feminist Economist*, Vol. 21/2, pp. 162-186, www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13545701.2014.986153.
- Dabla-Norris, E. et al. (2015), “Causes and consequences of income inequality: A global perspective”, *IMF Discussion Note SDN/15/13*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2015/sdn1513.pdf.
- De Vries, G.J, M.P. Timmer e K. de Vries (2013), “Structural transformation in Africa: Static gains, dynamic losses”, *GGDC Research Memorandum 136*, Universidade de Groningen, Holanda.
- Deloitte (2014), “Value of connectivity: Economic and social benefits of expanding internet access”, *Deloitte*, Londres, www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/ie/Documents/TechnologyMediaCommunications/2014_uk_tmt_value_of_connectivity_deloitte_ireland.
- Ernst & Young (2013), *Africa by numbers 2013-14: Assessing risk and opportunity in Africa*, Ernst & Young, Londres, [www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY_Africa_By_Numbers_2013/\\$FILE/EY%20-%20Africa%20by%20numbers%202013-14.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY_Africa_By_Numbers_2013/$FILE/EY%20-%20Africa%20by%20numbers%202013-14.pdf).
- Freire, M., S. Lall e D. Leipziger (2014), “Africa’s urbanization: Challenges and opportunities”, *Working Paper No. 7*, the Growth Dialogue, Washington DC, www.dannyleipziger.com/documents/GD-WP7.pdf.
- Gupte, J., D. Lintelo e I. Barnett (2014), “Understanding urban youth and the challenges they face in sub-Saharan Africa: Unemployment, food insecurity and violent crime”, *IDS Evidence Report 81*, Institute of Development Studies, Brighton, Reino Unido.
- Hillebrand, E. (2009), “Poverty, growth and inequality over the next 50 years”, paper apresentado na reunião de peritos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura “How to Feed the World in 2050”, FAO, Roma, 24-26 de junho.
- IIGA (2015a), Índice Ibrahim da Governação em África 2015 (portal de dados), Fundação Mo Ibrahim, Londres, www.moibrahimfoundation.org/iiag/.
- IIGA (2015b), Índice Ibrahim da Governação em África 2015: Sumário Executivo, Fundação Mo Ibrahim, Londres, <http://static.moibrahimfoundation.org/u/2015/10/02193252/2015-IIAG-Executive-Summary.pdf>.
- Leete, R. (2008), “Human development and urbanisation”, *ETHOS*, World Cities Summit Issue, junho de 2008, www.cscollge.gov.sg/knowledge/ethos/world%20cities%20summit/Pages/11Human%20Development%20and%20Urbanisation.aspx.
- Mahbub ul Haq (2014), *Human Development in South Asia 2014, Urbanisation: Challenges and Opportunities*, Mahbub ul Haq Human Development Centre, Lahore, Paquistão, http://mhhdc.org/wp-content/themes/mhhdc/reports/SAHDR_2014_Urbanisation_Challenges_and_Opportunities.pdf.
- Melamed, C. e E. Samman (2013), “Equity, inequality and human development in a post 2015 framework”, *UNDP Research Paper*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano, Nova Iorque, http://hdr.undp.org/sites/default/files/equity_inequality_human_development_in_post-2015_framework.pdf.
- Mutizwa-Mangiza, N. (2012), “Sustainable urbanisation in the post-2015 UN development agenda”, Reunião do grupo de peritos sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, Nova Iorque, 27-29 de fevereiro, 2012, www.un.org/en/development/desa/policy/untaskteam_undf/pres_sustainable_habitat_mutizwa-mangiza.pdf.
- OCDE (2014), Índice de Instituições Sociais e Género (website), Centro de Desenvolvimento da OCDE, www.genderindex.org/.

- OIT (2015), *Global Employment Trends for Youth 2015: Scaling up investments in decent jobs for youth*, Organização Internacional do Trabalho, Genebra, www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_412015.pdf.
- OIT (2013), *Domestic Workers Across the World: Global and Regional Statistics and the Extent of Legal Protection*, Organização Internacional do Trabalho, Genebra, www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_173363.pdf.
- Organização Internacional do Trabalho, Genebra, www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_412015.pdf.
- Palma, J.G. (2011), “Homogeneous middles vs. heterogeneous tails, and the end of the ‘Inverted-U’: The share of the rich is what it’s all about”, *Development and Change*, Vol. 42/1, pp. 87-153.
- PNUA (2015), *Global Environment Outlook (GEO) 6: GEO Matters*, Programa das Nações Unidas para o Ambiente, Nairobi, www.unep.org/geo/pdfs/GEO_matter_sept2015.pdf.
- PNUD (2015a), *Relatório de Desenvolvimento Humano 2015: o trabalho como motor do desenvolvimento humano*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, http://hdr.undp.org/sites/default/files/2015_human_development_report.pdf.
- PNUD (2015b), *What is Human Development by Human Development?* Gabinete do PNUD para o Desenvolvimento Humano, Nova Iorque, <http://hdr.undp.org/en/content/what-human-development>.
- PNUD (2012), *Africa Human Development Report 2012: Towards a Food Secure Future*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/hdr/africa-human-development-report-2012.html.
- PNUD (1999), *Relatório de Desenvolvimento Humano 1999: Globalização com uma face humana*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.
- PNUD (no prelo), *Africa Regional Human Development Report 2016*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque.
- Timmer, P. et al. (2012), “Patterns of growth and structural transformation in Africa: Trends and lessons for future development strategies”, *WCAO Thematic Research Note*, International Food Policy Research Institute, Washington, DC.
- UIP (2015), *Mulheres nos parlamentos nacionais: situação a 1 de fevereiro de 2016*, website, União Interparlamentar, Genebra, www.ipu.org/wmn-e/classif.htm.
- UN DESA (2015), “World population prospects: The 2015 revision, key findings and advance tables”, *Working Paper No. ESA/P/WP.241*, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, Divisão de População, Nova Iorque, http://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/key_findings_wpp_2015.pdf.
- UN DESA (2014), *World Urbanisation Prospects: The 2014 Revision*, dados recolhidos via website, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, Divisão de População, Nova Iorque, <http://esa.un.org/unpd/wup/highlights/wup2014-highlights.pdf>.
- UN Women (2015), “Fact sheet – sub-Saharan Africa”, *Progress of the World’s Women 2015-2016: Transforming Economies, Realizing Rights*, UN Women, Nova Iorque, www2.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2015/poww-2015-factsheet-subaharanafrica-en.pdf?v=1&d=20151023T211307.
- UNECA et al. (2015), *MDG Progress Report: Assessing Progress in Africa Toward the Millennium Development Goals*, UN Comissão Económica para África, Adis Abeba, www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/mdg/mdg-reports/africa-collection.html.
- UN-Habitat (2014), *The State of African Cities 2014: Re-imagining Sustainable Urban Transitions*, Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, Nairobi.
- UN-Habitat (2013a), *State of Women in Cities 2012-2013: Gender and the Prosperity of Cities*, Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, Nairobi.
- UN-Habitat (2013b), *The State of the World Cities Report 2012/13: Prosperity of cities*, Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, Nairobi.
- UN-Habitat (2010), *State of the World’s Cities 2010/11: Cities for all: Bridging the Urban Divide*, Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, Nairobi.
- UN-Habitat (2008), *The State of African Cities 2008: A Framework for Addressing Urban Challenges in Africa*, Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, Nairobi.
- UN-Habitat (2007), “The urban penalty: The poor die young”, in *State of the World’s Cities 2006/7*, Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, Nairobi, http://mirror.unhabitat.org/downloads/docs/5636_27492_SOWCR%2022.pdf.
- UNICEF (2014), *Ending Child Marriage: Progress and Prospects*, Fundo das Nações Unidas para a Infância, Nova Iorque, www.unicef.org/media/files/Child_Marriage_Report_7_17_LR.pdf.

- UNSD (2016), Divisão de Estatística das Nações Unidas (website), UNstats.un.org, Portal de dados das NU, <http://data.un.org/>.
- Vanek, J. et al. (2014), “Statistics on the informal economy: Definitions, regional estimates and challenges”, *WIEGO Working Paper (Statistics) No. 2*, WIEGO, Cambridge, MA, wiego.org/sites/wiego.org/files/publications/files/Vanek-Statistics-WIEGO-WP2.pdf.
- WomenWatch (2012), *Gender Equality and Sustainable Urbanisation: Factsheet, Information and Resources on Gender Equality and Women’s Empowerment*, Women Watch, Informação e Recursos sobre Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres, Nova Iorque, www.un.org/womenwatch/feature/urban/downloads/WomenWatch_Gender_Equality_and_Sustainable_Urbanisation-factsheet.pdf.

Capítulo 5

Governança política e económica em África

Este capítulo analisa as tendências de governação que afetam as perspetivas económicas em África, examinando os padrões mais recentes sobre o funcionamento das instituições públicas africanas. Aborda-se em que medida a qualidade do fornecimento dos serviços públicos e o desempenho das instituições correspondem às expectativas dos cidadãos, bem como as melhorias exigidas pelos cidadãos e a forma como os governos têm respondido. Por fim, o capítulo esboça as perspetivas para 2016. Em primeiro lugar são formuladas as constatações iniciais, sendo apresentada nas secções subsequentes a forma como se chegou a essas conclusões.

Resumo

Embora o emprego seja a principal preocupação dos africanos ao longo da última década, as reivindicações por melhores serviços e infraestruturas têm aumentado desde 2008 e as preocupações com o terrorismo e a violência estão cada vez menos confinadas às zonas em conflito. Os países estão não só a reformar as suas instituições públicas, mas também a preocupar-se com os seus ambientes de negócio, o que pode trazer dividendos económicos a longo prazo, mas tem normalmente impactos restritos a curto prazo. Alguns indicadores e relatórios de peritos sugerem uma melhoria das regras e regulamentações que afetam os negócios.

A gravidade e abrangência geográfica da violência com motivações políticas, sob a forma de terrorismo ou de conflitos comunitários, têm aumentado nos últimos anos, em África. Este facto tem estimulado um trabalho conjunto dos países africanos, para encontrarem soluções regionais, mas a cooperação internacional é difícil.

Os cidadãos africanos estão cada vez mais eficazes na reivindicação e obtenção de melhorias da governação. Entre os exemplos de sucesso estão as instituições da Tunísia agraciadas com o Prémio Nobel, que conseguiram criar uma sociedade mais livre e democrática, ou as novas formas de fiscalização por parte da sociedade civil em alguns países, conferindo aos cidadãos outras formas de influenciar as políticas que vão para além do voto ou dos protestos.

Os principais desafios de governação em África são a procura crescente dos serviços públicos, as ameaças do terrorismo e dos conflitos internos

Este capítulo define a governação como a forma pela qual os vários atores estatais e não-estatais tomam decisões públicas e gerem os recursos económicos e sociais em prol do desenvolvimento. As entidades estatais, os partidos políticos, as organizações da sociedade civil e o setor privado desempenham um papel neste processo. Este capítulo fornece uma perspetiva geral sobre o que os últimos dados disponíveis revelam sobre a governação em África, as tendências atuais e a forma como isto se interliga com os resultados globais de desenvolvimento.

A governação é multidimensional, pelo que é tomado em consideração um leque variado de medidas e indicadores. Estes podem dividir-se em quatro áreas principais:

- o fornecimento de bens e serviços públicos através da boa gestão e da otimização dos recursos financeiros
- a regulação das instituições económicas e a eficácia do Estado em promover a atividade económica
- a interação das instituições políticas com os cidadãos
- a construção de instituições fiáveis, capazes de reforçar a coesão social.

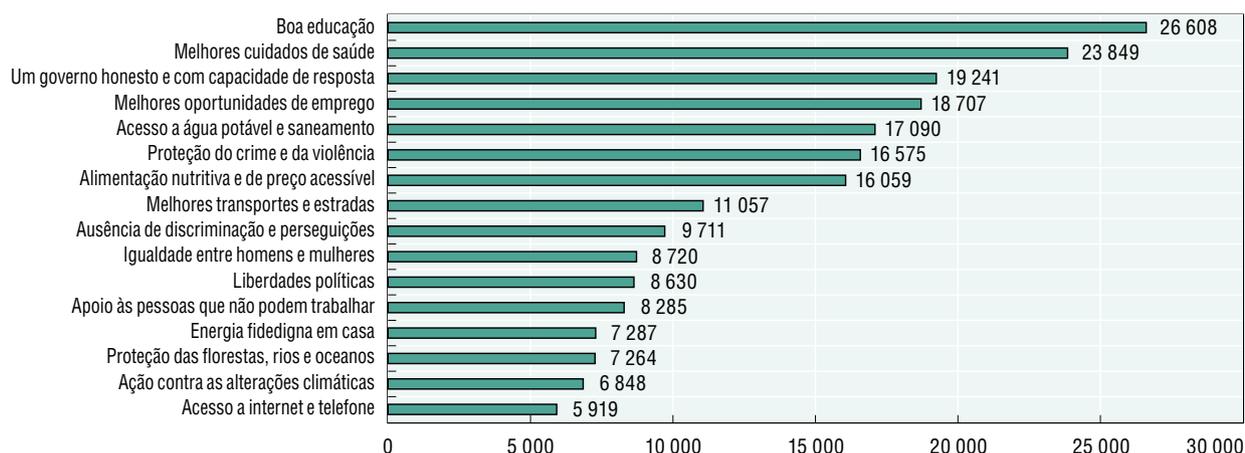
O ponto de partida deste capítulo são as expectativas dos cidadãos em relação aos governos e as principais áreas de tensão. Esta secção apresenta os principais resultados de inquéritos e sondagens de opinião, bem como as conclusões derivadas da atualização dos indicadores sobre tensões civis das *Perspetivas económicas em África* (PEA).

As sondagens demonstram que os cidadãos exigem mais oportunidades económicas, assim como uma melhor governação das instituições públicas

Os principais elementos salientados pelos inquiridos africanos em sondagens de opinião são a melhoria dos serviços públicos, a melhoria das instituições e a melhoria das oportunidades de emprego. O inquérito MyWorld 2015, realizado pelas Nações Unidas, aponta como as três principais prioridades dos africanos: uma boa educação, a melhoria

dos cuidados de saúde e um “governo honesto e com capacidade de resposta” (Figura 5.1). A estas seguem-se o desejo de melhores oportunidades de emprego e de melhor acesso a infraestruturas públicas, tais como água potável, saneamento e estradas.

Figura 5.1. Principais prioridades para os cidadãos africanos



Nota: Este gráfico apresenta as respostas à questão: “Quais os seis assuntos que considera mais importantes, para si e para a sua família?” (35 310 respondentes no total dos 54 países africanos).

Fonte: NU/ODI/Ipsos MORI (2016).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391541>

Outros inquéritos de opinião revelam resultados semelhantes. O Afrobarómetro realizado em 2014/15 constatou que os três problemas mais importantes que os africanos, em geral, querem ver resolvidos pelos seus governos são o desemprego (32.4%), a saúde (29.8%) e a educação (24%), enquanto os africanos de zonas rurais escolhem como principal prioridade a melhoria da eletricidade e das estradas. O inquérito Pew Global 2015, que inclui nove países africanos, revela igualmente que as principais preocupações são o desemprego, os cuidados de saúde e a educação (Pew Research Center, 2015).

De acordo com o Afrobarómetro, o emprego foi a questão mais premente para os cidadãos africanos na primeira década do século XXI, mas a exigência de melhores serviços e infraestruturas tem aumentado desde 2008. Nomeadamente, os resultados deste inquérito ao longo dos anos mostram que há um aumento da reivindicação por melhor educação, saúde, eletricidade, transportes, fornecimento de água e saneamento. No inquérito de 2002/03, quase 65% dos inquiridos referira o emprego e os rendimentos como uma das três maiores preocupações. No mesmo inquérito realizado em 2014/15, essa percentagem diminuiu para 54% e aumentou a proporção de inquiridos que mencionaram os serviços e as infraestruturas. Em 13 países, as questões ligadas a infraestruturas são referidas como o principal problema (Leo et al., 2015).

Existem diferenças nas preocupações referidas nos vários países. A Nigéria, que enfrenta a insurreição do Boko Haram, e a África do Sul, que possui uma taxa de criminalidade urbana elevada, apresentam resultados fora da norma, com aproximadamente um terço dos inquiridos a apontarem a insegurança como um problema nacional importante. No Egito e na Tunísia – dois países que enfrentaram uma mudança de regime durante a Primavera Árabe – e no Burundi e no Mali – dois países em situação pós-conflito – as preocupações com a segurança e criminalidade são citadas em segundo lugar, depois do emprego e rendimentos. Os problemas ligados à segurança alimentar figuram nas três principais preocupações em apenas dois países do Sahel: Níger e Mali. No Afrobarómetro, o acesso à habitação a preços acessíveis é referido como uma das principais preocupações em três dos países mais ricos: Argélia, Egito e África do Sul.

Relativamente às instituições políticas, os cidadãos exigem eleições mais justas e disputadas. Sendo as eleições uma prática comum na maioria dos países africanos, os cidadãos pretendem que estas sejam mais concorridas e inclusivas. Uma grande proporção dos cidadãos africanos encara as eleições como um bom princípio da boa governação, mas uma proporção muito menor considera que os processos eleitorais nos seus países são honestos (Gallup, 2012-13). Os africanos exigem, cada vez mais, resultados da boa governação: em 32 países africanos, num total de 34, a maioria dos cidadãos prefere a democracia a “outras formas de governo”, segundo o Afrobarómetro de 2011-13 (Bratton e Houessou, 2014). Em média, este índice de exigência por democracia foi de 71% em 2012, sendo que em 16 países registaram-se percentagens mais elevadas, entre 74% no Burundi e 90% na Zâmbia (muitos países da África Ocidental figuram nesta lista). Os cidadãos inquiridos consideram as eleições como o melhor sinal de um regime democrático.

Os dados do Afrobarómetro demonstram que níveis mais elevados de informação e liberdade de expressão estão ligados a melhores classificações em termos de confiança e desempenho do governo, nomeadamente no combate à corrupção. Uma maioria sólida de 69% dos cidadãos apoia o papel da comunicação social na fiscalização dos governos (Mitullah e Kamau, 2013).

Os protestos públicos estão maioritariamente relacionados com o emprego, os serviços públicos e os desacordos políticos

Para melhorar a compreensão das expectativas dos cidadãos relativamente aos governos e outras instituições públicas, é necessário analisar vários padrões. Entre os melhores indicadores disponíveis estão as sondagens de opinião, tal como referido, e os resultados eleitorais. No entanto, a monitorização de várias formas de protesto público e as reações a estes eventos fornecem indicações adicionais sobre em que medida estas opiniões e motivações são suficientemente fortes para estimular a ação. A interpretação de variações nos índices sobre tensões civis requer grande cuidado, pois embora estas possam ter custos económicos, a maior frequência de manifestações e greves pode também refletir o amadurecimento de sistemas de governação mais abertos. Após a mudança de governo no Egito, em 2011, as alterações constitucionais foram acompanhadas de tumultos e protestos, prejudicando a economia egípcia (Masry, 2015). Na África do Sul, a greve no setor mineiro, com a duração de cinco meses, custou cerca de 12 milhões de ZAR em 2014 e estima-se que tenha deduzido 2 pontos percentuais ao crescimento do PIB no primeiro trimestre de 2015 (OCDE, 2015a). Esta greve – a mais cara da história da África do Sul – não resultou num aumento substancial dos salários (SARB, 2014). Os indicadores de governação apresentados nesta secção ajudam a aferir as tendências relativamente aos protestos públicos e aos seus motivos (Caixa 5.1).

Caixa 5.1. A análise da qualidade da governação

Um dos elementos-chave para compreender a história do crescimento africano na última década é a análise da qualidade da governação. Tanto a teoria económica como algumas análises comparativas entre países sugerem que a governação é um fator crucial no desenvolvimento económico, ligada ao crescimento mais rápido, a maior investimento e redução da pobreza (BAD, 2013).

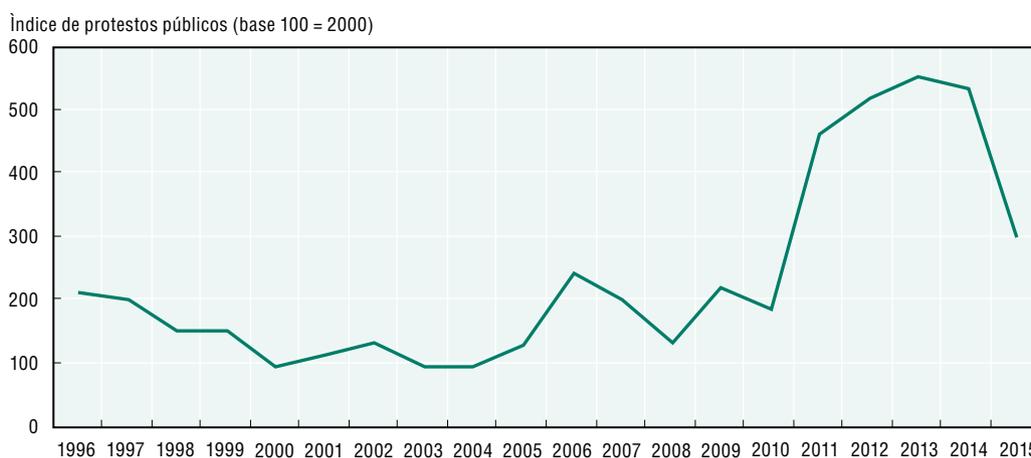
O conceito de governação é vasto, pelo que a síntese de medidas de diversos aspetos da governação numa única avaliação é um grande desafio (Rhodes, 2012). É difícil apreender a realidade com os dados existentes e, frequentemente, sem metas de referência uniformes que possam orientar as políticas (Lin e Monga, 2012; Whaites et al., 2015). Os debates académicos e o trabalho empírico originaram propostas de muitos indicadores de boa governação. Estes podem ser divididos em dois tipos: medidas baseadas em perceções e medidas baseadas em factos. Parece verificar-se uma maior falta de informação para as medidas baseadas nos factos (BAD, 2013; The Effective Institutions Platform, 2015).

Caixa 5.1. A análise da qualidade da governação (cont.)

Os indicadores de governação do PEA constituem uma medida de governação baseada nos factos, que avalia a qualidade das interações entre os governos, outras instituições políticas e os cidadãos. Estes indicadores monitorizam quando os cidadãos africanos estão suficientemente insatisfeitos com as instituições para realizarem ações públicas, assim como a resposta das instituições africanas a esse descontentamento. Os protestos públicos – definidos como greves ou qualquer tipo de manifestação com motivos políticos, económicos ou sociais – são acompanhados, numa base diária, através de relatórios noticiosos de jornalistas ou agências noticiosas em África e verificados pela AFP e Reuters. Contrariamente a outras formas de tensão civil (como a violência, os conflitos intercomunitários ou os atos terroristas contra a população, que também são monitorizados), os protestos públicos constituem uma forma democrática de exprimir as reivindicações. É feita uma contagem de cada acontecimento relevante e uma ponderação baseada em fatores como a intensidade, a duração, o número de vítimas, etc. A metodologia é apresentada no Anexo Estatístico deste relatório.

Os protestos públicos registaram uma forte diminuição em 2015, após um período de aumento constante deste 2010 (Figura 5.2). O Ébola na África Ocidental e os ataques terroristas em vários países levaram a uma menor tolerância das autoridades relativamente a manifestações públicas. Foram impostas restrições ou proibições temporárias a comícios na Guiné, Libéria e Serra Leoa, bem como no âmbito de estados de emergência declarados¹ no Chade, Egito, Mali, Níger e Tunísia. Em comparação com 2014, houve uma diminuição da duração e intensidade dos protestos na África do Sul e no Gabão. Por fim, os países do Norte de África registaram um decréscimo geral do nível de protestos, em comparação com 2014.

Figura 5.2. Índice de protestos públicos em África, 1996-2015



Nota: Protestos públicos correspondem a greves e a qualquer demonstração com motivações políticas, económicas ou sociais. É feita uma ponderação de cada evento segundo a intensidade (número de manifestantes) e duração (número de semanas). Para informação mais detalhada, consulte o anexo metodológico do relatório.

Fonte: Cálculos dos autores com base em relatórios noticiosos de jornalistas e agências noticiosas em África, verificadas pela AFP e Reuters.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391553>

De acordo com os relatórios noticiosos, os principais motivos para os protestos públicos em África, entre 2013 e 2015, tendem a ser as fracas condições económicas e serviços públicos. Embora existam ligeiras diferenças entre os resultados das sondagens

e as motivações subjacentes a vários protestos no continente africano, verifica-se alguma convergência nas questões económicas e nas questões de imparcialidade política. Os principais motivos dos protestos públicos continuam a ser exigências de aumentos salariais, seguidas de reivindicações de mudança de governo e de melhores condições de trabalho (Figura 5.3).

Figura 5.3. Principais motivos dos protestos públicos em África, 2013-15



Nota: Protestos públicos correspondem a greves e a qualquer demonstração com motivações políticas, económicas ou sociais. É feita uma ponderação de cada evento segundo a intensidade (número de manifestantes) e duração (número de semanas). Para informação mais detalhada, consulte o anexo metodológico do relatório.

Fonte: Cálculos dos autores com base em relatórios noticiosos de jornalistas e agências noticiosas em África, verificadas pela AFP e Reuters.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391569>

Relativamente ao tipo de protestos, verificam-se diferenças significativas entre as grandes cidades e o resto do país. Os protestos e a agitação social podem estar localizados ou afetar a totalidade do território. No geral, parece ter havido mais protestos económicos nas zonas rurais e mais protestos políticos nas zonas urbanas (Mapa 5.1). Estes resultados devem, porém, ser interpretados com cautela uma vez que a separação entre zona rural/urbana ou motivos políticos/económicos nem sempre é clara.

Mapa 5.1. Intensidade dos protestos em África, por localização, 2015



Nota: O tamanho dos círculos representa a intensidade dos protestos públicos em 2015 (o número de protestos ponderado pelo número de manifestantes e sua duração). Consulte informação detalhada no anexo metodológico deste relatório.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em relatórios noticiosos de jornalistas e agências noticiosas em África, verificadas pela AFP e Reuters.

O terrorismo representa uma parte crescente da violência de atores não-estatais

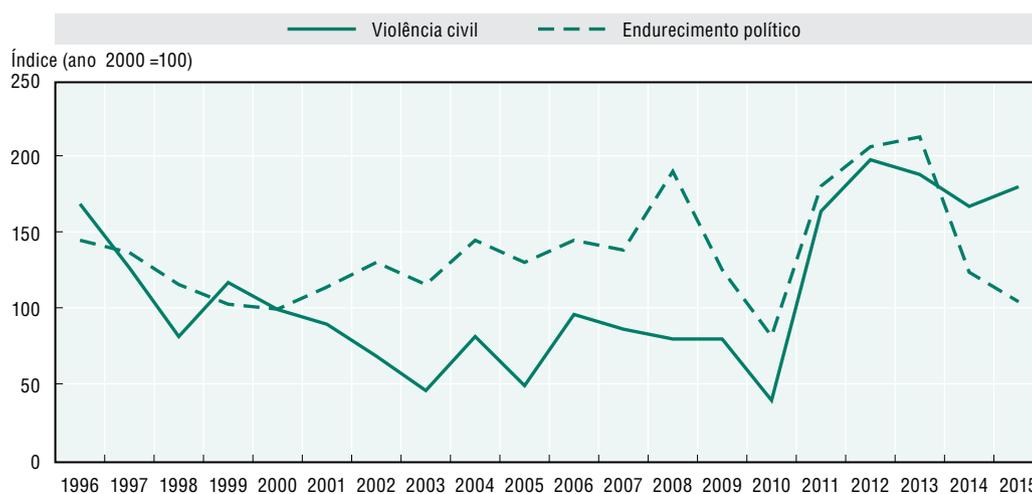
Tal como noutras partes do mundo, o terrorismo tem sido um fator crescente de violência em África nos últimos anos, causando danos sociais e económicos a longo prazo, para além de danos imediatos, morte e destruição. Não é fácil avaliar a totalidade do impacto negativo que os ataques terroristas e a violência transfronteiriça têm no progresso social. No entanto, os relatórios de organizações internacionais na África Ocidental, por exemplo, fornecem algumas evidências sobre o grau de degradação da situação de segurança provocado pela rebelião do Boko Haram na Nigéria e em áreas vizinhas ao Lago Chade. De acordo com dados da Organização Internacional para as Migrações, desde 2009 os ataques causaram mais de 15 000 mortos e mais de 2.1 milhões de deslocados nos Camarões, Chade, Nigéria e Níger. Nos primeiros três meses de 2015, mais de 1 000 civis foram mortos. Só na Nigéria, cerca de 600 professores foram assassinados desde o início da rebelião do Boko Haram, em dezembro de 2015. Mais de 2 000 escolas continuam fechadas, algumas das quais há mais de um ano, e centenas de escolas foram atacadas, pilhadas ou incendiadas. Na região, mais de 1 milhão de

crianças entre 7 e 15 anos estão fora da escola, das quais 380 000 deixaram a escola por um período de quatro anos, colocando-as em alto risco de abandonarem a escola por completo (UNICEF, 2015a).

Uma análise das tendências gerais revela que a extensão e intensidade dos atos de violência de atores não-estatais em África aumentou ligeiramente em 2015 (Figura 5.4). O Índice Global da Paz (IGP) de 2015 demonstra que, em média, o mundo tornou-se ligeiramente menos pacífico, com uma deterioração das pontuações em 86 países, dos quais 21 em África. A Líbia registou a maior queda mundial nas pontuações sobre a paz, em resultado do aumento das atividades de redes criminosas e grupos jihadistas (IEP, 2015). O Corno de África esteve também sob ameaça do terrorismo, nomeadamente o Quênia e a Somália, com vários ataques perpetrados pelos terroristas da Al-Shabaab, não apenas contra as forças governamentais e os símbolos do poder, mas também contra a população civil. Em abril de 2015, o ataque à Universidade de Garissa, no Quênia, fez 147 vítimas mortais.

As tensões intercomunitárias têm igualmente contribuído para este aumento. No Quênia, por exemplo, os atos de terror perpetrados pelo Al-Shabaab em 2015 geraram desconfiança entre comunidades, levando, conseqüentemente, a um aumento da tensão dirigida aos Somalis quenianos. Na África do Sul, a onda de tumultos tendo como alvo as lojas de propriedade estrangeira, principalmente em Durban e Joanesburgo, resultaram em sete mortes em abril de 2015, antes de as forças governamentais terem assumido o controlo da situação.

Figura 5.4. Endurecimento político e violência civil, 1996-2015



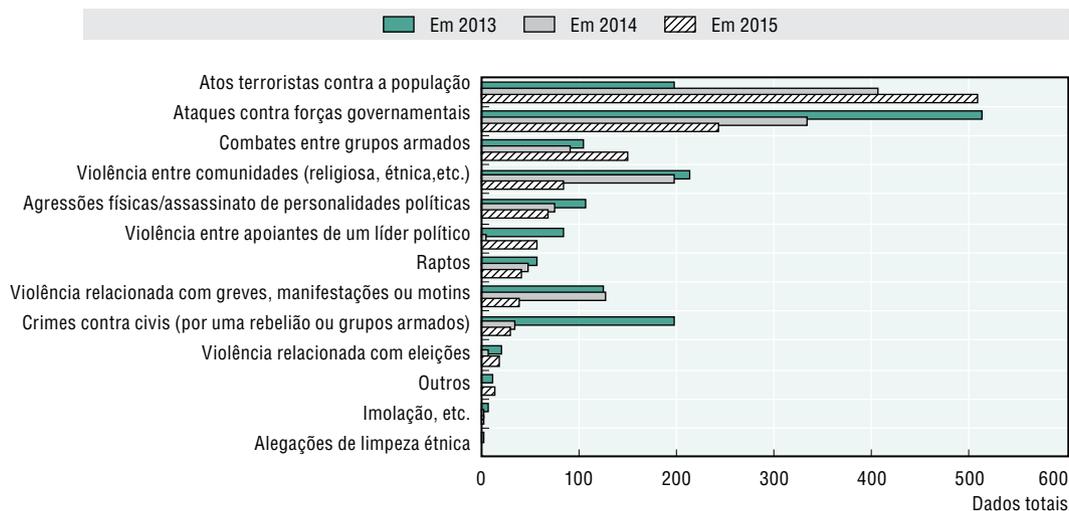
Nota: Foi feita uma ponderação de cada ato violento segundo a intensidade (número de mortos e/ou feridos), de acordo com a metodologia de escala descrita no anexo deste relatório.

Fonte: Cálculos dos autores com base em relatórios noticiosos de jornalistas e agências noticiosas em África, verificadas pela AFP e Reuters.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391570>

Entre 2013 e 2015, os três principais catalisadores da violência por parte de atores não-estatais foram: i) o terrorismo; ii) os conflitos entre comunidades, frequentemente alimentados por tensões sobre a escassez de recursos e ressentimentos de base étnica; e iii) queixas sobre processos eleitorais, em que os partidos políticos inflamaram ou agravaram as tensões civis através da violência (Figura 5.5).

Figura 5.5. Violência por atores não-estatais em África, por tipo, 2013-15



Nota: Foi feita uma ponderação de cada ato violento segundo a intensidade (número de mortos e/ou feridos), de acordo com a metodologia de escala descrita no anexo deste relatório.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do FMI (2015a).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391586>

Vários países africanos estão a inovar para corresponderem à procura crescente de serviços públicos

Quais os desafios e oportunidades que decorrem da capacidade dos governos prestarem serviços públicos aos seus cidadãos de forma eficaz? Com o crescimento populacional e o aumento da assertividade democrática, o fornecimento de serviços públicos enfrenta limitações ao nível da capacidade. Nestes casos, as instituições não têm outra opção senão apostar na inovação e na mudança. Os indicadores sobre a qualidade da governação indicam que as exigências dos cidadãos africanos face às suas instituições estão a originar não apenas uma melhoria dos serviços, mas também reformas de melhoria da capacidade institucional. Por fim, existem exemplos de iniciativas internacionais que reforçam a eficácia da prestação de serviços.

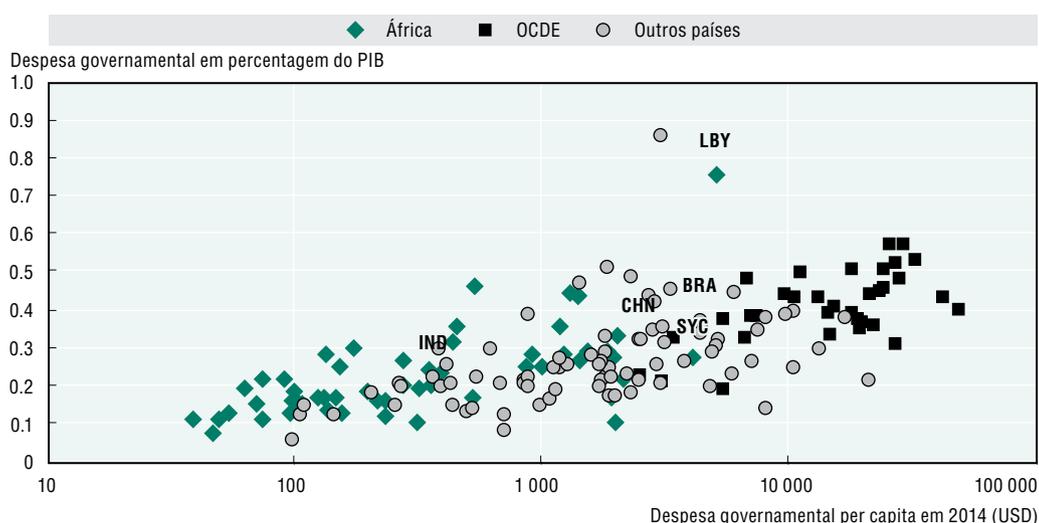
O desempenho dos governos africanos na prestação de serviços públicos é muito variável no continente

As *Gallup World Polls*, em 2013 e 2014, abrangeram 46 países africanos, podendo observar-se grandes variações na taxa líquida de satisfação relativamente à prestação de serviços na saúde, educação, transportes e habitação, o que reflete uma avaliação muito heterogénea dos cidadãos relativamente ao desempenho do Estado. A formulação das perguntas era: “na cidade ou área onde habita, está satisfeito ou insatisfeito com...?”. Relativamente aos **sistemas de transporte público** verificou-se uma taxa líquida média de insatisfação na ordem dos 15.2%, mas os resultados vão desde uma taxa de insatisfação de 62% na República Centro-Africana a uma taxa de satisfação de 42% nas Maurícias. Em relação à **prestação de serviços de saúde**, os africanos estão mais descontentes com os seus governos, atingindo em média uma taxa líquida de insatisfação de 22%. Contudo, verificou-se uma avaliação positiva do desempenho dos governos na área da saúde em nove países, variando entre 5% no Botswana e 59% no Ruanda. Relativamente ao desempenho estatal no fornecimento de **habitação** de qualidade e a preços acessíveis, uma média de 17% das pessoas nos 46 países declara-se insatisfeita, mas novamente

com grandes disparidades, com percentagens entre 65% de taxa líquida de insatisfação na Líbia até 32% de taxa líquida de satisfação no Ruanda. A **educação** é a prestação de serviços que apresenta maior taxa líquida de satisfação, com uma média de satisfação de 5.1% dos cidadãos africanos. Vinte países apresentam uma taxa de satisfação positiva e 24 uma avaliação negativa da satisfação nesta área (dois países não têm dados disponíveis). Um inquérito semelhante do Afrobarómetro confirma a perceção relativamente mais positiva sobre o desempenho dos governos na educação, com uma taxa média de satisfação de 20% nos 33 países abrangidos pelo inquérito.

Em África, as despesas públicas em relação ao PIB, em termos absolutos, são menores do que noutras regiões. O rácio médio despesas-PIB é de 29.7% em África, comparativamente a 40.9% nos países da OCDE. Em 2014, os governos africanos despenderam menos de 2 000 USD per capita, com exceção da Líbia (LBY) e das Seychelles (SYC) (Figura 5.6). Por comparação, o Brasil (BRA) gastou cerca de 4 300 USD per capita e a China (CHN) aproximadamente 2 500 USD, enquanto a Índia (IND) gastou apenas 360 USD.

Figura 5.6. Despesa governamental per capita vs. Despesa governamental em % do PIB, 2014



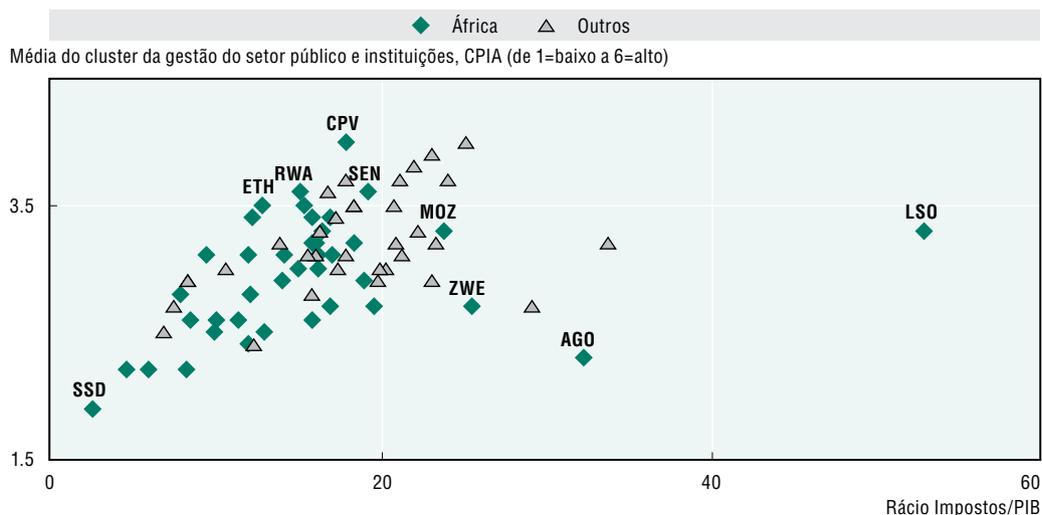
Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do FMI (2015a).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391596>

Mesmo com baixos níveis de cobrança de impostos, vários países africanos apresentam uma alta eficiência na gestão do setor público para os padrões globais. A Figura 5.7 apresenta os países em África e no resto do mundo de acordo com os rácios impostos-PIB e com a qualidade da gestão do setor público, medida pelas suas pontuações no *Country Policy and Institutional Assessment* (CPIA) do Banco Mundial. Isto ajuda a identificar alguns dos casos de sucesso na gestão do setor público. Por exemplo, apesar de terem um rácio impostos-PIB abaixo dos 20%, Cabo Verde (CPV), a Etiópia (ETH), o Ruanda (RWA) e o Senegal (SEN) atingem pontuações acima da média no CPIA. Pelo contrário, alguns países com rácios impostos-PIB mais elevados têm pontuações baixas. A maioria dos países africanos apresenta valores baixos tanto no rácio impostos-PIB como na pontuação sobre a gestão do setor público.

Observam-se igualmente disparidades na prontidão das administrações em promover os funcionários com base no mérito e nas competências técnicas. A Figura 5.8 compara a eficiência dos gastos com a prioridade que é conferida ao mérito nas

contratações (Fórum Económico Mundial, *Executive Opinion Survey*, 2014). Tal como nos grupos de referência, porém, quanto mais a contratação é baseada nas qualificações, maior o impacto na eficiência das receitas públicas. O Ruanda é um dos países com melhor desempenho nas duas variáveis.

Figura 5.7. Gestão do setor público vs. Rácio impostos/PIB

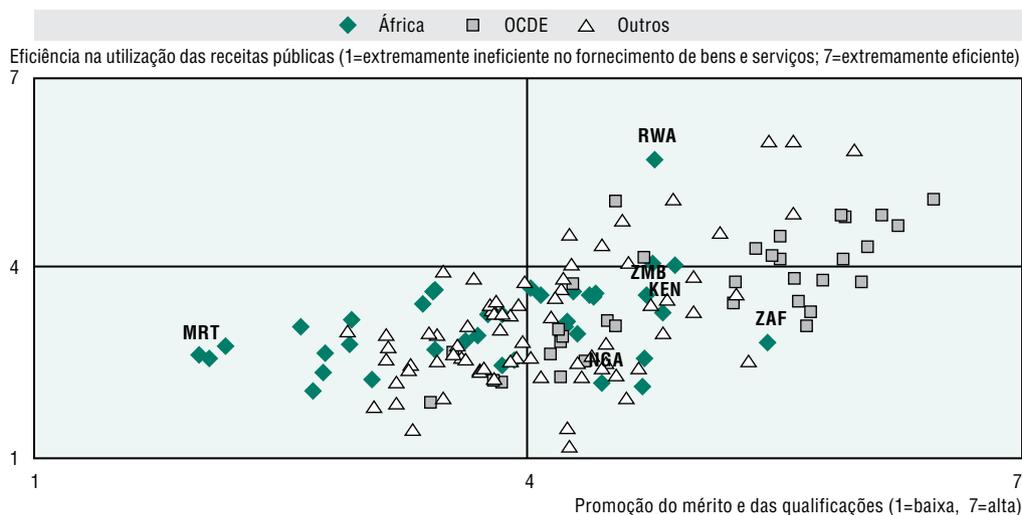


Nota: O cluster de gestão do setor público e instituições inclui os direitos de propriedade e a governação baseada no primado do direito, a qualidade da gestão orçamental e financeira, a eficiência na mobilização de receitas, a qualidade da administração pública, e a transparência, prestação de contas e corrupção no setor público.

Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do Banco Mundial (2016a) e do FMI (2015a).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391608>

Figura 5.8. Contratação com base no mérito e nas qualificações vs. Eficiência na utilização das receitas públicas



Notas: Questão 1.7. No seu país, em que medida os funcionários governamentais demonstram favorecimento de empresas e indivíduos na tomada de decisões sobre políticas e contratos? (1=demonstram sempre favorecimento; 7=nunca demonstram favorecimento). Questão 1.8. No seu país, qual o grau de eficiência com que o governo utiliza as receitas públicas? (1=extremamente ineficiente no fornecimento de bens e serviços; 7=extremamente eficiente).

Fonte: Ilustração dos autores, com base em dados do FEM (2014).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391610>

Na opinião dos africanos, a corrupção – entendida como o exercício do poder público para benefício privado – continua a ser o principal obstáculo ao fornecimento de serviços públicos e à proteção do interesse público por parte do Estado. Em 2015, 58% dos inquiridos na pesquisa da Transparência Internacional para o Barómetro sobre Corrupção Global consideraram que a corrupção aumentou (Transparência Internacional, 2015). Nos 12 meses anteriores ao inquérito, 22% dos utilizadores de serviços públicos pagaram um suborno na África Subsariana (ASS), o que equivale a 75 milhões de pessoas. Os organismos africanos de combate à corrupção dispõem de poucos recursos e, normalmente, uma grande percentagem dos cidadãos considera que os seus governos têm um fraco desempenho na luta contra a corrupção. Em média, 64.4% dos africanos classificaram a resposta dos seus governos à corrupção como má ou muito má, enquanto 30.6% consideram essa resposta como boa ou muito boa (Afrobarómetro, 2015). As instituições formais de fiscalização enfrentam, frequentemente, grandes limitações no desempenho das suas funções de responsabilização dos governos (IBP, 2015).

A transparência e prestação de contas (accountability) e a existência de sistemas de equilíbrio e controlo nas administrações e políticas públicas são fundamentais para a eficácia no fornecimento de bens públicos, na prestação de serviços e no financiamento de infraestruturas. A transparência e prestação de contas são um elemento crucial para a perceção dos cidadãos sobre a boa governação e são essenciais para a qualidade das políticas públicas e para o fornecimento de bens públicos (Banco Mundial, 2002). A falta de controlos e equilíbrios favorece a corrupção, o que resulta em grandes custos financeiros e em perdas na qualidade da prestação de serviços. Por exemplo, o gabinete do auditor geral no Quênia, um organismo público independente que promove a boa governação e a prestação de contas na gestão dos recursos públicos, revelou que menos de 1.2% da despesa pública foi efetuada de forma legal e de acordo com as regras contabilísticas (KENAO, 2015). Isto prejudica fortemente a capacidade dos Estados responderem às necessidades dos cidadãos.

Várias políticas estão a originar serviços mais eficientes, eficazes e inclusivos

Os países africanos podem melhorar a sua prestação de serviços, apesar da grande diversidade de contextos políticos. Tanto a literatura académica como as recentes reformas de políticas no continente indicam que alguns princípios gerais de melhoria das políticas são aplicáveis a muitos países. Nomeadamente, em muitos países africanos vale a pena apostar numa melhor definição das prioridades, numa maior consistência na atribuição de responsabilidades entre níveis e agências do governo, num melhor uso da informação e em sistemas mais equilibrados de pagamento aos fornecedores (OCDE, 2010a). No entanto, apesar destes princípios gerais se aplicarem a muitos países, tal não acontece com as políticas individuais, não sendo aconselhável uma abordagem única.

A descentralização pode contribuir para melhorar a prestação de serviços, nos casos em que a maioria das regiões sejam sustentáveis no plano económico e orçamental. Em vários países africanos, as regiões e os municípios dependem principalmente das transferências governamentais (PEA, 2015). O desempenho administrativo pode ser melhorado através de eleições locais e da mobilização da sociedade civil, nos casos em que as finanças locais não dependem exclusivamente das transferências do governo central (Cabral, 2011). O'Neil e Cammack et al. (2014) concluíram que, nas administrações locais do Malawi, é mais provável que a descentralização tenha sucesso nas cidades do que nos municípios rurais, uma vez que as primeiras têm melhores infraestruturas, conseguem gerar mais receitas e têm maior probabilidade de monitorização do desempenho, nomeadamente pelos cidadãos.

A melhoria da gestão e a otimização dos recursos financeiros podem melhorar consideravelmente a prestação de serviços públicos. Por exemplo, as experiências de contratação privada sem fins lucrativos no Uganda revelaram resultados positivos em

termos de afetação de recursos e de prestação de serviços. Desde 1997, no âmbito do processo de descentralização e devolução do poder ao nível local, o Ministério da Saúde concedeu subsídios públicos a fornecedores privados sem fins lucrativos, com o objetivo de alargar o acesso a cuidados de saúde através de parcerias público-privadas (PPP), particularmente em zonas do país mais carenciadas. As instalações privadas sem fins lucrativos representam agora uma parte significativa do sistema de saúde no Uganda, operando cerca de um terço das unidades de saúde no país (Lundberg, 2008).

O crescimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) em África pode, igualmente, melhorar a implementação de políticas e fazer a diferença para as pessoas. Os telemóveis são o tipo de equipamento mais amplamente difundido no continente africano, com uma disponibilidade entre os 70% e os 100%, em 2015 (Leo et al., 2015). A telemedicina, ou *e-saúde*, constituiu um dos muitos exemplos de soluções de baixo custo, fornecidas pelas TIC, para alguns desafios de saúde nos países em desenvolvimento. As políticas governamentais podem ajudar a criar enquadramentos coerentes e fiáveis de privacidade e segurança, bem como mecanismos de prestação de contas, que favorecem tanto a inclusão como a inovação.

- No **Gana**, a Fundação Novartis tem liderado desde 2012 uma PPP que fornece serviços de teleconsulta em 21 comunidades, em cooperação com ministérios setoriais, a agência nacional de seguros de saúde e as associações médicas. O modelo piloto de centro de teleconsultas, a operar 24 horas, contribuiu para reduzir em 31% o recurso a consultas e melhorou a facilitação do transporte de emergência, prevendo-se que o roteiro para alargamento a todo o território esteja concluído em dezembro de 2017 (Fundação Novartis, 2016).
- No **Quénia**, que é já líder mundial nos serviços de pagamento por telemóvel (através do serviço m-PESA), o aumento da telemedicina tem permitido a interação dos pacientes e profissionais de saúde de zonas rurais com as equipas dos principais hospitais do país, através de videoconferência. Isto melhorou a qualidade dos cuidados, com custos muito baixos (Arrow e Sanghi, 2015).
- A **Tanzânia** lançou um programa de apoio ao registo dos nascimentos através de telemóvel, uma vez que, de acordo com o censo de 2012, 80% dos tanzanianos não possui certidão de nascimento (Reuters, 2015a). Este facto tem impacto direto no acesso a serviços públicos de educação e saúde e priva o governo de dados essenciais para planear a prestação de serviços às crianças e para fazer corresponder a tomada de decisões com as necessidades da população (ACNUDH, 2014).

No que concerne aos esforços de reforma, o Gana, as Maurícias e a África do Sul estão entre os países africanos mais ricos que implementaram sistemas de saúde com sucesso (KPMG, 2012). No **Gana**, o Sistema de Seguro Nacional de Saúde (NHIS, na sigla inglesa) criado em 2003, reduziu com sucesso a percentagem de gastos correntes nas despesas totais privadas de saúde, com efeitos positivos para os cidadãos mais pobres. Nas **Maurícias**, são prestados cuidados básicos de saúde, mesmo que o peso das despesas correntes continue elevado. Na **África do Sul**, as ONG e o governo estão a colaborar em algumas formas inovadoras de melhorar os resultados dos cuidados de saúde nas zonas mais pobres.

O principal fator para a melhoria da eficácia é a existência de políticas adequadas. A **Etiópia** fez progressos na melhoria dos cuidados de saúde, principalmente através da reforma dos serviços de administração da saúde, embora seja o segundo país em África com menores despesas de saúde (16 USD per capita, em 2010) (KPMG, 2012). No **Ruanda** (caixa 5.2), o governo tem superado as baixas despesas de saúde per capita (57 USD per capita em 2010, apesar do peso do orçamento da saúde no orçamento de Estado ser dos maiores em África), conseguindo apresentar bons resultados através da combinação de vários modos de financiamento, do lobby para financiamentos externos e da prioridade dada à melhoria da burocracia no setor da saúde (OMS, 2014).

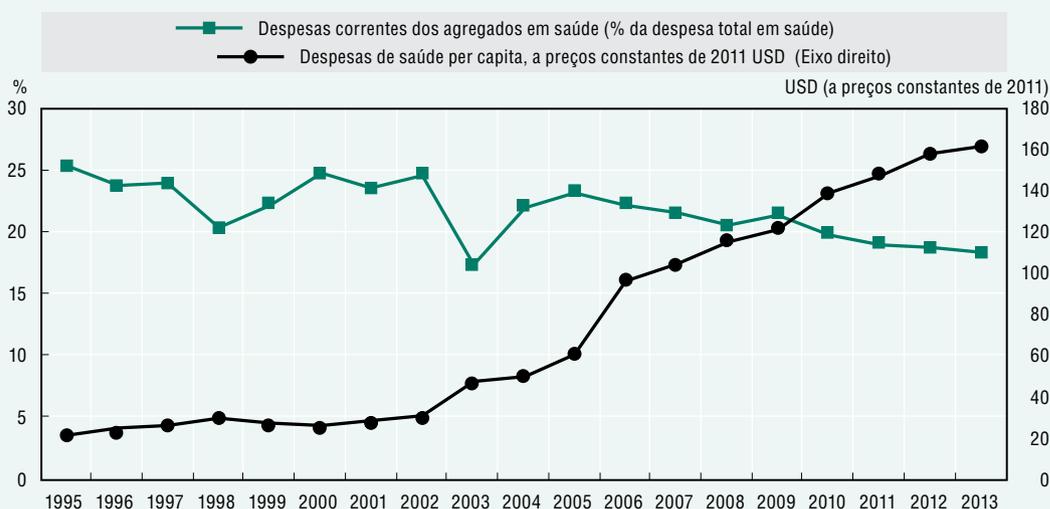
Caixa 5.2. Resumo das principais melhorias no sistema de saúde do Ruanda

O Ruanda registou um notável progresso socioeconómico após grandes melhorias e inovações nas políticas nacionais de saúde, no âmbito do Plano Estratégico para o Setor da Saúde (PESS II). O país desenvolveu, desde 2005, um quadro de financiamento abrangente para os sistemas de saúde, baseado nas melhores práticas do financiamento global para a saúde.

Do lado da oferta, o governo central aumentou as transferências para as autoridades locais através da descentralização orçamental e disponibilizou unidades de saúde periféricas, com base nas necessidades e no desempenho. Entre as medidas tomadas estão um sistema de seguro de saúde, com subvenções cruzadas das categorias mais ricas para as mais pobres, e unidades de fornecimento de medicamentos (aquisição e distribuição). Atualmente, o Ministro da Saúde está a implementar um conjunto de reformas nos sistemas de gestão da informação no setor da saúde, nomeadamente pela sua automatização.

Do lado da procura, o Ruanda realizou avanços excecionais na proteção das famílias contra o endividamento por despesas de saúde, através do reforço de mecanismos de pré-pagamento, tais como seguros de saúde comunitários e outros esquemas de seguros. Existem igualmente pagamentos diretos às populações através de incentivos em espécie. Estes esforços reduziram drasticamente o fardo dos pagamentos diretos. As despesas correntes gerais diminuíram de 9.5 USD, em 2006, para 4.09 USD em 2010 (OMS, 2014). A esperança de vida à nascença aumentou de 51 anos, em 2002, para 64.5 anos, em 2013 (INER, 2013).

Figura 5.9. Despesas correntes dos agregados em cuidados de saúde e despesa total de saúde no Ruanda, 1995-2013



Fonte: OMS (2014), "WHO country cooperation strategy 2014-2018: Rwanda" e cálculos dos autores com base em dados do Banco Mundial (2015), *World Development Indicators* (consultado em janeiro de 2016).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391620>

A melhoria na afetação da ajuda internacional pode contribuir para melhorar a prestação de serviços em países de baixo rendimento e em Estados frágeis

A eficácia da ajuda internacional em contribuir para a melhoria da prestação de serviços públicos tem sido questionada na última década. Um estudo da OCDE, em 2013, concluiu que seis países da África Subariana são simultaneamente Estados frágeis e subfinanciados pela ajuda internacional: Chade, Madagáscar, Malawi, Gâmbia, Guiné, Níger, Serra Leoa e Togo (OCDE, 2013a). Estas disparidades geográficas na distribuição da ajuda ao desenvolvimento resultam da falta de coordenação. Em parte, tal deriva do facto de cada doador ter as suas próprias prioridades políticas e incentivos, levando a decisões individuais de afetação da ajuda que diferem grandemente e que não dependem

das necessidades do país ou do seu desempenho institucional. No entanto, o surto do vírus Ébola em 2014/15 demonstrou que os Estados frágeis são vulneráveis a catástrofes e não devem ser negligenciados. Com efeito, a canalização de ajuda adicional através de apoio orçamental pode ajudar estes países, quando acompanhada de assistência técnica direcionada para o reforço de capacidades e a gestão das finanças públicas (Caixa 5.3).

Caixa 5.3. Aumento da eficácia da ajuda em Estados frágeis

A OCDE define os Estados frágeis como tendo “fraca capacidade para realizar as funções básicas de governar as populações e sem capacidade de desenvolver relações construtivas e de reforço mútuo dentro da sociedade (OCDE, 2011).

As consequências dramáticas do surto do vírus Ébola demonstram que as epidemias podem transformar-se em desastres humanitários nos países com fracos serviços. Registaram-se problemas significativos, não apenas devido à insuficiência de recursos para o setor da saúde, mas também devido à fragmentação dos processos de prestação de cuidados e a falhas de informação. Os sistemas de saúde da Guiné, Libéria e Serra Leoa – onde se concentraram 99% das vítimas do Ébola – são subfinanciados e tiveram dificuldades para conter o impacto do vírus.

Direcionar a ajuda ao desenvolvimento para apoiar os governos na prestação de serviços básicos pode melhorar consideravelmente o ambiente de saúde e aumentar a resiliência a epidemias. Embora estes países tenham sido declarados livres do Ébola em dezembro de 2015, continuam a enfrentar desafios sociais e económicos muito exigentes. O Banco Mundial estima que o surto tenha custado, em 2015, 2.2 mil milhões de USD em perdas do crescimento económico, na Guiné, Libéria e Serra Leoa (Banco Mundial, 2016b). A atividade económica e o investimento ainda não recuperaram. Cerca de 70 000 nascimentos não foram registados durante a epidemia, colocando as crianças em risco (UNICEF, 2015b). Um relatório do Banco Mundial alerta para a possibilidade de aumento da mortalidade na Libéria até 111%, devido a mortes dos profissionais de saúde no país. Entretanto, continuam a surgir novos riscos para a saúde e o sistema de saúde continua seriamente deteriorado. Em 2015, mais de 500 pessoas morreram de meningite no Níger, obrigando ao encerramento de escolas. A OMS alerta para o perigo desta doença se tornar uma epidemia na faixa africana da meningite, do Mali à Etiópia. Isto demonstra a necessidade de abordar as insuficiências estruturais da prestação de cuidados de saúde. Sem uma melhoria na qualidade das infraestruturas e serviços de saúde, estas doenças continuarão a ter um impacto muito desproporcional nestes países.

A subcontratação das funções e serviços do Estado a fornecedores externos é uma prática comum em muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nas situações de fragilidade, o recurso a fornecedores externos tem permitido tanto aos países desenvolvidos como em desenvolvimento prestarem serviços essenciais, como água potável, bem como funções fundamentais, que vão desde serviços aduaneiros à mobilização de recursos internos. Quando não é efetuada de forma correta, a subcontratação acarreta o risco de poder ultrapassar ou substituir o Estado e, assim, prejudicar o desenvolvimento das suas capacidades para gerir e prestar esses serviços ou funções.

Fontes: OCDE (2010b), OCDE (2011), UNICEF (2015b), Banco Mundial (2016b).

O alinhamento das modalidades de ajuda com os processos de construção do Estado pode reforçar a eficácia da prestação de serviços a longo prazo. Nomeadamente, as assimetrias na distribuição da ajuda têm integrado a agenda de desenvolvimento desde a aprovação da Agenda de Ação de Acra (AAA), em 2008. É necessário reforçar as parcerias estratégicas com atores nacionais, em particular no caso dos Estados frágeis. Outras iniciativas internacionais têm também dado frutos no setor da saúde. A Parceria para o Controlo da Malária, lançada em 1998 como parceria entre a Organização Mundial

de Saúde (OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial, obteve resultados encorajadores no combate à malária: no período de dez anos, o número de mortes provocadas pela malária diminuiu 50% em 11 países africanos (OMS, 2015). O segundo Plano de Ação Global contra a Malária, para o período 2016-25, pretende maximizar o desempenho através de um quadro multisetorial de ações para as famílias, indo para além da prestação de cuidados de saúde (RBM/PNUD, 2013). Outro exemplo é a iniciativa para a erradicação da poliomielite, uma PPP liderada por governos nacionais e financiada por um vasto leque de doadores e fundações. Desde a sua criação, em 1988, o investimento de aproximadamente 11 mil milhões de USD contribuiu para reduzir a incidência da doença em 99%, registando-se apenas 75 casos no mundo em 2015, nenhum dos quais em África (International Monitoring Board Polio, 2015).

As melhorias no ambiente de negócios exigem tempo e devem ser complementares a reformas estruturais, para terem resultados

A qualidade da governação das instituições públicas afeta o crescimento económico por via do seu impacto no ambiente de negócios. A capacidade do setor privado contribuir para o crescimento económico depende não só de fatores económicos como a oferta, a procura e os *inputs*, mas também de um conjunto de restrições regulamentares, legais e sociais que afetam a sua tomada de decisão (Hausmann, Rodrik e Velasco [2005]; OCDE [2007]; Xu [2010]; Monga e Lin [2015]). Os países africanos têm vindo a melhorar os seus ambientes de regulamentação dos negócios.

Os países africanos estão a facilitar a realização de negócios e vários países estão entre os mais reformistas do mundo

Nos últimos anos, muitos países africanos realizaram esforços para melhorar os seus ambientes de negócio. O Banco Mundial monitoriza o número de reformas dos procedimentos administrativos, implementadas em cada ano por cada país, no seu relatório anual *Doing Business*. Os tipos de reformas mais comuns são ao nível da criação de empresas e da obtenção de crédito. Entre 2014 e 2015, 15 países implementaram reformas na primeira categoria e 13 na segunda. Desde 2010, os países africanos têm estado regularmente entre os dez países mais reformistas (Tabela 5.2). No relatório de 2016, o Uganda, o Quênia e a Mauritânia ocupam as três primeiras posições em África.

Tabela 5.1. Os 10 principais países no mundo de acordo com a classificação *Doing Business*, por ano

Posição	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
1	Cazaquistão	Marrocos	Polónia	Ucrânia	Tajiquistão	Costa Rica
2	Ruanda	Moldávia	Sri Lanka	Ruanda	Benim	Uganda
3	Peru	Macedónia, ARJ	Ucrânia	Federação Russa	Togo	Quênia
4	Vietname	São Tomé e Príncipe	Uzbequistão	Filipinas	Côte d'Ivoire	Chipre
5	Cabo Verde	Letónia	Burundi	Kosovo	Senegal	Mauritânia
6	Tajiquistão	Cabo Verde	Costa Rica	Djibouti	Trinidad e Tobago	Uzbequistão
7	Zâmbia	Serra Leoa	Mongólia	Côte d'Ivoire	Rep. Dem. do Congo	Cazaquistão
8	Hungria	Burundi	Grécia	Burundi	Azerbaijão	Jamaica
9	Grenada	Ilhas Salomão	Sérvia	Macedónia, ARJ	Irlanda	Senegal
10	Brunei Darussalam	Coreia	Cazaquistão	Guatemala	Emirados Árabes Unidos	Benim
Total Africanos	3	2	1	4	5	5

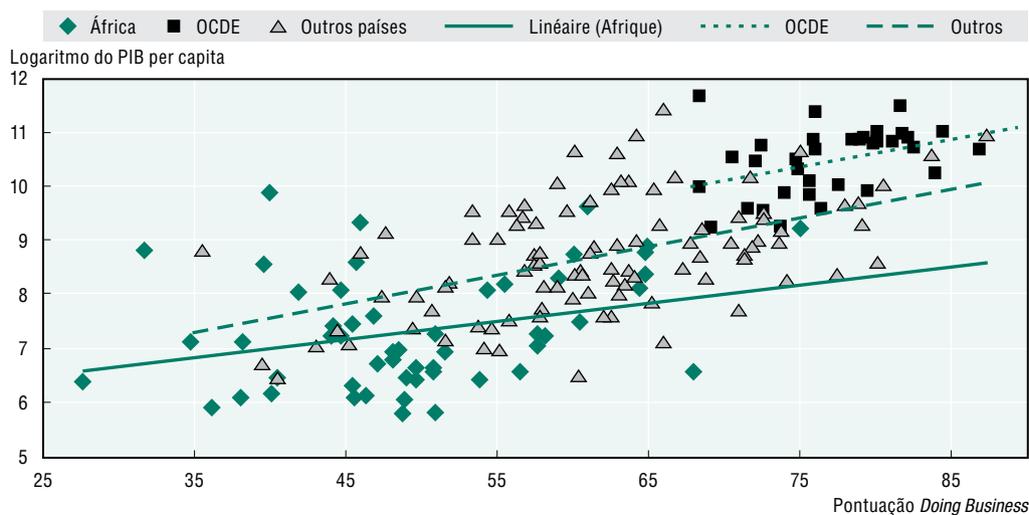
1. *Nota de rodapé da Turquia:* As informações deste documento que mencionam “Chipre” referem-se à parte sul da ilha. Não existe uma única autoridade que represente ao mesmo tempo as populações cipriotas turcas e gregas na ilha. A Turquia reconhece a República Turca de Chipre do Norte (RT CN). Enquanto não houver uma solução duradoura e justa no âmbito das Nações Unidas, a Turquia manterá sua posição no que diz respeito à “questão de Chipre”.

2. *Nota de rodapé de todos os Estados membros da União Europeia, da OCDE e da União Europeia:* A República de Chipre é reconhecida por todos os membros das Nações Unidas com exceção da Turquia. As informações constantes deste documento referem-se à área sob controle efetivo do Governo da República de Chipre.

Fonte: Banco Mundial (2016c).

Os países africanos registam uma melhoria nas pontuações do *Doing Business*, embora partam de uma base mais baixa, se comparados com o resto do mundo. Em 2015, seis países (num total de 54 países africanos) ficaram acima do valor médio da pontuação, mas 26 dos 37 países classificados no quintil mais baixo são países africanos (Figura 5.10). No entanto, alguns países africanos de rendimento baixo, como o Ruanda, têm pontuações próximas dos países da OCDE. As Maurícias ocupam o 32º lugar no ranking mundial, acima de 12 países da OCDE. Pelo contrário, alguns países ricos em recursos naturais – onde a riqueza é menos dependente da qualidade do ambiente de negócios – apresentam pontuações mais baixas, apesar de elevados rendimentos per capita.

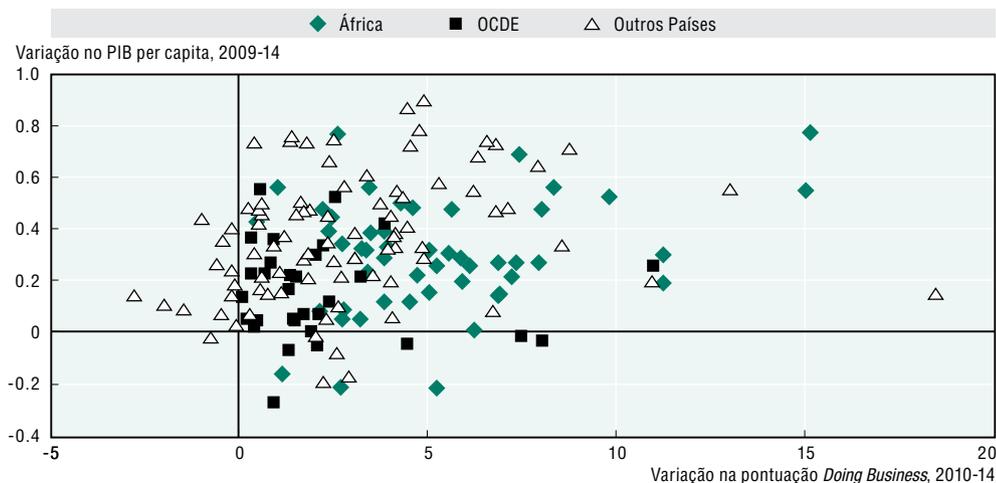
Figura 5.10. Pontuação no *Doing Business* e PIB per capita, 2015



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do Banco Mundial (2016c); FMI (2015).
 StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391638>

As reformas podem produzir melhorias a longo prazo, mas raramente benefícios de curto prazo

No geral, verifica-se uma fraca relação, no curto prazo, entre o crescimento económico e a melhoria das pontuações no *Doing Business*. Haidar (2011) estima que cada reforma positiva se reflita num aumento médio do PIB de 0.15%. Na prática, porém, os benefícios são anulados pelos efeitos de constrangimentos mais fortes, como o fornecimento pouco fiável de energia, a fraca confiança nas instituições políticas, os padrões comerciais e práticas informais ou a opacidade na atribuição de licenças comerciais. A Figura 5.11 demonstra a fraca correlação entre a alteração das pontuações do *Doing Business*, entre 2010 e 2014, e a variação do PIB per capita no mesmo período.

Figura 5.11. Variação na pontuação *Doing Business* e PIB per capita, entre 2010 e 2014

Nota: 2010-14 é o período mais longo em que se verificou uma série consistente das pontuações *Doing Business* (a metodologia foi alterada em 2014).

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do Banco Mundial (2016c); FMI (2015).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391642>

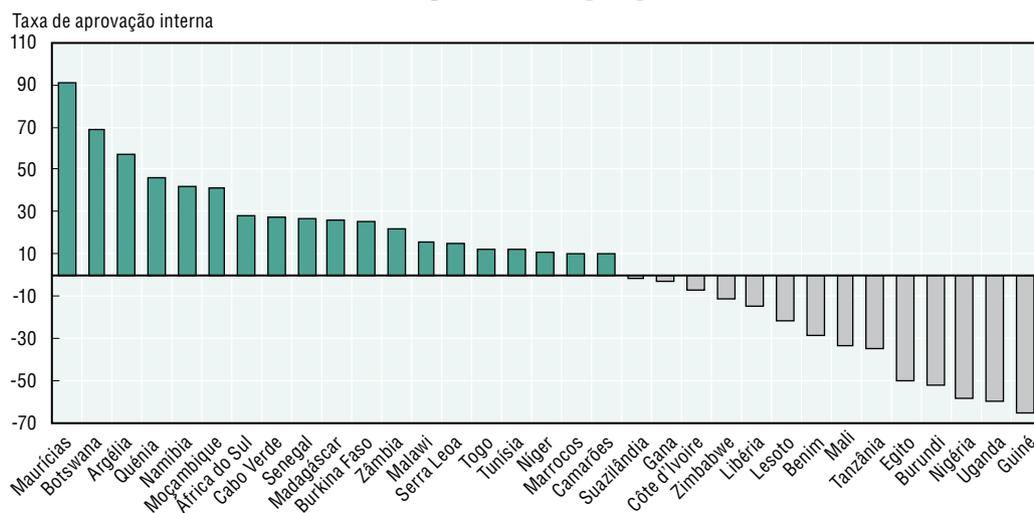
Os indicadores de competitividade mostram que África ainda está atrasada relativamente a outras regiões. O Índice de Competitividade Global (ICG) do Fórum Económico Mundial mede os fatores impulsionadores da produtividade e prosperidade de uma economia. É uma combinação de indicadores económicos e dos resultados de um inquérito a líderes empresariais, pretendendo medir o grau de atratividade de um país ao investimento. Embora não abranja todos os países africanos, verifica-se uma convergência geral entre este índice e o índice da facilidade em fazer negócios (*Ease of Doing Business index*), do Banco Mundial. África fica atrás de outras regiões não apenas no enquadramento regulamentar, mas também na atratividade geral para o investimento (Kessides, 2015). O Ruanda, o Botswana, as Maurícias e a África do Sul são os países africanos com melhor desempenho tanto no índice de realização de negócios como no índice de competitividade global. Por outro lado, os Camarões, a Gâmbia e o Senegal registam boas pontuações no ICG mas fracas pontuações no *Doing Business*. Já a Tunísia obteve uma classificação alta no índice de realização de negócios, mas baixa no ICG.

Para criar novas oportunidades económicas, é necessário ultrapassar obstáculos como as insuficiências nas infraestruturas

Uma das dificuldades na identificação de uma ligação entre a boa governação e o bom desempenho económico é que as alterações nas leis, regulamentos e políticas têm menor efeito num contexto de prevalência de práticas informais e de corrupção. Hallward-Driemeier e Pritchett (2015) salientam que as pontuações do *Doing Business*, do Banco Mundial, refletem o quadro regulamentar *de jure* e não correspondem ao que é reportado pelas empresas no inquérito do Banco Mundial às empresas. Por exemplo, o número médio de dias para criação de uma empresa no Egito é de 138,9 dias, segundo relatado no Inquérito às Empresas em 2013, enquanto a informação compilada para o *Doing Business* aponta para oito dias. Por outro lado, os dados utilizados para o *Doing Business* incluem 86 dias para a criação de uma empresa no Zimbabwe, em 2011, enquanto o Inquérito às Empresas aponta para uma média de apenas seis dias. As pequenas e médias empresas são frequentemente mais afetadas pelas práticas administrativas informais e pela burocracia. Em países com altos níveis de corrupção, as empresas podem até

contribuir para um agravamento do problema, ao recorrerem a subornos para acelerarem os procedimentos administrativos. Por outras palavras, a implementação de reformas aparentemente corajosas não tem, necessariamente, um efeito económico significativo.

Figura 5.12. Classificação das perceções sobre políticas ligadas ao fornecimento fiável de energia elétrica, por país, 2014-15



Nota: O inquérito Afrobarómetro inclui um conjunto de questões sobre as perceções dos inquiridos relativamente ao desempenho do governo do seu país em determinados assuntos. Nos países com classificações negativas, um maior número de inquiridos considera que há um mau desempenho do seu governo na resposta a tópicos específicos. A variação é entre -100% (o pior) e +100% (o melhor).

Fonte: Leo et al. (2015), com base no Afrobarómetro 2014/15 <http://afrobarometer.org/online-data-analysis/analyse-online>.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391658>

As principais infraestruturas económicas precisam de melhores políticas de manutenção e de bons sistemas de gestão. Em 2014/15, na maior parte dos países africanos, a maioria dos cidadãos considerava que o desempenho dos seus governos era fraco relativamente ao fornecimento fiável de eletricidade e à manutenção das vias rodoviárias (Figura 5.12, Afrobarómetro, 2015). A existência de infraestruturas públicas inadequadas é um grande obstáculo ao crescimento, particularmente na África Subsariana. Patat (2015), por exemplo, afirma que os grandes projetos hidroelétricos enfrentam perdas de até 50% nas suas linhas de produção devido a infraestruturas deficientes, originando frequentemente cortes de energia nas grandes cidades africanas. A instabilidade na produção de eletricidade afeta, por sua vez, as atividades económicas em países como o Gana, a Nigéria, o Senegal e a África do Sul. No Gana, os longos cortes de energia elétrica juntaram-se a uma forte desaceleração da economia, gerando o descontentamento dos eleitores (Reuters, 2015b). As graves falhas de eletricidade na África do Sul tornaram-se o maior obstáculo à atividade económica e ao crescimento. Este problema só pode ser resolvido através de reformas estruturais na gestão das infraestruturas (FMI, 2015b).

A luta contra o terrorismo exige melhor coordenação regional e partilha de informação

Foram criados mecanismos africanos de cooperação para combate ao terrorismo. A Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA), liderada pela União Africana e criada em 2002, fornece um quadro multidimensional para a prevenção, gestão e resolução de conflitos em África. Em 2013, 11 países vizinhos lançaram o processo de Nouakchott,

com o objetivo de operacionalizar a APSA e melhorar a cooperação sobre segurança na região do Sahel-Sara (OCDE, 2014). O G5 Sahel, formalizado em dezembro de 2014 e composto pelo Burkina Faso, o Chade, o Mali, a Mauritânia e o Níger, é outra das iniciativas destinadas a melhorar a coordenação das políticas de desenvolvimento e de segurança dos seus membros. Para além destas, em maio de 2014, a Nigéria, o Níger, o Chade, os Camarões e o Benim criaram a Task Force Conjunta Plurinacional para combate ao Boko Haram (Caixa 5.4).

Foram realizados esforços internacionais para apoiar a resposta dos países africanos a questões de segurança. No âmbito da parceria UE-África, a Missão de Formação da União Europeia no Mali (EUTM Mali) destacou cerca de 200 instrutores europeus em Koulikoro para treino das forças armadas do Mali, com um orçamento de 27.7 milhões de euros e um mandato de 24 meses (a partir de fevereiro de 2013). A missão EUCAP Sahel é outro exemplo da cooperação entre a União Europeia e África em matéria de segurança, assessorando as autoridades do Níger e Mali na definição de uma abordagem integrada contra o terrorismo e o crime organizado. Desde 2012, a França tem um envolvimento militar na luta contra os jihadistas no norte do Mali, em consonância com a Resolução das Nações Unidas 2100. A Operação Serval foi substituída pela Operação Barkhane, em Agosto de 2014, com mandato mais alargado para combater o terrorismo na região do Sahel. Na Cimeira Estados Unidos-África de 2015, a administração norte-americana anunciou duas iniciativas para reforçar a paz e segurança em África: a *African Peacekeeping Rapid Response Partnership* (APRRP, ou A-Prep) e a *Security Governance Initiative* (SGI). A A-Prep representa um investimento novo de 110 milhões de USD por ano, num período de cinco anos, de capacitação das forças africanas para rapidamente destacarem forças de manutenção da paz, em resposta a conflitos emergentes.

Os mecanismos legais de combate ao terrorismo enfrentam desafios de operacionalização. Existem já 19 convenções internacionais que abordam o terrorismo (UNODC, 2016). Na África Ocidental, a Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (CEDEAO) adotou vários instrumentos jurídicos para promover a cooperação judicial entre os países da região (OCDE, 2013b), mas a implementação tem sido lenta, devido a diferenças nos sistemas jurídicos, fraca capacidade operacional e prioridades divergentes entre os países (Yabi, 2010). As novas leis antiterroristas, aprovadas em 2015, foram criticadas por exporem as organizações da sociedade civil e os ativistas políticos a abusos, gerando preocupação sobre possíveis violações do Estado de direito e dos direitos civis e políticos (AFP, 2015a).

Caixa 5.4. Os esforços regionais de combate ao Boko Haram

O combate ao terrorismo transnacional exige uma extensa coordenação e cooperação entre países. Após o rapto de mais de 200 crianças em Chibok, Nigéria, foi criada, em maio de 2014, uma Task Force Conjunta Plurinacional com a participação da Nigéria, Níger, Chade, Camarões e Benim. Foi estabelecida fora do quadro das convenções regionais da CEDEAO, através da Comissão da Bacia do Lago Chade, e formalizada através do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A força, composta por 8 700 efetivos, tem sido destacada lentamente, em parte devido a dificuldades diplomáticas entre a Nigéria anglófona e os seus vizinhos francófonos (AFP, 2015b). Após assumir funções a 29 de maio de 2015, o Presidente nigeriano Muhammadu Buhari relançou o esforço regional, realizando muitas reuniões presenciais com os seus homólogos. No entanto, embora a *task force* devesse estar em vigor desde 30 de julho de 2015, em fevereiro de 2016 a sua operacionalização estava ainda pendente.

Para além da resposta ao terrorismo e aos riscos transfronteiriços, a implementação de políticas que abordem as causas profundas dos conflitos e da vulnerabilidade pode melhorar a eficácia dos processos de construção da paz ao nível nacional. Nomeadamente,

a insegurança derivada de conflitos entre comunidades e de disputas sobre a terra constitui uma ameaça à estabilidade política. A extração informal de minérios é um dos fatores que favorece os fluxos financeiros ilícitos (Caixa 5.5).

Caixa 5.5. A necessidade de melhoria da regulação das atividades mineiras

As estimativas sobre fluxos ilícitos na África Ocidental apontam para 15 mil milhões de USD, dos quais 3.5 mil milhões terão origem na extração artesanal e em pequena escala de ouro (OCDE, no prelo).

As atividades legais de exploração mineira estão a alimentar as tensões entre comunidades, em certos locais da África Ocidental. As disputas violentas podem ser consequência de conflitos sobre recursos, como comprovado pelos ataques a atividades mineiras ilegais em alguns países. A 22 de dezembro de 2015, ocorreram confrontos violentos entre as populações de Djélimala, na Guiné, e de Karatou, no Mali, motivados por questões de delimitação das terras e de extração ilegal de ouro. Os ministros do Mali e da Guiné organizaram uma reunião conjunta com as populações locais e defenderam a proibição da extração de ouro até que as autoridades tenham resolvido as questões sobre delimitação das terras (L'essor, 2016). Em 2013, registaram-se confrontos violentos entre os garimpeiros e a população local, em Angovia, Côte d'Ivoire (RFI, 2013).

As disputas sobre a terra e sobre o acesso a recursos naturais envolvem um risco estratégico específico, uma vez que os custos da inação podem ser consideráveis. A existência de riquezas naturais pode gerar agitação social em países relativamente estáveis, mas representa um risco particular em regiões já sob a ameaça de grupos armados. Há mais de 20 anos que o leste da República Democrática do Congo (RDC) está desestabilizado por conflitos armados, desencadeados pela competição pelo controlo dos recursos minerais da região. Um relatório das Nações Unidas salienta que o conflito no leste da RDC é sustentado pelo próspero tráfico de recursos naturais, efetuado por redes de crime organizado. Cerca de 98% dos lucros líquidos provenientes da exploração ilegal dos recursos naturais destina-se a redes transnacionais de crime organizado que operam dentro e fora da RDC. Estima-se que 57% das minas no leste da RDC tenha a presença de um grupo armado, e em 36% das minas existe cobrança ilegal de impostos, a qual financia as milícias armadas (PNUA et al., 2015). Contudo, os grupos armados retêm apenas 2% dos lucros líquidos provenientes da exploração ilegal de recursos naturais, indo a maior fatia para as redes transnacionais de crime organizado.

Vários países africanos têm processos eleitorais mais justos

O processo pelo qual os governos são selecionados ou substituídos desempenha um papel crucial no desenvolvimento económico, bem como a forma como são monitorizados. Tem-se verificado uma associação entre a consolidação democrática nos países africanos e o crescimento económico (Masaki e van de Walle, 2015). Os princípios da transparência, prestação de contas, não-discriminação e igualdade podem melhorar os resultados de desenvolvimento (OCDE, 2012; Malhorta, 2015).

A existência de instituições políticas fortes é essencial não apenas para consolidar os progressos na governação, mas também para responder de forma adequada às necessidades dos cidadãos. As eleições são necessárias, mas não suficientes, para avaliar o estado da governação. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, adotados em 2015, incluem compromissos para o reforço da capacidade das instituições. No decurso do último ano, alguns países testemunharam avanços para a construção de instituições mais fortes e fiáveis. Os anos de 2016 e 2017 serão importantes para testar estes sinais positivos sobre a boa governação em África.

Eleições justas e concorridas contribuem para a melhoria da confiança e a construção da paz

O ano de 2015 demonstrou que as eleições, quando realizadas de acordo com a lei e com os princípios de equidade, podem ter um papel fundamental no reforço da legitimidade e da credibilidade das instituições. No **Benim**, a intensidade dos protestos políticos diminuiu drasticamente após o anúncio de eleições para 2016 e de uma decisão judicial desfavorável a uma mudança constitucional que permitira a candidatura do presidente a um terceiro mandato (IEP, 2015). No **Burkina Faso**, após os protestos nacionais e da revolta popular que conduziu à queda do Presidente Blaise Compaoré após 26 anos no poder, a transição democrática levou à eleição do novo Presidente Marc Christian Kaboré, em dezembro de 2015. O governo de transição liderado pelo diplomata Michel Kafando encetou reformas económicas e sociais e uma luta contra corrupção. O processo ficou, ainda assim, marcado por tensões: o exército realizou uma tentativa de golpe em setembro de 2015, que acabou por falhar, devolvendo novamente o poder ao governo de transição. A **Guiné-Bissau** registou uma das maiores subidas do mundo no Índice Global da Paz, principalmente devido à realização de eleições credíveis e maioritariamente pacíficas em 2014 (Ibid). Na **Zâmbia**, após a morte do presidente em exercício, Michael Sata, em outubro de 2014, foram realizadas eleições presidenciais pacíficas em janeiro de 2015.

Apesar destas mudanças pacíficas e democráticas em 2015, o período eleitoral está ainda frequentemente ligado a ondas de protestos em vários países. As reclamações relacionadas com resultados ou processos eleitorais estão ainda entre os principais motivos de protesto reportados entre 2013 e 2015, como demonstrado na Figura 5.3. Por exemplo, o Índice Ibrahim da Boa Governação (IIBG) revela que o **Gana** continua a ser um dos países com melhor desempenho em termos de progressos democráticos (Fundação Mo Ibrahim, 2015). Em 2015, porém, os apoiantes do maior partido da oposição realizaram manifestações para a atualização das listas eleitorais, alegando que continham candidatos inexistentes e não-ganeses (AFP, 2015c; Reuters 2015c). No **Togo**, realizou-se uma greve geral das escolas e hospitais públicos, com milhares a desfilar na capital, Lomé, em protesto contra os resultados da eleição presidencial realizada a 25 de abril de 2015. No **Congo**, o referendo organizado em outubro de 2015 para alteração da Constituição foi acompanhado de alguns protestos.

As eleições são um componente essencial da democracia e de uma governação aberta, mas alguns países têm ainda dificuldade em realizar eleições transparentes e justas. O *think tank* africano *Institute for Empirical Research in Political Economy* (IERPE) classificou metade dos países africanos com uma pontuação abaixo dos 4,5, numa escala de 0 a 10, no seu índice sobre liberdade, equidade e competitividade das eleições entre 2000 e 2013. Este índice abrange todas as fases do processo eleitoral, desde a campanha até à eleição e ao período pós-eleitoral, bem como aspetos ligados aos procedimentos, liberdade de associação e restrições legais aos partidos políticos (IERPE, 2015). Isto aponta para uma necessidade de melhorar ainda mais os processos eleitorais. Foram relatadas ocorrências de compra de votos (Gutiérrez-Romero, 2014) e as personalidades políticas podem tentar obter ganhos políticos pela instrumentalização das divisões sociais e exacerbação dos conflitos (Bayart, 1989 e 2009). Nomeadamente, a República Centro-Africana tem passado por uma grave crise política desde a deposição do Presidente Bozizé pela milícia Seleka, em 2013, a qual veio agravar a violência intercomunitária e destruir os progressos económicos. A crise paralisou completamente a economia e impediu a tributação e gestão pública, privando o país dos recursos necessários.

As sociedades civis desempenham um papel crescente na governação política

Os movimentos da sociedade civil em África parecem moldar a forma como os cidadãos influenciam a qualidade da governação e a estabilidade política, como nos casos do Burkina Faso e da Tunísia. Estes movimentos seguem diferentes padrões de atuação e intensidade nos vários países (Caixa 5.6). Existem atualmente iniciativas, em sete países, para responsabilização dos funcionários públicos através de ações que não envolvem manifestações ou protestos públicos (McNeil e Malena, 2010). Estas vão desde orçamentos participativos até à análise independente dos orçamentos, monitorização participativa das despesas públicas e avaliação dos serviços públicos por parte dos cidadãos. No Benim, a Rede Social Watch, criada inicialmente para monitorizar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), estendeu as suas atividades ao nível nacional através do desenvolvimento de parcerias fortes e do estabelecimento de boas práticas de governação entre vários atores (McNeil e Malena, 2010).

No plano mais geral, é necessário reforçar os sistemas de transparência e prestação de contas no seio das administrações públicas, para permitir que a sociedade civil desempenhe as suas funções de fiscalização. Apesar de alguns exemplos de sucesso, a maioria dos países africanos não fornece a informação suficiente à sociedade civil e ao público para poderem entender e monitorizar os orçamentos. As conclusões do *Open Budget Survey* de 2015, do Banco Mundial, coloca sete países africanos entre os 12 com menor transparência orçamental, legislaturas débeis, auditorias insuficientes e poucas ou nenhuma oportunidade de participação pública (IBP, 2015). Só a África do Sul obtém boas pontuações em todas as dimensões, ocupando o terceiro lugar mundial. O Malawi obtém uma boa classificação, situando-se em 18º lugar. Por sua vez, os países francófonos da África Ocidental realizaram progressos assinaláveis, entre 2010 e 2015.

Caixa 5.6. O incremento da sociedade civil em África

Alguns movimentos da sociedade civil têm desempenhado um papel importante no debate político, tendo sido fundamentais, em alguns casos, para as mudanças de regime. No Burkina Faso, a Associação *Le Balai citoyen* agiu como uma força pacífica e democrática importante na revolta popular que conduziu à queda do regime de Compaoré, em 2014. Constituída por músicos, magistrados, jornalistas e estudantes, assumiu o papel de mediação entre os militares, a oposição e a população, fazendo campanha para preservar o processo de transição (*Le Monde Diplomatique*, 2015). Quando o RSP (Regimento de segurança presidencial) perpetrou uma tentativa de golpe, em setembro de 2015, este grupo manteve a pressão sobre o RSP para que devolvessem o poder ao regime civil de transição. Esta mudança de regime é um caso de transição democrática a assinalar, no qual um movimento da sociedade civil ultrapassou as divisões étnicas – frequentemente instrumentalizadas nos conflitos em África – e uniu os cidadãos em torno de aspirações comuns e de um pacto social baseado na representatividade, protegendo o interesse público e o debate democrático.

A Tunísia constitui um exemplo de ações lideradas com sucesso por organizações da sociedade civil: em 2015, o Prémio Nobel da Paz foi atribuído a um quarteto de organizações pela sua contribuição decisiva para a democracia pluralista na Tunísia (Norwegian Nobel Committee, 2015). Após a Primavera Árabe, a Tunísia conseguiu consolidar ganhos democráticos reais, pelo que o prémio é um símbolo do sucesso das organizações da sociedade civil na resolução de conflitos. A coligação era composta pela União Geral Tunisina do Trabalho (UGTT), a União Tunisina da Indústria, Comércio e Artesanato (UTICA), a Liga Tunisina dos Direitos Humanos (LTDH) e a Ordem Nacional dos Advogados da Tunísia.

Caixa 5.6. O incremento da sociedade civil em África (cont.)

Enquanto tal, a coligação foi capaz de estabelecer um diálogo nacional, cujo sucesso é baseado numa verdadeira compreensão da realidade local e no carácter inclusivo e diversificado da coligação. Ao reunir diversos setores da população em torno do objetivo comum da justiça social, esta experiência demonstra que a sociedade civil pode ter um papel fundamental na construção e reforço das instituições de um determinado país.

Existem outros exemplos de iniciativas da sociedade civil em África. Em Marrocos, o movimento reformista M20 desempenhou um papel importante na modernização da Constituição, em 2011 (PEA, 2012). Em 2011 e 2012, o movimento senegalês *Y'en a marre* foi ativo na defesa de melhores serviços públicos no país. A aliança *Tournons la Page*, com réplicas nos Camarões, Congo, Gabão, RDC, Bélgica e França, procura formar um movimento transcontinental para promoção do princípio da mudança democrática. No entanto, estes modelos são ainda frágeis e os padrões são muito difíceis de replicar.

As organizações da sociedade civil podem, portanto, desempenhar papéis importantes nas transições democráticas. O desafio está em conseguir manter a credibilidade e a dinâmica.

Em 2016 e 2017, realizam-se eleições em quase metade dos países africanos

Em África, 26 países realizarão eleições nacionais em 2016 e 2017, o que representa uma oportunidade de avaliar em que medida as instituições africanas estão a conseguir manter os ganhos de governação e a consolidação democrática. (Tabela 5.2). Existe uma interligação entre a democratização e o reforço das instituições. Quando são livres e justas, as eleições podem contribuir para a democratização e para um reforço da legitimidade das instituições públicas.

À medida que os países progridem e as suas sociedades são mais exigentes relativamente à qualidade da governação, as instituições públicas e as sociedades civis têm de desempenhar o seu papel na melhoria do funcionamento do governo. As instituições governamentais e os serviços públicos devem ser capazes de responder às aspirações dos cidadãos por melhores oportunidades económicas. É também necessário abordar as principais tensões políticas, através de políticas sólidas que apoiem o bem-estar humano e os resultados de desenvolvimento. Para além da capacidade de responderem às necessidades das populações, a eficácia das instituições africanas no apoio ao desenvolvimento depende da sua capacidade para promoverem a paz e a confiança. Isto implica melhores processos e métodos de governação, bem como uma tomada de decisão mais eficiente, com execução e controlo eficazes. As instituições com mandato constitucional melhoram a prestação de contas, a transparência e a capacidade de resposta das instituições (Sandbrook e Oelbaum, 1997), o que, por sua vez, tem impacto nas perspetivas económicas.

Tabela 5.2. Resumo da eleições nacionais em 2016 e 2017 em África

País	Votação para	Data	
Benim	Presidência	06/03 /2016 e 20/03/2016 (segunda volta)	
Cabo Verde	Presidência	31/08/2016	
República Centro-Africana	Presidência e assembleia nacional	14/02/2016	
Chade	Presidência	10/04/2016	
Comores	Presidência	21/02/2016	
Congo, Rep.	Presidência	20/03/2016	
Côte d'Ivoire	Assembleia nacional	Dec/2016	*
República Democrática do Congo	Presidência e assembleia nacional	27/11/2016	*
Djibouti	Presidência	08/04/2016	
Guiné Equatorial	Presidência	30/11/2016	*
Gabão	Presidência e assembleia nacional	16/08/2016	*
Gâmbia	Assembleia nacional	01/12/2016	
Gana	Presidência e assembleia nacional	07/11/2016	
Marrocos	Assembleia nacional	07/10/2016	*
Níger	Presidência e assembleia nacional	21/02/2016	
São Tomé e Príncipe	Presidência	31/07/2016	
Seychelles	Presidência e assembleia nacional	31/10/2016	*
Uganda	Presidência e assembleia nacional	18/02/2016	
Zâmbia	Presidência e assembleia nacional	11/08/2016	*
Argélia	Assembleia nacional	2017	*
Angola	Assembleia nacional	2017	*
Quênia	Presidência, assembleia nacional e senado	31/08/2017	* *
Lesoto	Assembleia nacional	2017	
Libéria	Presidência e assembleia nacional	2017	*
Madagáscar	Presidência	2017	*
Ruanda	Presidência	2017	*
Senegal	Assembleia nacional	2017	*
Serra Leoa	Assembleia nacional	2017	*

Nota: *Dados da eleição por confirmar.

Fonte: International Foundation for Electoral Systems (IFES) (2016); International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA) (2016).

Nota

1. Por exemplo, os protestos foram limitados ou banidos de agosto de 2014 até ser decretado oficialmente o fim da epidemia de Ébola na Guiné (29 de dezembro de 2015), na Libéria (novembro de 2015) e na Serra Leoa (7 de novembro de 2015).
 - O **Chade** decretou o estado de emergência a 9 de novembro de 2015 e o Mali também o fez por várias vezes, entre 20 de novembro de 2015 e 31 de março de 2016.
 - O **Egito**, que enfrenta repetidos ataques jihadistas contra as forças governamentais, instituiu o estado de emergência entre 24 de outubro de 2014 e 23 de julho de 2015, tendo-o renovado pelo período de três meses, em agosto de 2015.
 - O **Níger** decretou o estado de emergência de 11 de fevereiro de 2015 a 26 de janeiro de 2016, particularmente na região de Difa.
 - A **Tunísia** foi afetada por três vagas de ataques terroristas em 2015. Instituiu o estado de emergência para o território nacional por um período de três meses, entre o fim de junho e o início de outubro de 2015, e depois por quatro meses, de 24 de novembro de 2015 a 21 de março de 2016.

Bibliografia

- ACNUDH (2014), *Birth Registration and the Right to Everyone to Recognition Everywhere before the Law*, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Assembleia Geral das Nações Unidas, A/ HCR/27/22.
- AFP (2015a), “Au Tchad, un projet de loi antiterroriste controversé”, press release, 30 de julho, Agência France Press, Paris.
- AFP (2015b), “Boko Haram : face à la stratégie de la terreur, le casse-tête de la future force régionale”, press release, 7 de agosto, Agência France Press, Paris.
- AFP (2015c), “Ghana : la police disperse une manifestation de l’opposition”, press release, 16 de setembro, Agência France Press, Paris.
- Afrobarómetro (2015), *Afrobarometer survey R6 2014/2015*, <http://afrobarometer.org/online-data-analysis/analyse-online> (consultado em fevereiro de 2016).
- Arrow, K. e A. Sanghi (2015), “Why economists put health first”, Project Syndicate, <http://project-syndicate.us10.list-manage.com/track/click?u=9116789a51839e0f88fa29b83&id=f58ee400f7&e=cd5d5ba528>.
- Banco Mundial (2016a), *Country Policy and Institutional Assessment* (base de dados), Banco Mundial, Washington, DC, <http://data.worldbank.org/data-catalog/CPIA> (consultado em janeiro de 2016).
- Banco Mundial (2016b), “World Bank Group Ebola response fact sheet”, brief, 2 de fevereiro, Banco Mundial, Washington, DC, www.worldbank.org/en/topic/health/brief/world-bank-group-ebola-fact-sheet.
- Banco Mundial (2016c), *Doing Business* (database), Banco Mundial, Washington, DC, <http://doingbusiness.org/>.
- Banco Mundial (2015), *World Development Indicators* (base de dados), Banco Mundial, Washington, DC, www.worldbank.org (consultado em janeiro de 2016).
- Banco Mundial (2002), *World Development Report, Building Institutions for Markets*, Banco Mundial, Washington, DC, Oxford University Press, Oxford.
- BASeD (2013), *Asian Development Outlook 2013 Update: Governance and Public Service Delivery*, Banco Asiático de Desenvolvimento, Mandaluyong City, Filipinas.
- Bayart, J-F. (2009), *The State in Africa: The Politics of the Belly*, Polity Press, Cambridge.
- Bayart, J-F. (1989), *L’Etat en Afrique : la politique du ventre*, Paris, Fayard.
- Bratton, M. e R. Houessou (2014), “Demand for democracy is rising in Africa, but most political leaders fail to deliver”, *Policy Paper 11*, Afrobarómetro, www.afrobarometer.org/files/documents/policy_brief/ab_r5_policypaper11.pdf.
- Cabral, L. (2011), “Decentralisation in Africa: Scope, motivations and impact on service delivery and poverty”, *Future Agricultures Working Papers 020*, Overseas Development Institute, Londres.
- Effective Institutions Platform (2015), “An effective institutions index: Draft discussion paper”, <http://effectiveinstitutions.org/en/>.
- FEM (2014), *The Executive Opinion Survey, 2014*, base de dados do Fórum Económico Mundial, <http://reports.weforum.org/global-competitiveness-report-2014-2015/introduction-2/>.
- FMI (2015a), “World Economic Outlook, outubro de 2015” (base de dados), Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/02/weodata/index.aspx.
- FMI (2015b), *South Africa: Concluding Statement of an IMF Staff Visit*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, <https://imf.org/external/np/ms/2015/062315.htm>.
- Fundação Mo Ibrahim (2015), *Índice Ibrahim da Governação em África 2015*, www.moibrahimfoundation.org/iiag/data-portal/.
- Fundação Novartis (2016), “Telemedicine Project in Ghana: Bonsaaso cluster in the Amansie-West district of the Ashanti region”, <http://novartisfoundation.org/programs/more/408/improving-access-with-technology> (consultado em fevereiro de 2016).
- Gallup Organization (2015); *Gallup World Poll*, (base de dados), <http://gallup.com/services/170945/world-poll.aspx>.
- Gutiérrez-Romero, R. (2014), “An inquiry into the use of illegal electoral practices and effects of political violence and vote-buying”, *The Journal of Conflict Resolution* 2014, Vol. 58/8, pp. 1500-1527, DOI: 10.1177/0022002714547902.
- Haidar, J.I. (2011), “The impact of business regulatory reforms on economic growth”, *Journal of the Japanese and International Economies*, Vol.26, pp. 285-307.
- Hallward-Driemeier, M. e L. Pritchett (2015), “How business is done in the developing world: Deals vs rules”, *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 29/3, pp. 121-140.

- Hausmann, R., D. Rodrik e A. Velasco (2005), “Growth diagnostics”, Banco de Desenvolvimento Interamericano, www6.iadb.org/WMSFiles/products/research/files/pubS-852.pdf.
- IBP (2015), “The Open Budget Survey 2015”, International Budget Partnership, Washington, DC, <http://internationalbudget.org/opening-budgets/open-budget-initiative/open-budget-survey/publications-2/full-report/>.
- IEP (2015), “Global Peace Index report 2015”, Institute for Economics and Peace, http://visionofhumanity.org/sites/default/files/Global%20Peace%20Index%20Report%202015_0.pdf.
- IERPE (2015), “African Electoral Index 2000-13”, The Institute for Empirical Research in Political Economy (IERPE), <http://mo.ibrahim.foundation/iiag/methodology/> (consultado em janeiro de 2015).
- IFES (2016), Election Guide Calendar, International Foundation for Electoral Systems, www.electionguide.org (consultado em janeiro de 2016).
- IMB Polio (2015), “Now is the time for peak performance – 12th report: October 2015”, The Independent Monitoring Board of the Global Polio Eradication Initiative, <http://polioeradication.org/Aboutus/Governance/IndependentMonitoringBoard/Reports.aspx>.
- INER (2013), “Fourth population and housing census, Rwanda, 2012”, Instituto Nacional de Estatística do Ruanda, Kigali.
- International IDEA (2016), Voter Turnout Website, International Institute for Democracy and Electoral Assistance, www.idea.int/vt/index.cfm (consultado em janeiro de 2016).
- KENAO (2015), “Report of the auditor-general on the financial statements for national government for the year 2013-2014”, Gabinete do Auditor Nacional, República do Quênia, http://kenao.go.ke/index.php/reports/cat_view/2-reports/9-national-government/69-government-ministries (consultado em fevereiro de 2016).
- Kessides, I.N. (2015), “Regulatory reform for closing Africa’s competitiveness gap”, *The Oxford Handbook of Africa and Economics: Volume 2: Policies and Practices*, Oxford University Press, Oxford.
- KPMG (2012), “The State of Healthcare in Africa”, KPMG Africa Limited, www.kpmg.com/africa/en/issuesandinsights/articles-publications/pages/the-state-of-healthcare-in-africa.aspx.
- L’essor (2016), “Mali : Frontière Mali-Guinée : zone de frictions”, <http://essor.ml/frontiere-mali-guinee-zone-de-frictions/>.
- Le Monde Diplomatique (2015), “Coup de Balai citoyen au Burkina Faso”, <http://monde-diplomatique.fr/2015/04/COMMEILLAS/52835>.
- Leo, B., R. Morello e V. Ramachandran (2015), “The face of African infrastructure: Service availability and citizens’ demands”, *Center for Global Development Working Paper 393*, Washington, DC, <http://cgdev.org/publication/face-african-infrastructure-service-availability-and-citizensdemands-working-paper-393>.
- Lin, J.Y. e C. Monga (2012), “Solving the mystery of African governance”, *New Political Economy*, Vol. 17/5, pp. 659-666, <http://dx.doi.org/10.1080/13563467.2012.732277>.
- Lundberg, M. (2008), “Client satisfaction and the perceived quality of primary health care in Uganda”, *Are you Being Served? New Tools for Measuring Service Delivery*, pp. 313-344, Banco Mundial, Washington, DC.
- Malhorta, R. (2015), “Delivering development and good governance, making human rights count”, *Improving Delivery in Development: The Role of Voice, Social Contract, and Accountability*, World Bank Legal Review, Vol. 6, pp. 59-89.
- Masaki, T. e N. Van de Walle (2015), “The Impact of Democracy on Economic Growth in Sub-Saharan Africa, 1982-2012”, *The Oxford Handbook of Africa and Economics: Volume 1: Context and Concepts*, Oxford University Press, Oxford, <http://dx.doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199687114.013.13>.
- Masry, M. (2015), “The role of political stability in achieving economic development”, *Journal of Economics and Sustainable Development*, Vol. 6/16.
- McNeil, M. e C. Malena (eds.) (2010), *Demanding Good Governance: Lessons from Social Accountability Initiatives in Africa*, Instituto do Banco Mundial, Washington, DC.
- Mitullah, W. e P. Kamau (2013), “The partnership of free speech and good governance in Africa”, Policy Brief 3, Afrobarómetro, http://afrobarometer.org/sites/default/files/publications/Briefing%20paper/ab_r5_policypaperno3.pdf.
- Monga, C. e J. Yifu Lin (eds.) (2015), “Africa’s evolving economic policy frameworks”, *The Oxford Handbook of Africa and Economics: Volume 2: Policies and Practices*, Oxford University Press, Oxford, <http://dx.doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199687107.013.58>.
- Norwegian Nobel Committee (2015), “The Nobel Peace Prize for 2015”, press release, http://nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2015/press.html.

- NU/ODI/Ipsos MORI (2016), *The United Nations Global Survey for a Better World*, base de dados, Nações Unidas, Overseas Development Institute, Ipsos MORI e parceiros, <http://data.myworld2015.org/> (consultado em fevereiro de 2016).
- O'Neil, T. et al. (2014), *Fragmented governance and local service delivery in Malawi*, Overseas Development Institute, Londres.
- OCDE (no prelo), "Illicit financial flows: The economy of illicit trade in West Africa", Publicações OCDE, Paris.
- OCDE (2015), *OECD Economic Surveys: South Africa 2015*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/eco_surveys-zaf-2015-en.
- OCDE (2014), *An Atlas of the Sahara-Sahel: Geography, Economics and Security*, West African Studies, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264222359-en>.
- OCDE (2013a), *Identification and Monitoring of Potentially Under-aided Countries*, Publicações OCDE, Paris, www.oecd.org/dac/aid-architecture/Identification%20and%20Monitoring%20of%20Potentially%20Under-Aided%20Countries.pdf.
- OCDE (2013b), *Conflits liés aux ressources et terrorismes : deux facettes de l'insécurité*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264190306-fr>.
- OCDE (2012), "From aid to development: the global fight against poverty", *OECD Insights*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264123571-en>.
- OCDE (2011), "Supporting state building in situations of conflict and fragility: Policy guidance", *DAC Guidelines and Reference Series*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264074989-en>.
- OCDE (2010a), *Health Care Systems: Efficiency and Policy Settings*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264094901-en>.
- OCDE (2010b), *Handbook on Contracting Out Government Functions and Services in Post-Conflict and Fragile Situations*, Parceria para a Governação Democrática, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264091993-en>.
- OCDE (2007), *Micro-Policies for Growth and Productivity: Summary of Key Findings*, Publicações OCDE, Paris, www.oecd.org/sti/ind/38151918.pdf.
- OMS (2015), *World Malaria Report 2014*, Organização Mundial de Saúde, Genebra, www.rollbackmalaria.org/files/files/about/9789241564830_eng.pdf.
- OMS (2014), "WHO Country Cooperation Strategy 2014-2018: Rwanda", World Health Organisation, Brazzaville.
- Patat J-P (2015), *Coup de froid sur une croissance africaine aux fondements encore peu solides*, CEPII blog, consultado a 7 de dezembro de 2015, www.cepii.fr/BLOG/bi/post.asp?IDcommuniquer=437.
- Pew Research Center (2015), *Health Care, Education Are Top Priorities in Sub-Saharan Africa*, Washington, DC.
- PNUA/Nações Unidas Grandes Lagos/MONUSCO (2015), *Experts' background report on illegal exploitation and trade in natural resources benefitting organized criminal groups and recommendations on MONUSCO's role in fostering stability and peace in eastern DR Congo*, relatório final, Programa das Nações Unidas para o Ambiente, Nações Unidas Grandes Lagos, e Missão da Organização das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo.
- RBM/PNUD (2013), "Multisectoral action framework for Malaria", Roll Back Malaria Partnership, <http://rollbackmalaria.org/about/about-malaria/multisectoral-action-framework>.
- Reuters (2015a), "Tanzania rolls out birth registrations by mobile phone", press release, 13 de outubro, www.reuters.com/article/uk-tanzania-goals-birth-registration-idUKKCN0S71XC20151013.
- Reuters (2015b), "Ghana averts threat to power supply by agreeing to pay Nigeria gas bill", press release, 20 de outubro, www.reuters.com/article/ghana-nigeria-gas-idUSL8N12K3NZ20151020.
- Reuters (2015c), "Ghana protesters demanding new electoral roll clash with police", press release, 17 de setembro, <http://in.reuters.com/article/ghana-protest-idINKCN0RH01Y20150917?feedType=RSS&feedName=worldNews>.
- RFI (2013), "Côte d'Ivoire : affrontements meurtriers entre orpailleurs et villageois", *Rádio France Internationale*, www.rfi.fr/afrique/20130714-nouvelles-violences-cote-ivoire-orpailleurs-villageois.
- Rhodes, R.A.W. (2012), "Waves of governance", *The Oxford Handbook of Governance*, Oxford University Press, Londres, <http://dx.doi.org/10.1093/oxfordhob/9780199560530.013.0003>.
- Sandbrook, R e J. Oelbaum (1997), "Reforming dysfunctional institutions through democratisation? reflections on Ghana", *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 35, pp. 603-646.
- SARB (2014), *Quarterly Bulletin 273*, South African Reserve Bank, setembro, ISSN 0038-2620, www.resbank.co.za/Publications/QuarterlyBulletins/Pages/QuarterlyBulletins-Home.aspx.

- Transparência Internacional (2015), *People and Corruption: Africa Survey 2015-Global corruption barometer*, www.transparency.org/whatwedo/publication/people_and_corruption_africa_survey_2015.
- UNICEF (2015a), “Nigeria conflict forces more than 1 million children from school”, press release, 22 December, www.unicef.org/media/media_86621.html (consultado em janeiro de 2016).
- UNICEF (2015b), “Thousands of unregistered children born in Liberia during Ebola crisis at risk of exploitation”, UN News press, 31 July, www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=51540#.VstDECvzPqk (consultado em fevereiro de 2016).
- UNODC (2016), *Instruments Universels contre le terrorisme*, UN database on country ratification status, https://unodc.org/tldb/fr/universal_instruments_NEW.html (consultado a 5 de janeiro de 2016).
- Whaites, A et al. (2015), *A Governance Practitioner’s Notebook: Alternative Ideas and Approaches*, OCDE, Paris, www.oecd.org/dac/governance-peace/governance/governance-practitioners-notebook.htm.
- Xu, L.C. (2010), “The effects of business environments on development: Surveying new firm-level evidence”, *Policy Research Working Paper 5402*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Yabi, G.l.O. (2010), *Le rôle de la CEDEAO dans la gestion des crises politiques et des conflits : cas de la Guinée et de la Guinée-Bissau*, Friedrich-Ebert-Stiftung, Abuja, <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/nigeria/07449.pdf>.
- Yifu Lin, J. e C., Monga, (2012), “Solving the mystery of African governance”, *New Political Economy*, Vol. 17/5, pp. 659-666.

PARTE II

Cidades sustentáveis e transformação estrutural



Capítulo 6

As implicações da urbanização em África para a transformação estrutural

Embora haja uma crescente tomada de consciência de que a urbanização está a transformar profundamente as sociedades africanas, pouca atenção tem sido dada até agora a como esse processo pode ser aproveitado para acelerar a transformação estrutural do continente de forma mais eficaz e sustentável. Com essa ambição em mente, este capítulo analisa a diversidade e a singularidade das experiências de urbanização do continente. Os Capítulos 7 e 8 concentram-se, então, em opções para aproveitar as oportunidades que a urbanização oferece. Um anexo ao Capítulo 6 explica a metodologia da análise relativamente à urbanização e à transformação estrutural em vários países africanos.

Resumo

África tem-se urbanizado a um ritmo histórico, daí advindo oportunidades e desafios consideráveis. A urbanização africana pode permitir a transformação estrutural, se acompanhada de emprego produtivo e bens públicos suficientes. Os padrões de urbanização são diferentes por toda a África, mas, geralmente, confirmam que a urbanização não planeada pode desafiar a transformação estrutural.

Os atuais padrões de urbanização deveriam ser mais sustentáveis para o desenvolvimento económico, social e ambiental. Em muitos países africanos, uma grande parte da mão-de-obra urbana concentra-se em atividades de serviços informais de baixa produtividade e há desigualdade de acesso aos bens públicos. As atividades urbanas estão cada vez mais ligadas às áreas rurais, que continuam a ser um pilar das economias africanas. Apesar da industrialização morosa, os custos da degradação ambiental são grandes e crescentes, somando-se aos desafios económicos e sociais da urbanização. As políticas, especificamente, devem assegurar que as infraestruturas acompanham o rápido crescimento urbano e ligam os centros urbanos, além de promoverem ativamente o planeamento urbano e a governação. A Agenda 2063 e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 relativo às cidades dá novo ímpeto ao cumprimento das potencialidades de urbanização em África.

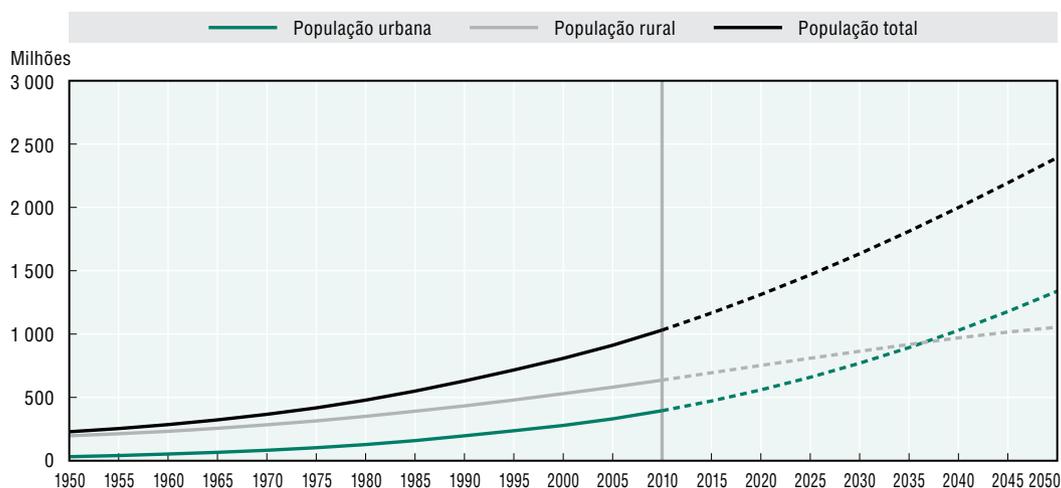
As ligações entre urbanização e transformação estrutural em África são complexas e variadas

A primeira secção informa o leitor sobre o ritmo acelerado e a magnitude da urbanização em África, à luz dos dados mais recentes. Enquadra a urbanização africana no contexto da “segunda onda” do processo de urbanização mundial liderado pela Ásia. A secção seguinte analisa a experiência africana de rápida urbanização em conjunção com uma transformação estrutural lenta. Esta situação contrasta com a de muitas regiões do mundo, em particular com os países da OCDE e do Leste Asiático. A terceira secção observa a variedade de padrões de urbanização que se verificam no continente. A secção final faz o balanço da persistência da economia rural em África.

África tem-se urbanizado a um ritmo histórico

O continente africano tem sofrido uma rápida urbanização. A proporção de residentes urbanos aumentou de 14% em 1950 para 40% atualmente. Até meados da década de 2030, espera-se que 50% dos africanos se tornem cidadãos (Figura 6.1).¹ É provável que a urbanização continue e estabilize pelos 56% por volta de 2050.

Figura 6.1. Tendências de crescimento na população africana urbana, rural e total, 1950-2050



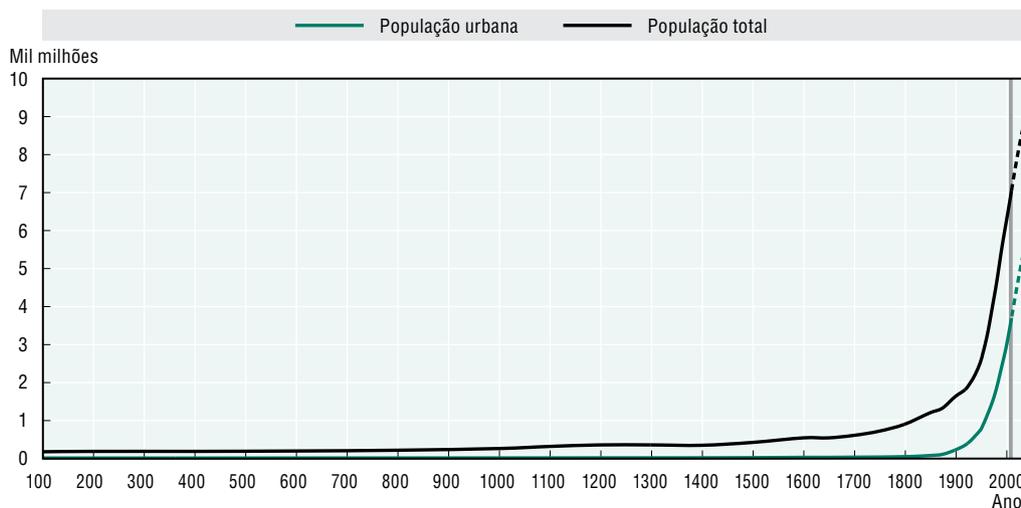
Nota: As previsões têm início em 2010 com base no cenário de fecundidade média da UNDESA.

Fonte: UNDESA (2014).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391662>

Considerando as respectivas magnitude e celeridade, as urbanizações africana e asiática correspondem simultaneamente à segunda grande onda de urbanização da história da humanidade. A primeira grande vaga de urbanização teve lugar na Europa, no Norte da América e, em certa medida, na América Latina e Caraíbas entre 1750 e 1950, quando a população urbana aumentou de 15 milhões para quase 462 milhões. A atual vaga de urbanização é maior e mais rápida. Perspetiva-se que outros 2.1 mil milhões de pessoas vivam em cidades africanas e asiáticas entre os dias de hoje e 2050 (Figura 6.2).

Figura 6.2. Crescimento mundial da população urbana, anos 100 a 2050



Nota: A barra vertical indica projeções após o ano 2010.

Fonte: dados relativos à população total entre os anos 100 e 1940 retirados de Kremer (1993), dados relativos à população urbana entre os anos 100 e 1925 retirados de Graumann (1977) e dados de 1950 a 2050 retirados de UNDESA (2014) usando o cenário de fecundidade média da UNDESA a partir de 2010.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391678>

A magnitude da atual vaga de urbanização requer um processo mais ecológico e menos exigente no consumo de recursos do que no passado. Na China, como em vários países da OCDE, a rápida urbanização trouxe consigo degradação ambiental proporcional ao desenvolvimento e à redução da pobreza: 12 das 20 cidades mais poluídas do mundo encontram-se na China e cerca de 90% dos rios ao redor de áreas urbanas estão seriamente poluídos (Banco Mundial, 2007; Zheng e Khan, 2013). Além disso, a urbanização africana está a decorrer num mundo restrito em termos de recursos e de clima, algo desconhecido para a urbanização anterior (Swilling, 2015; Currie et al., 2015). É de importância estratégica para África e para o mundo em geral garantir que a atual onda de urbanização é mais sustentável que no passado.

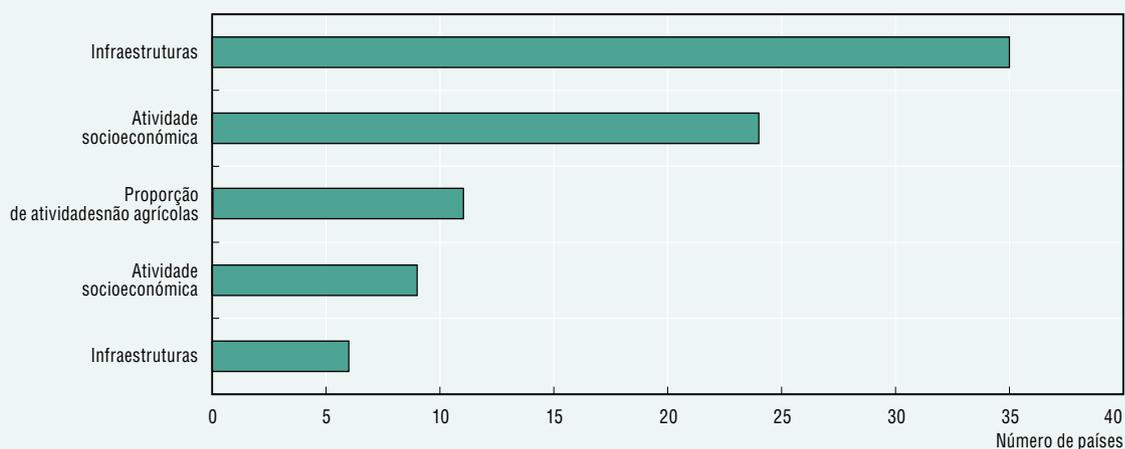
Tal como na Ásia, a urbanização em África tem-se verificado duas vezes mais depressa do que aconteceu na Europa. Foram necessários 110 anos para que a Europa aumentasse o seu nível urbano de 15%, em 1800, para 40% em 1910. África conseguiu a mesma transformação em quase metade do tempo: 60 anos. Estima-se que a urbanização africana tenha subido 5.9 pontos percentuais entre 2000 e 2015, atrás apenas da Ásia, que subiu 10.7 pontos percentuais durante o mesmo período. Em 2015, quase 472 milhões de africanos viviam em áreas urbanas (cálculos dos autores com base em UNDESA, 2014).

Ainda mais impressionante é o rápido crescimento da população urbana em África em termos absolutos, ou sem relacionar o crescimento urbano com o crescimento da população rural (ver Caixa 6.1). A dimensão da população urbana em África quase dobrou no espaço de 20 anos, de 237 milhões em 1995 para 472 milhões em 2015. Prevê-se que a população urbana em África aumente quase o dobro novamente entre 2015 e 2035. Não há muito tempo, em 1990, África era a região do mundo com o menor número de residentes urbanos: 197 milhões. Em 2020, no entanto, prevê-se que tenha o segundo maior número de residentes urbanos (560 milhões) depois da Ásia (2 348 milhões).

Caixa 6.1. Definições de áreas urbanas, diversos aglomerados, urbanização e crescimento da população urbana

As definições oficiais de áreas urbanas variam entre países africanos (Figura 6.3). Trinta e cinco países africanos definem uma área urbana pela dimensão da população, porém, a dimensão é variável. O limite situa-se entre 1500 e 3000 habitantes em 16 países; 5000 habitantes em 11 países; 10 000 habitantes em 5 países; 20 000 na Nigéria e 30 000 no Mali. Vinte e quatro países definem as respectivas áreas urbanas segundo critérios administrativos ou políticos, enquanto em 11 países a definição tem em conta a presença de atividades não agrícolas. A atividade socioeconómica apenas define as áreas urbanas para 9 países, enquanto as infraestruturas são menos comumente utilizadas nas definições nacionais. A não existência de uma definição única e precisa dificulta a recolha e a tabulação das estatísticas urbanas e impede comparações harmonizadas aos níveis regional e internacional (BAD/OCDE/PNUD, 2015). Este relatório serve-se dos dados de urbanização do *World Urbanization Prospects (Perspetivas da Urbanização Mundial)* da UNDESA (2014), o qual se baseia em dados oficiais produzidos pelos gabinetes nacionais de estatística.

Figura 6.3. Definições de urbano em 54 países africanos



Fonte: Classificação dos autores com base em UNDESA (2014).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391686>

Os aglomerados urbanos recebem diversos nomes, dependendo, muitas vezes, do seu tamanho. **Cidades** normalmente referem-se a extensos aglomerados urbanos; podem ser grandes, intermédias ou pequenas. **Vilas** referem-se a aglomerados urbanos ainda menores e **aldeias** aos menores de todos. É de notar, contudo, que não existe um limite objetivo e que a distinção entre cidade e vila é mais comum na língua inglesa do que em francês e em português (as línguas em que este relatório é publicado). Uma **megacidade** é um aglomerado urbano com uma população total igual ou superior a 10 milhões de pessoas e uma **megalópole** é um grande aglomerado de centros urbanos adjacentes. Uma **conurbação** é um aglomerado urbano composto por várias cidades, inicialmente separadas por áreas rurais, cujo crescimento se sobrepôs mantendo-se, no entanto, administrativamente independentes. Um **corredor urbano** liga cidades de diferentes dimensões através de eixos económicos e de transportes. **Assentamento urbano** é uma categoria que engloba tudo sem referência à dimensão.

A urbanização difere do crescimento demográfico urbano. **Urbanização** é o aumento da proporção da população total de um país que vive em áreas urbanas. Mede-se, geralmente, pelo nível que revela a percentagem da população total de um país que se encontra urbanizada. Este aumento faz-se acompanhar de profundas mudanças, nomeadamente aos níveis económico, social e ambiental (ver Caixa 6.2). **Crescimento demográfico urbano** é o crescimento absoluto da população urbana de um país. Um país não se urbaniza quando o crescimento da população urbana é menor do que o crescimento da população rural.

Contrariamente aos pressupostos generalizados, África está a urbanizar-se rapidamente sobretudo pelo facto de vilas e cidades intermédias estarem a crescer. Entre 2000 e 2010, os aglomerados urbanos com menos de 300 000 habitantes representavam 58% do crescimento urbano em África; aglomerados de 300 000-1 milhão de habitantes, apenas 13%; e aqueles com mais de 1 milhão de habitantes, 29%. Entre 2010 e 2030, prevê-se que os pequenos aglomerados constituam 51% do crescimento urbano; os intermédios, 16%; e os maiores, 33%.

O rápido ritmo de urbanização africana e o crescimento urbano contrastam com o ritmo moroso de transformação estrutural, como a próxima subsecção mostra. Em muitas economias africanas, a urbanização e a transformação estrutural não se têm apoiado mutuamente.

A urbanização faz parte da transformação estrutural

A teoria económica desde Adam Smith e Alfred Marshall vem analisando há muito os laços entre o desenvolvimento e a urbanização. Os modelos iniciais de “economia dual” viam a urbanização como um processo de migração rural-urbana em que os trabalhadores agrícolas excedentes se mudavam de áreas rurais para postos de trabalho mais produtivos nos serviços e nas indústrias urbanas modernas (Haggblade, Hazell e Brown, 1989; Fei e Ranis, 1963; Johnston e Mellor, 1961; Lewis, 1954). As tecnologias de substituição da mão-de-obra e o aumento da produtividade agrícola por meio de uma “revolução verde” podem afastar os trabalhadores agrícolas excedentes das atividades tradicionais nas áreas rurais (Gollin, Parente e Rogerson, 2002). As cidades disponibilizam uma vasta e diversificada oferta de mão-de-obra, um mercado local mais dinâmico, acesso a fornecedores e serviços especializados mais rentáveis, custos de transacção inferiores, redes de contactos mais diversificadas com mais oportunidades de partilha de conhecimentos e um ambiente que estimula a inovação (Krugman, 1991; Spence, 2012; Banco Mundial, 2009; BAD, 2010).

Caixa 6.2. Definição de transformação estrutural

No seu sentido económico, a transformação estrutural é o processo de deslocar recursos económicos das atividades de menor produtividade para as de maior (BAD/OCDE/PNUD/UNECA, 2013). A sua mecânica básica implica um fator de repulsão da agricultura tradicional melhor descrito como uma “revolução verde” e um fator de atração dos serviços ou da indústria transformadora mais produtivos, mais conhecido como uma “revolução industrial”. A transformação estrutural envolve a deslocação da atividade agrícola de baixa produtividade e a reafetação de recursos económicos a atividades de maior produtividade. Este processo pode dar-se igualmente dentro de um único setor, como a agricultura.

A transformação estrutural provoca mudanças profundas nas sociedades. Nomeadamente, urbanização e uma redução no total das taxas de fecundidade. As taxas de fecundidade decrescem à medida que as pessoas frequentam mais o ensino, ganham rendimentos mais elevados e vivem em ambientes mais densos (Timmer e Akkus, 2008). É inevitável que certas disfunções façam parte de tais transformações radicais. Em diversas regiões do mundo, estes processos não foram lineares.

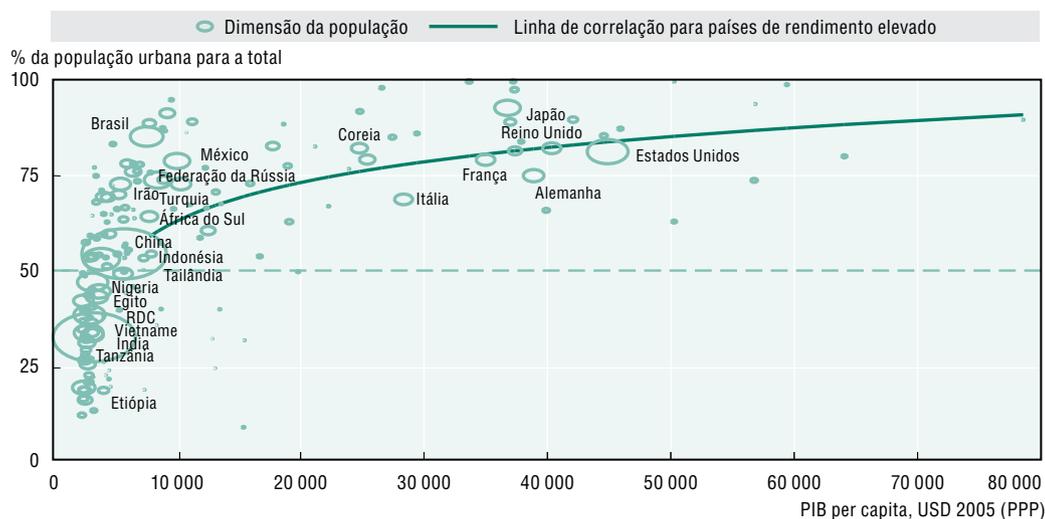
Cidades grandes e pequenas podem beneficiar de economias de aglomeração usando menos recursos para sustentar uma população maior. O aumento do retorno proveniente da aglomeração torna as cidades mais atrativas. As cidades oferecem vitalidade cultural e várias opções de serviços. Esta atratividade apela a mais talentos e investimentos, criando um ciclo virtuoso de urbanização e desenvolvimento. Estas vantagens permitem

às cidades aumentar a produtividade e, conseqüentemente, os ganhos económicos através de três funções alargadas: **correspondência**, **partilha** e **aprendizagem** (Kayizzi-Mugerwa, Shimeles e Yaméogo, 2014; Turok, 2014; Durantón e Puga, 2004):

- Em primeiro lugar, as cidades ajudam as empresas a encontrar **correspondência** para os seus requisitos exclusivos de mão-de-obra, de insumos de materiais e de instalações de forma mais eficaz do que as vilas. Mercados maiores trazem mais opções e oportunidades.
- Em segundo lugar, as cidades permitem às empresas acesso a uma gama mais vasta de serviços **partilhados** e de infraestruturas devido à escala de atividade.
- Em terceiro lugar, as empresas saem a ganhar com o fluxo de informação superior nas cidades, que promove maior **aprendizagem** e inovação e resulta em produtos e processos de maior valor acrescentado.

Por conseguinte, os países industrializados passaram por um processo de urbanização. A urbanização, ao nível global, está estreitamente relacionada com o rendimento nacional: todos os países que ultrapassam o limiar de 10 000 dólares americanos per capita são pelo menos 50% urbanizados (Figura 6.4).

Figura 6.4. Níveis de urbanização global e PIB per capita em certos países, 2014



Nota: Linha de ajuste exponencial para países de rendimento elevado. Cada bola reflete a dimensão da população total de um país.

Fonte: UNDESA (2014) e Banco Mundial (2015).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391692>.

No entanto, a urbanização é uma condição necessária porém insuficiente para a transformação estrutural. Muitos países com urbanização superior a 50% ainda apresentam baixos níveis de rendimento. A urbanização per se não traz crescimento económico, embora a concentração de recursos económicos num só lugar possa trazer benefícios (Henderson, 2003). Acresce ainda que o fenómeno de urbanização rápida não está necessariamente relacionado com um crescimento económico rápido: o Gabão apresenta uma taxa de urbanização anual elevada, de 1 ponto percentual, apesar da taxa de crescimento económico anual negativa, de -0.6%, entre 1980 e 2011 (Chen et al., 2014).

Além disso, os benefícios da aglomeração dependem em grande parte do contexto local, incluindo a disponibilização de bens públicos. Estes possuem benefícios de não rivalidade e não exclusividade. A falta de bens públicos suficientes ou a disponibilização insustentável destes pode impor enormes custos a terceiros que não

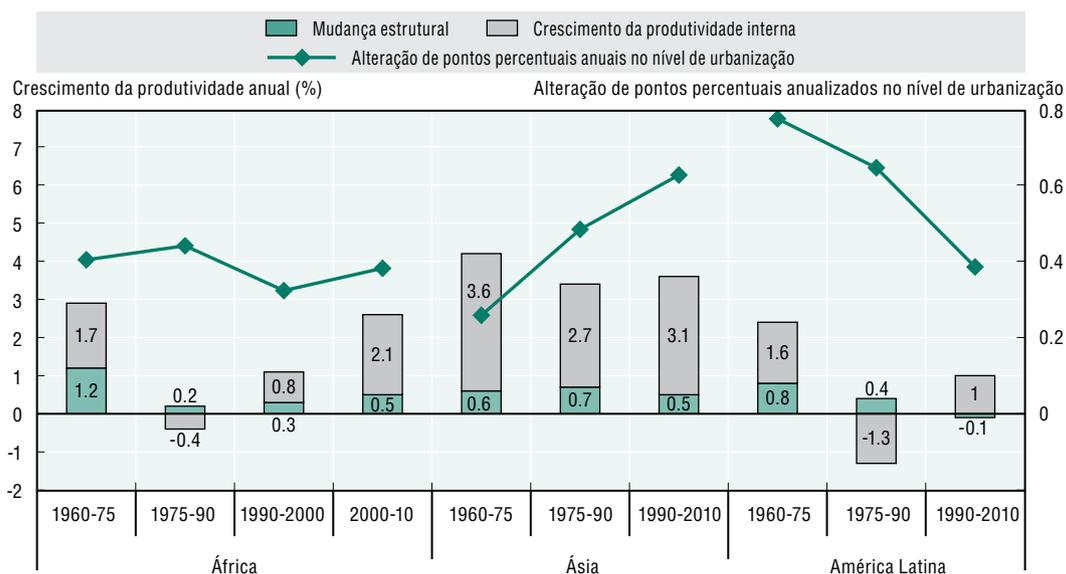
estejam necessariamente envolvidos em transações económicas. Congestionamentos, sobrepovoamento, infraestruturas sobrecarregadas, pressão sobre os ecossistemas, custos de vida mais elevados e custos de mão-de-obra e de propriedade mais elevados podem contrabalançar os benefícios da concentração de recursos económicos num só lugar. Estas externalidades negativas tendem a aumentar à medida que as cidades crescem. Algo que é especialmente verdadeiro se o desenvolvimento urbano for aleatório e o investimento público não mantiver nem expandir as infraestruturas essenciais. Sistemas disfuncionais, congestionamentos no tráfego, cortes de energia e fornecimento incerto de água aumentam os custos empresariais, reduzem a produtividade e desencorajam o investimento privado. Nos países da OCDE, cidades com um número estimado superior a 7 milhões de habitantes tendem a gerar tais deseconomias de aglomeração (OCDE, 2006). Por conseguinte, o equilíbrio entre as economias e as deseconomias de aglomeração pode ter uma importante influência sobre se as economias citadinas continuam a crescer, estagnam ou começam a diminuir.

Experiências da OCDE demonstram que muitos padrões de urbanização diferentes podem conduzir à transformação estrutural, tais como a industrialização. As estruturas urbanas alteraram-se muito entre os países da OCDE; não existe um padrão de “tamanho único”. Em vários países, cidades primárias como Londres e Paris dominam as redes urbanas. Outros países, como a Alemanha ou a Itália, possuem redes urbanas mais equilibradas, onde cidades intermediárias, como Estugarda ou Turim, têm impulsionado a industrialização. Além disso, as regiões rurais podem crescer mais depressa do que as urbanas. Entre 1995 e 2007, as regiões da OCDE com níveis de desenvolvimento mais baixos tiveram tendência a crescer mais rapidamente do que as regiões mais ricas, sugerindo um processo de crescimento por recuperação (OCDE, 2012a). Em Itália, *clusters* de pequenas e médias empresas em cidades intermediárias promoveu a industrialização através da especialização em indústrias estreitamente relacionadas e da formação de redes de produção interligadas.

A transformação estrutural tem sido lenta num contexto de mudança de padrões de emprego

Podem observar-se conexões débeis entre urbanização e transformação estrutural em muitas regiões do mundo, embora os exemplos mais recentes se encontrem em África e na América Latina (UN-Habitat e UNECA, 2015). Edições anteriores das *Perspetivas económicas em África* documentaram o ritmo moroso da transformação estrutural na maioria das economias africanas, nomeadamente quando comparado com o desempenho da Ásia (BAD/OCDE/PNUD, 2013; BAD/OCDE/PNUD, 2015; ver também McMillan e Harttgen, 2014). A Figura 6.5 analisa tal comparação de outro ângulo, revelando os ritmos de urbanização e de transformação estrutural em 3 amostras regionais: apesar de 11 países africanos estarem a urbanizar-se a um ritmo comparável aos 11 países asiáticos, a produtividade laboral tem progredido mais lentamente; os 9 países da América Latina tiveram uma urbanização mais célere, mas uma mudança estrutural ainda mais lenta do que os países africanos.

Figura 6.5. Crescimento da produtividade laboral e urbanização anualizados em África, Ásia e América Latina, 1960-2010



Nota: Estão incluídos em África os seguintes países: Botswana, Etiópia, Gana, Quênia, Malawi, Maurícias, Nigéria, Senegal, África do Sul, Tanzânia e Zâmbia. Ásia: China, Hong Kong (China), Índia, Indonésia, Japão, Coreia, Malásia, Filipinas, Singapura, Taiwan e Tailândia. América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Peru e Venezuela. “Crescimento da produtividade interna” refere-se a ganhos conseguidos no seio de atividades económicas existentes, através da acumulação de capital ou mudança tecnológica. A “mudança estrutural” dá-se a partir da reafetação de mão-de-obra de atividades de baixa produtividade para atividades de elevada produtividade, o que aumenta a produtividade laboral total da economia. Embora esta análise faça uso de uma categorização em dez setores ao longo de um período mais longo do que BAD/OCDE/PNUD/UNECA (2013), mas com menos países africanos (11 contra 19), os resultados finais de ambas as análises são coerentes.

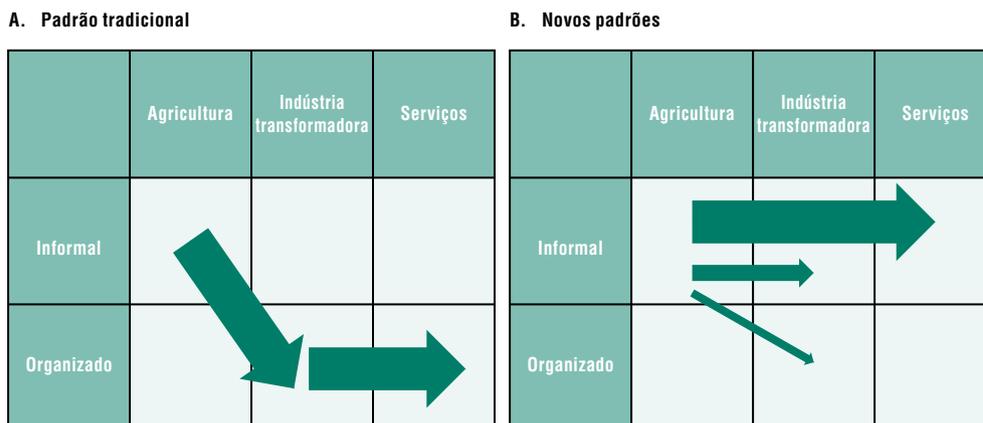
Fonte: Dados da mudança estrutural adaptados da Figura 1 e da Figura 2 de De Vries et al. (2015) e dados de urbanização calculados a partir de UNDESA (2014).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391700>

A quase paragem da industrialização em muitos países africanos no final do século XX parece ser um ponto de viragem. De Vries, Timmer e De Vries (2015) mostram que, após a independência, o emprego na indústria transformadora evoluiu rapidamente em África, de 4.7% em 1960 para 7.8% em 1975. Durante este período, os níveis de urbanização aumentaram 0.40 pontos percentuais por ano. A trajetória de desenvolvimento pareceu assim acompanhar o clássico modelo económico dual explicado acima. Não obstante, entre 1975 e 1990, a agitação política e económica dizimou o emergente setor da indústria transformadora enquanto a urbanização persistiu. A mudança estrutural abrandou, à medida que os serviços continuaram a absorver trabalhadores vindos da agricultura, mas com retornos muito menores do que a indústria. Com o crescimento de África a aumentar consideravelmente desde o início da década de 2000, a mudança estrutural tornou-se novamente positiva, embora ainda a um ritmo mais lento do que na Ásia.

Muitos países parecem estar a contornar a fase industrial por completo optando antes pelos serviços e arriscam as consequências de uma desindustrialização prematura. O setor dos serviços na África subsariana cresceu de 47% do produto interno bruto (PIB) em 1965, no total, para 58% em 2014, absorvendo, no processo, o grosso do crescimento da mão-de-obra. A realocação em grande escala aos serviços ocorre geralmente em países pós-industrializados, devido ao crescimento mais rápido das tecnologias de substituição da mão-de-obra na indústria transformadora, e requer um afastamento dos produtos transformados (Figura 6.6). Surge, portanto, a preocupação de que os países africanos – e os atuais países em desenvolvimento de um modo geral – estejam a deslocar-se para o setor dos serviços demasiado cedo, sem terem passado por uma experiência adequada de industrialização (Rodrik, 2015). A “desindustrialização prematura” pode afetar as expectativas de crescimento futuro, uma vez que a industrialização constitui o caminho mais eficiente para o crescimento sustentado e a convergência económica.

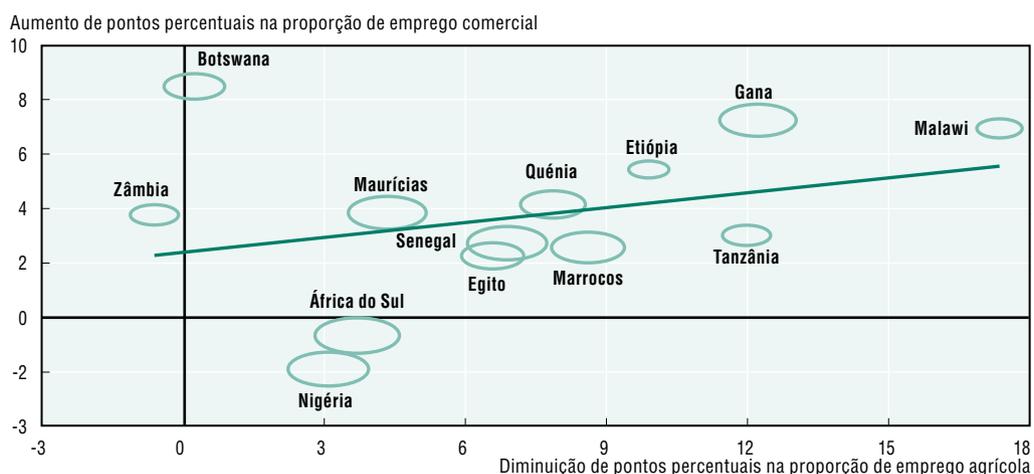
Figura 6.6. Padrões de transformação tradicionais e novos entre setores e tipo de emprego



Fonte: adaptado de Rodrik (2014).

Talvez os agricultores prefiram deslocar-se para serviços urbanos tradicionais ou informais porque o trabalho urbano informal é muitas vezes mais produtivo do que o trabalho agrícola, apesar de consideravelmente menos produtivo do que o emprego formal. No Gana, o diferencial entre o trabalho urbano informal e o trabalho rural agrícola foi estimado em 2:1 (Spence, Clarke Annez e Buckley, 2009: xiv). Esta disparidade de produtividade beneficia largamente o setor dos serviços comerciais, de hotelaria e de restauração e consiste principalmente em micro e pequenas empresas informais, tais como vendedores ambulantes e lojas de conveniência. Assim, a Figura 6.7 mostra que, em 9 dos 13 países africanos, a diminuição do emprego agrícola entre 2000 e 2010 esteve relacionada com o aumento do emprego no setor dos serviços comerciais, de hotelaria e de restauração (incluindo serviços formais e informais).

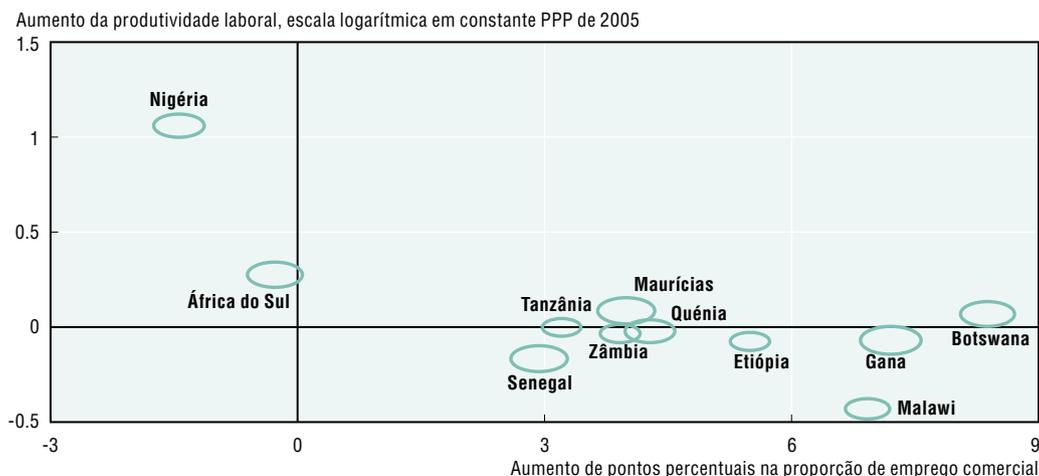
Figura 6.7. Alteração no emprego nos serviços comerciais e agrícolas em 13 países africanos, 2000-10



Nota: A dimensão da bola reflete a proporção relativa da mão-de-obra do país incluída no emprego comercial em 2000. Fonte: Cálculos dos autores apoiados na base de dados de 10 setores do GGDC (Timmer, De Vries e de Vries, 2014). StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391726>

Mas o grande êxodo de trabalhadores pouco qualificados para os serviços comerciais, de hotelaria e de restauração reduz a produtividade deste setor. Em 7^o dos 11 países africanos da Figura 6.8, o setor surge como a atividade menos produtiva dos serviços, representando ainda assim 10% a 25% do emprego total. Este sector sofreu uma perda de produtividade em termos reais nos mesmos 7 países. Entre 2000 e 2010, o setor de comércio bruto e a retalho do Gana aumentou a sua proporção de emprego de 17% para 25% sem aumentar a produção económica.

Figura 6.8. Alteração na produtividade laboral e proporção de emprego em serviços comerciais em 11 países africanos, 2000-10



Nota: A produtividade é ajustada pelos níveis de preços sectoriais em termos reais, que estão disponíveis para 11 países da África subsariana. a dimensão da bola reflete a proporção relativa da mão-de-obra do país incluída no emprego comercial em 2000.

Fonte: Cálculos dos autores apoiados na base de dados de 10 setores do GGDC (Timmer et al., 2014).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391739>

Os postos de trabalho urbanos informais de baixa produtividade prevalecem sobretudo em países que se urbanizaram enquanto beneficiavam de rendas decorrentes da extração de recursos naturais e da exportação de produtos agrícolas. Centrando-se na Côte d'Ivoire e no Gana, Jedwab (2013) descobre que os ganhos excepcionais das exportações de cacau foram desproporcionalmente gastos em bens e serviços não comercializáveis, dando origem às “cidades de consumo”. No Gana, dados do censo revelam que os postos de trabalho informais cresceram com a urbanização, de 74% para 82% do total do emprego entre 2000 e 2010 (Tabela 6.1). Os empregos informais continuam a prevalecer mais entre os trabalhadores do sexo feminino do que os do masculino.

Tabela 6.1. Setores do emprego dos chefes de família por sexo no Gana, 2000-10

Setor do emprego	Total		Male		Female	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Público	9.6%	8.7%	10.8%	9.7%	6.5%	6.5%
Privado formal	14.6%	8.4%	15.4%	10.3%	12.7%	4.3%
Privado informal	74.0%	82.0%	71.7%	79.0%	79.7%	88.6%
Semipúblico ou paraestatal	1.0%	0.2%	1.2%	0.2%	0.5%	0.1%
Não governamental ou organizações internacionais	0.2%	0.7%	0.3%	0.8%	0.1%	0.3%
Outros	0.5%	0.1%	0.5%	0.1%	0.5%	0.0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Número de pessoas	3 052 266	4 585 293	2 170 609	3 132 907	881 657	1 452 386

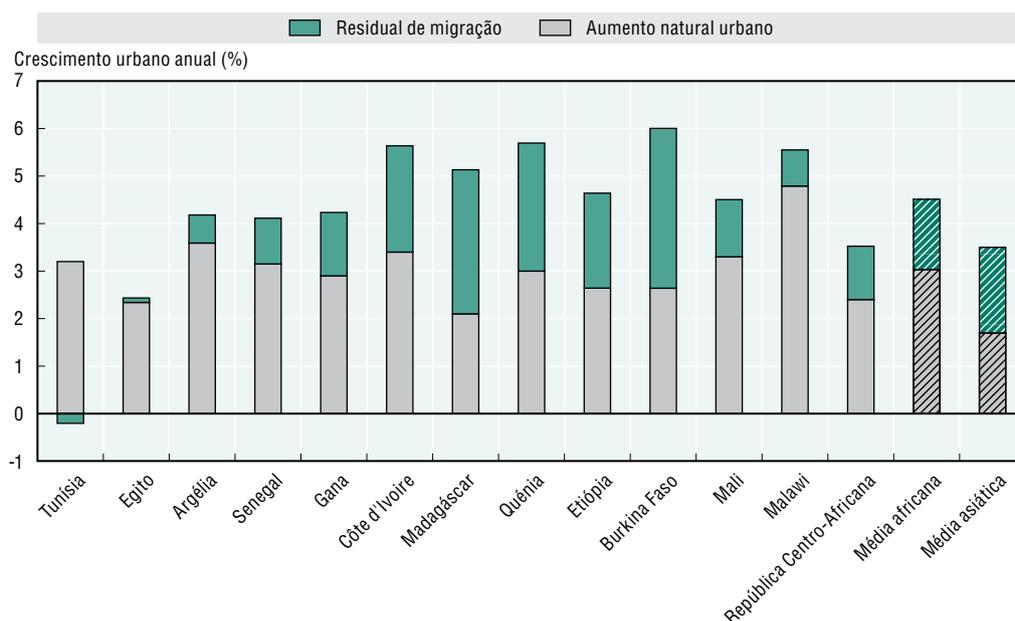
Fonte: Ghana Statistical Service, 2000 e censos de população e habitação de 2010, citado em Potts (2013).

O rápido crescimento das cidades africanas agravou as consequências da transformação estrutural lenta

Nas décadas que se seguiram à independência, as tentativas falhadas de acelerar a industrialização por entre o rápido crescimento da população urbana poderá explicar em parte por que motivo a transformação estrutural não acompanhou a urbanização no caso da maioria dos países africanos, especialmente países da África subsariana. O crescimento demográfico natural em áreas urbanas vingou sobre a migração económica de uma mão-de-obra em idade ativa vinda das áreas rurais. Tal facto superou a capacidade de as cidades proporcionarem oportunidades e serviços económicos produtivos.

A fecundidade urbana mantém-se muito mais elevada do que na Ásia e contribui para a maior parte do crescimento urbano em África (Figura 6.9). Embora a taxa de urbanização em África tenha ficado aquém da da Ásia, a taxa de crescimento da população urbana africana foi a mais rápida do mundo, situando-se nos 4% entre 1960 e 2010. Em 2010-14, a taxa de fecundidade urbana conserva-se em mais de cinco filhos por mulher no Burundi, na República Democrática do Congo (RDC), no Mali, no Níger e na Nigéria. A título de exemplo, uma família de 4 migrantes rurais em 1960 ter-se-ia tornado numa família de 43 em 2010 na África subsariana, dado o seu aumento anual de 2.9%, em comparação com 24 na Ásia, dado o seu aumento de 1.7% (Jedwab, Christiaensen e Gindelsky, 2015).

Figura 6.9. Taxas de crescimento urbano para certos países africanos e Ásia, 1960-2010



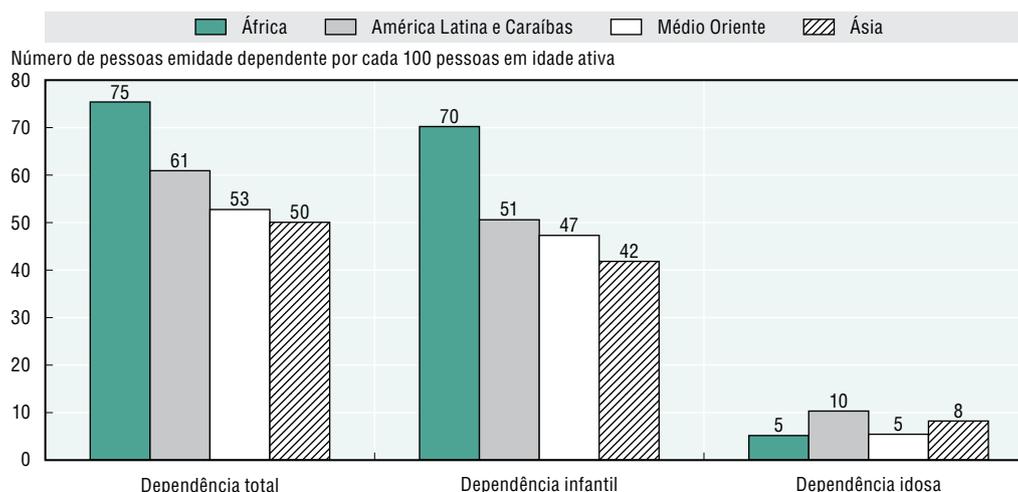
Nota: A média asiática inclui 12 países: Bangladesh, China, Índia, Indonésia, Japão, Malásia, Myanmar, Paquistão, Filipinas, Coreia, Sri Lanka e Tailândia. A média africana representa uma média simples dos 13 países africanos da amostra.

Fonte: Adaptado da Tabela 3 do anexo on-line de Jedwab, Christiaensen e Gindelsky (2015).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391748>

O contributo da migração para a urbanização africana diminuiu. A migração de áreas rurais representava pelo menos metade do crescimento urbano total na África subsariana durante as décadas de 1960 e 1970, mas cerca de 25% do crescimento urbano nas décadas de 1980 e 1990 (Brockerhoff, 1995).³ A migração rural-urbana representa menos de um terço do crescimento demográfico urbano em 22 países africanos. Representa mais de 50% em apenas 7 países africanos (Burkina Faso, Cabo Verde, Lesoto, Namíbia, Ruanda, Seychelles e África do Sul), não obstante ter contribuído para metade do crescimento demográfico urbano na Ásia (Potts, 2009; Tacoli, McGranahan e Satterthwaite, 2015). A insatisfação em relação aos serviços públicos locais tem sido um dos principais motivos que levam os africanos a migrar para áreas urbanas; situação que difere da Ásia e da América Latina, onde as pessoas são atraídas para as cidades por melhores oportunidades de emprego (Dustmann e Okatenko, 2014; BAD/OCDE/PNUD, 2015). Alterações dos padrões climáticos, pressões territoriais, conflitos e catástrofes naturais também impelem os habitantes rurais para áreas urbanas (Caixa 6.5).

Figura 6.10. Razões de dependentes em zonas urbanas em certas regiões em desenvolvimento



Nota: As médias são não ponderadas. A amostra inclui 43 países africanos, 21 países asiáticos, 23 países da América Latina e 9 países do Médio Oriente com base em dados entre 2000 e 2010.

Fonte: Cálculos dos autores baseados em Jedwab et al. (2015).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391752>

Um crescimento urbano célere, por si só, não impede a transformação estrutural se se fizer acompanhar de emprego produtivo e bens públicos suficientes. De facto, a concentração de pessoas em áreas urbanas representa uma oportunidade para alargar os custos do fornecimento de bens públicos a um maior número de utilizadores, reduzindo assim o custo marginal por utilizador. No entanto, apesar das suas formas variadas, as políticas de produtividade e de bens públicos falharam em muitos países africanos. Tal situação pode ajudar a explicar a falta de conexões entre a urbanização e a transformação estrutural em vários grupos de países africanos.

Os países africanos apresentam diversos padrões de urbanização, de transição da fecundidade e de transformação estrutural

Uma análise mais aprofundada do processo de urbanização em África exige a compreensão da grande diversidade de situações encontradas nos 54 países que a compõem. Podemos agrupar os países africanos em cinco tipos, de acordo com os respetivos estádios em três processos: urbanização, transição da fecundidade e transformação estrutural. Esta última expressa-se na economia, nomeadamente pela mudança no papel da agricultura e pela importância da extração de recursos naturais. A Figura 6.11 mostra a posição dos países, visualmente, nesta tipologia, comparando os níveis de urbanização e as taxas de fecundidade total. O Anexo 6.A1 apresenta a metodologia utilizada para esta análise e enumera os países por grupo.

- Os **diversificadores** são os cinco países africanos que se encontram no estágio mais avançado em relação aos três processos. Os seus níveis de urbanização variam entre 40% e 67%. Estão também prestes a concluir a transição da fecundidade, com taxas de fecundidade total de cerca de três ou menos filhos por mulher. São estes países o Egito, as Maurícias, Marrocos, a África do Sul e a Tunísia. Este grupo apresenta o mais elevado nível de rendimento (acima de 10 000 dólares americanos de produto nacional bruto [PNB] per capita em 2013 à exceção de Marrocos) e de desenvolvimento humano (com um valor no Índice de Desenvolvimento Humano [IDH] superior a 0.60) em toda a África.⁴ Entre 1960 e 2010, um aumento demográfico natural impulsionou o crescimento urbano no Egito e em Marrocos. Estes dois países estão mais avançados na sua transformação estrutural. A agricultura gera menos de 16% do produto interno bruto (PIB) e a indústria transformadora, 13-18% do PIB.

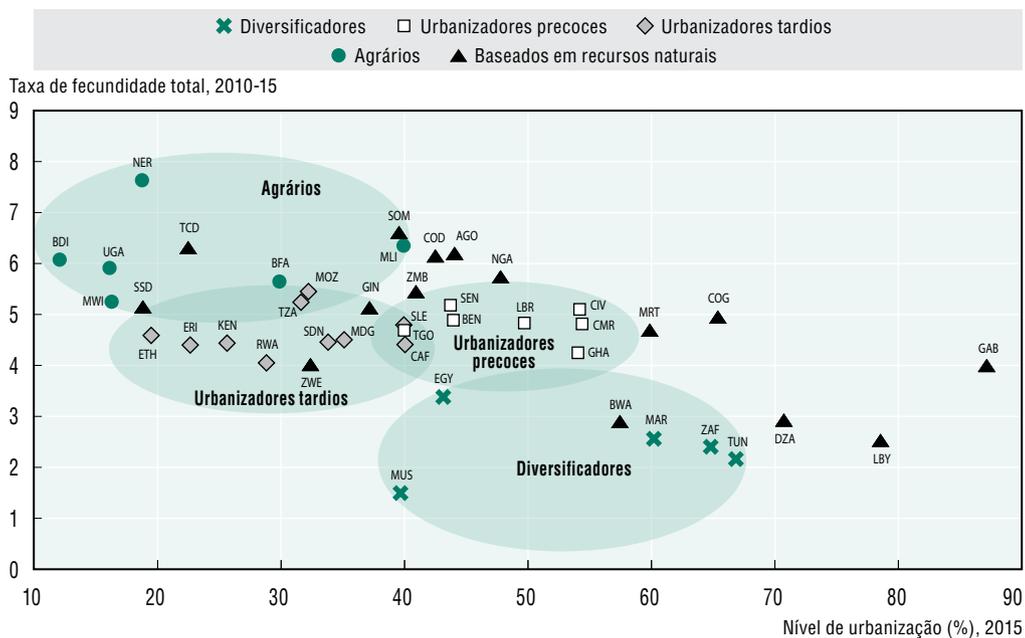
O principal desafio para estes países consiste no aumento da produtividade e da complexidade económica, visto que ainda não conseguiram fazer a transição para uma indústria sofisticada. Na verdade, o contributo da indústria transformadora para o PIB atingiu um pico em todos os cinco países do grupo *diversificadores* durante o final da década de 1980 e a de 1990 e tem desde então diminuído. Vários países passaram por uma desindustrialização significativa. Na África do Sul, por exemplo, a mão-de-obra da indústria caiu de 16.8% do emprego total em 1981 para 11.6% em 2011, deslocando-se para os serviços; a dimensão do setor da indústria diminuiu de 23.6% em 1990 para 13.3% do PIB em 2014.

- Os **urbanizadores precoces** são sete países que fizeram progressos na urbanização e na transição da fecundidade sem terem conseguido diversificar a sua base económica. Encontram-se principalmente na África Ocidental e incluem a Côte d'Ivoire, o Gana e o Senegal. Estes países apresentam uma urbanização de cerca de 35-50% e têm taxas de fecundidade total de cerca de cinco filhos por mulher. São geralmente países de rendimento baixo ou médio-baixo (1 000-4 000 dólares americanos de RNB per capita em 2013), com níveis de desenvolvimento humano baixos a médios (valores entre 0.40 e 0.57 no IDH). Entre 1960 e 2010, tanto a migração como o aumento demográfico natural impulsionaram o crescimento urbano destes países. A migração na agricultura impeliu a mão-de-obra para áreas urbanas. No entanto, o setor da indústria transformadora é reduzido, 2%-14% do PIB, e mal consegue absorver a elevada proporção de mão-de-obra não qualificada. O setor informal urbano dos serviços cresceu significativamente. O desafio comum para estes *urbanizadores precoces* consiste em conseguir acesso a atividades de maior valor, especialmente no setor formal urbano. Devem focar-se na indústria transformadora que possa absorver mão-de-obra pouco especializada, implementar políticas de educação ambiciosas, desenvolver serviços urbanos com maior valor acrescentado, aumentar ainda mais a produtividade agrícola e persistir na sua transição demográfica.
- Os **urbanizadores tardios** são oito países que são ainda predominantemente rurais, tendo, porém, dado início à sua urbanização, transição da fecundidade e transformação estrutural mais recentemente. Situam-se na África Oriental e incluem a Etiópia, o Quênia e a Tanzânia. Geralmente, menos de um terço da população destes países vive em áreas urbanas. As taxas de fecundidade total rondam os quatro a seis filhos por mulher. Os níveis de rendimento são baixos (1 000-3 500 dólares americanos de RNB per capita em 2013) e os níveis de desenvolvimento humano são baixos a médios (valores entre 0.38 e 0.54 no IDH). A indústria transformadora representa menos de 4-12% do PIB. Embora partindo de uma base fraca, vários destes países, incluindo a Etiópia e o Ruanda, transformaram as suas estruturas económicas pela positiva nos últimos dez anos. Aqui se apresentam os principais desafios para os *urbanizadores tardios*: continuar a melhorar as respetivas infraestruturas, especialmente os transportes que ligam diferentes centros de crescimento urbano; lançar-se na indústria transformadora e em serviços de maior valor à medida que continuam a afastar-se da agricultura; urbanizar-se e acelerar a sua transição demográfica. O desenvolvimento de uma rede de cidades intermediárias pode apoiar a rápida urbanização que está atualmente em curso.
- Os **agrários** são nove países predominantemente rurais que ainda se encontram num estágio muito precoce de urbanização e de transição da fecundidade. Muitos países *agrários* não possuem litoral, tal como o Níger, o Chade e o Malawi. Por norma, menos de um terço da população reside em áreas urbanas e as mulheres têm, em média, pelo menos seis filhos. Os níveis de rendimento destes países não ultrapassaram 1900 dólares americanos de RNB per capita em 2013 e apresentam baixos níveis de desenvolvimento humano (valores entre 0.48 e 0.34 no IDH). As suas economias são de base predominantemente agrícola: a agricultura representa

25-58% do PIB e a indústria transformadora, 4-12%. No caso destes países, um aumento natural da população impulsionou o crescimento da população urbana entre 2000 e 2010. Embora a migração rural-urbana possa aumentar agora que estão a dar início à transição urbana, as suas economias citadinas não estão suficientemente desenvolvidas para atrair migração rural para as áreas urbanas. Os países *agrários* enfrentam o desafio de começar o processo de transformação estrutural de forma mais decisiva incrementando a produtividade agrícola e levando a cabo um processo de urbanização bem planeado. Assim que tenham acelerado a transformação estrutural, muito provavelmente iniciarão a transição da fecundidade.

- Os *países baseados em recursos naturais* urbanizaram-se através de ganhos excepcionais provenientes de recursos naturais, o que atraiu mão-de-obra para longe da agricultura. Em comparação com outros cujos níveis de rendimento são semelhantes, estes 13 países apresentam um maior grau de urbanização (40-78%), taxas de fecundidade geralmente mais elevadas e um elevado grau de primazia urbana, sendo, por norma, a capital desproporcionalmente maior do que outras cidades. A proporção do PIB na agricultura é reduzida, situando-se em 3-21%. Estes países revelam enormes variações nos níveis de rendimento (500-20 000 dólares americanos per capita), nos tipos de recursos naturais que produzem (por exemplo, hidrocarbonetos, minerais e metais) e na sua geografia (por exemplo, a Líbia é predominantemente árida enquanto a Nigéria é sobretudo irrigada pela chuva). Os desafios comuns consistem no uso da sua vantagem competitiva no comércio internacional por forma a diversificar a base económica, afastando-a dos recursos naturais, e a diminuir a fecundidade, especialmente nas áreas urbanas. Contudo, neste momento precisam de políticas específicas para enfrentar as condições globais adversas da redução dos preços das matérias-primas.

Figura 6.11. Níveis de urbanização e taxa de fecundidade total por tipologia de países africanos



Nota: Os países baseados em recursos naturais não surgem aglomerados na figura uma vez que se encontram mais dispersos no quadro geral. A história e a capacidade de os Estados investirem rendas dos recursos pode ter implicações no seu desenvolvimento.

Fonte: UNDESA (2015, 2014).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391766>

Áreas rurais e vilas permanecem pilares da urbanização em África

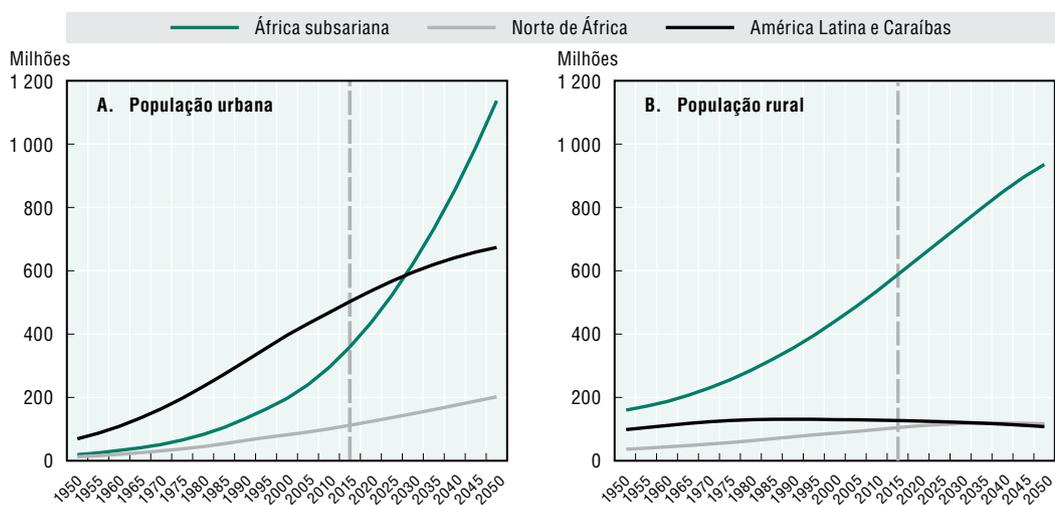
Como foi visto acima, a urbanização não é sinónimo de declínio da agricultura e muito menos da economia rural em sentido lato. Na maioria dos casos, a produção agrícola continua a crescer – embora a um ritmo mais lento – e acompanha o incremento da indústria e dos serviços de maior valor acrescentado enquanto proporção do PIB. Certos territórios rurais podem até desenvolver-se mais depressa do que alguns urbanos.

A urbanização africana não implica uma separação das respetivas áreas rurais por vários motivos. Primeiro, a lenta transformação estrutural, o crescimento demográfico contínuo no campo e o declínio dos fluxos migratórios para as grandes cidades significam que as áreas rurais continuam a ser os pilares de muitos países africanos. Segundo, a urbanização encerra uma nova promessa para as áreas rurais proporcionando maior procura de produtos rurais, melhorando a cadeia de fornecimento agrícola e reforçando o mercado de fatores rurais (ver Capítulo 7 para uma discussão mais pormenorizada). Terceiro, a tradicional separação entre áreas rurais e urbanas tem-se esbatido cada vez mais: quase três quartos da população de África vivem numa interface rural-urbana constituída por áreas rurais e cidades com menos de 500 000 habitantes. Quarto, essas tendências não são lineares e exigem uma análise cuidadosa. Vários países passaram por uma desaceleração da urbanização ou mesmo episódios de desurbanização, por exemplo.

O crescimento da população rural só diminuirá lentamente

Algo que caracteriza a urbanização africana é que o crescimento da população rural só lentamente diminuirá. Excetuando no grupo dos diversificadores, na maioria das áreas rurais africanas não se constata um êxodo rápido (BAD/OCDE/PNUD, 2015; OCDE 2016). Assim, enquanto África se urbaniza, a sua população rural continuará a crescer a uma taxa superior a 1% por ano para lá de 2045. Espera-se que a África subsariana tenha um crescimento de mais de 353 milhões de novos habitantes rurais entre 2015 e 2050. A continuação do crescimento demográfico rural na maior parte da África subsariana contrasta com outras regiões do mundo. Prevê-se que, globalmente, a população rural comece a regredir o mais tardar até 2020. A Figura 6.12 mostra que a África subsariana é a região do mundo onde a população rural continuará a crescer mais (em contraste gritante com a América Latina e as Caraíbas).

Figura 6.12. Aumento demográfico no Norte de África e na África subsariana, e na América Latina e Caraíbas, 1950-2050

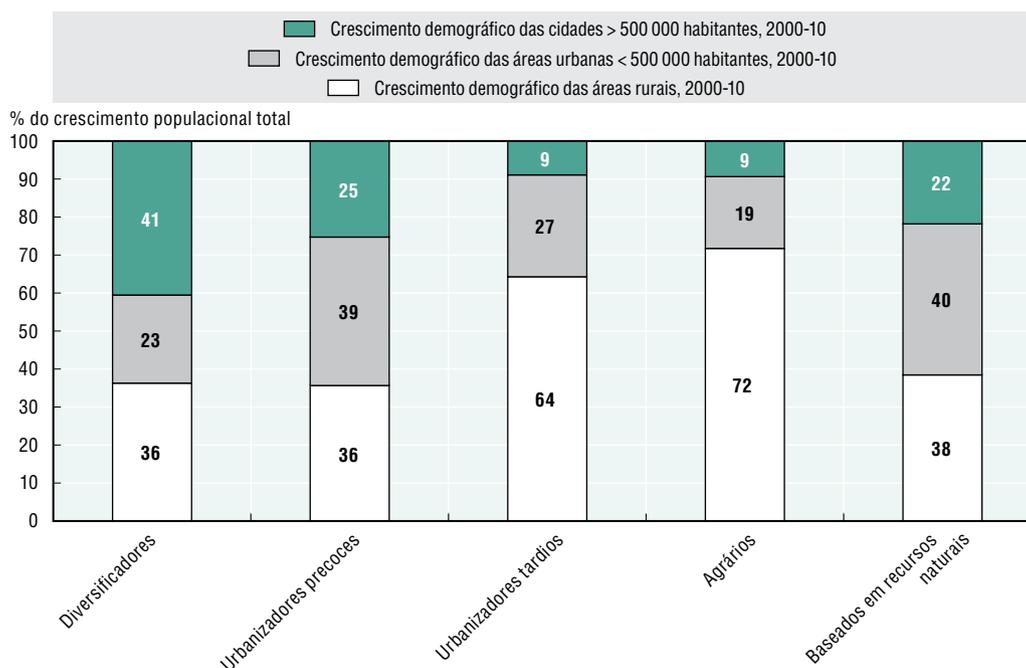


Fonte: Cálculos dos autores baseados em UNDESA (2014).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391779>

O crescimento das vilas e das cidades intermediárias fortaleceu as conexões recíprocas entre o desenvolvimento rural e o urbano

Não obstante o debate relativo à urbanização se centrar muitas vezes nas grandes cidades, a urbanização, na verdade, tem vindo a acontecer sobretudo numa interface rural-urbana. Tal interface é composta por um *continuum* de áreas rurais, aldeias, vilas e cidades com menos de 500 000 habitantes.⁵ A Figura 6.13 revela que a interface rural-urbana mantém a sua importância por toda a África, especialmente para os países *urbanizadores tardios* e os *agrários*, nos quais absorveu mais de 90% do crescimento demográfico total.

Figura 6.13. Contribuição para o crescimento demográfico segundo a dimensão da cidade e a interface rural-urbano por tipo de país africano, 2000-10



Nota: Os países de cada grupo vêm enumerados no Anexo 6.A1.

Fonte: Cálculos dos autores baseados em UNDESA (2014).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391787>

Mais de 952 milhões de africanos, 82% da população de África, vivem em tal interface rural-urbana. Pelos vários territórios, a proporção da população que vive em assentamentos com menos do que 500 000 habitantes é a seguinte: 91% na África Oriental, 80% na África Ocidental, 77% no Norte de África, 74% na África Central e 65% na África Austral. Olhando para todas as áreas urbanas em África, 55% têm uma população inferior a 500 000 pessoas. A urbanização africana tem assim, em grande medida, assumido a forma de “aldeias urbanas”, difundindo o crescimento urbano em vilas mais pequenas. Em 2010, o crescimento das cidades com menos de 500 000 habitantes ficou em segundo lugar em relação ao das cidades grandes. A magnitude desta interface rural-urbana revela que a maioria dos africanos mantém uma relação estreita com as áreas rurais.

Caixa 6.3. Dinâmica de povoamento na África Ocidental

A urbanização é a mais estrondosa manifestação da dinâmica de povoamento da África Ocidental vista nas últimas décadas. Entre 1950 e 2010, a população total da região aumentou por um fator de quatro (de 72 para 320 milhões), enquanto a respetiva população urbana aumentou por um fator de 22 (de 6 para 133 milhões). A África Ocidental conta agora com 1950 aglomerados urbanos com mais de 10 000 habitantes. A distância média entre cidades foi reduzida de 111 quilómetros para 28 (OCDE, 2016). Em 2000, 94% das áreas rurais de densidade elevada situavam-se na bacia hidrográfica urbana de cidades com 50 000 habitantes, no mínimo (OCDE, 2013; ver Mapa 6.1). Estas áreas rurais, cuja média era superior a 51 habitantes por km², representavam 58% do total da população rural.

A dinâmica de povoamento nas vilas e nas cidades intermediárias da África Ocidental mostra que as populações urbanas e rurais estão a aproximar-se cada vez mais, conforme documentado na base de dados Africapolis, atualizada pelo Clube do Sahel e da África Ocidental. As áreas rurais que dispõem de boas ligações a mercados urbanos têm economias locais mais diversificadas, com uma maior proporção de emprego não agrícola e rendimentos provenientes de atividades não agrícolas. Um quarto da população rural da África Ocidental trabalha em atividades não agrícolas. Segundo os atuais níveis de urbanização, a proporção do emprego agrícola em toda a economia é de 50% no nível regional, contra 90% em 1950 (Moriconi-Ebrard, Harre e Heinrigs, 2016).

A tradicional separação entre áreas rurais e urbanas tem-se esbatido cada vez mais

As categorias estáticas de “urbano” e “rural” já não abarcam a natureza híbrida da alteração nas relações entre cidades e campo (Agergaard, Fold e Gough, 2010; Berdegue e Proctor, 2014). O fenómeno de “urbanização do campo e ruralização das cidades” constatado na Tunísia por Miossec (1985) tornou-se numa característica geral das tendências de urbanização do continente.

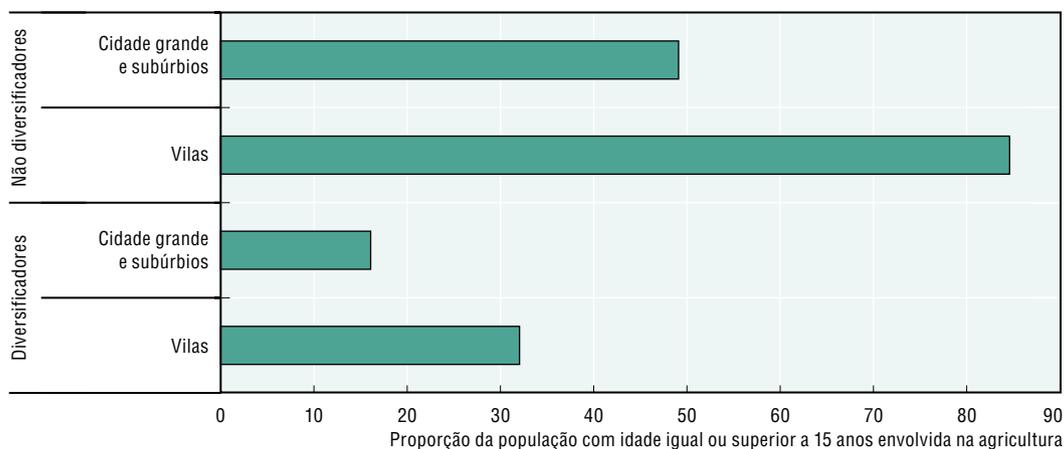
As práticas migratórias diversificaram-se. Uma melhoria gradual nas infraestruturas, incluindo a adoção de telemóveis, conduziu a uma tendência crescente de práticas migratórias mais curtas e temporárias (Losch, Magrin e Imbernon, 2013). Estes novos padrões podem incluir semanas ou dias, mas também deslocações diárias, sempre que as condições dos transportes o permitam. O grau de mudança nas práticas migratórias reflete muitas vezes a densidade regional e a qualidade dos transportes, expondo claras diferenças nas redes. A migração circular aumentou desde a década de 1980. Estes dados referem-se à migração para uma vila seguida de uma deslocação para fora da vila e de volta à área rural, o que poderia ocorrer um ano ou até décadas mais tarde (Potts, 2012). Na África do Sul, as tendências demográficas mostram um aumento na migração circular e o desenvolvimento de uma interface rural-urbana, originando preços elevados na habitação formal e muitos assentamentos informais, que apenas são ocupados temporariamente (OCDE, 2008).

O aumento da mobilidade altera as estruturas familiares e os estilos de vida. Os diversos membros do agregado familiar podem exercer atividades em locais diferentes – na aldeia, nas aldeias vizinhas, na vila, na capital ou até no estrangeiro – diversificando assim as suas fontes de rendimento (Guétat-Bernard, 1998; Tacoli, 2003). Tais práticas não perturbam, por norma, a coesão familiar. Por vezes, até criam uma espécie de economia familiar de arquipélago (Losch, Fréguin-Gresh e White, 2013). Morar em vários locais produz espaços funcionais que muitas vezes não correspondem aos limites administrativos (Cortes e Fayet, 2009; Ma Mung, 1999). Esta mobilidade dá gradualmente origem a uma economia rural que é mais diversificada e que está muitas vezes relacionada com alguma forma de economia urbana (Haggblade, Hazell e Reardon, 2007).

Muitos aldeãos se tornam urbanizados, enquanto residentes urbanos mantêm algumas das suas antigas atividades rurais, nomeadamente agricultura urbana. Cerca de 40% dos residentes urbanos africanos estão “envolvidos nalgum tipo de atividade agrícola” (FAO, 2012). Segundo dados da Gallup referentes ao período de 2009-2014, 85% dos habitantes com idade igual ou superior a 15 anos em vilas de países africanos *não diversificadores* estão envolvidos na agricultura, sendo a percentagem de 49% nas cidades grandes e subúrbios. Nos países *diversificadores* africanos, o rácio situa-se nos 32% nas vilas e nos 16% nas cidades grandes e subúrbios (Figura 6.14).

Estas dinâmicas levam ao aparecimento de novos espaços entre as áreas rurais e urbanas, por vezes longe da supervisão do governo (Diop, 2010). A urbanização dá-se ao longo de uma imensidão de assentamentos sem distinção clara entre o urbano e o rural. A seguir ao aparecimento de megacidades, o crescimento demográfico urbano e a expansão urbana também deram origem a corredores urbanos (ver Capítulo 7). Exemplos disso são o Cairo-Alexandria, o corredor urbano Ibadan-Lagos-Cotonou-Acra, com 600 quilómetros, e Kenitra-Casablanca-El Jadida. Tais conurbações também podem criar zonas urbanas ou autênticas megalópoles, tais como o Grande Cairo ou Gauteng, que inclui Joanesburgo, Midrand e Pretória. O crescimento urbano periférico constitui, muitas vezes, um desafio para os governos locais que são incapazes de levar a cabo censos e de prestar serviços às populações em questão. A título de exemplo, o crescimento urbano da capital do Togo, Lomé, ocorre sobretudo além das fronteiras administrativas da cidade: a cidade não dispõe de dados estatísticos fiáveis, documentos de planeamento urbano recentes ou até um inventário de uso do solo para as áreas além da sua jurisdição. Assim, o município praticamente não tem margem de manobra para aumentar as suas receitas (Paulais, 2012: 11; 76; 132).

Figura 6.14. Agricultura urbana nas grandes cidades e vilas entre os países africanos, 2009-14



Nota: A Gallup disponibiliza estas duas categorias, “vilas” e “cidade grande e subúrbios” através de perguntas de autoidentificação. Os não diversificadores incluem Angola, Benim, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, República Democrática do Congo, Gabão, Gana, Guiné, Côte d’Ivoire, Quênia, Libéria, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, Nigéria, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbabue. Os diversificadores integram as Maurícias (1000 inquiridos) e a África do Sul (4984 inquiridos).⁶

Fonte: Cálculos dos autores baseados na Gallup World Poll (2015).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391795>

A urbanização inverteu-se ou abrandou em certos países

As áreas rurais também continuam a ser importantes porque a urbanização de África não tem sido um processo linear: ao longo do tempo, as tendências de urbanização variaram em direção e em ritmo. Desde a década de 1980, a República Centro-Africana, a Côte d'Ivoire, o Mali e a Zâmbia passaram por períodos de desurbanização, de acordo com os respetivos censos. No Benim, no Burkina Faso, na Mauritânia, em Moçambique, no Níger, no Senegal e no Zimbabwe, o crescimento de grandes e médias vilas estagnou ou aumentou lentamente (Potts, 2009: 253). Estes episódios de desurbanização ou lenta urbanização estiveram frequentemente relacionados com crises económicas provocadas pela quebra de exportações de matérias-primas e a consequente adaptação estrutural que cortou subsídios às populações urbanas (Potts, 2012). Não obstante ter ocorrido desurbanização noutras partes do mundo (por exemplo, na China durante a era maoísta, no Camboja durante o governo de Pol Pot e na Tailândia no rescaldo da crise financeira de 1998), os episódios de desurbanização foram mais frequentes na África subsariana ao longo dos últimos trinta anos (Bairoch, 1988; Clark, 2009).

Tabela 6.2. Ritmo das tendências de urbanização em certos países africanos, 1980-2012

Contraurbanização (decréscimo da proporção urbana)	Urbanização lenta (<2% entre censos)	Urbanização rápida
Côte d'Ivoire 1988-98	Benim 1992-2002	Burkina Faso 1996-2006
República Centro-Africana 1988-2003	Etiópia 1994-2007	Camarões 1987-2005
Mali 1987-98	Malawi 1998-2008	Tanzânia 1998-2002
Zâmbia 1980-90, 1990-2000	Mauritânia 1988-2000	
Zimbabwe 2002-12	Níger 1988-2002	
	Sudão 1993-2008	
	Togo 1981-2010	

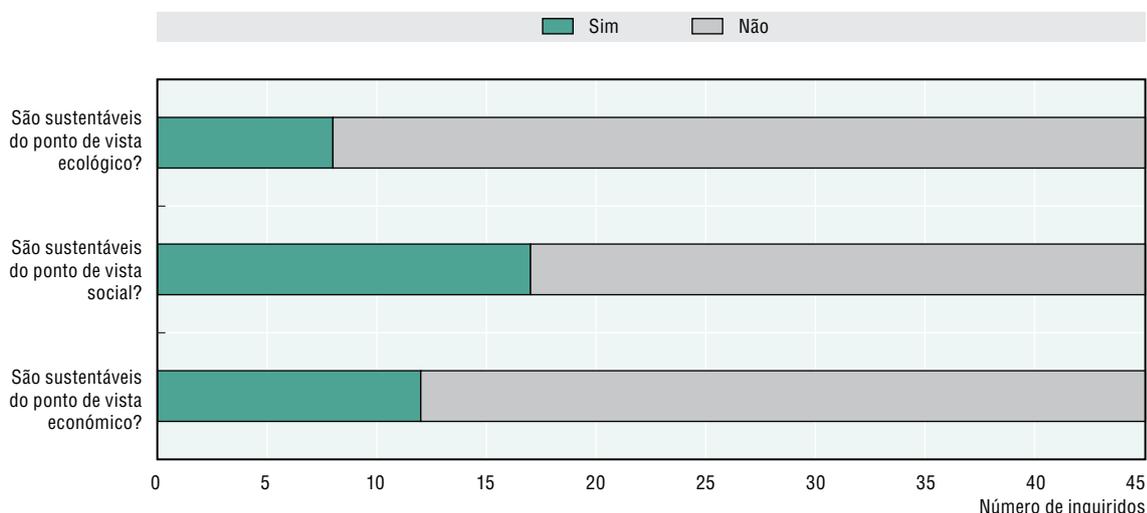
Fonte: Dados dos censos nacionais, citados por Potts, 2013: 11.

De acordo com estimativas das Nações Unidas, a população rural cresceu mais depressa do que a população urbana entre 1990 e 2010 em cinco países africanos: Egito, Libéria, Maurícias, Suazilândia e Zâmbia. No total, 11 países africanos passaram por uma urbanização negativa ou lenta, aumentando menos de 2.2 pontos percentuais nos níveis de urbanização entre 1990 e 2010: República Centro-Africana, Chade, Comores, Djibouti, Egito, Libéria, Líbia, Maurícias, Níger, Suazilândia e Zâmbia. Prevê-se que quatro países passem por uma urbanização lenta, aumentando menos de 2 pontos percentuais nos níveis de urbanização entre 2010 e 2030: Djibouti, Maurícias (que continuarão com uma urbanização negativa), Suazilândia e Zimbabwe.

A urbanização constitui um desafio para o desenvolvimento e o ambiente

A rápida urbanização acompanhada de lenta transformação estrutural cria um obstáculo significativo à consecução dos objetivos de desenvolvimento fixados pela Agenda 2063 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Embora os padrões de urbanização africana sejam variados, até agora poucos podem ser considerados sustentáveis de um ponto de vista económico, social ou ambiental, como se confirma pelo inquérito aos especialistas do PEA 2016 (Figura 6.15). Não dispondo de postos de trabalho produtivos nas áreas rurais, a maior parte das economias tem perdido mão-de-obra da agricultura para atividades urbanas, pouco qualificadas e informais na área dos serviços. O acesso aos bens públicos mantém-se extremamente desigual inclusive no interior de áreas urbanas, pondo muitas vezes em risco o tecido social. As cidades africanas enfrentam um misto sem precedentes de desafios ao desenvolvimento juntamente com os crescentes riscos ambientais, tais como falta de saneamento, alterações climáticas e poluição atmosférica.

**Figura 6.15. As tendências de urbanização são sustentáveis no seu país?
Respostas dos africanos**



Nota: Respostas ao inquérito relativo às tendências que se verificam no país que observam por parte de economistas de países do BAD e do PNUD em 45 gabinetes nacionais em África. As respostas são ponderadas por uma por país.

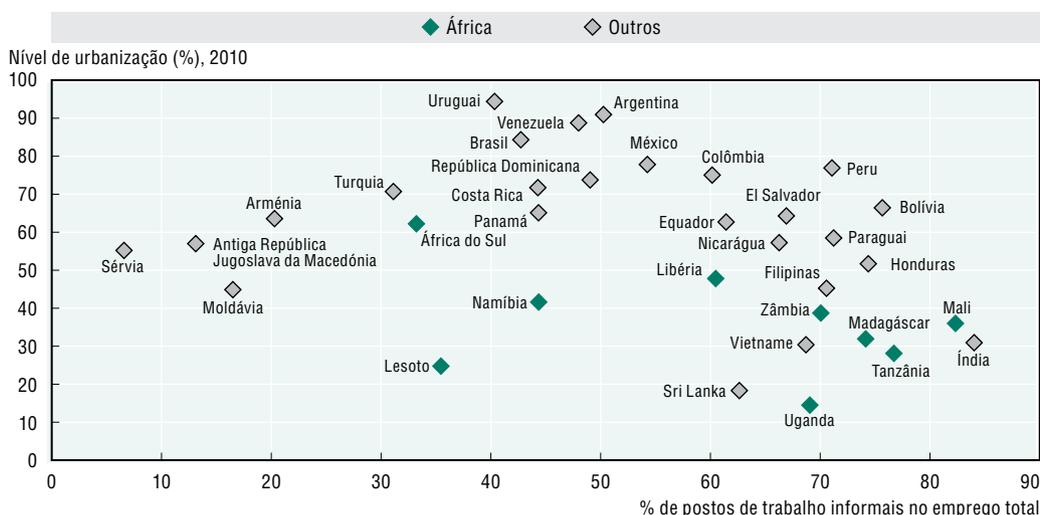
Fonte: Inquérito aos especialistas do PEA, 2016.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391803>

Os assentamentos urbanos concentram os trabalhadores informais em setores de serviços de baixo valor acrescentado

O crescimento económico estável e a rápida urbanização da última década e meia não encontraram correspondência na criação proporcional de emprego formal. A proporção de mão-de-obra em empregos vulneráveis apenas diminuiu 2% entre 2000 e 2015, apesar das excepcionalmente sólidas taxas de crescimento do PIB superiores a 5% ao ano alimentadas por uma duradoura explosão de matérias-primas (Parnell, Pieterse e Haysom, 2016). A maioria dos trabalhadores do sexo masculino e feminino ficaram assim no setor dos serviços informais, como vendedores de rua, por exemplo, sem nenhuma perspetiva de aceder a atividades mais produtivas e de melhorar os seus meios de subsistência de forma durável. Estima-se que a economia informal represente 61% do emprego urbano e 93% do total de novos empregos criados (Kessides, 2005). Para as mulheres africanas, avalia-se que a economia informal represente 92% do total de oportunidades de emprego fora da agricultura, na sua esmagadora maioria enquanto emprego independente ou trabalho por conta própria, embora faltem estatísticas atualizadas (OIT, 2002, citado por Kessides, 2005). A informalidade continua a ser uma marca de muitos países africanos, embora esteja generalizada em muitos outros países em desenvolvimento com diversos níveis de urbanização (Figura 6.16).

Figura 6.16. Níveis de urbanização e proporção de trabalho informal no emprego total em seis países africanos e 26 países não africanos, 2010



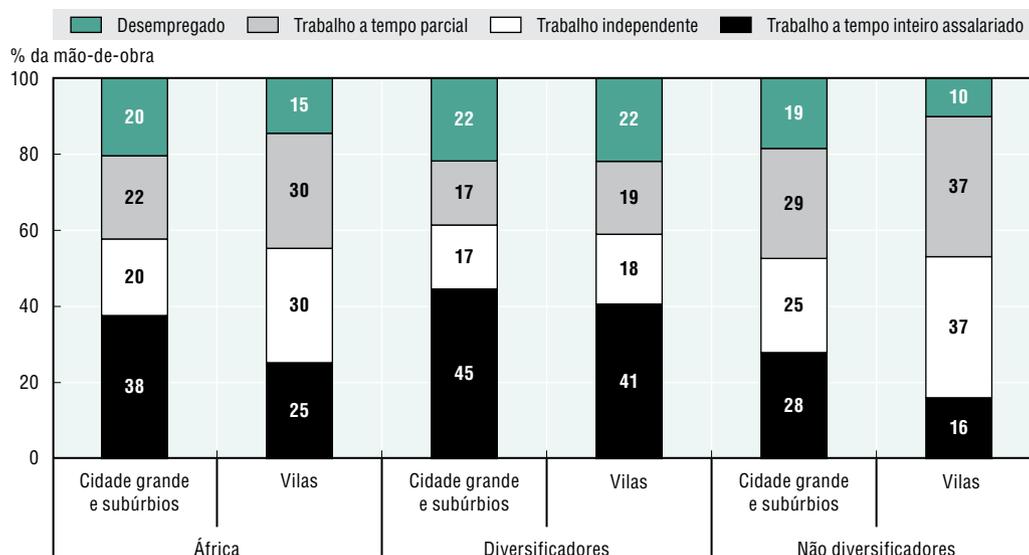
Fonte: OIT (2012) e UNDESA (2014).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391816>

São muitos os impulsionadores da informalidade. Esta informalidade é muitas vezes o resultado de acomodar um rápido crescimento demográfico e económico nas cidades. Deve-se também à falta de capacidade institucional para a proteção dos direitos de propriedade, a aplicação de regulamentação e a gestão de uma expansão urbana planeada (Spence, Clark Annez e Buckley, 2009: 26-27).

O fraco desempenho dos setores modernos da indústria transformadora e dos serviços significa que postos de trabalho assalariados são raros e a maioria das pessoas fica presa em empregos vulneráveis ou é forçada a abandonar a população ativa por completo. Com base numa análise dos dados da Gallup, a população ativa africana é mais suscetível de ter um emprego assalariado nas grandes cidades do que nas vilas, numa proporção de 38% para 25%, respetivamente (Figura 6.17). Esta divergência nos postos de trabalho assalariados a tempo inteiro entre cidades e vilas é maior em países *não diversificadores* do que em países *diversificadores*, refletindo a abrangência mais profunda da transformação estrutural em cidades mais pequenas e vilas nos países *diversificadores*. Já as vilas têm uma maior proporção de populações em empregos vulneráveis e desempregadas do que as cidades grandes e esta proporção é muito superior nas vilas dos países *não diversificadores*. Assim, 84% dos inquiridos encontram-se em empregos vulneráveis e desempregados, em contraste com um conjunto de 55% nas cidades grandes em países *diversificadores*.

Figura 6.17. Tipo de trabalho por dimensão da cidade africana e tipologia do país (%), 2009-14



Nota: A Gallup disponibiliza estas duas categorias, “vilas” e “cidade grande e subúrbios” através de perguntas de autoidentificação. As categorias de emprego são igualmente disponibilizadas pela Gallup. Os diversificadores incluem o Egito, Marrocos, a África do Sul e a Tunísia. Os não diversificadores incluem Argélia, Benim, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, República Democrática do Congo, Gana, Côte d’Ivoire, Quênia, Libéria, Líbia, Malawi, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbabue (ver Anexo 6.A.1).

Fonte: Cálculo dos autores baseado na Gallup World Poll (2015).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391826>

O acesso aos bens públicos continua a ser desigual na maioria das áreas urbanas

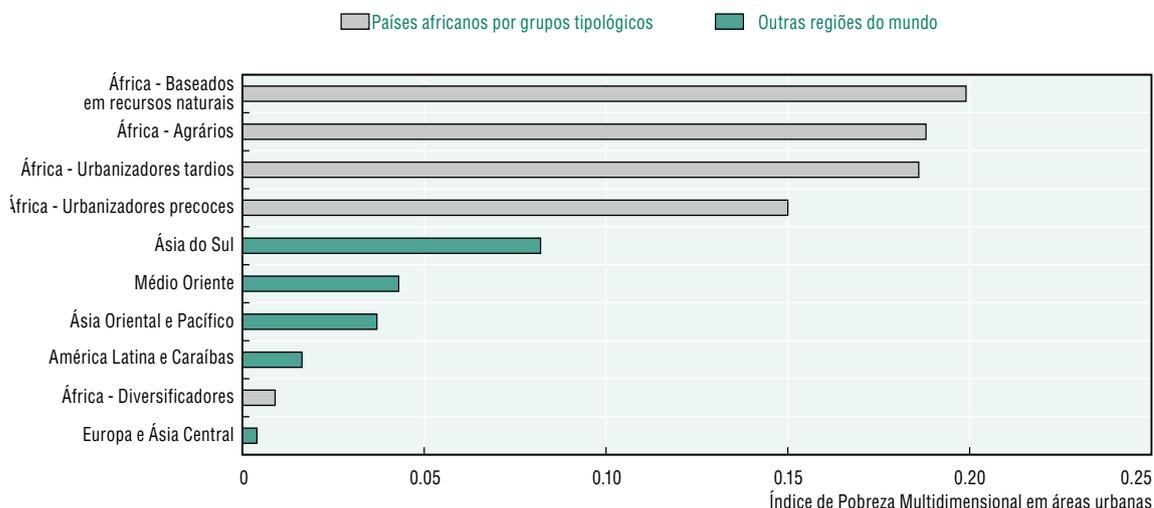
Os diversificadores reduziram a pobreza urbana mais depressa do que os outros países

A incidência da pobreza urbana é muito mais elevada em África do que nos outros continentes: 62% da população urbana da África subsariana vivem em bairros de lata (UN-Habitat, 2008).⁷ Uma família de bairro de lata é definida como privada de, pelo menos, uma das seguintes cinco comodidades: habitação durável, área habitável suficiente, acesso a água de melhor qualidade, a um melhor saneamento ou a arrendamento seguro (UN-Habitat, 2006). Muitos países africanos correm um sério risco de triplicar a população residente em bairros de lata até 2050 (UN-Habitat, 2014).

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) revela que a pobreza urbana em África é elevada. O IPM é uma medida composta do número de pessoas a viver na pobreza e da intensidade da privação que as famílias enfrentam. O IPM africano é de 0.151, muito superior à média da amostra de 54 países não africanos em desenvolvimento, que se situa em 0.026, e o dobro do nível da Ásia do Sul, a região mais pobre que se segue (Figura 6.18):

- Em África, o grupo de países *diversificadores* tem um nível de IPM urbano de 0.009. Um valor consideravelmente inferior ao do resto do continente e inferior até a todas as outras regiões em desenvolvimento exceto as da Europa e da Ásia Central.
- Os países *baseadas em recursos naturais* deparam-se com o nível de pobreza multidimensional mais elevado, seguidos dos países *agrários*, dos *urbanizadores tardios* e dos *urbanizadores precoces*.

Figura 6.18. Índice de Pobreza Multidimensional urbano por região do mundo e grupo tipológico do PEA 2016



Nota: Os países incluídos em cada grupo são: **África – baseados em recursos naturais**: Chade, Congo, República Democrática do Congo, Guiné, Mauritânia, Nigéria, Somália, Sudão do Sul, Zâmbia, Zimbábwe; **agrários**: Burkina Faso, Burundi, Malawi, Mali, Níger, Uganda; **urbanizadores tardios**: República Centro-africana, Etiópia, Quênia, Madagascar, Moçambique, Ruanda, Serra Leoa, Sudão, Tanzânia; **urbanizadores precoces**: Benim, Camarões, Côte d’Ivoire, Gana, Libéria, Senegal, Togo; **Ásia do Sul**: Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão; **Médio Oriente**: Iraque, Jordânia, Palestina, República Árabe da Síria, Iémen; **Ásia Oriental e Pacífico**: Camboja, China, Indonésia, Laos, Mongólia, Filipinas, Tailândia, Timor-Leste, Vanuatu, Vietname; **América Latina e Caraíbas**: Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Colômbia, República Dominicana, Equador, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Peru, Saint Lucia, Suriname e Trinidad e Tobago; **África - diversificadores**: Egito, Marrocos, África do Sul, Tunísia; **Europa e Ásia Central**: Albânia, Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Bósnia e Herzegovina, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Antiga República Jugoslava da Macedónia, Moldávia, Montenegro, Sérvia, Tadjiquistão, Ucrânia, Uzbequistão.

Fonte: Cálculos dos autores baseados em dados de Alkire e Robles (2015).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391836>

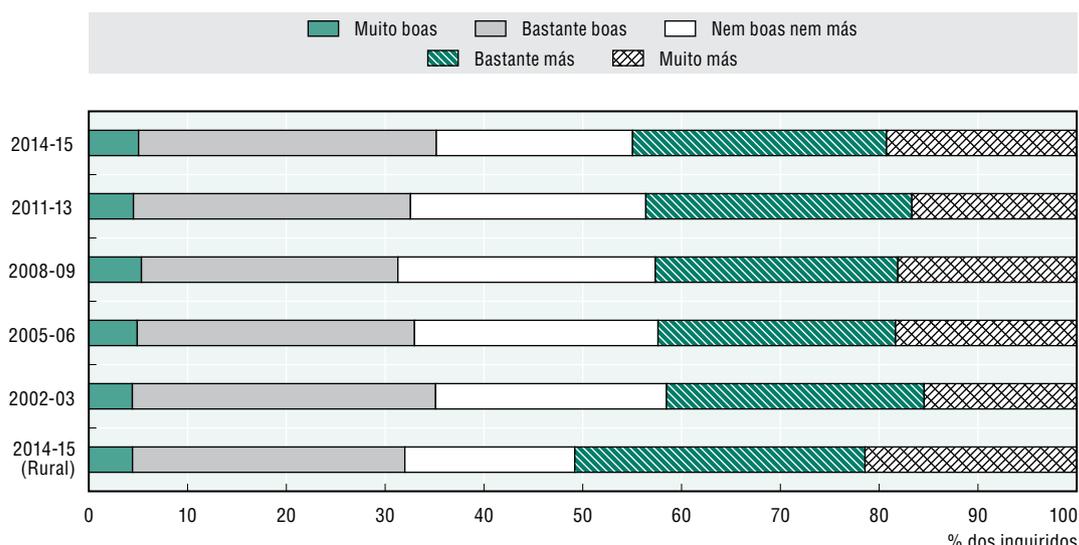
A população pobre urbana em África enfrenta quatro grandes riscos: i) riscos para a saúde resultantes de más condições de vida, o sobrepovoamento e a falta de serviços básicos; ii) riscos de subsistência derivados do emprego vulnerável, de trabalho perigoso e da discriminação nos mercados de trabalho; iii) choques externos devido a catástrofes naturais que afetam desproporcionalmente mais os assentamentos informais; e iv) riscos de governação por não receber a devida atenção política (Tacoli, McGranahan e Satterthwaite, 2015). Além do grupo dos *diversificadores*, as áreas urbanas africanas caracterizam-se pelo maior número de pessoas a viver na pobreza, bem como privações mais intensas do que em áreas urbanas de outras regiões. Trinta e quatro por cento dos habitantes urbanos em África que não vivem em países *diversificadores* estão privados de, pelo menos, três das dez dimensões do IPM, contrastando com 3% nos países *diversificadores* e 9% noutros países em desenvolvimento não africanos. Os mais pobres na África urbana encontram-se mais privados de condições de vida, seguidas dos cuidados de saúde. Quase um terço da população urbana pobre em África não usa combustível limpo para cozinhar. Um quarto da população urbana pobre não tem acesso a eletricidade nem saneamento.

As más condições de vida afetam o bem-estar nas áreas urbanas

A última década de crescimento económico vigoroso não melhorou o bem-estar subjetivo dos habitantes urbanos em África. Trinta por cento dos inquiridos urbanos consideram as suas condições de vida boas e 5% muito boas, mas a proporção de respostas positivas manteve-se constante em apenas cerca de 35% desde 2002/03 (Figura 6.19). Pelo contrário, a proporção de inquiridos urbanos que consideram as suas condições

económicas más ou muito más foi sempre superior e aumentou de 41% para 45%. Não obstante, os residentes urbanos, de um modo geral, creem estar em melhor situação do que os seus homólogos rurais, 50% dos quais consideram as suas condições de vida desfavoráveis.

Figura 6.19. Autoavaliação das atuais condições económicas pessoais por inquiridos urbanos africanos



Nota: A abrangência de países aumenta gradualmente de 16 países em 2002/03 para 34 países na última leva (2014/15).

Fonte: Retirado do Afrobarómetro (2015).

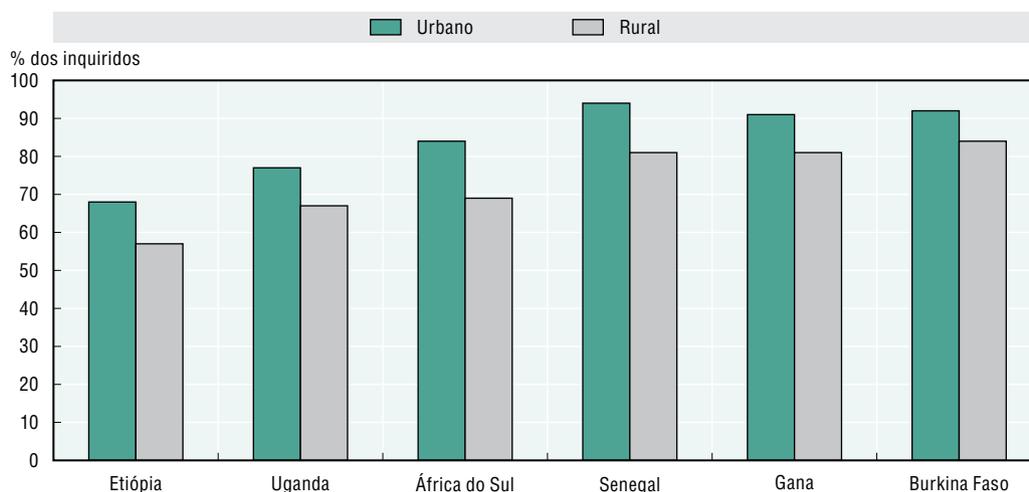
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391846>

Devido à elevada desigualdade urbana, a segregação está a tornar-se num risco crescente para a coesão social

África possui algumas das cidades mais desiguais do mundo. A distribuição de rendimentos entre famílias urbanas, medida pelo coeficiente de Gini⁸, situa-se em 0.539 para as áreas urbanas numa amostra de 12 países (UN-Habitat, 2010a). Joanesburgo tem um dos coeficientes de Gini mais altos do mundo: 0.75 (UN-Habitat, 2010b). As consequências sociais da desigualdade urbana afetam os resultados do desenvolvimento humano, limitam o acesso a oportunidades e perpetuam a desigualdade (UN-Habitat, 2008). As taxas de criminalidade e a insegurança são elevadas e têm tendência a aumentar com a dimensão da cidade, como em Joanesburgo e em Lagos. Um inquérito em 9 países da África subsariana mostra que os habitantes urbanos estão, em média, muito mais preocupados com o problema da criminalidade do que os residentes rurais, registando-se diferenças entre 8 a 15 pontos percentuais (Figura 6.20).

A separação territorial acentua as disparidades sociais ao longo de áreas urbanas vizinhas. Grandes condomínios fechados aumentam a segregação territorial e dificultam a coesão social. Um exemplo disso é a Eko Atlantic City, situada numa ilha artificial a cinco quilómetros de Lagos, que oferece comodidades exclusivas para as elites da classe alta e de expatriados (Kester, 2014). Para as mulheres em especial, ameaças pressentidas ou reais de violência têm um impacto direto sobre a capacidade de se deslocarem livremente em espaços públicos. Em Nairobi, foram relatados mais de 700 episódios de violência física com base no género em espaços públicos, incluindo paragens de autocarro e parques, em 2010-11 (McEvoy, 2012). Resultados de um estudo em Kigali verificaram que 42% das mulheres estavam preocupadas com questões de assédio sexual quando se deslocavam a instituições de ensino durante o dia e 55% após cair a noite (ONU Mulheres, 2013).

Figura 6.20. Os africanos dizem “A criminalidade é um problema muito grande no nosso país”, 2015



Fonte: Pew Research Centre (2015).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391857>

Caixa 6.4. O fluxo de refugiados urbanos para as cidades africanas

O fluxo de refugiados para as cidades, ou refugiados urbanos, coloca desafios específicos à coesão social, à produtividade económica urbana e à integração dos refugiados na sociedade para que tenham uma vida digna. A migração internacional em África tem sido associada a crises políticas, guerras e respetivas consequências económicas, aumentando o número de refugiados em áreas urbanas (Naudé, 2008).

Nairobi, no Quênia, tem entre 46 000 e 100 000 refugiados provenientes de 8 países vizinhos. Certos campos de refugiados, como Dadaab, tornaram-se tão grandes como cidades, abrigando centenas de milhares de refugiados da Somália desde o início da década de 1990. O afluxo de refugiados para o distrito de Eastlands em Nairobi no início da década de 1990 provocou um aumento superior a cinco vezes nos preços de rendas de quartos individuais, forçando muitos inquilinos quenianos a sair, enquanto os refugiados viviam muitas vezes em terríveis condições de apinhamento (Campbell, 2006; Lindley, 2007). Mas as consequências também podem ser positivas: a chegada de refugiados agitou a atividade empresarial. A Eastleigh Business Community (comunidade empresarial de Eastleigh) registou um total de 2800 empresários, sobretudo somalis, desde a sua fundação, em 1999, até 2005 (RCK, 2006).

Outros países foram igualmente afetados:

- A capital do Sudão, Cartum, acomoda 1.5 milhões de pessoas deslocadas (Paulais, 2012).
- No Egito, Cairo alberga um milhão de refugiados do Sudão, além dos de outros países. A situação é semelhante em Alexandria, a segunda maior cidade do Egito. As políticas ignoram, em geral, os refugiados urbanos, embora muitos se deparem com situações de abuso (Paulais, 2012: 139).
- Na África do Sul, os governos locais criaram postos de ajuda aos migrantes nas cidades de Joanesburgo, Matatiele, Musina e Tshwane. Estes procuraram dar resposta a violentos motins contra os estrangeiros em 2008 e 2015 (BAD/OCDE/PNUD, 2009).

Os desafios ao desenvolvimento da urbanização em África são acrescidos de elevados riscos ambientais

À medida que se vai urbanizando, o continente africano enfrenta um conjunto significativo de desafios ambientais e de desenvolvimento, que outras regiões não enfrentaram simultaneamente com uma tal magnitude. Estes incluem o rápido aumento do impacto da poluição atmosférica sobre a saúde e a economia da população africana, bem como as múltiplas consequências das alterações climáticas globais que afetam as áreas urbanas.

Os custos da poluição atmosférica são inusitadamente elevados

A urbanização africana depara-se com múltiplos problemas ambientais e de desenvolvimento. Ao contrário de regiões com uma urbanização mais precoce, África tem de lidar com ambos em simultâneo.

Os riscos ambientais – poluição atmosférica, água imprópria e falta de saneamento – requerem atenção. Em 2013, a poluição ambiental causada por partículas (APMP na sigla inglesa) provocou pelo menos 246 000 mortes prematuras. As mortes por poluição do ar doméstico (HAP na sigla inglesa) aumentaram, sendo a poluição do ar em recintos fechados a principal causa de doenças respiratórias em mulheres e crianças em assentamentos informais africanos (UN-Habitat, 2008). Pelo contrário, mortes derivadas de outros fatores de risco ambientais há muito existentes, tais como água imprópria e falta de saneamento, têm diminuído de forma constante (Tabela 6.3).

Tabela 6.3. Mortes prematuras resultantes de certos fatores de risco significativos em África, 1990-2010 (intervalos de cinco anos) e 2013

	1990	1995	2000	2005	2010	2013
Água imprópria	837 702	780 095	751 892	644 136	561 342	542 855
Falta de saneamento	615 540	573 084	551 948	468 815	407 092	391 656
Insuficiência ponderal infantil	474 819	467 921	420 606	309 945	273 294	275 813
Poluição do ar doméstico	396 094	422 895	436 463	429 199	450 969	466 079
Poluição ambiental causada por partículas	181 291	190 933	200 854	213 429	227 428	246 403

Fonte: Roy (no prelo).

Dado que enfrentam estes novos desafios, as cidades africanas não podem tomar como exemplo as experiências dos outros. Outras regiões do mundo nunca apresentaram tal convergência de importantes desafios ambientais e de desenvolvimento. Em 1990, a mortalidade infantil por insuficiência ponderal na China era suficientemente reduzida para que as mortes por APMP se lhe sobrepusessem numa proporção de 11:1. Em 2013, a mortalidade infantil por insuficiência ponderal na China fora mais ou menos eliminada e as mortes por APMP sobrepunham-se-lhe numa proporção de 671:1. África dificilmente pode fazer face ao novo fator de risco da APMP, que provocou cerca de 250 000 mortes em 2013, juntamente com o velho problema da insuficiência ponderal infantil, que provocou 275 000 mortes. Desafios ambientais como a APMP são, em grande medida, consequências da urbanização e, mais especificamente, da motorização. Embora possa ser visto como um risco pós-industrial, a APMP já é relativamente elevada em África apesar de o continente se encontrar apenas nas primeiras fases da industrialização. Os desafios ao desenvolvimento no âmbito da subnutrição também requerem atenção. A “subnutrição infantil” continua a ser o principal fator de risco de morte prematura na África subsariana.⁹ A insuficiência ponderal é a terceira causa de morte prematura em África (Tabela 6.3).

Roy (no prelo) traduz o número de mortes prematuras para custos económicos. Servindo-se do método do valor da vida estatística (VSL na sigla inglesa), que mede o custo da mortalidade para a sociedade como um todo, estima que a poluição atmosférica tenha custado a África 447 mil milhões de dólares americanos em 2013, um terço do

seu PIB (Tabela 6.4). O custo estimado de mortes prematuras para África derivadas de todos os quatro fatores de risco ambientais referidos (APMP, HAP, água imprópria e falta de saneamento) excede os 850 mil milhões de dólares americanos, ou seja, quase dois terços do PIB.

Tabela 6.4. Custos económicos de mortes prematuras derivadas de certos fatores de risco significativos em África (milhões de dólares americanos), 2013

	Poluição ambiental causada por partículas	Poluição do ar doméstico	Água imprópria	Falta de saneamento	Insuficiência ponderal infantil
Total (de países com dados disponíveis)	215 212	231 798	248 191	160 670	134 468

Nota: Todos os cálculos usam o valor de base da OCDE de 3 milhões de dólares americanos em 2005, o que reflete uma agregação de valores individuais para ligeiras alterações no risco de morte, tal como verificado nos países da OCDE (OCDE, 2012b). Este valor de base é ajustado considerando as diferenças no PIB per capita e o crescimento dos rendimentos e a inflação após 2005. Os dados disponíveis são insuficientes para concluir os cálculos para os seguintes países: Eritreia, Serra Leoa, Somália e Zimbábwe.

Fonte: Roy (no prelo).

As alterações climáticas e o crescimento urbano vão incrementar as pressões ambientais sobre as áreas urbanas

Apesar de os países africanos terem um contributo inferior a 4% para as emissões globais de gases, as alterações climáticas impõem custos cada vez mais elevados ao continente (FAO, 2008). Prevê-se que as temperaturas médias em África aumentem 1.5-3 °C até 2050, ampliando os impactos das alterações climáticas que já se fazem sentir (PNUA, 2007). Caso as alterações climáticas não sejam refreadas, o mero efeito do aumento das temperaturas poderá fazer com que a maioria dos países africanos sejam mais pobres em 2100 do que hoje em dia (Burke, Hsiang e Miguel, 2015). O forte crescimento demográfico urbano agrava inevitavelmente as pressões ambientais sobre os ecossistemas urbanos. As famílias mais pobres, que são altamente dependentes dos recursos naturais, são as mais afetadas pela degradação ambiental.

As alterações climáticas e a degradação ambiental devido ao crescimento urbano têm impactos diferentes nas diversas cidades e regiões africanas:

- **Riscos de inundações em zonas costeiras de baixa altitude:** 50% dos assentamentos africanos com 1 a 5 milhões de habitantes encontram-se em zonas costeiras de baixa altitude (Kamal-Chaoui e Robert, 2009). As inundações aumentam nas cidades porque estas têm mais superfícies impermeáveis (Paulais, 2012). As populações e os recursos de cidades portuárias como Abidjan, Douala ou Túnis são vulneráveis à subida do nível do mar. Os terrenos agrícolas também podem perder-se (Mapa 6.2). A zona costeira do Egito contém 40% da população total do país e prevê-se que ocorra uma diminuição de 6.4% no PIB por cada metro de subida do nível do mar (Brown, Kebede e Nicholls, 2011). As estimativas para a Nigéria fixam-se numa perda de 0.3% do PIB e para o Senegal, de 12-17%.
- **Mudanças meteorológicas abruptas:** Vários países se deparam com mudanças nos padrões meteorológicos, variando em duração e intensidade. Os países da África Oriental apresentam uma tendência para precipitações mais fortes. A África Austral regista aridez, seca e incêndios. Em certas partes do Sahel, uma precipitação inferior à média poderia reduzir a produção de milho e pôr em perigo o acesso a alimentos, por exemplo em Nairobi, como revelado pelo Índice de Stresse Agrícola (FAO, 2014).
- **Alterações dos padrões pluviais:** Uma aceleração do ciclo hidrológico aumentará os padrões de precipitação extrema (IPCC, 2007). Os custos médios anuais de adaptação em África podem ascender a 18 mil milhões de dólares americanos entre 2010 e 2050, principalmente os custos no setor das águas e da proteção costeira. Apesar de o fluxo médio de água aumentar, a disponibilidade hídrica cairia 73% na capital da Etiópia, Adis Abeba, 20% no Botswana e na África do Sul, e 42% na Somália (BAD, 2011).

- **Extremos de calor:** Os extremos de calor e as ilhas de calor urbanas têm impactos sobre a saúde e a vegetação e contribuem para o aquecimento climático (Huang e Lu, 2015). As ilhas de calor urbanas formam-se com temperaturas mais elevadas nas cidades como resultado da atividade humana, nomeadamente a poluição, a modificação das propriedades físicas e químicas da atmosfera e a cobertura da superfície do solo. No Norte de África, o stresse térmico provoca atualmente 2000 mortes por ano, porém prevê-se que aumentem para 47 000 em 2080 (OCDE, 2015). Os territórios próximos das cidades do Sahel, como Ouagadougou, também serão afetados. Os países africanos podem vir a registar 907 000 mortes em 2080. Numa cidade como Joanesburgo, as áreas vulneráveis mais quentes identificadas são os subúrbios, onde a densidade é elevada e a vegetação é reduzida (Hardy e Nel, 2015).
- **Desflorestação:** A lenha fornece mais de 80% do combustível doméstico em África e representa 90% da madeira extraída. O Mapa 6.3 mostra essa desflorestação recente em *clusters* da África Central, sobretudo em torno das grandes conexões de transportes e centros urbanos como Kinshasa.
- **Desertificação:** A degradação do solo e os padrões contraditórios no seu uso são consequência da desertificação contínua dos terrenos, do elevado crescimento demográfico e da exploração exaustiva dos recursos. A desertificação já afeta dois terços dos terrenos em África e 65% da sua população. É responsável por grande parte da migração rural-urbana, como, por exemplo, de Ouagadougou, no Burkina Faso (Pauleit, 2015). No Sahel e no Corno de África, é provável que 60 milhões de pessoas migrem entre 2016 e 2020 devido a áreas degradadas.

Caixa 6.5. As alterações climáticas e a migração rural-urbana na África subsariana

As alterações climáticas levaram à migração rural-urbana na África subsariana. Isto deve-se sobretudo ao facto de a agricultura da zona depender largamente das chuvas, mais do que outras regiões do mundo (Barrios, Bertinelli e Strobl, 2006: 4).

- A diminuição da precipitação levou ao aumento das taxas de urbanização na África subsariana (ibid.: 18).
- A menor humidade (medida por um índice que conjuga a precipitação e a evapotranspiração potencial) afetou a produtividade agrícola, empurrando os residentes rurais para áreas urbanas (Henderson, Storeygard e Deichmann, 2014: 2).
- Embora as tendências pluviais tenham diminuído de forma constante desde a década de 1970, estima-se que seja a queda de 1% na precipitação a responsável pelo aumento de 0.45% da taxa de urbanização da África subsariana (Barrios, Bertinelli e Strobl, 2006: 18).
- A gestão ineficiente dos recursos hídricos e territoriais rurais também contribuiu para a migração rural-urbana, reduzindo a produtividade agrícola. Da mesma forma, sistemas inadequados de regimes de propriedade desencorajaram o investimento sustentável (Global Centre for Food Systems Innovation 2014: 59).

É pouco provável que a urbanização impulsionada por decréscimos na precipitação promova a transformação estrutural em África. Ao forçar a mão-de-obra a sair das áreas rurais, as condições mais áridas podem aumentar a produtividade urbana em cidades dotadas de uma base industrial, especialmente as que possuam um setor de exportação não inteiramente dependente da agricultura local (Henderson, Storeygard e Deichmann, 2014: 1; 22). No entanto, poucas cidades africanas têm uma base de exportações suficientemente industrializada para fazer um uso produtivo da migração rural acrescida (ibid.: 25).

As políticas devem concentrar-se em empregos produtivos e bens públicos para a crescente população urbana

A história da urbanização africana é indubitavelmente única, mas não difere assim tanto das experiências de urbanização de outras regiões do mundo. Esta singularidade deve-se sobretudo à urbanização do continente com níveis de rendimento mais baixos do que outros, mas também a algumas disfunções de políticas ao longo das últimas décadas (UN-Habitat, 2014). Não obstante as disfunções serem parte integrante de qualquer processo de urbanização, o rápido crescimento urbano agravou as suas consequências, especialmente no que concerne o sobrepovoamento urbano, a falta de conectividade e ineficiências que obstruem a prestação de bens públicos.

O investimento em infraestruturas urbanas deve acompanhar o rápido crescimento urbano

Entre os fatores induzidos pelas políticas que explicam por que motivo as infraestruturas urbanas não acompanharam o forte crescimento urbano, destacam-se três áreas: os atores públicos e privados não melhoraram suficientemente as infraestruturas urbanas; as taxas de fecundidade constantemente elevadas nas áreas urbanas contribuíram para o sobrepovoamento através do rápido crescimento urbano; e mercados imobiliários disfuncionais levaram à explosão da habitação informal.

Os governos devem renovar as infraestruturas urbanas

O planeamento urbano e as finanças urbanas têm ficado muito para trás por toda a África (UN-Habitat, 2014; 2008). A maioria dos países africanos urbanizaram-se mais tarde do que outras regiões do mundo. Muitas cidades grandes são heranças coloniais que não foram planeadas para albergar grandes populações. Como tal, várias capitais africanas provieram de uma visão da economia baseada em rendas ou na extração, algo que não é propício à transformação estrutural (BAD/OCDE/PNUD, 2015).

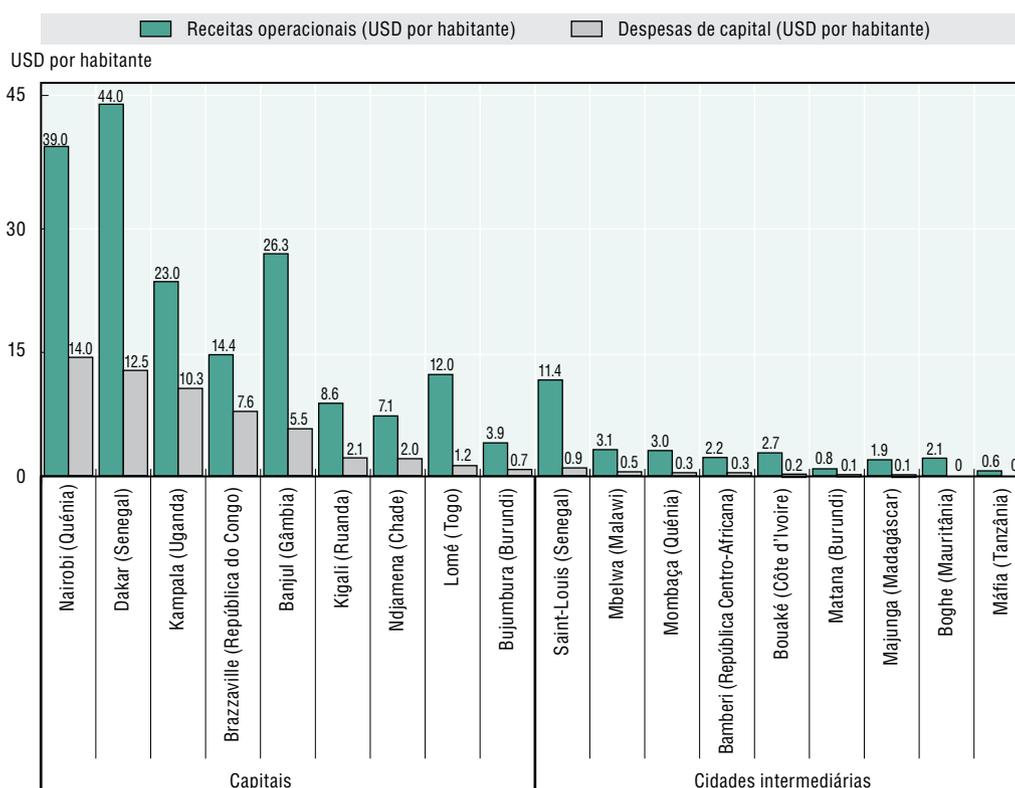
Algumas cidades planeadas construídas logo após a independência depararam-se com densidades populacionais inesperadamente elevadas, provocando sérios congestionamentos. A capital da Mauritânia, Nouakchott, foi construída em 1958 enquanto capital administrativa para uma capacidade esperada de menos de 15 000 habitantes, porém cresceu mais de 9% por ano desde 1950, atingindo quase 1 milhão de habitantes em 2015 (BAD/OCDE/PNUD, 2015: 182). Da mesma forma, o exponencial crescimento urbano de 5.3% por ano em Angola ultrapassou a capacidade existente das capitais provinciais, onde os sistemas tinham sido originalmente concebidos para populações mais pequenas. Dois terços da população vivem em bairros de lata urbanos e áreas periurbanas com acesso limitado a serviços básicos. Além de Luanda, apenas quatro cidades possuem redes de esgotos e estes servem apenas áreas urbanas centrais, abrangendo 17% da população (USAID, 2010).

O investimento em infraestruturas urbanas não acompanhou o rápido ritmo de crescimento demográfico urbano, diminuindo a utilidade marginal que advem de economias de escala aquando da prestação de serviços a uma base de consumidores urbanos mais ampla. Nos países da África subsariana, o investimento interno bruto manteve-se, em média, constante abaixo de 22% do PIB desde 1960, tendo, pelo contrário, aumentado para 42% nos países em desenvolvimento da Ásia Oriental (Banco Mundial, 2015). Grandes focos de pobreza e emprego vulnerável impediram muitas vezes o investimento público e privado em infraestruturas urbanas, ampliando os efeitos do congestionamento urbano.

Um terço das necessidades totais de infraestruturas dos países em desenvolvimento diz respeito às áreas urbanas (CGLU, 2007). As necessidades de investimento das cidades africanas foram estimadas em cerca de 30 mil milhões de dólares americanos por ano, 20 mil milhões dos quais para a África subsariana (Paulais, 2012: 100). Consoante os níveis de desenvolvimento, os países africanos teriam de gastar de 5-7% do seu PIB em infraestruturas públicas, ou seja, um mínimo de 100 mil milhões de dólares americanos por ano (Banco Mundial, 2005). A determinação do enquadramento financeiro local para cidades específicas depende das necessidades específicas, da densidade urbana e de diversos métodos de cálculo.

Os governos municipais das cidades africanas não dispõem dos recursos para enfrentar por si só estes desafios. As despesas e as receitas das cidades por cada habitante são muito reduzidas (Figura 6.21). Rondando os 40 dólares americanos per capita por ano, as receitas de capitais como Dakar e Nairobi ficam muito aquém das necessidades financeiras geradas pelo crescimento urbano e as despesas com infraestruturas não conseguem satisfazer a procura (Figura 6.21). A situação financeira das cidades intermediárias é ainda pior, com menos de 1 dólar gasto per capita por ano, em média.

Figura 6.21. Receitas operacionais e despesas de capital per capita em certas capitais africanas e cidades intermediárias



Fonte: Yatta (2016) com base em CGLUA (2014).
 StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391863>

As infraestruturas que ignoram o fator género também contribuem para disfunções urbanas, ao acentuar as desigualdades existentes entre homens e mulheres. As mulheres são afetadas pelas infraestruturas urbanas não adequadas às suas necessidades. A pobreza de tempo das mulheres agrava-se com a distância em relação ao ponto de água mais próximo: em média, as mulheres na África subsariana deslocam-se mais de seis quilómetros por dia para obter água limpa, sendo estas (e as raparigas) responsáveis

por 71% da recolha de água na região (ONU et al., 2010). Em Adis Abeba, a exposição à violência e ao assédio sexual em locais públicos influencia as opções de emprego das mulheres (ActionAid, 2011). As infraestruturas que ignoram o fator género também afetam as oportunidades de educação das raparigas e o tempo desigual que as mulheres gastam em atividades de cuidado não remuneradas.

As políticas devem oferecer habitações formais mais acessíveis

Direitos fundiários pouco rigorosos podem constranger as economias urbanas, especialmente os mercados de habitação formal. Estes não respondem eficientemente à crescente procura de habitação urbana. Uma significativa procura de habitação ultrapassa o mercado formal, causando uma escassez de habitação e contribuindo para os preços elevados. Como resultado, a habitação formal é muitas vezes inacessível para famílias com rendimentos médios ou baixos, forçando-as a recorrer ao mercado da habitação informal. Na Comunidade da África Oriental, menos de 10% da população consegue pagar uma casa no mercado formal (CAHF, 2015: 220). Mais de 62% dos residentes urbanos da África subsariana vivem em assentamentos informais.

Em geral, os mercados da habitação em África sofrem de políticas habitacionais inadequadas e não coordenadas. Os direitos fundiários e de propriedade legal são geralmente frágeis, exceto nos países diversificadores, que apresentam alguns exemplos bem sucedidos de como conter a expansão da habitação urbana informal (ver Capítulo 7). Os regimes de propriedade na maior parte dos países da África subsariana são herdados do direito consuetudinário, em que títulos de propriedade fundiária não existem. A propriedade dos terrenos é muitas vezes pouco clara e as legalizações de assentamento são contestadas (Collier, 2013: 8). A apropriação de terras – a má alocação de terrenos públicos a atores privados com ligações políticas – dá-se com bastante frequência em detrimento da habitação a preços acessíveis. Simultaneamente, a habitação informal pode ser extremamente dispendiosa em relação ao rendimento dos residentes. Em Kibera e Mathare, os maiores bairros de lata do Quênia, os senhorios que invistam em habitação para arrendamento são capazes de atingir taxas de retorno sobre os seus investimentos na ordem dos 100% e 70%, respetivamente (Paulais, 2012).

Pelo contrário, os países *diversificadores* mostram exemplos de melhoria do mercado da habitação em áreas urbanas. Os bairros de lata diminuíram substancialmente no Norte de África, sobretudo em Marrocos e na Tunísia (CAHF, 2015: 223). A taxa de habitação própria é elevada, situando-se, por exemplo, em 89% nas Maurícias. O contributo da gestão abrangente da habitação e dos terrenos foi significativo para transformar o setor imobiliário das Maurícias num impulsionador do crescimento económico. A África do Sul possui um mercado imobiliário bem estabelecido e um sistema cadastral de primeira classe (ibid.: 136-181). A atribuição de direitos fundiários claramente definidos é fundamental para o investimento no desenvolvimento de terrenos ou infraestruturas (King e Napier, 2015: 7).

De um modo mais geral, a falta de apoio financeiro e as estruturas inadequadas dos bancos afetam a indústria da construção e as famílias. As poucas empresas de construção formal na África subsariana servem a habitação de luxo e a habitação para funcionários públicos (Collier, 2013: 10). A falta de instituições de crédito hipotecário e estruturas administrativas inadequadas dos bancos comerciais impedem as empresas de financiar habitação em grande escala. Devido à falta de garantias e a políticas de crédito restritivas, 85% da população urbana de África não consegue obter empréstimos à habitação formal (Fundação Mo Ibrahim, 2015: 22). Na Comunidade Económica e Monetária da África Central, apenas 5% dos funcionários do setor privado têm acesso ao financiamento hipotecário de bancos comerciais (CAHF, 2015: 215).

Os custos de construção invulgarmente elevados aumentam o preço da habitação formal. Materiais como o cimento são cerca de três vezes mais caros do que os preços do mercado mundial, o que também representa a baixa competitividade das agências

de poupança e empréstimo (Collier, 2013: 6).¹⁰ Iniciativas governamentais para construir bairros residenciais acabaram por vezes erigindo “cidades-fantasma” devido aos elevados custos dos apartamentos, tal como no bairro de Nova Cidade de Kilamba, construído a 30 quilómetros de Luanda e albergando apenas 10% da sua capacidade (Fundação Mo Ibrahim, 2015: 22).

A falta de conectividade urbana tem contrabalançado as economias de aglomeração

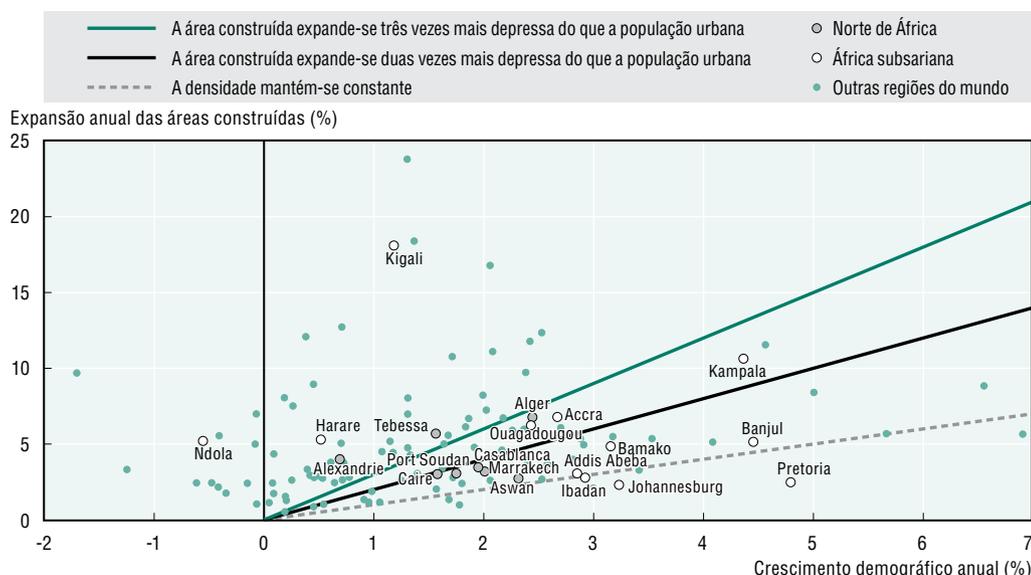
A conectividade urbana contribui para apoiar as economias de aglomeração ou para usar menos infraestruturas materiais que sustentem uma população maior. As políticas urbanas devem promover melhor a conectividade entre os trabalhadores e as empresas (mercados de trabalho), entre as próprias empresas (mercados de insumos) e entre os produtores e os consumidores (mercados de consumidores locais e internacionais) (Collier, 2016). A expansão urbana afasta mais as pessoas umas das outras, enquanto as débeis infraestruturas de transportes aumentam o custo de manter a conexão entre elas.

A maioria das cidades cresceu por meio da expansão urbana

Em muitas cidades da África subsariana, a expansão urbana tem sido fragmentada e dispersa, progredindo o novo desenvolvimento a partir dos núcleos centrais (Angel et al., 2010a). As cidades africanas sofrem, assim, com os desafios da expansão urbana, diminuindo os benefícios da conectividade dentro das áreas urbanas.

As cidades africanas estão a alargar-se a áreas rurais, de forma semelhante à tendência global (Angel et al., 2010a). O *Atlas of Urban Expansion (Atlas da expansão urbana)* mostra que 12 cidades da África subsariana têm uma baixa densidade populacional, com 81 habitantes/km², enquanto 6 cidades do Norte de África têm densidades semelhantes às cidades do Sudeste Asiático, com 155 habitantes/km². As cidades africanas estudadas foram aumentando rapidamente; a taxa mais baixa é de 2.3% por ano (Joanesburgo). Estas taxas ultrapassaram muitas vezes, e até mais do que pelo dobro, o crescimento demográfico. Kigali cresceu 18% por ano, triplicando a dimensão da sua população em apenas 15 anos. Várias cidades, tais como Kampala, alcançaram um rápido crescimento demográfico de 4.3% com uma expansão física ainda mais rápida, de 10.6% por ano, reduzindo o respetivo nível de densidade (Figura 6.22).

Figura 6.22. Expansão das áreas construídas e crescimento demográfico nas cidades africanas, 1990-2000



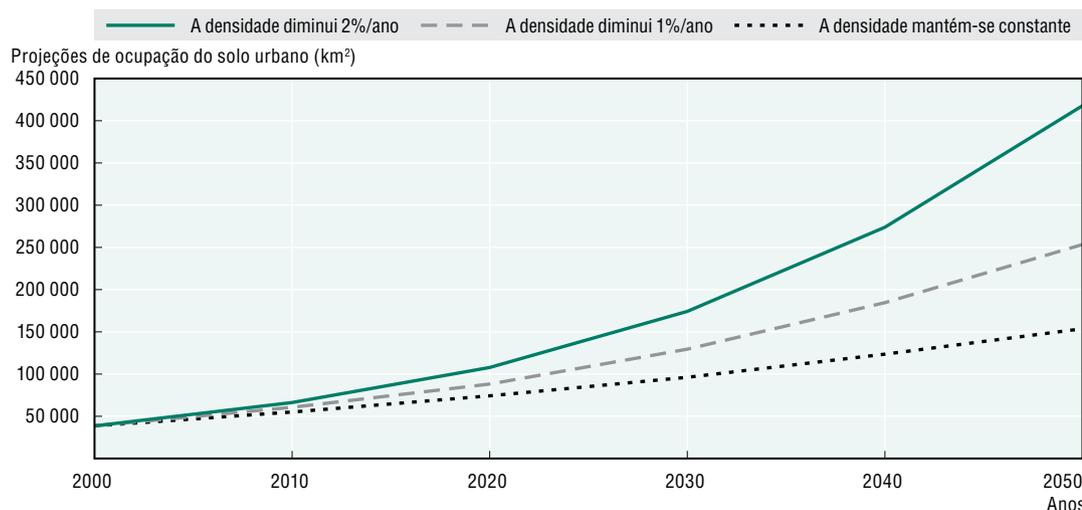
Fonte: Cálculos dos autores com base em Angel et al. (2010a).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391872>

A proporção de terrenos urbanos para terrenos aráveis mudou rapidamente, embora atualmente permaneça baixa, em 1.5%. Em Lagos, os empreendimentos residenciais de fronteira, que substituíram florestas e terras agrícolas, já afetam os meios de subsistência rurais na orla urbana. Este problema é agravado por fatores institucionais, tais como a distribuição assimétrica de terrenos privados, os elevados custos de terrenos não urbanizados e maus regulamentos para o planeamento do uso do solo. Estas questões podem ser resolvidas por reformas nos regimes de propriedade e nas políticas de habitação que favoreçam os pobres (Braimoh e Onishi, 2007).

Com as atuais taxas de crescimento demográfico e decréscimo da densidade, as áreas urbanas africanas continuarão a expandir-se rapidamente. As áreas urbanas da África subsariana crescerão provavelmente quatro vezes, no mínimo, entre 2010 e 2050, mesmo se a taxa de expansão dos terrenos se mantiver constante, uma vez que se espera que a população urbana quadruple de 295 milhões para 1.15 mil milhões. No entanto, se o consumo de terrenos per capita aumentar 1% ou 2% por ano, a área territorial das cidades é suscetível de aumentar seis ou oito vezes, respetivamente (Figura 6.23). Comparativamente, a densidade das áreas urbanas nos países em desenvolvimento diminuiu cerca de 2.5% por ano entre 1990 e 2000. Entre 2000 e 2010, a densidade de Acra diminuiu a uma taxa média anual de cerca de 2.5%, enquanto a densidade de Argel diminuiu 4.3% por ano (Angel et al., 2015). Estas taxas de expansão urbana tão elevadas parecem ecologicamente insustentáveis, visto que reduzem o fornecimento de serviços ecossistémicos, tais como terrenos aráveis, água doce e absorção de resíduos. Podem igualmente afetar os ciclos hidrológicos e a cobertura vegetal (Grant, 2015).

Figura 6.23. Projeções de ocupação do solo urbano para África, 2000-50



Nota: Esta figura é baseada em projeções da população urbana e um nível médio de densidade. Os três cenários dependem de o nível médio de densidade urbana diminuir 1% ou 2% por ano ou não mudar de todo.

Fonte: Adaptado de Angel et al. (2010b).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391883>

Os sistemas de transportes públicos precisam de melhorias

As políticas deveriam tornar os transportes formais e informais mais seguros e mais abrangentes, regulares e acessíveis. Uma vez que os transportes públicos constituem um bem público, normalmente os governos estão envolvidos na sua disponibilização. Hoje em dia, muitos dos sistemas de transportes em África continuam a depender de soluções do setor privado. Os transportes públicos foram desenvolvidos recentemente e

são inacessíveis a uma grande parte da população. A deslocação para o trabalho demora uma média de 25 minutos em Acra, comparada com 45 minutos em Abuja e até 60 minutos em Monróvia (UN-Habitat, 2010b: 107-109). O desenvolvimento de sistemas de transportes públicos é essencial para ligar as pessoas aos postos de trabalho de forma económica e aumentar assim a produtividade de uma cidade. A densidade mínima para a viabilidade de um sistema de transportes públicos é tida em 150 habitantes por hectare.

São necessárias políticas que favoreçam o investimento em redes de transportes públicos eficientes em termos de custos e de energia para melhorar a sustentabilidade e as estratégias de mobilidade (UN-Habitat, 2008). Os sistemas de transportes públicos são essenciais para a sustentabilidade ambiental e para evitar a dependência do automóvel (Glaeser, 2012). Reduzem a dependência do petróleo e do crude; diminuem a poluição atmosférica; incentivam o acesso e a mobilidade; e aumentam a interactividade social nas cidades.

São os níveis de rendimento a determinar o uso de transportes. Na África do Sul, os trabalhadores do quintil de rendimento mais baixo dependem sobretudo de andar a pé, seguindo-se os táxis (25%) e os autocarros (7%) (Statistics South Africa, 2013). As famílias de menores rendimentos gastam pelo menos 20% do seu rendimento disponível em transportes (Nota de país da África do Sul). Noutros países, mais de 50% das deslocações são feitas a pé (Foster e Briceno-Garmendia, 2010).

Um rendimento mais elevado leva a um maior acesso ao automóvel privado. Em muitas cidades africanas, o uso de transporte motorizado privado é reduzido: varia de 1% do total de meios de transporte utilizados em Dakar e de 7% em Dar-es-Salaam, a 10-20% em Harare e Kinshasa e até 45% em Ouagadougou, onde os motociclos são comumente utilizados (Fundação Mo Ibrahim, 2015). Os países com maior incidência de automóveis privados por 1000 pessoas são a Líbia (297), as Seychelles (182), as Maurícias (174), o Botswana (168) e a África do Sul (165). Os países com menor incidência são a Etiópia (3.1), o Togo (2.3), São Tomé e Príncipe (2.2) e a República Centro-Africana (0.31) (Banco Mundial, 2015).

Como as tarifas para os transportes públicos urbanos são demasiado altas para as populações mais pobres, prevalecem meios de transporte informal. A família média não consegue pagar mais do que uma viagem diária de ida e volta num autocarro público, enquanto as famílias mais pobres ficam excluídas. Os mini-autocarros são mais frequentemente utilizados do que os autocarros grandes e oficiais (em Acra, 52% contra 10%; em Bamako, 10% contra 1%; e em Nairobi, 29% contra 7%) (Kumar e Barrett, 2008). As tarifas dos mini-autocarros variam e são muitas vezes inferiores às dos autocarros grandes (o custo de uma viagem de miniautocarro comparado com a de um autocarro é, em média, 0.25/0.31 dólares americanos por viagem) (Banco Mundial, 2011). Em média, as famílias do quintil de rendimento mais baixo gastam 30-50% do seu rendimento disponível por mês em deslocações diárias trabalho-casa, embora estas cheguem a custar 105% do seu rendimento em Lagos.

As estruturas dos sistemas de transportes públicos têm uma influência desproporcional sobre o uso de tempo e o bem-estar das mulheres. É menos provável que as mulheres conduzam e mais provável que façam várias deslocações e usem vários meios de transporte. Em Bamako, por exemplo, 87% das mulheres andam a pé em quase todas as deslocações, em comparação com 57% dos homens. Assim, os horários dos autocarros, os custos de transporte e os itinerários que não têm em conta as necessidades específicas de deslocação das mulheres podem aumentar o tempo e os custos de deslocação e, conseqüentemente, a pobreza de tempo das mulheres.

A disponibilidade de transportes e de serviços provoca grandes diferenças de acessibilidade entre grupos de rendimento. Em países de baixo rendimento, um em cada cinco inquiridos do Afrobarometer não tem acesso a serviços de transporte. Em países de rendimento médio-alto, mais de 80% dos inquiridos vivem em áreas com pelo menos três serviços de infraestruturas à sua disposição (Leo, Morello e Ramachandran, 2015).

O planeamento urbano e a governação devem concentrar-se nos assentamentos informais

Os assentamentos humanos em África cresceram largamente sem nenhum planeamento (UN-Habitat, 2014; 2008; Grant, 2015). Foram concebidos grandes planos para as cidades africanas durante o período colonial, com base na experiência europeia das cidades. Mas poucos desses planos foram implementados, dado que não se enquadravam com as especificidades sociais, políticas ou económicas de África. A tendenciosidade rural na década de 1970 também contribuiu para a dificuldade dos decisores no planeamento coerente das cidades. A escassez de urbanistas qualificados e (ativos) e de outros profissionais das áreas edificadas exacerbou a insuficiência dos sistemas de planificação, dos quadros legais e das normas de construção obsoletas (Silva, 2015). Além disso, a maioria dos países não dispõe de fundos suficientes para efetuar planeamento urbano. Alguns têm de enfrentar desafios de má governação, corrupção e desperdício de recursos.

O planeamento urbano deve ter em conta os assentamentos informais. Alguns governos encararam os assentamentos informais das cidades, onde a maioria dos residentes urbanos trabalha e mora, como um desperdício de recursos. A legislação, por vezes, condicionou o planeamento urbano, como no caso do despejo de 700 000 residentes informais durante a operação Murambatsvina, no Zimbabwe, em 2005 (Watson e Agbola, 2013). O planeamento urbano tem-se centrado recentemente na readaptação de bairros empresariais centrais ou no planeamento de novas cidades-satélite. Certos projetos de luxo de grande envergadura e condomínios fechados deram origem a segregação territorial e ignoraram o desenvolvimento de bairros de lata.

A proporção de espaços públicos destinados a parques e estradas nos terrenos urbanos em África é de cerca de 15-20%. Trata-se de metade da média mundial de 30-40%. De acordo com o UN-Habitat (2013), o padrão mínimo geralmente aceite para os espaços públicos em áreas urbanas é 45%, incluindo 30% para ruas e passeios e 15% para espaços verdes. Este padrão pretende alcançar uma densidade populacional mínima de 150 habitantes por hectare.

Caixa 6.6. Cidades para os próximos dois mil milhões de residentes urbanos

As atuais projeções demográficas das Nações Unidas sugerem que o mundo vai ter um acréscimo de mais de 2.3 mil milhões de novos residentes urbanos entre 2015 e 2050. A população urbana total em meados do século vai exceder toda a população mundial em 2000. A forma urbana tem tendência a durar, e os efeitos de confinamento (*lock-in*) das decisões de urbanização persistem, pelo que é provável que as decisões de urbanização dos próximos 30-60 anos moldem as condições de vida na terra durante os séculos vindouros.

O crescimento urbano maciço representa simultaneamente um desafio e uma oportunidade. Um desafio, porque será dispendioso corrigir erros. Mas é uma oportunidade para proceder a reformas de todos os tipos. Assim, a urbanização e a transformação estrutural têm de se reforçar mutuamente, sobretudo fazendo uso de políticas de urbanização. As políticas de urbanização devem abordar questões como o capital humano, o empreendedorismo e a industrialização, bem como as preocupações urbanas fulcrais das infraestruturas e da forma urbana.

Caixa 6.6. Cidades para os próximos dois mil milhões de residentes urbanos (cont.)

Do ponto de vista ambiental, os riscos são elevados. O aparecimento de cidades em expansão e dependentes de automóveis para os próximos dois ou três mil milhões de habitantes seria um enorme retrocesso ambiental. Simultaneamente, as políticas que favorecem o desenvolvimento orientado para o trânsito, a conceção de edifícios ecológicos e o uso sustentável do solo poderiam ajudar a transformar a atual onda de urbanização em parte da solução para os desafios ambientais do mundo, ao invés de parte do problema (OCDE, 2012c). No entanto, o tempo está a esgotar-se: as cidades estão a crescer rapidamente e, em grande parte do mundo, de formas que não auguram nada de bom para o futuro, no que diz respeito a questões como as alterações climáticas e a qualidade do ar.

As experiências dos países da OCDE, onde a urbanização está praticamente concluída, sugerem algumas lições importantes para os países em célere urbanização de hoje em dia:

- **Questões de governação.** As cidades bem sucedidas exigem coordenação entre os setores políticos e as jurisdições. Algo que é especialmente verdade em questões dinâmicas como a resiliência e a sustentabilidade. Os governos têm de incorporar nas instituições e nos processos políticos, em vez de as considerar objetivos isolados a atingir por meio desta ou daquela intervenção política.
- **Alguns erros são mais difíceis de corrigir do que outros.** Por exemplo, se não houver disponibilização de terrenos para as infraestruturas e comodidades públicas ou para uma rede de estradas, corrigir esse facto pode sair incrivelmente dispendioso, ou mesmo impossível, após a urbanização ter tido lugar e os preços dos terrenos terem aumentado.

As políticas urbanas nacionais são fundamentais para tudo isto. Mesmo havendo descentralização de poderes, os governos centrais determinam em grande medida quer o que as cidades podem fazer e o que têm incentivos para fazer. Os decisores políticos nacionais têm de estar atentos à forma como as políticas sectoriais podem criar incentivos e restrições inesperados ou indesejáveis às cidades – por exemplo, quando os regimes regulamentares e fiscais sobre a propriedade favorecem uma urbanização abundante, entrando em contradição com as políticas destinadas a conter a expansão.

Fonte: OCDE (2014; 2015).

Chegou a altura de preparar a transição urbana de África

África tem a oportunidade de promover a urbanização sustentável e acelerar a transformação estrutural

O ritmo acelerado de urbanização em África exige um enorme investimento em infraestruturas. A fim de acomodar os habitantes urbanos africanos, os governos e o setor privado terão de investir até 2050 o dobro do que investiram desde a época da independência. Os investimentos em infraestruturas urbanas têm fortes efeitos de confinamento e podem determinar o crescimento meio século depois de terem sido efetuados. A experiência de países da OCDE mostra que a readaptação de infraestruturas pode revelar-se muito mais dispendiosa do que levar a cabo políticas precoces que não comprometam o futuro (*no regret*) (Brahmbhatt et al., no prelo).

Os decisores políticos estão cada vez mais conscientes do lugar central da urbanização no processo de transformação estrutural (UN-Habitat e UNECA, 2015). Quatro quintos

dos inquiridos consideram a urbanização uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável (Figura 6.24). Esta visão afasta-se da abordagem do pós-independência, cuja tendência era descartar a urbanização africana por ser demasiado rápida e incontrolável e precisar de restrições (Caixa 6.7 acerca da tendenciosidade urbana). No entanto, ainda são comuns as políticas que tentam restringir a urbanização em vez de aproveitar as suas potencialidades para a transformação estrutural. De acordo com um inquérito das Nações Unidas, 80% dos países africanos continuam a querer uma “grande mudança na distribuição territorial da população” e uma proporção semelhante (85%) implementaram políticas para limitar a migração rural-urbana (ONU, 2013: 109; 114).

Caixa 6.7. A “tendenciosidade urbana” dos economistas numa África rural

O conceito de tendenciosidade urbana surgiu em grande parte após a independência dos países africanos. Este debate académico contestando o facto de as cidades serem prejudiciais ao desenvolvimento rural tem lançado o rural contra o urbano e influenciado negativamente a perceção do papel que as cidades podem desempenhar no desenvolvimento de África (Yatta, 2016). Os economistas especializados no desenvolvimento criaram três noções principais de “tendenciosidade urbana”:

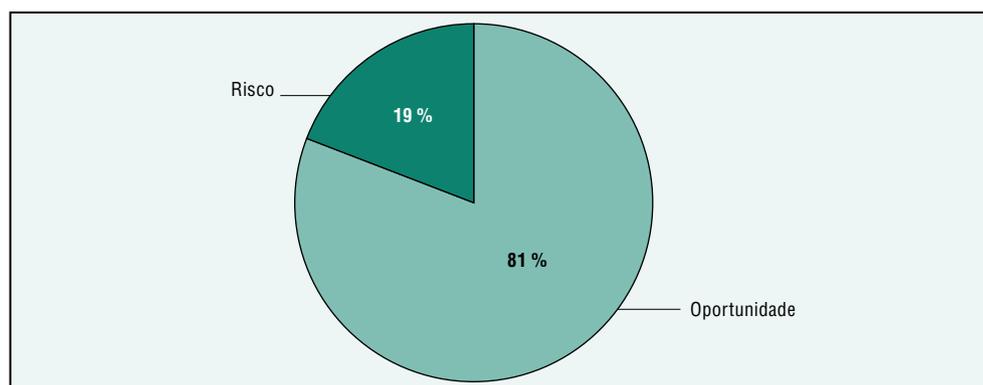
- Enquanto uma “reviravolta de preços” levando à exploração rural por parte do urbano. Desenvolvido no final das décadas de 1960 e 1970, este modelo de reviravoltas de preço descreve de que modo os preços dos bens produzidos nas cidades são significativamente mais elevados do que os produtos rurais, enquanto os produtos agrícolas são vendidos abaixo do seu valor (Corbridge e Jones, 2005).
- Enquanto monopólio de investimento parasitário para a economia nacional. As cidades absorvem uma grande proporção do orçamento nacional e tornam-se consumidoras de créditos, enquanto é das áreas rurais que provém o fornecimento (Schikele, 1968; Chandavarkar, 1985).
- Enquanto desperdício de recursos humanos atraindo a mão-de-obra rural para o pouco produtivo setor urbano informal e criando escassez de alimentos (Dumont, 1966; Balogh, 1966). O seminal paradoxo de Todaro demonstrou que o aumento de oportunidades de trabalho urbano aumentaria o desemprego urbano ao atrair maior migração rural-urbana (Todaro, 1969).

As organizações internacionais fizeram ecoar este debate académico. O “Relatório Berg” do Banco Mundial sugeriu que os regimes vigentes na África subsariana impunham políticas urbanas tendenciosas para abafar a agitação nas vilas e nas cidades e para apoiar o seu grupo de interesse (Berg, 1981).

Na década de 1990, a posição das organizações internacionais começou a mudar. Em 1991, o Banco Mundial salientou que as atividades económicas urbanas poderiam influenciar positivamente o crescimento económico (Banco Mundial, 1991). Fundada em 1999 na Summit of Mayors (Cimeira de autarcas), a iniciativa conjunta do Banco Mundial e do PNUD Cities Alliance “Cities Without Slums” (Aliança de cidades “Cidades sem bairros de lata”) começou a abordar a pobreza urbana nos países em desenvolvimento. Esta perspetiva mais positiva foi retomado no *Relatório do Desenvolvimento Mundial 2009: Uma nova economia geografia* (Banco Mundial, 2009).

Os debates internacionais em curso relativamente ao papel das cidades e dos assentamentos humanos na promoção das agendas para o desenvolvimento regional e global representam, por conseguinte, uma importante oportunidade para repensar as políticas. As que forjaram os atuais resultados insatisfatórios podem ser tornadas mais favoráveis ao desenvolvimento sustentável e a uma transformação sustentável eficaz no futuro.

Figura 6.24. A urbanização é encarada como um risco ou uma oportunidade no seu país?



Nota: Respostas ao inquérito por parte de economistas de países do BAD e do PNUD em 48 gabinetes nacionais em África. As respostas são ponderadas por uma por país.

Fonte: Inquérito aos especialistas do PEA, 2016.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391897>

Os eventos internacionais destacam a urbanização em África e a transformação estrutural

Atualmente, o impulso político está a centrar-se na urbanização e na transformação estrutural tanto no nível pan-africano como global (Tabela 6.5). A União Africana está a desenvolver a sua agenda de urbanização para apoiar a Agenda 2063 de África em coordenação com parceiros globais. A Agenda Urbana Africana (AUA) da UN-Habitat é apoiada pelo Gana e pela Nigéria e procura o investimento de outros governos africanos. Este impulso inspirou a redação da Declaração de Abuja em fevereiro de 2016, com vista a alimentar uma posição africana comum para a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre a habitação e o desenvolvimento urbano sustentável (Habitat III) como “um processo centrado nas pessoas e impulsionado pela liderança”. O continente almeja falar a uma só voz para que a Nova Agenda Urbana reflita a visão pan-africana da Agenda 2063.

Tabela 6.5. Eventos pan-africanos e internacionais relativos à urbanização sustentável¹¹ e à transformação estrutural, 2014-18

2014	A União Africana estabelece um comité técnico especializado em serviço público, governo local, desenvolvimento urbano e descentralização, reunindo ministros africanos da habitação e do desenvolvimento urbano.
janeiro 2014	A posição africana comum da União Africana relativa à Agenda pós-2015 dá prioridade à “transformação económica estrutural e crescimento inclusivo”.
março 2015	A UN-Habitat e a Comissão Económica para África organizam um evento paralelo relativo ao papel da urbanização na transformação estrutural de África na Oitava Reunião Anual Conjunta do comité técnico especializado da União Africana em finanças, assuntos monetários, planeamento económico e integração/Conferência da UNECA dos ministros africanos das finanças, do planeamento e do desenvolvimento económico em Adis Abeba, na Etiópia.
abril 2015	Os ministros africanos da habitação e do desenvolvimento urbano dão início a um processo de elaboração de uma posição africana comum para a Terceira Conferência da ONU sobre a habitação e o desenvolvimento urbano sustentável (Habitat III).
junho 2015	O plano de implementação dos primeiros dez anos (2014-23) da Agenda 2063 da União Africana, que estabelece o objetivo de aumentar o investimento urbano, é adotado na 25.ª cimeira da União Africana.
setembro 2015	A União Africana anuncia que vai desenvolver uma Carta Africana relativa ao desenvolvimento urbano e assentamentos humanos.
dezembro 2015	A 7.ª cimeira Africityies tem lugar em Joanesburgo, na África do Sul, co-organizada pela Cidades e Governos Locais Unidos em África.
março 2016	Durante a conferência regional africana relativa ao Habitat III em Abuja, na Nigéria, os ministros africanos e as organizações da sociedade civil adotam a Declaração de Abuja, abrindo caminho a uma posição africana comum quanto ao Habitat III.
julho 2016	Está programado que os chefes de Estado africanos adotem uma posição africana comum quanto ao Habitat III
outubro 2016	O Habitat III será realizado em Quito, no Equador.
novembro 2016	TA 22.ª sessão da Conferência das Partes (COP 22) da Convenção-quadro da ONU relativa às alterações climáticas terá lugar em Marraquexe, Marrocos.
janeiro 2018	A UN-Habitat realizará o 9.º Fórum Urbano Mundial em Kuala Lumpur, na Malásia.

O Objetivo de desenvolvimento sustentável relativo às cidades ganha impulso

No nível internacional, as cidades sustentáveis e os assentamentos humanos estão no centro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) adotados durante a assembleia geral da ONU em setembro de 2015, visando o ODS 11 “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. Este novo objetivo urbano autônomo é inovador porque reconhece que as cidades podem ser um caminho para o desenvolvimento sustentável (Parnell, 2015). O projeto de posição africana comum relativa ao Habitat III compromete-se a “assegurar que o objetivo 11, tal como se apresenta agora, tem de ser considerado em conjunto com os objetivos 8, 9 e 10 relativos a questões relacionadas com a promoção do crescimento económico, bem como emprego produtivo e pleno; a construção de infraestruturas, industrialização e inovação, bem como a redução das desigualdades dentro e entre países” (AUHF, 2015).

A Terceira Conferência da ONU sobre a habitação e o desenvolvimento urbano sustentável representa uma oportunidade para promover a posição africana relativa à Nova Agenda Urbana. A conferência pretende assegurar um compromisso político renovado para o desenvolvimento urbano sustentável, avaliar progressos alcançados até à data, abordar a questão da pobreza e identificar novos desafios emergentes. O Habitat III e a Nova Agenda Urbana vão propor uma estratégia global para a urbanização ao longo dos próximos 20 anos até à próxima conferência Habitat.

Anexo 6.A1. Metodologia para a análise agrupada relativamente à urbanização e à transformação estrutural nos países africanos

Este capítulo agrupa os 54 países africanos em cinco grupos para realçar a diversidade dos seus processos de transformação estrutural. A denominação dos grupos é *diversificadores*, *urbanizadores precoces*, *urbanizadores tardios*, *agrários* e *países baseados em recursos naturais*. Esta análise agrupada identifica características comuns dos países.

Esta metodologia foca-se nas características do país no nível nacional. Os países africanos foram agrupados segundo os quatro processos de transformação estrutural descritos por Timmer e Akkus (2008): i) um declínio na proporção da agricultura no PIB e no emprego, ii) urbanização, iii) uma transição demográfica das taxas de natalidade e de mortalidade elevadas e iv) o aparecimento de uma economia industrial e de serviços moderna.

Em primeiro lugar, os 54 países foram filtrados excluindo 12 que tinham uma população inferior a 2.5 milhões de habitantes em 2013. Países tão pequenos tendem a ter uma proporção muito superior de população urbana do que os países maiores e os seus processos de urbanização também diferem. A principal cidade de países maiores tem, muitas vezes, mais do que 2.5 milhões de habitantes. Apesar das suas dimensões reduzidas, o Botswana e as Maurícias foram mantidos na amostra pois ambos são amplamente reconhecidos como estudos de caso típicos da transformação estrutural em África.

Em segundo lugar, foram identificados os *países baseados em recursos naturais* nos restantes 42. Os estudos apontam as diferenças estruturais dos países baseados em recursos comparados com os países não baseados em recursos. A partir de edições anteriores das *Perspetivas económicas em África*, os *países baseados em recursos naturais* foram definidos como aqueles onde a produção de minerais, metais e hidrocarbonetos representou mais de 30% do PIB em 2010 (BAD/OCDE/PNUD/UNECA, 2013: Tabela 6.3).

Em terceiro lugar, os países foram classificados segundo os seus níveis de urbanização em 2015, usando o UNDESA (2014). Os países foram definidos como:

- urbanizados quando pelo menos 60% da população reside em áreas urbanas
- tendo iniciado o processo de urbanização quando têm um nível de urbanização de pelo menos 40% e inferior a cerca de 50%
- países predominantemente rurais quando têm um nível de urbanização inferior a 20%. O Burkina Faso e o Mali foram mantidos nesta categoria uma vez que a sua agricultura produz mais de 35% do respetivo PIB.

Em quarto lugar, os países foram separados segundo a taxa de fecundidade total (TFT), na altura em que a maioria dos dados estavam disponíveis – entre 2010 e 2015 – usando o UNDESA (2014). A tipologia demográfica foi baseada nas edições anteriores das *Perspetivas económicas em África*, agrupando os países africanos segundo a sua TFT (BAD/OCDE/PNUD, 2015; ver também Guengant e May, 2013). Foram usadas as TFT nacionais em vez das TFT urbanas (Jedwab, Christiaensen e Gindelsky, 2015b), de modo a refletir os desafios do emprego no nível nacional e integrar a dinâmica rural na análise da transformação estrutural. Usar as TFT urbanas não produziria diferenças significativas no agrupamento dos países. Este agrupamento demográfico deu origem às seguintes categorias:

- Os países são classificados como mais avançados na sua transição demográfica quando a TFT fica abaixo de 3.5 filhos por mulher, o que corresponde aproximadamente à TFT do Egito.
- Os países que começaram o processo de transição da fecundidade são aqueles com TFT entre 3.5 e 5.5 filhos por mulher.
- Os países com TFT de 5.5 filhos ou mais são classificados como não tendo iniciado a transição da fecundidade.

As dimensões económicas utilizadas na análise agrupada são discutidas ao pormenor em toda a Parte II do presente relatório.

Usando este processo, os países africanos foram classificados como se vê na Tabela 6.A1.1.

Tabela 6.A1.1. Países africanos agrupados de acordo com os seus níveis de transformação estrutural

Países não baseados em recursos naturais				Países baseados em recursos naturais
Diversificadores	Urbanizadores	Urbanizadores tardios	Agrários	Países baseados em recursos naturais
Avançados na transição da fecundidade, urbanizados	precoces Iniciaram a transição da fecundidade e a urbanização	Iniciaram a transição da fecundidade, mas a urbanização ainda não	Ainda não iniciaram a transição da fecundidade nem a transição urbana	
Egito	Benim	Eritreia	Burkina Faso	Argélia
Maurícias*	Camarões	Etiópia	Burundi	Angola
Marrocos	Côte d'Ivoire	Quênia	Chade	Botswana*
África do Sul	Gana	Madagáscar	República Centro-Africana**	República do Congo
Tunísia	Libéria	Moçambique	Malawi	República Democrática do Congo
	Senegal	Ruanda	Mali	Guiné
	Togo	Sudão	Níger	Líbia
		Tanzânia	Serra Leoa**	Mauritânia
			Uganda	Nigéria
				Somália
				Sudão do Sul
				Zâmbia
				Zimbabwe

Nota: * Países mantidos na amostra apesar de terem menos de 2.5 milhões de habitantes. ** A República Centro-Africana e a Serra Leoa têm uma taxa de fecundidade total de cerca de 4.5 filhos por mulher e um nível de urbanização de aproximadamente 40%. No entanto, as suas economias são esmagadoramente agrárias (58% e 56% do PIB, respetivamente).

Notas

1. As estimativas das Nações Unidas preveem que África terá uma urbanização de 50% em 2037.
2. Estes países são Botswana, Etiópia, Gana, Quênia, Maurícias, Malawi e Senegal.
3. Weeks (1994) argumenta que há “fatores especiais que explicam em parte as rápidas taxas de urbanização africanas no período imediatamente pós-colonial. As proibições coloniais sobre a migração para as cidades da África Oriental – e o controlo mais amplo das deslocações da população – foram alvo de ressentimento profundo. Deu-se, nos primeiros anos, para compensar, um ajuste único à realidade que pode ter tido pouco que ver com fatores económicos”.
4. O Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD mede os progressos dos países nas principais dimensões do desenvolvimento humano: saúde, educação e qualidade de vida (ver Capítulo 4). A dimensão da saúde inclui a esperança de vida à nascença; a dimensão da educação, os anos de escolaridade para os adultos com idade igual ou superior a 25 anos e os anos de escolaridade previstos para crianças em idade escolar. A qualidade de vida é medida pelo rendimento nacional bruto (RNB) per capita.
5. Existem muitas definições diferentes de cidades intermediárias. Para uma definição operacional, ver o Anexo 6.A3 das *Perspetivas económicas em África 2015* (BAD/OCDE/PNUD, 2015: 170).
6. Apenas dois países estão no grupo dos *diversificadores* uma vez que a Gallup apenas colocou a questão a países da África subsariana.
7. “State of World Cities 2008/2009” (Estado das cidades do mundo) da UN-Habitat refere-se a dados de 2005. Esta estimativa abrangente ainda não foi atualizada.
8. O índice de Gini avalia em que medida a distribuição de rendimentos entre os indivíduos ou as famílias no seio de uma economia se desvia de uma distribuição completamente igualitária. Um índice de Gini de 0 representa a completa igualdade, enquanto um índice de 100 implica a desigualdade total.
9. A “subnutrição infantil” engloba “a insuficiência ponderal infantil”, a “emaciação infantil” e o “nanismo infantil”.
10. Uma agência de poupança e empréstimo é uma instituição financeira que oferece serviços bancários e outros serviços financeiros relacionados, especialmente de poupança e créditos hipotecários. É equivalente ao termo “building society” no Reino Unido.
11. A urbanização sustentável é a transição das sociedades de uma maioria rural para uma maioria urbana de forma sustentável. Embora tenha muitas dimensões (Allen, 2009), o presente relatório incide sobre a económica, a social e a ambiental.

Bibliografia

- ActionAid (2011), *Women and the City*, ActionAid, Joanesburgo.
- Afrobarómetro (2015), base de dados do Afrobarómetro, www.afrobarometer.org/data (consultada em fevereiro de 2016).
- Agergaard, J., N. Fold e K. Gough (ed.) (2010), *Rural-Urban Dynamics: Livelihoods, mobility and markets in African and Asian Frontiers*, Routledge, Abingdon, Oxon, Reino Unido.
- Alkire, S. e G. Robles (2015), *Multidimensional Poverty Index 2015: Brief Methodological Note and Results*, Oxford Poverty and Human Development Initiative, Oxford, Reino Unido.
- Allen, A. (2009), “Sustainable cities or sustainable urbanisation?”, *Palette: UCL’s Journal of Sustainable Cities*, verão.
- Angel, S. et al. (2010a), “A planet of cities: Urban land cover estimates and projections for all countries, 2000-2050”, *Lincoln Institute of Land and Policy Working Papers*, No. 10SA3.
- Angel, S. et al. (2010b), *Atlas of Urban Expansion*, Lincoln Institute of Land and Policy, www.lincolninstitute.edu/subcenters/atlas-urban-expansion (consultado em fevereiro de 2016).
- AUHF (2015), “Draft Africa common position on Habitat III (guided by Agenda 2063)”, União Africana, www.auhf.co.za/wordpress/assets/Draft-Africa-Common-Position-on-Habitat-III.pdf.
- BAD (2011), “Middle of the pyramid: Dynamics of the middle class in Africa”, *Market Brief*, Banco Africano de Desenvolvimento, Túnis.
- BAD (2010), *The Bank Group’s Urban Development Strategy: Transforming Africa’s Cities and Towns into Engines of Economic Growth and Social Development*, Banco Africano de Desenvolvimento, www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Policy-Documents/Urban-Development%20Strategy-Rev%201.pdf.
- BAD/OCDE/PNUD (2015), *Perspectivas económicas em África 2015: Desenvolvimento Territorial e Inclusão Espacial*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2015-en>.
- BAD/OCDE/PNUD (2009), “Nota de país da África do Sul”, *Perspectivas económicas em África 2009*, Publicações OCDE, Paris.
- BAD/OCDE/PNUD/UNECA (2013), *Perspectivas económicas em África 2013: Transformação estrutural e recursos naturais*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2013-en>.
- Bairoch, P. (1988), *Cities and Economic Development, From the Dawn of History to the Present*, Mansell, Londres, Reino Unido.
- Banco Mundial (2015), *World Development Indicators* (base de dados), <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators> (consultada em fevereiro de 2015).
- Banco Mundial (2011), *Africa’s Transport Infrastructure: Mainstreaming Maintenance and Management*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Banco Mundial (2009), *World Development Report 2009: Reshaping Economic Geography*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Banco Mundial (2007), *Cost of Pollution in China: Economic Estimates of Physical Damages*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Banco Mundial (2005), *Infrastructure and the World Bank: A Progress Report*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Banco Mundial (1981), *Accelerated Development in Sub-Saharan Africa*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.banquemondiale.org/curated/fr/1981/01/438047/accelerated-development-sub-saharan-africa-agenda-action>.
- Barrios, S., L. Bertinelli e E. Strobl (2006), “Climatic change and rural-urban migration: The case of sub-saharan Africa”, *Core Discussion Paper No. 2006/46*, http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=925652&download=yes (consultado em março de 2016).
- Berdegú, J. e F. Proctor (2014), “Inclusive rural-urban linkages”, *Working Paper Series*, No. 123, Working Group: Development with Territorial Cohesion, Territorial Cohesion for Development Program, Rimisp, Santiago, Chile.
- Brahmbhatt, M. et al. (no prelo), “Economic transformation and lessons from development experience for building a new climate economy in low-income Africa”, relatório conjunto do New Climate Economy and the Overseas Development Institute, Londres e Washington, DC.
- Braimoh, A.K. e T. Onishi (2007), “Spatial determinants of urban land use change in Lagos, Nigeria”, *Land Use Policy*, Vol. 24/2, pp. 502-515, <http://doi.org/10.1016/j.landusepol.2006.09.001>.
- Brockerhoff, M. (1995), “Child survival in big cities: The disadvantages of migrants”, *Social Science and Medicine*, Vol. 40/10, pp. 1371-1383, [http://doi.org/10.1016/0277-9536\(94\)00268-X](http://doi.org/10.1016/0277-9536(94)00268-X).

- Brown, S., A.S. Kebede e R.J. Nicholls (2011), *Sea-Level Rise and Impacts in Africa, 2000 to 2100*, relatório da School of Civil Engineering and the Environment, www.unep.org/climatechange/adaptation/Portals/133/documents/AdaptCost/9%20Sea%20Level%20Rise%20Report%20Jan%202010.pdf.
- Burke, M., S.M. Hsiang e E. Miguel (2015), “Global non-linear effect of temperature on economic production”, *Nature*, Vol. 527, pp. 235-239, <http://doi.org/10.1038/nature15725>.
- CAHF (2015), “Housing finance in Africa, a review of some of Africa’s housing finance markets”, 2015 Yearbook, Publicações Centre for Affordable Housing Finance in Africa (CAHF).
- Campbell, E.H. (2006), “Urban refugees in Nairobi: Problems of protection, mechanisms of survival, and possibilities for integration”, *Journal of Refugee Studies*, Vol. 19/3, pp. 396-413, <http://doi.org/10.1093/jrs/fel011>.
- CGLU (2007), “United cities and local governments network support paper on local finance”, documento de apoio ao UCLG Policy Paper in Local Finance, Cidades e Governos Locais Unidos, Barcelona.
- CGLUA (2014), *État des finances locales en Afrique, Cités et Gouvernements Locaux Unis d’Afrique (CGLUA)*, Rabat, Marrocos.
- Chen, M. et al. (2014), “The global pattern of urbanization and economic growth: Evidence from the last three decades”, *PLOS One*, Vol. 9/8, e103799, <http://doi.org/10.1371/journal.pone.0103799>.
- Clark, P. (2009), *European Cities and Towns 400-2000*, Oxford University Press, Oxford, Reino Unido.
- Collier, P. (2016), “African urbanization: An analytic policy guide”, International Growth Centre, www.theigc.org/wp-content/uploads/2016/01/African-UrbanizationJan2016_CollierFormatted-1.pdf.
- Collier, P. (2013), “Building African cities that work”, documento redigido para o Centre for Development and Enterprise, encomendado para o projeto Cities of Hope.
- Comissão Brundtland (1987), *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*, Oxford University Press.
- Corbridge, S. e G.A. Jones (2005), “The continuing debate about urban bias: The thesis, its critics, its influence, and implications for poverty reduction”, *Environmental and Spatial Analysis Research Papers*, No. 99, London School of Economics and Political Science, Departamento de Geografia e Ambiente, Londres, Reino Unido.
- Cortes, G. e L. Fayet (2009), *Les circulations transnationales*, Armand Colin.
- Currie, P. et al. (2015), “Towards urban resource flow estimates in data scarce environments: The case of African cities”, *Journal of Environmental Protection*, Vol. 6, pp. 1066/1083.
- De Vries, G., M. Timmer e K. de Vries (2015), “Structural transformation in Africa: Static gains dynamic losses”, *The Journal of Development Studies*, Vol. 51/6, pp. 674-688, <http://doi.org/10.1080/00220388.2014.997222>.
- Diop, A. (2010), “Les nouveaux enjeux de l’aménagement du territoire : à la recherche de territoire pertinents de développement”, in *Systèmes spatiaux et structures régionales en Afrique*, Khartala, Paris.
- Durantón, G. e D. Puga (2004), “Micro-foundations of urban agglomeration economies”, in Henderson, J.V. e J.F. Thisse (ed.), *Handbook of Regional and Urban Economics*, 1.ª edição.
- Dustmann, C. e A. Okatenko (2014), “Out-migration, wealth constraints, and the quality of local amenities”, *Journal of Development Economics*, Vol. 110, pp. 52-63. <http://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2014.05.008>.
- FAO (2014), *Understanding the Drought Impact of El Nino on the Global Agricultural Areas: An Assessment Using FAO’s Agricultural Stress Index (ASI)*, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Roma.
- FAO (2012), *Growing Greener Cities in Africa: First Status Report on Urban and Peri-urban Horticulture in Africa*, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Roma.
- FAO (2008), “Africa could reduce greenhouse gases”, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Roma, www.fao.org/news/stor_y/en/item/8664/icode (consultado em março de 2016).
- Fei, J.C.H. e G. Ranis (1963), “Innovation, capital accumulation, and economic development”, *The American Economic Review*, Vol. 53/3, pp. 283-313, www.jstor.org/stable/1809159.
- Foster V. e C. Briceno-Garmendia (ed.) (2010), *Africa’s Infrastructure: A Time for Transformation*, uma co-publicação da Agence Française de Développement e do Banco Mundial.
- Fundação Mo Ibrahim (2015), *Facts and Figures: African Urban Dynamics*, <http://static.moibrahimfoundation.org/u/2015/11/19115202/2015-Facts-Figures-African-Urban-Dynamics.pdf>.
- GallupWorldPoll (2015), *Gallup World Poll* (base de dados), www.gallup.com/services/170945/world-poll.aspx (consultada em fevereiro de 2016).

- Glaeser, H. (2012), *Triumph of the City, How our Greatest Invention Makes Us Richer, Smarter, Greener, Healthier and Happier*, Macmillan Publisher, Londres, Reino Unido.
- Global Centre for Food Systems Innovation (2014), *Population Growth, Climate Change and Pressure on the Land – Eastern and Southern Africa*, Michigan State University.
- Gollin, D., S. Parente e R. Rogerson (2002), “The role of agriculture in development”, *The American Economic Review*, Vol. 92/2, pp. 160-164, <http://doi.org/10.2307/3083394>.
- Grant, R. (2015), “Sustainable African urban futures: Stocktaking and critical reflection on proposed urban projects”, *American Behavioral Scientist*, Vol. 59, pp. 294-310, <http://doi.org/10.1177/0002764214550301>.
- Graumann, J. (1977), *Orders of Magnitude of the World's Urban and Rural Population in History*, Divisão da População do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais, Nações Unidas, <http://esa.un.org/unpd/wup/Archive/Files/studies/United%20Nations%20%281977%29%20-%20Orders%20of%20magnitude%20of%20the%20world's%20urban%20population%20in%20history.PDF>.
- Guétat-Bernard, H. (1998), “Nouvelles articulations villes-campagnes : pluri- appartenance et mobilité spatiale et professionnelle des ruraux du delta du Nil”, *L'Espace Géographique*, Vol. 27/3, pp. 253-264.
- Haggblade, S., P. Hazell e J. Brown (1989), “Farm-nonfarm linkages in rural sub-Saharan Africa”, *World Development*, Vol. 17/8, pp. 1173-1201, [http://doi.org/10.1016/0305-750X\(89\)90232-5](http://doi.org/10.1016/0305-750X(89)90232-5).
- Haggblade, S., P.B.R. Hazell e T. Reardon (ed.) (2007), *Transforming the Rural Nonfarm Economy, Opportunities and Threats in the Developing World*, International Food Policy Research Institute, The John Hopkins University Press, Baltimore.
- Hardy, C.H. e A.L. Nel (2015), “Data and techniques for studying the urban heat island effect in Johannesburg”, *The International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences*, Vol. XL/W3, 36th International Symposium on Remote Sensing of Environment, Berlin.
- Henderson, V. (2003), “The urbanization process and economic growth: The so-what question”, *Journal of Economic Growth*, Vol. 8/1, pp. 47-71, <http://doi.org/10.1023/A:1022860800744>.
- Henderson, V., A. Storeygard e U. Deichmann (2014), “Is climate change driving urbanization in Africa?”, *World Bank Policy Research Working Paper*.
- Huang, Q. e Y. Lu (2015), “The effect of urban heat island on climate warming in the Yangtze River delta urban agglomeration in China”, *International Journal of Environmental Research and Public Health*, Vol. 12/8, pp. 8773-8789.
- IPCC (2007), *Climate Change Report: Synthesis Report*, Contribution of Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.
- Jedwab, R. (2013), “Urbanization without structural transformation: Evidence from consumption cities in Africa”, *Working Paper*, George Washington University, Washington, DC.
- Jedwab, R., L. Christiaensen e M. Gindelsky (2015), “Demography, urbanization and development: Rural push, urban pull and urban push?”, *World Bank Policy Research Working Paper*, No. 7333, http://home.gwu.edu/~jedwab/JGC2015_JUE_WebAppx.pdf.
- Johnston, B.F. e J.W. Mellor (1961), “The role of agriculture in economic development”, *American Economic Review*, Vol. 51, http://doi.org/10.1300/J064v07n02_10.
- Kamal-Chaoui, L. e A. Robert (ed.) (2009), “Competitive cities and climate change”, *OECD Regional Development Working Papers*, No. 2, Publicações OCDE, Paris.
- Kayizzi-Mugerwa, S., A. Shimeles e N.D. Yaméogo (ed.) (2014), *Urbanization and Socio-Economic Development in Africa: Challenges and Opportunities*, Routledge African Studies, Nova Iorque.
- Kessides, C. (2005), “The urban transition in sub-saharan Africa : Implications for economic growth and poverty reduction”, *Transport and Urban Development Department, Working Paper Series*, No. 97, Banco Mundial, www.worldbank.org/afr/wps/wp97.pdf.
- Kester, A.A. (2014), “Emerging ‘new cities’ in Africa and socio-spatial inequality: A case study of the Eko Atlantic City project in Lagos, Nigeria”, Tese submetida na Universidade de Amesterdão, Países Baixos.
- King, N. e M. Napier (2015) “Market interventions for sustainable cities: Understanding land markets”, *The Urban Land Paper Series*, Vol. 1, South African Cities Network.
- Kremer, M. (1993), “Population growth and technological change: One million B.C. to 1990”, *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 108/3, pp. 681-716.
- Krugman, P. (1991), “Increasing returns and economic geography”, *The Journal of Political Economy*, Vol.99/3, pp. 483-499.
- Kumar, A e F. Barrett (2008), *Stuck in Traffic: Urban Transport in Africa*, Diagnóstico das Infraestruturas em África Orientado por País.

- Leo, B., R. Morello e V. Ramachandran (2015), “The face of African infrastructure: Service availability and citizens’ demands”, *Center for Global Development, Working Paper 393*.
- Lewis, W.A. (1954), “Economic development with unlimited supplies of labour”, *The Manchester School*, Vol. 22/2, pp. 139-191, <http://doi.org/10.1111/j.1467-9957.1954.tb00021.x>.
- Lindley, A. (2007), “Protracted displacement and remittances: The view from Eastleigh, Nairobi”, *New Issues in Refugee Research*, Vol. 143, pp. 1-18, www.unhcr.org/46ea519d2.html.
- Losch, B., S. Fréguin-Gresh e E.T. White (2013), *Transformations rurales et développement : les défis du changement structurel dans un monde globalisé*, Banco Mundial e Agence Française de Développement.
- Losch, B., G. Magrin e J. Imbernon (2013), “A new emerging rural world: An overview of rural change in Africa”, *Atlas for the NEPAD Rural Futures Programme*, Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement, Montpellier.
- Ma Mung, E. (1999), *Autonomie, migrations et alterité*, submission to earn the *Habilitation à diriger des recherches*, Universidade de Poitiers, <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00337679>.
- McEvoy, C. (2012), “Battering, rape, and lethal violence: A baseline of information on physical threats against women in Nairobi”, *Small Arms Survey, Working Paper*, No. 13.
- McMillan, M.S. e K. Harttgen (2014), “What is driving the ‘Africa growth miracle?’”, *NBER Working Paper*, No. 20077.
- Miossec, J.-M. (1985), “Urbanisation des campagnes et ruralisation des villes en Tunisie”, *Annales de Géographie*, Vol. 94/521, pp. 38-62.
- Moriconi-Ebrard, F., D. Harre e P. Heinrigs (2016), *Urbanisation Dynamics in West Africa 1950-2010: Africapolis I, 2015 Update*, West African Studies, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264252233-en>.
- Naudé, W. (2008), “Conflict, disasters and no jobs: Reasons for international migration from sub-Saharan Africa”, *Research Paper (85)*, United Nations University - WIDER.
- OCDE (2016), *A New Rural Development Paradigm for the 21st Century: A Toolkit for Developing Countries*, Development Centre Studies, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264252271-en>.
- OCDE (2015), *The Metropolitan Century: Understanding Urbanisation and Its Consequences*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264228733-en>.
- OCDE (2014), *Regional Outlook: Regions and Cities: Where Policies and People Meet*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264201415-en>.
- OCDE (2013), *Settlement, Market and Food Security*, West African Studies, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264187443-en>.
- OCDE (2012a), *Promoting Growth in All Regions*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264174634-en>.
- OCDE (2012b), *Mortality Risk Valuation in Environment, Health and Transport Policies*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264130807-en>.
- OCDE (2012c), *Compact City Policies: A Comparative Assessment*, OECD Green Growth Studies, Publicações OCDE, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264167865-en>.
- OCDE (2008), *Territorial Reviews of Cape Town, South Africa*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264049642-en>.
- OCDE (2006), *Competitive Cities in the Global Economy*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264027091-en>.
- OIT (2012), *Statistical update on employment in the informal economy*, Departamento de Estatística da OIT, http://laborsta.ilo.org/applv8/data/INFORMAL_ECONOMY/2012-06-Statistical%20update%20-%20v2.pdf.
- OIT (2002), *Decent Work and the Informal Economy*, 90.ª sessão da International Labour Conference, Organização Internacional do Trabalho.
- ONU (s.d.), *Introduction and Proposed Targets on Sustainable Development for the Post-2015 Development Agenda: Zero Draft Rev. 1*, Nações Unidas, Nova Iorque, <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/4523zerodraft.pdf>.
- ONU (2013), *World Population Policies 2013*, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais, ST/ESA/SER.A/341, Nações Unidas.
- ONU et al. (2010), “The right to water”, *Fact Sheet*, No. 35, Nações Unidas.
- ONU Mulheres (2013), *Safe Cities Global Initiative*, Nova Iorque, www.unwomen.org/~media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2013/12/un%20women-evaw-safecities-brief_us-web%20pdf.ashx.
- Parnell, S. (2016), “Defining a global urban development agenda”, *World Development*, Vol. 78, pp. 529-540, <http://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.10.028>.

- Parnell, S., E. Pieterse e G. Haysom (2016), *African Dreams: Locating Urban Life and Infrastructure in the Post 2015 Developmental Agenda*.
- Paulais, T. (2012), *Financing Africa's Cities: The Imperative of Local Investment*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://doi.org/10.1596/978-0-8213-9455-7>.
- Pauleit, S. et al. (ed.) (2015), "Urban vulnerability and climate change in Africa", *Future City*, Vol. 4, Springer International Publishing Switzerland, DOI: 10.1007/978-3-319-03982-4.
- Pew Research Centre (2015), *Global Attitudes and Trends* (base de dados), www.pewglobal.org (consultada em fevereiro de 2016).
- PNUA (2007), "Fact sheet: Climate change in Africa - What is at stake?", Excertos dos relatórios, da Convenção e do BAP do IPCC, www.unep.org/roa/amcen/docs/AMCEN_Events/climate-change/2ndExtra_15Dec/FACT_SHEET_CC_Africa.pdf.
- PNUD (2011), *Human Development Report, Sustainability and Equity: A Better Future for All*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Potts, D. (2013), "Cities of hope: Accelerating access to urban opportunities for young people in the developing world", documento redigido para o Centre for Development and Enterprise, encomendado para o projeto Cities of Hope.
- Potts, D. (2012), "Whatever happened to Africa's rapid urbanisation?", *Counterpoints Series*, Africa Research Institute, <http://dspace.cigilibrar.y.org/jspui/handle/123456789/32571>.
- Potts, D (2009), "The slowing of sub-Saharan Africa's urbanization: Evidence and implications for urban livelihoods", *Environment and Urbanization*, Vol. 21/1, pp. 253-259.
- RCK (2006), *Improving Security and the State of Migration in Kenya: The Refugee Bill 2006*, The Refugee Consortium of Kenya, Nairobi.
- Rodrik, D. (2015), "Premature deindustrialization", *Economics Working paper*, No. 107, School of Social Science, Institute for Advanced Study, Princeton.
- Rodrik, D (2014), "The future of economic transformation in developing countries", www.odi.org/events/4213-economic-transformation-growth-dani-rodrik.
- Roy, R. (no prelo), "The cost of air pollution in Africa", *OECD Development Centre Working Paper*, Paris.
- Silva, C.N (ed.) (2015), "Urban Planning in Sub-Saharan Africa", in *Urban Planning in Sub-Saharan Africa, Colonial and Post-Colonial planning Cultures*, Routledge.
- Spence, M. (2012), *The Next Convergence: The Future of Economic Growth in a Multispeed World*, Nova Iorque, Farrar, Straus and Giroux.
- Spence, M., P. Clarke Annez e R.M. Buckley (ed.) (2009), *Urbanization and Growth*, Comissão de Crescimento e Desenvolvimento, Banco Mundial, Washington, DC.
- Statistics South Africa (2013), *National Household Travel Survey*, Statistical release P0320.
- Swilling, M. (2015), *Greening African Cities: Urbanization, Structural Transformation and Sustainable Resource Use*, relatório encomendado pela Comissão Económica das Nações Unidas para África.
- Tacoli, C. (2003), "The links between urban and rural development", *Environment & Urbanization*, Vol. 15/1, pp. 1-10, <http://pubs.iied.org/pdfs/G00486.pdf>.
- Tacoli, C., G. McGranahan e D. Satterthwaite (2015), "Urbanisation, rural-urban migration and urban poverty", *IIED Working Paper*, Londres, <http://pubs.iied.org/10725IIED>.
- Timmer, B. e S. Akkus (2008), "The structural transformation as a pathway out of poverty: Analytics, empirics and politics", *Center for Global Development, Working Paper*, No. 150.
- Timmer, M., G. de Vries e K. de Vries (2014), "Patterns of structural change in developing countries", *Groningen Growth and Development Centre (GGDC)*, Research Memorandum, No. 149, www.ggdc.net/publications/memorandum/gd149.pdf.
- Todaro, M.P. (1969), "A model of labor migration and urban unemployment in less developed countries", *The American Economic Review*, Vol. 59, No. 1, pp. 138-148, www.jstor.org/stable/1811100
- Turok, I. (2014), "Cities as drivers of development", in S. Kayizzi-Mugerwa, A. Shimeles e N.D. Yaméogo (ed.) (2014), *Urbanization and Socio-Economic Development in Africa: Challenges and Opportunities*, Routledge African Studies, Nova Iorque.
- UNCTAD (2012), *Economic Development in Africa Report 2012, Structural Transformation and Sustainable Development in Africa*, Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, Publicações Nações Unidas, Genebra, http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/aldcafrica2012_embargo_en.pdf.
- UNDESA (2015), *World Population Prospects* (base de dados), Departamento das Nações Unidas de Assuntos Económicos e Sociais, <http://esa.un.org/unpd/wpp>.
- UNDESA (2014), *World Urbanization Prospects* (base de dados), Departamento das Nações Unidas de Assuntos Económicos e Sociais, <http://esa.un.org/unpd/wup>.

- UN-Habitat (2014), *State of African Cities 2014: Reinventing the Urban Transition*, Nairobi.
- UN-Habitat (2013.) *Streets as Public Spaces and Drivers of Urban Prosperity*, Nairobi.
- UN-Habitat (2010a), *State of the World's Cities 2010/2011, Bridging the Urban Divide*, Nairobi.
- UN-Habitat (2010b), *The State of African Cities 2010: Governance, Inequality and Urban Land Markets*, Nairobi, <http://doi.org/10.1163/156853010X510807>.
- UN-Habitat (2008), *State of the World's Cities 2008/2009, Harmonious Cities*, relatório State of the World's Cities, <http://doi.org/10.1142/9789814280730>.
- UN-Habitat (2006), *Analytical Perspective of Pro-Poor Slum Upgrading Frameworks*, Nairobi.
- UN-Habitat e UNECA (2015), *Towards an Africa Urban Agenda*, Nairobi.
- USAID (2010), *Angola: Water and Sanitation Profile*, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, Vermont, www.hip.fhi360.org/page/3332.html.
- Watson, V. e B. Agbola (2013), "Who will plan Africa's cities", *Counterpoints*, Africa Research Institute, www.africaresearchinstitute.org/newsite/wp-content/uploads/2013/09/ARI-Counterpoint-Who-will-plan-Africas-cities1.pdf.
- Weeks, J. (1994), "Economic Aspects of Rural–Urban Migration." in *Urbanization in Africa: A Handbook*, Tarver, J. (ed.), Greenwood Press, Londres.
- WWF (2016) "Policy demand: Why Africa's urban transition needs bold actions", *Documentos de apoio do Centro de Desenvolvimento da OCDE para as Perspetivas económicas em África 2016*.
- Yatta, F. (2016), *Urbanisation et transformation structurelle en Afrique : comment supprimer les contraintes qui entravent le développement des économies locales*, *Documentos de apoio do Centro de Desenvolvimento da OCDE para as Perspetivas económicas em África 2016*.
- Zheng, S. e M.E. Kahn (2013), "Understanding China's urban pollution dynamics", *Journal of Economic Literature*, Vol. 51/3, pp. 731-772.

Capítulo 7

De que forma as cidades sustentáveis podem contribuir para o desenvolvimento africano

A urbanização pode ser um importante impulsionador do desenvolvimento sustentável em África. Porém, como o Capítulo 6 revela, isso exige novas, e mais eficazes, políticas de desenvolvimento urbano. Este capítulo identifica os principais canais através dos quais a urbanização pode acelerar o desenvolvimento económico, social e ambiental, assim como as opções de políticas para aproveitar essas oportunidades de transformação estrutural. As boas práticas em África realçam a necessidade de políticas participativas e de base local para o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis.

Resumo

A urbanização está a desempenhar um papel essencial para melhorar os resultados do desenvolvimento sustentável em África, embora também traga novos desafios, como os Capítulos 4 e 6 salientaram. Este capítulo demonstra ao pormenor que a urbanização tem vindo a melhorar as perspetivas de transformação estrutural em África através de conexões económicas e de inovações sociais. Novas políticas de desenvolvimento urbano podem aproveitar melhor as potencialidades das cidades sustentáveis para a promoção de três tipos de desenvolvimento:

- desenvolvimento económico, através de uma maior produtividade agrícola, industrialização, serviços urbanos mais produtivos e investimento direto estrangeiro (IDE) em corredores urbanos
- desenvolvimento social, fornecendo sistemas de transporte eficientes em termos de custos, habitação mais segura, redes de segurança social, empresas sociais em maior escala e cidades mais seguras
- desenvolvimento ambiental, através da gestão sustentável de recursos naturais, nomeadamente garantindo melhor acesso a energias renováveis, água potável e saneamento e recolha sustentável de resíduos. A boa gestão da urbanização será essencial para colmatar a lacuna de energia, atenuar o custo crescente da poluição atmosférica e preservar os ecossistemas circundantes, tais como as zonas húmidas urbanas.

Um anexo a este capítulo explica o método usado para mapear os fluxos de IDE para cidades africanas.

A urbanização melhora as condições para o desenvolvimento económico africano

A urbanização pode contribuir para o desenvolvimento económico e para a transformação estrutural através de quatro grandes canais:

1. **maior produtividade agrícola e desenvolvimento rural**, havendo uma melhor ligação entre atividades económicas rurais, sobretudo cadeias de produção alimentar, e grandes mercados urbanos
2. **industrialização**, oferecendo um ambiente empresarial favorável em que as empresas criem economias de escala e partilhem conhecimentos mais facilmente
3. **crescimento impulsionado pelos serviços**, incentivando a inovação e o desenvolvimento das competências da mão-de-obra urbana, o que aumentará a oferta de serviços modernos para a classe média urbana em expansão
4. **mais IDE em cidades africanas**, atraindo investimento através de corredores urbanos com melhores ligações.

A urbanização está a mudar os mercados de trabalho e alimentar

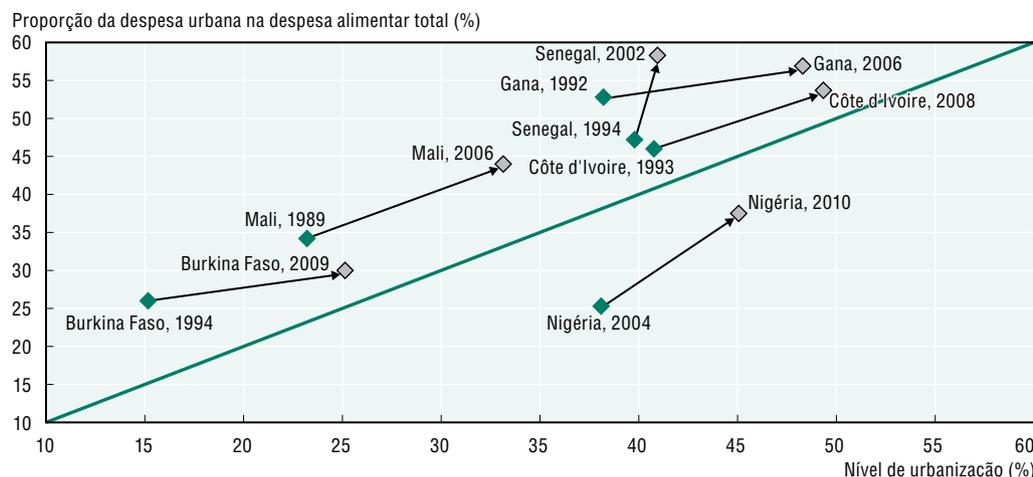
A urbanização africana poderia aumentar a produtividade agrícola e o desenvolvimento rural mudando os mercados de trabalho e alimentar. Entre 2000 e 2013, o setor agrícola africano manteve uma taxa de crescimento real de 5.1% ao ano, bem acima da taxa de crescimento demográfico de 2.7%. O sistema alimentar de África está a mudar na sua essência e a urbanização desempenha um papel central neste processo. A urbanização i) cria procura ascendente de produção alimentar em África, ii) aumenta a eficiência no segmento pós-agrícola e iii) transforma a economia rural agrícola e não agrícola (Reardon e Timmer, 2014). Ademais, as cidades de diferentes tipos desempenham papéis específicos na concretização destas transformações.

A urbanização aumenta a base de consumidores para os produtores alimentares africanos

Os mercados urbanos têm-se tornado o principal destino da produção alimentar africana. O comércio nacional e intra-africano representa 95% do mercado alimentar

(Reardon et al., 2013). As importações de produtos alimentares vindos de fora de África representam menos de 5 % do mercado alimentar total, embora haja grandes diferenças entre os países.¹ A Figura 7.1 mostra que as despesas alimentares urbanas aumentaram mais depressa do que a urbanização em seis países da África Ocidental entre 1990 e 2010. Apesar de as famílias urbanas na Nigéria, por exemplo, gastarem em alimentos uma proporção mais baixa da sua despesa (55%) do que os residentes rurais (72%), gastam, ainda assim, mais em termos absolutos graças aos seus rendimentos mais elevados.

Figura 7.1. Mudança nos níveis de urbanização e proporção urbana das despesas alimentares totais para os principais grupos alimentícios em seis países da África Ocidental, 1990-2009



Nota: Os principais grupos alimentícios incluem cereais, raízes e tubérculos, leguminosas, óleos e oleaginosas, fruta e legumes, produtos animais e peixe, bebidas e outros produtos alimentares.

Fonte: Adaptado da Tabela 6.3, BAD/FAO (2015) e Banco Mundial (2015a).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391903>

Regimes alimentares mais diversificados podem elevar os níveis produtividade de populações urbanas. Seguindo a lei de Bennett, os consumidores africanos estão a redirecionar as suas preferências alimentares de produtos básicos ricos em amido para alimentos processados e pré-preparados de maior valor à medida que dispõem de mais meios financeiros (De Haen et al., 2003; Popkin, 2001; ver Caixa 7.1). Enquanto os exportadores asiáticos dominam os mercados africanos de cereais, como o trigo e o arroz, os consumidores urbanos consomem cada vez mais carne e fruta fresca disponíveis localmente. A classe média urbana africana² não consome uma maior proporção de géneros alimentícios importados, de entre o seu consumo total, do que a população urbana pobre. Os produtos locais também geram margens mais elevadas para os agricultores: a venda de carne e laticínios às vilas e cidades pode aumentar de 5 a 10 vezes por hectare o rendimento dos agricultores, em comparação com os cereais (Tschirley et al., 2015a).

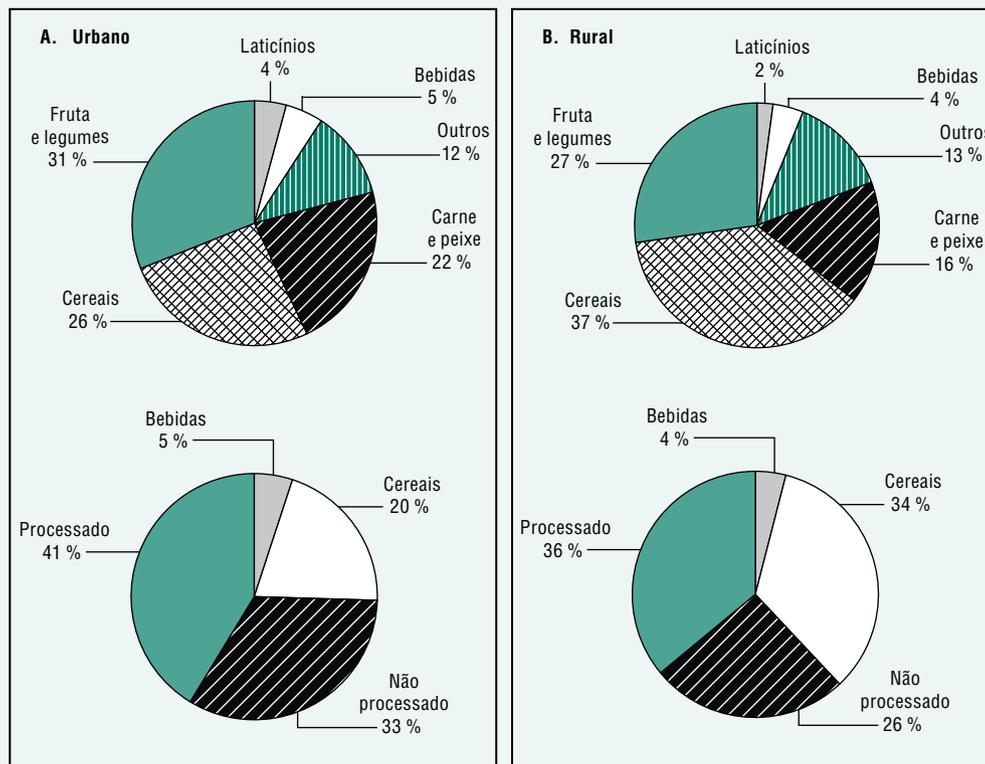
Também nas áreas rurais os mercados cada vez mais disponibilizam géneros alimentícios. Tal facto deve-se a economias rurais mais diversificadas, que difundem os produtos urbanos, alterando estilos de vida e métodos agrícolas, bem como a melhores meios de transporte. Conexões mais sólidas entre o meio rural e o urbano estão a contribuir para que a cadeia de fornecimento rural dê vazão à procura das áreas urbanas. Abundam provas de agricultores que aumentaram a sua produção depois de conectados a mercados urbanos e regionais em expansão (Reardon et al., 2013). É este o caso dos agricultores que cultivam *teff* na Etiópia, legumes no Mali ou no Senegal, ou batatas no Ruanda ou ainda dos produtores de laticínios no Quênia. Esses investiram na conservação do solo, acrescentaram matéria orgânica aos seus solos, usaram sementes, espécies e fertilizantes, bem como irrigação e máquinas, para aumentar a produtividade.

Caixa 7.1. A urbanização e a emergente economia alimentar na África Ocidental

A urbanização deu origem a regimes alimentares mais diversificados em 17 países da África Ocidental. A fruta e os legumes, a carne e o peixe representam agora 50% do total das despesas alimentares das famílias urbanas, enquanto o consumo de cereais e leguminosas está em declínio. Todos os grupos de rendimento revelam uma maior procura do que seja conveniente, o que se reflete na expansão da comida de rua e na maior procura de alimentos processados e pré-preparados. Os alimentos processados representam 41% dos orçamentos alimentares das famílias urbanas, em comparação com 36% no caso das famílias rurais (Figura 7.2).

A economia alimentar da África Ocidental está estimada em 178 mil milhões de dólares americanos em 2010. Representa 36% do produto interno bruto (PIB) regional, tornando-o no maior setor da economia da África Ocidental. Em muitos países, o mercado alimentar interno está a tornar-se mais atrativo para os agricultores do que as tradicionais culturas de rendimento para exportação. As atividades não agrícolas pós-colheita da economia alimentar, tais como o processamento, a logística e o comércio a retalho, estão a desenvolver-se rapidamente. O Clube do Sahel e da África Ocidental estima que estas atividades representem atualmente 40% do valor acrescentado do setor e que vão continuar a expandir-se com a crescente urbanização (Allen, no prelo).

Figura 7.2. Composição do cabaz alimentício da África Ocidental por grupos alimentares e área, 2010



Nota: A amostra inclui 17 países da África Ocidental: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Chade, Côte d'Ivoire, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

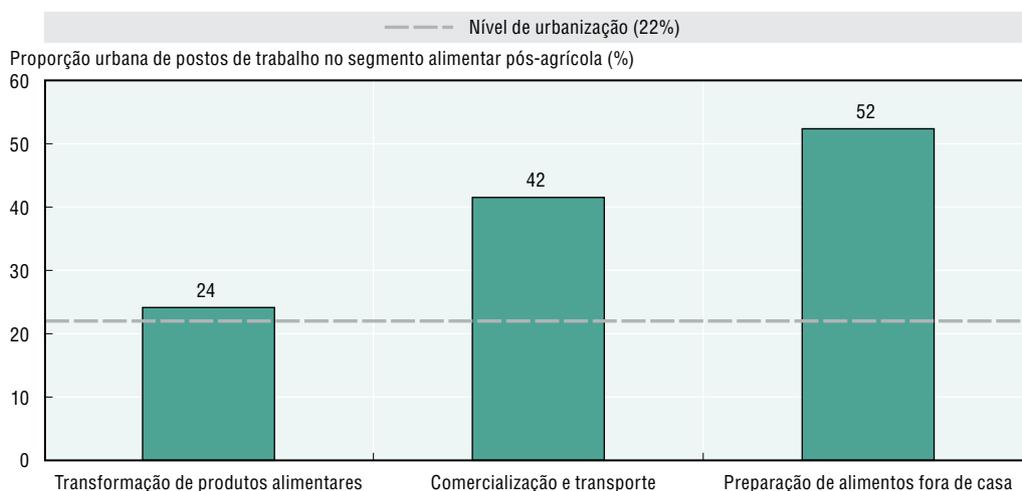
Fonte: OCDE (2013a).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933391914>

A urbanização pode trazer benefícios à cadeia de valor alimentar pós-agrícola

Locais mais densamente povoados tendem a suportar segmentos pós-agrícolas de cadeias de valor alimentar, ou seja, as atividades após a produção primária. Estas incluem o comércio bruto, o processamento, a logística, a distribuição, as vendas a retalho e as bancas de comida, que beneficiam dos efeitos económicos de áreas urbanas mais concentradas. A maior oferta de clientes urbanos permite às empresas evitar a subutilização e outros efeitos sazonais. A investigação e desenvolvimento e a extensão agrícola – a formação de agricultores em práticas e tecnologias inovadoras – beneficiam de conexões com universidades e instituições de investigação, incentivando a fertilização de ideias em vários setores (Jacobs, 1969). Tal como sucedeu na Ásia, está a emergir uma “revolução silenciosa” nas cadeias de fornecimento africanas mediante a qual pequenas e médias empresas levam a cabo investimentos em atividades pós-agrícolas, tais como transporte rodoviário, comércio bruto, armazenamento, armazenamento frigorífico, processamento e comércio a retalho (Reardon et al., 2013). Em seis países africanos, as áreas urbanas totalizam 42% dos postos de trabalho na comercialização e transporte de produtos alimentares e 24% no segmento da transformação de alimentos, embora os residentes urbanos representem apenas 22% da população total (Figura 7.3). Com efeito, a eficiência das atividades pós-agrícolas depende da disponibilidade de infraestruturas básicas nas áreas urbanas e da conectividade entre as explorações agrícolas e os respetivos mercados urbanos. São necessários transporte eficientes e eletricidade para atrair investimentos que aumentem a produtividade em instalações de cadeias de refrigeração e de armazenamento.

Figura 7.3. Proporção urbana de postos de trabalho em cada segmento alimentar pós-agrícola em seis países africanos



Nota: Estes seis países africanos incluem Etiópia, Malawi, Moçambique, Tanzânia, Uganda e Zâmbia.

Fonte: Adaptado e recalculado a partir da Tabela VI em Tschirley et al. (2015b).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391927>

Estes segmentos pós-agrícolas da produção alimentar oferecem fortes potencialidades de aumento da eficiência das cadeias de valor alimentar. Nos seis países africanos mencionados acima, os segmentos alimentares pós-agrícolas já representam um total de 31 mil milhões de dólares americanos, ou 39% da despesa alimentar interna (Tschirley et al., 2015b). Os aglomerados em cidades secundárias criam oportunidades para novos investimentos em instalações de cadeias de refrigeração e de armazenamento. Tais investimentos são fundamentais para o aumento da produtividade, especialmente

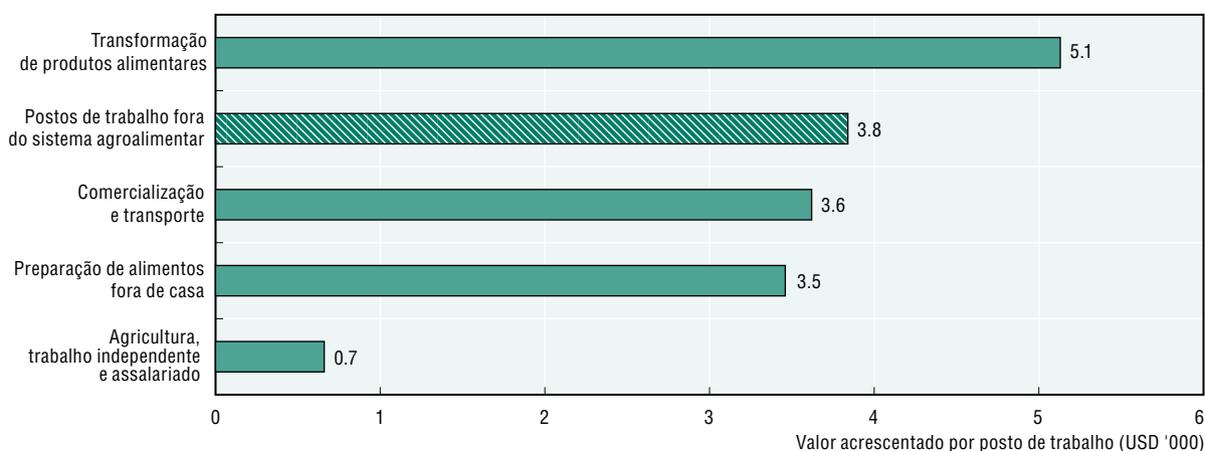
reduzindo a deterioração de alimentos. O total de alimentos que se deterioram poderia alimentar cerca de 300 milhões de pessoas por ano na África subsariana (FAO, 2011). As cidades secundárias e as vilas também desempenham um papel importante no reforço da eficiência dos mercados de comércio bruto e das cadeias de fornecimento e na ajuda ao aumento do capital humano para fazer face à nova procura de competências do sistema alimentar.

Nalguns países, o aparecimento de supermercados contribui para a modernização da produção alimentar (Reardon e Timmer, 2014), mas são necessárias políticas para evitar prejudicar os pequenos e médios produtores e vendedores tradicionais. A procura de supermercados pode acelerar a tendência à formalização de fazendas e à comercialização de seus produtos. Isso se deve ao fato de que os supermercados expõem os produtores agrícolas a tecnologias modernas através da geração de uma procura por cadeias de fornecimento mais eficientes. Ademais, os supermercados locais também podem eliminar os custos intermediários ao fazerem diretamente negócio com os agricultores. No entanto, este processo de comercialização pode criar barreiras à entrada de pequenos e médios produtores e transformadores. Este consiste normalmente em explorações agrícolas familiares, que compõem a grande maioria dos intervenientes na cadeia de valor alimentar. A garantia de que o desenvolvimento de supermercados beneficia as populações pobres requer uma abordagem em sequência, fomentando a produtividade, a concorrência e a aprendizagem tecnológica, por um lado, e aplicando salvaguardas para as populações pobres através da legislação. Envolver as empresas de comércio a retalho, os pequenos agricultores e as comunidades locais na adaptação de legislação relativa à entrada de IDE, à delimitação de zonas e horários de funcionamento, aos requisitos de fornecimento, aos resíduos alimentares e às normas ambientais pode ajudar a garantir uma conceção e uma implementação corretas (Altenburg et al., 2016). Devem ser incentivadas as oportunidades de desenvolver cadeias de fornecimento curtas e alternativas, de modo a diversificar as cadeias alimentares e as opções a retalho, no interesse tanto dos produtores como dos consumidores.

A urbanização pode transformar a economia rural não agrícola

Postos de trabalho rurais não agrícolas mais produtivos prosperam nas proximidades imediatas de cidades e vilas. Os agricultores perto das áreas urbanas podem igualmente tirar proveito das oportunidades de emprego sazonal nas áreas urbanas e periurbanas. A economia rural não agrícola precisa de vender bens e serviços em áreas urbanas para funcionar corretamente. O aparecimento de indústrias e de instalações de transformação alimentar locais cria oportunidades de emprego mais produtivas do que o segmento agrícola, no qual as colheitas ocupam em média três meses de trabalho por ano. Na Etiópia, as famílias rurais têm mais 30% de probabilidade de dar início a uma empresa não agrícola estando perto de *clusters* de microempresas e mais 7% estando perto de *clusters* de grandes empresas transformadoras em áreas urbanas (Ali e Peerlings, 2012). A produtividade laboral é mais elevada na indústria alimentar, seguida da comercialização e do transporte e, finalmente, da preparação de alimentos fora de casa (Figura 7.4).

Figura 7.4. Produtividade laboral em diversos segmentos do sistema agroalimentar em seis países africanos



Nota: Estes seis países africanos incluem Etiópia, Malawi, Moçambique, Tanzânia, Uganda e Zâmbia.

Fonte: Adaptação dos autores da Tabela II de Tschirley et al. (2015b).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391936>

As atividades não agrícolas apoiadas pela urbanização podem melhorar a produtividade agrícola de quatro formas principais:

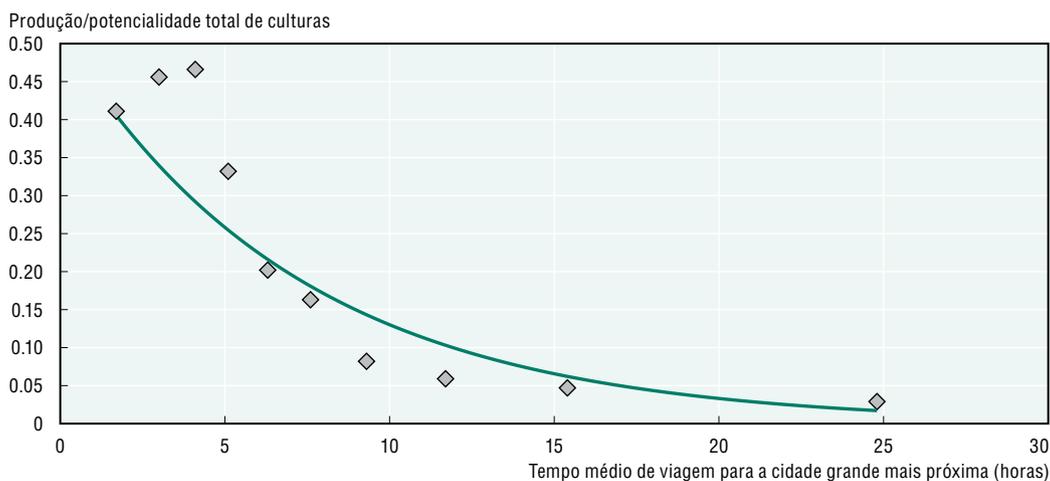
1. Os rendimentos da migração circular e do emprego rural não agrícola constituem um grande provedor de fundos para investimentos agrícolas.
2. A urbanização facilita o desenvolvimento de mercados de crédito e de outros mercados de insumos agrícolas, incluindo fertilizantes, outros químicos agrícolas, água e máquinas e mercados de arrendamento e compra/venda de terrenos.
3. Os trabalhadores rurais podem comprar serviços a mercados locais e especializar-se nas suas próprias produções. A especialização pode melhorar o volume laboral anual por trabalhador agrícola, o que é um fator importante para explicar a diferença de produção anual entre trabalhadores agrícolas e não agrícolas. Na Etiópia, no Malawi, na Tanzânia e no Uganda, os trabalhadores agrícolas registam 700 horas de trabalho por ano, em comparação com 1900 horas por ano por parte dos trabalhadores não agrícolas (Resnick, 2015).
4. Libertar os trabalhadores das explorações agrícolas aumenta o rácio de terrenos para mão-de-obra e permite que a agricultura adote tecnologias modernas, que são mais intensivas em termos de capital. Em muitos países, como a República Democrática do Congo (RDC), o Ruanda e o Uganda, a disponibilidade de terras aráveis já é muito reduzida, com menos de 0.2 hectares por trabalhador rural.

Cidades grandes e intermediárias desempenham papéis diferentes na transformação rural

As cidades e vilas de diferentes dimensões desempenham papéis diferentes no processo de transformação cuja base é a reciprocidade de conexões rural-urbanas. Reardon e Timmer (2014) classificam os assentamentos humanos segundo três tipos de zonas, de acordo com o estágio de transformação em que se encontram. O primeiro tipo se refere a “zonas dinâmicas e comerciais”, e engloba as cidades grandes e médias, bem como as áreas circundantes dentro das respetivas áreas de influência de oito a dez horas. Já o segundo está relacionado a “zonas intermédias” e facilita o estabelecimento de cadeias de fornecimento alimentar rural-urbano; além de constituir um fator de atração económica para a oferta rural. O seu clima e condições ecológicas oferecem

potencialidades médias a elevadas de desenvolvimento agrícola, porém, estas ainda não foram cumpridas. Enquanto o terceiro diz respeito a “zonas de hinterlândia, tradicionais, de semissubsistência”, que são mais remotas e enfrentam desafios ecológicos e climáticos muito maiores no desenvolvimento da agricultura.

Figura 7.5. Tempo de viagem e produção de culturas na África subsariana, 2000



Nota: Cada losango representa os decimos do tempo de viagem com base no tempo estimado até à cidade mais próxima com 100 000 ou mais habitantes. A linha representa um ajuste exponencial dos dez pontos médios. A produção/potencialidade total de culturas mede a razão da produção real de culturas (em termos de valor) para a potencial produção de culturas (determinada pelas características agroecológicas e agronômicas das culturas individuais e da região).

Fonte: Dorosh et al. (2012).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933391943>

A Tanzânia oferece exemplos dos dois primeiros tipos de zonas. A sua principal cidade, Dar es Salaam, está mais avançada na transformação do comércio a retalho do que duas das suas cidades secundárias, Arusha e Mwanza (Ijumba et al., 2015). Os grandes supermercados e novos formatos de centros comerciais a retalho têm muitas vezes início em Dar es Salaam antes de se expandirem progressivamente para cidades intermediárias. No entanto, as cidades secundárias ligadas a mercados globais podem desempenhar um papel complementar em relação às cidades primárias: Arusha está mais avançada do que Dar es Salaam na transformação alimentar, efetuando embalagens mais complexas e tendo mais empresas com maior cobertura nacional. A produtividade na agricultura, na logística e no comércio bruto depende da proximidade em relação a diferentes tipos de centros urbanos. As cidades que surgem de conexões agrícolas rural-urbanas, tais como a “bacia de amendoim” em Kaolack, no Senegal, têm um impacto mais forte no desenvolvimento das áreas rurais circundantes do que as cidades que crescem em enclaves em torno de atividades de extração, como a exploração mineira (Reardon e Timmer, 2014). Além disso, melhor acesso às infraestruturas rodoviárias e aos mercados urbanos poderia aumentar a exploração das potencialidades agrícolas no longo prazo. Dorosh et al. (2012) estimam que a redução de 24 para 4 horas no tempo de viagem até à cidade mais próxima com 100 000 habitantes aumente 16 vezes a proporção da produção real de culturas para a potencial (Figura 7.5). Uma maior produção agrícola também desenvolve o setor rural não agrícola nos países que se encontram numa fase menos avançada na cadeia de valor alimentar pós-agrícola, criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento agrícola e rural.

As cidades podem oferecer condições propícias para a industrialização africana

A urbanização pode criar procura de produtos industriais, contribuindo, assim, para a transformação estrutural. O aumento dos rendimentos redireciona a procura das famílias para produtos industriais, enquanto a preferência da classe média pela diversidade permite a criação de valor por meio da diferenciação. Acresce ainda que a correção do défice de infraestruturas em África e construir novas cidades, habitações e propriedades comerciais vai gerar uma enorme procura de materiais de construção e de indústrias de apoio. O défice de infraestruturas só para a África subsariana situa-se em mais de 93 mil milhões de dólares americanos por ano (Foster e Briceño-Garmendia, 2010).

As cidades geram igualmente economias de aglomeração, que podem ser classificadas consoante três funções: **correspondência**, **partilha** e **aprendizagem** (ver Capítulos 4 e 6; Kayizzi-Mugerwa, Shimeles e Yaméogo, 2014). Em primeiro lugar, as cidades podem ajudar as empresas a encontrar correspondência para os seus requisitos exclusivos de mão-de-obra, de insumos de entrada de materiais e de instalações. A oferta concentrada de trabalhadores e indústrias de fornecimento permite que as empresas se especializem em suas vantagens comparativas e terceirizem atividades pouco competitivas. Os subcontratados podem tirar partido do grupo de potenciais clientes no interior dos *clusters* para incrementar as suas operações.

Em segundo lugar, a maior escala das cidades facilita o acesso a uma gama mais vasta de serviços e infraestruturas partilhadas. A concentração de utilizadores distribui o custo fixo dos bens indivisíveis e das instalações, tais como transportes públicos, centros de formação e de desenvolvimento de competências, universidades e máquinas. Os investimentos nas cidades oferecem melhor conectividade a clientes nacionais e globais aos territórios circundantes. Ademais, as cidades oferecem uma gama diversificada de insumos que permitem retornos acrescidos através da especialização em certos produtos.

Em terceiro lugar, as cidades permitem a partilha de conhecimentos e a fomentação cruzada de ideias. A proximidade facilita a comunicação e a partilha de ideias complexas entre empresas, centros de investigação e intervenientes com estes relacionados através de um processo de comparação, concorrência e colaboração. Um contacto próximo gera a confiança e a formação de redes formais e informais de inovação. A produtividade gerada pela inovação atrai capital móvel e talento para fazer vigorar um ciclo virtuoso de crescimento endógeno.

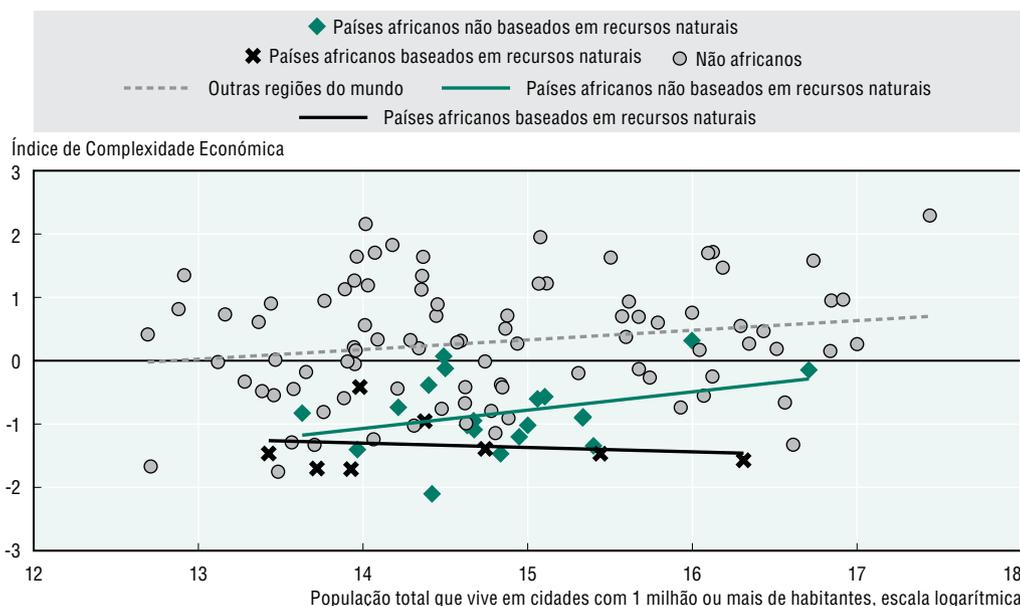
Alguns estudos empíricos apontam para uma relação positiva entre aglomerados e a produtividade em África. No entanto, escasseiam provas sólidas devido à falta de dados de qualidade e à dificuldade de distinguir entre os efeitos das economias de aglomeração e de outras variáveis económicas. A maioria dos estudos conclui que existem mais **economias de localização** a partir de uma concentração de empresas da mesma indústria do que **economias de urbanização** decorrentes de uma concentração de empresas de diversas indústrias:

- Inquéritos ao nível das empresas em Arusha, Dar es Salaam, Mbeya (Tanzânia) e Kampala (Uganda) mostram que o aumento de 10% no número de empresas da mesma indústria e área reduziria 0.3-0.4% os custos para as empresas, em média (Iimi Humphrey e Melibaeva, 2015).
- Usando um censo às empresas na Etiópia e verificando as dotações, Siba et al. (2012) constatam que a entrada de uma nova empresa num *cluster* aumenta 0.91% a produtividade total dos fatores dos co-locadores concorrentes que produzem os mesmos produtos, mas não a produtividade total dos fatores dos co-locadores que produzem produtos diferentes.

- Ainda na Etiópia, a partilha de informações permite às explorações hortícolas agrupadas atingir receitas de vendas 91% mais elevadas por trabalhador, um valor acrescentado 210% superior por trabalhador e um lucro bruto 273% mais elevado por trabalhador (Mano e Suzuki, 2013). As explorações agrícolas aglomeradas partilham com frequência conhecimentos tecnológicos e informações de mercado que ajudam a melhorar a qualidade dos produtos, a lidar com doenças e insectos e a tomar decisões com base nas exigências dos consumidores.

As cidades grandes podem proporcionar inovações e a adoção de novas tecnologias, possibilitando a diversificação em novas indústrias e na transformação de alta tecnologia. Ao nível macro, uma base económica com diferentes indústrias é, por norma, melhor na absorção de riscos do mercado externo, tais como condições globais imprevisíveis e a flutuação dos preços das matérias-primas. Numa perspetiva micro, estas cidades diversificadas às vezes servem como “viveiros”, desenvolvendo novos produtos e testando processos empresariais trazidos de diversas atividades (Duranton e Puga, 2001). Este processo de tentativa e erro através da experimentação dedutiva agrega *know-how* e complexidade ao país. Este aspeto pode ser medido pelo Índice de Complexidade Económica de cada país através de sua pauta de exportações. No caso dos países africanos não baseados em recursos, a dimensão da população que vive em cidades com pelo menos um milhão de habitantes está relacionada com o nível de complexidade económica do país (Figura 7.6). Este padrão também se verifica na amostra global, que porém não foi ainda demonstrada nas economias baseadas em recursos dentro os cinco grupos de países apresentados no Capítulo 6.

Figura 7.6. Dimensão demográfica das grandes cidades e nível de complexidade económica, 2013



Nota: A linha verde não tracejada representa o ajuste linear para os países africanos não baseados em recursos naturais. A linha preta não tracejada representa o ajuste linear para o grupo de países africanos baseados em recursos naturais. A linha tracejada representa o ajuste linear para os países não africanos.

Fonte: Dados populacionais de UNDESA (2014) e do Centro de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Harvard (2016).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391956>

Pelo contrário, as cidades intermediárias podem especializar-se e fomentar o desenvolvimento de indústrias maduras. Uma vez dominados os processos empresariais que levam à especialização, as empresas viram-se para a produção em

massa e deslocam-se para cidades especializadas em busca de custos de produção mais baixos. As indústrias de mão-de-obra intensiva, como a têxtil, prosperam em cidades intermediárias que oferecem mão-de-obra mais barata, terrenos e outros insumos às empresas e respetivos fornecedores.

As cidades apoiaram a industrialização

As cidades e a urbanização vão desempenhar papéis importantes na industrialização de África. A indústria automóvel em Durban (África do Sul), Casablanca e, mais recentemente, Tânger (Marrocos) depende dos grupos de mão-de-obra qualificada, do *know-how* local disponível e de redes interligadas entre as diversas partes interessadas, tais como universidades, instituições de investigação e associações empresariais, que representem o poder das cidades. O sucesso das Maurícias nas indústrias têxteis baseou-se fortemente na capacidade de transporte marítimo de Port Louis e nas infraestruturas conectoras entre a zona de processamento das exportações e os produtores de algodão em bruto (Ramdoo, 2014). Da mesma forma, um terço das empresas na Tunísia estão concentradas em dois bairros empresariais centrais – Túnis e Sfax – para tirar partido da proximidade em relação à sua base de consumidores (Ayadi e Mattoussi, 2014). As indústrias exportadoras tendem a aglomerar-se em determinadas províncias, como, por exemplo, as empresas têxteis em Monastir, as empresas químicas em Ben Arous e as empresas agroalimentares em Sfax e Nabeul. Na maioria dos países africanos, não obstante alguns êxitos, a urbanização ainda não serviu de apoio à industrialização numa escala mais ampla. Não faltam exemplos de cidades que desenvolveram a sua própria base de indústrias de transformação, geralmente no setor informal, que pode exportar bens intermédios e de consumo para outros países africanos (Caixa 7.2).

Caixa 7.2. As cidades intermédias podem desenvolver a sua base de indústrias de transformação

Várias cidades intermédias em África estão a desenvolver um setor industrial baseado no comércio e na economia informal existente.

- Desde o final da década de 1990, o *cluster* Otigba, em Lagos, na Nigéria, evoluiu para um centro sub-regional de montagem e reparação de computadores e de produção e venda de peças de computador.
- Do mesmo modo, Nnewi, uma cidade com 750 mil habitantes no leste da Nigéria, fez o *upgrade* do comércio de peças automóveis sobresselentes japonesas importadas na década de 1980 para se transformar na base industrial de produção do setor automóvel na Nigéria. Hoje em dia, 70% dos componentes automóveis usados na Nigéria são adquiridas internamente, sobretudo de Nnewi.
- No Gana, a cidade de Kumasi alberga a Suame Magazine, um *cluster* de oficinas artesanais para engenharia metalúrgica e reparação de veículos. Cerca de 200 000 pessoas trabalham lá, possuindo competências complementares, tais como a fundição de sucata, o comércio de peças automóveis, a afinação de motores de camiões e a readaptação de componentes eletrónicos. Para apoiar desafios comuns enfrentados pelas empresas do *cluster*, a Suame Magazine Industrial Development Organisation tem trabalhado para incrementar a formação e a indústria transformadora local.

As cidades oferecem um ponto de entrada para as políticas de industrialização

As cidades oferecem um possível ponto de entrada para políticas eficientes que podem trazer novo fôlego às indústrias transformadoras em África. A falta de indústrias de insumos, má logística comercial, acesso limitado a financiamento e a terrenos

industriais, bem como uma escassez de competências técnicas e empreendedoras são, muitas vezes, restrições vinculativas para as indústrias transformadoras ligeiras em África (Dinh et al., 2012). As políticas que se lhes dirigem de forma coordenada através de “abordagens de base local” podem aproveitar as sinergias, melhorar a responsabilidade e as ligações entre os governos e o setor privado. As cidades também servem de campo de ensaio para a implementação de políticas antes de as multiplicar à escala nacional.

Apoiar o **agrupamento de empresas** pode reduzir o custo por utilizador no caso de programas como o desenvolvimento de infraestruturas e permitir a divulgação entre empresas. Em 11 países africanos, este agrupamento, formando *clusters*, tem um impacto geral positivo no desempenho das empresas (McCormick e Oyelaran-Oyeyinka, 2007). Por exemplo, 72% das empresas em *cluster* inquiridas consideraram que o agrupamento aumentou a sua exposição a diferentes ideias úteis e lhes proporcionou oportunidades para procurar soluções e estratégias comuns para problemas conjuntos. Por exemplo, a subcontratação dentro dos *clusters* ajudou as empresas de transformação de peixe no Uganda a cumprir com as alterações dos padrões e dos termos comerciais dos mercados europeus. Outro exemplo é o das empresas da Durban Automotive Cluster, que cooperaram no desenvolvimento de fornecedores, no desenvolvimento dos recursos humanos, na logística e na avaliação comparativa (*benchmarking*). Nos *clusters* industriais de vestuário da Tunísia, é comum pedir e emprestar ferramentas, para evitar a subutilização das máquinas.

No apoio a *clusters* industriais, a ação do governo revela-se mais bem sucedida quando desempenha um papel de facilitador em vez de um papel de liderança. Por exemplo, as zonas económicas especiais ou de exportação em África são muitas vezes iniciativas impulsionadas pelos governos, procurando concentrar o investimento num território para impulsionar as indústrias orientadas para as exportações, tais como a de automóveis, a de transformação alimentar e têxtil. No entanto, não obstante o sucesso contínuo dos *clusters* de produtos têxteis e de vestuário das Maurícias, a maioria foi prejudicada por diversos fatores, que vão da má localização à forte dependência de preferências comerciais (Farole, 2011). A Tabela 7.1 fornece exemplos de instrumentos que os governos podem usar para apoiar indiretamente os *clusters* industriais.

Tabela 7.1. Exemplos de instrumentos para as políticas de clusters em países em desenvolvimento

Mobilidade da mão-de-obra	<p><i>Recrutamento de recém-licenciados qualificados</i>: feiras de emprego, iniciativas de relações públicas para os <i>clusters</i></p> <p><i>Mobilidade da mão-de-obra entre empresas e instituições de investigação</i>: correspondência direta entre empregadores e candidatos qualificados a postos de trabalho, programas de destacamento</p> <p><i>Aprendizagem dentro dos clusters</i>: informações de vagas e estágios, bolsas para colocações, correspondência direta</p>
Empreendedorismo	<p><i>Formação de novos modelos</i>: concursos de empreendedorismo ou planos empresariais</p> <p><i>Capital de risco</i>: atribuição de capital de risco, aconselhamento direto de novos modelos, desenvolvimento de viveiros de empresas fora dos centros tecnológicos</p>
Cooperação interempresas	<p><i>Cooperação horizontal entre empresas</i>: formação de associações ou grupos de trabalho industriais, incentivos financeiros para a cooperação intraindústria</p> <p><i>Cooperação vertical entre empresas</i>: gestão de projetos de cooperação, apoio financeiro para a colaboração, uso partilhado das infraestruturas de empresas líderes, eventos para criação de contactos intracusters, formação de associações industriais</p>
Concorrência	<p><i>Concorrência local intensa</i>: contratos públicos, normalização e certificação, subsídios orientados para os exportadores</p> <p><i>Concorrência na hierarquia social local</i>: prémios de empreendedorismo, meios de comunicação social</p>
Compromisso público-privado	<p><i>"efeitos de cafetaria"</i>: estabelecimento de centros tecnológicos, utilização de infraestruturas públicas de investigação pela indústria</p> <p><i>Redes sociais</i>: visitas de estudo e eventos para criação de contactos, intercâmbio ou destacamento de profissionais, colaboração na elaboração de uma estratégia para um concurso de <i>clusters</i></p>

Fonte: Adaptado de Benner (2013).

As políticas de **infraestruturas** são essenciais para a ativação das vantagens comparativas de todas as cidades. As empresas precisam de infraestruturas de apoio, especialmente em transportes e energia, para evitar que fiquem confinadas a

populosos centros citadinos. Nas economias mais diversificadas de África, os setores automóveis começaram em cidades primárias como Casablanca e Joanesburgo. Uma combinação de regulamentação ambiental, investimentos direcionados para o território em infraestruturas físicas e institucionais e redes empresariais permitiu aos setores de automóveis consolidados mudar-se para cidades secundárias como Tânger e Durban. A experiência da Tailândia demonstrou que uma intervenção de base local adequada por parte do governo pode ajudar a desenvolver indústrias pesadas e acrescentar valor à extração de recursos naturais. O país desenvolveu as indústrias petroquímicas no litoral oriental na sequência da descoberta de campos de gás natural no Golfo de Sião.

A estratégia em duas vertentes da China oferece um exemplo do aproveitamento das potencialidades de cidades e vilas para a consecução da industrialização. Durante o período de reforma, de 1978 ao final da década de 1990, as empresas detidas pelo município impulsionaram a industrialização e a diversificação nas áreas rurais, enquanto as zonas económicas especiais que foram autorizadas a aceitar investimento direto estrangeiro tornaram-se, pouco depois, vitais para a estratégia industrial da China, intensiva em mão-de-obra e orientada para as exportações.

As cidades africanas podem estimular o crescimento impulsionado pelos serviços

A urbanização cria novas oportunidades para o desenvolvimento de centros de serviços mais produtivos e competitivos que apoiem a transformação estrutural africana. Em primeiro lugar, o setor dos serviços em África já representa um terço de todo o emprego formal (OIT, 2014). Como mostrado no Capítulo 6, os serviços podem absorver mão-de-obra pouco qualificada aumentando, ainda assim, a produtividade. Em segundo lugar, o crescimento de setores de serviços como o turismo cria indiretamente empregos nas indústrias fornecedoras. Por exemplo, na África do Sul, 25% dos insumos intermédios para os serviços são provenientes da indústria transformadora (Tregenna, 2008).

Os serviços também ajudam cada vez mais as empresas transformadoras a aceder às cadeias de valor globais. Os bens e os serviços estão interligados nas redes globais de produção. O valor criado direta e indiretamente pelos serviços enquanto insumos intermédios representa mais de 30% do valor acrescentado total em produtos transformados (BAD/OCDE/PNUD, 2014; Figura 6.3). Serviços como transportes, logística e armazenamento, mas também a banca, seguros, serviços empresariais, serviços profissionais e serviços de comunicação, desempenham um papel importante em todos os estádios da fase de produção. Estes serviços proporcionam deslocações eficientes de bens e de insumos intermédios através das fronteiras, para reduzir o custo comercial na transformação.

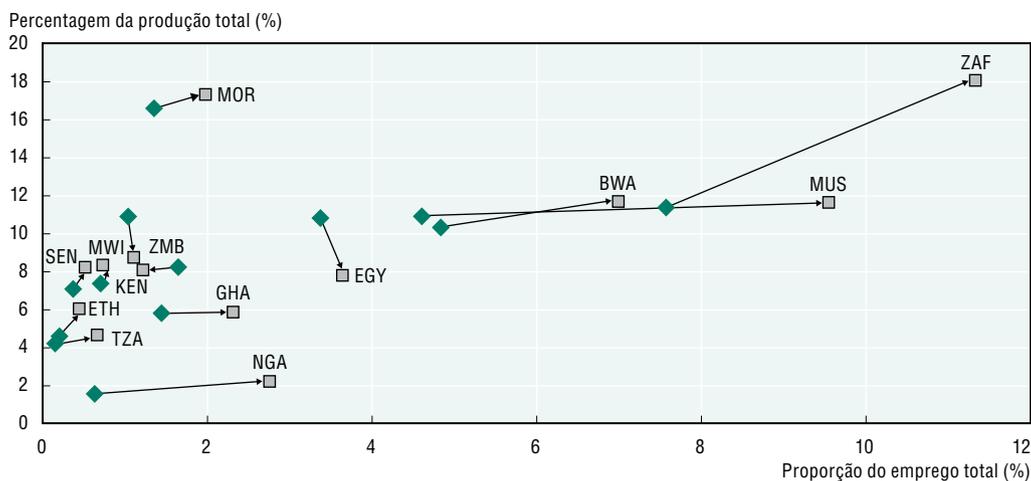
Os países africanos viram crescer a proporção de produção de serviços modernos, que são sobretudo baseados nas áreas urbanas, embora a ritmos diferentes e com efeitos desequilibrados na criação de postos de trabalho (Figura 7.7). Os cinco grupos de países africanos abaixo estão divididos de acordo com os seus estádios de urbanização, de transição da fecundidade e de transformação estrutural, tal como explicado no Capítulo 6 (ver Anexo 6.A1):

- Os países *diversificadores* têm a maior proporção de produção de serviços modernos como os empresariais, transportes e comunicação. Em 2010, os serviços empresariais representavam mais de 10% da produção total na África do Sul, nas Maurícias e em Marrocos e. Ademais, as Maurícias e o Egito alargaram a produção dos setores de transportes, armazenamento e comunicação para cerca de 15% do total. Cidades como a Cidade do Cabo e Joanesburgo (África do Sul), o Cairo e Alexandria (Egito), Casablanca e Rabat (Marrocos), representam mais de metade do valor acrescentado

nacional em serviços modernos. Países como as Maurícias e a África do Sul deslocaram significativamente os seus trabalhadores para estes setores altamente intensivos em capital e competências.

- Alguns países baseados em recursos naturais também fizeram progressos significativos nestes setores. O Botswana e a Nigéria, por exemplo, expandiram a sua proporção de emprego em serviços empresariais. Surulere, no Estado de Lagos (Nigéria), desenvolveu Nollywood, o terceiro maior cluster cinematográfico do mundo.
- Nos restantes grupos, os progressos são irregulares. O Quênia, em particular, um urbanizador tardio, desenvolveu significativamente os seus serviços, com grandes centros urbanos a desempenhar um papel de liderança: Nairobi e Mombaça representam metade do valor acrescentado dos serviços financeiros e empresariais e três quartos do valor acrescentado nos setores dos transportes e das TIC. Alguns urbanizadores precoces, como o Gana e o Senegal, diversificaram-se tão depressa para os transportes e a comunicação, que estes setores representam atualmente cerca de 15% da produção total. No entanto, em muitos urbanizadores tardios e na maioria dos países agrários, como a Etiópia, o Malawi e a Tanzânia, os setores dos serviços modernos são apenas emergentes: nem os serviços empresariais nem os de transportes ou de comunicação representam mais de 10% da produção ou 3% do emprego.

Figura 7.7. Mudança no emprego e produção de serviços empresariais enquanto proporção da economia total de certos países africanos, 2000-10



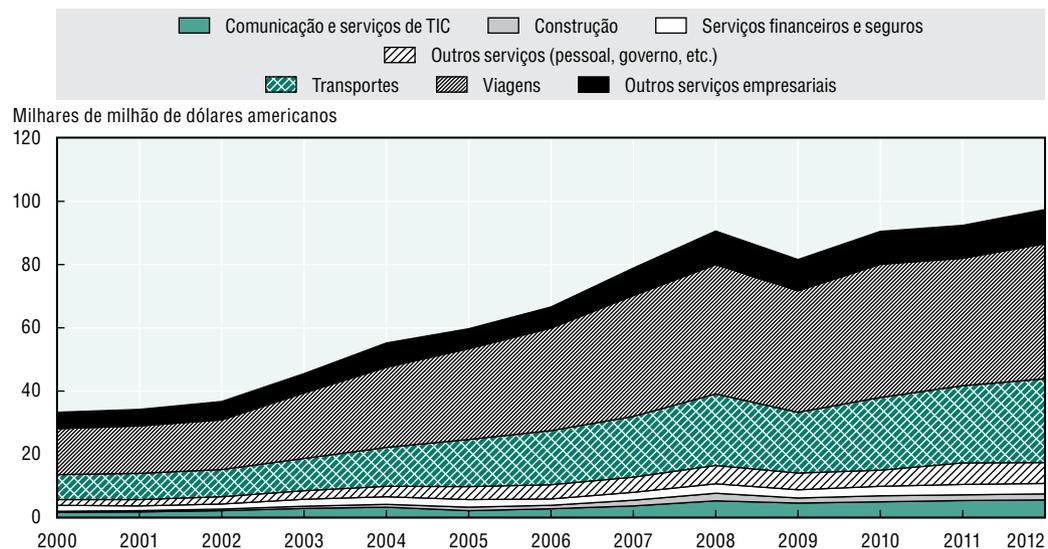
Fonte: Cálculos dos autores com base em Timmer, De Vries e de Vries, (2014).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391968>

No mais longo prazo, os serviços modernos e comercializáveis poderiam absorver mais mão-de-obra sem perdas significativas na produtividade relativa. Dado o mercado subdesenvolvido na maioria dos países africanos no que toca a serviços modernos, os preços mais baixos não vão necessariamente contrabalançar os ganhos de produção nos setores dos serviços modernos. Estes setores são cada vez mais comercializáveis: o comércio global de serviços triplicou entre 2000 e 2012, com os transportes, o turismo e os serviços empresariais a expandir-se rapidamente (Figura 7.8). África apenas assegurou 3% do comércio mundial de serviços, principalmente nos setores do turismo e dos transportes. Sendo assim, África poderia aproveitar mais desta procura global desenvolvendo serviços mais especializados e formando mão-de-obra qualificada. Os serviços modernos, como os financeiros e os empresariais, estão mais integrados em cadeias de valor globais, nomeadamente através das redes comerciais estabelecidas na África Austral com centros metropolitanos, como Joanesburgo e Gaborone. Acresce ainda que os serviços são cada vez mais desagregados e comercializados como tarefas

independentes, permitindo aos países e às cidades especializar-se mais profundamente em determinados segmentos das cadeias de valor dos serviços. Vários países *diversificadores*, assim como a Nigéria e o Quênia, estão a procurar desenvolver o seu processo empresarial servindo-se de *offshores* dos subsetores em redor de centros de investigação estabelecidos em áreas urbanas

Figura 7.8. Comércio de serviços em África, 2000-12



Fonte: Cálculos dos autores baseados em dados de BAD/OCDE/PNUD (2014).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391972>

Porém, no curto e médio prazos, o setor informal deve ser reconhecido como uma fonte de subsistência. O envolvimento das empresas informais através de contratos públicos ou de contratos com empresas que fornecem serviços de resíduos, saneamento e purificação da água poderia oferecer uma solução de baixo custo para melhorar o bem-estar da comunidade. A concentração de pessoas reduz o custo de investimentos direcionados para o território na educação, formação e na correspondência de qualificações; estes facilitam a transição de trabalhadores para atividades mais produtivas. Será necessário um pacote de reformas exaustivo para trazer alguma forma de proteção jurídica a estes trabalhadores, garantir-lhes salários mínimos e salvaguardas não salariais, formá-los e dar-lhes correspondência com postos de trabalho, de modo que progridam gradualmente para um trabalho formal de maior valor.

As abordagens participativas podem ajudar a integrar as empresas informais no tecido urbano e facilitar o desenvolvimento de um setor urbano formal organizado. Uma regulamentação adequada e incentivos direcionados podem permitir que os empregadores informais avancem além da mera subsistência para atingir uma condição em que possam possuir uma poupança e a capacidade de realizar investimentos que busquem o crescimento da produtividade. As empresas formais em África têm, muitas vezes, fortes ligações com as empresas informais para tirarem partido da sua flexibilidade e concentração de mercado. Uma abordagem participativa que considere as especificidades locais pode ser mais eficiente no envolvimento de empresas informais em processos e mecanismos formais (ver Caixa 7.3; ver também Capítulo 4). Por exemplo, no Quênia, o segunda maior retalhista, a Tusker Mattresses está a servir-se de um *franchising* de empresas retalhistas informais para penetrar neste mercado (Mulupi, 2016).

Caixa 7.3. De que forma as políticas participativas locais podem fazer face ao comércio informal de rua

O comércio informal de rua é, muitas vezes, limitado por políticas repressivas, visto que é geralmente encarado como uma atividade ilegal que sobrepovoos os centros citadinos em África. As forças policiais tendem a expulsar regularmente os comerciantes informais de rua pela força. No entanto, as políticas repressivas demonstraram algum sucesso na limitação de comerciantes informais no longo prazo. Dakar e Monróvia fizeram uso de abordagens participativas e consultivas mais eficazes.

A cidade de Dakar está a construir um centro comercial para os antigos comerciantes de rua. De março a abril de 2011, um censo local registou 4980 comerciantes de rua que poderiam participar. Estes escolhem o seu próprio promotor imobiliário através das associações de comerciantes e organizam o novo complexo comercial de acordo com as suas necessidades. O custo total do projeto está estimado em XOF 9 milhões.

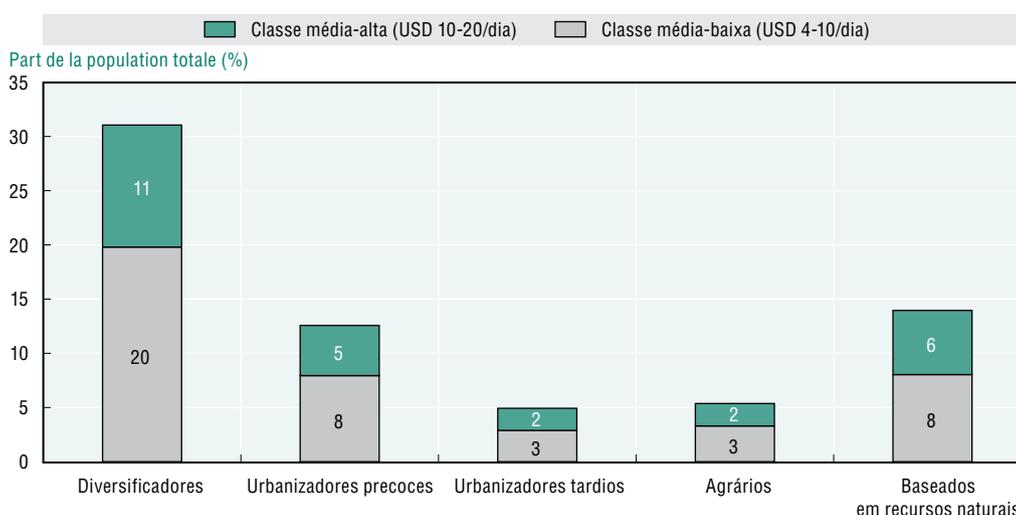
Na sequência das negociações entre 2009 e 2011, a National Petty Traders Union (Sindicato nacional de pequenos comerciantes) da Libéria e o Ministério do Comércio adotaram um memorando de entendimento para definir um espaço de comércio limitado nas ruas e conferir direitos aos pequenos comerciantes. Os pequenos comerciantes pagam taxas ao município para obter cartões de identificação e impostos ao ministério para obter esses direitos de fazer comércio numa determinada rua. Entre a adoção do memorando, em 2011 e 2015, foram registados 500 comerciantes de rua e os conflitos com a polícia diminuíram.

Fonte: Entrevistas dos autores a agentes municipais de Dakar e Monróvia, dezembro de 2015.

A classe média urbana emergente poderia alimentar o crescimento dos serviços

A classe média está a crescer rapidamente em África, mas tem-se concentrado em países *diversificadores* (ver Figura 7.9).³ Usando a definição de classe média do BAD (2011) como aqueles com um consumo de 4-20 dólares americanos por dia em paridade de poder de compra, um terço da população dos países *diversificadores* pertence à classe média, com 11% firmemente na classe média-alta em 2008. Noutros países, a classe média é ainda reduzida: 5% da população nos *urbanizadores tardios* e nos *países agrários* e cerca de 14% nos *urbanizadores precoces* e nos *países baseados em recursos naturais*. A falta de inclusão limitou o crescimento da classe média urbana em países *baseados em recursos naturais*, como Angola, a Nigéria e a Zâmbia, apesar do seus níveis de rendimento mais elevado.

Figura 7.9. Proporção da classe média por rendimento em África (%), 2008



Nota: Constante de paridade do poder de compra de 2005 em USD. Os números são médias simples, não ponderados quanto à dimensão da população. A nossa definição não inclui a classe média "flutuante", cujo consumo corresponde a USD 2-4 por dia, dado que este limite mal está acima do limiar de pobreza e este grupo poderá voltar a cair na pobreza.

Fonte: Cálculos dos autores baseados em BAD (2011).

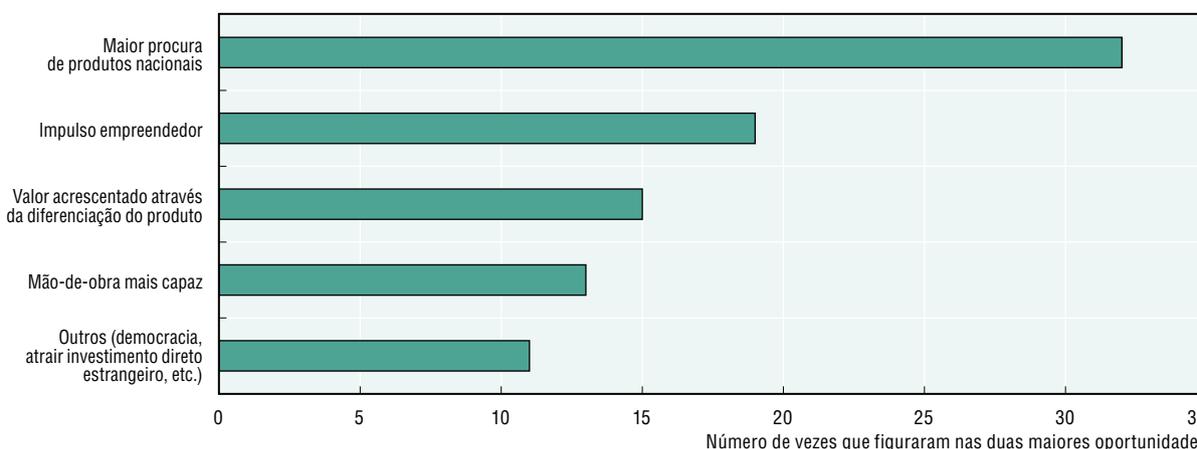
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391988>

O crescimento da classe média urbana pode impulsionar tanto a oferta de como a procura por serviços internos em África.

- Em primeiro lugar, à medida que se afastam da pobreza, a classe média pode desenvolver atividades empreendedoras, criando emprego e o crescimento da produtividade (Acemoglu e Zilibotti, 1997).
- Em segundo lugar, a classe média fornece a mão-de-obra e os recursos necessários aos empresários, visto que este grupo valoriza a acumulação de capital humano e as poupanças (Doepke e Zilibotti, 2007).
- Em terceiro lugar, a classe média gera nova procura de bens de consumo, especialmente os duradouros. Apresenta uma forte preferência pela diferenciação do produto, o que leva ao valor acrescentado das marcas. As despesas dos consumidores em África poderiam crescer de cerca de 860 mil milhões de dólares americanos em 2008 para 1.4 biliões em 2020 (McKinsey Global Institute, 2010).

O crescimento impulsionado pela expansão da classe média tende a ser mais sustentável do que o crescimento baseado na exportação (Gill e Kharas, 2007). O inquérito aos nossos especialistas mostra que este aumento na procura é visto como a maior oportunidade associada à classe média africana, seguido pelas suas potencialidades enquanto empreendedores (Figura 7.10).

Figura 7.10. Principais oportunidades associadas à classe média para os países africanos



Nota: Respostas ao inquérito por parte de economistas de países do BAD e do PNUD em 45 gabinetes nacionais em África. As respostas são ponderadas por uma por país.

Fonte: Inquérito aos especialistas do PEA, 2016.

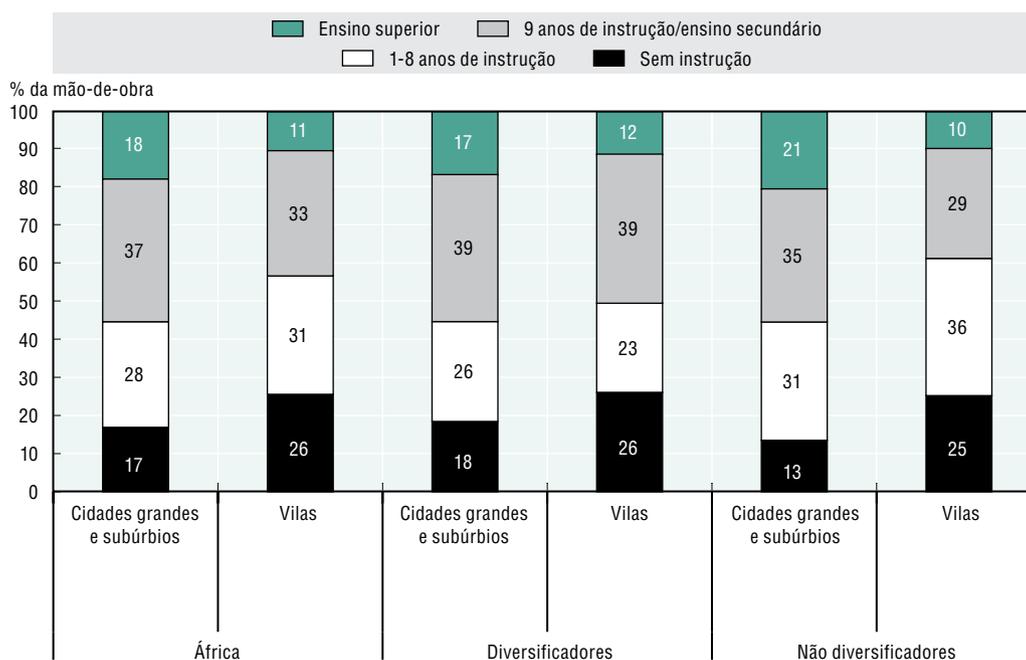
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391992>

A maior parte da classe média africana reside em áreas urbanas. Na África do Sul, na Etiópia, no Malawi, em Moçambique, na Tanzânia e no Uganda, 63% da classe média cujo consumo diário era de 4-20 dólares americanos residia em áreas urbanas em 2010. A classe média urbana destes países totalizava 11.9 milhões de pessoas, ou 20% da população urbana, com uma despesa anual de 27 mil milhões de dólares ou 43% do total da despesa urbana (cálculos dos autores baseados em Tschirley et al., 2015: Tabela 4).

A concretização das potencialidades da classe média urbana enquanto trabalhadores para os setores dos serviços intensivos em competências exige uma insistência contínua na educação nas áreas urbanas. De um modo geral, as grandes cidades africanas têm uma maior proporção de pessoas com cursos superiores do que as vilas: 18% da população com idade igual ou superior a 15 anos nas grandes cidades têm cursos superiores, em

comparação com 11% nas vilas, de acordo com a análise efetuada da Gallup World Poll (2016). A diferença na formação superior é mais pronunciada nos países *não diversificadores* do que nos países *diversificadores* (Figura 7.11).

Figura 7.11. Nível de instrução da população com idade igual ou superior a 15 anos em África, 2009-10



Nota: Os não diversificadores incluem Argélia, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, República Democrática do Congo, Gana, Côte d'Ivoire, Quênia, Libéria, Líbia, Malawi, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue. Os diversificadores incluem o Egito, Marrocos, a África do Sul e a Tunísia.

Fonte: Cálculos dos autores baseados na Gallup World Poll (2016) para inquéritos entre 2009 e 2010.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933392007>

As cidades africanas atraem uma proporção crescente do investimento direto estrangeiro

O investimento direto estrangeiro para as cidades é fundamental para desenvolver a base urbana necessária na indústria transformadora e nos serviços, que pode influenciar a transformação estrutural em África. O IDE em cidades africanas pode ser analisado usando dados relativos ao IDE de raiz, que representa investimentos onde as empresas-mãe lançam projetos e instalações completamente novos nos países de acolhimento (ver Anexo 7.A1). Embora África tenha um dos índices de crescimento territorial do IDE mais elevados, com 2% ao ano entre 2003 e 2014, a sua proporção em termos de volume do IED é reduzida em comparação com outras regiões. Cairo, Túnis, Trípoli e Argel são os principais destinos do IDE global em África em termos de volume, registando o Cairo 37 mil milhões de dólares e Túnis 22 mil milhões entre 2003 e 2014. As seis cidades principais são de língua árabe no Norte da África, enquanto as cidades anglófonas da África subsariana surgem abaixo na classificação. Joanesburgo e Cairo são as principais cidades globais de África, uma ancorando o sul do continente à economia mundial, e a outra o norte. Joanesburgo é a primeira cidade de origem do IDE africano (71.^a globalmente), mas encontra-se na 7.^a posição enquanto destino de IDE (104.^a globalmente). O Cairo é a segunda em termos de origem do IDE e a primeira em termos de destino. No que se refere ao IDE do interior de África, os destinos mais populares são o Cairo (18%), Luanda (11%), Lagos (10%), Túnis (6%) e Joanesburgo (6%). Os Mapas 7.1 e 7.2 mostram as redes globais de IDE que investem nas principais cidades africanas de destino para a indústria transformadora e os serviços, respetivamente (Wall, 2016; no prelo).

As cidades africanas atraem níveis mais elevados de investimento de capital direto estrangeiro de raiz do que seria esperado considerando os níveis do PIB das cidades (Banco Mundial, 2015b). Em relação ao PIB, as cidades da África subsariana constam das 10% mais atrativas de IDE de raiz entre 2002 e 2012, tanto quanto cidades da região da Ásia Oriental e Pacífico. Em Marrocos, Tânger serviu-se do investimento nacional para novas instalações portuárias e infraestruturas de ligação do porto à hinterlândia circundante, de forma a atrair uma linha de montagem europeia de automóveis. As partes interessadas da cidade colaboraram com a agência de promoção dos investimentos nacionais e ajudaram a criar um centro de formação dedicado para o *upgrade* da mão-de-obra local e fazer face à escassez de qualificações do setor automóvel.

Cidades de várias dimensões podem formar economias de escala através de *clusters* para atrair investidores. A integração regional, a complementaridade e a colaboração são essenciais para melhorar a competitividade de uma cidade. África tem quatro grandes “corredores de IDE”: i) um corredor no Norte de África que inclui Casablanca, Túnis e Trípoli; ii) um corredor do Nilo que inclui cidades como o Cairo; iii) um corredor na África Ocidental que inclui Lagos, Abuja, Abidjã e Acra; e iv) um corredor Gauteng-Maputo que inclui cidades como Joanesburgo, Midrand, Pretória e a emergente Maputo (Wall, 2016; no prelo). Estes corredores atraem IDE porque são compostos por várias cidades primárias em estreita proximidade umas das outras e ligadas por boas redes de infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e portuárias. O corredor da África Ocidental é testemunha de uma elevada concentração de cidades grandes como Lagos, Abuja, Lomé, Acra e Abidjã, que beneficiam de densos *clusters* de cidades secundárias e terciárias e se complementam numa hierarquia urbana reforçada. Por último, cada uma das quatro poderosas regiões depende de cidades globalmente bem estabelecidas como Joanesburgo, Cairo, Casablanca e Lagos, para as ancorar à economia global, mas também do aumento dos destinos de investimento como Maputo e Kigali.

O IDE na África urbana está tanto “em busca de mercado”, quanto “em busca de recursos”. A análise econométrica mostra que os fatores mais importantes do IDE no setor da indústria transformadora em África são a dimensão do mercado interno e das infraestruturas (por exemplo, portos, ferrovias e estradas) para aceder aos recursos naturais. Estes dois fatores explicam as variações de 28% no IDE atraído para África. Como termo de comparação, a disponibilidade tecnológica constitui o mais forte fator explicativo dos investimentos estrangeiros na Ásia, seguido das infraestruturas e da dimensão do mercado. Por conseguinte, os tipos de investimentos sensíveis à tecnologia que dominam o IDE na Ásia ainda não estão presentes em África. A expansão da base africana na indústria transformadora avançada pode implicar novos investimentos na capacidade de absorção tecnológica de um país, melhorar a facilidade de concluir negócios e implementar regulamentação aduaneira eficiente.

O investimento estrangeiro no setor africano da alta tecnologia encontra-se muito mais concentrado em poucas áreas fortemente urbanas do que no caso de outros setores (Mapa 7.3). A qualidade das infraestruturas (estradas, ferrovias, portos e aeroportos) é a variável mais determinante para a produção de bens de alta tecnologia e para a sua distribuição. O mapa mostra também os sólidos *clusters* em torno de Nairobi, Joanesburgo, Port Elizabeth, os corredores da África Ocidental, do Norte de África e do Cairo (regiões a vermelho no Mapa 7.3), e alguns *clusters* de alta tecnologia emergentes, por exemplo entre o Zimbábue e a Zâmbia (regiões a amarelo no Mapa 7.3). Embora Nairobi não seja um foco em termos de total do IDE, recebe um fluxo significativo para as indústrias de alta tecnologia. Isto revela que os pontos fortes regionais podem variar tremendamente consoante os setores de investimento (Wall, 2016; no prelo).

O IDE, por norma, traz conhecimentos e tecnologia a uma região, ativa o desenvolvimento de empresas locais e dá origem a novos projetos urbanos, mas nem sempre cria diretamente muitos postos de trabalho. Em 23 países africanos, o comércio e o crescimento são mutuamente solidários (Seyoum, Wu e Lin, 2014). No entanto, o efeito impulsionador do crescimento por parte do IDE decorre da repercussão da produtividade a empresas nacionais e não do emprego direto causado pelas empresas de IDE. As economias de aglomeração das indústrias localizadas numa determinada área são mais elevadas na África subsariana quando as empresas nacionais se situam perto de multinacionais estrangeiras, especialmente as provenientes de países em desenvolvimento do “Sul Global” (Sanfilippo e Seric, 2014). Pelo contrário, numa amostra de 750 cidades de todo o mundo, o IDE apenas criou 1 400 postos de trabalho por cidade, diretamente, ou 0.1% da base do emprego, entre as cidades de destino do IDE em 2012 (Fikri e Zhu, 2015). De todos os postos de trabalho diretamente criados pelo IDE em África entre 2003 e 2014, 83% eram nas cidades. Durante o mesmo período, estima-se que o IDE na indústria transformadora tenha criado diretamente mais de 646 000 postos de trabalho, ou metade do total de empregos relacionados ao IDE. Especificamente o IDE nos serviços criou 281 000 postos de trabalho, na alta já tecnologia, criou 159 000 postos de trabalho, enquanto nos recursos (ou IDE não urbano), criou 220 000 postos de trabalho (Wall, 2016; no prelo).

Embora o sucesso de cada estratégia de investimento dependa das características específicas da cidade e do país, Zhu, Larrey e Santos (2015) salientam um método em quatro etapas para que os governos das cidade: i) identifiquem e comuniquem a suas propostas de valor da cidade através da autoavaliação desta, em consonância com as estratégias regionais e nacionais, ii) construam a marca da cidade e façam face a eventuais impressões negativas, iii) coordenem-se com diferentes instituições e agências governamentais para fornecer informações comparáveis, credíveis e oportunas aos investidores, especialmente sobre os requisitos de entrada no mercado interno, fomentando, ao mesmo tempo, parceiros e redes locais, e iv) ofereçam incentivos direcionados às empresas que estão hesitantes em investir e promover relações positivas com os investidores existentes.

A urbanização pode ajudar a acelerar o desenvolvimento social

A urbanização oferece oportunidades para acelerar o desenvolvimento social em África de diversas formas. Em primeiro lugar, a urbanização poderia apoiar o crescimento inclusivo e melhorar o bem-estar material através de um maior rendimento disponível para a alimentação, a habitação e investimento em capital humano, o que melhora as capacidades dos cidadãos de gerar rendimento. Em segundo lugar, os aglomerados impulsionam as economias de escala por meio da entrega de bens públicos indivisíveis tais como os sistemas de transportes e de comunicação. Em terceiro lugar, a densificação cria uma rede de grupos comunitários e partes interessadas interligados em cidades que podem mais facilmente envolver-se em programas governamentais de redução da pobreza ou iniciativas de desenvolvimento social de base. A concretização destes benefícios exige políticas coordenadas e holísticas para tornar a transformação estrutural mais inclusiva. Esta secção destaca de que forma as novas políticas de desenvolvimento urbano podem:

- melhorar as infraestruturas de transportes dentro das cidades e entre estas de modo a ligar pessoas, recursos e ideias entre territórios
- melhorar as condições de habitação, igualdade de rendimentos e igualdade de género

- tirar grupos vulneráveis da pobreza urbana, fornecendo novas redes de segurança social e programas públicos de emprego
- expandir as empresas sociais para melhor explorar as potencialidades da economia informal urbana
- travar a insegurança urbana.

Melhores infraestruturas de transportes dentro das cidades e entre estas podem ligar pessoas, recursos e ideias entre territórios

As políticas de transportes terão um impacto significativo no desenvolvimento sustentável. Continuar a desenvolver sistemas de transportes coletivos, nomeadamente transportes públicos no interior das cidades vai reduzir os custos de congestionamento e contribuir para cidades mais sustentáveis. Melhores redes de transportes entre as cidades vão reforçar as conexões territoriais.

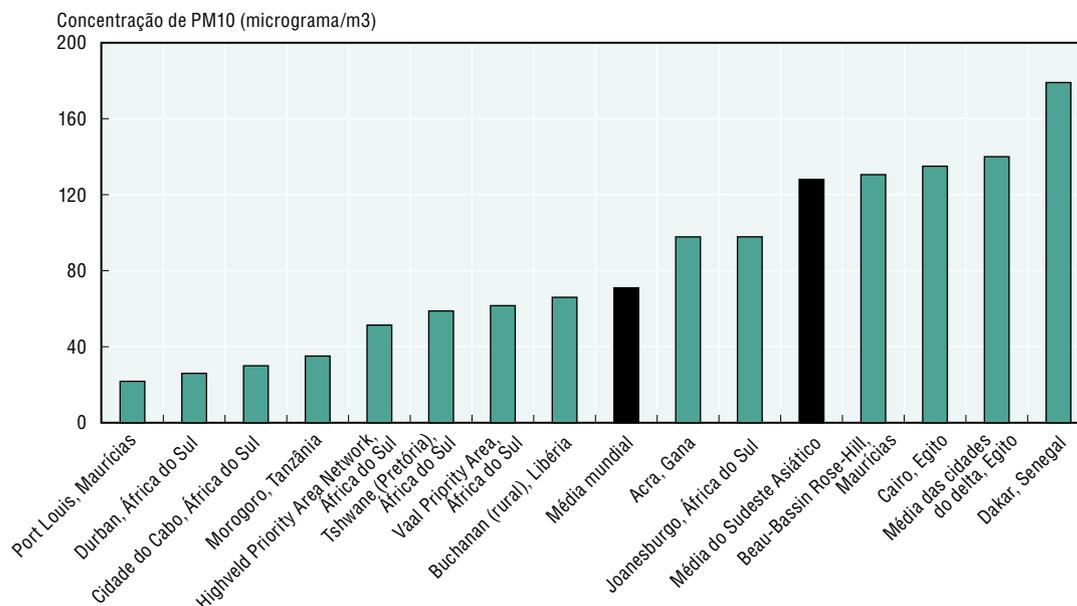
Os sistemas de transportes intracidade podem fomentar o desenvolvimento mais inclusivo

Bons transportes aumentam a eficiência de concluir negócios nas cidades. Ademais, esses reduzem os custos de deslocação de mercadorias e de pessoas e permitem o desenvolvimento logístico “just-in-time”. A experiência de outras regiões do mundo mostra que a redução da incerteza do tempo de trânsito é tão importante para aumentar a eficiência dos negócios como a redução do tempo de transporte. Redes de ligação mais eficazes permitem às empresas de expandir as suas áreas de influência e incrementar as suas operações graças a uma base maior e mais diversificada de potenciais clientes. A melhoria das ligações entre os centros das cidades e as respetivas áreas circundantes permite que as empresas se afastem dos centros citadinos de modo a incrementar as operações reduzindo simultaneamente os custos de congestionamento (McCormick e Oyelaran-Oyeyinka, 2007).

As políticas de transportes desempenham um papel muito importante na ligação da população urbana pobre aos postos de trabalho. A população urbana pobre enfrenta normalmente uma incompatibilidade territorial, como os residentes dos guetos na periferia de Joanesburgo, por exemplo. O trânsito orientado para o automóvel afeta desproporcionalmente os mais pobres, que não podem dar-se ao luxo de ter veículo próprio e não conseguem encontrar postos de trabalho a uma distância de casa que seja acessível a pé. Uma experiência em Adis Abeba mostrou que a redução dos custos dos transportes poderia aumentar a intensidade da procura de trabalho de alguém, diminuir a participação trabalho temporário e informal e aumentar a probabilidade de um emprego permanente em seis pontos percentuais (Franklin, 2015a). Em Lagos, onde os custos dos transportes representam 20% do rendimento da população urbana pobre, o sistema Bus Rapid Transit, iniciado em 2008, proporcionou 2000 postos de trabalho diretos e 500 000 indiretos. O sistema reduziu 30% o custo dos transportes públicos e ofereceu um preço mais estável mesmo havendo uma escassez de combustível.

As políticas de transportes ajudam a travar a poluição. Uma revisão de 27 países africanos revela que a maioria adotou atos de proteção ambiental e estabeleceu parâmetros de combustível do veículo, normas de emissões e controlos de qualidade do ar (SEI, 2012). O desuso gradual de chumbo, iniciado em 2003, constituiu uma melhoria substancial e está agora essencialmente concluído. No entanto, o acompanhamento e a aplicação continuam a ser limitados: apenas oito países possuem sistemas operacionais de acompanhamento de rotina para a qualidade do ar. A concentração média anual de partículas com diâmetro inferior a dez microns (PM10) é superior em muitas cidades africanas do que na cidade média ao nível global (Figura 7.12).

Figura 7.12. Concentração média anual de partículas com diâmetro inferior a dez microns (PM10) em certas cidades africanas



Fonte: OMS (2014).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933392013>

Dado que o grosso das infraestruturas de transportes africanas ainda não foi construído para acomodar os 867 milhões de africanos que viverão em áreas urbanas em 2050, as cidades africanas podem aprender com os sucessos e os erros do passado. África detém menos de 3% dos veículos motorizados do mundo, mas mais de 11% do total de mortes em acidentes rodoviários (SEI, 2012). Tornar as estradas mais propícias para uso não motorizado pode reduzir os custos da mortalidade e dos ferimentos dos acidentes de trânsito. O ideal modernista do planeamento urbano centrado no automóvel do início do século XX demonstrou ser prejudicial para o bem-estar dos residentes urbanos e ecologicamente insustentável (Frenchman, 2014; Glaeser, 2012). Nos países da OCDE, o setor dos transportes contribui para metade do total da poluição atmosférica. Sendo assim, muitos países da OCDE estão a tentar quebrar o ciclo de dependência do automóvel e reverter suas consequências a grande custo. As experiências de Paris e de Londres demonstraram que a construção de mais estradas não resolverá o problema do congestionamento de tráfego, devido à utilização acrescida de veículos que daí adveio. Cidades compactas que promovam transportes não motorizados e públicos podem ligar com eficiência o fluxo urbano de pessoas, de mercadorias e de ideias com um menor custo social per capita.

Algumas cidades africanas estão a desenvolver redes de transportes públicos integradas para quebrar o ciclo de dependência do automóvel e criar uma melhor conectividade no interior das cidades. Este modelo reflete a procura de transportes públicos eficientes e integrados que melhorem a mobilidade, a inclusividade e os acessos nas cidades. A Tabela 7.2 enumera várias iniciativas identificadas nas notas de país deste relatório.

Tabela 7.2. Sistemas de transportes coletivos em certas cidades africanas

Projeto	Partes interessadas	Custo	Resultado do desenvolvimento do projeto	Preço por viagem
Addis Abeba Light Rail, Etiópia 2012-15	Operado pelo grupo de metro Shenzen e construído pela Ethiopian Railways Cooperation.	USD 475 milhões (financiado a 85% pela China Railway Engineering Cooperation)	Capacidade de 60 000 passageiros por hora, comprimento total de 31.6 km para as duas linhas. Os primeiros 17 km de ferrovia ligam os subúrbios industriais, a sul de Adis Abeba, ao centro. Ainda está em construção outra linha leste-oeste e estão planeadas linhas adicionais.	ETB 2-6 (USD 0.27-0.82)
Lagos Bus Rapid Transit (BRT-Lite), Nigéria Lançado em 2008	Gerido pela Lagos Metropolitan Area Transport Authority.	USD 1.7 milhões por km	O primeiro sistema Bus Rapid Transportation em África abrange 47 percursos diferentes, transporta perto de 200 000 passageiros por dia, que pagam em média menos 30% nas tarifas e perdem menos 40% de tempo em viagem. O setor dos transportes emprega 2.5 milhões de pessoas (15% da população da cidade). O sistema alivia o congestionamento na cidade e oferece transportes públicos mais eficazes a um custo menor.	NGN 20 (USD 0.23)
DART System (Bus Rapid Transit), Dar es Salaam/Tanzânia Fase 1: 2003-presente Fase 2: a partir de 2017	Será gerida em Parceria Público-Privada com dois operadores privados de autocarros.	USD 290 milhões para a Fase 1 (financiados pelo Banco Mundial) USD 159.32 milhões para a Fase 2 (financiados pelo BAD, pelo fundo AGTF e pelo Governo da Tanzânia)	Capacidade de 495 000 passageiros por dia. Usando combustíveis mais ecológicos e reduzindo a concentração rodoviária de emissões de gases com efeito de estufa, é eficiente em termos ambientais.	TZS 500-900 (USD 0.80-1.45)
Rea Vaya Bus Rapid Transit (BRT), Joanesburgo, África do Sul Phase 1: 2007-09 Phase 2: 2009-12	Financiado pela bolsa Public Transport Infrastructure and Systems (PTIS) do governo central.	USD 300 milhões no geral	Usado por 45 000 passageiros por dia. O Employment Framework Agreement (AAE – Acordo-quadro para o emprego) assinado entre a cidade e a indústria de táxis cujos condutores receberam formação deveria criar 700 postos de trabalho permanentes na Fase 1 e 3300 temporários durante o período de construção.	ZAR 3.5-9 (USD 0.64-1.67)
Constantine Tramway, Argélia 2007-13	Setram/Alstom (49%), ETUSA (36%) e o Entreprise du métro d'Alger (15%), devendo uma segunda linha ser construída pela francesa RATP.	DZD 44 mil milhões (linha 1) (cerca de USD 400 milhões)	Capacidade de 100 000 passageiros por dia ao longo de 8 km para a primeira linha. O alargamento irá abranger a nova cidade de Ali Mendjeli e o aeroporto.	DZD 40 (USD 1.28)
Casablanca Citadis Tramway, Marrocos Fase 1: 2009-12 Fase 2: 2016-18	Governo marroquino, governo local de Alstom, CDG Capital, Banque Populaire du Maroc e o fundo King Hassan II	MAD 6 mil milhões (cerca de USD 400 milhões)	Oferece serviços a 100 000 passageiros por dia ao longo de 31 km	MAD 6 (USD 1.68)

Nota: Os preços foram convertidos para USD internacional, preços de 2014.

Fonte: Inquérito aos especialistas do PEA, 2016; Notas de País PEA, 2016.

As políticas de transportes são mais eficientes quando desenvolvidas em conjunto com o planeamento do uso do solo urbano e seguindo as áreas de influência urbana. Angel et al. (2015) recomendam que os governos com restrições de capacidade incidam em primeiro lugar na previsão do crescimento urbano, a fim de reservar espaços públicos para parques e estabelecer a rede de estradas. Uma rede de estradas de terra batida permite a alocação de espaços públicos sem gastar muito em infraestruturas. As eventuais despesas podem dar-se mais tarde à medida que a cidade se expande e novos moradores precisam de mais serviços. Envolver a população periurbana e identificar as áreas de influência funcionais das cidades ajuda a estabelecer estruturas de governação mais coerentes para lá das fronteiras administrativas.

Melhores redes de transportes entre as cidades podem melhorar as conexões territoriais

Os transportes intercidades são a chave para o desenvolvimento urbano territorialmente inclusivo (BAD/OCDE/PNUD, 2015). Num estudo de 15 países africanos cujo cidade primária é um porto, Storeygard (2013) conclui que a redução de 1% nos

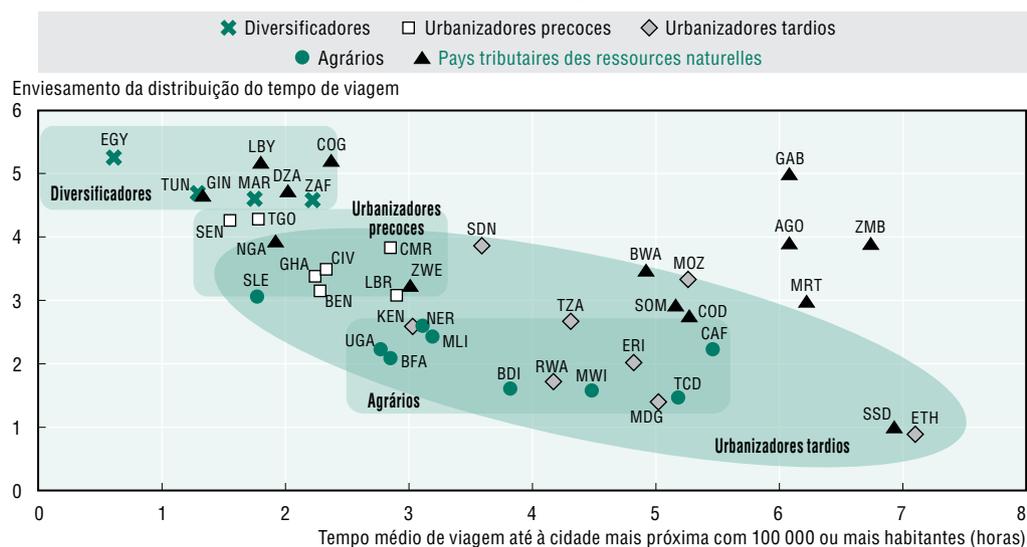
custos dos transportes pode aumentar 0.2% o crescimento na cidade da hinterlândia. Os efeitos variam dependendo da superfície rodoviária: as cidades ligadas ao porto por estradas pavimentadas são principalmente afetadas pelos custos dos transportes para o porto, enquanto cidades ligadas ao porto por estradas não pavimentadas são mais afetadas pelas ligações aos centros secundários. Isto sugere que as empresas em cidades não ligadas ao porto podem depender mais da sua hinterlândia rural e das cidades intermédias para o comércio.

Cada grupo de países africanos apresenta um padrão diferente de redes rodoviárias e de conectividade. A acessibilidade da rede rodoviária pode ser caracterizado pela distribuição do tempo médio de viagem por pessoa até ao assentamento mais próximo com mais de 50 000 pessoas e pelo enviesamento desta distribuição (Figura 7.13).

- Os países *diversificadores* têm populações moderadamente agregadas, em que 90% da população vivem em 20-40% da superfície territorial. As suas redes de cidades mais desenvolvidas e bons transportes deixam uma pequena parte da população em áreas inacessíveis, como mostrado pelo reduzido tempo médio de viagem e elevado nível de enviesamento.
- A rede de transportes dos países *urbanizadores precoces* fica ligeiramente atrás dos *diversificadores*, como se manifesta na sua distribuição média mais baixa e mais enviesada do tempo de viagem até às vilas mais próximas com 50 000 habitantes. Estes têm, muitas vezes, uma distribuição da população mais uniforme do que países de outros grupos. Tal resulta de uma distribuição relativamente equilibrada das áreas irrigadas pela chuva e uma expansão mais frequente dos terrenos agrícolas devido a culturas como o cacau e o algodão, que fazem com que a população se espalhe.
- Os *urbanizadores tardios* e os *países agrários* apresentam as redes rodoviárias menos desenvolvidas. O tempo médio de viagem até às vilas e cidades mais próximas é muito longo, de três horas ou mais, e uma grande parte da população está localizada em áreas remotas e inacessíveis.

Os governos podem aumentar a conectividade entre cidades e aprofundar a integração regional através de corredores de desenvolvimento. Esses ligam diversas cidades e mercados regionais através de transportes, promovendo assim as trocas comerciais e fornecendo externalidades positivas às populações locais. Num contexto regional, um corredor urbano torna-se numa linha de integração económica. Ao contrário dos **corredores de importação/exportação** coloniais que ligavam países sem litoral à costa e que contribuem relativamente menos para o comércio intrarregional e intercidades, os **corredores de desenvolvimento** ligam cidades de diferentes países entre si e aos mercados de comércio regionais, seguindo a direção costeira, trans-Sahel ou trans-Sara (ver Tabela 7.3).

Figura 7.13. Tempo médio de viagem até as áreas urbanas mais próximas e enviesamento da distribuição em África, 2010



Nota: O eixo x representa o tempo médio de viagem por pessoa até ao assentamento mais próximo com mais de 50 000 pessoas e o eixo Y representa o enviesamento (mede a assimetria da distribuição de probabilidade) do tempo médio de viagem por pessoa. Um menor nível de enviesamento, neste caso, implica uma maior cauda direita da distribuição, o que significa que mais pessoas nesse país residem nas áreas remotas e inacessíveis.

Fonte: Linard et al. (2012).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933392029>

Tabela 7.3. Principais corredores em África

Corredor	Passa por	Extensão
Cairo-Dakar	Cairo – Trípoli – Túnis – Argel – Rabat – Nouakchott – Dakar	8 636 km
Argel-Lagos	Argel – Tamanrasset – Agadez – Tamanrasset – Kano – Lagos	4 504 km
Trípoli-Cidade do Cabo	Trípoli – N'Djamena – Kinshasa – Windhoek – Cidade do Cabo	10 808 km
Cairo-Cidade do Cabo	Cairo – Cartum – Adis Abeba – Nairobi – Dodoma – Lusaka – Gaborone – Cidade do Cabo	10 228 km
Dakar-N'Djamena	Dakar – Bamako – Ouagadougou – Niamey – Kano – N'Djamena	4 496 km
N'Djamena -Djibouti	N'Djamena – Djibouti	4 219 km
Dakar-Lagos	Dakar – Banjul – Bissau – Conakry – Free Town – Monróvia – Abidjã – Accra – Lomé – Cotonou- Lagos	4 010 km
Lagos-Mombaça	Lagos – Yaoundé – Bangui – Kisangani – Kampala-Nairobi – Mombaça	6 259 km
Lobito-Beira	Lobito – Lubumbashi – Lusaka – Harare	3 523 km

Caixa 7.4. Os corredores urbanos contribuem para a transformação estrutural na África Ocidental

O caso do corredor Abidjã Lagos Highway Corridor (ALHC, na sigla inglesa) ilustra a contribuição dos corredores urbanos para a transformação estrutural na África Ocidental. O ALHC liga Abidjã (Côte d'Ivoire) a Lagos (Nigéria), passando por Acra (Gana), Lomé (Togo) e Cotonou (Benim), desse modo conecta áreas económicas urbanas funcionais, valorizando assim a interdependência económica. Esta linha reúne 70% da economia regional da África Ocidental. Foi projetada para promover a integração destes cinco mercados nacionais e ajudar a superar as limitações de dimensão de vários deles. Os corredores urbanos proporcionam às populações locais acesso simultâneo a vários tipos de infraestruturas e de serviços, tais como ligações a autoestradas, eletricidade, água e TIC. A conexão dos corredores de Lagos-Abidjan-Dakar e de Tânger-Rabat criaria oportunidades para acelerar a expansão económica da África Ocidental para o Norte de África. O financiamento de uma autoestrada entre o Senegal e a Mauritânia vai completar a cooperação Sul-Sul entre os países da União do Magrebe Árabe e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). O Banco Africano de Desenvolvimento financia corredores urbanos tais como o ALHC, reforçando a integração entre cidades africanas.

Reduzindo os custos das trocas comerciais, as cidades especializam-se em funções de nicho e em produtos complementares. Uma melhoria dos transportes e das comunicações pode expandir a zona de influência de mercado das empresas. Melhores transportes entre cidades reduzem o custo de transação da compra de insumos intermédios a cidades especializadas dentro de uma cadeia. A análise da rede do IDE não baseado nos recursos naturais nas cidades africanas revela que as cidades podem competir com outras cidades da mesma região, embora não competem o façam necessariamente. Ademais, as cidades mais especializadas tendem a atrair mais IDE, visto que é mais difícil aos investidores estrangeiros substituir uma cidade especializada com vantagens competitivas num determinado setor por outro destino de investimento. A redução dos custos comerciais também pode reforçar as posições de certas cidades enquanto “portas intermediárias” de investimento noutras cidades: Joanesburgo é a principal intermediária de todos os fluxos para África, seguido de Nairobi, Lagos e Cairo. Estas cidades oferecem bolsas de valores e infraestruturas que podem facilitar os fluxos financeiros para as regiões vizinhas (Wall, 2016; no prelo).

Promover a habitação segura é a chave para o desenvolvimento urbano

As cidades podem melhorar as condições de habitação, especialmente em assentamentos informais ou bairros de lata, para assegurar o desenvolvimento mais inclusivo (ver Capítulo 6).⁴ Variadas práticas de melhoramento de bairros de lata em África mostram que pacotes de reformas sectoriais de base local e abrangentes, bem como financiamento, criação de postos de trabalho, governação urbana e capacitação dos grupos comunitários podem superar os desafios interligados dos assentamentos informais e dos trabalhos vulneráveis.

- O programa de habitação livre e autónomo da África do Sul comprovou que o acesso à habitação a preços acessíveis pode aligeirar as tarefas domésticas para as mulheres, reduzir a pobreza da família e aumentar a participação feminina na população ativa (Franklin, 2015b). O aumento da segurança dos regimes de propriedade tem aumentado de forma positiva o investimento na habitação em muitos países.
- Em Nairobi, uma melhor segurança dos regimes de propriedade e das infraestruturas domésticas básicas deram origem a um ambiente propício ao desenvolvimento de atividades empreendedoras por parte dos residentes dos bairros de lata, as quais podem proporcionar rendimentos adicionais e diversificar os meios de subsistência das famílias (Gulyani e Talukdar, 2008).
- A desvantagem é que determinados programas de melhoramento dos bairros de lata podem igualmente, com alguma frequência, ter excluído inquilinos, subinquilinos e ocupantes recém-chegados, que são, por norma, os mais vulneráveis. Em Nairobi, certos programas destinados à habitação em bairros de lata levaram a que os proprietários das estruturas arrecadassem maiores valores de propriedade em vez de ajudar os inquilinos com baixos rendimentos (Gulyani e Talukdar, 2008).

Uma abordagem participativa e holística pode permitir que as políticas sejam suficientemente flexíveis e adaptadas às necessidades e à capacidade das populações locais. Os governos locais e as autoridades das cidades podem desempenhar um papel fundamental no planeamento do uso do solo de forma mais eficaz e na mobilização de recursos locais, coordenando-se simultaneamente com as autoridades regionais e nacionais. Se o arrendamento for o modo dominante de oferta de habitação nos bairros de lata, o governo pode facilitar as negociações entre os inquilinos e os proprietários e usar o investimento em infraestruturas e a legitimação dos regimes de propriedade como incentivos para incrementar explicitamente a ocupação de proprietários nos bairros de lata (Gulyani e Talukdar, 2008). O melhoramento participativo dos bairros de lata deu

resultados impressionantes em várias cidades, por exemplo, Dar es Salaam desde 2004 (Collin, Sandefur e Zeitlin, 2015).

O programa Villes sans Bidonvilles em Marrocos é um bom exemplo de melhoramentos de base local e participativos em bairros de lata. Entre 2000 e 2010, Marrocos classificou-se em segundo lugar mundialmente, ao alcançar 46% dos objetivos de melhoramentos em bairros de lata no âmbito da Meta 11 do 7.º Objetivo de Desenvolvimento do Milénio. No final de março de 2010, 154 000 famílias beneficiavam de uma habitação, incluindo 62 000 famílias nos 40 centros já declarados sem bairros de lata. O sucesso do programa dependeu do seguinte:

- 1) o envolvimento ativo das autoridades locais e responsabilizá-los através de quadros contratuais específicos (Contratos Municipais)
- 2) a permissão ao setor privado de fornecer a maior parte das habitações
- 3) o aumento do número de habitações a preços acessíveis com uma meta de 100 000 unidades de habitação social e terrenos para serviços anualmente.

O programa Villes sans Bidonvilles pretendia criar consenso entre todas as partes interessadas na escolha entre três tipos de intervenções: realojamento no local, mudança de local e melhoramentos *in situ*. Modelos de negócios financeiros inovadores atraíram a participação do setor privado, enquanto subsídios direcionados aliviaram as restrições no acesso ao financiamento para a maioria dos pobres. O programa foi 40% financiado pelo orçamento geral e por um imposto de 12 dólares americanos por tonelada de cimento, 30% por meio da contribuições das famílias beneficiárias e o resto por meio dos lucros das vendas de habitações para famílias de rendimentos mais elevados e dos recursos provenientes de doadores internacionais.

Da mesma forma, a política de melhoramento dos bairros de lata na Tunísia diminuiu a prevalência destes de 24% do total do parque habitacional em 1975 para 2% em 1994 (Banco Mundial, 2003). A Agence de Réhabilitation et de Rénovation Urbaine (ARRU) introduziu uma quantidade significativa de habitações formais no mercado, juntamente com melhorias de construção e uma maior taxa de ligação a infraestruturas. Entre 2007 e 2009, o programa de reabilitação da ARRU destinou 70% do seu orçamento às infraestruturas e às instalações públicas e 30% às pequenas e micro empresas (UN-Habitat, 2008).

As redes de segurança social podem tirar grupos vulneráveis de uma situação de pobreza urbana

O recente desenvolvimento de regimes de proteção social em África pode ser alargado às áreas urbanas para beneficiar também a população urbana pobre. Os regimes de proteção social – sejam públicos ou privados, formais ou informais – destinam-se a tirar as pessoas de situações de pobreza e a protegê-las dos riscos de nela voltarem a cair. Em 2015, 40 países africanos disponibilizaram regimes de transferências monetárias incondicionais, duas vezes mais do que em 2010. Os programas de assistência social dão apoio a 15% do total de famílias em situação de extrema pobreza, em comparação com 25% nas áreas rurais. Estes programas estão a evoluir para melhor responder às exigências das crescentes populações urbanas pobres, muitas das quais são extremamente pobres (Capítulo 6).

O Burkina Faso, a Etiópia, o Mali, a RDC e a Tanzânia começaram recentemente a implementar aquilo a que o Banco Mundial se refere como uma “primeira geração” de programas urbanos de proteção social. O seu objetivo comum é mitigar a pobreza e atenuar a desigualdade, enquanto ligam as pessoas aos serviços, reforçando o capital humano e promovendo a atividade económica. No entanto, conseguir uma abrangência

efetiva é ainda um desafio. Os regimes gerais de subvenção são regressivos, dum modo geral, ao passo que os níveis de benefícios e os métodos de direcionamento exigem um ajuste ao custo de vida mais elevado nas cidades. A elevada mobilidade das pessoas em assentamentos informais e as flutuações de rendimentos tornam difícil a aplicação a beneficiários. A fragmentação administrativa e os débeis fluxos de informação entre as entidades nacionais e locais também impedem a aplicação eficaz dos regimes de proteção social.

Caixa 7.5. O programa Expanded Public Work Programme da África do Sul

O Expanded Public Work Programme (EPWP) da África do Sul mostra que os programas de proteção social podem apoiar os serviços urbanos e promover a atividade económica. O EPWP foi criado sobretudo para empregar o grande número de trabalhadores pouco qualificados estruturalmente excluídos da economia formal. Estes foram inicialmente contratados para construir e manter as infraestruturas em assentamentos urbanos informais. O programa foi expandido para incluir os serviços sociais e o trabalho ambiental. Cria mais de 1 milhões de empregos de curto prazo por ano, com um custo para o governo de cerca de ZAR 30 mil milhões (USD 1.8 mil milhões, ou 0.8% do PIB). A duração média de um emprego no EPWP é de 70 dias e o salário diário está bem abaixo do mínimo para o emprego no setor formal, mas (pro rata) acima do nível da subvenção social mensal mais generosa. O EPWP interage com outros regimes de proteção social. Os participantes encontram-se abrangidos por um seguro de desemprego e benefícios de indemnização aos trabalhadores. Embora tal cobertura seja globalmente diminuta na África do Sul, é maior nas áreas urbanas do que nas áreas rurais: 4.3% contra 1.9%, respetivamente. Assegurar esta cobertura pode ajudar a suportar os ganhos em termos de bem-estar que esta primeira geração de regimes urbanos de proteção social espera alcançar. Os mecanismos de seguro social também devem ser coerentes, apesar das inevitavelmente irregulares e reduzidas contribuições dos trabalhadores precários.

Porém, o EPWP não teve o impacto que se tinha esperado sobre o desemprego. O seu modelo descentralizado – segundo o qual o governo nacional incentiva as administrações locais a jogar com os respetivos orçamentos e a empregar o seu próprio pessoal – enfrentou grandes desafios em termos de investimento, prestação de contas e conformidade com as diretrizes nacionais. Além disso, a contínua debilidade estrutural do mercado de trabalho formal levou a que uma elevada proporção de participantes permanecessem no programa em vez de se dirigirem a um emprego formal. Contudo, as inovações lançadas pelo EPWP, tanto em termos de conceção do programa como de estrutura institucional, são uma referência para outros programas de grande escala em África e não só.

Expandir as empresas sociais pode ajudar a explorar as potencialidades da economia informal urbana

Os residentes urbanos africanos adotam e criam novas formas de empresas sociais adaptadas às suas realidades urbanas. As empresas sociais existem há muito em África, remontando aos sistemas tradicionais de apoio mútuo. Ao contrário das empresas tradicionais, as empresas sociais não são orientadas para os lucros mas para a missão de oferecer soluções aos desafios sociais. Hoje em dia, os grupos ou empresas comunitárias (principalmente cooperativas) de assistência mútua encontram-se com regularidade em áreas urbanas (Fafchamps e La Ferrara, 2012). As cooperativas oferecem serviços financeiros a pessoas desfavorecidas. No Quênia, por exemplo, as sociedades cooperativas de poupança e de crédito oferecem alternativas aos bancos para pessoas com baixos rendimentos. Além disso, a economia informal depende muitas vezes de tecnologia de pagamento digital. A propagação de sistemas de pagamento digital (por exemplo, transferências de dinheiro por telemóvel, como o Orange Money na Côte d'Ivoire ou o MPesa no Quênia e na Tanzânia) permitem a integração de mais empresas formais com

microempresários informais, dando maior flexibilidade financeira (fundo de maneio, microcréditos, etc.) a ambos e um acompanhamento mais eficaz das transações. Além disso, fazendo uso das aplicações digitais, os empresários informais podem gerir as operações ainda melhor trabalhando a partir de um simples smartphone como o Sokotext e o Kaymu, que conseguem ligar os consumidores urbanos em assentamentos informais aos produtores de alimentos frescos locais, por exemplo.

Estão em desenvolvimento modelos empresariais inovadores que juntem empresas formais e microempresários informais. O Bel Group usa a sua plataforma digital Sharing Cities para aproveitar as redes existentes de vendedores de rua e desenvolver as suas estratégias de distribuição por toda a África. A empresa estabelece parcerias com diversas partes interessadas, públicas, privadas ou voluntárias, a fim de oferecer benefícios aos vendedores sob a forma de microsseguros, microcréditos, formação profissional e apoio administrativo, para os ajudar a formalizar as respetivas atividades. Esta iniciativa permite ao Bel Group otimizar a sua rede de distribuição, melhorando simultaneamente a subsistência dos vendedores e contribuindo para a formalização gradual das empresas destes (Ménascé, no prelo).

As empresas sociais podem oferecer serviços da indústria transformadora e serviços sociais acessíveis. Em Agadir (Marrocos), mais de 7000 mulheres trabalham em cerca de 150 cooperativas que produzem produtos de beleza com óleo de argão das árvores daquela região. As 60 funcionárias recebem 100% dos lucros e a cooperativa realiza ações para melhorar o nível de vida nas áreas rurais e urbanas de Marrocos. Outro exemplo é o International Centre for Eyecare Education na África do Sul, que fornece produtos de cuidado dos olhos a um preço acessível para as populações pobres.

Alguns países africanos já estão a implementar políticas concretas para apoiar o desenvolvimento de empresas sociais. Por exemplo, em 2014, o governo do Mali adotou a política nacional para a promoção da economia social e o plano de ação para 2014-18. A política inclui a simplificação da legislação, o apoio às redes de empresas sociais já existentes e um melhor acesso ao crédito para as empresas sociais. O quadro New Growth Path de 2011, da África do Sul, reconheceu explicitamente o papel da economia social na criação de postos de trabalho sustentáveis, enquanto as *Preferential Procurement Regulations* reafirmam que o compromisso com os sul-africanos desfavorecidos era um critério fundamental para a adjudicação de contratos públicos (Littlewood e Holt, 2015). As estratégias comuns para ajudar a desenvolver empresas sociais em toda a África e noutros continentes incluem:

- promover quadros jurídicos adequados que simplifiquem a institucionalização de iniciativas informais (por exemplo, permitir que as cooperativas funcionem em diferentes setores)
- facilitar o acesso ao financiamento para as empresas sociais
- fornecer apoio financeiro diretamente às empresas sociais com base nas suas necessidades
- aumentar a consciência sobre o empreendedorismo social através de programas de formação, da investigação e de estratégias de comunicação
- apoiar as redes existentes que promovem o empreendedorismo social e fomentar o seu desenvolvimento.

As estratégias holísticas e integradas podem promover a segurança urbana

A natureza multifacetada da violência e da criminalidade exige uma estratégia integrada e holística. O fundo Lagos State Security Trust Fund lançado em 2007 conseguiu reduzir os níveis de insegurança e os problemas da perceção da criminalidade (UNODC, 2011: 19). A iniciativa visa uma resposta mais ampla por parte da comunidade através

da promoção de parcerias público-privadas eficazes e duradouras em todas as fases. As suas estratégias multifacetadas já incluíram a criação de postos de trabalho, melhores serviços sociais, a reabilitação de espaços públicos e a construção de uma cultura de prevenção e não de repressão. Da mesma forma, o programa Safer Cities Programme da UN-Habitat combina a prevenção da criminalidade, a criação de tribunais tutelares, iniciativas de vigília dos bairros e a criação de emprego e formação de competências para os jovens e auditorias de segurança para as mulheres.

Os projetos urbanos que são bem-sucedidos no fornecimento de bens públicos e de segurança realçam a importância do envolvimento da comunidade. Os atores municipais e as comunidades locais, tais como organizações de vigília dos bairros, associações de mulheres e organizações religiosas, são influentes na África urbana (Kilcullen, Mills e Trott, 2015). As auditorias de segurança para as mulheres já foram testadas em Durban, Dar es Salaam, Nairobi e Abidjã. Permitiram às mulheres identificar zonas seguras e fazer recomendações com base em iluminação, sinalização, isolamento, indicadores de movimento, manutenção e conceção de um modo geral. Em Lagos, o projeto de escola flutuante de Makako contou com a participação da comunidade. O ministério do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano do estado de Lagos está a incorporar a escola num plano de recuperação para todo o bairro de lata de Makoko.

As políticas personalizadas de resposta às especificidades dos contextos locais através de mutiparcerias podem revelar-se eficientes. Na província de Western Cape, o programa Community Safety Improvement Partnership (Parceria para a melhoria da segurança na comunidade) organizou reuniões de prioridades e necessidades de policiamento em 150 esquadras de polícia para definir prioridades e necessidades locais. O programa Chrysalis Youth Development Programme formou mais de 1450 jovens nos setores da segurança e da proteção entre 2012 e 2015 (ISS, 2015). Estes programas revelam vasta interação entre os setores públicos e privados no domínio da segurança pública (Abrahamsen e Williams, 2008: 547).

A urbanização africana pode contribuir para o desenvolvimento ambiental

As áreas urbanas podem facilitar a utilização eficiente dos recursos ambientais através da partilha de terrenos, de outros recursos naturais, de bens e de serviços. Por exemplo, as cidades dotadas de sistemas de transportes coletivos eficientes conseguem reduzir a poluição per capita de modo mais substancial do que os locais menos densamente povoados que dependem dos transportes motorizados individuais (Glaeser, 2012). Além disso, as cidades sustentáveis mostram-se potencialmente capazes de mudar para métodos de produção mais ecológicos, pois estes trazem economias de escala maiores: “o crescimento ecológico urbano está a estimular o crescimento económico e o desenvolvimento através de atividades urbanas que reduzem o impacto ambiental, nomeadamente, a redução da poluição atmosférica e das emissões de CO₂; baixo consumo de recursos naturais incluindo água, energia e terrenos não urbanizado, bem como a proteção de serviços ecológicos” (OCDE, 2013b: 9).

Enfrentar os desafios ambientais urbanos é fulcral para o desenvolvimento sustentável de África. Os riscos podem ser ainda maiores para África do que para outras regiões do mundo (ver Capítulos 4 e 6).

- Visto que ainda está em processo de urbanização, África pode ter enormes benefícios ao promover uma economia ecológica. Por exemplo, dois terços dos investimentos urbanos deverão ser realizados entre o momento presente e 2050. É necessário fazer investimentos em infraestruturas urbanas que não comprometam o futuro e planear o desenvolvimento urbano. As tecnologias atuais oferecem um impulso adicional para um novo modelo ecológico de prestação de serviços nas áreas urbanas africanas, moldando, assim, cidades mais sustentáveis (Cartwright, 2015).

- Os custos da degradação ambiental são elevados em África, dado os níveis de desenvolvimento humano do continente (ver Capítulo 6; Roy, no prelo). Ignorar os custos já de si elevados da poluição atmosférica – tanto em termos de saúde pública como de custos económicos – vai funcionar como uma limitação vinculativa sobre o desenvolvimento sustentável. O impacto ambiental do desenvolvimento urbano local ultrapassa as fronteiras administrativas, alcançando áreas periurbanas e rurais. Além disso, África é mais vulnerável às alterações climáticas do que outras regiões do mundo, embora não contribua muito para este desafio global.

A urbanização constitui uma oportunidade para abordar a questão das alterações climáticas de forma mais eficiente, através do desenvolvimento de cidades mais sustentáveis. A urbanização dá aos governos a oportunidade de usar e gerir os recursos naturais de um modo mais sustentável, a fim de levar a cabo a gestão sustentável dos resíduos, criar empregos ecológicos para a população pouco qualificada, potenciar a saúde pública através de um melhor acesso a água potável e saneamento e minimizar os custos crescentes de poluição atmosférica.

Os decisores políticos podem desempenhar um papel importante na sustentabilidade da transformação estrutural. A Tabela 7.4 apresenta alguns exemplos de atividades em diversos setores urbanos que podem reduzir o respetivo impacto ambiental.

Tabela 7.4. Atividades urbanas que podem reduzir o impacto ambiental das cidades

Setor	Atividades
Planeamento do uso do solo	Delimitação de zonas que permite uma combinação de usos dos terrenos, de forma a reduzir as distâncias de deslocação entre casa, trabalho e outras atividades Reformas fiscais para incentivar o desenvolvimento de terrenos subutilizados em núcleos urbanos e desencorajar a urbanização de terrenos pouco urbanizados na orla urbana
Transportes	Expansão e/ou melhorias dos transportes públicos. Melhorias físicas para encorajar o andar a pé e de bicicleta Taxas para deslocações com veículo próprio (por exemplo, taxas por congestionamento)
Edifícios	Readaptação das construções já existentes para aumentar a eficiência energética Normas mínimas de eficiência energética para os edifícios novos
Energia	Instalação da produção distribuída de energias renováveis (por exemplo, painéis solares) Sistemas de aquecimento e refrigeração urbanos Taxas que desencorajam a utilização de energia em alturas de pico
Resíduos	Reciclagem de resíduos domésticos e industriais Sistemas de resíduos-para-produção-energética e de metano-para-produção-energética em aterros Taxas que desencorajam a geração de resíduos
Água	Taxas que encorajam a conservação da água Mecanismos de governação para melhorar a eficiência do fornecimento de água

Fonte: OCDE (2013b).

Sempre que os dados forem escassos a nível de cidades, pode-se usar a análise do fluxo de materiais e o dimensionamento de dados do nível nacional para os níveis de cidades para identificar diferentes tipos de cidades africanas de acordo com seu consumo de energia, tal como explicitado na Tabela 7.5. Esta abordagem pode transmitir o crescimento das cidades e a gestão do consumo de recursos através de uma melhor eficiência energética, do ciclo de matéria, da gestão de resíduos e de infraestruturas mais sustentáveis nos sistemas urbanos. Um metabolismo urbano sustentável pode ser definido como um sistema urbano que restaura a biodiversidade, reduz as emissões de carbono a um mínimo de duas toneladas de CO₂ per capita e melhora a eficiência dos recursos, para que, em média, os residentes urbanos consumam aproximadamente oito toneladas per capita (Swilling, 2015: 4). O consumo de recursos pelas cidades é simultaneamente um resultado e um impulsionador da economia urbana. Ter em conta o consumo urbano de recursos, identificar os mecanismos por trás da sua mobilização e medir a intensidade e a eficácia dos padrões de consumo urbano pode ajudar a compreender melhor as potencialidades de eficiência e sustentabilidade dos recursos urbanos.

Tabela 7.5. Classificação das cidades africanas baseada na transição sociometabólica

Grupo 1 Cidades pobres em recursos	Baixo consumo de todas as matérias exceto biomassa e água. Isto sugere uma indústria limitada, baixos rendimentos e que a cidade está em rápido crescimento	Kinshasa, Kigali, Antananarivo, Lagos, Ouagadougou, Niamey, Port Harcourt, Bujumbura, Bangui, N'Djamena N'Djamena e Adis Abeba
Grupo 2 Cidades em transição	Consumo médio de biomassa, água, eletricidade, materiais de construção e combustíveis fósseis.	Pointe-Noire, Luanda, Kampala, Douala, Libreville, Mombaça, Nairobi, Harare, Lusaka, Maputo, Dar es Salaam, Abidjan, Acra e Kumasi
Grupo 3 Cidades autossuficientes em recursos	Consumo médio ou elevado de biomassa, eletricidade, combustíveis fósseis e materiais de construção.	Argel, Constantine, Alexandria, Cairo, Casablanca, Cidade do Cabo, Joanesburgo, Malabo, Túnis, Marraquexe e Durba

Fonte: Swilling (2015).

As energias renováveis podem ajudar a colmatar a lacuna energética

O investimento em energias ecológicas pode ajudar a resolver o desafio que África enfrenta: a sincronização do desenvolvimento económico com o ambiental. Atenuaria as limitações energéticas às empresas, evitando simultaneamente que se repetissem as experiências de outras regiões em que houve aumento da poluição do ar doméstico e atmosférico.

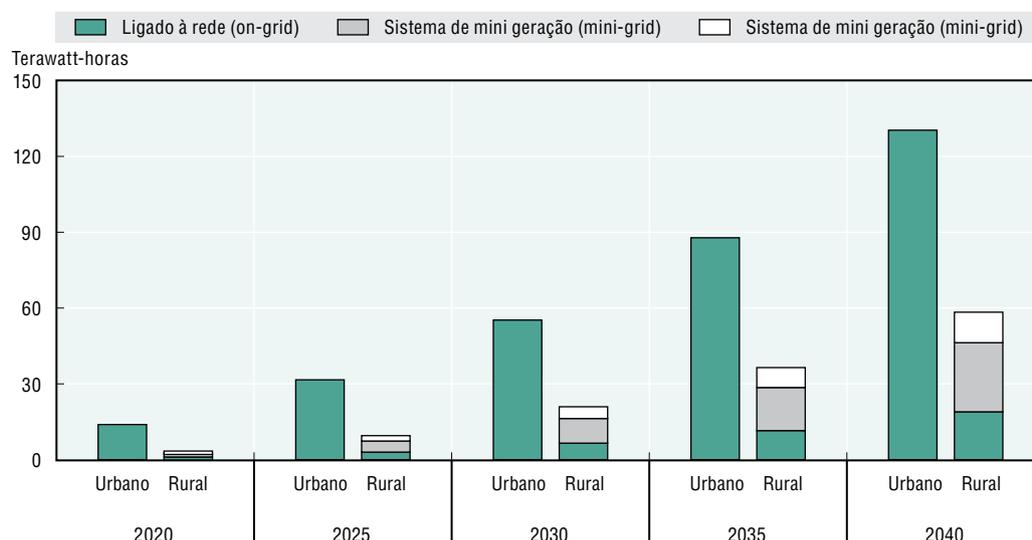
O aumento do acesso à eletricidade é uma oportunidade para investir em recursos renováveis

Combater o desafio da energia, especialmente nas áreas urbanas, pode melhorar o desempenho das empresas em África. Um acesso inadequado ou pouco fiável a eletricidade continua a ser uma das maiores restrições vinculativas ao desenvolvimento económico:

- As falhas energéticas são consideradas um dos maiores obstáculos enfrentados pelas empresas. Na África subsariana, 49% das pequenas e médias empresas veem a eletricidade como uma grande restrição. No setor da indústria transformadora, verificam-se falhas de energia 56 dias por ano, em média. Investir em geradores custa três vezes mais do que adquirir eletricidade da rede pública.
- A eletricidade pouco fiável é uma das principais razões que impedem as empresas de crescer mais. No setor informal, as falhas energéticas provocam até 16% de perda das receitas de vendas, em comparação com 6% no setor formal. As falhas de energia também desencorajam as empresas em início de atividade visto que não dispõem de capital para investir em geradores.
- A falta de acesso a eletricidade leva igualmente os bancos a recusar empréstimos, uma vez que aquela aumenta os riscos económicos das empresas.

Colmatar a lacuna energética é mais fácil em áreas urbanas do que nas rurais. No seu *África Energy Outlook*, a Agência Internacional de Energia (AIE) desenvolveu um “cenário central” para satisfazer a procura de eletricidade em África. Nesse cenário, dois terços da população a obter acesso a eletricidade viveriam em áreas urbanas e estariam ligados a uma rede principal. A Figura 7.14 mostra que este aumento no acesso a eletricidade acrescentaria cerca de 190 terawatts-hora (TWh) ao total do consumo energético em 2040, principalmente através do acesso à rede urbana. Atualmente, cerca de dois terços da população da África subsariana, ou 635 milhões de pessoas, não têm acesso a eletricidade. Ademais, mais de um terço da população urbana dessa área não tem acesso a eletricidade, em comparação com menos de 5% das zonas em desenvolvimento da Ásia ou da América Latina. A procura de eletricidade per capita na África subsariana é, em média, 400 kWh, 75% abaixo das zonas em desenvolvimento da Ásia e menos do que a eletricidade necessária para ligar uma lâmpada de 50 watts ininterruptamente durante um ano.

Figura 7.14. Procura estimada de eletricidade por parte da população da África subsariana tendo acesso a eletricidade, 2020-40



Nota: Estas projeções correspondem ao “Cenário de Novas Políticas” da AIE (2014).

Fonte: AIE (2014).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933392039>

A AIE estima que o aumento do índice de eletrificação na África subsariana dos cerca de 30% atuais para 70% em 2040 teria um custo de 205 mil milhões de dólares americanos em investimentos de capital. Esta soma é inferior a um quinto do investimento total do setor de energia na região. Atingir este nível de investimento requer melhorias constantes nas condições de investimento para projetos relacionados com o acesso a eletricidade, além de melhorias rápidas na capacidade e na coordenação eficaz entre os diversos atores envolvidos. A clareza e a consulta relativamente ao ritmo de extensão da rede permitem às partes interessadas, incluindo as comunidades locais, proceder a uma avaliação informada das melhores opções para alargar o acesso. Os programas de doadores, por seu lado, também têm de ser geridos cuidadosamente, quer para assegurar que os beneficiários sejam plenamente envolvidos desde o início, quer para garantir uma manutenção adequada e contínua, ou mesmo para evitar a desvalorização de fornecedores de energia comercial inexperientes.

As principais fontes de energias renováveis em África são a eólica e a solar (IRENA, 2015), embora as fontes de energia hidroelétrica e geotérmica também mostrem potencialidades para o fornecimento de cidades sustentáveis com energia renovável.

- África poderia gerar 460 petawatts-hora (PWh) de energia eólica. Esta é atualmente a fonte de eletricidade de mais baixo custo disponível e gerou 2462 megawatts (MW) de capacidade no final de 2014. É provável que a capacidade de energia eólica instalada em África aumente para 75-86 gigawatts (GW) até 2030 (GWEC, 2014). Marrocos dispõe da maior rede eólica. O parque eólico Cookhouse na África do Sul é o maior do continente, com 66 turbinas que geram 138 MW de energia não poluente.
- Quanto à energia solar, África poderá potencialmente gerar 1130 PWh por ano, através da tecnologia fotovoltaica e de energia solar concentrada. A capacidade cumulativa instalada em África em 2014 era de 1334 MW, com a África do Sul a liderar o crescimento. Em países mais pobres, como o Mali, foram construídos mais de 7926 sistemas solares fotovoltaicos domésticos e 500 sistemas institucionais.

- Outras fontes de energias renováveis também revelam grandes potencialidades. Estão em construção no continente projetos de centrais hidroelétricas com uma nova capacidade conjunta de 17 GW. O projeto Grand Inga no rio Congo prevê a instalação de 40 GW de capacidade de produção hídrica. África instalou 606 MW de capacidade geotérmica, 579 MW dos quais no Quênia. Para fontes de biocombustíveis, as potencialidades são significativas sobretudo nos países ao longo do Equador, no entanto, a sua capacidade terá de ser pesada com as preocupações de segurança alimentar e o crescimento demográfico.

Todos os países africanos precisam de políticas personalizadas para as energias renováveis que explorem as suas próprias potencialidades. Para tal, os países podem também beneficiar da ligação aos grupos energéticos regionais como forma de diversificar e de partilhar a capacidade de produção através de uma integração regional mais aprofundada, uma melhor interligação e intercâmbio de informações. A Tabela 7.6 apresenta ilustrações de projetos energéticos sustentáveis na Cidade do Cabo.

Tabela 7.6. Projetos energéticos sustentáveis na Cidade do Cabo, África do Sul

Projeto, localização e calendário	Partes interessadas	Resultado do desenvolvimento do projeto
Western Cape Industrial Symbiosis Programme, lançado em 2013	Financiado pelo Departamento de desenvolvimento económico e turismo do governo de Western Cape, efetuado pela GreenCape.	TAs iniciativas económicas ecológicas do governo de Western Cape ligam as indústrias locais usando os subprodutos umas das outras. As estimativas de impacto (2013/14) revelam ZAR 2.1 milhões extras em vendas, ZAR 100 000 em investimentos privados, poupança de custos de ZAR 1.5 milhões, 23 toneladas de resíduos desviados de aterros e uma poupança de 1820 megawatts-hora (MWh) por ano em energia.
IShak, 1994-2010	Financiamento inicial do fundo governamental sul-africano Green Fund, com ZAR 17 milhões. Iniciado pelo Sustainability Institute Innovation Lab.	Esta iniciativa de infraestruturas de base comunitária em torno de serviços de eletricidade solar serve, pelo menos, 1500 utilizadores finais. Os residentes do assentamento informal Enkanini (em Stellenbosch) recebem serviços de eletricidade numa base comercial, mas subsidiada. As receitas provenientes das taxas, além de um subsídio de eletricidade básica gratuita cobrem os custos de funcionamento do serviço a longo prazo.

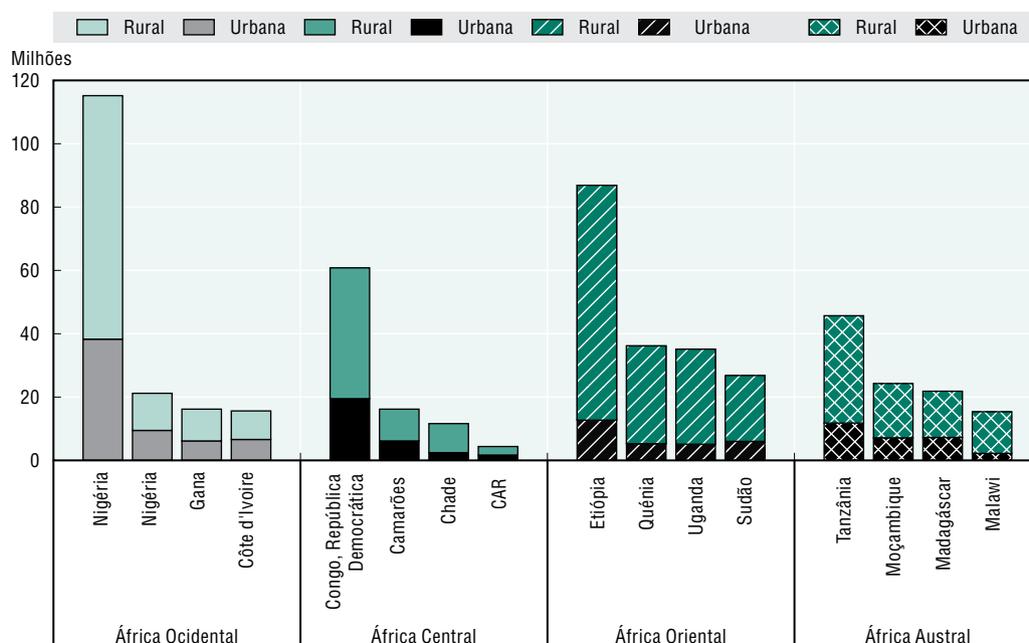
Fonte: Inquérito aos especialistas do PEA, 2016; Cartwright (2015).

Conjugando políticas que visam a energia renovável e as pequenas empresas de transformação, os países africanos podem estimular a criação de empregos privados. A energia renovável usa até dez vezes a intensidade de mão-de-obra da energia tradicional (Cartwright, 2015). Além disso, as pequenas empresas, e particularmente as de transformação, apresentam o maior crescimento anual de emprego. Sendo assim, África poderia usar um vasto leque de tecnologias para evitar o confinamento a tipos de energia insustentáveis e ineficientes. Por exemplo, os dados dos telemóveis podem ser usados para o planeamento da eletrificação, permitindo que os governos locais forneçam eletricidade a áreas com escassez de informações relativas ao consumo de energia.

Políticas direcionadas podem aumentar o acesso a produtos não poluentes para cozinhar, sobretudo nas áreas urbanas

A poluição do ar doméstico, principalmente decorrente do uso tradicional de biomassa sólida para cozinhar, custou a África 232 mil milhões de dólares americanos em mortes prematuras em 2013 (Roy, no prelo). Perto de 755 milhões de pessoas na África subsariana, 200 milhões das quais vivem em áreas urbanas, dependem de lenha e carvão vegetal para cozinhar, normalmente com fogões ineficientes em espaços mal ventilados. Mesmo quando as pessoas têm acesso a combustíveis modernos nas cidades, tais como gás de petróleo liquefeito (GPL), gás natural, biogás ou eletricidade, podem também continuar a usar biomassa sólida, um fenómeno conhecido como *fuel stacking* (uso de vários combustíveis). No seio de áreas urbanas, o carvão é uma escolha popular de combustível, pois oferece maior teor de energia para o seu peso do que a madeira, tornando-o mais fácil de transportar, armazenar e distribuir. A existência de políticas e regulamentação eficaz do mercado de carvão aumentarão a proporção de fornos mais eficientes. A Figura 7.15 mostra as populações urbanas e rurais que dependem da biomassa sólida para cozinhar.

Figura 7.15. As populações africanas dependem de biomassa sólida para cozinhar, 2012



Fonte: AIE (2014).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933392047>

No “cenário central” do *Africa Energy Outlook*, os investimentos para o acesso a produtos não poluentes para cozinhar na África subsariana atingirão 9.5 mil milhões de dólares americanos até 2040. Estes investimentos são essencialmente feitos em áreas urbanas, onde as famílias mudam sobretudo para GPL. As políticas desempenham um papel vital na decisão que as famílias tomam de gastar uma parte do seu rendimento incremental em instalações menos poluentes para cozinhar, algo que geralmente não considerariam. Entre as iniciativas regionais em vigor, a CEDEAO iniciou um programa em 2012 intitulado West African Clean Cooking Alliance. Este pretende garantir que, até 2030, toda a população da CEDEAO tenha acesso a combustíveis e dispositivos modernos para cozinhar. O Quênia planeia eliminar o uso de querosene pelas famílias até 2022 e tem um mercado relativamente desenvolvido de melhores fogões de cozinha a biomassa nas áreas urbanas. No Senegal, os incentivos apoiaram a utilização de GPL e menos de 25% da população urbana usa atualmente biomassa sólida.

Políticas multissetoriais e coordenadas podem atenuar o custo crescente da poluição atmosférica

A eliminação dos subsídios de carvão e de petróleo poderia gerar enormes ganhos de prosperidade. A eliminação progressiva dos subsídios energéticos representaria mais de 50% de ganhos em África e uma redução de pelo menos 50% nas mortes por poluição do ar (Coady et al., 2015: Figura 12). Acresce ainda que os países *diversificadores* em África podem considerar implementar medidas de atenuação relacionadas com os transportes já testadas nos países da OCDE, tais como tarifação aos utilizadores rodoviários ou subsídios por uso do automóvel da empresa, e adaptá-los ao contexto local (Harding, 2014; Roy, 2014).

Os baixos preços do petróleo proporcionam uma oportunidade para que os países africanos eliminem gradualmente os onerosos subsídios aos combustíveis fósseis. Os combustíveis fósseis custaram aos governos africanos 5.5% do PIB em 2015, incluindo

1.8% do PIB para cobrir a diferença entre o preço final da energia e o custo real dos combustíveis fósseis. No entanto, pode ser preferível uma abordagem gradual, dado a envergadura dos aumentos de preços necessários e a incerteza sobre o nível ideal de impostos. Um aumento lento daria tempo de as famílias e as empresas se adaptarem e de os governos refinarem as estimativas e implementarem medidas para proteger as populações pobres. Os fundos disponibilizados pela eliminação progressiva dos subsídios podem ser usados para a proteção social direcionada de modo a assegurar o bem-estar das pessoas mais afetadas por uma subida dos preços.

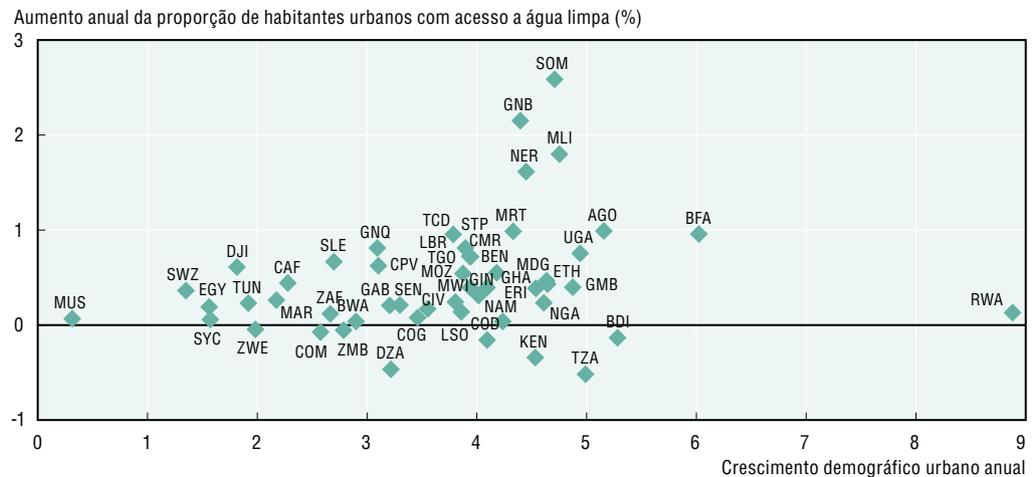
É clara a necessidade de atenuar os principais riscos ambientais em África. A poluição do ar doméstico (HAP) é o problema ambiental mais significativo em África, seguido da água imprópria e da falta de saneamento. As oportunidades residem em programas abrangentes de investimento público em melhorias urbanas, enfrentando estes problemas em simultâneo, juntamente com a APMP, como parte de um agenda política urbana abrangente. O custo destes quatro fatores de risco ambiental para África foi de 850 mil milhões de dólares americanos em 2013 e caminha para 1 bilião no futuro próximo. Deve ser realizada uma análise de custo-benefício e aplicada uma aprendizagem entre pares (*peer-to-peer*) no que diz respeito aos problemas ambientais “antigos”, tais como a água imprópria e a poluição do ar doméstico, que as economias avançadas e emergentes eliminaram em grande parte. Mas os novos riscos ambientais, tais como a APMP, não devem ser ignorados uma vez que os seus custos estão a aumentar (ver Capítulo 6).

O mundo tem todo o interesse em ajudar África a reduzir a sua poluição atmosférica. A poluição do ar “local” é, em verdade, um problema transnacional e mesmo global, que requer coordenação internacional. Por exemplo, o carbono negro é um significativo poluente com efeito de estufa; resulta de fogueiras a céu aberto e dos “tubos de escape de veículos a diesel poucos sofisticados” (Roy, no prelo). Visto que a população africana vai aumentar para cerca de 40% da população mundial em 2100, a sua poluição atmosférica pode contribuir significativamente para as alterações climáticas.

Mais acesso a água potável e saneamento em áreas urbanas melhora significativamente a saúde pública

Mais 232 milhões de residentes urbanos em África têm acesso a água de melhor qualidade em 2014 do que em 1990 e mais 128 milhões de residentes urbanos obtiveram acesso a saneamento básico durante o mesmo período. Os países que fizeram os progressos mais significativos são os que estão a começar de um ponto de partida mais recuado, como a Guiné-Bissau, o Mali e o Níger, onde menos de dois terços da população urbana tinha acesso a água em 1990. Até 2015, estes países acrescentaram pelo menos 40 pontos percentuais a esta proporção. Outros países estão a alcançá-los, embora em ritmo mais lento. Angola, Cabo Verde, a Mauritânia, a República Centro-africana e a Tanzânia conseguiram aumentar mais de vinte pontos percentuais as taxas de acesso urbano a um melhor saneamento durante este período. Em contraste, o acesso urbano a água, saneamento e serviços de higiene (WASH) deteriorou-se em vários países durante o mesmo período, o caso da Argélia, da RDC e do Sudão.

Figura 7.16. Acesso a água de melhor qualidade em áreas urbanas e crescimento da população urbana em África, 1990-2015



Fonte: OMS (2014); UNDESA (2014).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933392059>

As políticas em vários países aumentaram o acesso urbano a água e saneamento de melhor qualidade, apesar do forte crescimento demográfico urbano. No Mali, a proporção da população com acesso a água de melhor qualidade aumentou de 53% em 1990 para 97% em 2015, não obstante o aumento anual de 5% da população urbana durante o mesmo período (Figura 7.16). A conjugação de descentralização com parcerias público-privadas permitiu ao setor dos serviços urbanos de água funcionar de forma mais eficiente do que outros utilitários na África Ocidental (USAID, 2010a). A gestão dos serviços de água está descentralizada para cerca de 700 distritos administrativos ou municipais, enquanto uma empresa semiprivada, a Energie du Mali SA, tem contratos concessionais para fornecer serviços e expandir a abrangência para 16 áreas urbanas, incluindo Bamako.

Caixa 7.6. A descentralização para um melhor desempenho do fornecimento de água e saneamento em Angola

Em Angola, os investimentos em infraestruturas no setor de fornecimento de água e saneamento, bem como a descentralização da prestação de serviços, transformaram significativamente o setor. A prestação de serviços foi descentralizada para serviços utilitários de água e saneamento provinciais autónomos ou comerciais com assistência técnica do governo central. Como resultado, entre 1990 e 2015, o acesso urbano a uma “fonte de água de melhor qualidade” aumentou de 52% para 75% e o acesso urbano a um saneamento de melhor qualidade aumentou de 65% para 89%.

Fonte: USAID (2010b).

Uma boa gestão das zonas húmidas urbanas leva ao controlo de inundações, ao armazenamento e purificação de água e a preservação da biodiversidade

A expansão urbana requer uma gestão sustentável dos ecossistemas que circundam as áreas urbanas e o caso das zonas húmidas mostra que o seu valor é muitas vezes ignorado. O International Water Management Institute estima que o valor total dos serviços das zonas húmidas em África seja de 25 mil milhões de dólares americanos por ano (McCartney et al., 2010). Embora significativo, é muito inferior aos 70 mil milhões

de dólares americanos da Ásia, antevendo-se maiores retornos potenciais. As zonas húmidas e as florestas de mangue protegem os litorais contra tempestades, vagas e aumentos do nível do mar, servem de zona de desova aos peixes e permitem atividades como a apicultura, o sequestro de carbono, pescas, a aquicultura, a extração de lenha, o ecoturismo, a investigação e a educação.⁵ A Tabela 7.7 apresenta uma variedade de serviços ecossistémicos a partir de zonas húmidas com estudos de caso africanos.

Tabela 7.7. Tipologia dos serviços ecossistémicos a partir de zonas húmidas

Serviços	Serviço ecossistémico	Exemplo
Apoio	Ciclo de nutrientes	Os pântanos de Lutembe Bay, em Kampala, filtram silte, sedimentos e excesso de nutrientes dos escoamentos da superfície, dos esgotos e dos resíduos industriais.
	Biodiversidade	As zonas húmidas da Zâmbia sustentam mais de 400 espécies de aves e 120 de peixes.
	Produção primária	A fotossíntese dá-se em plantas aquáticas e na vegetação das zonas húmidas.
	Recarga de aquíferos	As zonas húmidas permanentes constituem um recurso fundamental para os ciclos de água.
Aprovisionamento	Captura de espécies	As pescas urbanas e periurbanas incluem peixes de águas doces. As capturas no interior africano excedem 2.5 milhões de toneladas por ano.
	Recolha de alimentos vegetais	São extraídas espécies de palmeiras para alimentação no Delta do Okavango.
	Extração de materiais	É colhido papiro para fazer tapetes e cestos no Uganda.
	Pastagem para gado	Mais de um milhão de cabras pastam na área interior do delta do rio Níger.
	Culturas	As ricas turfeiras apoiam uma agricultura produtiva.
	Fonte de energia	O papiro é compactado em briquetes para combustível no Ruanda.
	Madeira de florestas pantanosas	Também é extraída lenha e madeira para construção de matas ciaras e de mangues.
	Medicamentos	Espécies de plantas de água doce são usadas com fins medicinais na Tanzânia.
Recursos de água doce	Muitas cidades africanas retiram a sua água potável de zonas húmidas, rios e lagos das redondezas.	
Regulação	Inundações	As zonas húmidas absorvem a água das cheias
	Proteção contra tempestades	As florestas costeiras e de mangue ajudam a proteger as cidades contra tempestades e as vagas oceânicas.
	Sequestro de carbono	As zonas húmidas, e especialmente as turfeiras, são grandes depósitos de carbono.
	Estabilização do clima	A evaporação dos lagos principais ajuda a reduzir os extremos climáticos e a estabilizar as temperaturas.
	Purificação da água	As zonas húmidas ajudam a neutralizar vários poluentes que entram no sistema hídrico nas cidades e na agricultura.
Cultural	Recreativo	As zonas húmidas podem ser uma atração turística. O Delta do Okavango traz 120 mil turistas por ano, criando trabalho para 600 guias.
	Espiritual	Muitas zonas húmidas são sagradas para população local; acredita-se que o Lago Fundudzi, na África do Sul, é a morada de espíritos ancestrais.

Fonte: Elaborado pela WWF para a presente edição das *Perspetivas económicas em África*.

A expansão urbana não planeada pode pôr em risco os ecossistemas das zonas húmidas. Quando as zonas húmidas ficam degradadas ou destruídas, os serviços ecossistémicos associados perdem-se, como, por exemplo, no estuário do rio Serra Leoa e em Haramous-Loyada, no Djibouti. A expansão urbana em redor de Lagos, na Nigéria, provocou perda de zonas húmidas em quatro áreas governamentais locais de 38% a 100%, entre 1986 e 2006 (Adelekan, 2009). O Mapa 7.4 destaca as quatro cidades que correm o risco de ver a sua expansão urbana a ter lugar sobre as bacias hidrográficas que lhes fornecem água fresca, reduzindo, muito possivelmente, o seu abastecimento hídrico.

Mas uma gestão planeada pode ajudar a inverter as perdas. O pescado do Lago Malawi triplicou após parte do lago ter sido protegido e as unidades populacionais terem tido tempo de recuperar (Drill, 2008).

A gestão de resíduos representa uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável

A gestão de resíduos pode gerar valiosos recursos e ser uma fonte de energia e de emprego para cidades mais sustentáveis. A reciclagem pode limitar a procura de material virgem e de produtos das indústrias extrativas. Os resíduos, o metano extraído de aterros e os biodigestores podem produzir calor, eletricidade e outras fontes de energia. Os projetos de gás em aterros podem reduzir as emissões de metano dos aterros de resíduos sólidos municipais captando 60-90% das emissões de carbono (Agbelie, Bawakyillenuo e Lemaire, 2015). Em Kampala, onde 40% dos residentes têm recolha de resíduos, o envolvimento da comunidade na recolha e reciclagem de resíduos sólidos impediu entupimentos de canos, inundações e a contaminação do Lago Victoria (Cartwright, 2015: 22). A Tabela 7.8 apresenta ilustrações de projetos liderados por diferentes tipos de intervenientes em certos países africanos.

Tabela 7.8. Projetos de gestão sustentável de resíduos em África

Projeto, local e calendário	Partes interessadas	Resultado do desenvolvimento
Fábricas de reciclagem, 2008-presente. Viana (Luanda) e Lobito (Benguela), Angola	Grupo Moncartel/Neuerth	O grupo português Moncartel constrói fábricas de reciclagem para vidro, plástico e óleos de motor. O grupo Neuerth investiu 20 milhões de dólares americanos numa central de reciclagem de sucata de aço com a capacidade de produzir 1 200 toneladas de barras de alumínio por mês.
Recolha de Resíduos Zabaleen, Cairo, Egito	Comunidade Zabaleen	65 000 coletores de resíduos <i>Zabaleen</i> recolhem cerca de 9000 das 15 000 toneladas de lixo doméstico diário do Cairo. Até 80% destas são recicladas.
Reciclagem de Resíduos Sólidos, Maurícias	Solid Waste Recycling Company Ltd. das Maurícias	A empresa produz 20 mil toneladas de composto por ano a partir de resíduos sólidos municipais; esta ação incrementou a produtividade agrícola e substituiu as importações de fertilizantes químicos para a agricultura.
Reliance Compost, lançado em 1998. Cidade do Cabo, África do Sul	Municípios locais	A Reliance Compost remove resíduos verdes e transforma-os em composto orgânico para vender ao setor agrícola. Na Cidade do Cabo, a empresa emprega 220 pessoas e poupa o equivalente a 180 000 toneladas de emissões de CO ₂ por ano. Em Western Cape, reduziu 13 milhões de metros cúbicos de resíduos verdes em campos de cultivo desde 1998.
AgriProtein, lançado em 2014. Cidade do Cabo, África do Sul	Africa Enterprise Challenge Fund, Universidade de Stellenbosch, Bill and Melinda Gates Foundation, iniciativa Biocycle	Este projeto consiste na utilização de resíduos municipais como matéria-prima na criação de larvas de mosca, que são vendidas a criadores de gado e de aves de capoeira para reduzir a dependência da farinha e a escassez de unidades populacionais de peixe. A poupança ambiental derivada do menor consumo de combustíveis fósseis, uso do solo e emissões de carbono é de USD 2500 por cada tonelada de MagMeal produzida.

Fonte: Inquérito aos especialistas do PEA, 2016; notas de país PEA, 2016; Cartwright (2015); OIT(2014); Swilling (2015).

A África subsariana gera atualmente cerca de 62 milhões de toneladas de resíduos por ano. O estilo de vida citadino e a expansão urbana aumentam os custos da eliminação de resíduos (Cartwright, 2015). Os biorresíduos de produtos hortícolas e outros produtos biológicos ainda constituem a maioria (50-80%) dos resíduos africanos (Okot-Okumu, 2012). Uma tendência global de aumento de produtos elétricos e eletrónicos aponta para uma mudança na composição dos resíduos e mais resíduos plásticos e eletrónicos nas cidades africanas. África tem a mais baixa taxa de recolha de resíduos, em média abaixo de 50%, em comparação com as taxas dos países da OCDE, bem acima de 90% (Banco Mundial, 2012). No Egito, as taxas de recolha situam-se em apenas 40% do total dos resíduos sólidos municipais, 2.5% para a reciclagem e 83.5% para uma eliminação inadequada (D-Waste, 2016).

A reforma do sistema de recolha de resíduos permite poupar financeiramente. Em Dar es Salaam, a taxa de recolha da produção de resíduos sólidos é de apenas 37%, contudo os custos operacionais da recolha de resíduos do município está entorno dos 50% do total do orçamento municipal (Banco Mundial, 2012). Enquanto a maioria das

As cidades africanas gastam 20-50% do seu orçamento anual na gestão dos resíduos sólidos, só 20-80% dos resíduos são recolhidos (MSO, 2013). A legislação para diferentes fluxos de resíduos encontra-se, com frequência, fragmentada e a reduzida cobertura de recolha sugere ineficiência na gestão de resíduos (UNECA, 2012).

No longo prazo, as cidades africanas sustentáveis podem desenvolver uma abordagem de desperdício zero adaptada ao contexto local. A abordagem de desperdício zero poderia eventualmente alcançar 100% de reciclagem através de uma melhor gestão dos resíduos (Zero Waste Europe, 2014). Em 2001, a declaração sobre a gestão dos resíduos de Polokwane criou um plano de desperdício zero para a África do Sul até 2022 (Mohee e Simelane, 2015). Uma cidade de desperdício zero requer a conjugação de intervenções sociais, políticas, económicas e técnicas em áreas urbanas específicas que se complementem entre si. As opções para os decisores políticos incluem taxas aplicáveis aos resíduos pagas pelos utilizadores, a demarcação do espaço para reciclagem, biodigestores, a reutilização (*upcycling*) e a compostagem.

Anexo 7.A1. Metodologia para o mapeamento de fluxos financeiros para cidades africanas

Hoje em dia, surgiram redes regionais e globais extremamente densas de investimentos diretos estrangeiros (IDE), ligando cidades umas às outras em todo o mundo (Wall et al., 2011; Wall e Van der Knaap, 2011). O IDE diz respeito a uma empresa num país que investe numa empresa noutra país com a intenção de ganhar controlo sobre as suas operações. É composto por duas partes: “fusões e aquisições” e “investimentos de raiz”. As fusões consolidam certas empresas numa só e as aquisições tomam posse monetária de outras empresas. Os investimentos de raiz representam investimentos onde as empresas-mãe lançam projetos e instalações completamente novos nos países de acolhimento. Os investimentos de raiz relacionam-se mais diretamente com o desenvolvimento real das atividades económicas urbanas e são, por conseguinte, analisados neste capítulo, nomeadamente nos Mapas 7.1, 7.2 e 7.3.

Os dados analisados neste estudo referem-se a investimentos de raiz “transfronteiriços. Os dados são elaborados a partir da base de dados do Financial Times, o fDi Markets (2016), que é o conjunto de dados mais completo relativamente aos investimentos internacionais entre cidades e países. Os dados referem-se a fluxos de IDE globais para cidades africanas.

- Em primeiro lugar, os dados do fDi Markets foram verificados comparando-os com dados semelhantes usados no relatório da UNCTAD de 2015, que também fez uso, em parte, da mesma base de dados. Os resultados mostram correlações muito elevadas ao longo de um painel semelhante para o mesmo período (2003-14).
- Em seguida, os valores em falta nos dados do fDi Markets foram completados usando a base de dados Orbis (Bureau van Dijk, 2016) e fontes *on-line*. Em seguida, os dados foram geocodificados com coordenadas cartesianas para todas as cidades de origem e de destino no conjunto de dados africanos. Com base nestes dados, os três mapas foram gerados por meio do *software* ArcGIS.
- Para derivar as principais variáveis que determinam o IDE para as regiões Africana, Asiática e Europeia do mundo, foram usados dados sobre o volume (contagem) dos investimentos de raiz e os indicadores do *Global Competitiveness Report 2014-2015* (Fórum Económico Mundial, 2015), criando um painel de correspondência de nove anos, ou seja, de 2006 a 2014.
- Dos 24 subindicadores, foram criados índices compostos para as seguintes 7 categorias, a fim de calcular o índice de competitividade de cada país: eficiência do mercado de bens, infraestruturas, ambiente macroeconómico, eficiência do mercado de trabalho, preparação tecnológica, dimensão do mercado e saúde. Cada índice é adaptado à escala e à natureza do presente estudo: foi escolhido um conjunto de dimensões e de indicadores correspondentes aos fatores que contribuem para os investimentos de raiz internos nos países. A escolha dos indicadores é baseada na teoria e no cálculo de P2. Este cálculo usa um índice sintético de distância que combina todos os indicadores num único valor. Isto permite comparações entre entidades (temporais e espaciais) e é considerado um indicador sintético exaustivo porque não se baseia numa redução de informações.
- Para calcular a distância de P2 (Pérez-Luque et al., 2015; Bonet-García et al., 2015), iniciou-se com uma matriz X de ordem (m, n) em que m é o número de unidades espaciais (países) e n o número de variáveis. Cada elemento desta matriz, x_{ri} , é o valor da variável i na entidade espacial r. O indicador de distância P2 calcula a

distância de cada entidade espacial no que diz respeito a uma entidade espacial teórica de referência. Inicialmente, é calculada uma matriz de distância D como:

$$D_{ri} = |X_{ri} - X^*_{ri}|$$

em que x_{ri} é o r .º elemento do vetor base de referência $X = (x_1, x_2, \dots, x_n)$. Para cada variável, deve ser definido um valor de referência para comparar diferentes entidades espaciais.

- Em seguida, foram testados todos os pressupostos básicos relativamente aos dados, incluindo multicolinearidade, heteroscedasticidade, normalidade e valores atípicos. Uma vez que se considera a variável dependente como dados de contagem, foi usado o modelo binomial negativo, que é um membro da família de estimativa Poisson.

Fonte: preparado por Ronald Wall e Dorcas Nthoki (2016), Institute for Housing and Urban Studies/Universidade Erasmus, Roterdão, especificamente para o UN-Habitat, Nairobi, para a presente edição das *Perspetivas económicas em África*.

Notas

1. As importações de produtos alimentares, em média 86 mil milhões de dólares americanos por ano entre 2011 e 2013, representam apenas uma pequena proporção do mercado alimentar urbano (cálculos dos autores com base na UNCTAD, 2014).
2. A classe média é definida aqui como aqueles com um rendimento de 4-20 dólares americanos por dia em paridade de poder de compra (BAD, 2011).
3. Existem várias definições de classe média nos países em desenvolvimento. Algumas são definições não monetárias, tais como aspirações e estilo de vida, ou medidas baseadas em ativos. A maior parte das definições estabelece um limiar monetário com base no rendimento ou no consumo por pessoa usando os dados monetários. Refletem diferentes ideologias, e cada uma tem as suas próprias limitações na metodologia.
4. Uma família de bairro de lata é definida como privada de, pelo menos, uma das seguintes cinco comodidades: habitação durável, área habitável suficiente, acesso a água de melhor qualidade, a um melhor saneamento ou a arrendamento seguro (UN-Habitat, 2006).
5. No Vietname, um investimento de 1.1 milhões de dólares americanos na restauração comunitária de mangues poupou cerca de 7.3 milhões de dólares por ano na manutenção de diques marítimos.

Bibliografia

- Abrahamsen, R. e M.C. Williams (2008), “Public/private, global/local: The changing contours of Africa’s security governance”, *Review of African Political Economy*, No. 118, pp. 539-553.
- Acemoglu, D. e F. Zilibotti (1997), “Was Prometheus unbound by chance? Risk, diversification, and growth”, *Journal of Political Economy*, 105/4, pp. 709-751, <http://dx.doi.org/10.1086/262091>.
- Adelekan, I. (2009), “Vulnerability of poor urban coastal communities to climate change in Lagos, Nigeria”, *Environment and Urbanization*, Vol. 22/2, pp. 433-450, <http://dx.doi.org/10.1177/0956247810380141>.
- AfDB/OECD/UNDP (2014), *Perspectivas económicas em África 2014: Cadeias de valor globais e a industrialização de África*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/101787/aeo-2014-en>.
- Agbelie, I., S. Bawakyillenuo e X. Lemaire (2015), “Waste-to-energy: African cities can transform their energy landscapes”, www.urbanafrika.net/urban-voices/waste-to-energy-african-cities-can-transform-their-energy-landscapes.
- AIE (2014), *Africa Energy Outlook: World Energy Outlook Special Report*, OCDE/AIE, Paris.
- Ali, M. e J. Peerlings (2012), “Farm households and nonfarm activities in Ethiopia: Does clustering influence entry and exit?”, *Agricultural Economics*, Vol. 43/3, pp. 253-266, <http://dx.doi.org/10.1111/j.1574-0862.2012.00580.x>.
- Allen, T. (no prelo), “Adjusting food policies to emerging value chain opportunities in West Africa”, *OECD West African Papers*.
- Altenburg, T. et al. (2016), “Making retail modernisation in developing countries inclusive: A development policy perspective”, *Discussion Paper*, Instituto Alemão de Desenvolvimento (DIE), Bona.
- Angel, S. et al. (2015), “Monitoring the quantity and quality of global urban expansion”, *Working Paper*, No. 24, NYU Stern Urbanisation Project e The Marron Institute for Urban Management, Nova Iorque.
- Ayadi, M. e W. Matoussi (2014), “Disentangling the pattern of geographic concentration in Tunisian manufacturing industries”, *Working Paper Series*, No. 213, Banco Africano de Desenvolvimento, Túnis.
- BAD (2011), *Middle of the Pyramid: Dynamics of the Middle Class in Africa*, Banco Africano de Desenvolvimento, Túnis.
- BAD/FAO (2015), *Agricultural Growth in West Africa Market and Policy Drivers*, F. Hollinger e J.M. Staatz (ed.), Roma.
- BAD/OCDE/PNUD (2015), *Perspetivas económicas em África 2015: Desenvolvimento Territorial e Inclusão Espacial*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2015-en>.
- Banco Mundial (2015a), *World Development Indicators* (base de dados).
- Banco Mundial (2015b), *Competitive Cities for jobs and Growth: What, Who, and How*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Banco Mundial (2013), “Building sustainability in an urbanizing world: A partnership report”, *Urban Development Series, Knowledge Papers*, No. 17.
- Banco Mundial (2012), “What a waste: A global review of solid waste management”, *Urban Development Series, Knowledge Papers*, http://siteresources.worldbank.org/INTURBANDEVELOPMENT/Resources/336387-1334852610766/What_a_Waste2012_Final.pdf.
- Banco Mundial (2003), *Tunisie: évaluation des programmes de réhabilitation urbaine*, www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2006/03/16/000090341_20060316132747/Rendered/PDF/354890TUN0MNA11cess071710501PUBLIC1.pdf.
- Benner, M. (2013), “Cluster policy in developing countries”, Universidade de Toronto, <http://siteresources.worldbank.org/EXTPREMNET/Resources/489960-1338997241035/GrowthCommissionWorkshopsIndustrialInnovationPolicyDurantonPresentation.pdf>.
- Bonet-García, F. J. et al. (2015), “Protected areas as elicitors of human well-being in a developed region: A new synthetic (socioeconomic) approach”, *Biological Conservation*, 187, pp. 221-229.
- Bureau van Dijk (2016), *Orbis* (base de dados), dados de 2003-14, www.bvdinfo.com (consultada em março de 2016).
- Cartwright, A. (2015), “Better growth, better cities: Rethinking and redirecting urbanisation in Africa”, *Working Paper*, African Center for Cities and The New Climate Economy: The Global Commission on the Economy and Climate, Washington, DC, <http://2015.newclimateeconomyreport/wp-content/uploads/2015/09/NCE-APP-final.pdf>.
- Centro de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Harvard (2016), *The Atlas of Economic Complexity*, www.atlas.cid.harvard.edu (consultado em março de 2016).

- Coady, D. et al. (2015), “How large are global energy subsidies?”, *IMF Working Paper*, www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2015/wp15105.pdf.
- Collin, M., J. Sandefur e A. Zeitlin (2015), “Falling off the map: The impact of formalizing (some) informal settlements in Tanzania”, *CSAE Working Paper WPS/2015-09*, Centre for the Study of African Economies.
- D-Waste (2016), Waste atlas – interactive map, Universidade de Leeds, ISWA, Sweepnet, WIERT, SWAPI, www.atlas.d-waste.com (consultado em março de 2016).
- De Haen, H. et al. (2003), “The world food economy in the twenty-first century: Challenges for international co-operation”, *Development Policy Review*, Vol. 21/5-6, pp. 683–696, <http://doi.org/10.1111/j.1467-8659.2003.00232.x>.
- Dinh, H.T. et al. (2012), *Light Manufacturing in Africa: Targeted Policies to Enhance Private Investment and Create Jobs*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://doi.org/10.1596/978-0-8213-8961-4>.
- Doepke, M. e F. Zilibotti (2007), “Occupational choice and the spirit of capitalism”, *Quarterly Journal of Economics*, 1/2, pp. 747–793, <http://dx.doi.org/10.1162/qjec.2008.123.2.747>.
- Dorosh, P. et al. (2012), “Road connectivity, population, and crop production in sub-Saharan Africa”, *Agricultural Economics*, Vol. 43/1, pp. 89–103, <http://doi.org/10.1111/j.1574-0862.2011.00567.x>.
- Drill, S. (2008), “The use of protected areas for biodiversity and stock conservation in an East African lake”, *Reconciling Fisheries With Conservation, American Fisheries Society Symposium* No. 49, pp. 1253-1262.
- Duranton, G. e D. Puga (2001), “Nursery cities: Urban diversity, process innovation and the life cycle of products”, *The American Economic Review*, Vol. 91/5, pp. 1454-1477.
- Fafchamps, M. e E. La Ferrara (2012), “Self-help groups and mutual assistance: Evidence from urban Kenya”, *Economic Development and Cultural Change*, Vol 60/4, pp. 707-733.
- FAO (2011), “Extent of food losses and waste”, *Global Food Losses and Food Waste: Extent, Causes and Prevention*, Organização para a Alimentação e a Agricultura, Roma, www.fao.org/docrep/014/mb060e/mb060e00.pdf.
- Farole, T. (2011), *Special Economic Zones in Africa, Comparing Performance and Learning from Global Experiences*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://hdl.handle.net/10986/2268>.
- fDi Markets (2016), fDi Markets (base de dados), www.fdimarkets.com (consultada em março de 2016).
- Fikri, K.T. e T.J. Zhu (2015), “City analytics”, *Working Paper*, No. 101718, Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/2015/12/25658521/city-analytics>.
- Fórum Económico Mundial (2015), *Global Competitiveness Report 2014-2015*, Genebra.
- Foster V. e C. Briceno-Garmendia (ed.) (2010), *Africa's Infrastructure: A Time for Transformation*, uma co-publicação da Agence Française de Development e do Banco Mundial.
- Franklin, S. (2015a), “Location, search costs and youth unemployment: A randomised trial of transport subsidies in Ethiopia”, *SCAE Working Paper Series*, No. 11/2015, Centre for the Study of African Economies, Universidade de Oxford, <http://EconPapers.repec.org/RePEc:csa:wpaper:2015-11>.
- Franklin, S. (2015b), “Enabled to work: The impact of government housing on slum dwellers in South Africa”, *CSAE Working Paper WPS/2015-10*, Centre for the Study of African Economies, Universidade de Oxford, www.csae.ox.ac.uk/workingpapers/pdfs/csae-wps-2015-10.pdf.
- Frenchman, D. (2014), “Designing better cities”, in S. Yusuf (ed.), *The Buzz in City: New Economic Thinking*, The Growth Dialogue, Washington, DC, pp. 19–30.
- Gallup World Poll (2016), *Gallup World Poll* (base de dados), www.gallup.com/services/170945/world-poll.aspx (consultada em fevereiro de 2016).
- Gill, I. e H. Kharas (2007), *An East Asian Renaissance: Ideas for Economic Growth*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Glaeser, E. (2012), *Triumph of the City: How Our Greatest Invention Makes Us Richer, Smarter, Greener, Healthier, and Happier*, Penguin US, Nova Iorque.
- GreenCape (2014), “GreenCape sector development agency: Progress report on strategic project”, Western Cape Industrial Symbiosis Programme (WISP), Cidade do Cabo, <http://greencape.co.za/assets/Uploads/13003-WISP-Executive-Summary-Final-1.pdf>.
- Gulyani, S. e D. Talukdar (2008), “Slum real estate: The low-quality high-price puzzle in Nairobi's slum rental market and its implications for theory and practice”, *World Development*, Vol. 36/10, pp. 1916-1937, <http://doi.org/10.1016/j.worlddev.2008.02.010>.
- GWEC (2014), *Global Wind Report 2014: Annual Market Update*, Global Wind Energy Council, Bruxelas, www.gwec.net/publications/global-wind-report-2/global-wind-report-2014-annual-market-update.

- Harding, M. (2014), “The diesel differential: Differences in the tax treatment of gasoline and diesel for road use” *OECD Taxation Working Papers*, No. 21, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/5jz14cd7hk6b-en>.
- Iimi, A., R. Humphrey e S. Melibaeva (2015), “Firm productivity and infrastructure costs in East Africa”, *Policy Research Working Paper*, No. 7278, Banco Mundial, Washington, DC, <http://elibrary.worldbank.org/doi/abs/10.1596/1813-9450-7278>.
- Ijumba, C. et al. (2015), Stages of transformation in food processing and marketing: Results of an initial inventory of processed food products in Dar es Salaam, Arusha and Mwanza, Tanzania Policy Research Brief, Feed the Future: Global Hunger and Food Security Initiative do governo dos EUA, <http://purl.umn.edu/210883>.
- IRENA (2015), *África 2030: A Roadmap for a Renewable Energy Future, Technologies to Harness Africa's Renewable Resources*, Agência Internacional de Energia Renovável, Abu Dhabi, www.irena.org/DocumentDownloads/Publications/IRENA_Africa_2030_REmap_2015_low-res.pdf.
- ISS (2015), “Can violent cities deliver economic growth? Lessons from South Africa and Colombia”, *Institute of Security Studies Seminar*, www.issafrica.org/uploads/8-06-2015-Seminar-Violent-Cities.pdf.
- Jacobs, J. (1969), *The Economy of Cities*, Random House, Nova Iorque.
- Kayizzi-Mugerwa, S., A. Shimeles e N. Yaméogo (ed.) (2014), *Urbanization and Socio-Economic Development in Africa*, Routledge African Studies, Nova Iorque.
- Kilcullen, D., G. Mills e W. Trott (2015), “Poles of prosperity or slums of despair? The future of African cities”, *Discussion Paper*, The Brenthurst Foundation, No. 5/2015.
- Linard, C. et al. (2012), “Population distribution, settlement patterns and accessibility across Africa in 2010”, *PLoS One*, 7/2, e31743, <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0031743>.
- Littlewood, D. e D. Holt (2015), “Social entrepreneurship in South Africa: Exploring the influence of environment”, *Business and Society*, <http://dx.doi.org/10.1177/0007650315613293>.
- Mano, Y. e A. Suzuki (2013), “Measuring agglomeration economies: The case of the Ethiopian cut flower industry”, *Hitotsubashi University Discussion Papers*, No. 4/2013, Graduate School of Economics, <http://hdl.handle.net/10086/25583>.
- McCartney, M. et al. (2010), *Wetlands, Agriculture and Poverty Reduction*, International Water Management Institute, Colombo, <http://dx.doi.org/10.5337/2010.230>.
- McCormick, D. e B. Oyelaran-Oyeyinka (ed.) (2007), *Industrial clusters and innovation systems in Africa: Institutions, markets and policy*, United Nations University Press, Vol. 53, Tóquio, <http://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>.
- McKinsey Global Institute (2010), *Lions on the Move: The Progress and Potential of African Economies*, McKinsey and Company, www.mckinsey.com/global-themes/middle-east-and-africa/lions-on-the-move.
- Ménascé, D. (no prelo), *Les évolutions du secteur informel*, HEC.
- Mohee, R. e T. Simelane (ed.) (2015), *Future Directions of Municipal Solid Waste Management in Africa*, Pretória, África do Sul.
- MSO (2013), “Current status of municipal solid waste management practise in FCT Abuja”, *Research Journal of Environmental and Earth Sciences*, 5(6), Maxwell Scientific Organisation, pp. 295-304.
- Mulupi, D. (2016), “Partnering with informal shops: Supermarket chain's new growth strategy”, *How We Made it in Africa*, Maritz Africa, janeiro, www.howwemadeitinafrica.com/partnering-with-informal-shops-supermarket-chains-new-growth-strategy (consultado em março de 2016).
- OCDE (2013a), *Settlement, Market and Food Security*, West African Studies, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264187443-en>.
- OCDE (2013b), *Green Growth in Cities*, OECD Green Growth Studies, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264195325-en>.
- OIT (2014), *Green Jobs Assessment Mauritius*, Organização Internacional do Trabalho, Genebra, www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/ed_emp/emp_ent/documents/publication/wcms_317238.pdf (consultado em março de 2016).
- Okot-Okomu, J. (2012), “Solid waste management in African cities – East Africa”, in L. Marmolejo Rebellon (ed.), *Waste Management – An Integrated Vision*, InTech, <http://dx.doi.org/10.5772/50241>.
- OMS (2014), *Ambient Air Pollution (base de dados)*, Organização Mundial de Saúde.
- Pérez-Luque, A.J. et al. (2015), “p2distance: Well-being's synthetic indicator, R Package Version 1.0.1”.
- Popkin, B. (2001), “The nutrition transition and obesity in the developing world”, *The Journal of Nutrition*, Vol. 131/3, pp. 871S–873S, <http://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199571512.003.0010>.

- Ramdoos, I. (2014), "Economic transformation in Mauritius: A heterodox journey", *ECDPM Great Insights*, Vol. 3/5.
- Reardon, T. et al. (2013), "The emerging 'Quiet Revolution' in African agrifood systems", resumo para *Harnessing Innovation for African Agriculture and Food Systems: Meeting Challenges and Designing for the 21st Century*, Adis Abeba.
- Reardon, T. e C.P. Timmer (2014), "Five inter-linked transformations in the Asian agrifood economy: Food security implications", *Global Food Security*, Vol 3/2, Elsevier, pp. 108–117, <http://doi.org/10.1016/j.gfs.2014.02.001i>.
- Resnick, D. (2015), "The political economy of Africa's emergent middle class: Retrospect and prospects", *Journal of International Development*, 27/5, pp. 573–587, <http://dx.doi.org/10.1002/jid.3110>.
- Rodrik, D. (2015), "Premature deindustrialization", *Economics Working paper*, No. 107, School of Social Science, Institute for Advanced Study, Princeton.
- Roy, R. (no prelo), "The cost of air pollution in Africa", *OECD Development Centre Working Paper*, Paris.
- Roy R. (2014), "Environmental and related social costs of the tax treatment of company cars and commuting expenses", *OECD Environment Working Papers*, No. 70, <http://dx.doi.org/10.1787/5jxwrr5163zp-en>.
- Sanfilippo, M. e A. Seric (2014), "Spillovers from agglomerations and inward FDI: A multilevel analysis on SSA domestic firms", *Robert Schuman Centre for Advanced Studies Research Paper*, No. RSCAS 2014/76, <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2461195>.
- SEI (2012), "Transport and environment in sub-Saharan Africa", *Stockholm Environment Institute Policy Brief*, Estocolmo, www.sei-international.org/mediamanager/documents/Publications/sei-pb-2013-africa-transport.pdf.
- Seyoum, M., R. Wu e J. Lin (2014), "Foreign direct investment and trade openness in sub-Saharan economies: A panel data granger causality analysis", *South African Journal of Economics*, 82/3, pp. 402–421, <http://dx.doi.org/10.1111/saje.12022>.
- Siba, E. et al. (2012), "Enterprise agglomeration, output prices, and physical productivity: Firm-level evidence from Ethiopia", *UNU-WIDER Working Paper*, No. 85/2012, <http://ideas.repec.org/p/unu/wpaper/wp2012-85.html>.
- Storeygard, A. (2013), "Farther on down the road: Transport costs, trade and urban growth in sub-Saharan Africa", *Policy Research Working Paper*, No. 6444, Banco Mundial, Washington, DC, <http://elibrary.worldbank.org/doi/pdf/10.1596/1813-9450-6444>.
- Swilling, S. (2015), *Greening African Cities: Urbanization, Structural Transformation and Sustainable Resource Use*, relatório encomendado pela Comissão Económica das Nações Unidas para África.
- Timmer, M., G. de Vries e K. de Vries (2014), "Patterns of structural change in developing countries", *GGDC Research Memorandum*, No. 149, www.ggdc.net/publications/memorandum/gd149.pdf.
- Tregenna, F. (2008), "Sectoral engines of growth in South Africa: An analysis of services and manufacturing", *Research Paper*, No. 2008/98, UNU-WIDER, Helsínquia.
- Tschirley, D. et al. (2015a), "The rise of a middle class in East and Southern Africa: Implications for food system transformation", *Journal of International Development*, Vol. 27/5, SI, pp. 628–646, <http://dx.doi.org/10.1002/jid.3107>.
- Tschirley, D. et al. (2015b), "Africa's unfolding diet transformation: Implications for agrifood system employment", *Journal of Agribusiness in Developing and Emerging Economies*, Vol. 5/2, pp. 102–136, <http://dx.doi.org/10.1108/JADEE-01-2015-0003>.
- UN-Habitat (2008), *State of African Cities: A Framework for Addressing Urban Challenges in Africa*, Nairobi.
- UN-Habitat (2006), *Analytical Perspective of Pro-Poor Slum Upgrading Frameworks*, Nairobi.
- UNCTAD (2015), *World Investment Report: Reforming International Investment Governance*, Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, Nova Iorque e Genebra.
- UNCTAD (2014), "International trade in goods and services", *UNCTADstat* (base de dados), <http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCSreferer=&sCSChosenLan=en> (consultada a 1 de fevereiro de 2015).
- UNDESA (2014), *World Urbanization Prospects* (base de dados), Departamento das Nações Unidas de Assuntos Económicos e Sociais, <http://esa.un.org/unpd/wup>.
- UNECA (2012), *African Review on Waste Management (Executive Summary)*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba, www.uncsd2012.org/content/documents/AfricanReviewReport-onWasteManagementSummary.pdf.
- UNODC (2011), *Practical Approaches to Urban Crime Prevention*, atas da oficina realizada no 12.º Congresso da ONU sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, Salvador, Brasil, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, Montreal.

- USAID (2010a), *Mali: Water and Sanitation Profile*, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, Washington, DC, www.washplus.org/sites/default/files/mali.pdf (consultado em março de 2016).
- USAID (2010b), *Angola: Water and Sanitation Profile*, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, Washington, DC, www.hip.fhi360.org/page/3332.html (consultado a 18 de março de 2016).
- Wall, R. (no prelo), dados brutos de fDi Markets, Orbis e IHS-Erasmus University, in A. Badiane, J. Maseland, R. Wall e K. Rochell, *State of African Cities 2017*, UN-Habitat.
- Wall, R. (2016), “State of foreign direct investment to African cities”, *Documentos de apoio do Centro de Desenvolvimento da OCDE para as Perspetivas económicas em África 2016*.
- Wall, R.S. e G.A. van der Knaap (2011), “Sectoral differentiation and network structure within contemporary worldwide corporate networks”, *Economic Geography*, 87-3, pp. 266-308.
- Wall, R.S., M.J. Burger e G.A. van der Knaap (2011), “The geography of global corporate networks: The poor, the rich and the happy few countries”, *Environment and Planning A*, 43 (4), pp. 904-927.
- Zero Waste Europe (2014), “Zero waste?”, www.zerowasteurope.eu/about/principles-zw-europe, (consultado em março de 2016).
- Zhu, T., Y. Aranda Larrey e V.J. Santos (2015), “What do multinational firms want from cities?”, *World Bank Working Paper*, Report No. 101716, Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/2015/12/25658516/multinational-firms-want-cities>.

Capítulo 8

Estratégias urbanas nacionais para cidades sustentáveis em África

Embora a urbanização não crie transformação estrutural por si e de si só, trata-se de uma megatendência essencial que continuará a mudar profundamente as sociedades e economias africanas nas décadas vindouras (Capítulo 6). Mais pode e deve ser feito desta megatendência, para assim fazer avançar a agenda do desenvolvimento sustentável no continente (Capítulo 7). Embora as prioridades políticas e a sequenciação dessas dependam do contexto específico de cada país, as novas e ambiciosas estratégias urbanas nacionais terão de enfrentar três grandes desafios: i) como gerir melhor os espaços sociais e económicos do país no contexto da rápida urbanização; ii) quais as estruturas de governação que devem enquadrar a conceção e a implementação de tais estratégias; e iii) como financiar o investimento necessário.

Resumo

Este capítulo propõe elementos de uma nova agenda política para melhorar o contributo das cidades sustentáveis para a transformação estrutural africana. Explica como a urbanização pode ser aproveitada através de políticas deliberadas e de serviços potenciadores. Estratégias urbanas nacionais, multissetoriais, participativas e de base local podem servir de catalisador ao desenvolvimento urbano encabeçado pelos cidadãos para aumentar o bem-estar nas cidades e nas suas zonas de influência. Embora as estratégias sejam necessariamente específicas a cada contexto, os países terão provavelmente três prioridades universais: clarificar os direitos fundiários; acelerar e melhorar a prestação de serviços e de infraestruturas; e gerir o crescimento das cidades intermediárias. A implementação bem-sucedida dessas novas estratégias urbanas exige sistemas de governação em vários níveis que sejam eficazes, originados pela descentralização específica ao contexto, pelo reforço de capacidades e pela transparência acrescida a todos os níveis governamentais. Os governos nacionais e locais também podem aproveitar um vasto leque de instrumentos financeiros para apoiar o desenvolvimento urbano. Será necessário mobilizar todos esses instrumentos para colmatar o défice de financiamento e cumprir as potencialidades de urbanização em África.

Novas estratégias podem promover cidades sustentáveis para a transformação estrutural de África

Como podem os governos africanos pôr em prática ou melhorar as suas estratégias urbanas nacionais com êxito? As *Perspetivas económicas em África 2015* expôs sete etapas principais para orientar a conceção e a aplicação, por parte dos governos e partes interessadas locais, de estratégias de desenvolvimento regional, das quais as estratégias urbanas podem ser consideradas um subconjunto (BAD/OCDE/ PNUD, 2015). A primeira secção abaixo considera as duas primeiras após uma breve introdução: etapa um: recolher o máximo possível de dados fiáveis junto dos intervenientes locais; e etapa dois: identificar prioridades integradas que complementem as estratégias nacionais de desenvolvimento já existentes. A segunda secção identifica as prioridades centrais das políticas que se aplicam à maioria dos países africanos, como uma contribuição para a etapa três: definir uma estratégia de políticas plurianuais. A terceira secção concentra-se na aplicação progressiva do sistema de governação em vários níveis necessário às etapas quatro a seis: implementar políticas, acompanhar a implementação e avaliar os resultados. A última secção pesa as opções de mobilização de recursos financeiros (etapa sete) que apoiam as estratégias urbanas nacionais.

Embora as fortes tendências africanas de urbanização tenham produzido alguns efeitos positivos, na maioria dos países as políticas urbanas ainda não conseguiram promover uma transformação estrutural sustentável. Como resultado, o “urbanismo de bairro de lata” é uma realidade para a maioria dos residentes citadinos de África. Esse caracteriza-se pela baixa produtividade e exposição a vários riscos e faltam-lhe as vantagens urbanas convencionais (Pieterse, 2011). Em muitos países, esta situação agrava as desigualdades sociais existentes criando divisões étnicas, económicas e de género. Por sua vez, os problemas sociais prementes produzem políticas reativas de curto prazo que não conseguem resolver os desafios estruturais nem tirar partido das oportunidades geradas pela urbanização. Os países africanos podem quebrar este ciclo vicioso de políticas urbanas inadequadas e urbanismo de bairro de lata adotando novas estratégias urbanas nacionais abrangentes e eficazes, com vista a tornar as cidades africanas sustentáveis (Caixa 8.1).

A Nova Agenda Urbana que deverá ser acordada na Conferência Habitat III, em outubro de 2016, pode dar novo ímpeto a este processo. Moldado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, pela COP21 e por uma série de reuniões e de documentos

preparatórios (Tabela 6.5), o Habitat III centra a atenção dos decisores políticos na necessidade imperativa de forjar as políticas, a governação e as disposições financeiras certas para beneficiar mais da urbanização.

No contexto desta Nova Agenda Urbana, e em consonância com os princípios básicos definidos nas *Perspetivas económicas em África 2015* para a promoção do desenvolvimento regional, as novas estratégias urbanas africanas devem ser multissetoriais, participativas e de base local. Ademais, essas devem ser concebidas e implementadas enquanto parte das estratégias multissetoriais de desenvolvimento, de modo a abordar os complexos desafios da urbanização, documentados nos Capítulos 6 e 7 do presente relatório, de maneira coerente e eficaz. Devem ser participativas para aproveitar os conhecimentos dos diversos intervenientes envolvidos e adequar-se às suas necessidades. Finalmente, devem ser de base local e ter especialmente em conta a imensidão de conexões rural-urbanas, para garantir que o dividendo da urbanização seja repartido na mesma medida pelos residentes urbanos e rurais.

Caixa 8.1. O que é uma cidade sustentável?

Definição. O presente relatório aplica a definição da Comissão Brundtland (1987) de desenvolvimento sustentável como “satisfazendo as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” ao nível da cidade. Esta vai além de uma definição estritamente ecológica e é semelhante à definição do Banco Mundial (2013), que as define como “comunidades urbanas empenhadas em melhorar o bem-estar dos seus atuais e futuros residentes, integrando simultaneamente considerações económicas, ambientais e sociais».

Medição. Diversos índices medem a sustentabilidade das cidades, tais como o *Índice de Prosperidade da Cidade* da UN-Habitat, o *Africa Green City Index* da The Economist Intelligence Unit, o *Sustainable Cities Index* da Arcadis, o *Global Cities Index* da AT Kearney ou o *Global Destination Index* da Mastercard. No entanto, a maioria encontra-se limitada pela falta de dados ao nível da cidade. Os novos métodos baseados no conceito de “metabolismo urbano” podem representar uma solução (Currie et al., 2015): O mapeamento de fluxos de recursos usa sistemas de informação geográfica para ilustrar a distribuição dos fluxos de recursos urbanos e nacionais e respetivos volumes. Os Mapas 8.1 e 8.2 apresentam o exemplo dos fluxos de água no Cairo e no Egito, às escalas local e nacional. Estes mostram que 50% da água da cidade, retirada na sua totalidade do rio Nilo, se destina a usos processados e os outros 50% a usos não processados. A água processada é consumida sobretudo em áreas residenciais, seguidas de áreas comerciais, indústria, agências governamentais e outras. O Cairo trata apenas uma pequena quantidade das águas residuais: 17.8%. A água não tratada é deitada no Nilo e nos lagos do Norte, poluindo as principais fontes de água do país.

Alçada. O presente relatório considera a sustentabilidade das cidades aos níveis local e nacional. As cidades “importam” recursos como energia, água, ar e alimentos e, muitas vezes, armazenam os respetivos resíduos longe dali. A sua pegada de consumo de recursos vai, portanto, bem além dos arredores imediatos. A mobilidade de mão-de-obra e de capital também implica que o seu desenvolvimento tem um impacto profundo no país inteiro. Finalmente, visto que as áreas funcionais e construídas de uma cidade ultrapassam com frequência os limites administrativos, a sua gestão exige sistemas de governação mais abrangentes que tenham em conta as áreas circundantes.

Os progressos na conceção e na implementação de estratégias são desiguais em África

Até à data, 16 dos 51 países africanos revistos por Yatta (2016) adotaram estratégias nacionais de urbanização, ou seja, menos de um terço dos países africanos. Dos 35 que não têm qualquer estratégia urbana explícita, 7 consideraram formular uma, enquanto 28 ainda não o fizeram. A Tabela 8.1 revê as estratégias desses 16 países, as suas prioridades e a extensão da implementação: a maioria deles foca-se em infraestruturas, prestação

de serviços sociais, financiamento e propriedade dos terrenos. A pobreza urbana, a distribuição territorial e a mobilidade são outras questões recorrentes. Seis países (Argélia, Benim, Burkina Faso, Etiópia, Mali e Níger) visam a promoção de centros económicos regionais fora dos principais aglomerados urbanos e o fornecimento de serviços básicos que equilibrem as zonas rurais e urbanas. O Gana, Marrocos, o Senegal e a Suazilândia estão mais avançados na formulação de planos de urbanização claros e pertinentes; os dois últimos incorporaram a sua estratégia urbana nos planos de desenvolvimento nacionais.

Tabela 8.1. Estratégias de urbanização em 16 países africanos

País	Nome da estratégia nacional	Período	Estratégias	Observações
Argélia	Stratégie de développement des villes	2000-25	-Crescimento urbano equilibrado -Melhor economia e ambiente urbanos	Ligada à estratégia territorial nacional
Benim	Agenda spatial	Permanente	-Funções económicas específicas planeadas para diferentes regiões -Desenvolvimento territorial	Falta de meios para a implementação
Burkina Faso	Programme de Développement des Villes Moyennes	Permanente	-Crescimento equilibrado das cidades grandes -Conexões rural-urbanas	Implementação incompleta Falta de financiamento
Côte d'Ivoire	Programme d'infrastructures urbaines d'urgence	2008-15	-Infraestruturas	Subvenção da Associação Internacional para o Desenvolvimento de USD 144 milhões para intervenções direccionadas em cinco setores: água potável, saneamento urbano, resíduos sólidos, estradas urbanas e autoridades locais
Etiópia	Urban local government development project	2014-19	-Serviços municipais e infraestruturas	Ligado à estratégia de gestão urbana
Gabão	Stratégie Nationale d'Habitat et de Développement Urbain	Permanente	-Habitação -Infraestruturas -Desenvolvimento institucional	Falta de recursos
Gana	National Urban Policy	2012-30	-Crescimento urbano equilibrado -Conexões rural-urbanas -Melhoria do ambiente urbano -Infraestruturas -Habitação a preços acessíveis	Implementado com agências internacionais, fracas ligações com o desenvolvimento nacional
Malawi	Malawi City Development Strategy and Slum Upgrading Programme	2010-20	-Gestão urbana -Desenvolvimento institucional -Infraestruturas	Falta de recursos e de coordenação entre as autoridades regionais
Mali	Politique Nationale de la ville	Permanente	-Qualidade dos meios de subsistência -Melhorar as economias locais -Infraestruturas	Baseado no reforço do papel das cidades intermediárias e na importância das conexões rural-urbanas
Marrocos	Stratégie Nationale de Développement Urbain	Permanente	-Polos de crescimento regional -Infraestruturas em grande escala -Promoção das cidades de dimensão média	Cidades competitivas, polos de crescimento favorecendo a coesão social e a utilização eficiente dos recursos
Níger	Stratégie Nationale de Développement Urbain	2010-30	-Redes urbanas mais sólidas -Gestão urbana -Direitos fundiários -Infraestruturas e serviços	Falta de recursos
Ruanda	Stratégie nationale de mise en place des infrastructures publiques et de renforcement des capacités des institutions administratives décentralisées	2000-20	-Infraestruturas e reforço de capacidades	Compromisso político, mas falta de recursos
Senegal	Programme d'Appui aux Communes	2006-10	-Reforço de capacidades -Instrumentos jurídicos -Contratos municipais -Investimento -Infraestruturas	Implementado à escala nacional através de 450 projetos municipais e apoiado pela Agence Française de Développement
África do Sul	Integrated Urban Development Framework	2014-presente	- Pacote integrado de ordenamento do território (transportes, habitação, infraestruturas, governação territorial, desenvolvimento económico local, capacitação da comunidade e governação urbana)	Em processo de formulação
Suazilândia	Local Government Project	2011-17	-Apoio institucional -Infraestruturas	Em consonância com o desenvolvimento nacional
Uganda	National Urban Policy	2013-30	-Gestão urbana -Desenvolvimento institucional -Infraestruturas	Falta de recursos

Fonte: Yatta (2016) e République de Côte d'Ivoire (2016).

Ter uma estratégia urbana não é suficiente. Esta tem de ser integrada na estratégia de desenvolvimento nacional de longo prazo, decidida e implementada de forma coerente, com a participação dos atores locais, e apoiada por um financiamento adequado. Alguns países oferecem exemplos bem sucedidos de como superar alguns desses desafios. **Marrocos**, em particular, tem dedicado consideráveis recursos humanos, financeiros e técnicos à implementação da sua estratégia: as cidades são encaradas como motores para o crescimento regional e nacional e parte de uma estratégia para tornar o país mais competitivo. O governo incentivou os investimentos em competências e em infraestruturas conetoras nas duas cidades portuárias (Tanger Projeto Med e Casablanca Port) e fomentou o desenvolvimento de novas vilas como Chrafate ou Tamensourt. A Etiópia levou igualmente a cabo importantes reformas no sentido da descentralização política, fiscal e administrativa, enfatizando o processo de capacitação das cidades (Tabela 8.2). Os exercícios participativos que constroem cenários alternativos futuros ajudam a identificar oportunidades à medida que a Etiópia se urbaniza. O desenvolvimento de zonas económicas especiais ou de *clusters* é uma das várias opções políticas pensadas para desbloquear as potencialidades dos centros de crescimento urbano secundários do país. A Iniciativa de Prosperidade das Cidades da Etiópia e o respetivo índice desenvolvido pelo governo etíope e a UN-Habitat ajudam a acompanhar os progressos.

Caixa 8.2. A abordagem integrada da Etiópia ao desenvolvimento urbano e socioeconómico

Duas políticas principais suportam a abordagem integrada da Etiópia. Em primeiro lugar, o Plano de Crescimento e Transformação (GTP, na sigla inglesa) enquadrou as políticas urbanas etíopes desde 2010. O ministério do Desenvolvimento Urbano, Habitação e Construção prevê três episódios de cinco anos de desenvolvimento estrutural e industrial em grande escala. Iniciado ao nível nacional, o GTP destaca a governação participativa que envolve os cidadãos e os atores do setor privado. Em segundo lugar, o “Ethiopian Cities Resilient, Green Growth and Governance Program Package” concentra-se em vários pilares de desenvolvimento, incluindo a criação de postos de trabalho, o planeamento urbano e o reforço de capacidades (Cheru, 2014).

Além disso, foram alocados recursos financeiros substanciais. Por exemplo, um empréstimo de ETB 4.8 mil milhões por parte de instituições de microcrédito ajudou a criar cerca de 3 milhões de postos de trabalho entre 2005 e 2011. Um total de 583 877 micro e pequenas empresas receberam crédito para diversas atividades empresariais.

Noutros países, porém, a maior parte das estratégias de desenvolvimento já existentes enfrentam vários desafios significativos em simultâneo. Não estão adequadamente coordenadas com outros quadros de políticas chave, tais como os programas de investimento em infraestruturas. Por outro lado, é difícil consultar os diversos intervenientes do sistema urbano, uma vez que as economias formais e informais estreitamente interligadas tornam complicado inclusive reconhecê-los todos; finalmente, a capacidade e o financiamento limitados entravam a implementação efetiva: considera-se que vários dos 16 países não alocaram recursos suficientes para levar a cabo as suas estratégias.

As estratégias eficazes partem de dados fiáveis e a participação da sociedade civil

As estratégias urbanas só podem ser tão boas como a sua base factual

A recolha de dados e a componente analítica das estratégias urbanas nacionais ajudam a compreender as mudanças demográficas de um país e a geografia económica nos seus contextos sub-regional e global. São identificadas as restrições vinculativas (por exemplo, infraestruturas, energia, trabalhadores qualificados, informações) que prejudicam as potencialidades específicas das cidades e das regiões. Os decisores políticos podem, então, compreender melhor a contribuição de certos locais para a criação de postos de trabalho e para a produção económica por setores e de que forma as várias categorias do sistema urbano se relacionam com as áreas rurais e com outras cidades. A otimização das ligações entre setores ou regiões acaba por melhorar a produtividade agregada e o desempenho da economia nacional.

Por exemplo, Nairobi pode ser um ponto crucial da exportação de flores acabadas de cortar para o mercado europeu, mas depende das regiões produtoras que vão muito além da capital e das infraestruturas conetoras para enviar rapidamente as flores do ponto de produção para as instalações de processamento perto do aeroporto. É essencial que os decisores políticos entendam de que modo esta cadeia de valor funciona no território e assim como a gestão eficiente das fronteiras transmunicipais pode otimizar as perspetivas deste setor, para que, desse modo, ele cresça.

O mapa económico resultante deve, então, ser sobreposto com os movimentos demográficos e as análises de mobilidade, que são fundamentais para a gestão da logística nacional e o planeamento de investimentos para a prestação de serviços essenciais às populações. Para avaliar os pontos fortes e fracos relativos às áreas urbanas funcionais de um país, pode-se classificá-las consoante o número de habitantes. Uma análise territorial (de base local) – em vez das tradicionais análises nacionais por setores – permite avaliar o desempenho multissetorial e explorar as dimensões formais e informais da economia local.

Tal análise requer que se aproveite o conhecimento singular dos atores locais, incluindo os informais. Apesar de ser inevitavelmente difícil, existem alguns exemplos de êxito. Alguns desses casos, por exemplo o de Dakar, de Monróvia e do programa Villes sans bidonvilles de Marrocos, entre outros, encontram-se documentados no Capítulo 7 e outros na Caixa 8.3. O censo vindouro de 2020 representa uma oportunidade para a recolha de dados complementares relativos aos assentamentos informais, inserindo um identificador de localização no questionário (por exemplo, população *de jure*, condições de habitação, atividades económicas, infraestruturas e serviços).

Caixa 8.3. Recolha de dados através de iniciativas dos cidadãos

Várias iniciativas envolvem a recolha de dados sociais e ambientais pelos cidadãos, que são depois usados para propor, impulsionar e acompanhar novos projetos de educação, habitação, saúde e infraestruturas. Os cidadãos especialistas que trabalham à escala da aldeia ou do bairro conseguem recolher informações rapidamente e com conhecimento de causa local. Por exemplo, o projeto Map Kibera (2016) iniciado em 2009 deu às comunidades marginalizadas maior visibilidade, informações e poder para alterar as suas condições de vida. Da mesma forma, a empresa Spatial Collective trabalha a nível local, fazendo mapeamentos de comunidades impulsionados pela procura, os quais, por sua vez, alimentam os sistemas de informação geográfica, que podem ser transformados em poderosos dispositivos de visualização.

As novas tecnologias, tais como sistemas de informação geográfica (GIS), podem permitir uma coleta de dados mais barata, mais exata e mais rápida. Os dados podem servir, por exemplo, para a análise territorial das populações vulneráveis às alterações climáticas ou para detetar focos de crescimento numa cidade (Tabela 8.2). Em Campala e Abidjã, a análise de dados de telemóveis fornece novas informações sobre os padrões económicos e de mobilidade, embora não ainda a partir de amostras inteiramente representativas.

Tabela 8.2. Novas tecnologias para a governação urbana e a recolha de dados

Projeto	Partes interessadas	Resultados do desenvolvimento
Revenue collection information system (LGRSIS), 2014, Arusha, Tanzânia	Governos da Dinamarca e da Tanzânia, Banco Mundial	Usa dados de satélite e GIS para identificar e registar os contribuintes e fotografias de satélite para registar casas. Aumento das receitas fiscais até 71% entre 2014 e 2015.
City Dashboard, 2013, Fez, Marrocos	Cidade de Fez, BAD, Microsoft	Faz o acompanhamento do desempenho dos serviços, bem como de 70 indicadores socioeconómicos, de visibilidade dos serviços e de qualidade de vida, que são tanto quantitativos, como qualitativos.
Campanha Know Your City	Slum/Shack Dwellers International Trabalha com diferentes filiais africanas, como, por exemplo, a Ghana Federation for the Urban Poor	Recolhe “dados de bairros de lata” através de mapeamento, inquéritos de porta a porta ou elaboração de perfis de assentamentos. Mais de 600 perfis de assentamentos criados desde 2009. Serve igualmente às negociações políticas com as autoridades municipais.
AfriLabs	Rede pan-africana de centros tecnológicos	Serve cerca de 40 centros tecnológicos em 20 países africanos e fornece viveiros de start-ups empresariais, espaços de co-working, laboratórios de inovação e espaços de reforço da comunidade e de aprendizagem entre pares.

Fonte: Inquéritos aos especialistas do PEA, 2016; notas de país PEA, 2016; Cartwright, 2015; Swilling, 2015.

As prioridades urbanas devem ser integradas em estratégias de desenvolvimento nacional de longo prazo

As estratégias de desenvolvimento urbano nacional podem ser bem-sucedidas quando um governo identifica as prioridades que mais contribuem para a estratégia de desenvolvimento de longo prazo do país. As prioridades devem ser poucas, para evitar a dispersão de recursos, e de base local, de modo a evitar a falta de coordenação muitas vezes induzida por abordagens puramente setoriais (BAD/OCDE/PNUD, 2015). Cenários alternativos para o futuro de uma cidade podem ajudar a formular mais eficazmente as prioridades, desenvolvendo estudos prospetivos que envolvam as partes interessadas formais e informais. A iniciativa Ethiopian Urban Expansion Initiative é um exemplo de como a elaboração de cenários e a recolha de dados pode ajudar a planear a rápida urbanização esperada do país (Caixa 8.4).

Caixa 8.4. Iniciativa de expansão urbana da Etiópia

A Ethiopia Urban Expansion Initiative (UXI, Iniciativa de expansão urbana da Etiópia) auxilia cidades em rápido crescimento a preparar-se para a sua expansão territorial. Foi estabelecida em 2013 pelo Stern Urbanization Project da Universidade de Nova Iorque e o ministério do Desenvolvimento Urbano, Habitação e Construção da Etiópia. A UXI se apoia em um mecanismo de planeamento que dá prioridade a assegurar terrenos de 1 km², que são destinados a redes de estradas ou espaços públicos ao ar livre que respeitam o ambientalmente. Além disso, tal iniciativa enfatiza a liderança dos planeadores locais e é adaptada para corresponder à capacidade dos funcionários responsáveis pela implementação. Visa, ainda, um horizonte de planeamento de 30 anos, com o entendimento de que podem ser desenvolvidos planos de pormenor mais detalhados à medida que a cidade se expandir. A UXI foi incorporada no Plano nacional de Crescimento e Transformação II, que prevê a urbanização em cidades de dimensão média como parte fundamental do plano para que a Etiópia se torne num país de rendimento médio até 2025.

A UXI começou por calcular a futura área territorial por pessoa para quatro cidades etíopes de dimensão média e em rápido crescimento: Bahir Dar, Hawassa, Adama e Mekele. Este cálculo foi conjugado com as estimativas demográficas de modo a identificar a quantidade de terrenos que seriam necessários para a expansão em 2040. Estas cidades criaram, então, pequenas equipas de expansão urbana lideradas por um administrador sénior local encarregado de desenvolver e implementar os planos da rede de estradas. As cidades trabalharam inicialmente com os governos regionais para expandir as suas fronteiras municipais e, em seguida, iniciaram um programa de inquéritos para estimar o custo total de compensação pelos terrenos destinados à rede rodoviária – não mais de 5% do total de terrenos da área de expansão de 2040. Seguiu-se a apresentação de pedidos de orçamentos e um compromisso de 8.9 milhões de dólares americanos em 2014/2015 e de 24 milhões de dólares em 2015/16. As cidades deram início a inquéritos formais e aos pagamentos de compensação e estão a construir estradas na periferia imediata. As quatro cidades pagaram compensações por muitas centenas de quilómetros de estradas e construíram 41.5 km.

Em Hawassa, os inquéritos e as compensações por toda a rede estão quase terminados e foram construídos 16 km de estradas com 30 metros de largura na periferia urbana (ver Mapa 8.3). As receitas municipais do arrendamento de terrenos em Hawassa aumentaram 2.2 vezes desde o início do programa e as despesas em estradas aumentaram 6 vezes. Em Bahir Dar e Mekele, foram disponibilizados 4647 terrenos residenciais adicionais para arrendamento, abrangendo uma área de 77.6 hectares.

As prioridades incluem a reforma agrária, as infraestruturas e as redes urbanas

Não obstante as estratégias de desenvolvimento urbano dependerem altamente do contexto, o presente relatório sugere que é provável que as novas estratégias urbanas, na maioria dos países, incluam três prioridades genéricas que atravessam as prioridades sectoriais identificados no Capítulo 7:

- 1) clarificar os direitos fundiários e a sua aplicação
- 2) proporcionar melhores infraestruturas e serviços
- 3) melhorar a função fulcral das cidades intermediárias entre as áreas rurais e as cidades primárias.

A reforma agrária urbana é o cerne das novas estratégias urbanas nacionais

Os terrenos urbanos são os principais alicerces das cidades e a política fundiária é o cerne da transição urbana sustentável e da transformação estrutural africana. Quem terá posse de terrenos e de que forma esta é gerida vai determinar a densidade de uma cidade, a configuração das ruas, o esquema das zonas, os códigos de construção e os regimes fiscais. Os sistemas de gestão do uso do solo, formais e informais, moldam as dinâmicas dos aglomerados económicos, a utilização dos recursos naturais, a inclusão social e a representação política.

Os sistemas de gestão do uso do solo muitas vezes prejudicam a urbanização sustentável

Os sistemas de gestão do uso do solo em África não são adequados ao aumento do desenvolvimento urbano sustentável e à absorção da rápida expansão demográfica das próximas décadas. Os sistemas atuais, além de complexos, não são geralmente bem compreendidos e raramente possuem registos efetivos ou codificação formal. Costumam ser efetuados com base numa eclética, e muitas vezes contraditória, mistura de normas antigas de planeamento colonial; em assentamentos privatizados e vilas empresariais; em práticas antigas de terrenos reais, comunais ou tribais; ou em regimes *ad hoc* e não regulamentados que surgiram em torno dos assentamentos informais.

Como resultado, a regulamentação fundiária é muitas vezes caótica, impedindo o crescimento económico de África, criando riscos ambientais e fixando a desigualdade social. “Nas cidades e nas áreas rurais, os regimes de propriedade inseguros e os assentamentos informais conjugam-se com outros fatores [...] para a redução das receitas públicas, o investimento em infraestruturas, o emprego e o crescimento económico” (UN-Habitat, 2008: 5). Além disso, é difícil identificar, incentivar ou controlar as elites que dominam o território; porém, o seu apoio é essencial para melhorar a administração das cidades.

No caso das cidades, a atual incompatibilidade entre sistemas fundiários e fiscais impede que os governos, especialmente os governos locais, realizem os investimentos em grande escala necessários para alterar as trajetórias de desenvolvimento urbano. A falta de transparência em relação aos mercados fundiários urbanos coloca obstáculos ao investimento pessoal e empresarial efetivo e sustentável, cria oportunidades para que bases de poder político prosperem fora das estruturas democráticas e dificulta a aplicação de medidas de adaptação e de atenuação das alterações climáticas de base fundiária. Assim, na maioria dos países, a reforma agrária urbana deve constituir uma prioridade no âmbito das estratégias urbanas nacionais.

O ímpeto para as reformas agrárias urbanas está a crescer em todo o continente

África é rica em terreno e, até recentemente, a ausência de grandes assentamentos urbanos complexos e uma negligência em relação ao papel das vilas na economia mais lata podem ter desviado a atenção da urgência das reformas agrárias urbanas. O rápido crescimento urbano, o aumento da corrupção de base fundiária e a consolidação de práticas insustentáveis de ordenamento do território urbano estão atualmente a criar sensibilização para essas questões.

A natureza e as modalidades de tais reformas devem, novamente, ser específicas ao contexto: não existe uma forma única de alcançar autoridades sustentáveis sobre os terrenos urbanos. No entanto, direitos fundiários mais seguros devem constituir um objetivo essencial, visto que são um pré-requisito para o investimento urbano

de longo prazo seja onde for. Acresce ainda que os sistemas de regulamentação dos terrenos urbanos são os mais eficazes para a preservação do meio ambiente e menos propensos ao agravamento das desigualdades (por exemplo, contra as mulheres) quando são adequados, legíveis, previsíveis e livres de corrupção. Devem também ser complementados pela existência de habitação formal a preços acessíveis, impostos sobre a propriedade e construção territorial a fim de tirar partido do valor dos terrenos (ver a última secção deste capítulo). O âmbito da reforma agrária estende-se além dos limites administrativos urbanos até à periferia rural-urbana, de modo a atenuar potenciais conflitos sobre alterações do uso do solo.

Sendo os territórios muito mais do que um bem económico, a reforma agrária urbana implica muito mais do que um exercício técnico e jurídico restrito. Os terrenos urbanos moldam a identidade africana, pois a regulamentação fundiária urbana, o financiamento, a economia, o direito sucessório, a cultura, a concessão e os materiais de construção são peças inextricáveis do tecido urbano. Experiências recentes demonstram que as reformas podem ser bem-sucedidas se forem baseadas em abordagens pragmáticas adaptadas aos contextos locais. O Chade está atualmente a rever a respetiva propriedade fundiária e direito consuetudinário, que remontam a 1967, de modo a formalizar práticas costumeiras. As consultas públicas ajudaram a identificar áreas que necessitam de clarificação, tais como os processos legais de expropriação ou os registos de títulos de propriedade de terrenos. A **Etiópia** levou a cabo uma reforma agrária em 2003 tendo como meta melhorar a instituição dos títulos de propriedade de terrenos. Introduziu um sistema de certificação que dependia sobretudo de um comité de administração territorial eleito localmente, a fim de registar títulos consuetudinários a baixo custo. Em três anos, foram concedidos cerca de 20 milhões de títulos de propriedade fundiária através de uma abordagem descentralizada e participativa (OCDE, 2016).

No **Malawi**, mais de 90% do território é regido por um regime consuetudinário e, embora o direito consuetudinário garanta direitos de usufruto, estes não estão registados e não são reconhecidos ao abrigo do direito estatutário, impedindo o acesso aos terrenos e o desenvolvimento agrícola. Em 2004, o governo instituiu o Community-Based Rural Land Development Project (projeto comunitário de desenvolvimento dos terrenos rurais), baseado na aquisição voluntária, no desenvolvimento agrícola e no registo dos terrenos redistribuídos. Certas famílias beneficiárias receberam um subsídio de 1050 dólares americanos, dos quais até 30% se destinavam à aquisição de terrenos e o restante ao desenvolvimento agrícola e alojamento. O projeto durou até 2011 e custou cerca de 27,3 milhões de dólares americanos, parcialmente financiados pelo Banco Mundial, pelo governo e por doações privadas.

A disponibilização de melhores infraestruturas e serviços constitui o principal catalisador do desenvolvimento urbano sustentável

O investimento em infraestruturas molda a natureza da urbanização e a localização e a produtividade das famílias, das empresas informais e das empresas convencionais de todos os tamanhos. Os serviços de energia, saneamento, resíduos sólidos, transportes e cuidados de saúde a preços acessíveis fornecem os meios pelos quais os cidadãos urbanos se tornam mais produtivos. Se as infraestruturas forem insuficientes, dispendiosas e com uma fraca manutenção, o elevado custo dos serviços urbanos será reforçado e as potencialidades de tirar benefícios da urbanização, reduzidas (Capítulo 6).

Esta situação continua a ser generalizada. Embora os dados sejam limitados, estima-se que 62% das populações urbanas da África subsariana não disponham de, pelo menos, um dos ingredientes do urbanismo formal, são esses: água, saneamento, habitação

e espaço suficiente ao abrigo de um arrendamento seguro. Em média, apesar de os residentes urbanos terem maior acesso aos serviços do que os seus homólogos rurais, o atraso é bem visível e o custo dos serviços é aproximadamente o dobro do que nos países em desenvolvimento noutros continentes. Sessenta por cento dos residentes urbanos não tinham acesso a “saneamento de melhor qualidade” em 2015 e 28% dos residentes urbanos não tinham acesso a eletricidade (uma redução de apenas 2.6% desde 2011). Muitos residentes urbanos com acesso à rede sofriam falhas energéticas diariamente e metade das crianças com idade inferior a cinco anos nunca visitara um profissional de saúde.

Como podem os países gerir melhor as infraestruturas urbanas e a prestação de serviços de modo ultrapassar o “urbanismo de bairro de lata” prevalente? O argumento central aqui defendido é que uma melhor prestação de todos os serviços urbanos requer: i) a adaptação dos sistemas de infraestruturas e de serviços às necessidades dos residentes; ii) a garantia de que os preços lhes são acessíveis; e iii) a eliminação da morosa e dispendiosa coordenação central. A fim de reduzir os custos e aumentar a eficiência, a experiência aponta especialmente para: i) o planeamento de uma prestação integrada de infraestruturas imateriais e materiais; ii) o envolvimento positivo com os assentamentos informais; e iii) o pleno uso das tecnologias inovadoras.

As infraestruturas materiais e imateriais devem andar de mãos dadas

A agenda estratégica das Estratégias nacionais de investimento em infraestruturas (National Infrastructure Investment Strategies – NITS) deverá atender às necessidades de infraestruturas materiais juntamente com a prestação de serviços e a criação de quadros institucionais adequados. Em particular, as NITS reconhecem a importância das infraestruturas imateriais, incluindo instituições de governação, legislação, capacidade de envolvimento público e mecanismos de contabilidade fiscal, para a eficácia das infraestruturas materiais (CGLU, 2014). As NITS são multissetoriais e sequenciadas com outras políticas urbanas. Especificam, localizam e tratam do financiamento das infraestruturas para prestar a vasta gama de serviços referidos abaixo. Os grupos de países africanos mencionados – *diversificadores*, *urbanizadores precoces*, *urbanizadores tardios*, *agrários e baseados em recursos naturais* – são classificados de acordo com os seus estádios de urbanização, de transição da fecundidade e de transformação estrutural (ver Capítulo 6).

- **As infraestruturas e os serviços económicos** tais como a energia, os transportes, as tecnologias de informação e de comunicação, bem como a gestão do uso do solo são essenciais em todos os grupos de países, mas sobretudo nos *diversificadores* e nos *urbanizadores precoces* a fim de aumentar a produtividade e a competitividade.
- **As infraestruturas e os serviços sociais**, incluindo a educação, a saúde, a habitação e os cuidados para idosos e crianças, tiram partido do capital humano inato que se agrega às cidades.
- **As infraestruturas e os serviços básicos** tais como água e saneamento, recolha e gestão de resíduos, transportes e energia são necessários em todo o território, mas sua situação é mais crítica nos países *urbanizadores tardios*, *agrários e baseados em recursos naturais*. Tais tipos de infraestrutura aumentam a produtividade e afastam as externalidades negativas, tais como a poluição do ar doméstico, a contaminação da água e o congestionamento, que coalescem nas cidades acabando por constituir armadilhas de pobreza.
- **Serviços de qualidade de vida** – segurança pública, planeamento urbano, cultura e entretenimento, desporto e espaços públicos acessíveis – fornecem as bases de cidades inclusivas e de novas identidades urbanas. A falta de atenção prestada

ao capital ecológico por boa parte das áreas edificadas africanas resulta em infraestruturas de conceção dispendiosa, na destruição das redes de segurança social fornecidas pelos ecossistemas e no funcionamento ineficiente das infraestruturas já construídas, dado o bloqueio de barragens com silte, a destruição da capacidade das zonas húmidas servirem de proteção contra inundações e a perda de locais de valor cultural e recreativo (Capítulo 6). Os serviços de qualidade de vida oferecem também oportunidades para a absorção de mão-de-obra e o planeamento de espaços públicos (“*place-making*”), especialmente se o fraco nível de escolaridade impedir que uma parte da população urbana tenha acesso a postos de trabalho qualificados (Capítulo 7).

Envolver as comunidades urbanas é fundamental para a melhoria da prestação de serviços e das infraestruturas

No contexto do “urbanismo de bairro de lata”, o desenvolvimento de infraestruturas urbanas requer a compreensão de como a população urbana pobre e os migrantes rurais começaram a ter acesso a serviços não providenciados pelo Estado (Angelakis e Rose, 2014; Jaglin, 2014). Muitos africanos urbanos têm de inventar os seus próprios sistemas de prestação de serviços fora da governação formal. Estas instituições não são necessariamente igualitárias ou eficientes e não otimizam necessariamente a produtividade. No entanto, são um facto inabalável da vida e representativo da organização e da administração das cidades. No seu melhor, estas organizações refletem uma força orgânica nos sistemas urbanos que poderia ser aproveitada. Porém, os planos de infraestruturas tradicionais não estão convenientemente preparados para apoiar os esforços de prestação de serviços “informais”; em muitos casos, pelo contrário, estas organizações são criminalizadas e vitimizadas.

Uma abordagem mais positiva para envolver os residentes informais poderá ser considerada como uma forma de atender ao desafio urbano de África. Há pelo menos dois motivos que explicam tal consideração. Em primeiro lugar, os limitados recursos fiscais africanos oferecem pouca escolha além de dar prioridade a modelos de prestação de serviços que estão enraizados nas comunidades locais, que exploram os recursos locais e são intensivos em mão-de-obra, altamente transacionais e propensos ao aprofundamento tanto do capital social como do financeiro à escala do bairro. O acesso universal aos serviços exigirá, pelo menos em parte, legitimação e incorporação destas formas de prestação de serviço de contingência aos serviços formais fornecidos pelo Estado.

Em segundo lugar, o desenvolvimento participativo de infraestruturas pode gerar um sentimento de pertença ao lugar, em que decisões relativas à localização e à construção de infraestruturas levam em consideração as necessidades e mobilizam as ideias locais e em que as pessoas que beneficiam dos serviços são encarregados da verificação e da manutenção das infraestruturas. As infraestruturas ecológicas e os bens e serviços ecossistémicos prestam-se bem a esta finalidade (manutenção das zonas húmidas, “ecologização” dos espaços públicos e reabilitação da zona costeira), contudo têm igualmente potencialidades para envolver a mão-de-obra urbana na gestão de resíduos, em aspetos da manutenção de infraestruturas, no acompanhamento energético, nos sistemas de transportes não motorizados ao nível comunitário e no policiamento comunitário (Capítulo 7). A formação de novas identidades urbanas através de regimes de trabalhos públicos e do planeamento de espaços públicos é tida como especialmente valiosa no contexto dos padrões migratórios circulares em África. Existem numerosos exemplos de estratégias de infraestruturas urbanas bem sucedidas no envolvimento deliberado de atores não governamentais na atividade política e dos serviços (Caixa 8.5).

Caixa 8.5. Uma abordagem participativa para a transformação dos assentamentos das populações pobres nas cidades intermédias do Uganda

O programa Transforming the Settlements of the Urban Poor (Transformar os assentamentos das populações urbanas pobres – TSUPU) foi lançado em 2010 enquanto iniciativa de parceria do governo do Uganda com os parceiros apoiantes (Shack/Slum Dwellers International, com coordenação da Cities Alliance). Este programa alinha os esforços de desenvolvimento urbano aos níveis nacional, do governo local e comunitário em cinco cidades intermédias: Mbale, Mbarara, Jinja, Arua e Kabale. O programa pretende aumentar a capacidade dos atores, a cada nível, de gerirem o crescimento urbano, melhorarem o acesso aos serviços e formularem e implementarem políticas de desenvolvimento urbano inclusivas. Este também privilegia a participação comunitária.

O programa organizou as comunidades dos bairros de lata por meio da mobilização de grupos de poupança femininos e da federação dos mesmos aos níveis do assentamento, do município e do país. Estes grupos tiveram apoio para que pudessem traçar o perfil e mapear todos os bairros de lata em cada cidade, produzindo dados para o planeamento. O programa criou espaços de diálogo entre as comunidades, o mundo académico e empresarial e o governo local, nos quais os intervenientes urbanos refletem sobre os amplos dados recolhidos pela comunidade. O projeto TSUPU aplicou, então, fundos comunitários de melhoramentos em cada município, para os pequenos projetos em assentamentos informais poderem implementar as resoluções dos parceiros locais.

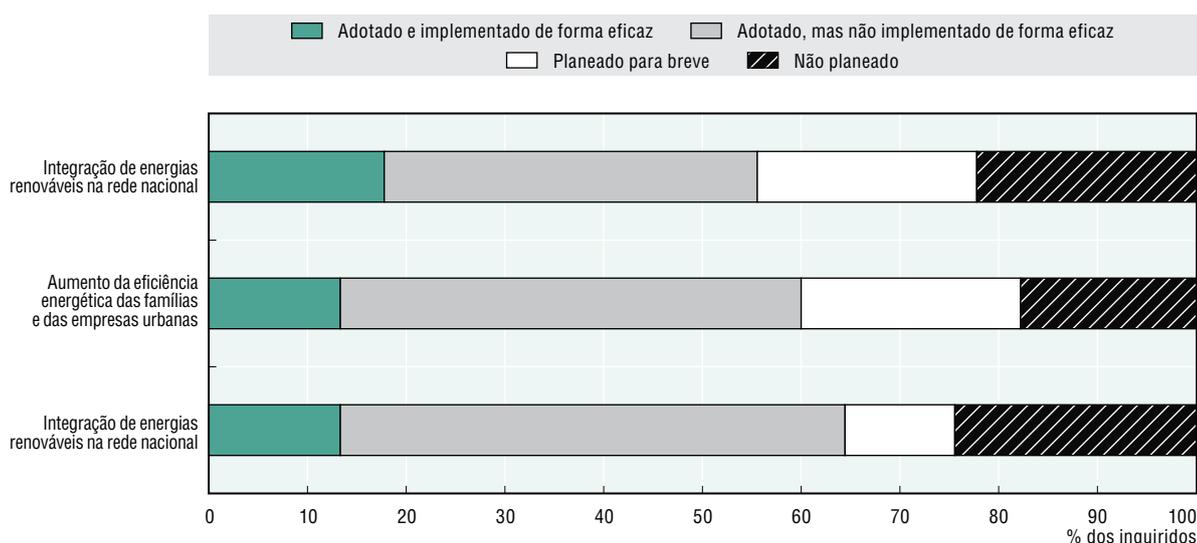
Os grupos comunitários concluíram aproximadamente 100 projetos de melhoramentos em cada uma das 5 cidades secundárias, em parceria com as autoridades locais. Estes pequenos projetos levaram as cidades a realizar melhoramentos em todos os assentamentos e a assegurar os regimes de propriedade de milhares de residentes informais. Os esforços dos grupos de residentes informais no sentido de convocar fóruns resultaram na atribuição de espaços municipais destinados a escritórios para centros comunitários de dados em 10 municípios urbanos. Desde o fim oficial da primeira fase do programa em 2013, o movimento dos residentes de bairros de lata (National Slum Dwellers Federation of Uganda, NSDFU), os parceiros do governo local e nacional alargaram o TSUPU a mais 14 municípios e às cinco divisões de Campala.

As novas tecnologias podem reduzir os custos das infraestruturas e da prestação de serviços

O desenvolvimento urbano sustentável poderia tirar maior partido das novas oportunidades de prestação de serviços criadas pelo uso de novas tecnologias nos setores da água, do saneamento e da energia. Um fornecimento de eletricidade suficiente para apenas 70% dos 635 milhões de africanos que hoje não têm acesso à rede exigiria cerca de 205 mil milhões de dólares em investimentos de capital em áreas urbanas e rurais durante as próximas duas décadas (Capítulo 7). Esta lacuna pode ser colmatada, mas é enorme considerando os débeis recursos fiscais das cidades. Ainda assim, os 300 milhões de africanos cidadãos sem acesso a eletricidade gastam até 50 vezes mais por quilowatt-hora (aproximadamente USD 10/kWh) em carvão, velas, pilhas e querosene. Ademais, a maioria das empresas urbanas está dependente de caros geradores a *diesel* como recurso (APP, 2015). Em África, a eletricidade distribuída pela rede é duas vezes mais cara do que na América Latina e três vezes mais do que na Ásia. Essa é frequentemente pouco fiável: 19 países da África subsariana sofreram pelo menos 10 falhas de eletricidade por mês entre 2005-08, o que custou às empresas uma média de 307 dólares americanos por hora (Dinh et al., 2012; Lighting Africa, 2010).

Se este dinheiro fosse canalizado para soluções de energia mais eficientes, criarse-iam novas oportunidades empresariais e melhorar-se-ia a segurança energética (ver Capítulo 7). No entanto, é o facto de se adequar institucional, técnica e financeiramente às necessidades dos utilizadores urbanos que tem motivado a sua utilização até agora, e não as políticas. Os resultados do inquérito do PEA mostram que menos de 20% dos países africanos implementaram estratégias de utilização sustentável de energia (Figura 8.1). Para serem relevantes, os planos de infraestruturas devem ecoar os compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris sob a forma de contribuições determinadas ao nível nacional.

Figura 8.1. Prevalência de estratégias relativas ao uso de energias sustentáveis em África, 2015



Nota: Inquérito respondido por economistas de países do BAD e do PNUD em 45 gabinetes nacionais em África. As respostas são ponderadas por uma resposta por país.

Fonte: Inquérito aos especialistas do PEA, 2016.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933392062>

Planear o crescimento das cidades intermediárias contribui para o desenvolvimento nacional

As estratégias urbanas nacionais não consistem apenas na articulação de uma agenda metropolitana. Trata-se de abordagens holísticas para ligar cidades e vilas de diferentes dimensões entre si e com diferentes funções em evolução.

As cidades intermediárias são essenciais para tirar benefícios da urbanização, mas precisam de atenção especial

Lidar com o imbróglgio das vilas africanas e planear o crescimento das cidades intermediárias são elementos essenciais de qualquer estratégia urbana nacional. Como revelado no Capítulo 6, prevê-se que dois terços do crescimento demográfico urbano até 2030 ocorra em cidades com menos de 500 000 habitantes. As vilas e cidades intermediárias desempenharão, assim, um papel crescente na concretização dos benefícios da urbanização em termos de redução da pobreza e na promoção da transformação estrutural a dois níveis principais:

- 1) As vilas e cidades intermediárias ajudam a aliviar o congestionamento das megacidades, captando uma proporção do crescimento demográfico e da migração rural (BAD/OCDE/ PNUD, 2015). Podem melhorar a capacidade de governação geral do país, por meio de uma melhor mobilização da capacidade disponível nos governos provinciais e nacionais. As vilas e cidades intermediárias assumirão um papel mais ativo enquanto centros de serviços económicos e sociais.
- 2) Estas alargam os benefícios da urbanização a todo o país e além-fronteiras, aumentando a produtividade e promovendo o desenvolvimento nas áreas rurais envolventes (conforme descrito no Capítulo 7). São, portanto, fulcrais as ligações entre cidades mais pequenas e intermediárias e a hinterlândia rural no seio da economia nacional e transnacional. As cidades intermediárias podem tirar partido das economias de escala para prestar serviços públicos às áreas circundantes e desenvolver indústrias de mão-de-obra intensiva, tais como os têxteis e a transformação agrícola ou serviços como o turismo, e especialmente os serviços que não exigem uma elevada divulgação de conhecimentos.

Mas se essas capacidades e ligações existem para garantir que as vilas e as cidades intermediárias em crescimento desempenham eficazmente tais papéis dependerá de forma crucial dos novos investimentos e da qualidade das políticas públicas, por parte dos governos nacionais e locais. Com efeito, a maior parte das vilas e cidades intermediárias sofrem de rápida expansão, elevados níveis de pobreza, pouco investimento e escassas oportunidades de emprego formal. Até num país *diversificador* como a África do Sul, a maioria das cidades intermédias tem uma estreita base económica apoiada num só setor, que depende em grande medida de tecnologias antigas vulneráveis aos choques do mercado externo. A menos que as suas potencialidades sejam desenvolvidas ativamente, as vilas e cidades intermediárias arriscam um declínio económico relativamente rápido, expandindo ainda mais os padrões do “urbanismo de bairro de lata”.

Tirar partido das mais-valias específicas das cidades intermediárias exige políticas diferenciadas

Em conformidade com o novo paradigma da política regional, a integração da promoção das cidades intermediárias nas estratégias urbanas nacionais deve procurar tirar partido das suas mais-valias específicas e potencialidades inexploradas, em vez de as compensar pelas desvantagens, sejam essas induzidas pela sua dimensão ou pela sua localização (ver Capítulo 8 in BAD/OCDE/ PNUD, 2015). Para tal, é necessário:

- Basear a alocação de recursos na compreensão extensiva de como a organização ideal de serviços urbanos em cidades intermediárias – por exemplo, mercados, clínicas, escolas, praças de táxis, correios, esquadras da polícia e estações de serviço – pode complementar a agricultura de subsistência e ir ao encontro das necessidades dos residentes.
- Melhorar as ligações entre os núcleos urbanos e a respetiva hinterlândia imediata, por um lado, e entre as cidades intermediárias e a economia regional e global, por outro, o que pode igualmente reduzir os bairros de lata periurbanos que existem atualmente na maioria das cidades africanas.
- Manter o enfoque no desenvolvimento das áreas urbanas funcionais, por oposição aos perímetros administrativos, incluindo corredores urbanos transnacionais funcionais. O litoral da África Ocidental, ao longo da costa do Golfo da Guiné, que integra cidades grandes bem como pequenos centros costeiros, é um exemplo perfeito do quão imperativa é a colaboração transnacional nestes corredores, pelo menos para garantir que a resposta coletiva aos riscos urbanos tome em consideração as realidades das vilas no seio dos planos regionais mais abrangentes.

- Diferenciar o planeamento, o financiamento e o apoio institucional entre vilas e cidades intermediárias, de tal forma que lhes permita assumir uma função distinta na rede urbana nacional tirando partido da sua localização específica ou de vantagens setoriais. Esta distinção pode ser alcançada através de novos investimentos em infraestruturas ou da deslocação de um grande serviço público que ofereça oportunidades de emprego no longo prazo; por exemplo, pode fazer mais sentido economicamente que certos serviços administrativos se localizem em cidades em vez de vilas, onde uma menor parte da população beneficiaria deles. A categorização das cidades intermediárias com vista a um apoio direcionado tem de ser flexível e em várias camadas e permitir-lhes subir ou descer na hierarquia ao longo do tempo. A experiência da África do Sul mostra que um enfoque demasiado restrito sobre o critério da dimensão em detrimento de características funcionais pode originar pressão dos líderes locais para a reclassificação das cidades intermediárias como regiões metropolitanas sem a devida consideração pelas alterações das suas potencialidades económicas reais. Assim, o processo de classificação pode: i) incluir outros aspetos tais como o desempenho da governação local e a competitividade internacional; bem como ii) assegurar, através de incentivos adequados, que as cidades intermédias tenham outras vias de desenvolvimento que não apenas tornarem-se numa cidade metropolitana. A Tabela 8.3 ilustra possíveis funções urbanas das cidades intermediárias dentro da rede urbana nacional.

Tabela 8.3. Diferentes funções urbanas das cidades intermediárias

Função urbana	Descrição
Mercado regional	A cidade é a principal área de produção e de intercâmbio de bens e de serviços na economia local e regional.
Centro de serviços	A cidade oferece serviços públicos e privados à comunidade intermédia e à população circundante.
Capital regional	A cidade alberga instituições políticas e administrativas regionais ou nacionais.
Centro turístico	A cidade promove atividades ligadas ao turismo interno ou internacional.
Centro de comunicação	A cidade funciona como uma plataforma para a circulação de pessoas, bens e informações.
Local económico	A cidade detém um papel estratégico na economia nacional, regional e global graças à sua localização geográfica e estratégia de desenvolvimento (por exemplo, zona duty-free).

Fonte: Adaptado de Song (2013).

Vários países africanos estão a promover as cidades intermediárias

Embora ainda sejam uma minoria, vários países africanos já estão explicitamente a procurar promover as cidades intermédias enquanto veículo para uma urbanização mais sustentável:

- A Etiópia identificou as cidades intermediárias como peças fundamentais no seu plano económico nacional: 16 centros urbanos com menos de 500 000 habitantes recebem agora apoio direcionado para desenvolver a indústria transformadora e o turismo enquanto Diré Dawa tem um estatuto especial de administração.
- O Madagáscar adotou uma estratégia multissetorial para os respetivos polos de crescimento urbano, investindo em estradas e fornecimento de água, bem como na formação profissional, no ensino superior, na prestação de serviços e no reforço de capacidades. Criaram-se assim 13 000 novos empregos formais, principalmente nas cidades de Nosy Be e Tolanaro (Speakman e Koivisto, 2013: 97).
- Marrocos investiu em cidades intermediárias como Tânger e Meknès desenvolvendo o turismo e o setor industrial. O novo plano regional (*découpage territorial*) do governo alarga a descentralização e atribui mais meios ao desenvolvimento territorial de cidades dentro dos limites da periferia de Casablanca, como Sidi Slimane e Beni Mellal.

- O Ruanda está a investir em cidades intermediárias em resposta ao rápido crescimento demográfico. O plano incide sobre o desenvolvimento económico e a melhoria do acesso aos serviços públicos em Huye, Muhanga, Musanze, Nyagatare, Rubavu e Rusizi. Quatro zonas industriais provinciais que se especializam na transformação agrícola e na indústria pouco qualificada (Bugesera, Huye, Nyabihu e Rusizi) procuram reforçar as conexões económicas rural-urbanas e aumentar as oportunidades económicas nas áreas rurais.
- A África do Sul tem visado a simplificação do papel das cidades intermediárias através da implementação de uma abordagem diferenciada ao financiamento municipal, ao planeamento e ao apoio dado a estas cidades.

A governação em vários níveis pode promover estratégias de desenvolvimento urbano

A implementação eficaz de estratégias urbanas nacionais depende de três grandes ações na área da governação: i) a capacitação dos decisores políticos locais; ii) a atração e o incremento da capacidade necessária para o funcionamento dos governos locais; e iii) o reforço da transparência a todos os níveis de governo. Um desafio transversal à governação em vários níveis e à prestação de serviços é unir as iniciativas das comunidades locais, muitas vezes desenvolvidas na ausência de envolvimento formal do Estado, com o financiamento e a introdução de serviços formais.

Os decisores políticos urbanos africanos precisam de capacitação nos vários níveis de governo

Os governos centrais não estão nem equipados nem bem colocados para conceber e implementar estratégias urbanas nacionais por si próprios. As políticas urbanas, ao contrário das políticas de desenvolvimento territoriais mais abrangentes, exigem “uma abordagem participativa mais sofisticada por parte do governo em vários níveis, envolvendo os governos nacionais, regionais e locais para além de outras partes interessadas, desempenhando o governo central um papel de liderança” (BAD/OCDE/PNUD, 2015). Embora a noção seja largamente aceita ao nível pan-africano, a implementação efetiva tem sido lenta e difícil, como seria de esperar em áreas onde os desafios políticos em jogo são elevados. No entanto, alguns princípios fundamentais podem orientar as reformas no sentido de uma governação eficaz em vários níveis.

Os países reconhecem a necessidade de capacitar os governos locais, mas ainda não conseguiram fomentar eficazmente a descentralização

Os países africanos concordam em larga medida sobre a necessidade de procurar uma descentralização mais abrangente de modo a concretizar a visão enunciada na Agenda 2063. Em junho de 2014, a União Africana (UA) adotou a Carta africana sobre os valores e princípios de descentralização, governação local e desenvolvimento local (UA, 2014). Esta iniciativa alinhou o ambiente político pan-africano com as normas mundiais.¹ Na mesma conferência da UA, os chefes de Estado e de governo aprovaram a criação do Alto conselho dos governos locais enquanto instituição da UA. O seu objetivo é refletir a voz dos governos locais nas deliberações da União Africana. A Carta Africana e o Alto Conselho dão novo impulso à descentralização e uma base sólida para instigar a reforma em todo o continente. No momento da presente redação, porém, apenas o Chade, a Guiné Bissau, a Mauritânia, o Mali e a República do Congo (Congo) tinham assinado a Carta e o Mali era o único país a tê-la ratificado (Elong-Mbassi, 2016). Além disso, em muitos países, a falta de progressos em matéria de descentralização fiscal tem dificultado muito o desenvolvimento da descentralização administrativa e política (BAD/OCDE/PNUD, 2015).

O atraso na governação em vários níveis está a bloquear decisões cruciais de investimento em infraestruturas com base numa minuciosa análise territorial. Como demonstrado nas *Perspetivas económicas em África 2015*, muito do planeamento de infraestruturas e de desenvolvimento existente foi feito ignorando a dimensão territorial, ou seja, as implicações económicas, sociais e ambientais sistémicas ao nível local e no contexto regional mais amplo. Esta situação produz, muitas vezes, decisões de investimento pouco adequadas, feitas sem compreender como tirar mais partido das vantagens trazidas pela urbanização para cumprir as metas de transformação estrutural, de inclusão social e de maior sustentabilidade ambiental. Como resultado, o desenvolvimento urbano disfuncional persiste.

Embora os governos locais e as partes interessadas tenham conhecimentos únicos sobre tais implicações sistémicas, não dispendo de poderes de tomada de decisão encontram-se desprovidos da capacidade de realizar projetos mais eficazes ao nível da cidade. Uma descentralização débil implica muitas vezes a dependência excessiva dos projetos locais em relação às decisões do governo central, o que pode desencorajar as iniciativas locais. Sempre que o Estado central concentra as responsabilidades de definir e alcançar políticas nacionais de desenvolvimento sustentável, é provável que as decisões continuem a ser inaptas à resolução dos desafios económicos, sociais e ambientais das cidades africanas. Estes desafios – embora de natureza global – estão profundamente ancorados e entrelaçados nos contextos locais. Assim, as políticas sustentáveis só podem ser eficazes no longo prazo se forem alinhadas com as necessidades locais e se a população local se apropriar delas (Pinel, 2013).

O ritmo e a extensão das reformas da governação em vários níveis dependem dos contextos locais

As principais razões para a discrepância entre o discurso e a implementação da agenda de reformas da governação em vários níveis podem encontrar-se no contexto específico do ambiente político específico de cada país, incluindo hierarquias sociais, estatuto da propriedade fundiária (ver acima) ou os interesses declarados dos principais decisores. Cada país e área subnacional só pode, portanto, aplicar os compromissos internacionais de forma gradual, por tentativa e erro, como parte do seu próprio processo individual de reformas políticas. Não de surgir conflitos, concorrência e riscos de desvio de fundos durante a realocação de autoridade, poder e recursos. A eficácia das reformas da governação em vários níveis exige, deste modo, uma liderança política empenhada para que as negociações produzam decisões práticas relativas à forma, ao ritmo e ao enfoque da descentralização. Os exemplos africanos dos cinco grupos classificados de acordo com os seus níveis de urbanização e taxas de fecundidade (ver Capítulo 6) ilustram a importância da história, do contexto sociopolítico e da conceção de processos de reforma para uma implementação bem sucedida.

Angola (baseado em recursos naturais): Uma vez que a guerra civil em Angola quase dizimou a capacidade das instituições públicas aos níveis municipal e comunal, o governo central tem gerido Luanda diretamente, assegurando o fluxo de investimentos diretos estrangeiros em infraestruturas e no setor imobiliário. Quando Luanda anexou os dois municípios adjacentes, Icolo e Bengo e Quiçama, e parte de Cacuaco em 2011, foi diretamente nomeado um “comité administrativo” para governar a nova cidade, não se tratando, portanto, de um reflexo do controlo direto dos cidadãos ou de eleições democráticas. Isso talvez explique por que motivos foram financiados investimentos que atendem às necessidades das elites, enquanto verifica-se a manutenção de problemas como o da pobreza urbana em grande escala, o fraco estado da saúde e a falta de serviços básicos (Lawanson, 2015).

Etiópia (*urbanizador tardio*): A estrutura de governação do país tem três níveis principais: federal, regional e local. A constituição de 1995 reconhece e atribui poderes, funções e receitas entre o governo federal e os nove estados regionais e trata duas cidades – Adis Abeba e Dire Dawa – em parte como governos de nível estatal. As regiões estabelecem os governos locais de acordo com as suas próprias constituições. As estruturas mais prevalentes – *woredas* nas áreas rurais e governos locais urbanos – oferecem serviços de educação, saúde, justiça e segurança, bem como serviços considerados de cunho municipal, relativos a estradas, rede de drenagem, etc. No entanto, a maioria dos governos locais é incapaz de lidar com o rápido crescimento económico e demográfico devido à falta de autoridade, recursos fiscais e pessoal qualificado. Apesar de os governos locais poderem cobrar receitas para cobrir os custos dos serviços básicos, os encargos dos utilizadores são insuficientes. Enquanto as cidades maiores dependem das insustentáveis receitas de arrendamento de terrenos, muitas das outras não têm controlo sobre os termos ou a taxa de arrendamento. As transferências intergovernamentais mal cobrem as despesas recorrentes, muito menos os requisitos de capital (Banco Mundial, 2015a).

Nigéria (*baseado em recursos naturais*): O governo é composto por três níveis administrativos diferentes: nacional, estadual e local. A constituição de 1999, do pós-regime militar, atribuía a responsabilidade dos serviços básicos aos governos estaduais e locais sem uma clara delimitação das respetivas funções. Os governos estaduais têm as suas próprias fontes de receitas e recebem transferências intergovernamentais, enquanto os governos locais são meras extensões administrativas do Estado. Assim, numa megacidade como Lagos, o governo estadual é claramente o ator dominante, criando uma enorme distância democrática entre as comunidades locais e as instituições que tomam decisões relativas a infraestruturas regionais e prestação de serviços (Lawanson, 2015).

Senegal (*urbanizador precoce*): Em 2013, o parlamento aprovou uma lei que aumentou a descentralização e reformou o *Code des collectivités locales* (Código do governo local). Essa não concede às autoridades locais o poder de cobrar impostos, mas esclarece a que receitas fiscais os municípios têm direito. Ademais, tal lei concede maior autonomia fiscal às autoridades locais e permite aos contribuintes inquirirem sobre as decisões fiscais locais (République du Sénégal, 2013).

África do Sul (*diversificador*): A constituição sul-africana de 1996 oferece uma das abordagens mais propícias à descentralização democrática. Em vez de delinear responsabilidades entre os três níveis de governo, alarga a noção de “esferas” autónomas ao governo local, confiando-lhe um mandato explícito de desenvolvimento. A constituição estabelece uma nomenclatura de funções para cada esfera. Muitas funções são concorrentes entre as três esferas de governo, mas, mesmo nesses casos, o governo local pode ainda chegar a uma decisão diferente da de outras esferas de governo. Esta autonomia é sustentada por poderes para aumentar as receitas locais. Na verdade, os governos provinciais dependem mais das transferências do governo nacional. Dois anos depois de a constituição ter sido adotada, foi publicado um Livro Branco relativo ao governo local, que define as bases para uma reforma jurídica progressiva que pretende enraizar esta visão constitucional.

Alguns princípios-chave podem ajudar na evolução de uma eficiente governação em vários níveis

As estratégias urbanas nacionais e de desenvolvimento regional devem dispor de mecanismos explícitos de governação em vários níveis, a fim de permitir padrões de urbanização mais sustentáveis e inclusivos. Um dilema subjacente é o facto de os países africanos com uma fraca capacidade de governação nacional serem também os que

tendem a apresentar instituições de governo local ainda mais fracas. Os esforços para melhorar a sua capacidade de planeamento urbano são essenciais no médio prazo (ver a próxima secção), mas um desafio imediato será identificar a arquitetura de governação em vários níveis que tem por base o contexto local. Uma vez que não existe um modelo universal aplicável a todos os países africanos, alguns princípios orientadores podem ajudar a definir de forma pragmática os sistemas de governação em vários níveis adequados.

Em primeiro lugar, a base para a descentralização consiste no reconhecimento de que os **atores locais estão mais bem colocados** para calibrar o investimento em habitação e transportes públicos com as regulamentações de gestão do uso do solo. As infraestruturas são inerentemente territoriais e certas funções públicas moldam as áreas edificadas mais do que outras. Por exemplo, a energia, os transportes, a habitação e a gestão do uso do solo são essenciais para fomentar formas urbanas mais densas, de utilização mista e inclusivas. A sua combinação em locais estratégicos dentro de um quadro territorialmente coerente pode melhorar as oportunidades económicas e influenciar a forma urbana, contudo não é facilmente coordenada à escala nacional. As assimetrias de informação que prevalecem entre atores nacionais e locais fazem parte da lógica de promoção da participação ativa das partes interessadas ao nível local (BAD/OCDE/PNUD, 2015: xxvi). É impossível às autoridades nacionais ou provinciais compreender suficientemente as matizes e a complexidade das áreas locais sem as respetivas partes interessadas. Cabe aos atores locais garantir que as decisões de investimento estratégico, as contribuições e o complexo leque de interesses se reforcem mutuamente.

Em segundo lugar, certas funções que abordam a eficiência global do sistema territorial são coordenadas e financiadas mais facilmente à escala nacional e regional. Inclui-se aqui a gestão de bacias hidrográficas e de imperativos de logística inter-regional (estradas de longa distância, frete, aeroportos, portos) e a migração transfronteiriças de mão-de-obra. Estruturas dedicadas, tais como as autoridades metropolitanas, podem habilitar os governos das cidades, das comunas circundantes e das áreas periurbanas a trabalhar em conjunto nas várias áreas funcionais para melhorar a governação metropolitana dos transportes ou da água. No entanto, tais funções devem apelar à gestão local das áreas edificadas, o que destaca a importância dos fóruns de coordenação previstos na legislação. Na África do Sul, a Lei-quadro de relações intergovernamentais (Inter-governmental Relations Framework Act – IGR Act n.º 13 de 2005) fornece um exemplo. Esta lei prevê debates políticos sistémicos e regulares entre os diferentes níveis de governo sobre todas as questões intergovernamentais relevantes. Ademais, ela também salienta mecanismos de resolução de litígios intergovernamentais e de colaboração em iniciativas estratégicas que abrangem as fronteiras nacionais. Em cada província da África do Sul, os atores governamentais envolvidos podem determinar o âmbito e enfoque do fórum intergovernamental. Cria-se, assim, um mecanismo de diálogo, de coordenação e de esforço comum específicos ao contexto, sem perder a perspetiva nacional. O presidente convoca igualmente o seu próprio fórum político nacional, provincial e metropolitano.

Em terceiro lugar, qualquer sistema intergovernamental eficaz deve ser concebido para permitir um empoderamento do lugar, isto é da maioria dos residentes urbanos que de facto estão a construir as suas próprias comunidades, vilas e cidades na ausência de intervenção efetiva do Estado (ver secção anterior). Ao longo do tempo, a gestão urbana tem de evoluir no sentido de integrar a agenda política “descendente” do Estado e os esforços “ascendentes” dos cidadãos. Existe ampla margem de manobra para melhorar a eficácia e o impacto de ambos. O surgimento de diversos tipos de parcerias ao longo do tempo vai, indubitavelmente, expressá-lo.

Caixa 8.6. Pequenos passos para a reforma da governação em vários níveis

No caso de estados frágeis e de pós-conflito, “ir misturando” pode ser uma estratégia para a implementação de certas reformas em matéria de governação. A abordagem centra-se na criação de instituições através de uma série de pequenos passos incrementais, especialmente se envolverem desvios positivos de realidades enraizadas. Andrews, Prichett e Woolcock (2012) propõem uma adaptação iterativa movida pelos problemas (PDIA, na sigla inglesa), com base em quatro princípios fundamentais:

- 1) A PDIA concentra-se na resolução de problemas de desempenho definidos e nomeados localmente.
- 2) Procura criar um ambiente permissivo para a tomada de decisões que encoraje a experimentação, em vez de exigir aos agentes que implementem projetos exatamente como foram pré-concebidos.
- 3) Incorpora esta experimentação em *feedback* de curto prazo, que facilita uma rápida aprendizagem experimental, por oposição a longos tempos de espera na aprendizagem por avaliação *ex post*.
- 4) Envolve ativamente grandes conjuntos de agentes para garantir que as reformas sejam aplicáveis, legítimas e pertinentes, por oposição a um conjunto restrito de especialistas externos que promovem a difusão descendente da inovação.

A abordagem da China às reformas, que consiste em “atravessar o rio sentindo as pedras”, ilustra estes princípios.

A construção de capacidades no setor público é um pilar das estratégias urbanas nacionais

Uma governação eficaz em vários níveis requer novos conjuntos de competências, abordagens de gestão e cultura institucional em todos os níveis e dimensões do setor público que implementem ou contribuam para as políticas urbanas. Em muitos países africanos, a capacidade local insuficiente é agravada pela falta de incentivos para que os profissionais qualificados abracem uma carreira no governo local. Além disso, muitos governos têm falta de profissionais da construção, tais como engenheiros, urbanistas, especialistas financeiros urbanos, gestores de projeto, profissionais do desenvolvimento económico local, inspetores da regulamentação ambiental e da construção, planificadores dos transportes e advogados de direito fundiário. Trinta e seis países africanos não têm uma escola de planeamento urbano. De entre os que têm, a Nigéria tem 10 vezes menos urbanistas registados do que o Reino Unido, apesar de ter mais 20 milhões de habitantes urbanos. África precisa de dezenas de milhares de profissionais para gerir as suas cidades e vilas. Precisa igualmente de uma nova geração de profissionais que saibam lidar com as complexidades do ambiente urbano moldado pelos atores informais e pelas redes de informação globais.

Colmatar esta lacuna exige programas sistemáticos de reforço de capacidades. Os governos precisam da liderança e das competências necessárias para produzir, implementar, acompanhar e avaliar estratégias urbanas e planos de ação. As organizações da sociedade civil e as empresas envolvidas na agenda urbana também podem beneficiar do mesmo ambiente de aprendizagem. Estão a formar-se novas instituições e redes africanas para colmatar este défice de capacidades, mas tais iniciativas têm de ser incrementadas e adaptadas aos contextos locais. Aqui estão três exemplos de sucesso:

- O município de eThekweni, na África do Sul, estabeleceu o Municipal Institute of Learning (Instituto municipal de aprendizagem – MILE) para reforçar as capacidades do governo local. Desde 2009, o MILE formou 3600 profissionais do governo local no planeamento estratégico, água e saneamento, gestão de resíduos sólidos e gestão de receitas. O programa prestou apoio técnico aos municípios vizinhos de Durban, bem como no Malawi, em Moçambique, na Namíbia e no Zimbabwe. Promove a colaboração e parcerias e redes de aprendizagem com universidades locais e internacionais, institutos de investigação em África e agências internacionais de desenvolvimento.
- A Association of African Planning Schools (Associação de escolas de planeamento africanas) é uma rede de 54 escolas de planeamento regional e municipal de base universitária em todo o continente. Essa forma urbanistas em África que possam lidar com questões como a informalidade, terrenos, participação, governação, alterações climáticas, ordenamento do território e infraestruturas. Além disso, a rede iniciou um processo de reforma legislativa do urbanismo africano.
- A universidade da função pública etíope e o ministério do Desenvolvimento Urbano e Habitação aumentaram a sua formação de nível universitário em gestão urbana para cerca de 350 estudantes de mestrado por ano entre 2008 e 2015, um aumento de 12 vezes desde 2006.

Para ser bem sucedido, um programa nacional de reforço das capacidades deve envolver um grande número de partes interessadas. Deveria incluir o ponto nodal sénior do governo, idealmente com o presidente; o departamento nacional responsável pelo planeamento e desenvolvimento territorial; o departamento responsável pelo governo regional e local; e os departamentos nacionais encarregados de infraestruturas e do desenvolvimento económico. Este *cluster* deve trabalhar com a respetiva associação nacional dos governos locais para afinar a agenda de reforço das capacidades e desenvolver um programa coerente que reúna as diversas partes interessadas. Uma vez em vigor a coligação para o reforço de capacidades e os incentivos certos para a carreira dos jovens profissionais, torna-se possível tirar partido dos recursos e das ofertas de diversas agências internacionais, segundo as prioridades e as exigências locais.

Por último, incentivos tais como bolsas de formação ligadas a profissionais empregados podem ajudar a garantir que as qualificações adequadas estejam disponíveis em centros mais remotos, como se experienciou na Etiópia e na Zâmbia. Poderiam adaptar-se experiências internacionais de formação contínua em diversos setores, tais como a colocação de médicos em hospitais rurais, que poderia ser adaptada a profissões relacionadas com a construção. Também poderiam ser exploradas abordagens inovadoras.

A transparência é a chave para o sucesso de reformas de governação em vários níveis

A incorporação da transparência nos sete passos estabelecidos no início deste capítulo para a formulação de estratégias de desenvolvimento urbano pode ajudar a atrair financiamento, aumentar a eficiência dos projetos e melhorar a legitimidade fiscal.

Como a próxima secção revela mais pormenorizadamente, o acesso a novos financiamentos para o desenvolvimento urbano implica fornecer aos potenciais financiadores informações sobre oportunidades e riscos, bem como sistemas de responsabilização que documentem os inventários de infraestruturas, as taxas e a cobrança da imposição, recuperação de custos e rácios de dívida-ativos. Além dos atores financeiros, porém, são sobretudo os atores locais, perto do ponto de despesa,

da prestação de serviços e da experiência enquanto cidadãos, quem deve beneficiar de maior transparência e responsabilização. O **Open data** (acesso aos dados públicos) é um dos vários instrumentos para a redefinição das relações entre os atores urbanos. Ao transformar dados em recursos amplamente disponíveis, pode gerar inovações socioeconómicas, abrir caminho a novas ambições de empreendedorismo ou representar a origem de novos empregos. No entanto, o acesso a dados nacionais por si só não é suficiente para permitir a participação cívica: os cidadãos precisam acreditar na qualidade das informações e na capacidade de resposta do governo. Vários países desenvolveram iniciativas de *open data*:

- Nos Camarões, a Association Internationale des Maires Francophones (Associação internacional de presidentes da câmara francófonos – AIMF) incentiva a plena participação dos cidadãos no ciclo orçamental. Um sistema de gestão orçamental do governo local com base num *software* chamado SIM_ba ajuda a comunicar as decisões e a promover a responsabilização e a disponibilidade dos dados. À medida que é alargado a diferentes comunas, a AIMF alega que a utilização de *open data* poderá aumentar a proporção das contas administrativas e públicas depositadas junto da câmara de auditoria do Supremo Tribunal dos atuais 10% para, pelo menos, 50%. O *software* está a ser utilizado noutros países, incluindo Burkina Faso, Chade, Comores, Congo, Guiné, Madagáscar, Mali, Níger e Togo.
- A Kenya Open Data Initiative (KODI) foi lançada em 2011 para conceder livre acesso aos dados do governo e promover uma governação mais transparente e mais eficaz. Essa foi interrompida em 2013, visto que os dados não estavam atualizados, mas foi relançada em julho de 2015 com um portal *on-line* melhorado e trazendo dados mais oportunos e diversificados. Atualmente, 31 ministérios contribuem com dados, a par dos esforços crescentes dos governos locais. Os jornalistas e a sociedade civil estão a receber formação para os utilizar. Mais de 94 milhões de visitantes puderam consultar 830 séries de dados, 92 mapas e 301 gráficos. A KODI continua a ser uma iniciativa descendente, apesar de planear adotar meios mais participativos de gerar dados, trabalhando com movimentos que promovem o *open data* de raiz e o *crowdfunding*. Esta iniciativa já gerou o interesse do Gana, do Ruanda e da Tunísia.

Por último, os **orçamentos participativos** com um tipo específico de *open data* relativo à recolha e ao uso de impostos locais podem melhorar a legitimidade fiscal. Encorajam a descentralização fiscal, tornando as autoridades locais mais inclusivas, autónomas e responsáveis. O sistema YTAX instituído pela Enda Tiers-monde mostra de que forma as novas tecnologias podem facilitar o recurso a orçamentos participativos integrando todos os atores que gerem impostos locais: o coletor, o inspector, o controlador e o presidente da câmara. Cada ator possui uma conta no sistema e é, assim, responsável perante os outros.

Os governos africanos podem usar diversas fontes para financiar estratégias urbanas nacionais

O sétimo passo do quadro de desenvolvimento urbano descrito no início deste capítulo consiste na mobilização de recursos financeiros para apoiar estratégias urbanas nacionais e a nova agenda urbana para a transformação estrutural de África. Tal como explicado acima, o défice de financiamento é enorme e colmatá-lo requer soluções específicas a cada contexto que se sirvam das oportunidades disponíveis nos diferentes países, nomeadamente:

- 1) capacitação das autoridades locais, tornando-as responsáveis enquanto parte das reformas de governação em vários níveis descritas acima
- 2) criação de novos recursos financeiros através de mecanismos financeiros inovadores
- 3) mobilização dos recursos financeiros da comunidade internacional e das oportunidades para a troca de conhecimentos.

É necessário um investimento maciço num vasto leque de infraestruturas para promover cidades africanas vibrantes e inclusivas (Caixa 8.7). São aqui abordados os meios de mobilização do financiamento necessário.

Caixa 8.7. A dimensão da lacuna de infraestruturas urbanas na África subsariana

A África subsariana tem de investir cerca de 90 mil milhões de dólares americanos por ano em infraestruturas, 60 mil milhões dos quais em infraestruturas novas e 30 mil milhões em manutenção. Esta estimativa é baseada no Diagnóstico das Infraestruturas em África Orientado por País (AICD), que avalia globalmente as necessidades de infraestruturas usando uma amostra de 24 países. A abordagem do AICD divide as infraestruturas em três categorias:

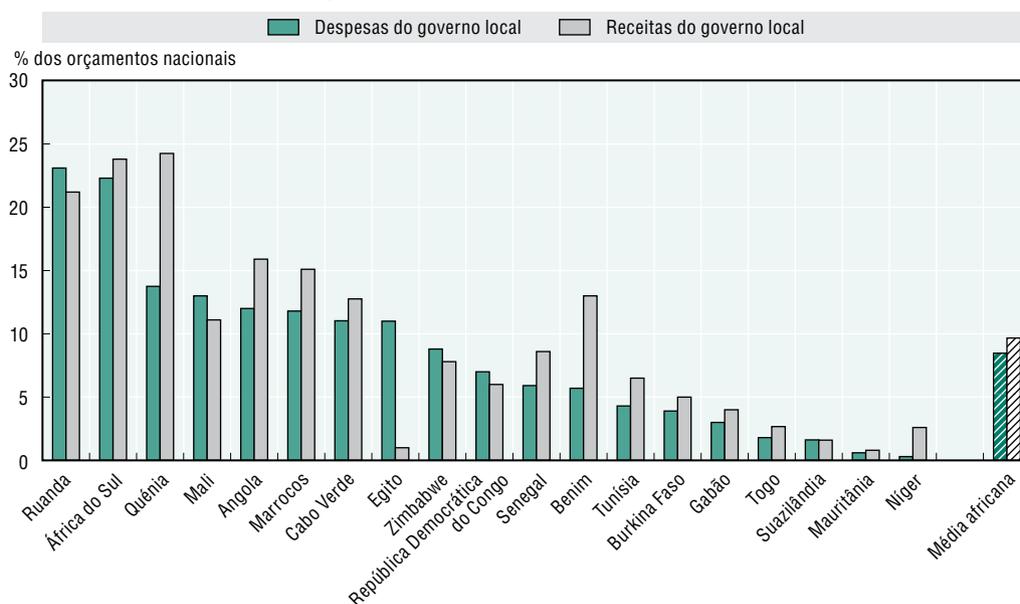
- infraestruturas produtivas ao nível nacional (por exemplo, geração e transmissão de energia, redes de telecomunicações, autoestradas, ferrovias, portos e aeroportos), que representam 34% do total das necessidades (cerca de 31 mil milhões de dólares americanos)
- utilitários e serviços públicos nas áreas urbanas (por exemplo, estradas, eletricidade, água e telecomunicações), que representam 32% do total das necessidades (cerca de 29 mil milhões de dólares americanos)
- utilitários e serviços públicos nas áreas rurais (por exemplo, estradas, eletricidade, água, saneamento e irrigação), que representam 34% do total das necessidades (cerca de 31 mil milhões de dólares americanos).

A abordagem do custo de base, que tem mais especificamente em conta as necessidades para o investimento urbano, estima que a África subsariana requeira entre 12.5 mil milhões e 35 mil milhões de dólares americanos por ano, dependendo da extensão e da densidade populacional urbana. Esta estimativa não inclui o custo do terreno e das instalações de superestruturas (Paulais, 2012: 96-102).

A descentralização fiscal traz consigo autoridades locais capazes e responsáveis

A falta de recursos financeiros das autoridades locais em África é impressionante. Para garantir que um impulso para a reforma política se estabeleça e se mantenha, é essencial dar atenção às dimensões financeiras da agenda de uma tal reforma. De acordo com as estimativas preliminares do Global Observatory of Local Finances, 9.5% das receitas nacionais são concedidas às autoridades locais em 19 estados africanos (Figura 8.2), por contraste com 26% na União Europeia.

Figura 8.2. Receitas e despesas das autoridades locais enquanto proporção dos orçamentos nacionais africanos, 2013



Nota: Dados preliminares. A recolha de dados e respetiva verificação encontram-se em curso e os primeiros resultados ainda não foram totalmente validados. O painel não inclui estados federais. Os dados são referentes ao ano de 2013 exceto no caso de África do Sul (2012), Angola (2012), Burkina Faso (2012), Cabo Verde (2011), Egito (2010), Gabão (2007), Mauritânia (2008) e Togo (despesas de 2006); Tunísia (2012); Zimbábue (2012).

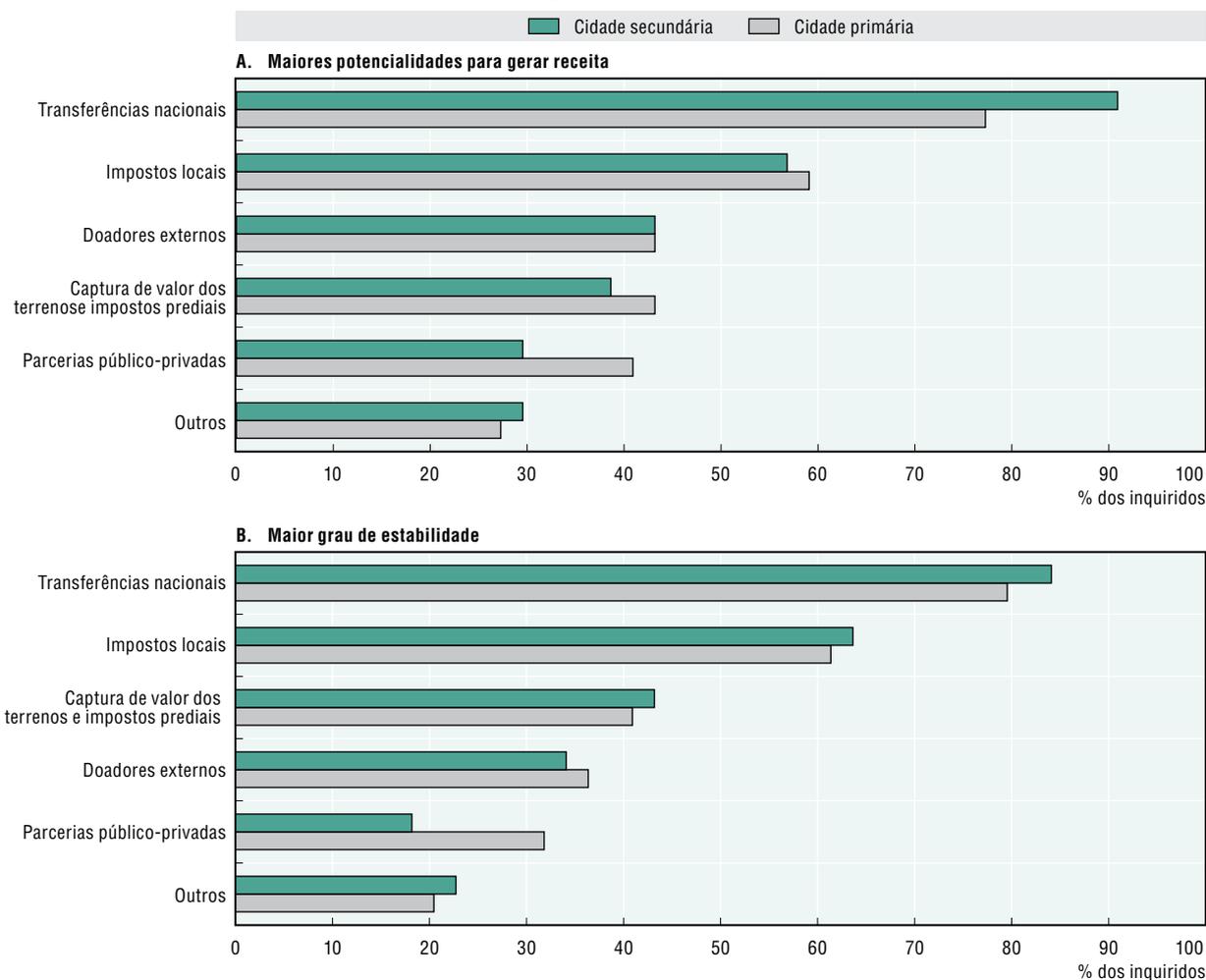
Fonte: CGLU (no prelo).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933392077>

As cidades não podem fazer face ao desafio das infraestruturas sem capacitação suficiente. A difícil tarefa de prestação de assistência social às populações pobres, que é tão importante nas cidades africanas, pode ser melhor gerida ao nível local. Além disso, é mais provável que as decisões orçamentais locais resultem em infraestruturas bem localizadas, em linha com as necessidades locais que vão concentrar os recursos locais. No entanto, a descentralização fiscal tem-se revelado o aspeto mais controverso das reformas da governação em vários níveis devido às fracas capacidades e à débil responsabilização. As autoridades locais devem provar que são instituições responsáveis e transparentes, capazes de prestar serviços básicos.

Os instrumentos de financiamento que as cidades podem usar dependem grandemente do contexto local (Figura 8.3). De acordo com o inquérito do PEA, as transferências do governo central e os impostos locais são classificados como os que têm maiores potencialidades para a mobilização de receitas, tanto em termos de magnitude, como de estabilidade do financiamento. No entanto, as transferências do governo central são classificadas como mais importantes nas cidades secundárias do que nas primárias. Em cerca de 40% dos países, o financiamento a partir de doadores externos, os mecanismos de captura de valor dos terrenos e as parcerias público-privadas (PPP) são tidos como outras importantes fontes de receitas para os governos locais. A participação em PPP parece, contudo, mais comum nas cidades primárias. A globalização trouxe oportunidades inovadoras de financiamento, mas nem todas as cidades podem usar igualmente estes novos instrumentos. A cooperação entre os governos locais pode também racionalizar os esforços de mobilização de recursos.

Figura 8.3. Classificações dos especialistas acerca das fontes de receita dos governos locais, por potencialidades e estabilidade das receitas em cidades primárias e secundárias



Nota: A categoria “outros” inclui as obrigações do tesouro local, remessas e empréstimos junto de bancos de desenvolvimento local e de instituições financeiras privadas. Inquérito respondido por economistas de países do BAD e do PNUD em 45 gabinetes nacionais em África. As respostas são ponderadas por uma resposta por país.

Fonte: Inquérito aos especialistas do PEA, 2016.

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933392088>

A melhoria das finanças locais e uma eficaz governação em vários níveis são dois lados da mesma moeda

Desde que os governos locais sejam transparentes e responsáveis, a descentralização fiscal pode permitir-lhes financiar infraestruturas urbanas através de três canais principais:

- transferências nacionais, que continuam a ser o núcleo das receitas das cidades em muitos países
- impostos locais e instrumentos complementares, tais como mecanismos de captura de valor dos terrenos
- financiamento privado.

As transferências financeiras nacionais e as instituições financeiras especializadas podem incrementar os recursos das cidades

Os mecanismos equalizadores e as modalidades de transferência variam muito entre os países africanos, dependendo da extensão do desequilíbrio fiscal, do contexto institucional de descentralização ou da sua história. A Nigéria, por exemplo, transfere automaticamente 13% das receitas do petróleo para os estados onde se dá a produção, 60% das quais são diretamente concedidos às autoridades locais. Na África do Sul, existe uma fórmula que determina a concessão de apoios usando estimativas dos custos. No Uganda, as transferências fiscais às autoridades locais são condicionais e determinadas numa base *ad hoc*. Para uma análise da descentralização política, administrativa e fiscal em África, ver também BAD/OCDE/PNUD (2015: 189-193).

Uma dúzia de países criaram instituições financeiras especializadas (IFE) para expandir a capacidade financeira das autoridades locais, visto que a maioria das autoridades locais mal consegue aceder a créditos comerciais e mercados de capitais privados. O estatuto e os mandatos das IFE dependem de vários contextos administrativos, níveis de desenvolvimento económico e vontade do governo central no sentido de delegar mecanismos de financiamento. As IFE também devem respeitar as orientações macroprudenciais. Na Tunísia, as IFE levaram ao sobre-endividamento dos governos locais (CGLU, 2010: 53). A Tabela 8.4 esboça uma tipologia das IFE.

Tabela 8.4. Instituições financeiras especializadas em países africanos

Características	País	Instituição de financiamento	Empréstimo de doadores	Mercado de capitais	Recursos próprios	Tributação	Governo central
IFE do Estado ou do sector privado	Marrocos	FEC	√	√	√		
	Nigéria	UDBN	√	√			
Mecanismos ativos crédito municipais	África do Sul	DBSA/INCA	√	√	√		
	Tunísia	CPSC	√	√	√		
Fundo de investimento	Burkina Faso	FICOM/ FPCL	√				√
	Camarões	FEICOM				√	
Mecanismo de crédito municipal limitados ou não existentes	Quênia	LGLA	√		√		√
	Mali	ANICT	√				
	Senegal	ADM	√		√		√

Nota: FEC = Fonds d'Équipement Communal, DBSA = Development Bank of Southern Africa, INCA = Infrastructure Finance Corporation Limited; CPSC = Caisse de Prêts et de Soutien des Collectivités Locales; FEICOM = Fonds Spécial d'Équipement et d'Intervention Intercommunale; LGLA = Local Government Loans Authority; ANICT = Agence Nationale d'Investissement des Collectivités Territoriales; FICOM = Fonds d'Investissement pour les Collectivités Décentralisées; UDBN = Urban Development Bank of Nigeria.

Fonte: Paulais (2012).

Os governos locais podem usar os mecanismos da tributação local e da captura de valor dos terrenos de forma mais eficaz

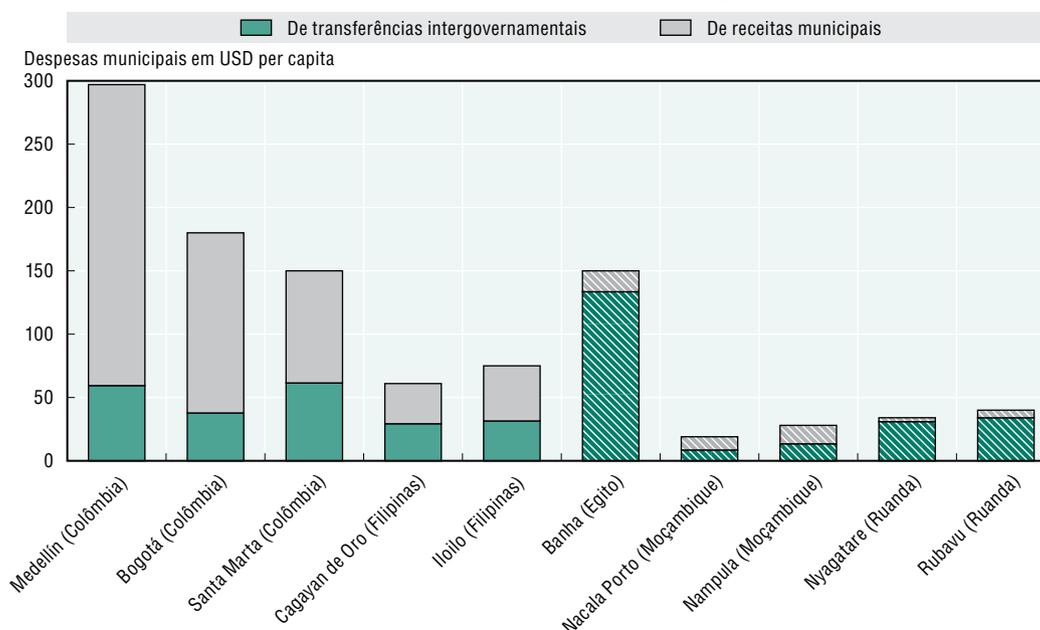
As cidades podem também aumentar as suas receitas alargando a base fiscal à propriedade local e a atividades económicas. O fortalecimento das capacidades fiscais locais é indispensável a todos os países africanos já que pode reforçar as capacidades dos governos locais, mas também aumentar a legitimidade fiscal em geral, incluindo entre os agentes do setor informal. No entanto, a cobrança de impostos locais está estimada em cerca de 1% do rendimento nacional na maioria dos países (BAD/OCDE/ PNUD/UNECA, 2010: 114). Yatta (2016: 19) estima que a tributação local seja extremamente baixa em sete países da África Central e Ocidental, de acordo com três indicadores:

- Os governos locais tributam, segundo as estimativas, 0,7% da receita das famílias locais.
- Os imposto sobre a propriedade local rondam 0%.
- Estima-se que a taxa de coleta local seja 0,20-0,58% do “produto local bruto”, isto é quando uma cidade gera 100 dólares americanos, o respetivo retorno é inferior a 0,60 dólares.

Os dados sugerem situações semelhantes noutros países. De entre 42 países africanos, pelo menos 5 não cobram qualquer imposto local (inquérito aos especialistas do PEA, 2015).

Comparando as receitas de algumas cidades africanas com algumas na Colômbia e nas Filipinas, verificam-se as dificuldades que as cidades africanas enfrentam, em geral, em criar recursos locais (Figura 8.4). Uma escassez de receita local resulta em uma forte dependência das cidades africanas relativamente às transferências nacionais. Estas constituem mais de 85% das receitas de cidades como Banha, no Egito, ou Nyagatare e Rubavu, no Ruanda. A existência de muito poucos recursos criados localmente contribui para o déficit de financiamento das cidades africanas.

Figura 8.4. Receitas de transferências e recursos gerados localmente, certas cidades em África, Colômbia e Filipinas



Nota: USD em paridade do poder de compra, 2013.

Fonte: UN-Habitat (2015a).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933392097>

O desenvolvimento de sistemas fiscais locais eficientes e equitativos pode exigir reformas difíceis, profundas e específicas ao contexto. Por exemplo, a maioria dos impostos locais são diretos, apesar de os impostos diretos serem tendencialmente mais sujeitos a evasão fiscal quando a legitimidade é reduzida. Além disso, pode ser mais difícil fazer a coleta de impostos locais do que de impostos indiretos, sobretudo se a cobrança de impostos não está dentro da capacidade dos governos locais. A análise das contas económicas locais na África Central e Ocidental mostra que o setor informal urbano é, por vezes, tributado a 0,30%, contra 0,10% no setor formal. Nalguns casos, o setor informal pode efetivamente pagar um imposto sobre o valor acrescentado sobre

muitos dos seus insumos já adquiridos como bens finais, enquanto o setor formal pode beneficiar de determinadas isenções fiscais, como, por exemplo, os atraentes novos investimentos (Yatta, 2016: 19). Todavia, alargar a base tributária local, especialmente o imposto sobre a propriedade, é uma questão politicamente sensível. Uma boa estrutura tributária depende, em larga medida, do contexto nacional e local.

A captura de valor dos terrenos pode complementar a coleta da receita local, embora não deva substituir os impostos locais pois estes são instrumentos fiscais legítimos. Num contexto de rápida expansão urbana, os terrenos poderia representar para as autoridades nacionais ou locais uma poderosa ferramenta para a estruturação e o financiamento da urbanização. A captura de valor dos terrenos pode internalizar a flutuação de preços dos terrenos resultantes do dividendo da urbanização. Geralmente, trata-se de um processo em três etapas:

- As decisões regulamentares (mudança no uso do solo, investimento em infraestruturas, etc.) desencadeiam um aumento dos valores fundiários.
- O governo institui, então, um processo de captura de parte ou da totalidade dos ganhos em avaliação de terrenos.
- O valor dos terrenos capturado financia investimentos em infraestruturas para compensar os efeitos negativos derivados da subida dos preços fundiários, tais como a densificação e a gentrificação. Por exemplo, o governo pode servir-se desses fundos para fornecer habitações a preços acessíveis (Suzuki et al., 2015).

A iniciativa *tiers associé* (terceiro associado), lançada em Marrocos em 2007, no contexto da política nacional de eliminação dos bairros de lata, constitui um bom exemplo. Para deslocar os assentamentos informais, as famílias receberam coletivamente uma parcela de terreno com direitos de construção até três ou quatro andares. Duas famílias podem formar uma associação com um terceiro que financia a construção em troca de partes do novo edifício, recebendo as famílias dois apartamentos. Este mecanismo permitiu a rápida criação de habitação formal, bens imobiliários comerciais e terrenos gratuitos para desenvolvimento urbano (Toutain, 2015). A Tabela 8.5 mostra alguns exemplos de iniciativas de financiamento fundiário.

Tabela 8.5. Iniciativas de financiamento fundiário em África

Mecanismos	Exemplos	Description
Extensão urbana formal através de reajuste voluntário de terrenos privados	Reajuste fundiário na cidade secundária de Huango, em Angola	Operações de reajuste fundiário numa área rural de 312 hectares (3.12 km ²) no distrito de Fátima criaram 255 lotes para habitação. Foram concedidos aos proprietários originais 35% da superfície territorial e um título de propriedade, 30% aos utilitários públicos e os restantes 35% vendidos para financiar o projeto. Foram arrecadados USD 800 000 da venda de terrenos e financiadas pequenos melhoramentos de infraestruturas.
Imposto sobre a propriedade e titularização de terras	Registre Foncier Urbain (RFU), Benim	Ao clarificar os títulos de propriedade, o RFU pretendia aumentar os impostos sobre a propriedade e as receitas fiscais locais. Estes aumentaram drasticamente no início da década de 1990, mas diminuíram mais para o final da década, sobretudo por dois motivos: i) a administração central mantém o poder de arrecadar impostos e os impostos locais não são uma prioridade; e ii) os decisores políticos locais hesitam em promover um imposto que não é popular junto dos eleitores.
Venda de terrenos públicos	Venda de terrenos públicos em Adis Abeba, na Etiópia	IEm Adis Abeba, 94% dos terrenos são vendidos pelos municípios a um preço fixado pelas regras administrativas. Em 2014, as receitas provenientes da venda de direitos de desenvolvimento fundiário representaram 6% do orçamento total da cidade de USD 900 milhões e 9% das suas despesas totais em investimento.

Fonte: UN-Habitat (2013) e CGLU (s.d.).

A captura de valor dos terrenos abre perspectivas para o futuro. No entanto, permanece incipiente em parte devido às fraquezas estruturais africanas relacionadas às dificuldades nos processos de registo e de titularização de terrenos (ver acima), a disfuncionalidade dos mercados imobiliário e financeiro e as débeis políticas de planeamento. Os mecanismos de captura de valor dos terrenos são muitas vezes *ad hoc* e difíceis de reproduzir devido a uma falta de institucionalização. A corrupção galopante e o favoritismo podem levar as poderosas elites a embolsar o aumento no valor dos terrenos, como se verificou em Bamako, no Mali (Durand-Lasserve et al., 2015). Os mecanismos de captura de valor dos terrenos são frequentemente o produto das negociações entre diversos organismos públicos, proprietários, utilizadores e agências imobiliárias, o que implica chegar a um consenso sobre o valor e sobre a partilha dos benefícios (Suzuki et al., 2015). A proteção dos direitos fundiários e a institucionalização de um sistema de concessão de aprovação formal a projetos de desenvolvimento dos terrenos permanecem um requisito prévio.

A descentralização fiscal permite aos governos locais angariar financiamento privado

Cumprindo rigorosos regulamentos macro-prudenciais, a terceira dimensão da descentralização fiscal consiste em permitir aos governos locais a utilização dos mecanismos de financiamento do setor privado, tais como instrumentos de dívida local. Tendo uma melhor base fiscal, os governos locais podem contrair empréstimos nos mercados financeiros, desde que respeitem as diretrizes nacionais para a estabilidade macroeconómica:

- Joanesburgo conseguiu acesso aos mercados de capitais em 2004 e emitiu seis obrigações municipais com êxito, a última avaliada em ZAR 90 milhões em dezembro de 2015.
- Em Cabo Verde, os governos locais podem contrair empréstimos junto a bancos comerciais dentro de certos limites para evitar o sobre-endividamento. Os créditos são sobretudo limitados a cinco anos e as taxas de juro são relativamente dispendiosas: 13-14%. Para reduzir riscos, o governo central tem de aprovar cada empréstimo. O orçamento médio do governo local em Cabo Verde é relativamente elevado: em 2007, representava 276 euros por habitante, contra 7 euros no Senegal.
- Os estados federais da Nigéria estão autorizados a contrair empréstimos em mercados de capitais nacionais, com a permissão do governo central. O Estado de Lagos gera 60% dos seus próprios recursos. Através da emissão de obrigações e de parcerias público-privadas, Lagos conseguiu, desde 2008, mobilizar recursos adicionais e melhorar as infraestruturas locais (Paulais, 2012: 321-51; citado em BAD/OCDE/PNUD, 2015).

No entanto, o modelo de emissão de obrigações da Nigéria não pode ser uma solução universal. Esse é adequado principalmente para grandes entidades e governos locais com elevadas perspectivas de crescimento. Além disso, os governos locais podem não obter forçosamente a aprovação das autoridades nacionais, que podem se opor por motivos financeiros, administrativos ou políticos.

Outro instrumento consiste em atrair o investimento direto estrangeiro (IDE) para as infraestruturas urbanas. Estão disponíveis globalmente cerca de 50 biliões de dólares em poupanças e pensões (CCFLA, 2015). Uma parte poderia financiar o desenvolvimento das infraestruturas urbanas em África, mas o continente não recebe financiamento suficiente em investimentos (BAD, 2012). Entre 2009 e 2014, foram gastos 328 mil milhões de dólares em infraestruturas africanas, mas os fluxos de IDE para África contraíram-se como resultado da queda dos preços das matérias-primas (Capítulos 1 e 2). As cidades em países *diversificadores e urbanizadores precoces* (Acra, Casablanca, Cairo, Túnis, Joanesburgo e Lagos) estão a revelar alguma resistência à recessão. Iniciativas

como o fundo África50 para as infraestruturas e o Private Infrastructure Development Group (Grupo de desenvolvimento de infraestruturas privadas) fornecem aos governos africanos conhecimentos técnicos e projetos padronizados que reduzem os custos de transação para os investidores externos. A fim de atenuar os riscos para os investidores, os governos africanos podem usar mecanismos de cobertura, tais como seguros de risco e dispositivos de compromisso oferecidos por organizações internacionais como a Agência Multilateral de Garantia dos Investimentos, que é o braço de seguros do Banco Mundial.

O financiamento inovador oferece novas formas de criar e alocar recursos

Os mecanismos financeiros inovadores podem oferecer novas formas de prestar serviços e evitar os obstáculos ao financiamento de infraestruturas de serviços através de métodos convencionais pagos pelo utilizador. Um bom incentivo ao investimento poderia ser conceder **acesso parcial aos serviços do Estado** e a suas instalações, caso esses fossem bem estruturados e transparentes. Na África do Sul, na Etiópia, no Quênia e na Tunísia, o envolvimento privado no setor energético do Estado, na gestão de resíduos e nos serviços hídricos atraiu investimentos e melhorou a responsabilização do governo perante as partes interessadas. Embora a participação do setor privado apresente risco de corrupção das entidades públicas, um processo bem estruturado pode reduzir as restrições de financiamento. Pode tirar-se partido dos bens públicos para atrair financiamento privado para os serviços, por exemplo, pela extração de materiais valiosos de aterros estatais, como no aterro de Olusosun em Lagos, ou como outros que transformam o gás do aterro em energia (como no Bisaser Road, em Durban) e resíduos verdes municipais em composto (como na Reliance Compost, na Cidade do Cabo). As novas reservas de gás representam uma oportunidade para aplicar esta abordagem, o que poderia abrir caminho a um setor energético menos oneroso, mais estável e inclusivo em África.

A **co-produção** de investimento em infraestruturas pode dar origem a ciclos virtuosos de serviços, criação de emprego e redução de riscos. Apesar do baixo rendimento per capita ser um problema geral de financiamento em África, ainda não foram exploradas as potencialidades de mobilização de recursos financeiros locais em todo o espectro socioeconómico. Algo que é mais provável quando as autoridades locais e as organizações de base comunitária não são excluídas. Por exemplo, as despesas excessivas das famílias em pilhas e parafina levaram as empresas a adotar modelos de financiamento privado para a energia doméstica. Os recursos das famílias podem ser acrescentados ao financiamento internacional para produzir serviços a preços acessíveis. Algo que é demonstrado pelas empresas de serviços energéticos Off-Grid Electric e M-KOPA Solar na África Oriental e pelos “bio-centros” de saneamento no assentamento informal de Kibera, em Nairobi. As contas podem ser pagas por telemóvel, uma tecnologia que está a crescer rapidamente. No processo, as autoridades locais podem tirar maior partido dos seus orçamentos disponíveis e reforçá-los com recursos privados.

Os **fundos verdes e o financiamento climático** podem oferecer novas fontes de investimento, caso lidem com os desafios estruturais na atração de investimentos e usem esses fundos de forma eficiente. Todos os países africanos, salvo dois, assumiram compromissos de mitigação determinados ao nível nacional na COP21, em Paris. A adoção de tecnologias de energia renovável terá de catalisar inovações financeiras. O Green Climate Fund da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas vai fornecer novas opções de financiamento para projetos com emissões de carbono reduzidas. A maior esperança é que os países africanos usem o investimento de 16 biliões de dólares do fundo em energias renováveis e tecnologias

ecológicas para cumprir o Acordo de Paris e o limite de 2°C de aquecimento (Mathres, 2016). O financiamento climático nas cidades africanas pode modernizar o modo de financiamento das infraestruturas. Também pode substituir projetos de mega infraestruturas coordenados centralmente por alternativas, tais como a localização das fontes de energia mais próximas do ponto de procura. Porém, as agências multinacionais que cedem estes fundos têm de se alinhar com as necessidades e iniciativas locais.

A valorização do **capital ecológico** oferece possibilidades para a prestação de serviços. Na ausência de serviços formais, muitos residentes urbanos dependem demasiado dos bens e serviços oferecidos pelo meio ambiente para obter água potável, proteção contra inundações e lazer (ver Capítulos 6 e 7). Embora vulneráveis, os bens e serviços ecossistêmicos podem ser fiscalmente eficientes. É esta a lógica por trás do Upper Tana-Nairobi Water Fund (Caixa 8.8). Um financiamento que reconheça o papel do capital ecológico pode criar postos de trabalho para os jovens urbanos desempregados com poucas qualificações.

Existem ainda outros mecanismos financeiros inovadores para o desenvolvimento urbano em África. Estes incluem o financiamento proveniente dos países emergentes, fundos soberanos, remessas dos emigrantes e obrigações da diáspora (BAD/OCDE/PNUD, 2015: 219).

Caixa 8.8. O fundo Upper Tana-Nairobi Water Fund

O projeto do Upper Tana-Nairobi Water Fund, que incide sobre a bacia hidrográfica que fornece 95% da água a Nairobi, seria o primeiro do seu género em África. Um fundo para a água é benéfico tanto para os recursos hídricos como para a conservação dos solos. Esse financia uma “infraestrutura verde” usando sistemas naturais e é mais barato do que a “infraestrutura cinzenta” dos reservatórios, de várias barragens e das estações de tratamento de água. Foram implementados fundos para a água em cidades como Quito ou o Rio de Janeiro.

Por um orçamento de 10 milhões de dólares americanos ao longo de dez anos, os investimentos fundamentais incluem a gestão de áreas ribeirinhas (a interface entre o rio e a terra), a agrossilvicultura, a construção de terraços, o reflorestamento, a criação de faixas de erva e a atenuação dos problemas rodoviários. Espera-se que os agricultores locais beneficiem de reduções da erosão do solo e de danos relacionados à produção e de uma melhoria da qualidade e do fornecimento de água. A área gozaria, por conseguinte, de maior produtividade agrícola (TNC, 2015).

A eliminação progressiva dos subsídios aos combustíveis fósseis poderia libertar investimentos em energias renováveis

Um cenário hipotético criado para o presente relatório mostra de que forma a eliminação progressiva dos subsídios aos combustíveis fósseis poderia libertar investimentos em energias renováveis. Globalmente, os investimentos em sistemas de energias renováveis apresentaram um crescimento sem precedentes: de 39 mil milhões de dólares americanos em 2004 para 329 mil milhões em 2011. Na África subsariana, prevê-se que a eletricidade gerada do carvão caia de 56% da energia total em 2012 para 27% em 2040. No mesmo ano, estima-se que as fontes de energias renováveis forneçam 41% do total da eletricidade, mais de metade dos quais de centrais hidroelétricas. Investir em fontes de energias renováveis isoladas (*off-grid*) é uma opção atraente na África subsariana, onde 50% da população urbana vive sem ligação à rede. A energia solar *off-grid*, em particular, pode permitir aos utilizadores ter acesso a iluminação e, nalguns casos, a minigeradores de eletricidade com base em energias renováveis.

De acordo com a análise do programa ReCalc do World Wide Fund for Nature (WWF) numa amostra de 24 cidades africanas, a realocação de subsídios aos combustíveis fósseis poderia disponibilizar aproximadamente 16 mil milhões de dólares para investimentos em energias renováveis entre 2017 e 2025 (Tabela 8.6). Estes investimentos poderiam aumentar a capacidade elétrica instalada das cidades em 6 600 megawatts e gerar 16 milhões de megawatts-horas anualmente. Com os atuais níveis de consumo, a capacidade acrescida daria resposta à procura de mais 55 milhões de pessoas. A substituição dos combustíveis fósseis por fontes renováveis para a eletricidade poderia reduzir as emissões de gases do efeito de estufa em 590 milhões de toneladas de dióxido de carbono e poupar diretamente 20 milhões de litros de água.

Tabela 8.6. Cenário da ReCalc para a substituição dos subsídios aos combustíveis fósseis por investimentos em energias renováveis em 24 cidades africanas

Cidade	Subsídios nacionais aos combustíveis fósseis antes de impostos (2015)	Investimento líquido em energias renováveis (2017-25)	Capacidade acrescida (2017-25)	Pessoas cujo consumo anual de eletricidade seria abrangido (anualmente)	Emissões de gases do efeito estufa evitados (2017-74)	Consumo de água evitado (2017-74)	Empregos criados (2017-74)
	Milhares de milhão de dólares americanos	Milhares de milhão de dólares americanos	Megawatts		Milhões de toneladas equivalentes de CO ₂	Milhões de litros	
Abidjã	0.99	1.7	692	7 563 470	55	1 723 013	42 012
Acra	0.10	0.1	26	194 348	2	63 816	1 555
Antananarivo	0.11	0.1	42	188 266	4	132 418	2 497
Campala	0.32	0.1	52	290 245	6	197 304	2 931
Cidade do Cabo	2.51	1.3	523	203 471	35	1 224 320	31 382
Dar es Salaam	0.75	0.6	256	5 890 533	24	801 073	15 107
Douala	0.77	0.6	309	3 837 944	31	1 026 728	17 052
Durban	2.51	0.8	406	157 817	27	949 708	24 340
Harare	2.70	1.9	751	3 037 570	71	2 346 154	44 249
Jos	0.92	0.0	14	215 978	1	39 806	823
Kigali	0.03	0.0	10	58 210	1	39 529	588
Kinshasa	0.68	0.8	320	9 921 751	33	1 063 633	17 663
Kumasi	0.10	0.1	33	247 137	3	81 176	1 980
Libreville	0.10	0.3	120	358 661	12	400 853	6 655
Luanda	0.96	1.8	706	7 291 376	66	2 203 822	41 562
Lusaca	2.06	2.4	948	3 774 481	89	2 960 824	55 838
Maputo	1.05	0.3	133	679 462	12	414 552	7 818
Marraquexe	0.25	0.1	28	77 529	2	77 988	1 652
Matola	1.05	0.3	117	600 013	11	366 016	6 903
Mombaça	0.16	0.0	13	224 642	1	47 736	709
Nairobi	0.16	0.1	45	812 782	5	172 662	2 565
Ouagadougou	0.14	0.2	78	396 313	6	192 601	4 707
Pointe-Noire	0.69	1.1	441	7 896 555	45	1 467 183	24 363
Túnis	1.04	1.4	560	962 151	46	1 560 855	33 038
TOTAL	16.3	16.1	6 621	54 880 707	590	19 553 772	387 992

Nota: O Fundo Monetário Internacional não disponibiliza dados para o Gabão nem para o Gana, por tal motivo foram usadas as estimativas de subsídios da Agência Internacional de Energia. Com base no consumo de eletricidade per capita (Banco Mundial, 2015b), foi usada a média subsariana para quatro países com dados em falta (Burkina Faso, Madagáscar, Ruanda e Uganda).

Fonte: Elaborado pela WWF para a presente edição das *Perspetivas económicas em África*. Estão disponíveis mais informações sobre este instrumento em <http://recalc.wwf.no/>.

A cooperação internacional pode apoiar estratégias urbanas nacionais

A cooperação internacional pode fornecer financiamento e *know-how* técnico para apoiar as estratégias urbanas integradas. O Banco Africano de Desenvolvimento investiu, desde 2000, mais de 3.2 mil milhões de dólares americanos no fornecimento de água e saneamento urbanos e está a criar uma política de financiamento sub-nacional e um fundo fiduciário municipal. A Agence Française de Développement (AFD) adotou recentemente uma estratégia urbana integrada com base numa abordagem regional, mobilizando os atores locais e promovendo a cooperação descentralizada. A AFD adapta igualmente o financiamento ao nível de maturidade dos planos urbanos: empréstimos diretos às autoridades locais e facilidade de crédito ou empréstimos a Estados para crédito de retrocessão às autoridades locais. A AFD fez empréstimos às cidades de Joanesburgo e Ouagadougou, mas poucos outros doadores já fizeram empréstimos aos governos locais.

Outras agências doadoras ajudaram muitas vezes na governação urbana através de: i) reforço da coordenação com limites claros de jurisdição entre o governo central e as autoridades locais; ii) concessão de maior autonomia financeira às autoridades locais, sobretudo melhorando a sua base fiscal; e iii) estabelecimento de mecanismos equalizadores entre as autoridades locais. A Caixa 8.9 mostra como a cooperação entre as autoridades locais e nacionais e os atores internacionais pode ajudar no acompanhamento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 relativo às cidades sustentáveis.

A crescente cooperação Sul-Sul pode divulgar experiências testadas e comprovadas entre os países que se defrontam com desafios comuns. Por exemplo, o Bus Rapid Transit (BRT), um modelo de transporte público originalmente implementado em Curitiba (Brasil) em 1974, foi adotado por muitas cidades no hemisfério sul, incluindo Lagos em 2008. As normas e as prioridades exigidas pelo sistema BRT, em comparação com as soluções mais complexas do Norte, revelam-se mais adequadas às cidades africanas que enfrentam um crescimento urbano descontrolado e um “urbanismo de bairros de lata” sem capacidades adequadas. Da mesma forma, o êxito da iniciativa de melhoramento da favela de Chamanculo em Salvador (Brasil), caracterizada por uma forte participação da comunidade, inspirou uma experiência semelhante em Maputo (Moçambique).

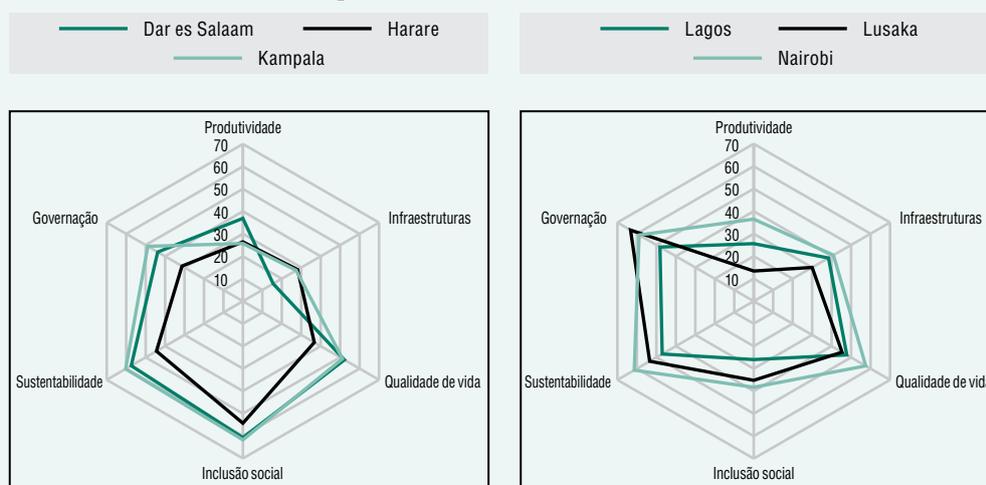
Caixa 8.9. Medição dos progressos realizados para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11

Os novos métodos e processos de recolha de dados permitem aos governos da cidade acompanhar os respetivos progressos rumo ao ODS 11, à urbanização e às suas próprias agendas. A UN-Habitat adaptou a Iniciativa de Prosperidade das Cidades (CPI, na sigla inglesa) ao quadro de acompanhamento global dos ODS, incluindo o ODS 11, e a futura Nova Agenda Urbana. Adotando a CPI, um governo municipal pode ir acompanhando os progressos por meio de uma plataforma única para a tomada de decisões em vários níveis entre os diversos do governo. A CPI já está a ser implementada em mais de 200 cidades no Egito e na Etiópia. O governo de Adis Abeba tem usado uma CPI contextualizada para acompanhar a implementação do plano de transformação estrutural da Etiópia. Após uma avaliação inicial, as autoridades locais estão a organizar consultas públicas para melhor compreender problemas graves e propor planos de ação para os resolver.

Caixa 8.9. Medição dos progressos realizados para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (cont.)

No entanto, muitos indicadores propostos para acompanhar os progressos do ODS 11 revelam-se difíceis de medir para as cidades. O centro Mistra Urban Futures verificou que os objetivos e indicadores propostos para o ODS 11 colocam desafios significativos a todos os cinco governos locais com que trabalha (Bangalore (Bengaluru), Índia; Cidade do Cabo, África do Sul; Gotemburgo, Suécia; Grande Manchester, Reino Unido; e Kisumu, Quênia). Os problemas de disponibilidade de dados, facilidade de acesso ou recolha e perceção de relevância colocam dificuldades às cidades africanas, europeias e asiáticas. Até indicadores como a disponibilidade e a acessibilidade dos serviços de transportes revelam grandes disparidades. A diversidade dos contextos urbanos também dificulta a aplicação de medidas universais. Por exemplo, a definição europeia de habitação inapropriada com base nos regimes de propriedade e na segurança, não serve para classificar dois terços dos residentes de Kisumu. Da mesma forma, os serviços de transportes informais e semirregulamentados seriam incluídos na maioria das cidades africanas e asiáticas, mas excluídos de cidades noutras regiões do mundo (Simon et al., 2015).

Figura 8.5. Exemplos do Índice de Prosperidade da Cidade para seis cidades africanas



Nota: Cada dimensão possui uma escala de 0 a 100, sendo que uma pontuação mais elevada representa um melhor resultado na respetiva dimensão.

Fonte: UN-Habitat (2015b).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933392106>

Nota

1. O Conselho administrativo da UN-Habitat, um órgão subsidiário da Assembleia Geral das Nações Unidas, adotou orientações sobre a descentralização e o reforço das autoridades locais em 2007. Estas orientações são a única declaração internacional não vinculativa de apoio à descentralização enquanto estratégia para o desenvolvimento, sendo o único outro documento semelhante a Carta Europeia de Autonomia Local, que só se aplica aos membros do Conselho da Europa.

Bibliografia

- Andrews, M., L. Prichett e M. Woolcock (2012), “Escaping capability traps through problem driven iterative adaptation”, *CID Working papers*, No. 240, Centro de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Harvard.
- Angelakis, A.N. e J.B. Rose (2014), *Evolution of Sanitation and Wastewater Management through the Centuries*, IWA Publishing, Londres.
- APP (2015), “PowerPeople Planet: Seizing Africa’s energy and climate opportunities”, *African Progress Report 2015*, Africa Progress Panel, www.africanprogresspanel.org/publications/policy-papers/2015-africa-progress-report (consultado em março de 2016).
- BAD (2012), *Programme for Infrastructure Development in Africa (PIDA): Interconnecting, Integrating and Transforming a Continent*, Banco Africano de Desenvolvimento, Adis Abeba.
- BAD/OCDE/PNUD (2015), *Perspetivas económicas em África 2015, Desenvolvimento territorial e inclusão espacial*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2015-fr>.
- BAD/OCDE/PNUD/UNECA (2010), *Perspetivas Económicas em África 2010*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2010-en>.
- Banco Mundial (2015a), *Ethiopia Urbanization Review: Urban Institutions for a Middle-Income Ethiopia*, Banco Mundial, Ethiopian Government and Cities Alliance, Washington, DC.
- Banco Mundial (2015b), *World Development Indicators (base de dados)*, <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators> (consultada em dezembro de 2015).
- Banco Mundial (2013), “Building sustainability in an urbanizing world: A partnership report”, *Urban Development Series Knowledge Papers*, No. 17, Banco Mundial, Washington, DC.
- Cartwright, A. (2015), “Better growth, better cities: Rethinking and redirecting urbanisation in Africa”, *Working Paper*, African Center for Cities and The New Climate Economy: The Global Commission on the Economy and Climate, Washington, DC, <http://2015.newclimateeconomy.report/wp-content/uploads/2015/09/NCE-APP-final.pdf>.
- CCFLA (2015), “Bangkok-Johannesburg blueprint”, Cities Climate Finance Leadership Alliance, Nova Iorque.
- CGLU (2010), *Local Government Finance: The Challenges of the 21st Century*, Segundo relatório global relativo à democracia local e à descentralização (GOLD II), Cidades e Governos Locais Unidos, Barcelona, www.cities-localgovernments.org/gold/Upload/gold_report_2/2010%20EXECUTIVE%20SUMMARY%20baixa.pdf.
- CGLU (no prelo), *Global Observatory on Local Finance*, resultados preliminares, Cidades e Governos Locais Unidos, Barcelona.
- CGLU (s.d), *Financement et capital local foncier-immobilier : quelles options et quelles conditions de mise en oeuvre ?*, Cidades e Governos Locais Unidos, Barcelona.
- Cheru, F. (2014), *Structural Transformation in Ethiopia: The Urban Dimension*, UN-Habitat, Nairobi.
- Comissão Brundtland (1987), “Report of the World Commission on environment and development: Our common future”, Oxford University Press.
- Currie, P. et al. (2015), “Towards urban resource flow estimates in data scarce environments: The case of African cities”, *Journal of Environmental Protection*, Vol. 6, pp. 1066/-1083.
- Dinh, H. et al. (2012), *Light Manufacturing in Africa*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://doi.org/10.1596/978-0-8213-8961-4>.
- Durand-Lasserve, A., M. Durand-Lasserve e H. Selod (2015), *Le Système d’Approvisionnement en terres dans les villes d’Afrique de l’Ouest : L’exemple de Bamako*, Fórum pour le développement de l’Afrique, Agence Française de Développement e Banco Mundial.
- Elong Mbassi, J.-P. (2016), “National urban policies, urban planning and governance: Think national, act global” discurso do painel de alto nível em nome da Cidades e Governos Locais Unidos, Reunião regional africana Habitat III, 24-26 fevereiro, Abuja.
- Jaglin, S. (2014), “Regulating service delivery in southern cities: Rethinking urban heterogeneity”, in S. Parnell e S. Oldfield (ed.), *A Routledge Handbook on Cities of the Global South*, Routledge, Abingdon e Nova Iorque.
- Lawanson, T. (2015), “Governing Lagos in the urban century: The need for a paradigm shift, Conclusion and Outlook”, in F. Hoelzel (ed.), *Urban Planning Processes in Lagos: Policies, Laws, Planning Instruments, Strategies and Actors of Urban Projects, Urban Development, and Urban Services in Africa’s Largest City*, Heinrich Böll Stiftung Nigeria e Fabulous Urban, Lagos.
- Lighting Africa (2010), *Solar Lighting for the Base of the Pyramid: Overview of an Emerging Market*, Societe financiere internationale e Banco Mundial, junho.

- Map Kibera (2016), “Making the invisible visible”, <http://mapkibera.org> (consultado a 24 de março de 2016).
- Mathres, M. (2016), “Paris Agreement unleashes \$16 trillion of investment in renewables and cleantech”, EcoWatch Website, <http://ecowatch.com/2016/01/26/investment-renewables-cleantech> (consultado em março de 2016).
- OCDE (2016), *Examen multidimensionnel de la Côte d’Ivoire : Volume 1, Évaluation initiale*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264248557-fr>.
- Paulais, T. (2012), *Financing Africa’s Cities: The Imperative of Local Investment*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://doi.org/10.1596/978-0-8213-9455-7>.
- Pieterse, E. (2011), “Grasping the unknowable: Coming to grips with African urbanisms”, *Social Dynamics*, 38/1, pp. 5-23.
- Pinel, A. (2013), “Lorsque le Sud innove en matière durable : le projet de transport en commun d’Amman”, *Environnement Urbain/Urban Environment*, Vol. 7, <http://dx.doi.org/10.7202/1027725ar>.
- République de Côte d’Ivoire (2016), website do Ministère des Infrastructures économiques, www.infrastructures.gouv.ci/principal.php?page=10 (consultado em abril de 2016).
- République du Sénégal (2013), *Loi n° 2013-10 du 28 décembre 2013 portant Code général des Collectivités locales*, Government Publication, www.au-senegal.com/IMG/pdf/code_general6119.pdf (consultado em março de 2016).
- Simon, D. et al. (2015), “Developing and testing the urban sustainable development goal’s targets and indicators: A five-city study”, *Environment and Urbanization*, <http://dx.doi.org/10.1177/0956247815619865>.
- Song, L. (2013), *Southeast Asian Secondary Cities: Frontiers of Opportunity and Challenges*, Community Innovators Lab, Massachusetts Institute of Technology.
- Speakman, J. e M. Koivisto (2013), “Growth poles: Raising competitiveness and deepening regional integration”, in *The Africa Competitiveness Report 2013*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Suzuki, et al. (2015), “Financing Transit-Oriented Development with Land Values: Adapting Land Value Capture in Developing countries”, *Urban Development Series*, Grupo Banco Mundial.
- Swilling, S. (2015), *Greening African Cities: Urbanization, Structural Transformation and Sustainable Resource Use*, relatório encomendado pela Comissão Económica das Nações Unidas para África.
- TNC (2015), *Upper Tana-Nairobi Water Fund: Business Case, Version 2*, The Nature Conservancy, Nairobi, Quênia, www.nature.org/ourinitiatives/regions/africa/upper-tana-nairobi-water-fund-business-case.pdf.
- Toutain, O. (2015), “Regard sur la pratique de financement du relogement des bidonvillois par des investisseurs privés : cas de Casablanca”, apresentação no seminário “Gouvernance territoriale et projets d’habitat social au Maroc”, EGE Rabat – INAU, 14 de abril.
- UA (2014), “African charter on the values and principles of decentralisation, local governance and local development”, adoptada pela 23.ª sessão ordinária da assembleia, Malabo, Guiné Equatorial, 27 de junho, União Africana, Adis Abeba.
- UCLG (2014), *Basic Services for All in an Urbanizing World*, Terceiro relatório global relativo à democracia local e à descentralização (Gold III), Cidades e Governos Locais Unidos, Barcelona.
- UN-Habitat (2015a), *UN-Habitat Governing Council Presentation on Achieving Sustainable Urban Development Programme*, Conferência sobre urbanização Habitat III, Nairobi, Quênia, 17 de abril.
- UN-Habitat (2015b), “City Prosperity Index: Ethiopian city – Addis Ababa” UN-Habitat Global Urban Observatory, Research and Capacity Development Branch, <http://unhabitat.org/city-prosperity-index-ethiopian-city-addis-ababa>.
- UN-Habitat (2013), “Huambo Land Readjustment”, *Urban Legal Case Studies*, Vol. 1, Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, Nairobi, www.gltm.net/jdownloads/GLTN%20Documents/huambo_land_readjustment_case_study_final.pdf.
- UN-Habitat (2008), *Secure Land Rights for All*, Programa das Nações Unidas para os Assentamentos, Nairobi.
- Yatta, F. (2016), *Urbanisation et transformation structurelle en Afrique : comment supprimer les contraintes qui entravent le développement des économies locales*, *Documentos de apoio do Centro de Desenvolvimento da OCDE para as Perspetivas económicas em África 2016*.

ANGOLA

- A economia de Angola cresceu 3.8% em 2015 e o crescimento do PIB vai permanecer moderado, em 3.3% em 2016 e 3.5% em 2017, devido à queda dos preços do petróleo bruto.
- Políticas para acelerar a diversificação económica e fortalecer o desenvolvimento humano e o crescimento equitativo são necessárias para reduzir a vulnerabilidade a choques externos.
- O investimento em infraestruturas económicas e sociais é necessário para reforçar a sustentabilidade do processo de urbanização do país.

A riqueza dos recursos naturais de Angola ajudou a atrair o investimento direto estrangeiro e a garantir um forte crescimento económico ao longo da última década. Mas a economia tem sofrido recentemente um choque estrutural importante devido à queda dos preços do petróleo bruto, e as previsões para os próximos anos continuam muito incertas relativamente à evolução das exportações de petróleo do país e dos preços internacionais das matérias-primas. O crescimento do produto interno bruto (PIB) deverá manter-se moderado, em 3.3% em 2016 e 3.5% em 2017, abaixo dos 3.8% registados em 2015. O crescimento do setor petrolífero será em média de 4%, enquanto se prevê que o setor não petrolífero registre uma pequena melhoria, com um crescimento de 3.4%, impulsionado principalmente por uma forte recuperação na agricultura.

Em janeiro de 2016, o Governo adotou uma estratégia de mitigação da crise do petróleo com vista a encontrar substitutos do petróleo como fontes de receitas. Espera-se que a agricultura desempenhe um papel fundamental para estimular as exportações do país e gerar divisas. A estratégia também prevê investimentos em infraestruturas, a redução gradual das importações, o aprofundamento das reformas do setor financeiro, o desenvolvimento de competências e a melhoria do ambiente de negócios. As principais iniciativas para melhorar a facilidade de fazer negócios implicam reduzir a burocracia e facilitar o crédito. Não obstante estas reformas, o quadro jurídico ainda precisa de ajustes para aliviar o ambiente de negócios. A desigualdade de rendimentos, o desemprego e a pobreza continuam a ser um desafio para Angola. Os desequilíbrios económicos regionais também persistem. São necessários investimentos transformadores para descongestionar as grandes cidades e conectá-las com os principais polos de crescimento económico, particularmente nas zonas rurais.

Embora Angola seja vista como sendo altamente urbanizada, com 62.3% da população a viver em áreas urbanas, o país precisa de ampliar as oportunidades de desenvolvimento humano da população. No âmbito do seu Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, o Governo está a desenvolver uma estratégia de desenvolvimento territorial para criar uma rede de polos de desenvolvimento. O país tem um Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, um Plano Metropolitano 2015-2030 para Luanda e vários projetos de urbanização em curso noutras áreas. A migração rural-urbana tem sido um dos principais motores da urbanização, especialmente durante os 27 anos de conflito armado que se seguiram à independência em 1975. O país conta com 18 províncias divididas em municípios, comunas, cidades e aldeias. Dependendo da configuração, o Governo reconhece diferentes critérios de classificação das áreas urbanas. Há uma necessidade de integrar progressivamente a habitação informal no planeamento e gestão das cidades para fortalecer as capacidades institucionais nacionais para a gestão da urbanização e desenvolvimento urbano e rural.

Indicadores macroeconómicos

	2014	2015(e)	2016(p)	2017(p)
Crescimento real do PIB	4.8	3.8	3.3	3.5
Crescimento real do PIB per capita	1.5	0.5	0.1	0.3
Inflação medida pelo IPC	7.3	10.2	14.1	14.8
Saldo orçamental, em % do PIB	-5.6	-4.1	-5.5	-5.6
Conta corrente, em % do PIB	-2.5	-7.2	-5.4	-5.4

Fonte: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.

CABO VERDE

- O crescimento real do PIB de Cabo Verde acelerou para 3.6% em 2015, de 1.8% em 2014 e 0.8% em 2013, devido ao aumento das receitas do turismo, à melhoria da procura interna e à manutenção dos baixos preços da energia. No entanto, a economia ainda apresenta um baixo desempenho devido à deflação e ao elevado desemprego.
- Enquanto os défices em conta corrente e do Governo têm diminuído relativamente aos níveis anteriormente elevados, a consolidação orçamental continua a ser uma prioridade para reduzir o risco de sobre-endividamento, tranquilizar os investidores e salvaguardar a estabilidade macroeconómica.
- Apesar da insularidade de Cabo Verde e da desigual distribuição da população entre as ilhas, a sua renovação urbana pode promover transformações estruturais, proporcionando oportunidades informais e aos microempresários para melhorar e expandir a sua integração no mercado.

A recuperação da economia de Cabo Verde continua débil devido à fraca economia global e à vulnerabilidade interna. O turismo e o investimento estrangeiro ligado ao turismo, incluindo a construção, continuam a ser os principais motores do crescimento. Na verdade, o crescimento económico acelerou para cerca de 3.6% em 2015 (de 1.8% em 2014 e 0.8% em 2013), devido ao retorno do investimento direto estrangeiro (IDE) – que cresceu 13% em 2014 – sobretudo no turismo. No entanto, a atividade económica está ainda aquém do seu potencial. Para além da eficiência do setor público, o crescimento de longo prazo de Cabo Verde depende do aumento da sua produtividade. Em 2016 e 2017, espera-se que o crescimento apresente uma recuperação, alcançando uma taxa média de 4%, abaixo da taxa registada nos anos de boom antes da crise financeira global.

A situação orçamental melhorou ligeiramente em 2015 devido à contenção progressiva do programa de investimentos públicos (PIP), mas permanece vulnerável. O défice global do Orçamento deverá cair em 2015 para 4.5% (de 7.4% em 2014), e novamente em 2016 para 4%. Outro desafio reside em definir as políticas adequadas com vista a responder à exigência de sustentabilidade da dívida e à necessidade de promover o crescimento económico. A dívida pública deverá atingir 118% do PIB em 2015, contra 94.7% em 2013. Embora a dívida pública externa seja alta (76.2% do total da dívida pública em 2015), continua a ser esmagadoramente concessional, e os indicadores do serviço da dívida mostram que o país deve permanecer confortável no cumprimento das suas futuras obrigações da dívida.

A população urbana da Cabo Verde corresponde a cerca de 65% da população do país de 514 000 habitantes. A alta taxa de urbanização deve-se, principalmente, à migração rural-urbana. Embora o aumento da taxa de urbanização seja uma fonte de problemas sociais, também apresenta oportunidades informais e para os microempresários no sentido de melhorar e expandir a sua integração no mercado. Com uma taxa de alfabetização notável, superior a 85%, Cabo Verde possui a base para um crescimento económico impulsionado por uma população urbana robusta, com competências adequadas a um setor privado competitivo. A renovação urbana do país pode, portanto, ser um importante motor de transformação estrutural nos próximos anos.

Indicadores macroeconómicos

	2014	2015(e)	2016(p)	2017(p)
Crescimento real do PIB	1.8	3.6	4.0	4.0
Crescimento real do PIB per capita	0.5	2.4	2.8	2.7
Inflação medida pelo IPC	-0.2	0.0	1.6	2.7
Saldo orçamental, em % do PIB	-7.4	-4.5	-4.0	-3.8
Conta corrente, em % do PIB	-8.0	-9.0	-9.8	-10.4

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões com base em cálculos dos autores (p).

GUINÉ-BISSAU

- Apesar de uma taxa de crescimento prevista de 4.8% para 2015 e das projeções de 5.7% para 2016 e 6.2% para 2017, as perspectivas permanecem frágeis porque estão fortemente dependentes do clima sociopolítico, do desempenho do setor do caju e da continuidade do processo de reformas.
- Verificaram-se progressos notáveis nas reformas graças a uma melhor integração das prioridades de desenvolvimento do país. No entanto, a capacidade do Estado para continuar e reforçar a gestão das finanças públicas será determinante por uma recuperação a médio prazo.
- A cidade de Bissau é o principal polo de atração económica do país. No entanto, na perspectiva de um crescimento inclusivo, as políticas públicas devem dinamizar as cidades secundárias e promover o desenvolvimento económico e social do meio rural.

O regresso à ordem constitucional em 2014 permitiu à Guiné-Bissau melhorar a sua situação socioeconómica e retomar o caminho do crescimento. Após três anos de estagnação, devido ao golpe de Estado de 2012, o país registou uma significativa taxa de crescimento, de 4.8% em 2015. A taxa de crescimento situou-se apenas nos 0.9% em 2013 e nos 2.7% em 2014. A recuperação económica foi impulsionada pela boa comercialização da castanha de caju e por uma colheita agrícola de bens alimentares em claro crescimento, mas também pela crescente confiança do setor privado, pelas reformas do setor público (incluindo o saneamento das finanças públicas) e pelo retorno dos doadores de fundos, como demonstrado pelo sucesso da Mesa Redonda de parceiros realizada em Bruxelas, em março de 2015. No entanto, 2015 também registou sobressaltos políticos que podem minar o crescimento projetado e a viabilidade das reformas em curso. A situação política e os riscos climáticos que podem pesar sobre o setor primário, constituem os principais riscos para o crescimento a curto prazo. Partindo do princípio que as tensões políticas atuais se resolverão, que se registará uma pluviosidade semelhante à registada em 2015 e que as reformas em curso se manterão, o crescimento estimado é de 5.7% em 2016 e de 6.2% em 2017.

Em comparação com os anos anteriores, 2015 foi marcado por um aumento significativo das receitas e das despesas. Durante o período de transição, a gestão das finanças públicas deteriorou-se significativamente. Com a criação de comités de tesouraria e o reforço de certos postos nas alfândegas, as autoridades puderam, ao longo de 2015, melhorar tanto a gestão como a administração fiscal. Embora os grandes projetos sejam ainda necessários para manter os progressos realizados desde o fim do período de transição, estas melhorias permitiram um melhor funcionamento do Estado (salários pagos a tempo, pagamento de salários em atraso, etc.). Assim, a taxa de pressão fiscal passou de 8.7% em 2014 para 10.5% em 2015. Quanto ao saldo orçamental global, em 2015, situa-se em -2.2% do Produto Interno Bruto (PIB). O saldo primário é 1.6%. Em 2015, prevê-se que a inflação, avaliada pelo índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) se situe em 1.5%, em resultado de uma recuperação da procura.

A situação social e o desenvolvimento humano pouco melhoraram relativamente a 2014. Ainda que a consolidação das finanças públicas e o apoio dos parceiros técnicos e financeiros tenham permitido uma melhor gestão dos setores da educação e da saúde, a situação geral continua a ser preocupante. O país tem um dos indicadores mais baixos de desenvolvimento humano (IDH) e os dados de uma recente pesquisa com recurso a vários inquéritos agregados de indicadores múltiplos (MICS IV) evidenciam carências significativas em termos de desenvolvimento humano. Estas insuficiências são ainda mais acentuadas para as mulheres e para as populações rurais.

Indicadores macroeconómicos

	2014	2015(e)	2016(p)	2017(p)
Crescimento real do PIB	2.7	4.8	5.7	6.2
Crescimento real do PIB per capita	0.2	2.4	3.4	3.8
Inflação medida pelo IPC	1.9	1.5	2.1	1.8
Saldo orçamental, em % do PIB	-2.1	-2.2	-2.7	-3.1
Conta corrente, em % do PIB	-1.3	1.5	-2.4	-2.6

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

MOÇAMBIQUE

- O crescimento do PIB de Moçambique em 2015 desacelerou para 6.3% devido às menores receitas das exportações e despesa pública, mas deverá expandir-se para 6.5% em 2017.
- No meio das tensões políticas governo-oposição, são necessárias melhorias na gestão financeira e nas despesas públicas para combater as crescentes desigualdades.
- O número de moçambicanos nas cidades aumentará de 31% para 40% em 2040 o que exigirá melhores transportes e instalações.

Após uma década de crescimento económico médio anual acima de 7%, Moçambique registou uma desaceleração para 6.3% em 2015, ao mesmo tempo que o país enfrenta desafios económicos e políticos. O crescimento mais lento do Produto Interno Bruto (PIB) deveu-se a um volume de exportações menor do que o previsto e à diminuição da despesa pública e do investimento direto estrangeiro. A redução do influxo de divisas causou uma apreciável desvalorização do metical (MZN) face ao dólar pressionando a balança de pagamentos. Esta situação só foi interrompida na sequência de um acordo de linha de crédito *Stand-by* com o Fundo Monetário Internacional em dezembro de 2015, no montante de 282.9 milhões de USD. O défice orçamental diminuiu de 6.6% em 2014, para 5.4% em 2015. O principal desafio de curto prazo reside na recuperação de um crescimento dinâmico que assegure simultaneamente a sustentabilidade orçamental e da dívida. O crescimento previsto do PIB de 6.5% em 2016 e de 7.6% em 2017 depende da antecipação dos projetos de produção de gás e de carvão, bem como da atração de investimento estrangeiro.

O Governo do Presidente Filipe Nyusi enfrenta muitos desafios. As negociações entre as autoridades e os operadores de gás natural liquefeito (GNL) para novos projetos têm demorado mais tempo do que o esperado. Isto retardou a tomada final de decisões em relação a tais negociações, a qual espera-se que ocorra até final de 2016. A baixa dos preços do petróleo e do gás são outro constrangimento para o desenvolvimento dos projetos. A situação política permanece incerta com o renovado conflito latente entre o Governo e o partido da oposição RENAMO, que se recusa a reconhecer o resultado das eleições presidenciais de 2014. O Governo está a lutar para reembolsar as obrigações emitidas pela Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM), que é uma empresa pública, o que vai exigir algum tipo de reestruturação. Finalmente, a desvalorização da moeda deverá provocar um pico inflacionário afetando as condições de vida da população em geral.

Dados disponíveis revelam o aumento das despesas das famílias desde 2009, mas o ranking de Moçambique caiu no Índice de Desenvolvimento Humano do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas de 2015. Este índice evidencia o aumento das disparidades entre as regiões e salienta o subdesenvolvimento das áreas rurais.

A população urbana está a crescer fortemente, mas ainda representa menos de um terço da população total. O crescimento da população rural em termos absolutos é maior. O desemprego urbano é superior ao registado nas áreas rurais e uma grande parte da população da cidade está abaixo do seu potencial económico. Em geral, as políticas públicas consideram a urbanização como um desafio, ao invés de uma oportunidade, com foco no desenvolvimento rural. Por outro lado, cada vez mais está a ser dada atenção à urbanização estruturada. Os primeiros novos desenvolvimentos da cidade pós-independência estão a ser concebidos e implementados.

Indicadores macroeconómicos

	2014	2015(e)	2016(p)	2017(p)
Crescimento real do PIB	7.2	6.3	6.5	7.5
Crescimento real do PIB per capita	4.4	3.5	3.7	4.7
Inflação medida pelo IPC	2.3	2.0	5.7	5.2
Saldo orçamental, em % do PIB	-6.6	-5.4	-3.7	-2.4
Conta corrente, em % do PIB	-41.6	-44.0	-46.1	-47.9

Fonte: Baseado em dados do Instituto Nacional de Estatística; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

- A economia de São Tomé e Príncipe cresceu 4% em 2015, abaixo dos 4.5% registados em 2014, mas prevê-se que recupere para 5% nos próximos dois anos.
- São Tomé e Príncipe apresentou o melhor desempenho da África Central para a governação global, no Índice Ibrahim 2015, com melhorias fundamentais nas oportunidades económicas, direitos humanos e Estado de Direito.
- O movimento do campo para a cidade tornou imperativa uma estratégia nacional de urbanização, na ausência de qualquer planeamento nacional.

A economia de São Tomé e Príncipe cresceu 4% em 2015, abaixo dos 4.5% registados em 2014. A aprovação tardia do Orçamento de Estado para 2015, de que resultou o não-desembolso dos donativos para projetos de investimento e apoio ao orçamento, foi a principal causa da queda registada. A economia deverá recuperar, com uma estimativa de crescimento de 5% e 5.4% para 2016 e 2017, respetivamente. O aumento do investimento direto estrangeiro na construção, agricultura e turismo deve impulsionar o crescimento. A agricultura, a construção, o investimento direto estrangeiro, os novos projetos financiados por doadores e o turismo vão liderar o crescimento económico futuro. A inflação cairá de 5.3% em 2015, para cerca de 4% em 2016 e 2017, apoiada no regime de câmbio fixo. As reformas estruturais para o crescimento económico sustentável e a criação de emprego são fundamentais na agenda de reformas económicas do Governo. Tais reformas incluem a melhoria do registo dos contribuintes e o alargamento da base tributária através do registo de novos contribuintes. O Governo também reviu o código de investimentos, definiu estratégias para o desenvolvimento do setor financeiro e do setor privado e está a implementar um mecanismo de ajustamento automático de preços para os produtos petrolíferos. A efetiva aplicação das reformas e estratégias irá melhorar a eficiência da administração pública e dos serviços sociais à população.

A credibilidade, responsabilidade e transparência do sistema de administração financeira SAFE mantêm-se como aspetos críticos para o Governo. O sistema foi iniciado como um projeto piloto em quatro ministérios, que foram objeto de descentralização e foram usados para preparar os orçamentos de 2010, 2011 e 2012. O Governo também está a ultimar a criação de um departamento de controlo financeiro eletrónico no sentido de contribuir para a apresentação de reportes relativos às contas financeiras.

A capital do país, São Tomé, é o único aglomerado urbano. Em 2015, os seus 131 000 habitantes representavam 68% do total da população. A cidade e arredores, estão sujeitos a um aumento da urbanização. A ilha do Príncipe (7 450 habitantes em 2015) não possui nenhuma aglomeração urbana. Embora a migração para as cidades pareça estar a diminuir, estima-se uma taxa média de crescimento anual de urbanização na ordem dos 1.87%, para o período 2013-18.

Indicadores macroeconómicos

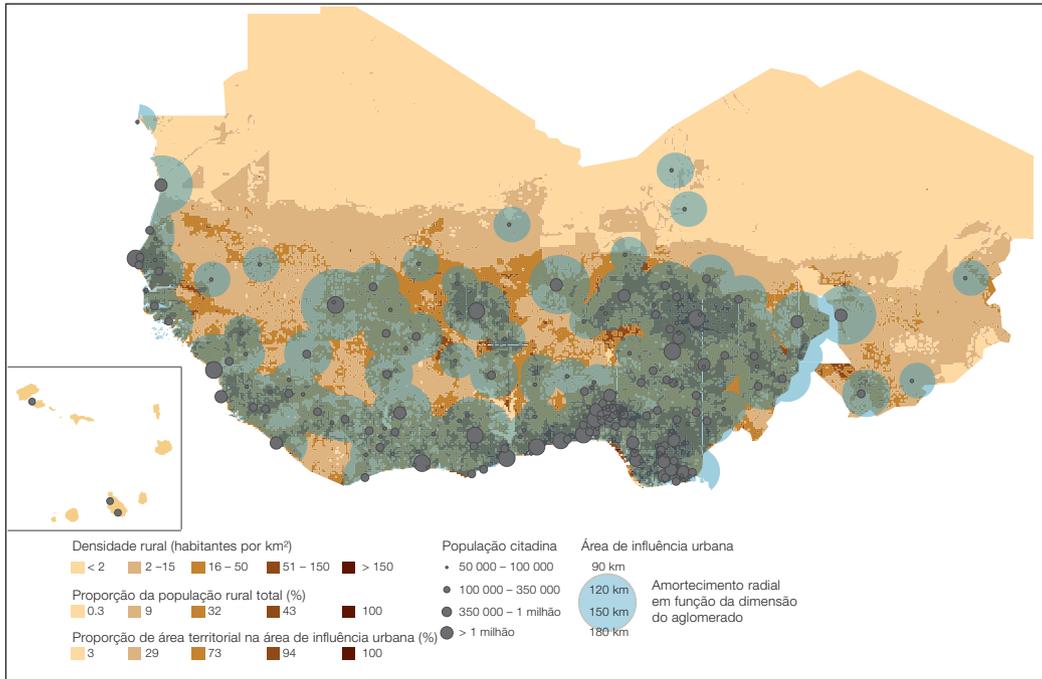
	2014	2015(e)	2016(p)	2017(p)
Crescimento real do PIB	4.5	5.3	5.0	5.4
Crescimento real do PIB per capita	2.3	3.1	2.9	3.3
Inflação medida pelo IPC	6.7	5.3	4.6	4.7
Saldo orçamental, em % do PIB	-5.5	-6.1	-3.9	-4.0
Conta corrente, em % do PIB	-24.2	-14.0	-13.8	-13.5

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

Mapas

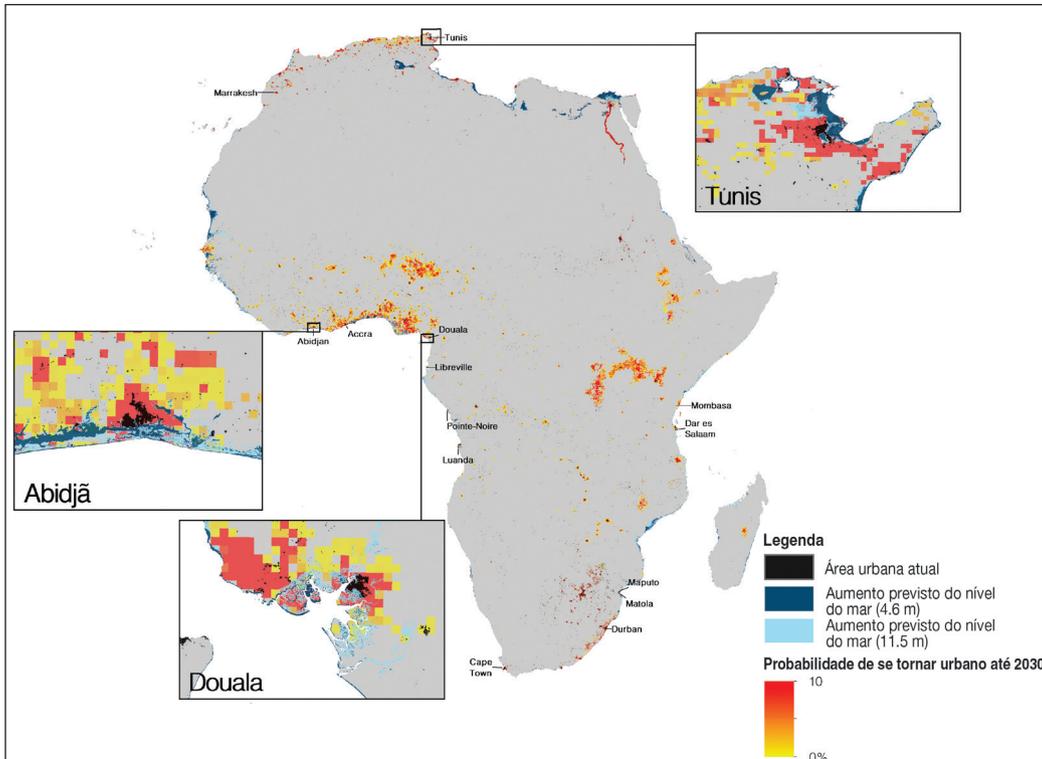


Mapa 6.1. Assentamentos populacionais e áreas de influência urbana na África Ocidental, 2000



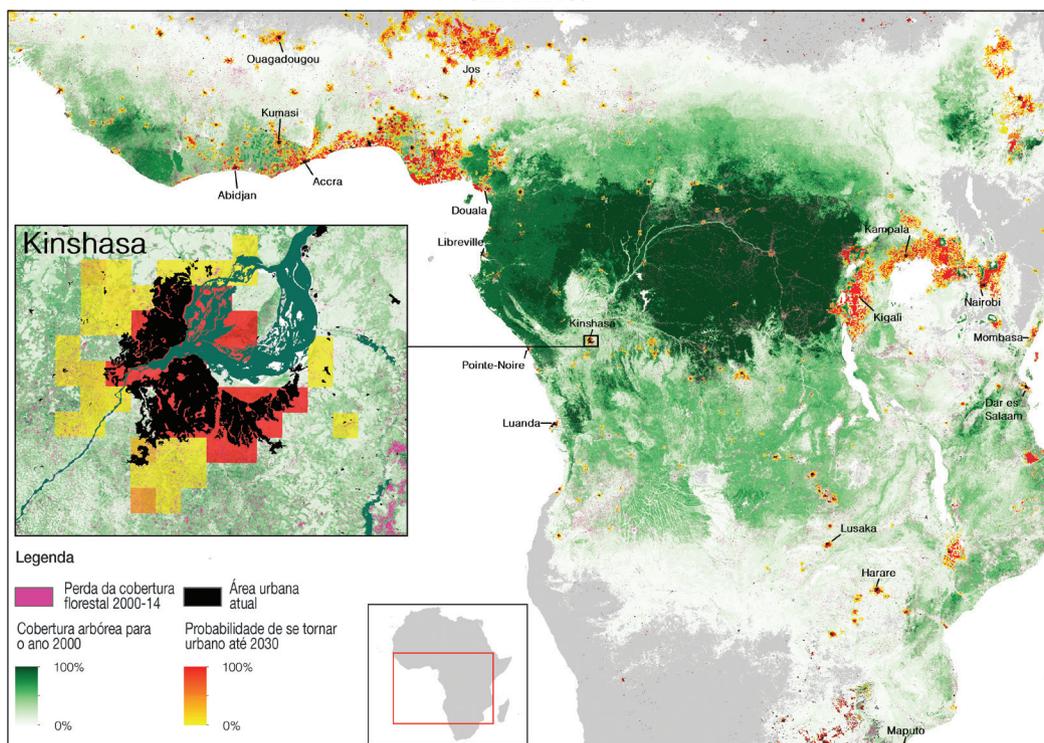
Fonte: OCDE (2013), *Settlement, Market and Food Security, West African Studies*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264187443-en>.

Mapa 6.2. Cidades costeiras africanas afetadas pelas alterações climáticas



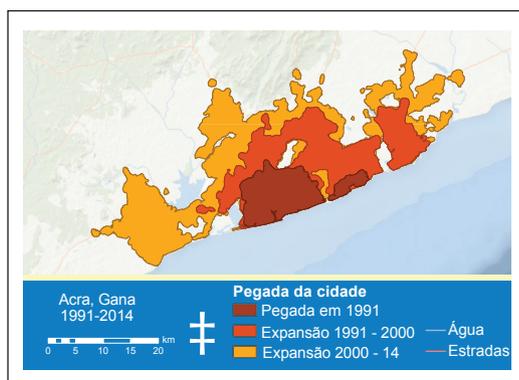
Fonte: WWF (2016), preparado para esta edição das *Perspetivas económicas em África*, World Wide Fund for Nature, Gland, Suíça.

Mapa 6.3. Áreas urbanas atuais e futuras, cobertura florestal e desmatamento em África

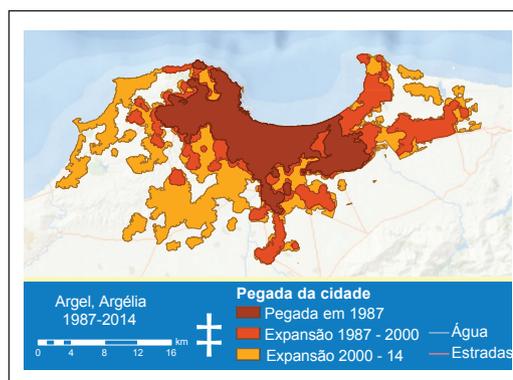


Fonte: WWF (2016), preparado para esta edição das *Perspetivas económicas em África*, World Wide Fund for Nature, Gland, Suíça.

Mapa 6.4. Expansão urbana de Acra (Gana) 1991-2014



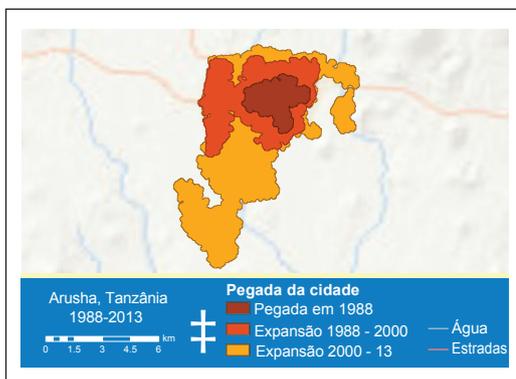
Mapa 6.5. Expansão urbana de Argel (Argélia), 1987-2014



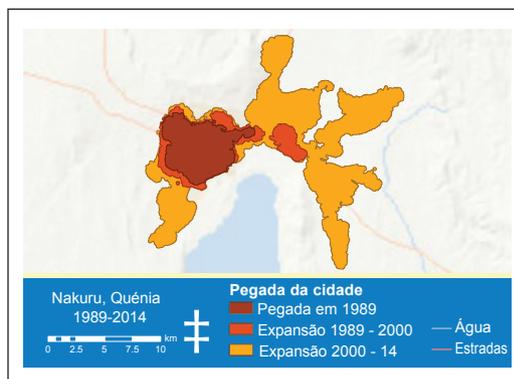
Fonte: UN-Habitat (no prelo), *Atlas of Urban Expansion: The New 2016 Revision*, UN-Habitat/Universidade de Nova Iorque/The Lincoln Institute of Land Policy.

© UN-Habitat com a Universidade de Nova Iorque e o Lincoln Institute of Land Policy.

Mapa 6.6. Expansão urbana de Arusha (Tanzânia), 1988-2013



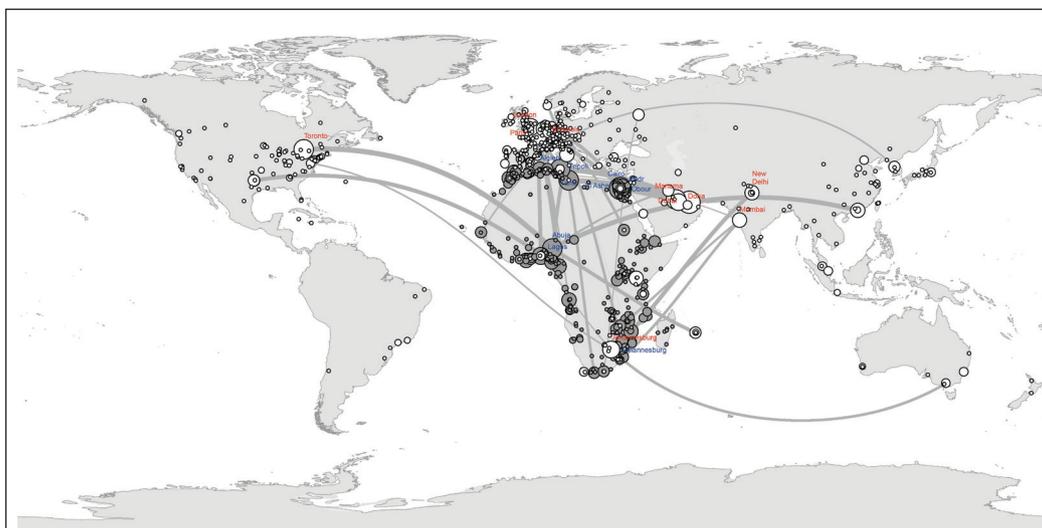
Mapa 6.7. Expansão urbana de Nakuru (Quênia), 1989-2014



Fonte: UN-Habitat (no prelo), Atlas of Urban Expansion: The New 2016 Revision, UN-Habitat/Universidade de Nova Iorque/The Lincoln Institute of Land Policy.

© UN-Habitat com a Universidade de Nova Iorque e o Lincoln Institute of Land Policy.

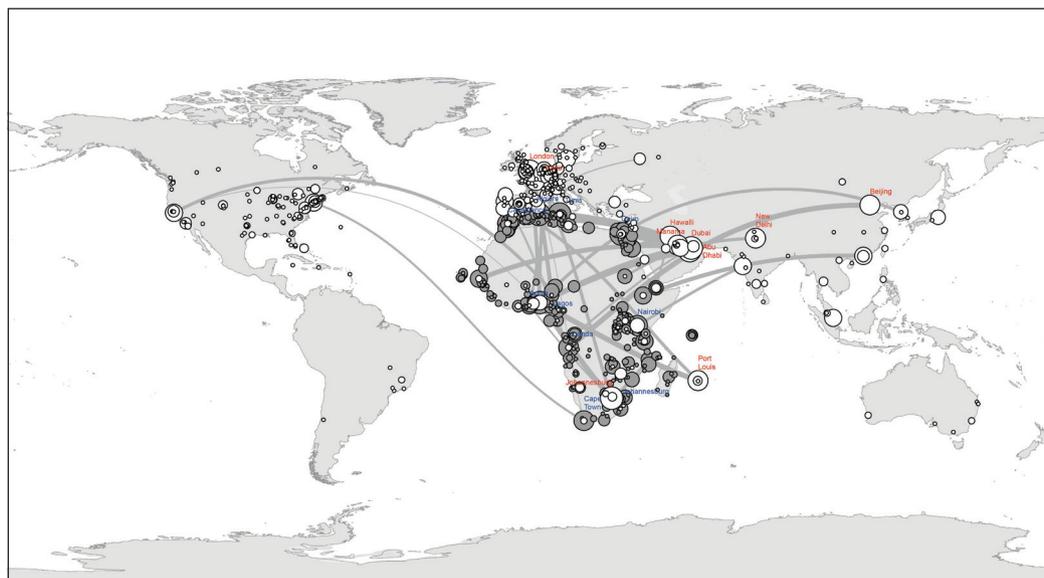
Mapa 7.1. Rede dos 50 principais investimentos diretos estrangeiros nas cidades industriais africanas, 2003-14



Nota: As cidades assinaladas a vermelho são as dez principais cidades de origem e as assinaladas a azul são as dez principais cidades de destino em África.

Fonte: Wall, R. (no prelo), baseados em dados brutos de fDi Markets, Orbis e IHS-Erasmus, in A. Badiane, J. Maseland, R. Wall e K. Rochell, State of African Cities 2017, UN-Habitat.

Mapa 7.2. Rede de serviços dos 50 principais investimentos das 10 principais cidades de origem para as 10 principais cidades de destino africanas, 2003-14

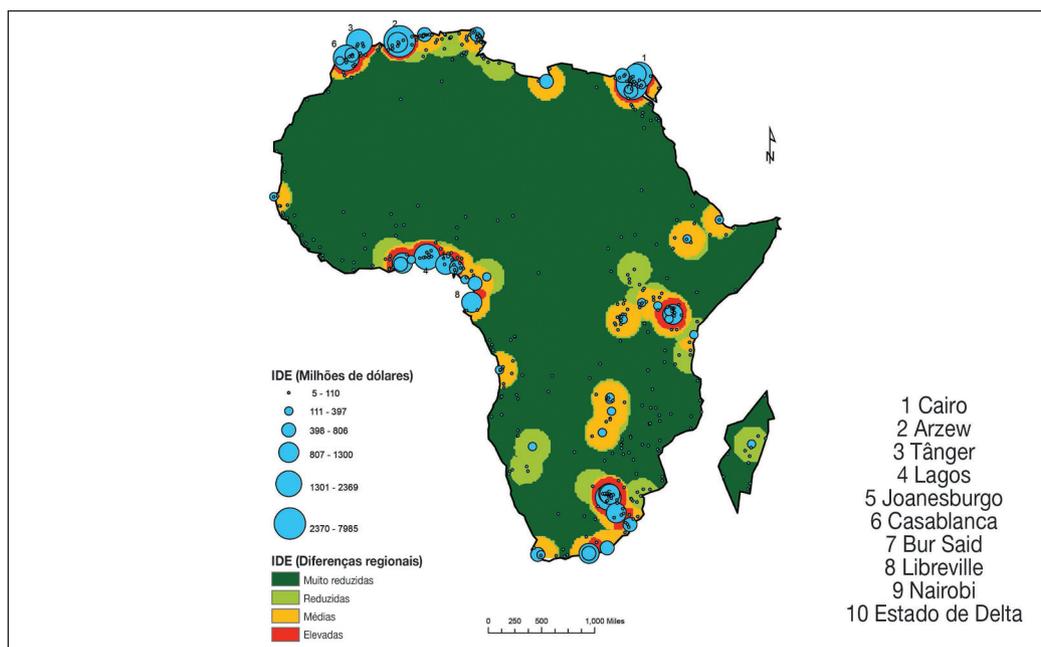


Nota: As cidades assinaladas a vermelho são as dez principais cidades de origem e as assinaladas a azul são as dez principais cidades de destino em África.

Fonte: Wall, R. (no prelo), baseados em dados brutos de fDi Markets, Orbis e IHS-Erasmus, in A. Badiane, J. Maseland, R. Wall e K. Rochell, *State of African Cities 2017*, UN-Habitat.

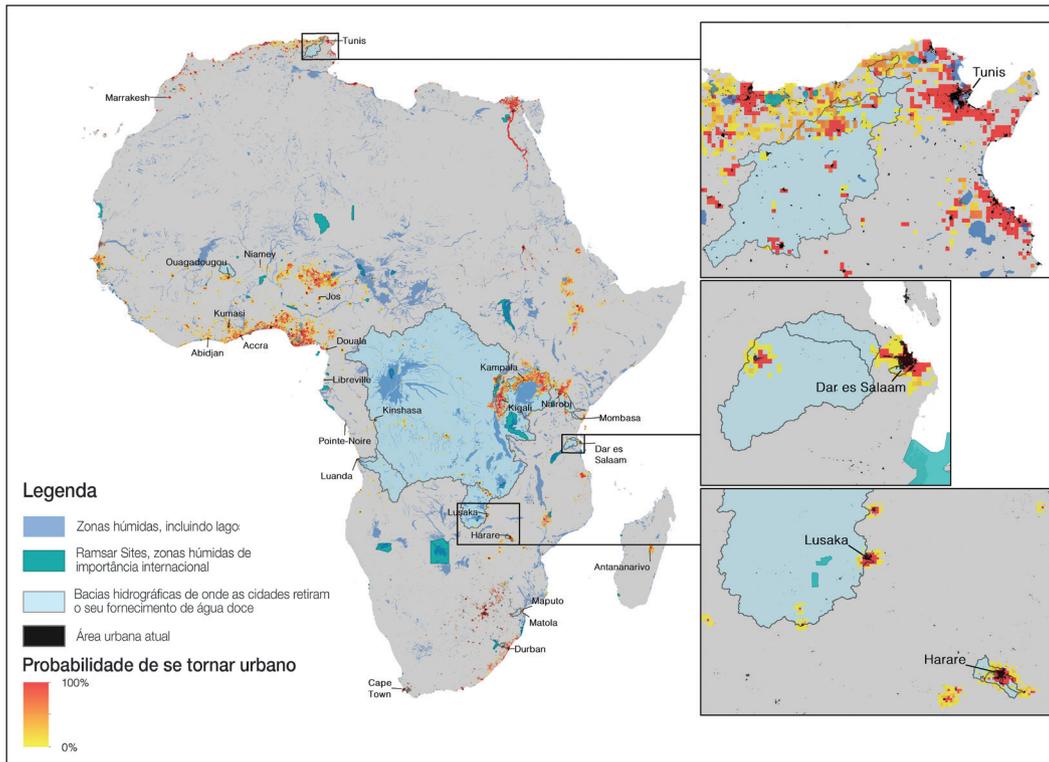
Mapa 7.3. Regiões de cidades africanas que atraem investimento direto estrangeiro de alta tecnologia a quatro níveis, 2003-14

Interpolação usando um sistema de informação geográfica



Fonte: Wall, R. (no prelo), baseados em dados brutos de fDi Markets, Orbis e IHS-Erasmus, in A. Badiane, J. Maseland, R. Wall e K. Rochell, *State of African Cities 2017*, UN-Habitat.

Mapa 7.4. Áreas urbanas atuais e futuras em relação às bacias hidrográficas em África



Fonte: WWF (2016), preparado para esta edição das *Perspetivas económicas em África*, World Wide Fund for Nature, Gland, Suíça.

Mapa 8.1. Fluxos de recursos do Egito: Água



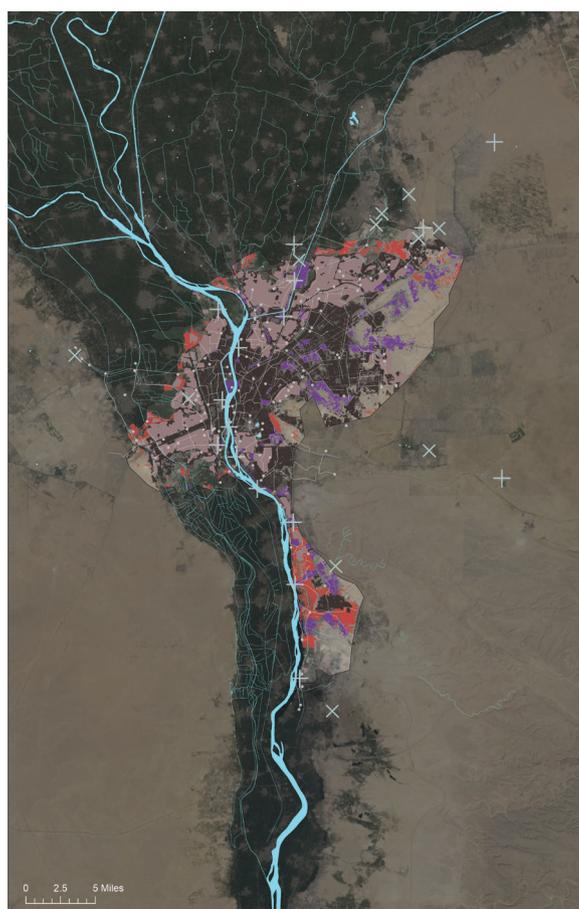
O Egito depende do rio Nilo para suprir a maioria de suas necessidades hídricas. O fornecimento de água é insuficiente, sendo o consumo 6.3% mais elevado do que a produção. Qualquer alteração no fornecimento de água teria um efeito imenso na agricultura.

Recurso – O Egito retira água de cinco fontes diferentes. O rio Nilo é a principal fonte, representando 79%. Algumas fontes adicionais são aquíferos (9%), instalações de dessalinização (0.1%), águas pluviais (1.9%) e água de drenagem agrícola reciclada e tratada (10.2%). Com 95% de terrenos vazios, o clima quente e desértico do Egito força a urbanização a desenvolver-se perto de fontes de água: o vale do Nilo e as costas dos mares Mediterrâneo e Vermelho.

Utilização – A agricultura é um grande consumidor de água não purificada (64.4% do consumo de água total). A maior parte da água purificada destina-se às famílias (13.5%), do restante 1.7% destina-se aos usos industriais. Cerca de 3% da água evapora devido ao clima e 21.6% da água é perdida através de fugas na rede de distribuição.

Resíduos – Apenas 35% das águas residuais domésticas e 50% das águas residuais agrícolas são tratadas. Grandes quantidades de águas residuais não tratadas são deitadas no rio Nilo, em lagos e no mar Mediterrâneo, contaminando assim algumas fontes de água.

Mapa 8.2. Fluxos de recursos do Cairo: Água

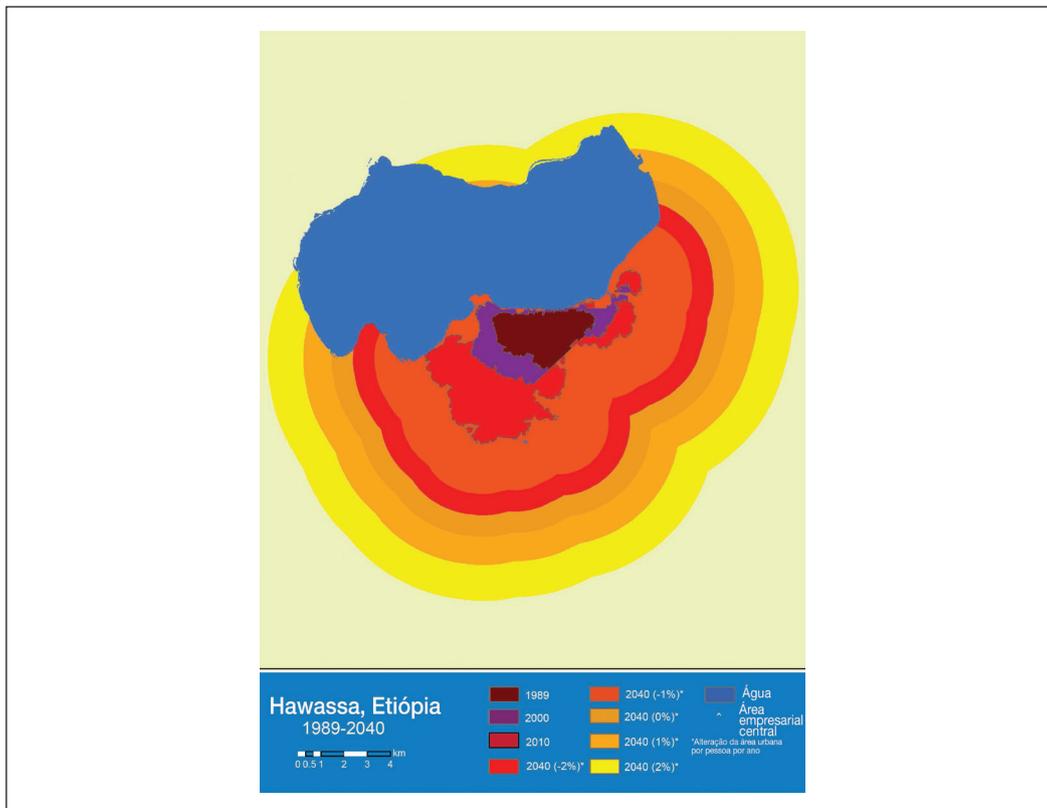


Recurso – O Cairo retira a sua água unicamente do rio Nilo.

Utilização – Metade da água da cidade é processada para: áreas residenciais (22.2%), áreas comerciais (1.3%), indústria (3.1%), agências governamentais (5.6%) e outras utilizações (8.4%). Não há informações disponíveis sobre o uso exato da metade não processada da água. Cerca de 17.5% da água processada (ou 8.6% do fornecimento total de água) perde-se devido a fugas na rede de distribuição.

Resíduos – Apenas 17.8% das águas residuais são tratadas. O restante é deitado no Nilo e nos lagos do Norte.

Mapa 8.3. Expansão urbana recente e projetada de Hawassa (Etiópia), 1989-2010, 1989-2040



Fonte: Universidade de Nova Iorque (2016), preparado para esta edição das *Perspetivas económicas em África*, Ethiopia Urban Expansion Initiative, Nova Iorque.



Perspetivas económicas em África 2016

CIDADES SUSTENTÁVEIS E TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL

As *Perspetivas económicas em África 2016* apresentam o atual estado do continente e fornecem previsões macroeconómicas para os próximos dois anos. O relatório detalha o desempenho das economias africanas em áreas cruciais: crescimento, financiamento, políticas comerciais e integração regional, desenvolvimento humano e governação. Esta edição debruça-se sobre a urbanização e a transformação estrutural em África e propõe medidas práticas para fomentar o desenvolvimento de cidades sustentáveis. As notas de país abrangem agora a totalidade dos 54 países africanos. Estas notas sintetizam as tendências recentes da economia, as previsões de crescimento do produto interno bruto para 2016 e 2017 e destacam os principais desafios enfrentados pelos países africanos. Um anexo estatístico permite a comparação entre as variáveis económicas, sociais e políticas específicas de cada país.

Índice

Parte I: O desempenho e as perspetivas de África

Capítulo 1: Perspetivas macroeconómicas em África

Capítulo 2: Fluxos financeiros externos e receitas fiscais em África

Capítulo 3: Políticas comerciais e integração regional em África

Capítulo 4: Desenvolvimento humano em África

Capítulo 5: Governação política e económica em África

Parte II: Cidades sustentáveis e transformação estrutural

Capítulo 6: As implicações da urbanização em África para a transformação estrutural

Capítulo 7: De que forma as cidades sustentáveis podem contribuir para o desenvolvimento africano

Capítulo 8: Estratégias urbanas nacionais para cidades sustentáveis em África

Parte III: Notas países

Notas completas dos países lusófonos disponíveis na página www.africaneconomicoutlook.org/po/paises.

